



ALAIC 2020

Medellín-virtual • 9 - 13 de noviembre

DESAFÍOS Y PARADOJAS DE LA COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA: las ciudadanías y el poder

GT 16. ESTUDIOS DEL PERIODISMO
GT 16. ESTUDOS DE JORNALISMO

ISSN 2179-7617

MEMORIAS (V.10/10/21)

GT16. Estudios del periodismo

GT18. Estudios de jornalismo

Coordinación de GT

Marli Dos Santos (Brasil). msantos@casperlibero.edu.br

Vicecoordinación:

Cristina Musse (Brasil). musse@terra.com.br

Elvira Hernández (México). elviracarballedo@yahoo.com.mx

Profesor anfitrión UPB

Joaquín Gómez Meneses. joaquin.gomez@upb.edu.co

Comité Directivo ALAIC 2018-2020

Presidencia: Gustavo Cimadevilla (Argentina)

Vicepresidencia: Gabriel Kaplún (Uruguay)

Dirección Científica: Tanius Karam Cárdenas (México)

Dirección Administrativa: Daniela Inés Monje (Argentina)

Dirección de Comunicaciones: Sandra Osses Rivera (Colombia)

ISSN: 2179-7617

Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – ALAIC
Universidad Pontificia Bolivariana – UPB
2020

Nota: La publicación de las ponencias se hace con autorización de las y los autores de acuerdo con las condiciones publicadas en la convocatoria para la recepción de ponencias del XV Congreso ALAIC 2020. El contenido de los textos es responsabilidad única de quienes firman como autores.

Tabla de contenido

O Jornalismo opinativo brasileiro e as repercussões do discurso do Presidente do Brasil na ONU em dois suportes. Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, Marli dos Santos. -----	8
O circuito produtivo do jornalismo independente na América Latina. Vanessa Costa de Oliveira, Ângela Cristina Trevisan Felippi.-----	20
Editorial “Confrontos e Contrastes” e a representação discursiva do Governador Chagas Rodrigues no Jornal do Piauí. Nilsângela Cardoso Lima. -----	34
Bolsonaro, Supremo Tribunal Federal e empresas de comunicação: a legitimidade social do Jornalismo enquanto argumento no debate sobre as publicações legais na imprensa brasileira. Marcionize Elis Bavaresco, Carlos Augusto Locatelli.-----	48
Caracterización, encuadres, fuentes y agendas en el cubrimiento en medios nacionales del proceso de paz en Colombia y el posacuerdo 2013-2018. Mario Enrique Morales Rincón. -----	61
Puertas adentro: cómo los medios en Venezuela dan cobertura a la migración y a la crisis humanitaria. Mariela Torrealba.-----	74
Morrer, verbo intransitivo – Discursos e referenciais sociais no noticiário sobre falecimentos na imprensa brasileira. João Batista de Abreu.-----	92

Da IURD à Opus Dei: influências religiosas na cobertura de arte criminalizada no Brasil em 2017. José Gabriel Navarro. -----	105
A pesquisa científica em cursos de Jornalismo em universidades federais no interior do Brasil. Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira. -----	118
A revista "Intervalo": a amplificação do discurso midiático televisivo nos primórdios da TV no Brasil. Talita Souza Magnolo, Christina Ferraz Musse. -----	132
Além do fato narrado: um olhar para a subjetividade no jornalismo. Jaqueline Frantz de Lara Gomes, Fabiana Piccinin. -----	147
Jornalismo e literatura na América Latina: identidade e elementos narrativos do híbrido. Laura Alpi Coutinho. -----	163
Narrativa Fotográfica: a representação da identidade germânica nas páginas da revista Alto Falante. Luana Daniela Ciecelski, Fabiana Piccinin. -----	179
Representações da vítima no jornalismo narrativo contemporâneo: um estudo sobre catástrofes. Marcio Serelle, Carlos Henrique Pinheiro. -----	194
Periodismo en la región centro de la Provincia de Buenos Aires: aproximación a las rutinas productivas en medios nativos digitales hiperlocales. Exequiel Alonso, Rocío Pereyra, Becario Eliseo Díaz. -----	205
La recolección de noticias en Bolivia: cambios, continuidades y tensiones ante el uso de plataformas digitales. Victor Oliver Quintanilla-Sanguenza. -----	220

La entre- vista- encuentro como método del reportaje. Raúl Hernando Osorio Vargas. -----	235
Um novo eixo da prática jornalística: o "livro de repórter". Beatriz Marocco. -----	252
A presença do jornalismo pós- industrial nos sites mães de peito e cientista que virou mãe. Valéria Marina Moreira Soares Silva, Jamile Duarte Carvalho, Carmen Regina De Oliveira Carvalho. -----	271
Panorama dos estudos brasileiros sobre fontes jornalísticas. Juliana dos Santos Ferreira Costa, Kenia Beatriz Ferreira Maia. -----	282
Las fuentes de información en los medios digitales ¿Quién domina la agenda? Esteban Andrés Zunino. -----	297
Nuevas vampiresas y diversidad genética: gajes del periodismo científico en Bogotá. Lina María Patricia Manrique Villanueva. -----	317
Telejornalismo em outras telas: as informações hiperlocais e o jornalismo colaborativo. Cristiane Finger. -----	328
Periodismo de verificación: retos y dilemas de una nueva práctica periodística. Carlos Rodríguez- Pérez. -----	341
O Brasil e a Rede Globo de Televisão: 50 anos de telejornalismo no Jornal Nacional. Christina Ferraz Musse, Theresa Medeiros. -----	355

Regímenes de propiedad y habitus periodístico en los medios de comunicación privados y comunitarios del Ecuador. Álvaro Andrés Terán Albán.-----	369
Aspectos del cambio editorial de los programas de noticias a la hora del almuerzo en RPC en Paraná / Brasil: nuevos movimientos exploratorios. Cíntia Xavier, Manoel Moabis Pereira dos Anjos. -----	383
Conectando a história de nossos jornais. Antonio Hohlfeldt. -----	395
O estágio obrigatório como instrumento de defesa da atividade jornalística no Brasil. Marco Aurelio Reis, Cláudia de Albuquerque Thomé. -----	408
(Des)caminhos do Radiojornalismo, 30 anos: revisitando os processos de produção e distribuição de mensagens jornalísticas no rádio segundo a tese de Gisela Swetlana Ortriwano. Lourival da Cruz Galvão Junior. -----	420
Medios digitales: estrategias para generar credibilidad en tiempos de desinformación. Mónica María Viada, Jimena María Massa, Santiago Javier Rodríguez, Giuliana de Lourdes Mercol. -----	431
Um “Nexo” entre o leitor e a literacia midiática: o jornalismo explicativo como uma nova forma de competência para o público. Carlos Eduardo de Almeida Nunes. -----	447
Who do Latin American journalists rely on? Evolution of source perception on Social Media. Vanessa de M. Higgins Joyce, Ryan Wallace, Summer Harlow, Rosental C. Alves. -----	464

O Uso da Expressão Curadoria no Jornalismo e sua eficácia para a compreensão do campo jornalístico na Contemporaneidade.

Lívia Rossa Ribeiro. -----481

Periodismo, verdad y posverdad. Un estudio sobre los valores epistémicos y no epistémicos del periodismo.

Juan David Londoño Isaza. -----493

O Jornalismo opinativo brasileiro e as repercussões do discurso do Presidente do Brasil na ONU em dois suportes

El periodismo brasileño de opinión y las repercusiones del discurso del Presidente de Brasil en la ONU en dos soportes

The opinionated Brazilian journalism brasileiro and the repercussions of the Brazil President's speech at the ONU in two media

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer¹

Marli dos Santos²

Resumo: Análise dos conteúdos opinativos do Jornalismo Brasileiro na repercussão do discurso do Presidente do Brasil na ONU, a partir da compreensão dos aspectos de enquadramentos. Estudo comparativo entre o telejornalismo e da mídia independente/alternativa e do espaço dedicado à opinião no jornalismo contemporâneo no Brasil a partir de uma abordagem polifônica e de levantamento dos enquadramentos adotados pelos jornalistas. Verificou-se que os jornalistas se detiveram principalmente nas questões relativas a Amazônia e suas consequências no clima, mas também destacou-se as novas configurações dos espaços opinativos no jornalismo brasileiro.

Palavras-chave: Jornalismo brasileiro, Gênero Opinativo, Enquadramentos

¹ Ana Carolina Rocha Pessôa Temer é jornalista, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Email: anacarolina.temer@gmail.com

² Marli dos Santos é jornalista, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Email: msantos@casperlibero.edu.br

Abstract: Analysis of the opinionated contents of Brazilian Journalism in the repercussion of the President of Brazil's speech at the ONU, based on the understanding of the framing aspects most highlighted by journalists. Comparative study between television news and independent / alternative media and the space dedicated to opinion in contemporary journalism in Brazil from a polyphonic approach and a survey of the frameworks adopted by journalists. It was found that journalists were mainly concerned with issues related to the Amazon and its consequences on the climate, but the new configurations of opinion spaces in Brazilian journalism also stood out.

Key words: Journalism, Opinion Contents, Frameworks.

Introdução

O tema central deste texto são as repercussões nos conteúdos opinativos do discurso do Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, na Assembleia de Abertura da Organização das Nações Unidas (ONU), em 24 de setembro de 2019. O estudo se justifica porque o representante do Governo brasileiro, que é tradicionalmente o primeiro a ter voz na Assembleia de Abertura da ONU, é fato sempre comentado com certo orgulho pelos brasileiros, em geral relembrando o papel do país na implantação desta Organização. No entanto, no ano de 2019 este aspecto foi secundarizado uma vez que o discurso proferido pelo Presidente Jair Bolsonaro ganhou maior visibilidade na mídia nacional

em função de um contexto político interno e externo.

O objetivo do trabalho é compreender como os conteúdos identificados como opinativos/e ou espaços destinados a opinião no jornalismo brasileiro tematizaram e repercutiram esse discurso e quais aspectos e abordagens foram privilegiados. A proposta do trabalho inclui uma visão comparativa entre veículos da grande imprensa televisiva, ligados a Rede Globo de Televisão, e a mídia considerada independente e/ou alternativa na internet.

O método de análise tem como base elementos da pesquisa quantitativa e qualitativa, como a Análise de conteúdo (Bardin, 2010) e os enquadramentos adotados pelos veículos jornalísticos (Goffman, 2011; Porto, 2004). A abordagem teórica do

enquadramento é também uma proposta heurística de interpretar o material jornalístico por meio de um olhar fragmentado que envolve diferentes modos e objetos de investigação a partir de uma proposta de pensar as relações de agendamento e enquadramento que são estabelecidas pelas mídias e outros atores sociais. Desta forma, trata-se de um modelo interpretativo do jornalismo, cuja aplicabilidade que exige entender como a lógica interna da produção do jornalismo e seus processos organizacionais, e as inter-relação entre poderes econômicos, políticos e sociais que condicionam a atividade.

Serão analisados os conteúdos em dois suportes: os telejornais veiculados nacionalmente pela Rede Globo (*Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo*) e pelo telejornal das 14 horas da emissora de sinal codificado, a Globo News, também do Grupo Globo, e três sites jornalísticos independentes: *Poder 360, Nexo e Jornalistas Livres*, denominados por Fíguro (2018) como mídia independente e/ou alternativa, já que nem toda mídia independente é alternativa e vice-versa. Segundo Muniz (2016), ser independente é lidar com possibilidades e disposições de não se submeter aos ditames das instituições e do

mercado, atuando fora das grandes empresas, em iniciativas, algumas convencionadas como empreendedorismo.

As análises da linguagem televisiva e na web vão considerar conteúdos e formatos opinativos, tendo como referência os conceitos de gêneros jornalísticos de Marques de Melo (2003) e Marques de Melo e Assis (2016), bem como os recursos de linguagem utilizados no conteúdo jornalístico na TV e em sites da mídia independente e/ou alternativa. O jornalismo opinativo diz respeito a uma modalidade de comentário dos fatos e de ideias na qual a expressão de opiniões (ou de ideias e valores) assume um caráter determinante. Segundo Marques de Melo (2003), os gêneros jornalísticos opinativos no jornalismo impresso incluem os formatos editoriais, artigo, artigos, carta do leitor, colunas, comentário, caricatura, crítica e crônica, nas suas mais diversas variações. Adaptados para os conteúdos do jornalismo audiovisual, Temer (2002) manteve os aspectos centrais, e constatou sua baixa presença nos telejornais com formato tradicional. Modelos mais atuais de jornalismo mostram uma convivência maior do jornalismo opinativo com a notícia e a reportagem.

Sobre o discurso proferido por Jair Bolsonaro no dia 24 de setembro de 2019 na ONU, que teve duração de cerca de 30 minutos, 16 temas foram abordados, desde assuntos internos (O novo Brasil e a reação econômica do país, Amazônia e preservação do meio ambiente, Demarcação das terras indígenas, Direitos humanos, liberdade de expressão, religiosa e de imprensa, entre outros) às relações internacionais do Brasil (Novos acordos e liberdade econômica, Mais médicos e cubanos no Brasil, Venezuela como ditadura socialista que exporta refugiados, Cesare Batista e terrorismo internacional etc) (G1, 2019).

Opinião sobre o discurso de Bolsonaro no telejornalismo

Considerando os telejornais exibidos nacionalmente pela Rede Globo de Televisão, foram selecionadas 12 matérias jornalísticas, sendo que 10 delas dizem respeito às repercussões sobre o discurso e duas matérias, exibidas no *Bom Dia Brasil* no dia 24 de setembro, analisam as expectativas sobre o discurso. Essas matérias foram incluídas na amostragem – ainda que de forma diferenciada – pois indicam parâmetros para análise.

Apenas o *Bom Dia Brasil* abriu espaço para comentários, no caso com a inclusão da comentarista Miriam Leitão, que dialoga com a noticiarista do telejornal, mas claramente faz comentários e análises sobre o discurso, tanto no dia 24 (com as expectativas) quanto no dia 25, sobre as consequências.

Nos demais telejornais os conteúdos opinativos estão presentes em outros formatos, em geral hibridizados com reportagens – ou com aparência de reportagens – que mesclam edições ou recortes do discurso em si com comentários/opiniões dos repórteres e/ou dos noticiaristas. O aspecto opinativo fica claro pelo uso de adjetivações ou qualificações – sendo a mais comum a conceituação de que foi um discurso agressivo (ou considerado agressivo), que fugiu da tradição da diplomacia brasileira. Outras críticas presentes dizem respeito a abordagens ligadas mais a questões internas – quando o correto, segundo os repórteres/comentaristas, seria mostrar a posição do Brasil em relação ao mundo –; a ausência de propostas concretas (principalmente nas questões econômicas e

ambientais) e a imprecisão dos dados citados no discurso.³

O tema de maior repercussão no conjunto de matérias analisadas foi o desmatamento da Amazônia – aspecto destacado na análise sobre as expectativas da fala de Bolsonaro – e que efetivamente se mostrou presente em todas as matérias que citaram o discurso no período analisado. Outros aspectos, como críticas indiretas a governos e governantes externos, e as referências ao Golpe Militar, o elogio ao presidente norteamericano e ao Ministro da Justiça (Sergio Moro), também tiveram destaque, embora menor. Os temas menos explorados nas matérias que analisam e/ou repercutem o discurso dizem respeito a questões internas, particularmente à violência urbana e aspectos ligados a

“cultura contaminada pela ideologia” ou à religião e aos costumes.

O enquadramento dado à cobertura do discurso enquanto fato político insinua aspectos como sua inadequação – o país teria “perdido” a chance de assumir um compromisso de preservação ambiental, e como consequência comprometido sua imagem internacional e suas chances de

melhorar seu desempenho no agronegócio (há, inclusive, insinuações de perdas nesta área), mas também porque assumiu uma linguagem inadequada, de questionamentos ligados a Guerra Fria, que somente teriam sentido no século passado.

No conjunto do material prevalece o reforço da inadequação do atual presidente para o cargo que ocupa, elemento enfatizado de forma sutil pela sua subserviência e tratamento de admiração acrítica ao presidente norte-americano, mas sobretudo pelo seu desconhecimento dos dados e da própria história; ou pela sua incapacidade de compreender a complexidade que atualmente vinculam os aspectos comerciais (e principalmente do agronegócio) às questões climáticas. Acrescenta-se, aliás, que os desafios do clima foram secundarizados, e colocados em questão como essa visão pode interferir na aceitação dos produtos nacionais.

Analisados na perspectiva de gêneros e formatos jornalísticos, destaca-se que o modelo tradicional de Melo (2003, 2016), em princípio aplicado aos jornais impressos, assume uma versão mais hibridizada no telejornalismo. Mesmo quando se anuncia o

³ Um exemplo seria a extensão das terras indígenas demarcadas, que segundo os dados apresentados no discurso seria de 14%, enquanto nas análises dos jornalistas seria de apenas 12%. Também os dados sobre a violência urbana e sobre o superávit brasileiro durante os governos ligados ao Partido dos Trabalhadores foi considerado impreciso ou inexato.

comentário, o modelo se aproxima de uma entrevista, com o noticiarista fazendo pergunta. O modelo mais comum, no entanto, é uma reportagem comentada, com trechos editados do fato seguido de comentários/explicações. Em contrapartida, o telejornalismo da GloboNews dedica um espaço considerável para os formatos opinativos, eventualmente apelando para especialistas de diferentes áreas, mas também por meio da reapresentação de matérias já transmitidas nos telejornais da Rede aberta, enriquecidas com comentários e análise de seus próprios jornalistas. Considerado no conjunto, o material parece se complementar e, no caso específico da repercussão do discurso do Presidente Bolsonaro na ONU, tende a reforçar no imaginário dos receptores uma aparente neutralidade jornalística, mas de fato apenas oblitera enquadramentos facilmente perceptíveis em uma análise mais detalhada.

O espaço opinativo na mídia independente e/ou alternativa

Nos três veículos independentes e/ou alternativos não ligados ao *mainstream* jornalístico, *Poder 360*, *Jornalistas Livres* e *Nexo*, as fontes de receita são as *newletters*,

eventos, pesquisas e até apoio publicitário de alguns parceiros (*Poder 360*). Todos são elaborados por jornalistas com experiência em redações, são veículos nativos digitais, possuem sites com ofertas de conteúdos organizados em editorias. Dois deles, *Poder 360* e

Nexo, oferecem editorias ou seções identificadas como "Opinião", "Colunistas", "Análise", já *Jornalistas Livres* possui colunistas, mas não são identificados em uma editoria.

As matérias que abordaram o tema foram localizadas por meio das seguintes palavras-chave: Discurso, Bolsonaro, ONU. Do total de 4 matérias presentes no site *Poder 360*, duas são opinativas. Quanto aos *Jornalistas Livres*, foram 3 matérias, todas opinativas, a começar por um dos títulos: "Bolsonaro fez cocô na sala, mais uma vez". Já em *Nexo*, o tom é mais explicativo, e das 5 matérias encontradas a respeito do tema, duas estão em formato comentário.

Na mídia independente não há um padrão quanto aos enquadramentos, que foca ora no meio ambiente, ora na questão indígena, ora busca desqualificar a figura do presidente. Os sites mostram também maneiras e posicionamentos diferentes de observar e comentar o discurso de Bolsonaro (Porto,

2004) . Chama a atenção a dissonante análise de Graziane, em “O discurso de Bolsonaro na ONU, analisa Xico Graziano”, que faz uma análise a partir de três eixos: economia; meio ambiente, Amazônia e indígenas; e democracia, política e cidadania, na tentativa de desconstruir a análise que outros jornalistas e veículos fizeram: “Quando jornalistas escrevem, desaprovando, que Bolsonaro ‘falou apenas para seu público’, se esquecem que o público dele representa a maioria da nação. Não me refiro apenas aos ferrenhos ‘bolsonaristas’”. Os argumentos do autor se baseiam em expressões e palavras-chave amplamente divulgadas pelo governo federal, como nos excertos: “o Brasil se cansou daquela sua política velhaca”, “Botar a casa em ordem”, “nossa bandeira voltou a ser verde-amarela”.

A outra matéria do *Poder 360°* foi produzida em formato vídeo, edição do programa semanal apresentado pelos jornalistas Cynara Menezes e Mario Rosa, que ironiza as oposições de ideias. Em “Reação & Comuna analisam o discurso de Bolsonaro na ONU” o enquadramento é o da polarização. Em formato debate, o conteúdo traz as perspectivas de duas visões, como eles denominam “Reação e Comuna”, que por si só são pejorativas. O debate tem roteiro prévio e

muitas pitadas de cinismo e ironia, levantando os vários temas do discurso: “‘Ditadura cubana’ e os 10.000 médicos”, “Brasil esteve próximo do socialismo”, “Foro de SP: ‘organização criminosa’”, “Soberania nacional e Donald Trump”, “meio ambiente e questão climática”, entre outros. Como o próprio site anuncia: “A ideia do quadro é oferecer uma análise da conjuntura do poder sob pontos de vistas antagônicos” (PODER..., 2019). Embora o humor seja uma das formas mais eficazes de se fazer crítica, o debate arranjado entre os dois jornalistas beira à caricatura do próprio formato, em alguns momentos difícil de se sustentar. A duração é de 38 minutos e 11 segundos.

Já em *Nexo* as duas matérias do gênero opinativo são em formato comentário.

Reunindo a opinião de 4 “profissionais e pesquisadores de relações internacionais, questões indígenas, ciência política e história”, a matéria intitulada “A fala de Bolsonaro na ONU analisada por 4 especialistas”, logo no abre mostra o enquadramento dado pelo *Nexo* ao discurso de Bolsonaro: “carregado de ataques a outros países na questão ambiental e de tons ideológicos do seu grupo político, com investidas contra o socialismo e ao que chama de globalismo”.

Os jornalistas elegeram temas para os comentários de quatro especialistas, sendo três deles professores universitários. Todos foram críticos e pessimistas em relação ao discurso, comentam os tópicos trazendo elementos de seus campos de estudo. Os temas destacados também foram aglutinados em grandes tópicos: “A ameaça do socialismo”, “As ‘mentiras’ sobre a Amazônia e o ataque à França”, “A exploração das riquezas das terras indígenas” e “A luta contra o globalismo”. Os intertítulos que anunciam parte do discurso apresentam um enquadramento crítico, negativo e pessimista, mas tudo na visão dos convidados que comentam o tópico selecionado.

No que se refere à exploração do potencial do meio digital, diferentemente do que ocorre em matérias com perfis mais factual e informativo (Santos, 2019) a linguagem multimídia está mais restrita à imagem e texto, sendo que os hiperlinks são poucos (um no *Nexo* e outro no *Poder 360*⁹). No caso do *Nexo* os hiperlinks remetem ao próprio site, mas também a informações de outros veículos, como a *Folha de S. Paulo*. O *Poder 360* remete a conteúdo próprio. Quanto o potencial de interatividade, há ícones para o compartilhamento nas redes sociais (todos) e para comentários em *Jornalistas Livres*, com

espaço para expressão dos leitores, e no *Poder 360*, com emojis, para responder à pergunta ao final da matéria: “Gostou?”.

Considerações finais

A análise mostra que as questões de grande impacto internacional – principalmente ligadas ao desmatamento da Amazônia e suas consequências no clima – ganharam mais espaço (mais repercussão) na mídia nacional. No entanto comentários críticos sobre aspectos econômicos e ligados a defesa da democracia também tiveram destaques relevantes. Observa-se ainda que a abordagem foi predominantemente crítica, e mesmo quando os analistas destacaram os aspectos positivos, há nas entrelinhas da análise uma certa ironia e críticas indiretas. Sobre esse ponto, destacam-se as relações pouco cordiais do presidente com a imprensa nacional.

Quanto ao gênero e formatos opinativos há visíveis diferenças. Enquanto na televisão de sinal aberto predomina a hibridização, com inserções de opiniões na cobertura factual, nos conteúdos dos site independentes e/ou alternativos fica clara uma inspiração mais próxima dos jornais impressos (Coluna, Artigo), além de texto e fotografia serem mais

comuns no conteúdo analisado (a presença de vídeo e podcast aparecem em duas matérias). No meio termo, funcionando quase que de forma complementar ao conteúdo dos jornais na TV aberta, o material veiculado na emissora segmentada mistura o factual com o opinativo, mas também abre espaço para conteúdos apenas opinativos. Como traço em comum em todos os veículos, é bastante delimitado o espaço da opinião: na televisão fica restrita aos profissionais de prestígio na emissora segmentada, e nos sites estudados, indicados como editorias, ou os próprios textos indicam o formato: "artigo".

Destaca-se ainda que nos veículos televisivos o material opinativo ganha espaço, portanto, como um conteúdo de maior comprometimento, que corrobora a importância dos acontecimentos da atualidade que comenta, mas também como um jornalismo que vincula aos fatos normas e valores, hierarquizando e contextualizando as informações, interpretando-as e emitindo juízo de valor sobre os atores sociais envolvidos ou ainda fazendo gestões para equilíbrios de poder. Nos sites estudados os formatos opinativos não foram tão expressivos nesse caso, embora alguns possuam seções de colunistas e espaços delimitados para opinião. Como a função do

gênero opinativo é a de comentar os fatos, percebeu-se mais uma tendência à ironia, às analogias, que aos argumentos, especialmente em *Poder 360* e *JL*.

No conjunto fica claro que os suportes podem ser analisados a partir de sua complementariedade, mas o espaço para o opinativo ainda é restrito e está longe de representar uma mudança radical no modelo de jornalismo contemporâneo. No entanto, destaca-se ainda que são visíveis indicações de novas mudanças, ou de novas tendências, em particular os indicativos (anúncios e chamadas) dos podcasts e programas especializados.

Referências

Fígaro, R. (Org). (2018) As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. São Paulo: ECA/USP. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Ebook_FIGARO_As-rela%C3%A7%C3%B5es-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-ascondi%C3%A7%C3%B5es-de-produ%C3%A7%C3%A3o-no-trabalho-de-jornalistas-em-arranJosecon%C3%B4micos-

alternativos-%C3%A0s-
corpora%C3%A7%C3%B5es-de-
m%C3%ADdia-

2.pdf. Acesso em: 20 ago 2019.

G1.(2019). Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da

ONU. G1, 24/09/2019. Disponível em
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/24/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-abertura-da-assembleia-geral-da-onu.shtml>. Acesso em: 15 out 2019.

Goffman, E.(2011). A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes.

Marques de Melo, J.&Assis, F. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. Intercom, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

Marques de Melo, J.(2003). Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira.

Muniz Júnior. J. S. (2016). Os sentidos sociais da produção cultural independente: usos e abusos de uma noção instável. Revista Parágrafo. Jan/jun. Vol. 4, no 1.

Porto, M..(2004) Agendamento da política. In: RUBIM, A. C. (Org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba.

Santos, M.(2019). Produção e circulação de conteúdo no jornalismo do século XXI. São Paulo: Cásper Líbero, 2019. Relatório de Pesquisa Apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Temer. A. C. R. P. (2002). Notícias & Serviços nos telejornais da Rede Globo. Rio de Janeiro: Sotese.

Matérias jornalísticas analisadas

Bertoni, E. (2019). A fala de Bolsonaro na ONU analisada por 4 especialistas. Nexo, 24/09/2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/09/24/A-fala-de-Bolsonaro-naONU-analisada-por-4-especialistas>. Acesso em 02 nov. 2019.

Bom Dia Brasil (2019), 3 min. Exibição em 25 Set de 2019. 'Faltou checagem de dados', diz Miriam Leitão sobre discurso de Bolsonaro na ONU. Bom Dia Brasil. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7949769/programa/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Bom Dia Brasil (2019). 4 min. Exibição em 24 Set 2019. Miriam Leitão comenta o teor do discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7946829/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Bom Dia Brasil (2019). 4 min. Exibição em 25 Set de 2019. Pronunciamento de Bolsonaro

na ONU é marcado por discurso. Bom dia Brasil. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7949593/programa/>. Acesso em: 12 dez. 2019..

Bom Dia Brasil. (2019), 3 min. Exibição em 24 Set 2019. Jair Bolsonaro faz discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU em Nova York. Bom Dia Brasil. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7946370/programa/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Bom Dia Brasil. (2019), 3 min. Exibição em 25 Set de 2019. Discurso de Bolsonaro na ONU recebe críticas dentro e fora do Brasil. Bom Dia Brasil. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7949769/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Globonews em pauta.(2019). 8 min.Exibição em 24 Set de 2019. Bolsonaro faz discurso considerado agressivo na abertura da assembleia da ONU. Globonews. Disponível em <https://g1.globo.com/globonews/globonews-em-pauta/video/bolsonaro-faz-discurso-consideradoagressivo-na-abertura-da-assembleia-da-onu-7948796.ghtml>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Graziano, X. (2019). O discurso de Bolsonaro na ONU, analisa Xico Graziano. Poder 360º, 25/09/2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaogover>

no/o-discurso-debolsonaro-na-onu-analisa-xico-graziano/. Acesso em: 02 nov

Jornal da Globo. (2019). 4 minExibição em 24 Set de 2019. Carlos Alberto Sardenberg comenta o comprometimento da sociedade com o meio ambiente.Jornal da Globo.Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7949034/programa/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Jornal da Globo. (2019). 8 min.Exibição em 24 Set de 2019. Bolsonaro participa de jantar com Trump após discurso na ONU. Jornal da Globo.Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7949593/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Jornal Globo News. Edição das 16hs.(2019). 7 min. Especialista esmiúça o discurso de abertura de Bolsonaro na ONU.Jornal Globo News. Disponível em <https://g1.globo.com/globonews/jornalglobonews-edicao-das-16/video/especialista-esmiuca-o-discurso-de-abertura-de-bolsonaro-na-onu7948075.ghtml>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Jornal Hoje. 7 min. Exibição em 24 Set de 2019. É falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade", afirma Bolsonaro na ONU. Jornal Hoje. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7947411/programa/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Jornal Nacional. 3 minExibição em 24 Set de 2019. Bolsonaro frustra expectativa de discurso conciliador na ONU. Jornal Nacional. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7949593/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Jornal Nacional. 6 minExibição em 24 Set de 2019. Bolsonaro abre Assembleia Geral da ONU com discurso considerado agressivo. Jornal Nacional. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/7949593/>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Jornalistas Livres. (2019) Bolsonaro fez coco na sala mais uma vez..Jornalistas livres, 24/09/2019 Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/bolsonaro-fez-coco-na-sala-mais-uma-vez/>

Jornalistas Livres. Mídia 4p. (2019). Bolsonaro faz discurso ideológico, paranoico e mentiroso na ONU. Jornalistas livres, 24 setembro, 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/bolsonaro-faz-discurso-ideologico-paranoico-e-mentiroso-na-onu/>. Acesso em 02 nov. 2019.

Jornalistas livres.(2019). O aspecto positivo do discurso de Bolsonaro. Jornalistas Livres, 01/10/2019. Disponível em:

<https://jornalistaslivres.org/o-aspecto-positivo-do-discurso-debolsonaro/>. Acesso em 02 nov. 2019.

Mendes, A. (2019). O integracionismo tosco e ultrapassado de Bolsonaro. Jornalistas livres, 26/09/2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/o-integracionismo-tosco-e-ultrapassado-debolsonaro/>. Acesso em 02 nov. 2019.

Orenstein, J.&Arcoverde, L. (2019). 13 minutos e 5 segundos.Exibição em 24/09/2019. Como Bolsonaro tratou da questão indígena na Assembleia Geral. Podcast. Nexo, 24/09/2019. Disponível: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2019/09/24/Como-Bolsonaro-tratou-daquest%C3%A3o-ind%C3%ADgena-na-Assembleia-Geral>. Acesso em: 02 nov. 2019.

Poder 360º. Reaçã e Comuna. (2019), vídeo, 38 minutos e 11 segundos. Reaçã & Comuna analisam o discurso de Bolsonaro na ONU. Poder 360º, 24/09/2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/reaca-e-comuna-analisam-discurso-de-bolsonaro-na-onu/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

O circuito produtivo do jornalismo independente na América Latina

El circuito productivo del periodismo independiente en América Latina

The productive circuit of independent journalism in Latin America

Vanessa Costa de Oliveira⁴

Ângela Cristina Trevisan Felippi⁵

Resumo: Trata-se de uma reflexão preliminar de uma pesquisa sobre o fenômeno do jornalismo independente na América Latina, tendo como objetivo, nesse artigo, investigar parte de seu circuito produtivo, a partir de Johnson (2010) e, como recorte, a experiência colombiana do meio nativo digital La Silla Vacía.

Palavras-chave: Jornalismo independente, Circuito produtivo, La Silla Vacía.

Abstract: This is a preliminary reflection of a research on the phenomenon of independent journalism in Latin America, aiming, in this article, to investigate part of its productive circuit and, as a clipping, the experience of La Silla Vacía, in Colombia.

Key words: Independent journalism, Productive circuit, La Silla Vacía.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil, nessa.costa.oliveira@gmail.com.

⁵ Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Comunicação Social, da Universidade de Santa Cruz do Sul, Doutora em Comunicação Social, Brasil, angelafe@unisc.br.

Introdução

A partir da segunda década do século XXI, sobremaneira, evidencia-se na América Latina um aumento das experiências jornalísticas que se apresentam como alternativas ao modelo tradicional de jornalismo, seja seu modelo de negócios ou modelo editorial. Esses projetos têm se autodenominado de jornalismo independente. Em estudo, a organização SembraMedia⁶ (2017) compreende que esses meios estão “transformando profundamente” a produção e o consumo jornalístico na América Latina. Eles nascem a partir das possibilidades proporcionadas pela internet e têm, também na internet, o seu suporte de circulação.

Suas principais características, em um primeiro momento, consistem na busca da independência econômica, a fim de garantir a prática de um jornalismo plural sob o aspecto das perspectivas de visões sobre a realidade, que tenha condições de, por meio da informação que investiga e publica, promover o debate democrático. Uma outra característica desse jornalismo parece ser a criação de agendas de notícias próprias, que

se diferenciam da abordagem, e angulação, da cobertura feita pela mídia tradicional, dando voz aos problemas sociais e sendo críticos ao poder.

A proposta desse artigo parte da pesquisa de doutoramento da autora principal, sob a orientação da segunda autora, em fase final de realização, que investiga o fenômeno do jornalismo independente nos territórios latino-americanos a partir da experiência de um conjunto de sites de diferentes países do subcontinente. A delimitação está na experiência do meio nativo digital colombiano La Silla Vacía, especializado em investigar o poder e a política em seu país. O site foi criado em 2009, tem sede operacional em Bogotá, com uma cobertura nacional. Tem sido considerado pela literatura da área como um dos independentes mais consolidados da América Latina. O objetivo deste recorte da pesquisa é identificar e caracterizar dois momentos do processo produtivo da organização – suas condições de produção e produção – tendo suporte no protocolo do circuito da cultura, proposto por Richard Johnson (2010).

⁶ A SembraMedia é uma organização sem fins lucrativos dedicada a aumentar a diversidade de vozes e a qualidade do conteúdo em espanhol, ajudando os empreendedores de mídia digital a serem mais bem-sucedidos e sustentáveis.

Caracterização do estudo

O jornalismo independente tem sido objeto de estudo de pesquisas nos últimos anos, que se debruçam a investigar algumas dessas experiências, mas que nem sempre se confrontam com a definição desse tipo de jornalismo. As que o fazem, não estão em consenso, deixam margem para questionamentos como os já feitos em pesquisa realizada por Oliveira (2017), que identificou haver particularidades nesse jornalismo independente que o difere dos tipos já conceituados e caracterizados pela academia. Diferentes autores têm adotado denominações e, portanto, enquadramentos do jornalismo que tratamos em categorias conceituais que vão desde de *jornalismo ou mídia independente*, *jornalismo contra-hegemônico*, *jornalismo alternativo/mídia alternativa*, *jornalismo de meios nativos digitais*, *arranjos alternativos*, *meios jornalísticos emergentes* até *novas experiências de jornalismo*.⁷

Parte significativa das pesquisas sobre esse jornalismo que tratamos recorre ao

termo *jornalismo alternativo*, ou, ao menos, aos preceitos dessa prática para orientar suas pesquisas. No entanto, o *alternativo* costuma ser um rótulo recusado entre as próprias organizações que praticam esse jornalismo independente. Em outra abordagem recorrente, o jornalismo independente remete à independência jornalística enquanto um valor normativo. Ressalta-se, no entanto, ancorando-se especialmente em Bennet (2015), que independência da mídia e mídia independente são aspectos diferentes. Nessa perspectiva, o jornalismo independente seria uma prática entre o jornalismo *mainstream* e o jornalismo alternativo.

Pesquisa realizada no âmbito da Escola de Relações Públicas e Internacionais da Universidade de Columbia, intitulada *Publishing for peanuts: Innovation and the Journalism Start-up*, conduzida por Robinson, Grennan e Schiffrin (2015), afirma que não existe suficiente literatura que discuta as particularidades e as condições de operação de uma organização de jornalismo independente. Por conta disso, uma possibilidade seria pensar essas mídias enquanto manifestações de um jornalismo

⁷ Dados os limites deste texto, não vamos referenciar toda vasta busca que fizemos a respeito das denominações do fenômeno aqui tratado, que nos levaram a mais de trinta autores tratando diretamente do tema.

digital que se coloca como uma alternativa aos modelos existentes. Salaverría (2014), nesta direção, chama atenção para a consolidação de meios digitais, especialmente na Espanha e nos Estados Unidos, mas também para a América Latina. “A menor escala, también conviene no olvidar el auge de medios digitales alternativos, que tratan de recuperar las esencias profesionales del periodismo” (Salaverría, 2014, p. 7).

Nossa pesquisa faz a opção pela autodenominação adotada por grande parte dos sites, assim como pelas organizações que os apoiam, de *jornalismo independente*, sublinhando que a tensão existente nesse termo, por conta da insuficiência de estudos que compreendam a integralidade e a complexidade do fenômeno.

Nesta direção, há, ao menos dois mapeamentos relevantes desses meios na América Latina. Um feito no Brasil, pela Agência Pública⁸, que abrange os meios independentes brasileiros, e outro da organização Sembramedia, que possui um diretório com meios dos demais países da América Latina. Importante destacar que esse último não usa o termo independente, mas

sim “meios nativos digitais”. Ambos mapeamentos seguem critérios específicos para a inclusão – que convergem para um jornalismo que nasce na internet – os meios nativos digitais – e não tem nenhum tipo de dependência organizacional com governos, partidos e empresas. Entre as características dos independentes estão: a *abrangência*, que varia de local à nacional; a *linha editorial*, destinada sobretudo a temas relacionados ao meio ambiente, direitos e conflitos trabalhistas, questões sociais e culturais; e a *forma de organização do negócios e seu financiamento*, que se apresentam como pequenas ou médias empresas, cooperativas, coletivos e organizações não governamentais, mantendo independência da publicidade e recorrendo a formas outras como o *crowdfunding*, financiamento de fundações ou colaboradores, editais públicos. Em suma, há aspectos que os agrupam, porém há diversidade no modelo de negócios.

Metodologia

Ancorado nos estudos culturais, e no protocolo metodológico do circuito da cultura,

8 A Agência Pública é a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos no Brasil e integra o grupo de projetos jornalísticos que se intitulam independentes.

proposto por Richard Johnson (2010), adaptado ao jornalismo, investiga-se dois momentos do processo produtivo de La Silla

Vacía, enquanto um meio independente: 1) o que se denomina aqui de condições de produção e o da 2) produção. A proposta

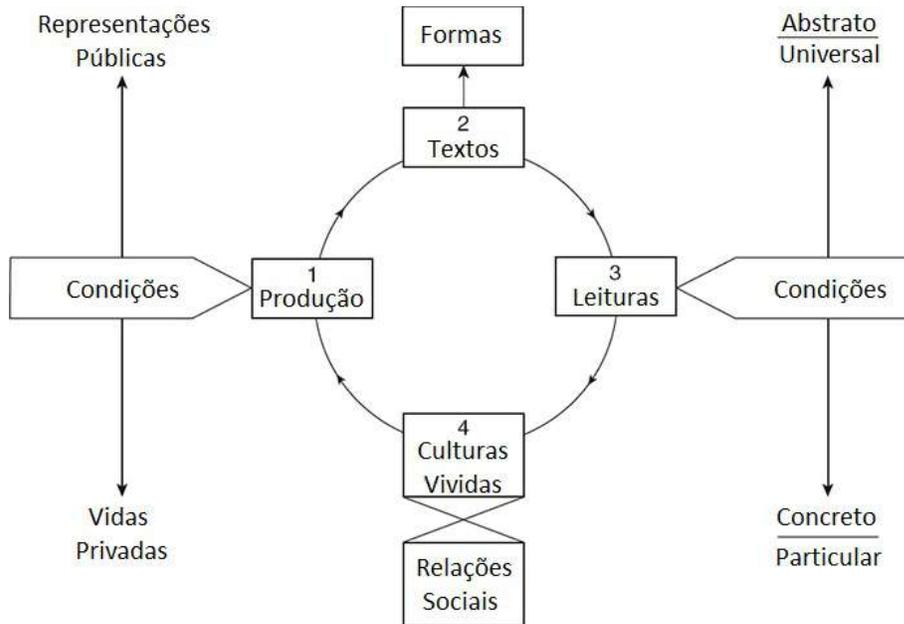


Figura 1 – Circuito da Cultura, de Richard Johnson. Fonte: JOHNSON, 2010, p. 35.

original de Johnson (2010) apresenta quatro momentos de um processo produtivo integral (Figura 1): produção, texto, leituras e culturas vividas, sendo produção e leituras interpeladas por condições capitalistas.

O protocolo metodológico desenvolvido a partir de Johnson inclui as condições de produção enquanto um *momento* do circuito, por concluir, em pesquisa anterior (Oliveira, 2017), que é nesse momento em que se observam as principais características desse

jornalismo, que acabam por influenciar na integralidade do processo: na produção e no produto entregue às audiências.

Cientes da proposição do circuito da cultura ser justamente a compreensão do processo de produção de uma prática cultural na sua integralidade, sem isolar os momentos, é que, apesar da delimitação para esse artigo estar em dois desses momentos do circuito, nos resultados apresentados na sequência

busca-se, minimamente, contemplar a integralidade do processo.

Os dados foram coletados a partir de pesquisa bibliográfica, documental, observação não participante e entrevista semiestruturada, com o editor geral de La Silla Vacía, e uma jornalista que integra a equipe, no ano de 2019, de forma presencial, em Bogotá. A observação não participante, por sua vez, ocorreu em 25 de novembro do mesmo ano, durante um *consejo de redacción* na redação da organização. A coleta de dados de campo se deu durante um período de estágio de doutorado sanduíche da autora principal, na Universidad Javeriana de Bogotá, de agosto de 2019 a janeiro de 2020.

No tocante às condições de produção, identifica-se o contexto e as motivações do surgimento da organização e, principalmente, suas fontes de ingressos financeiros. Já em produção, busca-se compreender como se estrutura a prática desse jornalismo: como está configurada sua equipe e organizada sua redação, sua linha editorial e rotina produtiva.

Reflexões e resultados

Tendo por base o protocolo metodológico do circuito da cultura, toma-se para este artigo o que denominamos de 1) condições de

produção e de 2) produção, como dois momentos selecionados para o estudo da organização produtiva do La Silla Vacía. Outrossim, o protocolo de Johnson acentua que o circuito é mediado por aspectos socioculturais, ao que denomina de *culturas vividas/relações sociais*. Nesta pesquisa, ajustamos a proposta original do autor trazendo a categoria território, no eixo tempo e espaço, para compreendermos a incidência das particularidades dos espaços de construção do jornalismo independente na América Latina. Os territórios latino-americanos são o *lócus* do desenvolvimento do jornalismo independente pesquisado, historicamente marcados por relações de subalternidade. Nesses territórios, as indústrias culturais midiáticas têm características bastante próprias, com base na propriedade privada, na concentração de propriedade, na concentração espacial, na operação comercial, sendo seus produtos caracterizado como mercadorias, e a quase ausência dos serviços públicos (Becerra, 2014). Essa *forma* (Williams, 1979) do jornalismo tradicional na América Latina, em crise, entre outros motivos, por afastar-se cada vez mais de suas audiências (Anderson, Bell, Shirky, 2012), e suas consequências, impulsionam, de alguma maneira, o

surgimento de organizações de jornalismo independente, como *La Silla Vacía*.

Inicia-se a análise, portanto, pelo momento condições de produção. *La Silla Vacía* é um site de jornalismo colombiano, fundado em 2009 e com sede na capital, Bogotá, pela jornalista Juanita León. O jornalismo praticado por La Silla – como é comumente chamada em seu país – está preocupado em compreender e escrever sobre como se move o poder na Colômbia, buscando contemplar os formadores de opinião com informações sobre a política nacional (La Silla Vacía, 2020a). O site conta com uma equipe de 35 profissionais (La Silla Vacía, 2020a), o que a coloca entre as maiores redações de meios nativos digitais na América Latina, de acordo com as informações do diretório de Sembramedia⁹.

A motivação para a fundação de La Silla Vacía, veio da vontade de ter um veículo próprio, e nele informar sobre a política e o poder da Colômbia, sem amarras institucionais. O elemento complicador vinha do alto investimento necessário para empreender esse projeto em um formato tradicional, como o papel. A internet, no entanto, tornou esses custos mais acessíveis e possibilitou que o projeto fosse viabilizado

(Editor Geral de La Silla Vacía, 2019). No entanto, o modelo digital também tem custos envolvendo o processo produtivo, o que requer alternativas de financiamento, especialmente porque o site não se vale da publicidade tradicional.

Nesse sentido, a saída que La Silla Vacía tem adotado é a de investir em uma pluralidade de fontes de ingresso financeiro. A receita total de *La Silla Vacía*, em 2019, foi de \$ 2.691.040.998 (valor em peso colombiano), arrecadada de diferentes fontes. De acordo com informações de seu site, a organização afirma que acredita na diversificação das suas fontes de recursos para garantir a sustentabilidade do projeto e a independência, porém não aceita doação, presente ou indicação de pauta por parte de políticos ou de campanhas políticas (La Silla Vacía, 2020b). Da receita total do ano de 2019, 31,9% teve origem em alianças de conteúdo, 28,5% em cooperação internacional, 12,1% em eventos e oficinas, 7,9% em produtos de La Silla Vacía, respectivamente o La Silla Llena, La Silla Académica e o La Silla Datos. Houve, ainda, 5,4% de publicidade de banners e Google Ads no site e mais 7,5% dos

⁹ <https://www.sembramedia.org/directorio-de-medios/>

Súperamigos, leitores que contribuem financeiramente (La Silla Vacía, 2020b).

Destaca-se, entre esses, a cooperação internacional, que diz respeito às doações de instituições filantrópicas estrangeiras. Se La Silla Vacía iniciou em 2009 justamente com esse financiamento, da *Open Society*, ou seja, com praticamente 100% dos recursos provenientes de um financiador internacional. Em 2019 essa porcentagem já foi de menos de 30%, e dividia em quatro: a *Open Society*, a *Ford Foundation*, a *National Endowment for Democracy* e a Embaixada da Grã Bretanha na Colômbia. Em entrevista, o editor geral de La Silla Vacía (2019) explica que a estratégia é que seja esse fundo se torne cada vez menor e que haja uma diversificação e um equilíbrio entre as fontes de ingresso, para garantir a manutenção da independência. O esforço, porém, tem gerado certa dependência de fundações financiadoras internacionais.

Esse modelo de negócios tem garantido à La Silla Vacía oferecer condições de produção estruturais aos seus colaboradores. A casa onde a sala de redação funcionava em 2019¹⁰, visitada pela autora principal, contava com uma pequena recepção, que antecedia a sala de redação propriamente, onde um pouco

deslocada, mas junto ao espaço compartilhado pelos jornalistas, estava a mesa de trabalho do editor geral. Ainda no térreo, havia uma pequena cozinha. No piso superior havia uma sala de arquivo, uma pequena sala de reuniões, um espaço compartilhado por outra parte dos jornalistas e uma pequena área externa.

De acordo com a jornalista de La Silla Vacía entrevistada (2019), a organização garantia aos jornalistas todo o equipamento de trabalho necessário. La Silla Vacía, do ponto de vista da segurança laboral, “es una seguridad absoluta”, pois firma um contrato de vínculo empregatício, e não de prestação de serviços.

No tocante ao segundo aspecto em análise do circuito produtivo do site, a produção de La Silla Vacía, evidencia-se que sua equipe, formada por 35 profissionais, está distribuída em uma estrutura hierárquica de funções, nos mesmos moldes de jornalismo tradicional (Figura 2). Destes 35 profissionais, cinco atuam em regiões colombianas, nas cidades de Barranquilla, Cali, Medellín, Neiva e Bucaramanga, o restante trabalha desde Bogotá. Cabe destacar que, em sua maioria, a equipe é formada por profissionais graduados

¹⁰ Em 2020 La Silla Vacía mudou de endereço.

em cursos como direito, história e ciências políticas¹¹

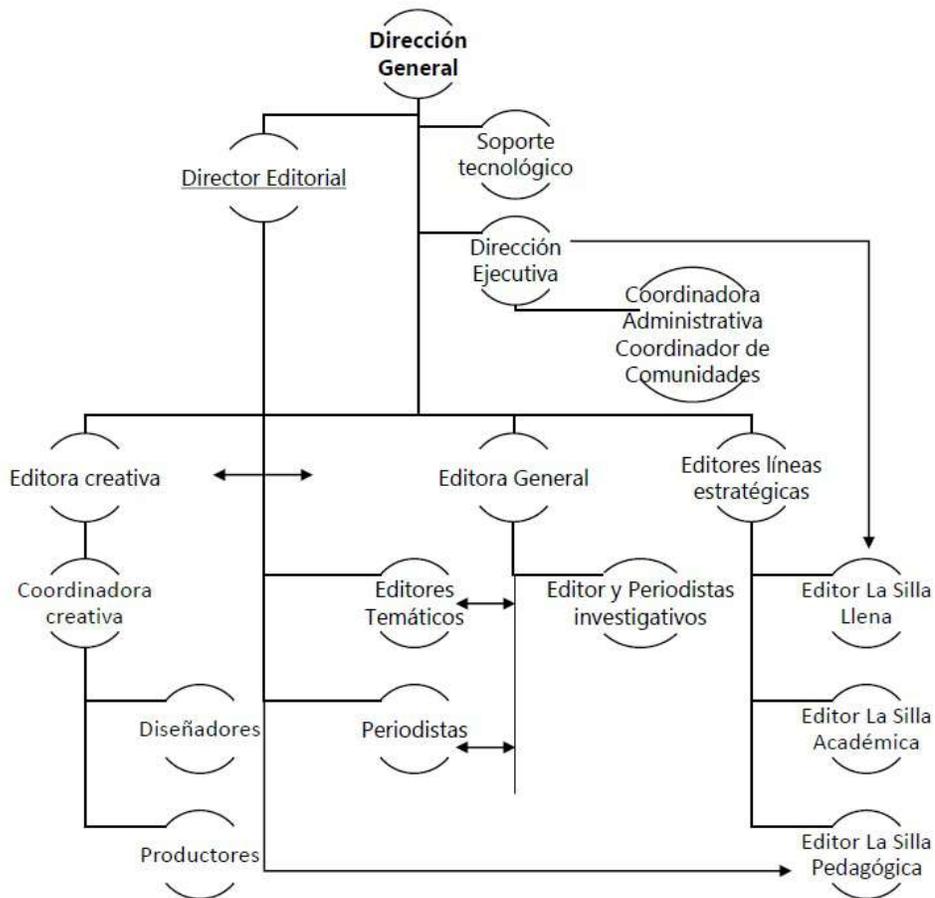


Figura 2 - Estructura da equipe da La Silla Vacía. Fonte: disponível em: <https://pt.scribd.com/document/461478614/Nueva-estrategia-La-Silla-Vacia>.

¹¹ Informação postada pela conta do Instagram de @lasillavaciaoficial, em 9 de julho de 2020, salvas em destaque como "Nosotros". Disponível em: <<https://instagram.com/lasillavaciaoficial?igshid=17yaep9ktq7hj>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Em La Silla Vacía não há manual de redação com orientações de linha editorial, como é recorrente nos veículos tradicionais. O mais próximo de uma linha editorial, de acordo com o editor geral (2019) é que La Silla Vacía é defensora da Constituição de 1991, que tem como características o pluralismo e os direitos individuais. A incorporação da linha editorial é realizada na prática profissional e na orientação do editor. Na cobertura das pautas, o *novato* apreende os valores da organização, seu modo de operação e os constrangimentos organizacionais. Quando um novo jornalista chega, ele é incumbido de cobrir um processo político (ou de poder) na Colômbia. O editor geral (2019) descreve o processo como algo intuitivo, que nem é necessário dizer ao novo jornalista: “se llegaste a La Silla, vas hacer periodismo com lo que encuentres¹²” (Editor Geral de La Silla Vacía, 2019). A jornalista de La Silla Vacía (2019), por sua vez, ao contar sobre seu início na organização, recorda uma orientação que recebeu da fundadora do site, que a orientou a fazer um jornalismo para o leitor e não para o editor, para investigar as temáticas com e a

partir de critérios jornalísticos e porque são de interesse público, o que endossa o que contou o editor.

Apesar da redação se organizar em um esquema hierárquico, o que se observou no *Consejo de Redacción* de La Silla Vacía foi um processo bastante horizontal, de troca de ideias e compartilhamento de trabalho e de avaliações. O *Consejo de Redacción* ocorre todas as segundas-feiras pela manhã e, na data observada, iniciou às 9h15 e encerrou às 11h50. Nesse encontro semanal a semana anterior é avaliada por toda a equipe, no que se pode caracterizar com uma pós-edição dos textos publicados. “La idea es que podamos discutir de manera franca lo que creemos que funciona y lo que creemos que no funciona. Porque es así que uno mejora. Entonces, de hecho, esa es la parte que me parece más valiosa¹³” (Editor Geral De La Silla Vacía, 2019). A jornalista entrevistada também reforça essa característica da cultura organizacional e de organização do trabalho em La Silla Vacía: “Es un ambiente de crítica muy sano y muy constructivo. Es un proceso de edición muy chévere porque es colectivo,

¹² “Se chegaste a La Silla, vai fazer jornalismo com o que encontrar” (Editor Geral de La Silla Vacía, 2019, tradução nossa).

¹³ “A ideia é que possamos discutir de maneira franca o que acreditamos que funciona e o que não acreditamos que funciona. Porque é assim que a gente melhora. Então, de fato, essa é a parte que parece mais valiosa” (Editor Geral De La Silla Vacía, 2019, tradução nossa).

porque todos te leen”¹⁴ (Jornalista de La Silla Vacía, 2019), como de fato se presenciou na observação feita.

As pautas, por sua vez, vão sendo discutidas e definidas ao longo da semana, uma vez que cada jornalista é responsável ou por acompanhar os processos de poder em alguma região do país ou algum processo temático, relacionado ao poder na Colômbia, como por exemplo o congresso, o conflito colombiano e a implementação do acordo de paz.

Observou-se no *Consejo de Redacción* um comportamento da equipe em relação às investigações. As pautas não tinham hipóteses, não se tratava de ir para a rua investigar, por exemplo, o porquê de determinado grupo social não participar da onda de protestos, e sim investigar quem sai ou não às ruas a reivindicar, identificar suas motivações e explica-las no texto. E nesse sentido, destaca-se uma declaração do editor geral durante a reunião: “No importa lo que la investigación encuentre, pero que cuente lo que encuentre”¹⁵.

Ainda que estes sejam resultados e reflexões preliminares, de um recorte de uma pesquisa maior em andamento, é possível inferir que o jornalismo independente de La Silla Vacía ultrapassa os aspectos da independência jornalística, enquanto valor. Em outras palavras, quando se fala em jornalismo independente não é exclusivamente a existência desse valor no processo produtivo que está em jogo, mas também, e principalmente, em uma distinção nas condições de produção e na produção desse jornalismo. O rótulo do jornalismo independente, primeiro como uma categoria auto distintiva por parte dessas organizações, se mostra, de fato, uma prática jornalística diferenciada, que se vale dos potenciais da internet, da credibilidade do jornalismo investigativo, e na diversificação e busca de equilíbrio entre suas fontes de ingressos a fim de garantir sua autonomia editorial.

Referências

Anderson, C.W.; Bell, E. & Shirky, C. (2013). Post-industrial journalism: adapting to the

¹⁴ “É um ambiente de crítica muito saudável e muito construtivo. É um processo de edição muito legal porque é coletivo, porque todos te leem” (Jornalista De La Silla Vacía, 2019).

¹⁵ “Não importa o que a investigação encontrar, mas que conte o que encontrar” (Editor Geral De La Silla Vacía, 2019, tradução nossa).

present. In: Revista de Jornalismo ESPM, São Paulo, 2, 5, 30-89. Disponível a partir de <https://pt.scribd.com/document/363776970/ANDERSON-C-W-BELL-Emily-SHIRKY-Clay-Jornalismo-Pos-Industrial-In-Revista-de-Jornalismo-ESPN-Sao-Paulo-p-32-89-maijun-2003-pdf>.

Becerra, M. (2014). Medios de comunicación: América Latina a contramano. Nueva Sociedad, Buenos Aires, 249, 61-74. Disponível a partir de http://nuso.org/media/articles/downloads/4003_1.pdf.

Bennet, J. (2015). The utopia of independent media: Independence, working with freedom and working for free. In: Bennet, J. & Strange, N. (coords.). Media independente: working with freedom ou working for free?. New York: Routledge. Disponível a partir de <http://culturedigitally.org/wpcontent/uploads/2015/01/Introduction.pdf>.

Editor Geral De La Silla Vacía. (2019) El periodismo independiente en La Silla Vacía. Entrevistadora: V. C. Oliveira. Arquivo de áudio digital (45min). Entrevista concedida à pesquisa.

Figaro, R. & Nonato, C. (2017). Novos arranjos econômicos alternativos para a produção jornalística. Contemporânea, comunicação e cultura, 15, 47-63. Disponível a partir de <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21451>.

Figaro, R.(Org.). (2018). As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. Centro de Pesquisa e Comunicação e Trabalho, ECA-USP.

Johnson, R. (2010). O que, é a final, os Estudos Culturais?. Em R. Johnson; A. C. Escosteguy; N. Schulman (Org.), O que é, afinal, Estudos Culturais?. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Jornalista de La Silla Vacía. (2019). El periodismo independiente en La Silla Vacía. Entrevistadora: V. C. Oliveira. Arquivo de áudio digital (51min). Entrevista concedida à pesquisa.

La Silla Vacía. (2020a). Quienes somos. Disponível a partir de <https://lasillavacia.com/content/quienes-somos-55168>.

La Silla Vacía. (2020b). Financiación. Disponível a partir de <https://lasillavacia.com/content/financiacion-63024>.

Melendéz Yúdico, J. (2016). Primer estudio de medios digitales y periodismo em América Latina: iniciativas, modelos de negócio, buenas prácticas. México: Factual. Disponível a partir de <http://www.nodal.am/wp-content/uploads/2016/01/Primer-estudio-de-medios-digitales-y-periodismo-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>.

Nonato, C; Bulla, O & Figaro, R. (2016) O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista. *Alceu*, 17, 33, 5-18. Disponível a partir de <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/art%205-18.pdf>.

Oliveira, V. C. (2017). Desenvolvimento e jornalismo: a estratégia produtiva da agência pública na perspectiva da informação como fator de expansão das liberdades. (Dissertação de mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil). Disponível a partir de <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1510/1/Vanessa%20Costa%20de%20Oliveira.pdf>.

Robinson, JJ; Grennan, K. & Schiffrin, A. (2015). Innovation and the journalism Start-up. Clumbia University School of International and Public Affairs. Disponível a partir de <https://www.cima.ned.org/wp-content/uploads/2015/11/PublishingforPeanuts.pdf>.

Salaverría, R. (2014). Periodismo em 2014: balance y tendencias. *Cuadernos de Periodistas*, 29, 9-22. Disponível a parti de <http://www.cuadernosdeperiodistas.com/periodismo-en-2014-balance-y-tendencias/>.

Sembramedia. (2017). Ponto de inflexão: impactos, ameaças e sustentabilidade. Um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos. Disponível a partir de https://www.omidyar.com/sites/default/files/file_archive/Inflection%20Point/Ponto%20de%20Inflexao.pdf.

Williams, R. (1979). *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Wolf, M. (2009). *Teorias da comunicação*. 10. ed. Lisboa: Presença.



Editorial “Confrontos e Contrastes” e a representação discursiva do Governador Chagas Rodrigues no *Jornal do Piauí*

Editorial "Confrontos y Contrastes" y la representación discursiva del Gobernador Chagas Rodrigues en el periódico *Jornal Do Piauí*

“Confronts And Contrasts” Editorial And The Discursive Representation Of Governor Chagas Rodrigues In Jornal Do Piauí

Nilsângela Cardoso Lima¹⁶

Resumen: O presente trabalho analisa o editorial “Confrontos e Contrastes” e a representação do governador Chagas Rodrigues publicadas pelo Jornal do Piauí, em 1962, tendo como referencial teórico e metodológico a Análise de Discurso.

Palabras Clave: Jornalismo, Análise de Discurso, Jornal do Piauí.

Resumen: El presente trabajo de investigación analiza la editorial "Confrontos e Contrastes" y la representación del gobernador Chagas Rodrigues publicadas en el periódico Jornal do Piauí, en 1962, utilizando el Análisis del Discurso como referencial teórico y metodológico.

Palabras clave: Periodismo, Análisis del discurso, Jornal do Piauí.

¹⁶ Nilsângela Cardoso Lima. Universidade Federal do Piauí, Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil, nilcardoso@gmail.com.

Abstract: This present paper analyzes the editorial “Confronts and Contrasts” and the representation of Governor Chagas Rodrigues that were published by the Jornal do Piauí, in 1962, using the Discourse Analysis as theoretical and methodological framework reference.

Key words: Journalism, Discourse Analysis, Jornal do Piauí.

1 Introdução

A imprensa brasileira desde o seu nascedouro aparece vinculada aos grupos de poder político e econômico que mantinham financeiramente a publicação, de maneira que “[...] os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas [...]” (MARTINS, 2011, p. 48). No Piauí, as marcas do partidarismo também se fizeram presente na imprensa desde o seu início no século XIX. Na segunda metade do século XX, os jornais piauienses ainda se organizaram consonante às divergências existentes entre os membros da elite política local que se fazia representar através do discurso jornalístico na luta pelo poder.

Os dois maiores partidos, Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN), ora um, ora outro, coligado

ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), disputavam mais acirradamente as eleições para chefe do executivo estadual e municipal e a imprensa era usada como porta-voz dos partidos e políticos para combater seus adversários por meio de um discurso virulento e para enaltecer os correligionários com a publicação de matérias apologéticas. O momento foi profícuo para que a imprensa de Teresina ainda em 1960 continuasse como prestadora de serviço destes partidos políticos, embora os próprios jornalistas já discutissem sobre a importância da objetividade e da neutralidade como regra fundamental para a produção das notícias.

No período em que ainda não havia manuais de redação, eram os donos dos jornais e os jornalistas que instituíam, por meio do discurso, leis e regras próprias para definir suas práticas discursivas

fazendo com que elas se distinguissem e se instaurassem como jornais de oposição, da situação ou independentes do jogo político partidário travado no campo político pela luta simbólica pelo poder. Nesta perspectiva, é que o presente trabalho tem como tema a representação discursiva do governador Chagas Rodrigues (PTB-UDN) no editorial “Confrontos e Contrastes”, publicado pela Direção do *Jornal do Piauí* no período de janeiro a julho de 1962.

Para tanto, a teoria e a metodologia adotadas foram a da Análise do Discurso na perspectiva de Foucault (2009; 2010). Foucault (2010, p. 132) dá um sentido pleno à definição do discurso, como sendo um conjunto de enunciados que se apoiam numa mesma formação discursiva e que é constituído de um número limitado de enunciados, os quais podem ser definidos por um conjunto de condições de sua existência. Entendendo que o discurso é histórico e corresponde às transformações e aos modos específicos de sua temporalidade, o conceito de formação discursiva, proposto por Foucault (2010), é crucial para a análise da secção “Confrontos e Contrastes”, que pretende se impor como autoridade política no jogo partidário no ano de 1962.

Ressalta-se ainda que os modos de produção da(s) matéria(s) e as práticas jornalísticas obedecem a determinadas regras institucionais definidas pela linha editorial do jornal e das relações de poder que se estabelecem no âmbito da redação e fora dela. Dijk (2008, p. 74) reitera que os procedimentos de controle nem sempre são arbitrários, pois os jornalistas aprendem como retratar o poder dos outros de modo a contribuir para o poder de sua própria organização, tornando-a independente de outras organizações. Constituídas assim, a instituição jornalística não se qualifica apenas em ser uma simples porta-voz dos partidos políticos, de um grupo socioeconômico, ou do governo; mas se apresenta como uma parte inerente da estrutura de poder, cuja dimensão simbólica é ela quem administra. Frente ao exposto, interessa compreender a atuação política e partidária da Direção do *Jornal do Piauí* no último ano do governo de Chagas Rodrigues que, em 1962, através da secção “Confrontos e Contrastes”, fez a defesa dos interesses do grupo de poder ligado ao PSD e se impôs como partido político para combater, especialmente, o governado petebista e a imprensa governista.

2 Jornal do Piauí: “Confrontos e contrastes” do governador Chagas Rodrigues

Fundado em 1951, o *Jornal do Piauí* se identificava no expediente como sendo de propriedade da “Editora Piauiense Ltda.” e de responsabilidade do Diretório Regional do PSD. Estruturado como órgão político a serviço do partido pessedista e dos seus correligionários, no período de 1951 a 1958, orientou a produção de matérias com um olhar favorável aos dois governadores eleitos pelo PSD nos anos de 1950 e 1954, respectivamente, Pedro Freitas e Jacob Gayoso e Almendra (LIMA, 2014). No jornal, a prática discursiva se moldava em fazer a defesa dos chefes do executivo estadual, bem como apresentar um quadro de desenvolvimento socioeconômico para o Piauí durante todo o período em que políticos do PSD tiveram à frente do poder estadual.

De jornal situacionista nos anos de 1951 a 1958, o *Jornal do Piauí* torna-se oposição em 1959. A mudança da posição do órgão e do ponto de vista sobre o governo do Piauí acompanhou o resultado das eleições de 1958, em que se configurou a derrocada do

candidato da situação, José Gayoso Freitas, com a vitória nas urnas dos candidatos a governador Chagas Rodrigues (PTB) e a vice-governador Tibério Nunes (UDN), pela chapa “Oposições Coligadas” (PTB-UDN). O resultado das eleições de 1958, favorável para a coligação PTB-UDN, contribuiu não somente para conter a sucessão oligárquica da família Freitas no governo estadual, mas também incrementou as discussões político-partidárias e a reconfiguração dos discursos produzidos pela imprensa local (LIMA, 2011).

Como oposição, a partir de 1959 a redação do *Jornal do Piauí* não enxergou as mesmas benfeitorias que aquelas feitas pelos antecessores do petebista Chagas Rodrigues no governo do Piauí. O discurso produzido pelo *Jornal do Piauí* dava ênfase, principalmente, para o que considerava erros administrativos do governador, de maneira que muitas matérias levaram como títulos a expressão de “Piauí abandonado”, “o cofre público sofre com o impacto das viagens do governador”, “desatinos governamentais”, “demagogia”, “administrador de pouca visão”, “demissão em massa”, “governo pessimista” etc. como representação do cenário político

piauiense e das ações do governador Chagas Rodrigues.

Nas edições de 1962, há um espaço na página do *Jornal do Piauí* reservado exclusivamente para a publicação da opinião da Direção do jornal sobre o governador Chagas Rodrigues. Intitulada “Confrontos e Contrastes”, a secção funciona como editorial e é assinada pela Direção. A posição do jornal é clara. Destinada ao leitor do jornal, o conteúdo publicado na secção “Confrontos e Contrastes”, todo ele, diz respeito às ações do chefe do Executivo e assume caráter crítico e denunciativo:

Confrontos e Contrastes

Prezado leitor:

Há alguns anos quando à frente do governo encontravam-se outros homens, uma nota oficial tinha um valor que somente os apaixonados contestavam. Agora as publicações governistas espalhadas pela terra e pelo céu não merecem qualquer atenção local.

Nem mesmo agora, quando o govêrno pondo a barba de mólho, desconfiado com o povo que levou no riso as 100 “realizações” de 1959 e as 100 de

1960, baixou o seu número em 1961 para 15, incluindo aumento de funcionários mas retirando das mesmas, pinturas de prédios e da “carinhosa”, caixas d’água e outras coisinhas mais.

Mas mesmo assim o govêrno não se saiu como desejava. Das 15, apenas uma é realização. A ponte feita pelo DER graças à ajuda federal e que e coisa vista e palpável. As outras 14, não. São do mesmo estôfo das que encheram os jornais situacionista no primeiro e no segundo anos de govêrno do sr. Chagas Rodrigues.

Realizações fantasmas a gosto do governador, que vive em permanente contraste entre o que diz e o que faz, fugindo a qualquer confronto com seus antecessores.

A DIREÇÃO

(CONFRONTOS E CONTRASTES.

Jornal do Piauí. Teresina, 11 jan. 1962, n. 989, p. 1, [sic.]¹⁷).

A ideia proposta pelo título da secção é apresentar o governador Chagas Rodrigues como um homem sem confronto e dos contrastes, ou seja, um tipo de político que “diz e não faz, faz e não diz, em que ninguém pode confiar. Que usará o ‘affaire’ para pregações” (CONFRONTOS E

¹⁷ A transcrição das matérias neste artigo encontra-se complementemente fiéis a redação do jornal, portanto, preserva a ortografia do período.

CONTRASTES. *Jornal do Piauí*. Teresina, 14 jan. 1962, n. 989, p. 1). Além da construção da imagem do governador como um político “demagogo”, o editorial estende a crítica aos órgãos de imprensa de Teresina que se ocupavam de espalhar publicações governistas pela terra, por meio dos jornais impressos, e pelo céu, através dos transmissores da *Rádio Clube de Teresina*.

A partir de 1960, com a inauguração da *Rádio Clube de Teresina*, Chagas Rodrigues manteve semanalmente no ar programas radiofônicos nesta emissora. Um deles foi denominado “Falando com o Povo”, e o outro se chamava “Luar do Sertão”. Irradiado às quartas-feiras, o programa contava com a presença do governador no estúdio da rádio, momento em que falava de suas realizações administrativas, apresentava sua defesa frente acusações publicadas pela imprensa de oposição ao governo e proferia discursos que enalteciam sua gestão.

Nas edições do *Jornal do Piauí* de 1962, a imagem do período em que o Piauí foi governado por Chagas Rodrigues, quando se completou mais de três anos da sua administração, foi construída sob a perspectiva de que sua gestão e suas

promessas políticas não passaram de uma “campanha teatral”, na qual a “farsa”, a “ficção”, a “comédia” e o “conto do vigário” imperava. A Direção do *Jornal do Piauí* pretendia combater as ideias construídas e publicadas pela imprensa governista que, na sua opinião, aspiravam tão-só fazer o povo piauiense acreditar que a saúde, a educação, a assistência social e as finanças do Estado estavam em plena ordem. Para desconstruir tais discursos produzidos pelos jornais vinculados ao governador, o *Jornal do Piauí* veiculava em suas páginas que Chagas Rodrigues, no dever de chefe do Executivo, não fez nada de concreto, pois as “realizações” propaladas pelos impressos e pelo rádio não ultrapassaram de pinturas e reparos de poucos prédios e caixas d’água em Teresina e construções de pontes por meio das verbas federais.

Considerando que a produção do discurso é “[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 2009, p. 24), verifica-se que os enquadramentos dos acontecimentos políticos eram organizados de acordo com os interesses da linha editorial e partidária de cada órgão de imprensa. No caso do *Jornal do Piauí*,

declarado como órgão de oposição, o governador Chagas Rodrigues era visto como um “artista dos malabarismos políticos”, que “trama” com o objetivo de enganar o povo, particularmente, por meio da imprensa governista, onde discursava e pregava a ideia de um Piauí em pleno desenvolvimento. Realidade que era combatida pela Direção do *Jornal do Piauí*, ao sustentar que o Estado se encontrava numa situação precária, a exemplo do atraso do pagamento do funcionalismo público, falta de luz e do abastecimento de água na cidade, dentre outros problemas.

Um conjunto de enunciados foi lançado contra o governador Chagas Rodrigues a cada edição do *Jornal do Piauí*. “Demagogia carnaqueana”, “seita chaguistas” e “regime caldistista”, foram algumas das representações construídas para fazer alusão às práticas de improbidade do governador petebista, a saber: a política do empreguismo e o pagamento da imprensa local com dinheiro extraído do Tesouro estadual. A Direção do *Jornal do Piauí* pontuava tudo o que ela considerava como prática desviante do governador e da imprensa escrita e falada “comprada” para fazer a defesa do governador em troca de pagamento. Desse modo, acusaram o

governador Chagas Rodrigues de pagar colonistas anônimos para chamar os órgãos da oposição de “mentirosos” e para resguardarem os rombos por ele feitos na Fazenda Estadual, conforme o editorial de 21 de janeiro de 1962:

Confrontos e Contrastes

Prezado leitor:

O sr. Governador do Estado já não tem jeito. Paga os colonistas anônimos para chamar a oposição de mentirosa e assegurar que com êle sempre estêve e estará a verdade quando, na realidade, só êle é responsável pelas pataratas lançadas ao povo piauiense.

Faça-se de cérebro frio, calmamente, um confronto com os governantes que o antecederam e veja se como a êle faltam a austeridade e a parcimônia e note-se, igualmente, como vive em contrastes as promessas feitas e suas realizações.

[...]

Conversas, só conversas moles, sem sinceridade e sem futuro, do homem sem confronto e dos contrastes.

A DIREÇÃO

(CONFRONTOS E CONTRASTES.

Jornal do Piauí. Teresina, 21 jan. 1962, ano XI, n. 992, p. 1).

O discurso jornalístico acima representa a visão crítica do *Jornal do Piauí* frente à imprensa governista e, em especial, às

práticas jornalísticas no que toca a produção de notícias referentes à administração do petebista Chagas Rodrigues. A batalha discursiva entre os órgãos de imprensa de Teresina, sob a orientação da luta política encabeçada pelos partidos hegemônicos do Piauí, promoveu a elaboração de uma retórica de combate contra e a favor do governador, por conseguinte, a verdade e a mentira veiculada pelos jornais. No caso do *Jornal do Piauí*, no lugar de oposição, primava pela verdade e pela vigilância como medida preventiva de possíveis abusos administrativos cometidos pelo governador. A direção atribuiu para si o papel de examinar os erros e apontar medidas corretivas para “reprimir os abusos ou desmanda e refrear os instintos desgovernados na ordem administrativa” (ABANDONO. *Jornal do Piauí*. Teresina, 29 mar. 1962, n. 1010, p. 1; 3). Assim, se a imprensa governista se aplicava exclusivamente a arguir a favor do governador difamando realizações fictícias no período da gestão do governador Chagas Rodrigues; cabia ao jornal de oposição o dever de imprimir “verdades” e cumprir com retidão o papel da imprensa.

A Direção do *Jornal do Piauí* afirmava ter a verdade como um valor indispensável da informação que veiculava e, com isso, colocava em xeque os discursos enunciados pela imprensa governista. Prática recorrente no jornalismo brasileiro de meados do século XX, segundo Ribeiro (2007, p. 30), quando lançavam mão da autorreferenciação para, direta ou indiretamente, atribuir para si a marcação de um jornalismo pautado nos padrões “modernos” de imparcialidade e de objetividade, buscando singularizar-se como um lugar de “estabelecimento de verdades”.

Deve levar ainda em conta que o discurso é uma prática e esta possui um suporte histórico e institucional de onde partem as regras que limitam as suas condições de aparição e sua especificidade, afirma Foucault (2009; 2010). Esse conjunto de regras é próprio da prática discursiva, que delimita as regras de formação dos objetos e das modalidades enunciativas que se caracteriza um saber. Assim, a vontade de verdade, segundo Foucault (2009), apoiada num suporte institucional, é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um compacto conjunto de práticas e pelo modo como o saber é

aplicado em uma sociedade. A vontade de verdade acompanha a vontade de saber, a qual impõe ao sujeito cognoscente certa posição, certo olhar e certa função, bem como prescreve o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis (FOUCAULT, 2009 p. 16).

A relação da imprensa com o poder se personificam através de regras e do acionamento de dispositivos de controles que implicam na ação dos jornalistas e em muitas de suas práticas, que limita e condiciona o jornalista a uma regularidade dos discursos que podem (ou não) ser veiculados nas páginas do jornal, uma vez que cabe ao diretório do PSD, enquanto responsável pelo órgão, decidir “quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (DIJK, 2008, p. 74).

Os modos de produção da(s) matéria(s) e as práticas jornalísticas obedecem a determinadas regras institucionais definidas pela linha editorial e das relações de poder que se estabelecem no âmbito da redação e fora dela. Dentre os órgãos de imprensa que serviram de meio para divulgar os discursos governistas, em 1962,

estavam a *Rádio Clube de Teresina* e o jornal *O Dia*, que foi arrendado pelo governador Chagas Rodrigues e correligionários do PTB no período compreendido de 1 de maio a 31 de outubro de 1962. Estes dois órgãos foram alvos das críticas da Direção do *Jornal do Piauí* que, dentre as acusações, a mais pontuada foi a do desvio de verbas públicas para o pagamento dos órgãos de imprensa de Teresina para a veiculação da propaganda política de Chagas Rodrigues que visava, em 1962, deixar o cargo de governador para sair candidato a senador.

Desde então, Chagas Rodrigues é representado discursivamente como “despreparado” para o cargo de grande responsabilidade, “traidor do mandato” que lhe foi conferido pelo povo. Outras representações foram enunciadas na secção “Confrontos e Contrastes”, campanha que se intensificou cada vez mais com a aproximação da data em que Chagas Rodrigues renunciaria ao cargo de governador. O jornal denominava-o de governante “bonachão”, de “mentalidade estreita”, um “politicóide” que deixou o Estado e as finanças do Piauí numa situação precária.

Confrontos e Contrastes

Prezado leitor:

O sr. Chagas Rodrigues deixou o governo. Renunciou, demagogicamente, enaltecendo-se e pondo acima do "sete estrêlas" o seu govêrno de 3 e meio anos.

Afastou-se do poder cantando as loas das "realizações" e escondendo do público a bancarrota a que levou o Estado, o eleitorado feito às custas das finanças, os "restos a pagar", os fornecimentos sem concorrência, as isenções ilícitas, o vencimento do funcionalismo atrasado.

[...]

Em todo caso deixou o poder o homem dos dois pesos e das duas medidas, dos contrastes, sem confronto, e nova era se inicia.

A DIREÇÃO

(CONFRONTOS E CONTRASTES.

Jornal do Piauí. Teresina, 8 jul. 1962, ano XI, n. 1038, p. 1).

Dentre outras denúncias publicadas pela Direção do *Jornal do Piauí* sobre a renúncia, foi majoritária a interpretação de que a saída do petebista Chagas Rodrigues do governo sinalizou o fim da comédia por ele dramatizada desde 1959, ano em que assumiu o ato de gerir o Estado do Piauí. A linguagem mordaz empregada para construir a representação das condições socioeconômicas em que ficou o Piauí após

a administração de Chagas Rodrigues, não esconde os interesses partidários da Direção do jornal em conjunto com os fatores extrajornalísticos. Antes, reafirma a identidade do *Jornal do Piauí* como órgão de oposição ao governo petebista e a atuação da imprensa como partido político.

Segundo Berstein (2009, p. 60), partido é o "lugar onde opera a mediação política", pois entre o programa político e as circunstâncias em que eles se originam há a intervenção da linguagem. Para Berstein (2009), a mediação política se situa entre o problema e o discurso e uma de suas funções principais é articular as aspirações da sociedade dentro de uma linguagem que lhe é própria. Portanto, é preciso compreender que existe uma diferença entre discurso e realidade e cabe perceber essas distâncias que são fundamentais para a compreensão dos fenômenos históricos. Entende ainda que o papel de um partido político é "traduzir" determinadas aspirações de uma época na forma de discurso, por isso, a política é a esfera do e das representações especulativas e reúne em torno de si membros que possuem uma mesma base ideológica que constitui um partido.

A imprensa como "lugar onde se opera a mediação política" (BERSTEIN, 2009, p. 60) e as estratégias discursivas dos jornalistas na produção de sentidos e veiculação do ideal de governo que desejavam, se fez ainda mais frequente em 1962, quando os partidos políticos cogitavam a formação das coligações visando às eleições do novo governador naquele ano. Como já foi salientado, a produção do discurso deve ser analisada de acordo com as condições históricas em que estes foram produzidos (FOUCAULT, 2009; 2010). Nesse sentido, em 1962, o uso do jornal como arma política era um instrumento importante para levar a cabo a campanha eleitoral e a batalha discursiva dos partidos PTB, PSD e UDN. Visando a eleição para o governo do Piauí naquele ano, o *Jornal do Piauí*, priorizou representar o período administrado pelo governante petebista, Chagas Rodrigues, com um momento pouco profícuo para o desenvolvimento econômico e industrial do Piauí.

O momento político era o de reorganização das coligações partidárias para a formação das chapas visando às eleições para governo do Estado do Piauí, agendadas para outubro de 1962. Estudiosos do contexto político brasileiro e

piauiense da segunda metade do século XX diagnosticaram que o momento era evidenciado pelo avanço do PTB frente ao eleitorado, em detrimento do declínio dos partidos de centro. No Piauí, as forças políticas hegemônicas do PSD e da UDN, naquele período, constituíam os dois partidos de centro e continuavam sendo dirigidos por fazendeiros e comerciantes locais, mantenedores dos grupos oligárquicos no poder, como sustenta Castro (1960). O PTB que se autointitulava representante dos trabalhadores urbanos e rurais e defendia a industrialização, porém, um partido de força minoritária. No plano do discurso das campanhas, de acordo com Carvalho (1960), os partidos hegemônicos conservaram avelhantadas propostas políticas que já apresentavam sinal de esgotamento da mensagem por não oferecer mais estímulo suficiente para o eleitorado que se renovava e se urbanizava. Daí a preocupação do *Jornal do Piauí* com as eleições de 1962, visto que o PSD já havia perdido o governo estadual nas eleições de 1958 para a coligação PTB-UDN.

Em julho de 1962, dois acontecimentos ganharam atenção da Direção do *Jornal do Piauí*: o primeiro, refere-se à renúncia do

petebista Chagas Rodrigues do governo do Estado para se candidatar a senador pelo PTB. Com isso, assume a chefia do Executivo do Piauí o vice-governador, o udenista Tibério Nunes. O segundo refere-se ao rompimento da aliança PTB-UDN, provocado pelo petebista Chagas Rodrigues. A partir de então, verifica-se que a produção discursiva do *Jornal do Piauí* passou a construir a imagem do governador Chagas de Rodrigues como “agitador”, “comunista”, “reformador”, “desonesto”, “inimigo” da legalidade e da ordem. Reforçavam através do discurso que Chagas Rodrigues era um político “sem tino administrativo”, de “mentalidade tacanha”, enfim, um homem dos contrastes, “[...] que prega a reparação de injustiças e injustamente derrama se por aqui por aqui e por ali de envolta com a mesquinês das sonegações, de cerceamento de direitos, arrastando ódios e demagogia rasteira” (CONFRONTOS E CONTRASTES. *Jornal do Piauí*. Teresina, 4 mar. 1962, n. 1003, p.1); sendo representado como um “[...] ‘camponês’ por conveniência e ‘capitalista’ por convicção [...]” (CONFRONTOS E CONTRASTES. *Jornal do Piauí*. Teresina, 24 jun. 1962, n. 1034, p. 1).

3 Considerações finais

De janeiro a julho de 1962, o *Jornal do Piauí* atuou como órgão pessedista e configurado como oposição ao governo de Chagas Rodrigues, eleito em 1958, pela coligação UDN-PTB. Sob a responsabilidade do Diretório Regional do PSD, o jornal sustentou uma batalha discursiva na imprensa piauiense a fim de defender os interesses do(s) seu(s) proprietário(s) e atuou como partido político. Nessas circunstâncias, o *Jornal do Piauí* publicou o editorial “Confrontos e Contrastes”, que buscava representar o governador Chagas Rodrigues como um administrador ímprobo, na medida em que não cumpria suas obrigações para com a sociedade e enunciava inverdades por meio da imprensa governista paga com dinheiro público.

Através dos editoriais analisados, verificou-se que o *Jornal do Piauí* foi utilizado como jornal-arma na batalha discursiva e na luta simbólica que travou com os demais órgãos de imprensa de Teresina que se colocam a serviço de fazer apologia ao governador petebista Chagas Rodrigues. No papel de oposição e com o

objetivo de desconstruir os discursos publicados e irradiados pela imprensa governista, a Direção do *Jornal do Piauí* buscou representar Chagas Rodrigues como um governador sem confronto e dos contrastes, um político farsante que “dramatiza no palco político” na medida em que “diz e não faz”, “faz e não diz”, portanto, um governante que o povo não poderia confiar. Assim, atribuindo para si o papel de esclarecer a sociedade sobre a administração estadual e como oposição ao governo, verificou-se que o jornal atuou como partido político e buscou representar de forma negativa a imagem do governo no período de janeiro a julho de 1962 na secção “Confrontos e Contrastes”.

Referências

BERSTEIN, S. (2009). Os partidos. REMÓND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.

CAPELATO, M. H. R. (1988). *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP.

CARVALHO, O. M. (1960). Os partidos políticos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. In: *Revista*

Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, n. 8, p. 9-19, abr.

CASTRO, F. F. (1960). A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, n. 8, p. 9-19, abr.

DIJK, T. A. V. (2008). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.

FOUCAULT, M. (2010). *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2009) *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Loyola.

MARTINS, A. L. (2011). Imprensa em tempos de império. In: _____; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

LIMA, F. S. (2011). *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no governo Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. Recife, PE: UFPE, 158p. [Dissertação de Mestrado em História].

LIMA, N. C. (2010). *Relações de poder e práticas jornalísticas em O Dia, A Cidade e Jornal Do Piauí (1951 a 1954)*. São

Leopoldo, RS: UNISINOS, 349p. [Tese
Doutorado em Ciências da Comunicação].
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

REMÓND, R. (Org.). (2009). *Por uma
história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.

RIBEIRO, A. P. G. (2007). *Imprensa e
história no Rio de Janeiro dos anos 1950*.
Rio de Janeiro: E-papers.



Bolsonaro, Supremo Tribunal Federal e empresas de comunicação: a legitimidade social do Jornalismo enquanto argumento no debate sobre as publicações legais na imprensa brasileira¹⁸

Bolsonaro, Corte Suprema y empresas de medios: la legitimidad social del periodismo como argumento en el debate sobre publicaciones legales en la prensa brasileña

Bolsonaro, Supreme Court and media companies: the social legitimacy of Journalism as an argument in the debate about legal publications in the Brazilian press

Marcionize Elis Bavaresco¹⁹

Carlos Augusto Locatelli²⁰

Resumo: Investiga-se aqui como a legitimidade social do jornalismo foi mobilizada enquanto argumento por diferentes agentes sociais na controvérsia sobre as publicações legais em jornais de ampla circulação. Para tanto, foram analisados textos jornalísticos informativos e opinativos publicados na Folha de São Paulo, manifestações públicas de instituições ligadas a setores da imprensa e uma decisão judicial. A título de conclusão provisória, se pode inferir que os agentes sociais mobilizam os argumentos de legitimidade social do jornalismo de

¹⁸ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

¹⁹ Marcionize Elis Bavaresco. Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutoranda, Brasil. E-mail: marcionize@hotmail.com.

²⁰ Carlos Augusto Locatelli. Departamento de Jornalismo da UFSC, Doutor em Comunicação, Brasil. E-mail: locatelli.jor@gmail.com.

acordo com seus interesses e concepções tanto do jornalismo como da democracia. O problema é que sem uma base mínima de acordo sobre esses aspectos a própria legitimidade social do jornalismo se fragiliza.

Palavras-chave: Jornalismo, Legitimidade Social, Publicações Legais.

Abstract: We investigate here how the social legitimacy of journalism has been mobilized as an argument by different social agents in the controversy over legal publications in widely circulated newspapers.

Key words: Journalism, Social Legitimacy, Legal Publications.

1 Recorte temático e objetivos

Em agosto de 2019 o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, editou a Medida Provisória (MP) 892/2019 que dispensava empresas de capital aberto de publicar demonstrações financeiras em jornais impressos de grande circulação. No mês seguinte, em setembro de 2019, também por meio de Medida Provisória (MP 896/2019), Bolsonaro acabou com a exigência de publicação dos atos de qualquer uma das esferas da Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal) em jornais, substituindo pela publicação na internet, em sites oficiais.

As Medidas Provisórias são ferramentas de governo, previstas na Constituição Federal Brasileira, que permitem ao presidente da República, com força imediata de lei e sem a participação prévia de deputados e senadores, colocar em vigor medidas legais urgentes e relevantes. Os membros do Congresso Nacional apenas são chamados a discuti-las e aprová-las em momento posterior, dentro do seu prazo de vigência, que pode chegar ao máximo de 120 dias. Caso uma MP não seja apreciada e aprovada nesse período, ela perde a sua validade.

As iniciativas do governo geraram um grande debate por vários motivos, entre os quais: o fato de as MPs abordarem temas

em discussão no Congresso no momento de suas entradas em vigor; a constitucionalidade ou não de tais decisões serem tomadas por meio de MPs; e, as declarações públicas feitas pelo próprio presidente de que as medidas teriam como objetivo causar limitação financeira a veículos de imprensa.

Aqui nos interessa a discussão pública mediatizada.

O objetivo principal do trabalho é buscar elementos que ajudem a compreender como diferentes agentes sociais articulam argumentos sobre as atribuições do jornalismo nas democracias, o que em última instância se configura como uma discussão sobre a legitimidade social do jornalismo. Para tanto, foram analisados notícias, reportagens, editoriais e artigos de opinião veiculados pela Folha de S. Paulo; notas divulgadas pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ); pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI); artigo publicado em jornais vinculados à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori-SC); e a decisão proferida pelo Ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, em medida cautelar que suspendeu uma das MPs.

Segundo os dados do Instituto de Verificação de Circulação (IVC) divulgados pelo próprio jornal (MAIOR..., 2020), a Folha de S. Paulo é, atualmente, o maior jornal do Brasil em termos de circulação (quando somadas as edições impressas e digitais). A Folha também tem se mantido, desde o período da campanha eleitoral, no centro de constantes embates com o atual presidente da república, Jair Bolsonaro. O jornal se tornou o alvo preferencial dos ataques de Bolsonaro à imprensa, mas não o único, como bem demonstrou o relatório sobre Violência contra Jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, divulgado pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas, 2020).

Das três entidades selecionadas, a Associação Nacional de Jornais (ANJ), fundada em 1979, é a que reúne os maiores e mais tradicionais jornais brasileiros. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) é uma entidade centenária que tem em seu quadro de associados profissionais, estudantes, proprietários e dirigentes de veículos de comunicação. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que, conforme seu estatuto, tem “por finalidade maior a defesa da ética, dos direitos humanos e da liberdade de informação e

expressão" (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, 2020).

A Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC) é uma organização que reúne, segundo informações em seu website, 109 publicações distribuídas pelo Estado. A média de tiragem dos veículos é de 2,3 mil exemplares e a maioria tem circulação semanal (55%) (ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DO INTERIOR DE SANTA CATARINA, 2019). A entidade, além de atuação como porta voz dessa parcela da mídia regional, também articula a captação de publicidade e a publicação de conteúdos em rede.

2 Discussão teórico-metodológica²¹

O jornalismo, ao menos em seu modelo hegemônico, tem enfrentado um momento de contestação por distintos grupos da sociedade enquanto instituição capaz de colaborar com a democracia. Basta

observar os comentários em websites e perfis em redes sociais de boa parte dos veículos jornalísticos do Brasil para ter elementos empíricos que sustentem essa afirmação. Muitos autores interpretam que a atual crise pela qual passa o jornalismo contemporâneo (abordada por exemplo em CHRISTOFOLETTI, 2019; HENN & OLIVEIRA, 2015; GASHER *et al.*, 2016; DOWNIE JR.; SCHUDSON, 2009; entre outros) transcende o modelo de negócio e as mudanças estruturais na forma de produção, distribuição e consumo de conteúdo jornalístico, para também se configurar como uma crise de legitimidade.

Um dos autores comumente mobilizado ao se falar de legitimidade é Max Weber, o qual também possui um construto teórico que ajuda a compreender as instituições modernas. Compreender o jornalismo enquanto uma instituição social, a partir das contribuições weberianas, tem a implicação de reconhecer que existe uma certa "ordem estatuída" (WEBER, 1991, p. 32), e que essa tem, ao menos relativamente, uma influência sobre a ação

²¹ Alguns dos elementos teóricos aqui apresentados têm sido estudados, elaborados e reelaborados no bojo do projeto de pesquisa "A legitimidade do Jornalismo contra a parede: o confronto entre a Teoria do Jornalismo e a Teoria Democrática", em desenvolvimento enquanto tese de doutoramento de autoria de Marcionize Bavaresco, com a orientação do prof. Dr. Carlos Locatelli.

que lhe é singular. Para identificar essa ação é preciso olhar para os indivíduos, já que apenas eles teriam a prerrogativa de realizar uma ação social motivada por um sentido. No caso do jornalismo, os indivíduos que se enfeixam a partir da institucionalização praticam a ação de "fazer jornalismo", a qual possui a particularidade de se orientar tanto por fins (seja a obtenção de lucro, dentro do sistema empresarial, seja a manutenção da própria instituição no caso de organizações jornalísticas sem fins lucrativos) como por valores (princípios normativos).

Portanto, a ação social em questão é o fazer jornalístico, enquanto a instituição social típico-ideal jornalismo atua na dimensão da coordenação da ação. Ou seja, durante o processo de racionalização típico das organizações modernas, o qual passa necessariamente pela burocratização e consequente institucionalização, determinadas ações orientadas por fins e/ou valores passam a ser repetidas pelos diferentes indivíduos que constituem a instituição, gerando um rol de ações típicas daquela associação específica. Seguir essa tendência reforça a legitimidade das ações individuais, ao mesmo tempo em que a repetição do padrão por vários indivíduos

gera um reforço da legitimidade dos elementos tidos como típicos da instituição.

No entanto, é preciso lembrar que Weber fala em "pretensão à legitimidade" (WEBER, 1991, p. 139), ou seja, as ações dos integrantes da instituição não são garantia de legitimidade, embora apenas por elas seja possível alcançá-la. Nesse sentido, a legitimidade está no âmbito da relação social, já que depende da adesão dos agentes a quem essa pretensão se direciona. Avaliar essa adesão requer, em decorrência, observar as ações sociais desses indivíduos, que consomem o conteúdo noticioso, falam publicamente sobre suas expectativas em relação ao jornalismo, manifestam ou negam sua crença na legitimidade do jornalismo etc.

Em síntese, na compreensão aqui elaborada a partir da apropriação dos elementos teóricos weberianos, a legitimidade jornalística se constitui dos argumentos mobilizados pelos jornalistas, seja no âmbito individual, seja no âmbito institucional, reconhecidos como válidos pelo público ao qual esses argumentos são apresentados, de modo a possibilitar a realização da ação de produção e consumo de informações jornalísticas de maneira

relativamente estável ao longo de um período de tempo.

Neste trabalho nosso objeto de análise são, justamente, esses argumentos mobilizados pelo maior jornal do país, a Folha de S. Paulo, por entidades que dão voz a diferentes setores da imprensa, e pelo campo jurídico em torno de um caso específico, o das discussões em torno das MPs 892 e 896.

3 Abordagem analítica e discussão

A abordagem analítica do material empírico é baseada em princípios da análise de conteúdo, em linhas gerais definida por Bardin, 2004, p. 9) como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (...). O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas (...) é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. Um elemento relevante dessa proposta é sua realização em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos

resultados obtidos e interpretação.

Embora essas etapas tenham sido realizadas de maneira separada, para efeito de síntese aqui as apresentaremos de maneira integrada.

As discussões em torno da promulgação, pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro, das MPs 892 e 896, ambas de 2019, se estenderam por meses. Apenas levando em consideração os conteúdos publicados pela Folha de S. Paulo sobre o tema, localizaram-se materiais distribuídos pelo período de agosto de 2019 a março de 2020. Dos 32 textos mapeados, 19 fazem referência direta à assinatura, publicação, discussões e invalidação da vigência das MPs. Os outros 13 textos fazem referência indireta aos casos, especialmente mobilizadas pelo jornal enquanto exemplos de ataques do presidente à imprensa, de maneira geral, e à Folha de maneira particular.

Dos 19 textos que diretamente abordaram o tema, 11 são noticiosos e quatro opinativos: um editorial²², um comentário na coluna de Hélio

²² Publicado em 9 de agosto de 2019 sob o título: “Com o fígado” (COM O FÍGADO, 2019).

Schwartzman²³, um artigo na coluna da jornalista Patrícia Campos Mello²⁴ e outro na coluna da *ombudsman* do jornal, Flávia Lima²⁵. Todos os textos de opinião, portanto, são de autoria de profissionais ligados à Folha, e não de colaboradores externos. Em todos eles há o argumento de que Bolsonaro age de maneira vingativa, enquanto o jornalismo está cumprindo a sua função social.

Nos textos informativos, basicamente, aparecem os argumentos do próprio presidente, de que alguns veículos jornalísticos mentem a seu respeito, o perseguem e, por isso, ele “retribuiu” com as Medidas Provisórias. Os argumentos do presidente são ambíguos em vários momentos. Ao mesmo tempo que afirma a intenção de limitar o orçamento dos jornais, também diz que as iniciativas são para “beneficiar o setor produtivo” e reduzir gastos públicos.

A reportagem “Bolsonaro assina MP que acaba com publicação de balanço de empresa em jornais” (MARQUES & SÁ,

2019) é um exemplo. Na mesma frase o presidente apresenta os dois argumentos:

No dia de ontem eu retribuí parte daquilo que a grande mídia me atacou. Assinei uma medida provisória fazendo com que os empresários que gastavam milhões de reais ao publicar obrigatoriamente por força de lei seus balancetes agora podem fazê-lo no Diário Oficial da União a custo zero (MARQUES & SÁ, 2019).

A observação mais marcante desse material é que todos os envolvidos chamados a se posicionar sobre o tema, em alguma medida, fazem referência a uma atuação esperada do jornalismo. Aqueles que criticam a postura do presidente, seja por não concordarem com as Medidas Provisórias em si, seja por não concordarem com os argumentos mobilizados por Bolsonaro para justificá-las, apontam que o jornalismo está cumprindo seu papel enquanto guardião/fomentador da democracia. Já Bolsonaro usa a mesma expectativa de uma ‘função’ do jornalismo, que ele diz ser

²³ Publicado em 9 de agosto de 2019 sob o título: “Bolsonaro e a mídia” (SCHWARTSMAN, 2019).

²⁴ Publicado em 9 de agosto de 2019 sob o título: “Bolsonaro segue à risca o manual húngaro de combate à mídia crítica” (MELLO, 2019).

²⁵ Publicado em 11 de agosto de 2019 sob o título: “Bolsonaro quer vingança” (Lima, 2019).

a de divulgar a 'verdade', para acusar os veículos jornalísticos de não estarem cumprindo o que se espera deles.

3.1 Seletividade argumentativa de acordo com as esferas sociais

Um aspecto que chama a atenção é a diferença dos argumentos apresentados pelo governo na Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra a MP 896 e aqueles mobilizados pelo presidente Bolsonaro no debate público. Isso pode ser observado na decisão do Ministro Gilmar Mendes (BRASIL, 2019), que traz um relato dos argumentos tanto das partes contrárias à MP, no caso o partido Rede Sustentabilidade e a ANJ, como dos apresentados pelo presidente Bolsonaro. Na peça jurídica os argumentos centrais do governo são a modernização da legislação inerente às obrigações de publicidade de concursos e contratos/licitações e a redução de gastos públicos com o pagamento das publicações. No debate público o presidente mobiliza argumentos de que alguns veículos jornalísticos mentem e, por isso, merecem ser punidos com limitação de recursos.

Na decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal, Gilmar Mendes, em outubro de 2019, a questão da limitação orçamentária gerada aos veículos de imprensa é apontada como um dos motivos para suspender a eficácia imediata da Medida Provisória 896/2019. Isso porque a manutenção de sua vigência acarretaria grave e irreparável prejuízo aos jornais.

(...) informações constantes da petição da Associação Nacional de Jornais (e-DOC 29) também demonstram a urgência na concessão da medida cautelar requerida. Em curto espaço de tempo, e antes mesmo da confirmação da Medida Provisória pelo Congresso, os efeitos de sua edição estão, supostamente, afetando a imprensa, especialmente nos Municípios, levando ao fechamento ou diminuição de circulação, afetando a própria liberdade de imprensa, bem tão caro à Democracia (BRASIL, 2019, grifo nosso).

Em relação aos conteúdos veiculados pelas associações selecionadas (ANJ, ABI e Adjori/SC), há contrastes no tratamento do assunto. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) fez uma primeira manifestação, por meio de uma nota burocrática. Em 9 de agosto a entidade

divulgou que “recebeu com surpresa e estranhamento a edição da Medida Provisória 892, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, que dispensa a publicação de balanços de grandes empresas nos jornais” (Associação Nacional de Jornais, 2019). Isso porque o próprio presidente da República havia sancionado, meses antes uma lei que entraria em vigor em 2022 determinando que os balanços das empresas com ações negociadas em bolsa deveriam ser publicados “de modo resumido em veículos de imprensa na localidade sede da companhia e na sua integralidade nas versões digitais dos mesmos jornais” (Associação Nacional de Jornais, 2019).

Já em relação à MP 896 a reação teve um tom diferente. Em 9 de setembro a ANJ emitiu nota em que afirmou que a edição da Medida Provisória, “ao atingir financeiramente os jornais, é mais uma iniciativa do governo para enfraquecer a atividade jornalística”. A nota também cita o fato de o presidente ter afirmado que a iniciativa era uma “retribuição” à cobertura dos jornais. Para a entidade o ato “buscou fragilizar a atividade jornalística, atingindo especialmente pequenos e médios jornais

no interior do país, onde já começam a se formar os chamados desertos de notícias”.

Com o título “ABI reitera preocupação com a democracia”, a Associação Brasileira de Imprensa divulgou nota assinada pelo seu presidente, Paulo Jeronimo, no dia 7 de agosto de 2019, em que argumentou que a medida adotada pelo governo Bolsonaro de desobrigar empresas de publicarem seus balanços em jornais teve “o fim exclusivo de retaliação às críticas, configurando claramente uma afronta às liberdades constitucionais de imprensa e de expressão”(JERONIMO, 2019).

O tema foi retomado em reportagem publicada no site da ABI no dia 10 de setembro, que teve como foco o “Ato em Defesa da Liberdade de Imprensa, do Jornalismo e da Democracia” realizado no dia anterior, em São Paulo (SP). O evento/manifesto foi organizado pela ABI, pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Pelo Instituto Vladimir Herzog e pelos Centros Acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP) Lupe Cotrim, Vladimir Herzog e 11 de Agosto, conforme informa a própria reportagem.

No texto o caso da publicação da Medida Provisória 892 é citado entre o rol de

ataques do que o governo Bolsonaro estaria direcionando à imprensa.

Em retaliação a coberturas consideradas desfavoráveis ao governo, o presidente assinou a Medida Provisória que extingue a obrigatoriedade da publicação de balanços por empresas de mídia impressa e desacata, persegue e processa qualquer jornalista que lhe dirija perguntas embaraçosas. As empresas que lhe são fiéis tratam de demitir em massa equipes de jornalistas presumíveis “de esquerda” (COURI, 2019).

Nos jornais vinculados à Adjori/SC houve a divulgação de um artigo supostamente assinado pela própria entidade em conjunto com o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de Santa Catarina (Sindejor/SC), com a Associação dos Diários do Interior de Santa Catarina (ADI/SC), Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), Associação dos Jornais do Interior do Brasil

(Adjori Brasil) e Associação dos Diários do Interior do Brasil (ADI Brasil) com críticas aos “erros de análise” da “grande mídia” sobre as MPs.

Utilizamos o termo “supostamente” porque, apesar de ter sido reproduzido em pelo menos cinco jornais afiliados à Adjori/SC²⁶ com essa indicação de autoria, não encontramos o texto nos websites das organizações.

Em um trecho do artigo consta que

a reação da chamada “grande imprensa” foi rápida em determinar que a medida é uma espécie de revanche do presidente da República pelo tratamento que tem recebido desses veículos de comunicação, e não o resultado de uma necessária modernização do meio jornal, em contínuo processo de migração para o espaço digital. (MÍDIA..., 2019).

O texto ainda se posiciona em relação a editorial de um desses veículos da “grande imprensa” que teria relatado, incorretamente, que os veículos de

²⁶ Dos 122 veículos de comunicação listados no website da Adjori/SC como Jornais Associados, fizemos uma busca por amostragem em 15 deles. Em cinco localizamos o artigo intitulado “Mídia Regional: Ágil e Conectada. Independente e responsável”. Em todos a publicação tem texto idêntico e encerra com a informação “Assinam este artigo as seguintes entidades: Sindejor/SC, Adjori/SC, ADI/SC, Acaert, Adjori Brasil e ADI Brasil. Localizamos o artigo no website do Jornal Metas, bissemanal com sede em Gaspar/SC; do Jornal Nortesus, semanal de Passo de Torres/SC; do Folha do Oeste, semanal de São Miguel do Oeste/SC; do Jornal O Celeiro, semanal de Campos Novos/SC; e do Jornal da Fronteira, semanal com sede em Dionísio Cerqueira/SC.

comunicação regionais seriam os mais afetados pela não obrigatoriedade de publicação dos balanços.

Ao contrário do que afirma o já citado editorial, não dependem de verbas públicas ou publicações legais. No que diz respeito à geração de receita, dependem, isso sim, do bom e estreito relacionamento que mantêm com a iniciativa privada local, regional ou mesmo estadual.

(...) São gritantes as diferenças entre o que se convencionou chamar de imprensa nacional e mídia regional. Enquanto a primeira preocupa-se, no mais das vezes, em impor posições conforme seu entendimento dos cenários que se apresentam, a outra se esforça para manter seu público informado, função principal do Jornalismo, dando condições de análise e formação de opinião por parte dos próprios leitores. (MÍDIA..., 2019).

Tanto a ANJ, de maneira mais sutil, como a ABI, de maneira mais enfática, condenam a ação governamental sob o argumento de que o jornalismo possui atribuições importantes para a sociedade, desse modo, tanto a sua liberdade como a sua sustentabilidade devem ser resguardados. Argumento corroborado

pelo exposto na decisão proferida por Gilmar Mendes. Curioso observar que o artigo publicado pelos jornais vinculados à Adjori criticam a "grande mídia" por defender primordialmente os interesses das organizações, enquanto os veículos regionais teriam como prioridade manter seu público informado, "função principal do jornalismo".

4 Considerações finais

O presente trabalho compõe, por meio de um levantamento de dados metodologicamente orientado pela análise de conteúdo e teoricamente orientado pela concepção de legitimidade do jornalismo baseada em princípios weberianos, uma espécie de mosaico de discussões em torno das atribuições do jornalismo a partir da perspectiva de diferentes agentes sociais. Aqui se optou por um recorte temático bem pontual, as discussões em torno das Medidas Provisórias 892 e 896, ambas sem vigência atualmente.

A título de conclusão provisória

se pode inferir que os agentes sociais mobilizam os argumentos de legitimidade social do jornalismo de acordo com seus

interesses e concepções tanto do jornalismo como da democracia. Se é que é possível dizer que todos os agentes sociais mapeados no caso empírico estão calcados no registro democrático. O problema é que sem uma base mínima de acordo sobre esses aspectos a própria legitimidade social do jornalismo se fragiliza.

Referências

Associação Nacional de Jornais. (2019). Nota à imprensa - Medida Provisória 892. *Jornal ANJ Online*. Retrieved from <https://www.anj.org.br/site/component/k2/1-noticias/jornal-anj-online/21559-nota-a-imprensa-medida-provisoria-892.html>

Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. *Revista Educação* (Vol. 22). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

CHRISTOFOLETTI, R. (2019). *A crise do jornalismo tem solução?* (1st ed.). Barueri-SP: Estação das Letras e Cores.

Com o fígado. O que a Folha pensa. (2019). *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/08/com-o-figado.shtml>

COURI, N. (2019, September 10). Um novo "renascimento da sociedade" em São

Paulo. Retrieved from <http://www.abi.org.br/em-sp-um-novo-renascimento-da-sociedade/>

Downie Jr., L., & Schudson, M. (2009). *The Reconstruction of American Journalism A report by*.

Federação Nacional dos Jornalistas. (2020). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil - Relatório de 2019*. Brasília - DF. Retrieved from <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>

Gasher, M., Brin, C., Crowther, C., King, G., Salamon, E., & Thibault, S. (Eds.). (2016). *Journalism in Crisis: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press.

HENN, R. C., & OLIVEIRA, F. M. de. (2015). Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica. *Revista FAMECOS*, 22(3), 77–95. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2015.3.20560>

JERONIMO, P. (2019, August 7). ABI reitera preocupação com a democracia. Retrieved from <http://www.abi.org.br/abi-reitera-preocupacao-com-a-democracia/>

Lima, F. (2019, August 11). Bolsonaro quer vingança. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/08/bolsonaro-quer-vinganca.shtml>

MARQUES, J., & SÁ, N. de. (2019, August 6). Bolsonaro assina MP que acaba com publicação de balanço de empresa em jornais. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/bolsonaro-assina-mp-que-acaba-com-publicacao-de-balanco-de-empresa-em-jornais.shtml>

MELLO, P. C. (2019, August 9). Bolsonaro segue à risca o manual húngaro de combate à mídia crítica. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from [\[segue-a-risca-o-manual-hungaro-de-combate-a-midia-critica.shtml\]\(https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/08/bolsonaro-quer-vinganca.shtml\)](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/patriciacamposmello/2019/08/bolsonaro-</p></div><div data-bbox=)

Mídia Regional: Ágil e conectada. Independente e responsável. (2019, August 9). *O Celeiro*. Retrieved from <http://jornalceleiro.com.br/2019/08/midia-regional-agil-e-conectada-independente-e-responsavel/>

SCHWARTSMAN, H. (2019, August 9). Bolsonaro e a Mídia. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2019/08/bolsonaro-e-a-midia.shtml>

WEBER, M. (1991). *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. (R. Barbosa & K. E. Barbosa, Trans.) (Vol. 1). Brasília - DF: Edditora Universidade de Brasília.



Caracterización, encuadres, fuentes y agendas en el cubrimiento en medios nacionales del proceso de paz en Colombia y el posacuerdo 2013-2018

Characterization, settings, sources and agendas in the coverage in national media of the peace process in Colombia and the post-agreement 2013-2018

Mario Enrique Morales Rincón ²⁷

Resumen: Luego de cinco años de negociaciones, dos años de implementación de los acuerdos entre el gobierno colombiano y la guerrilla de las Farc, y la llegada de un nuevo gobierno, el proceso de paz está en crisis. Una investigación, fundamentada en un observatorio de medios, monitoreó de manera censal cerca de 21 mil piezas periodísticas publicada en los medios nacionales de prensa y televisión colombianos, con el fin de establecer caracterización, encuadres, fuentes y agendas de las narrativas mediáticas.

La ingente investigación, con base en el análisis de estándares de calidad periodística, se dividió en 10 fases, aportó una metodología dinámica y flexible para adaptarse a los constantes cambios propios del proceso, arrojó un completo análisis final y durante el desarrollo entregó resultados parciales a manera de insumos para reflexión y debate con periodistas, medios, investigadores, docentes y estudiantes de periodismo.

²⁷ Mario Morales, profesor asociado Universidad Javeriana-Bogotá. Magister en estudios literarios. Colombia moralesm@javeriana.edu.co.

Los indicadores contemplaron 7 ejes: contexto, adecuación y coherencia informativa, origen de la información, base investigativa, tematización, manejo de las fuentes, formas utilizadas, ética periodística y encuadre de cada una de las piezas monitoreadas, con base en las teorías contemporáneas del periodismo.

Palabras Clave: Observatorio, Proceso de paz, Cubrimiento periodístico.

Abstract: After five years of negotiations, two years of implementation of the agreements between the Colombian government and the FARC guerrillas, and the arrival of a new government, the peace process is in crisis. An investigation, based on a media observatory, monitored nearly 21 thousand journalistic pieces published in the Colombian national press and television media, in a census manner, in order to establish characterization, frames, sources and agendas of the media narratives.

The huge investigation, based on the analysis of journalistic quality standards, was divided into 10 phases, provided a dynamic and flexible methodology to adapt to the constant changes inherent in the process, yielded a complete final analysis and during the development delivered partial results to input for reflection and debate with journalists, media, researchers, teachers and journalism students.

The indicators contemplated 7 axes: context, information adequacy and coherence, origin of the information, investigative base, thematization, management of sources, forms used, journalistic ethics and framing of each of the monitored pieces, based on contemporary theories of the journalism.

Key words: Observatory, Peace process, Journalistic coverage.

La paz y la guerra no sólo han estado presentes en los relatos periodísticos del país sobre el país durante casi dos siglos de vida republicana, sino que además forman parte de los imaginarios que los medios de

comunicación han construido con respecto al pasado, presente y futuro del país. Buena parte de sus representaciones están construidas por narrativas y estéticas periodísticas que han generado diversas

percepciones sobre el significado de la Paz, el conflicto armado y de procesos colaterales como la construcción de memoria y verdad luego de cinco décadas continuas de violencia.

Por esa razón y tras una rigurosa investigación acerca del proceso de paz del gobierno colombiano con la guerrilla de las FARC entre 2012 y 2017, que finalizó con acuerdo histórico, y que indagó acerca de los estándares de calidad periodística en el cubrimiento de los diálogos en los medios nacionales, es posible establecer una correspondencia entre los relatos, a los cuales se les hizo seguimiento diario, y los imaginarios que se fueron construyendo paulatinamente a lo largo de este lustro.

Objetivo general

Establecer si el cubrimiento del proceso de Paz en medios nacionales cumple estándares de calidad periodística y garantiza a ciudadanos información rigurosa, oportuna y veraz.

Objetivos específicos

Caracterizar las agendas, narrativas y estéticas el cubrimiento de los medios al proceso de paz con las FARC

Determinar los encuadres y enfoques del cubrimiento de medios nacionales.

Entrever las representaciones e imaginarios que esos medios hacen tanto de las negociaciones en La Habana como de otros conflictos armados que vive el país

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

El monitoreo, con la metodología de observatorio de medios basado en análisis cuantitativo y cualitativo— evidenció carencias periodística tras el análisis de más de 25 mil piezas publicadas acerca del proceso en La Habana y el concomitante conflicto armado en estándares de calidad como la confiabilidad (idoneidad y pluralismo de las fuentes), relevancia (interés público, impacto y estatus de los actores de la información), proximidad (afectación), adecuación (contexto informativo), precisión (datos y lenguaje), claridad (comprensión del lenguaje y legibilidad), independencia y correspondencia entre la agenda del medio, la agenda ciudadana y la agenda pública. Los instrumentos fueron construidos con base en las teorías propias del periodismo como Agenda Setting,

Framing, Noticiabilidad, Calidad Periodística y fundamentos deontológicos, que cuentan con una amplia bibliografía en inglés y español. En esa medida y tras hacer el seguimiento desde punto de vista censal, se planteó la necesidad de mirar el tratamiento de la información desde el punto de vista del encuadre, a través del cual los medios fueron testigos, artífices y partícipes de la emoción connatural con este tipo de procesos que desde el principio plantearon toda suerte de expectativas.

La investigación se dividió en 10 fases que pusieron el foco de acuerdo con el desarrollo de la agenda planteada por las partes durante 60 meses. En total se monitorearon y analizaron las piezas periodísticas, entre informativas y de opinión, acerca del proceso en 6 medios nacionales (4 de televisión y 2 periódicos) se identificaron temas, enfoques, sujetos y objetos de la información, tratamiento de las fuentes y contexto informativo, así como los tipos de relatos y el lenguaje periodístico, a partir de corpus de los medios impresos y audiovisuales.

Desde el inicio del proceso de paz en 2012 los medios nacionales de prensa y televisión presentaron cotidianamente informes sobre el desarrollo de los

diálogos celebrados en la Habana, Cuba, en medio de dificultades planteadas como la distancia de esas conversaciones, el régimen de confidencialidad acordado por las partes y la sensibilidad nacional luego de seis fracasos previos en otros tantos procesos que buscaban la pacificación del país.

Al comienzo todo fueron versiones. No había hechos constatables para narrar y los reporteros se vieron supeditados a ejercer el periodismo de declaraciones con la idea de integrar relatos creíbles, a veces con trabajo de campo propio, siguiendo su propia línea editorial, o influenciados por la agenda intermedia, esto es, la tematización y jerarquización construida por los medios de mayor circulación o penetración. Los relatos periodísticos y su tratamiento, paulatinamente, fueron incidiendo unos en otros a través de escenarios emocionales que pasaron por etapas tales como el secretismo y las filtraciones hasta la aceptación de las partes de la existencia de un acercamiento y el interés en dialogar. Así, los medios, sorprendidos por la existencia de los diálogos, narraron ese inicio de una manera escéptica, pero tras la instalación formal de la mesa le dieron cabida al optimismo, asumiendo que ese

acuerdo tardaría nueve meses, como quedó pactado en la ceremonia de instalación. No obstante, la demora en la discusión del primer punto, por ejemplo, tardó casi seis meses y mostró en las narrativas una tendencia al pesimismo; Luego vinieron las otras etapas en cascada, que involucraban la discusión de cada uno de los seis puntos planteados en la agenda, que inicialmente y por coincidencia tuvieron ocurrencia semestral y que luego se fueron conjuntando y mezclando en la medida en que quedaban puntos pendientes que se dejaban para el final.

Esa emocionalización se vio exacerbada cuando el expresidente Uribe pasó a la oposición del proceso utilizando para ello una plataforma sensible, inmediata y de alta penetración como Twitter, con un lenguaje fuerte, señalador y acusador que recogía rumores, información privilegiada y diatribas que polarizaron el cubrimiento.

Gobierno y guerrilla, por su lado establecieron dos canales de comunicación con los medios y la población: uno, los comunicados oficiales escritos o verbales; y dos, las declaraciones a destajo por fuera

de la mesa, bien por parte de los mismos voceros o de personajes piloto de cada una de las dos partes con el fin de incidir en las narrativas periodísticas y a través de ellas, en la opinión pública, buscando réplicas en las rondas de diálogos subsiguientes²⁸.

Así, voces duras, altisonantes e incluso pendencieras de cada parte ventilaron ante los medios temas o debates que no tenían carácter oficial.

En esa escena de dimes y diretes, de presiones y preacuerdos, de regaños y reconciliaciones, el periodismo nacional le apostó al cubrimiento de declaraciones, versiones y reacciones, sin tener la posibilidad de verificarlas, más allá de los comunicados antes mencionados.

Durante el cubrimiento hechos contaextuales fueron llevando a las narrativas a estados de ánimo que pasaron por la incredulidad, la cautela, la exaltación, el pesimismo y finalmente el determinismo en la medida en que los diálogos se iban extendiendo año tras año, siempre con la premisa de que nada estaría acordado hasta que todo estuviera acordado.

²⁸ <http://www.noticiasrcn.com/nacional-pais/los-dialogos-paz-las-farc-cumplen-un-ano-habana>

A esa demora se sumó la desinformación y confrontación de propaganda política oficial y de otras vertientes, así como la presión de un sector de la opinión pública que apoyaba la solución militar.

Resultados, reflexiones y conclusiones

En medio del determinismo de seguir en una guerra sin fin, inoculado desde los albores del nuevo siglo, medios y organizaciones de periodistas supervivientes se descubrieron a sí mismos desnudos en el flamante escenario. En los años previos y de manera paulatina se fueron desmontando las unidades y secciones de conflicto y paz, común denominador en prensa, radio y televisión. Sin posibilidades estructurales de cubrir la guerra en el lugar de los hechos, migraron a otras fuentes u otros quehaceres. Incluso las capacitaciones y actualizaciones, tan frecuentes en el cierre del siglo XX en procura del tesoro escondido de la calidad periodística, se volvieron cada vez más esporádicas. También contribuyó la crisis generalizada de los auspiciadores europeos. Todos, en el gremio y en la

academia, parecían ocupados de otras cosas, como en los debates atinentes a la supervivencia de los medios de comunicación ante la emergencia de Internet y de las narrativas con asiento en soportes de nuevas tecnologías.

La siguiente fase fue de cautela. Algunos medios comenzaron a tener enviados especiales no sólo en la Habana, epicentro de los diálogos, sino en otros lugares donde se definía el presente y futuro de las conversaciones.

Para entonces los temas concernientes a la guerra intestina seguían siendo los mismos: Tomas, bajas, operativos, secuestros y estadísticas, es decir la lógica del conflicto, en la que las rutinas periodísticas habían estado alineadas y entrenadas durante años con sus correspondientes y repetidas formas expresivas, centradas en la polarización, discriminación y victimización, contadas de manera episódica, discontinua y sin contextos profundos. Sin tejido narrativo.

La estrategia de relatos entre contendientes, polos opuestos y enemigos, propia del conflicto, se trasplantó sin mayores reservas a la discusión política, jurídica o sobre la forma como se desarrollaban los diálogos, es decir

encuadrada en la confrontación, el disenso extremo y la polarización.

A renglón seguido se generalizó la personalización del discurso de paz en la figura del presidente Santos y el de guerra en la de su antípoda irreconciliable, el senador Álvaro Uribe.

Aparte de las restricciones de acceso para la prensa, el proceso de diálogos fue dispendioso, lento, monótono, difícil de narrar día tras día. La repetición de escenarios y rutinas de los voceros en la mesa ha contagiado los relatos que en lo formal parecen indiferenciados para las audiencias.

La base de los contenidos giró fundamentalmente en torno a los pronunciamientos de las fuentes oficiales, o estuvo en directa relación con las reacciones de partidos políticos, opositores, funcionarios o personajes piloto, en detrimento del relato de los hechos en sí mismos y de su profundización. Primó el quién sobre el qué. En ese sentido los temas que tenían que ver con ciudadanía no superaron el 2% de los asuntos informativos observados.

Los temas privilegiados fueron el acuerdo general, el apoyo internacional y la restitución de tierras, así como agendas

emergentes apoyadas en debates políticos o jurídicos como el marco legal para la paz, la entrega de armas o la tregua bilateral del fuego.

En esa atmósfera inestable crecieron, se reivindicaron o murieron rumores, contradicciones, críticas y halagos en las piezas periodísticas de información y en las columnas de opinión. La ausencia de fuentes o espacios de interacción en Cuba, trasladó el epicentro informativo a Bogotá. Esa escasez de hechos o sucesos catapultó el caudal de informaciones sobre el fuego cruzado, combates, tomas y atentados a lo largo del proceso, calificados como contradictorios y contaminantes.

En ese sentido, el body counting y los daños colaterales, así como el seguimiento estadístico a víctimas o acciones guerrilleras durante las treguas unilaterales de la guerrilla centralizaron la información fáctica en los altibajos narrativos de los diálogos.

Las rutinas periodísticas, especialmente en lo atinente al manejo de fuentes en las piezas analizadas, se fueron mecanizando. El cubrimiento de los decires del uribismo en las redes sociales se contrastaba con las reacciones gubernamentales y viceversa.

A las informaciones confidenciales de la oposición les seguía el intento de legitimación del proceso a través de las declaraciones de apoyo de dirigentes nacionales y personalidades internacionales.

Periódicamente aparecieron, incrustadas entre picos y valles de esas emociones, las encuestas, no pocas veces contradictorias²⁹, generando a su vez tópicos diversos y cambiantes de percepción, incredulidad y desconfianza.

Caracterización del cubrimiento

Paulatinamente los diálogos de La Habana pasaron de ser tema marginal en los medios hasta convertirse, en la segunda vuelta presidencial de 2014 y en los primeros meses del gobierno del presidente Santos, en uno de los temas centrales, aunque en medio de la incertidumbre por el secretismo inicial y las filtraciones posteriores en un entorno de ambivalencias.

De la misma manera, el encuadre escéptico del comienzo fue dando paso al creciente apoyo editorial de los medios,

visible en sus editoriales, pero también en la prominencia de las informaciones, jerarquización de los temas en la agenda cotidiana, hasta el respaldo irrestricto en campañas como #soycapaz30 que vinculó a más de un centenar de empresas privadas, entre ellas a los mismos medios de comunicación. No obstante, hubo voces críticas desde las columnas de opinión, caricaturas o desde las secciones de confidenciales.

En general el cubrimiento de esa parte del proceso fue, como en otros monitoreos sobre el conflicto, de corte machista, no sólo por la preeminencia de voces masculinas entre las fuentes citadas y entre los sujetos narrados, sino también por la vigencia de estereotipos manifiestos en narrativas sobre la superficialidad de la presencia femenina en el proceso. Valga como ejemplo el tratamiento light que los medios le dieron a la presencia de Tanja, la guerrillera holandesa en la capital cubana.

No hubo acuerdo ni claridad sobre las formas discursivas del periodismo para denominar lo que pasaba en medio de las conversaciones, comenzando por la forma

²⁹ <http://www.eltiempo.com/politica/gobierno/encuestas-gallup-y-cnc-sobre-optimismo-en-colombia/14506020>

³⁰ <http://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/campana-soy-capaz-de-empresarios-colombianos-/14505039>

de nombrar el mismo proceso: fin del conflicto, paz, posconflicto, transición o posacuerdo, teniendo en cuenta las implicaciones que cada uno de esos rótulos tenía en medio de las pugnas discursivas entre las partes que hablaban, las que se oponían y las que definitivamente no estaban de acuerdo y que llegaban a los medios contaminadas por rumores y por estrategias de propaganda política que bordearon el código penal.

Si bien el léxico reporteril pasó de términos como bandidaje y terrorismo a insurgencia y "alzados en armas", fue notoria la disparidad de criterios a la hora de calificar los sucesos como conflictos, rupturas, batallas, guerras, o acciones terroristas.

La concomitancia de conflicto, guerra y diálogos originó confusión en los tiempos narrativos de los medios que no dejaban en claro qué era presente y qué era pasado. Algo similar sucedió en el tratamiento de las víctimas, a veces narradas desde la guerra, a veces narradas desde el escenario del posconflicto; ora

representadas en su dolor, con no poco tinte sensacionalista; ora relatadas como sujetos de derecho. Abundó la experiencia individual, a veces ligada a la revictimización, e hizo falta una visión conjunta de los efectos dolorosos de la guerra.

De nuevo apareció, como en experiencias de observatorios previos en relación con el conflicto interno armado en Colombia³¹, la proliferación de notas de registro, con tono notarial, si bien necesario no suficiente para construir los relatos que requería el proceso no sólo desde la perspectiva de memoria sino de presente continuo que permita la comprensión de la problemática en sus múltiples dimensiones.

En prensa predominaron las noticias (27%) y las columnas de opinión (29%). Es decir, un sector de la población recibía información tratada con componentes de opinión, antes que la información dura. Un tercio de la información se presentó sin autoría, aunque su despliegue fue

31

http://www.google.com.co/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CCwQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.cinep.org.co%2Findex.php%3Fopcion%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D132%26Itemid%3D79%26lang%3Des&ei=0EMSVMzAFZK1sQSB4CQDQ&usg=AFQjCNGhAFy0Sm9rKyyAqJflo9FqLFUOlw&bvm=bv.75097201,d.cWc

generalmente medio. Las noticias aparecieron relacionadas con otros hechos, pero sin un contexto temporal amplio. El 39% de las piezas se acompañaron de fotografías donde predominan el presidente y funcionarios del Estado. En general se describieron acontecimientos y se registran reacciones/opiniones sobre el acuerdo y los temas de la mesa de conversaciones, aunque el tema de la paz pasó muy frecuentemente como tema complementario de noticias sobre otros temas relacionados. Las fuentes privilegiadas fueron los funcionarios del gobierno, expertos y políticos.

La televisión presentó la información sobre el proceso de paz prioritariamente en el primer bloque informativo y en formato de noticia. Usualmente se presentaron relaciones con otros hechos, pero faltó el contexto temporal, y se registraron declaraciones y opiniones por encima de los acontecimientos; en un 35% de las piezas se incluyeron fragmentos de entrevistas como recurso narrativo, donde el presidente y los negociadores de las FARC fueron los sujetos protagónicos de las imágenes. Al igual que la prensa, los

temas más relevantes fueron la agenda de negociaciones y la alusión marginal a las relaciones de otros temas frente al proceso de paz. Las fuentes más frecuentes fueron los representantes del gobierno y los negociadores de las FARC.

En esta fase la narrativa fue dispar, disruptiva, incierta, a veces simplificada, asida del lenguaje de las fuentes, segregacionista con "el otro", contaminada de propaganda y vacilante en la configuración de su peso específico entre la guerra y la paz.

Siguiendo la bitácora de Xavier Giró³², investigador de conflictos de la Universidad autónoma de Barcelona, y con base en el monitoreo de la fase mencionada podemos decir que el cubrimiento no fue completo ni revelador; fue polarizante desde la perspectiva emocional y no le dio la debida importancia los temas subyacentes, salvo contadas excepciones. Siguió los ritmos oficiales o gubernamentales, pendiente de lo coyuntural y no del largo plazo; hizo énfasis narrativo en la justicia, entendida como impunidad versus castigo, y no como reducción del sufrimiento humano

³² http://lalentevioleta.files.wordpress.com/2012/06/mpdh_18cat_losdocumentalesdelfeminiciodiocidadjuarez.pdf

mediante el perdón, la no repetición o el conocimiento de la verdad. Siguió la lógica del cubrimiento de la guerra, utilizando generalizaciones, encuadrado en el foco de que al final debe haber un ganador y un perdedor, no pocas veces con un punto de vista maniqueo o asentado en el patriotismo; no le dio voz a todas las partes, no vio el conflicto como un problema, sino a uno de los bandos como el problema y por eso los narró desde una perspectiva deshumanizada, cosificada, preocupada por las cifras y las estadísticas. El cubrimiento fue reactivo, con énfasis en las consecuencias tangibles de la violencia y no en los efectos que no se ven y de largo plazo; se enfrascó en las polémicas y no se preocupó por dilucidar los rumores, engaños y falsedades difundidos por los diversos sectores interesados. En últimas no privilegió el perdón, la reconciliación ni las iniciativas de paz, opacadas por la misma guerra narrada y sobre diagnosticada que mencionábamos al comienzo.

Pero quizás uno de los aspectos más llamativo del estudio tiene que ver con el encuadre desde el cual siguen narrando los medios. Entrenados durante muchos años en el cubrimiento del conflicto y no pocas

veces contagiados por la propaganda política, los medios siguen narrando el proceso desde la perspectiva de adversarios, esto es, de vencedores y vencidos, de enemigos irreconciliables, de buenos y malos.

Claro el mismo gobierno, con la voz altisonante de funcionarios del sector defensa, las rabietas del presidente o el discurso encendido de la fuerza pública abonaron ese terreno maniqueo del cual no logramos salir. Incluso propuestas, como el desescalamiento del lenguaje, hechas en momentos de tensión o indignación no fueron comprendidas y se convirtieron en epicentro de burlas y diatribas.

Ese ambiente enrarecido ha impedido el apoyo a la mesa en tanto que una de las partes sigue siendo deslegitimada como interlocutor válido contradiciendo la lógica de las conversaciones y los acuerdos.

En términos generales a través del seguimiento diario se evidencian rutinas periodísticas alineadas y entrenadas durante años desde esa perspectiva de enemigos, con incidencia de renovados discursos de odio, con sus correspondientes y repetidas formas expresivas, centradas en la sectarización o en la victimización.

En la construcción de las informaciones el gobierno aparece como principal punto de referencia por la preeminencia de la voz presidencial, del comisionado y de sus voceros en la mesa, pero escasean las voces y rostros de las víctimas, de la sociedad civil y de la academia. Interesa más la dialéctica de guerra y paz, entendida como contienda entre Uribe y Santos, por ejemplo.

Quedó claro que sigue primando el cerofuentismo o el unifuentismo con especial relieve de las fuentes oficiales. Y en lo atinente a las formas narrativas de sujetos y fuentes, las imágenes y descripciones se han ido mecanizando en ángulos, encuadres y adjetivos, de tal manera que parecen repetidas o de archivo, sin serlo.

La dialéctica encendida de las redes sociales ha reemplazado el periodismo de investigación y de interpretación. Sin proponérselo, los reporteros han legitimado como fuentes a redes sociales que no lo son y que, a veces, ni siquiera quieren serlo, como lo describen su presentación. De esta manera el trabajo de campo se ha reducido a las rondas por internet en busca de reacciones, opiniones

personales o comunicados sin el suficiente trámite de verificación o sustentación.

La agenda de los medios nacionales es generalista, apunta a contar el desarrollo de la mesa como tal, sus ritmos, sus tiempos, sus desavenencias y sus polémicas, pero no busca los detalles en los puntos específicos ni en los subtemas, ni en los asuntos relacionados o emergentes producto de la dinámica de las conversaciones.

Como consecuencia de la emocionalidad, se ha instalado la lógica narrativa del conflicto en la que los hechos disruptivos como combates o ataques contra combatientes o infraestructura que antes eran colaterales han pasado a ser temas centrales en momentos de tensión, pero brillan por su ausencia los temas que tienen que ver con acciones de paz, reconciliación y perdón.

Es justo reconocer que hubo una ligera mejoría una vez se aprobó el tercer punto. Se incrementaron los informes, los enviados especiales y crecieron tanto el análisis como los puntos de vista en columnas de opinión y editoriales pero también en la parte informativa con presencia de voces de la sociedad civil. También se ha mejorado en el uso de

recursos narrativos y en el manejo del lenguaje. Pero todavía falta ...

Referencias

-Bonilla J.I (2012) Aprendizaje y Escenarios emergentes <http://eticasegura.fnpi.org/2013/05/03/12-recomendaciones-sobre-el-cubrimiento-periodistico-del-conflicto-armado/>

- Kovach y Rosensthiel. Los elementos del periodismo. Madrid: Editorial El País; 2003.

-Fuller J. Valores periodísticos. Ideas para la era de la información. Buenos Aires: La Crujía; 2002.

-Mc Quail, D. La acción social de los medios. Los medios de comunicación y el interés público. Buenos Aires: Amorrortu; 1998.

-Pellegrini, S., "La medición de la calidad de la prensa en Chile". En: Cuadernos de Información 1999 (13): 49-55. Santiago de Chile; 1999.

-Gutiérrez, L. Análisis de la calidad informativa, primer paso hacia el cambio. Revista Palabra Clave 2006 (9): 29-56.

- Perelman, Ch. El imperio retórico. Retórica y argumentación. Bogotá: Norma; 1997.

- McCombs, M The public opinion quarterly, vol 36 No. 2 1972, 176-187

-Altamirano, X et al, Los relatos periodísticos del crimen, documento No 2 FES c-3 pg 100

-Entman R, Framing Bias, Media in the distribution of power. Journal of Communication, Volume 57, Issue 1, pages 163-173, March 2007

-Wimmer & Dominick, Mass Media Research: An Introduction, Ninth edition, digital, 2010

-Strauss, A., & Corbin, J. (1990). Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques. Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.

-Arruda et al, Medios masivos de comunicación, una mirada sobre los imaginarios, representaciones sociales y políticas en Colombia, Revista Humanizarte, Año 6 No 9, 2007 pp 129X.



Puertas adentro: cómo los medios en Venezuela dan cobertura a la migración y a la crisis humanitaria

Portas internas: como a mídia na Venezuela eles cobrem a migração e a crise humanitária

Behind closed doors: how the media in Venezuela cover migration and the humanitarian crisis

Mariela Torrealba³³

Resumen: La investigación que se presenta caracteriza y tipifica la cobertura que 3 medios en Venezuela han dado a la crisis humanitaria y a la migración. Los medios seleccionados para la investigación son un nativo digital que surgió frente a las restricciones y precarización que se viven en el país; un medio impreso regional en la frontera con Colombia; y, un medio gubernamental. En esta investigación encontramos que el tratamiento informativo y los géneros como noticia y reseña son los dominantes dando cuenta de poco trabajo en profundidad por parte de los medios. Las temáticas dominantes son la internacional, los sucesos y las vinculadas con combustible y energía dando cuenta del impacto que el racionamiento de combustible se vive en la frontera. Conviene reseñar que se mantiene el estigma del migrante delincuente en los medios venezolanos. Por lo que podemos concluir que la cobertura de la crisis humanitaria, la emergencia humanitaria compleja y/o la migración en Venezuela tiene todavía un largo camino por recorrer para cumplir con las necesidades de información de los venezolanos.

³³ Mariela Torrealba, profesora Asociado del Departamento de Periodismo de la Escuela de Comunicación Social de Universidad Central de Venezuela, Presidenta de la Invecom, Directora Académica de Medianálisis, Magister Scientiarum en Planificación UCV, Venezuela, torrealbamarielaisabel@gmail.com

Palabras Clave Crisis Humanitaria, Tratamiento Periodístico, Migración.

Abstract: This paper characterizes and typifies the coverage that 3 media in Venezuela have given to the humanitarian crisis and migration. The media selected for the research are a digital native that emerged in the face of restrictions that exist in the country; a regional print media on the border with Colombia; and, a governmental medium. In this research, we found that journalistic treatment and genres such as news and informatives chronicles are the dominant ones, accounting for little in-depth work by the media. The dominant themes are international, crimes, and those related to rationing fuel and energy. It should be noted that the stigma of the criminal migrant is maintained. Therefore, we can conclude that the coverage of the complex humanitarian emergency still has a long way to go to meet the information needs of Venezuelans.

Key words: Humanitarian Crisis, Journalistic Treatment, Migration

Breve introducción y nota metodológica

La investigación que se presenta caracterizará y tipificará la cobertura que 3 medios en Venezuela han dado a la crisis humanitaria o emergencia humanitaria compleja³⁴ que vive el país y a la migración que en el último quinquenio ha marcado la

vida nacional y la de los países vecinos. Los medios seleccionados para la investigación son un nativo digital que surgió como respuesta a las restricciones y precarización que vive la industria informativa venezolana: *Efecto Cocuyo*, un medio impreso regional el *Diario La Nación* (en su versión web) del estado Táchira en

³⁴ Debe destacarse que durante el año 2018 la prensa venezolana utilizó varias nociones asociadas con lo que es una emergencia humanitaria compleja predominando la noción de crisis humanitaria. De acuerdo a la bibliografía del área la crisis se produce por un factor externo: catástrofe natural o guerra, mientras que la emergencia humanitaria compleja apunta a factores políticos internos.

la frontera con Colombia³⁵; y, un medio gubernamental *Correo del Orinoco* que es distribuido gratuitamente en su versión impresa en diversas ciudades del país.

Tomamos como antecedentes de este estudio, los datos que hemos recabado durante este bienio sobre la cobertura de la crisis humanitaria³⁶ durante el lapso enero a septiembre de 2018 realizada por 2 medios en la que encontramos que se privilegiaba lo informativo y los géneros esencialmente noticiosos y no se encontraban propuestas desde lo nacional sino de forma aislada, predominando una visión de la problemática que privilegiaba las fuentes, decisiones, reuniones, iniciativas y decisiones tomadas desde foros internacionales o desde países afectados por las consecuencias de la migración venezolana. También incorporaremos los datos que se derivan de dos estudios sobre cobertura de migración realizados en diciembre de 2018 y en

diciembre de 2019 en 20 medios venezolanos³⁷. El primero de ellos tomó como eje clave el 18 de diciembre de 2018, Día Internacional del Migrante y día en el que se firmaba el *Pacto Internacional por una Migración, Ordenada, Libre y Segura en la ONU*, encontramos en este análisis que se privilegiaba en un 68% la reproducción del trabajo realizado por Agencias de Noticias u otros medios de diversos países, mientras que el 84% eran textos breves de carácter puramente noticioso, pero lo más llamativo es que a nivel temático la migración venezolana es contada a través de las declaraciones de funcionarios de otros países y organizaciones, haciendo cada vez más evidente la omisión del tema por parte del gobierno venezolano. El segundo estudio repite muestra y categorías tomando como eje el 18 de diciembre de 2019 y realiza un análisis comparativo de los cambios ocurridos en este año. Encontramos que los periodistas y reporteros de los medios en el país empiezan a firmar sus trabajos, cosa que

³⁵ Debe destacarse que la prensa diaria en Venezuela en 1998 totalizaba 124 diarios, hoy no sobreviven 30. El Diario La Nación es el único impreso que se mantiene en el Estado Táchira, frontera viva con Colombia.

³⁶ Torrealba, M. La crisis humanitaria: nos miramos desde lo externo. <https://www.medianalisis.org/wp-content/uploads/2018/12/Informe-crisis-humanitaria.pdf>

³⁷ Torrealba, M. Día Internacional del Migrante: 18 de diciembre de 2018 ¿Qué dijeron los medios periodísticos venezolanos?, julio 2019. En: <https://www.medianalisis.org/dia-internacional-del-migrante-18-de-diciembre-de-2018-que-dijeron-los-medios-periodisticos-venezolanos/>

no hace en el año anterior, reduciéndose la información de agencias u otros servicios informativos, se recupera el reportaje y el tratamiento interpretativo y aunque a nivel temático sigue dominando una visión desde ojos externos, encontraremos una diversificación de los temas y asuntos abordados³⁸.

Como basamento teórico tomamos la teoría del encuadre (frame-framing) combinándola con las propuestas teóricas que alimentan la caracterización de los textos periodísticos. Coincidimos con Ardèvol-Abreu, quien considera que las informaciones periodísticas son construcciones articuladas alrededor de un eje central del pensamiento que proporciona a la audiencia un marco interpretativo de los mensajes (Ardèvol-Abreu, 2016). Las propuestas teóricas que alimentan la caracterización de los textos periodísticos fundadas en los tratamientos informativos (Borrat, 1989, Mesquita, 2007) y los géneros (Castejón, 2009, Todorov, 1996) nos permiten estructurar una investigación que identifique, tipifique y

caracterice las construcciones periodísticas con los elementos conceptuales propios de esta práctica social y textual que es el periodismo (Martini, 2000; Torrealba, 2010).

Consecuentemente son objetivos de esta investigación:

- Tipificar los tratamientos, géneros y autoría utilizados en los medios objeto de estudio con el propósito de caracterizar el tipo de trabajo periodístico que se realiza.
- Caracterizar la jerarquización temática y enfoque que sobre la crisis humanitaria o emergencia humanitaria compleja y la migración se realiza en los medios objeto de estudio

Este estudio de carácter descriptivo combinará diversas estrategias de abordaje:

- Se analizará la cobertura que durante una semana continua realicen los medios de objetos de

³⁸ Torrealba M. Cambios en la cobertura periodística venezolana sobre migración, febrero 2020. <https://www.medianalisis.org/cambios-en-la-cobertura-periodistica-venezolana/>

estudio. La semana seleccionada fue la del 15 al 21 de diciembre de 2019 dado que el 18 de diciembre es el Día Internacional del Migrante. En este estudio se tipificarán los tratamientos y géneros periodísticos utilizados, la autoría de estos textos, así como la temática y tendencias que se deriven de las informaciones

- Acompañaran estas estrategias de campo el análisis documental, tanto de la literatura del área como el análisis de datos de tres estudios que sobre la cobertura de la crisis humanitaria y la migración realizamos durante el bienio.

Debe destacarse además que a la compleja y dolorosa situación sociopolítica y económica de Venezuela se suma que a lo largo del siglo XXI en Venezuela la prensa venezolana ha vivido una historia compleja y difícil reseñada en los informes de violaciones a los derechos a la libertad de expresión de organizaciones nacionales como Provea, Espacio Público, IPYS y Medianálisis. Esta situación también ha sido constatada por organizaciones internacionales como *Freedom House*, *Human Right Watch*, Reporteros Sin

Fronteras, entre otros. Este escenario, además está caracterizado por la desaparición de medios de comunicación tradicionales y una información discontinua, sesgada y/o parcial de los acontecimientos nacionales, regionales y locales, en los que la cobertura periodística de temas de interés fundamental para el país como lo son la emergencia humanitaria compleja y la migración se torna uno de los desafíos centrales por acometer. En atención a esto seleccionamos tres medios diferentes: *Correo del Orinoco* un medio gubernamental en su versión digital que es distribuido gratuitamente en su versión impresa en diversas ciudades del país y que consolidó la intención de Hugo Chávez, quien convirtió en una de sus preocupaciones centrales el control de la información. Incluimos también a *Efecto Cocuyo* un medio digital fundado por mujeres periodistas que surge como respuesta al progresivo cierre de opciones informativas del país; y, el *Diario La Nación*, uno de los escasos medios regionales que subsiste en formato impreso y que desde su fundación hace más de medio siglo hace vida en la compleja zona fronteriza del país.

Correo del Orinoco empezó a circular el 30 de agosto de 2009 y es parte del Sistema Nacional de Medios Públicos de Venezuela. En el acto de entrega del Premio de Periodismo durante 2008 Hugo Chávez llama a combatir la "*canalla mediática*" y a fundar un diario que se inspire en el impreso fundado por Simón Bolívar en el siglo antepasado. Destaca Bisbal que al inicio de la presidencia de Chávez los medios públicos eran de escaso alcance y de precaria infraestructura. Desde un principio se propuso fortalecerlos no sólo incrementando la capacidad de los que tenían, sino ampliando y diversificando los mismos, a través, primero de la creación de lo que Bisbal denomina medios para-estatales que consolidó en la creación de una amplia red de medios comunitarios. Una segunda gran fase se despliega a través del control de los medios audiovisuales a través del mecanismo normativo de concesiones que tiene el país que derivó en el año 2007 en el cierre de RCTV y en el 2008-2009 del cierre y/o control de una importante cantidad de emisoras radiales en todo el país. Ya en la presidencia de Maduro empieza tanto el control del papel a los medios impresos como una agresiva política de compra y

cooptación de medios impresos y/o audiovisuales.

El *Diario La Nación* fue fundado por la familia Cortés en 1968 en la ciudad de San Cristóbal, estado Táchira en la frontera con Colombia. Llegó a ser un diario estándar de varios cuerpos y paginación generosa con un tiraje que alcanzaba hasta 50 mil ejemplares. Sin embargo, en el segundo semestre de 2019 su directora la profesora Omaira Labrador señalaba que el tabloide de escasas páginas sobrevivía por su compromiso con la frontera y los tachirenses alcanzando un tiraje impreso de 3000-3500 ejemplares.

Para explicar lo que puede ser calificado de un proceso de extinción de la prensa regional conviene recordar que en 1946 se contaba con 14 diarios regionales y en el 2007 con 85 diarios regionales que se aproximaban a un tiraje cercano de 2 millones de ejemplares según registra en

ese año el profesor Marcelino Bisbal³⁹. Después de una década la ONG Espacio Público⁴⁰ contabiliza que en el 2018, 40 medios impresos han dejado de circular de forma indefinida y 13 cambiaron su periodicidad, tamaño y/o restringieron de diversas formas su circulación. Y en el 2019 la ONG Medianálisis en su informe sobre la temática explicaba que estos cierres y cambios no obedecían a la migración voluntaria a plataformas digitales, sino a lo que fue una política de estado de restricción de acceso al papel que desde 2012 era una prerrogativa de gobierno administrada a través de la Corporación Alfredo Maneiro. En diciembre de 2018 Prodavinci y el Instituto Prensa y Sociedad relataban que a finales de 2018 circulaban en 20 estados del país 27 medios⁴¹.

Efecto Cocuyo nace en el 2015 como respuesta de tres mujeres periodistas venezolanas al proceso de censura, cooptación, compra e intimidación que han venido viviendo los medios en Venezuela en los últimos años que se acentuó en el año

en el año 2014 con las poco transparentes operaciones de compra-venta del diario Últimas Noticias y del centenario diario El Universal. Efecto Cocuyo es fundado por Laura Weffer, Luz Mely Reyes y Josefina Ruggiero quienes con la creación de este medio buscan una nueva manera de informar al país.

Conviene destacar que los diarios en Venezuela que alguna vez tuvieron archivos y buscadores propios en el marco de la crisis económica han suspendido estos servicios y se limitan al mínimo por lo que la búsqueda se realizó a través de Google en el marco de una búsqueda avanzada que totalizó 38 Unidades Redaccionales (UR) para el Diario La Nación, 27 para Efecto Cocuyo y 19 para Correo del Orinoco para un total de 84 UR. La búsqueda se realizó utilizando como criterios de búsqueda las frases "crisis humanitaria" or "emergencia humanitaria compleja" or "migración" y delimitando por medios en lapso personalizado: 15 al 21 de diciembre de 2019; país: Venezuela; y seleccionando el

³⁹ Bisbal, M (2007) Medios en Venezuela ¿dónde estamos? En Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología ISSN 1315-0006 / Depósito legal pp 199202ZU44 Vol. 16 No. 4 (octubre-diciembre, 2007): 643 – 668
<https://www.redalyc.org/pdf/122/12216401.pdf>

⁴⁰ Sin periódicos menos noticias en <http://espaciopublico.org/sin-periodicos-menos-noticias-en-venezuela/>

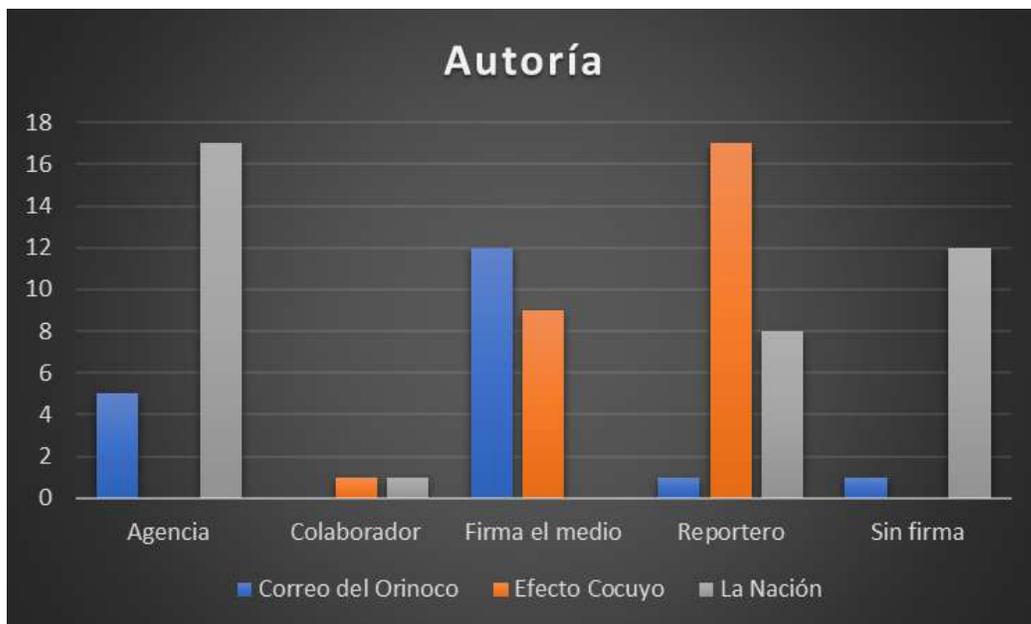
⁴¹ <https://prodavinci.com/periodicos-en-venezuela-datos-de-una-crisis/>

criterio: noticia que ofrece el buscador. Debe destacarse que en el caso de Correo del Orinoco se descargó el pdf correspondiente a cada día y se revisó minuciosamente los 7 ejemplares digitales del diario.

Seguidamente presentamos los resultados que se desprenden del análisis y una primera reflexión sobre estos datos.

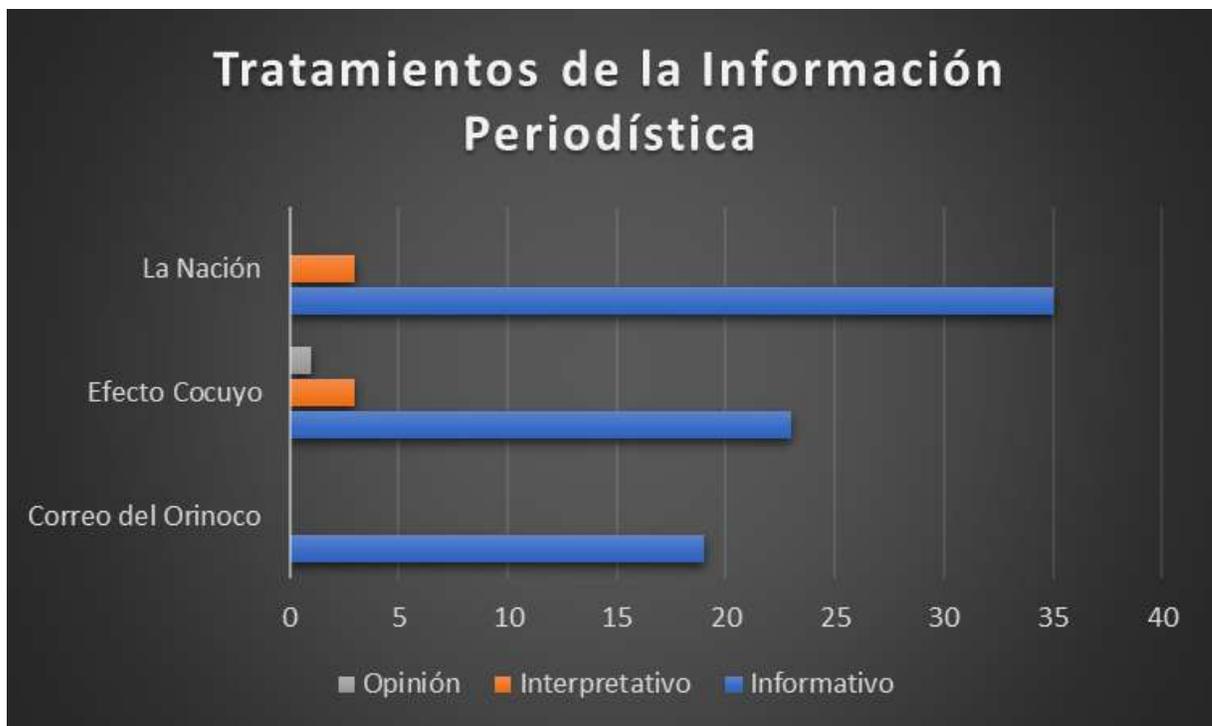
En la muestra seleccionada el Diario La Nación alcanza el 45% de la muestra, mientras que Efecto Cocuyo el 32% y Correo del Orinoco 23 informaciones. De la autoría conviene destacar como en Efecto Cocuyo la mayor parte de los textos está suscrita por sus autores, mientras que en Correo del Orinoco los textos no están firmados o son mayoritariamente informaciones de agencia.

Del Trabajo Periodístico



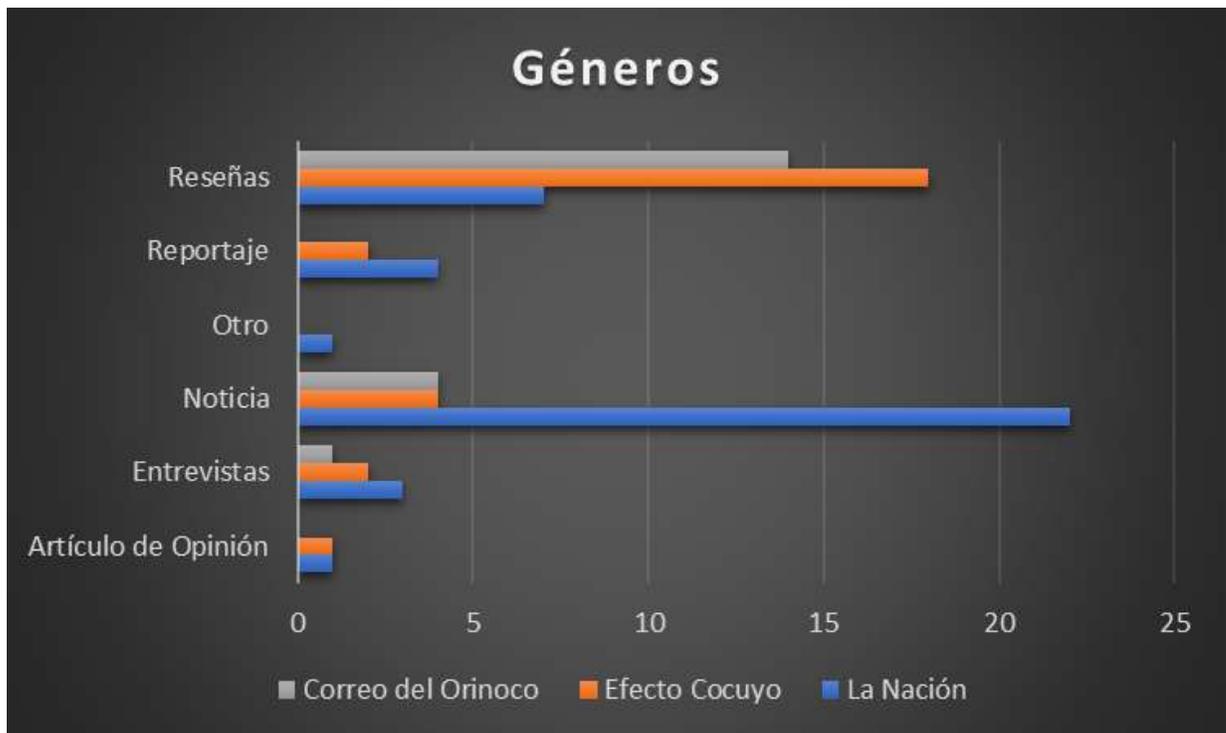
La autoría no sólo supone responsabilidades de carácter normativo sino que dan cuenta del “orgullo profesional” al suscribir un texto. Debe destacarse que en el estudio sobre migraciones realizáramos en el 2018 la mayor parte de los textos eran de agencias y la firma del reportero excepcional. En

diversos escenarios hemos consultado a periodistas de todo el país y muchos de ellos han reconocido el temor que da firmar un texto en particular en la provincia, al punto que un periodista de la regiones señaló que las autoridades “Saben donde vivo, donde estudian mis hijos, claro que da miedo”.



Conviene destacar como Correo del Orinoco publica sólo textos de carácter informativo, sino que además es el medio que más textos suscritos por agencia ha presentado. Esto se confirmará en el tipo de géneros que empleará este medio en los que dominaran las noticias y las reseñas, estas últimas en particular confirman la

tendencia a publicar relatos a posteriori de los eventos, este elemento también lo encontramos en el diario Últimas Noticias en el análisis que hicieramos sobre la crisis humanitaria en el 2018, en el cual predominaba el rechazo a la idea de que en Venezuela existiera una crisis humanitaria.



Entendemos por reseña la relación informativa de eventos en los que se destacó el modo en que ocurren los acontecimientos que han sido previamente anunciados y por noticia aquellos textos que dan a conocer un hecho noticioso o noticiable nuevo. Conviene destacar que el medio que más UR acumula sobre la temática es el Diario La Nación, pero conviene destacar como la mayor parte de los textos que publica son noticias muy breves, algunas de no más de un párrafo y si bien publica algunos reportajes estos son elaboraciones de otros medios u ONG que han realizado análisis sobre la problemática, ello se explica por los escasos recursos de este medio regional.

De las temáticas

Del trabajo periodístico realizado por estos medios encontramos que la cobertura sobre una temática que es urgente para la población del país es escasa con un promedio de 5.4

informaciones diarias en un medio de frontera; de casi 4 notas diarias en Efecto Cocuyo y de casi 3 en Correo del Orinoco.

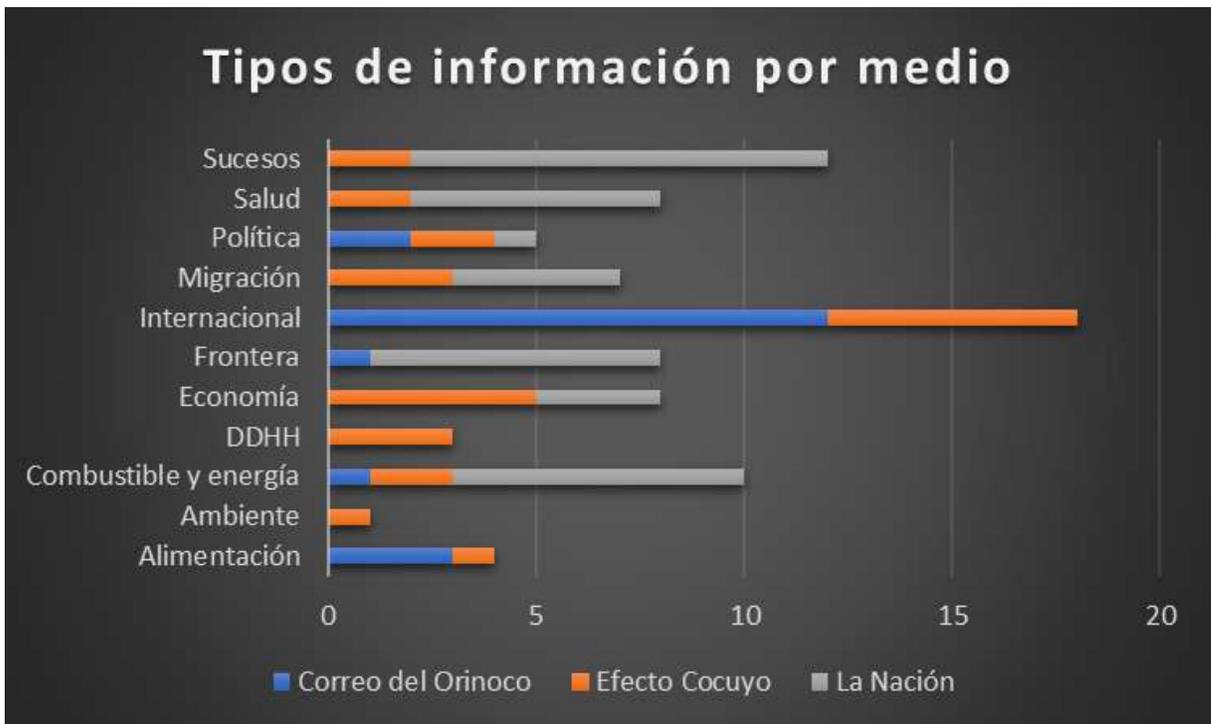
Sin embargo conviene destacar que de 84 UR 12 son sobre sucesos, 18 son de corte internacional y 10 hacen referencia a las restricciones que los racionamientos de combustible y energía tienen en la vida de las regiones como vemos en el gráfico que continua. Por lo que casi la mitad de las unidades analizadas aborda tangencialmente temas de política, vida social, salud, educación o ambiente.

El Diario La Nación es el que más informaciones de sucesos, sobre vida en la frontera y sobre los problemas de racionamiento de combustible y energía da a conocer. Efecto Cocuyo es el único medio que manifiesta atención a la temática ambiental y presenta informaciones en prácticamente todos los renglones salvo vida en la frontera. Y si bien Correo del Orinoco publica información de alimentación está se refiere al

abastecimiento realizado en sectores populares por parte del gobierno y sus informaciones sobre la temática internacional destacan las violaciones a los DDHH ocurridas en Chile y Colombia. También este medio gubernamental hace referencia a combustible y energía con una nota que habla sobre la generación de energía que se realizará para el Metro de

Caracas. La mayor parte de las informaciones de Correo apuntan a informaciones sobre violaciones de DDHH que ocurren en Chile y/o Colombia.

Las tendencias son en su mayor parte noticias que dan cuenta de problemas en relación con la migración, la crisis



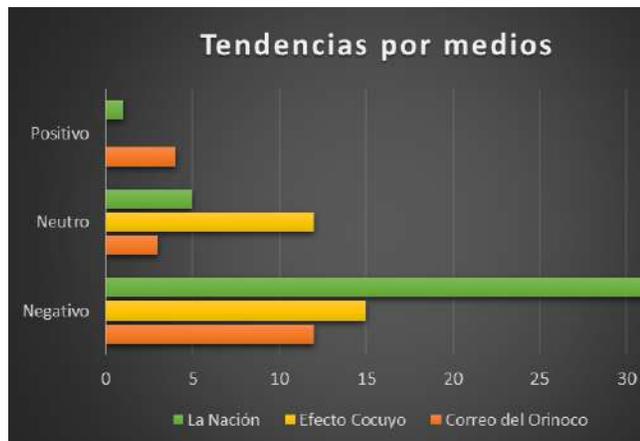
y/o la emergencia humanitaria compleja. Sólo Correo del Orinoco tiene

informaciones de corte optimista y en algunos casos propagandístico y La Nación

que publica una información positiva. Efecto Cocuyo es el que más notas de corte neutral hace de conocimiento público.

Presentaremos algunos análisis de los enfoques dados a las informaciones. En el caso de Combustible y Energía 9 de 10 informaciones dan cuenta de restricciones, racionamiento, colas e impacto en la vida

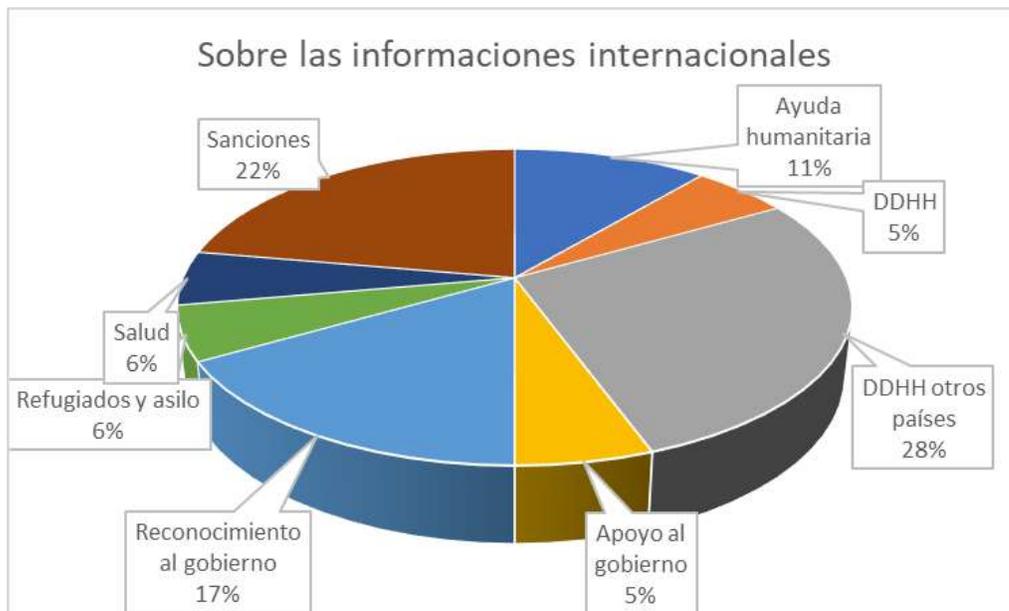
de estas carencias y una apunta a promover la acción de gobierno. En el caso de la información de sucesos, como se puede ver en el gráfico hay una reproducción del estereotipo del migrante como delincuente y no hay ni una sola nota que dé cuenta del aporte que los venezolanos migrantes pudieran estar haciendo en otros lares.





En las informaciones internacionales por su parte destacan el reconocimiento al gobierno, el rechazo a las sanciones y las violaciones de derechos humanos en otros

países mientras que temas de Salud, DDHH en el país y las problemáticas que enfrentan los refugiados y solicitantes de asilo apenas se aborda.



Pudiéramos evaluar como diferentes tipos de informaciones hacen énfasis en los problemas y 10 informaciones hacen referencia a la crisis de forma genérica, 7 a como la navidad se ve afectada por la situación problemática, 14 a temas asociados con algún tipo de racionamiento y 7 a problemas en el cruce binacional. Sin embargo, conviene poner termino a esta primera fase en el conocimiento de qué están haciendo tres medios en el país que responden a diversas lógicas.

Para finalizar... por ahora

En esta investigación encontramos que el tratamiento informativo y los géneros como noticia y reseña son los dominantes dando cuenta de poco trabajo en profundidad por parte de los medios. Las temáticas dominantes son la internacional, los sucesos y las vinculadas con combustible y energía dando cuenta del impacto que el racionamiento de estos eventos tiene en particular en uno de los medios estudiados que se encuentra en la zona fronteriza.

Los medios responden a su naturaleza, Correo del Orinoco aborda la información sobre otros países y da cuenta de una defensa, que pudiéramos calificar de acérrima, de la gestión de gobierno haciendo omisión de la problemática que confrontan los venezolanos en el día a día que los llevó en un 15% de la población a una migración masiva y vertiginosa.

La Nación apuesta a lo local sin embargo el compromiso que mantienen con la frontera pareciera que les ha llevado a privilegiar la temática de sucesos. Mientras que Efecto Cocuyo intenta presentar un panorama general de la situación con diversificación temática y de tratamientos y géneros.

Desde la perspectiva temática conviene reseñar que se mantiene el estigma del migrante delincuente en los medios venezolanos y un privilegio a las informaciones internacionales con las que nos seguimos mirando con ojos ajenos.

Por lo que podemos concluir que la cobertura de la crisis humanitaria, la emergencia humanitaria compleja y/o la migración en Venezuela tiene todavía un

largo camino por recorrer para cumplir con las necesidades de información de los venezolanos.

Referencias

Ardèvol-Abreu, A. (2016) Framing de las crisis humanitarias en los medios de comunicación españoles: una aproximación inductiva. En: Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, N° 155, julio-septiembre, 2016, pp. 37-53

Barjas, K. (mayo 2019) Sin periódicos menos noticias. En <http://espaciopublico.org/sin-periodicos-menos-noticias-en-venezuela/>

Bisbal, M (2007) Medios en Venezuela ¿dónde estamos? En: Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología ISSN 1315-0006 / Depósito legal pp 199202ZU44 Vol. 16 No. 4 (octubre-diciembre, 2007): 643 – 668 <https://www.redalyc.org/pdf/122/12216401.pdf>

Borrat, H. (198) El periódico, actor político. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Castejón Lara, E. (2009) Periodismo. Recursos para la verdad. Caracas: Panapo-Liven Editores.

Colina, C. Comunicar la crisis humanitaria. El Nacional 15 de julio de 2017.

Correo del Orinoco, diciembre 15-21 2019, <http://www.correodelorinoco.gob.ve/>

Efecto Cocuyo, diciembre 15-21 2019, <https://efectococuyo.com/>

I y II Congreso de Periodismo de Migraciones.

<https://periodismodemigraciones.org/>

IPYS y Prodavinci (diciembre 2018) Periódicos en Venezuela: datos de una crisis <https://prodavinci.com/periodicos-en-venezuela-datos-de-una-crisis/>

La Nación, diciembre 15-21 2019, <https://lanacionweb.com/?amp>

Martini, S. (2000) Periodismo, noticia y noticiabilidad. Buenos Aires: Editorial Norma.

Mesquita, M. (2007) El cuarto equívoco. El poder de los media en la sociedad contemporánea. Madrid: Editorial Fragua.

Oxfam Intermón. Comunicación sobre las migraciones. Recuperado de: <https://web.oxfamintermon.org/sites/default/files/documentos/documentos/guia-comunicacion-migraciones.pdf>

Todorov, T. (1996) Los géneros del discurso. Caracas: Monte Ávila.

Toledano, S. , Ardèvol-Abreu, A. (2013), Los medios ante las catástrofes y crisis humanitarias: propuestas para una función social del periodismo. *Communication&Society/Comunicación y Sociedad*, Vol. 26, N° 3, 2013, pp. 190-213.

Torrealba, M. (diciembre 2018) La crisis humanitaria: nos miramos desde lo externo. Recuperado de: <https://www.medianalisis.org/wp-content/uploads/2018/12/Informe-crisis-humanitaria.pdf>

Torrealba, M. (julio 2019) Día Internacional del Migrante: 18 de diciembre de 2018 ¿Qué dijeron los medios periodísticos venezolanos?. Recuperado de: <https://www.medianalisis.org/dia-internacional-del-migrante-18-de-diciembre-de-2018-que-dijeron-los-medios-periodisticos-venezolanos/>

Torrealba, M. (junio 2010) El periodismo y sus procesos profesionales, más allá y más acá de la web (117-147). En: Anuario Ininco, Volumen 22 Número 1, junio 2010.

Torre-Cantalapiedra, E. (2018). Periodismo, actores sociales y migración: intertextualidad en los discursos periodísticos sobre migración. *Convergencia*, 25(77), 201-227.

<https://dx.doi.org/10.29101/crcs.v25i77.99>

46



Morrer, verbo intransitivo – Discursos e referenciais sociais no noticiário sobre falecimentos na imprensa brasileira

Morir, verbo intransitivo – Los discursos y referenciales sociales en el noticiero sobre fallecimientos en la prensa brasileña

To die, intransitive verb – Discourses and social referential in news about deaths in Brazilian press

João Batista de Abreu ⁴²

Resumo: O artigo analisa os critérios de noticiabilidade da veiculação de mortes, os efeitos de sentido da cobertura jornalística, o sensacionalismo, a invasão de privacidade e a conduta dos jornalistas nas rotinas de produção. O silêncio da mídia no caso de suicídio e suas consequências. Entendida como estigma por parte da imprensa hegemônica do Brasil e dos países vizinhos, a morte costuma merecer tratamento especial na narrativa jornalística.

Palavras-chave: morte, suicídio, atentado suicida, celebridade, mídia hegemônica.

Resumen: Este artículo plantea un análisis sobre los criterios de noticiabilidad en la información de muertes, los efectos de sentido de la cobertura periodística, el amarillismo, la invasión de privacidad, además de la conducta de los periodistas en las rutinas de producción.

⁴² Professor titular do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (aposentado). Jornalista e sociólogo, com doutorado em Comunicação pela UFRJ e especialização em rádio por Ciespal / Radio Netherland Training Centre. Membro da comissão de educação da Associação Brasileira de Imprensa. Trabalhou no Jornal do Brasil, Rádio Jornal do Brasil, O Globo, TV Globo, TV Educativa, Jornal do Commercio e Folha de S. Paulo, entre outros. Brasil. <joabajr@uol.com.br>

El silencio de los medios en casos de suicidios y sus consecuencias. Comprendida como un estigma por parte de la prensa de Brasil y de los países vecinos, la muerte suele recibir tratamiento distinto en la narrativa periodística.

Palabras-clave: muerte, suicidio, ataque suicida, celebridad, medios hegemónicos.

Abstract: This paper analyzes criteria for newsworthiness in news of death, the effects of meaning in news coverage, as well as sensationalism, breach of privacy and journalists behavior in news production routines. The silence of the news media in stories of suicide and its consequences. Deemed as a social stigma by some of the mainstream media in Brazil and neighboring countries, death still deserves a special treatment in narrative journalism.

Keywords: death, suicide, suicide attack, celebrity, mainstream media.

“A vida é o fio do tempo /
a morte é o fim do novelo.”
Paulo Cesar Pinheiro

Em seis meses de pandemia 140 mil brasileiros morreram⁴³, quase três vezes o número oficial de vítimas nos seis anos da Guerra do Paraguai (1864-1870). A gripe espanhola matou cerca de 50 mil pessoas no país em três anos (1918-1920). Na Segunda Guerra Mundial, 471 pracinhas e oficiais não voltaram da Itália. Desde março, a morte ocupa diariamente as

manchetes do noticiário, com números, dados estatísticos e relatos pessoais. Todos os dias recebemos em casa o boletim com a evolução do número de óbitos. Expressões como “média móvel”, “curvas ascendente e descendente” e “platô” entraram para o cotidiano de espectadores e internautas. A morte virou carro-chefe do jornalismo.

A paródia do título com a prosa de Mário de Andrade no romance *Amar, verbo intransitivo* talvez não se aplique a artigos

⁴³ Os números se referem ao boletim do consórcio de veículos de comunicação divulgado em 25 de setembro de 2020.

acadêmicos, mas o desafio aqui é demonstrar que o ato de morrer se reveste de características jornalísticas, de acordo com as circunstâncias, a dimensão, as condições em que ocorrem e, sobretudo, a identidade do indivíduo. No jornalismo, são os complementos que indicam a importância do ato e do fato.

O empresário do mercado financeiro que cai do alto de um prédio luxuoso no centro da cidade, o acidente aéreo com 200 vítimas, a mulher que leva 28 facadas do marido ciumento, a morte repentina do cantor famoso; todas essas circunstâncias referenciam a notícia e a tornam dotada de valor-notícia incontestável. No entanto, a lei divina e a dos homens nos ensinam que todos os seres humanos devem ser considerados iguais. Portanto, a morte de um cidadão, independentemente de cor, sexo, idade, origem social e religião, deve ser percebida como uma perda semelhante a todas as outras. Mas na prática sabe-se que não é bem assim. A morte editorializada tem vida própria.

Entendida como tabu por parte da imprensa, a morte costuma merecer tratamento diferenciado na narrativa jornalística. Ao longo dos séculos a sociedade tradicional, de forte influência

católica, desenvolveu uma série de rituais e interdições. Os meios de comunicação alternam comportamentos distintos e narrativas extremas. Muitas vezes a mídia a vê com respeito e distanciamento, como nos obituários de pessoas ilustres; em outras ocasiões o sensacionalismo ultrapassa os limites do bom senso, invade a privacidade e trata a morte como espetáculo circense.

Este trabalho pretende interpretar o discurso jornalístico que a mídia hegemônica, particularmente a mídia brasileira, produz nos casos de óbitos de cidadãos comuns e de pessoas consideradas celebridades. Até que ponto questões de classe e prestígio influenciam a narrativa. O artigo deseja investigar ainda o tratamento editorial dos atentados considerados suicidas, em que a morte do autor é entendida como banalidade, e os suicídios propriamente ditos, que costumam ser silenciados sob o argumento de que a divulgação contribuiria para a repetição de atos semelhantes. O referencial teórico parte da análise de conteúdo, utilizando os conceitos de tempo, espaço e História em narrativas que envolvem a morte.

O jornalismo a trata como algo episódico, que se encerra nele mesmo. O assunto ganha suítes⁴⁴ apenas nos casos de óbitos com conotação violenta ou suspeita. Aqui temos um processo dialético entre a morte jornalística e a da vida cotidiana, que tende a ser vista como processo. Assim, uma criança que morre no trânsito tende a merecer mais destaque do que o óbito diário de centenas de vítimas de desidratação e desnutrição no interior . Mais do que um relato de perda, a morte em série de crianças anônimas por doenças causadas pela miséria se reduz a uma estatística.

Claro que o registro do atropelamento é mais do que válido e, se for consequência da falta de sinalização no local, a matéria deve alertar para essa carência. O crescimento de bairros cortando vias expressas nem sempre conta com passarelas para garantir segurança à travessia de pedestres.

Da mesma forma é de extremo mau gosto e frieza quando uma pessoa cai de um prédio em obras e o corpo permanece horas à espera do rabeção policial e a imprensa destaca o engarrafamento

provocado pelo suposto acidente. “Morreu na contramão atrapalhando o trânsito”, ironiza Chico Buarque de Holanda. Deve-se criticar a demora da chegada da perícia ou da remoção. Entretanto o destaque para o engarrafamento é o que vemos quase todos os dias no noticiário, sobretudo das rádios. A morte vira serviço de trânsito.

Vivemos no Brasil e em várias partes do mundo um período de banalização e conformismo com a morte, inclusive com aquela de origem violenta. Assim, os feminicídios, os abusos policiais na periferia, escamoteados por autos de resistência forjados, a guerra de facções na favela que põe em risco a vida de inocentes, incursões policiais com óbitos – seja de que lado for – na favela, agressões a mulheres vítimas de violência doméstica tendem a ser banalizadas por autoridades e parte da mídia. A morte nada mais é do que um espetáculo, como no Coliseu de Roma ou nas execuções em praça pública na Paris medieval. Parece que retrocedemos alguns séculos.

No final da década de 1970 e início dos anos 80 jornais ditos populares do Rio de Janeiro e de São Paulo estampavam na

⁴⁴ No jargão jornalístico, suíte consiste nas matérias que vêm nos dias seguintes ao fato gerador da notícia.

capa fotos de vítimas sem cabeça assassinadas nas periferias por grupos precursores das milícias. As vendas aumentaram e a edição macabra virou marca registrada deste tipo de imprensa, até que o comando da Polícia pediu a diretores de jornais que suspendessem tal expediente.

Os jornalistas que acompanham o mundo cão das grandes cidades da América Latina enfrentam desafio acessório. Aprender a lidar com esse cotidiano e simultaneamente não perder a indignação. Em agosto de 2019, a morte por atiradores de elite da Polícia Militar de jovem de 19 anos que ameaçava os passageiros de um ônibus, na Ponte Rio-Niterói, foi comemorada pelo governador do Rio de Janeiro, ex-juiz federal.⁴⁵ Nas redes sociais a produtora do RJTV Amanda Prado publicou o relato de inconformismo de uma jornalista que não perdeu a sensibilidade.

Conversei com uma professora do Willian, o sequestrador do ônibus na ponte Rio-Niterói. Parecia a voz calejada de uma das minhas velhas professoras

do outro lado da linha, profundamente abalada e triste pelos rumos que tomou o menino calado e arredio. "Como somos impotentes", dizia. Dentre todas as coisas que ela contou, destaco o sentimento por trás da frase "ele era uma pessoa que gritava por ajuda", desde a adolescência numa escola pública de São Gonçalo, região metropolitana do Rio.

"Tô de coração partido. É muito doloroso perceber o quanto nós, professores, detectamos desde cedo alguns problemas mas podemos fazer tão pouco. Ele era muito introvertido, não gostava de ir pro recreio, ficava sempre dentro da sala"

20 anos tinha Willian no momento em que curvou o corpo colado à porta do ônibus, atingido por uma sequência de disparos de todo tipo. Mataram um homem várias vezes na avenida, renegado desde o princípio por cada aplauso, cada eco de discurso, cada estilhaço de palavra que comemora com gritos de euforia o horror.

Ainda não consegui digerir. Porque eu sei que ele não era uma pessoa ruim. Infelizmente o que aconteceu com ele poderia ter sido evitado se ele tivesse recebido toda a ajuda que o ser humano precisa pra encontrar o equilíbrio e aguentar as pressões da vida", finalizou a

⁴⁵ No ano seguinte, o governador Wilson Witzel foi afastado pelo Superior Tribunal de Justiça por denúncias de corrupção e sofreu processo de impeachment na Assembleia Legislativa.

professora, num desses dias em que o peso do mundo inteiro desaba nas minhas costas suadas de jornalista. (Prado, 2019)

Quantos Williams ainda ocuparão o noticiário de todos os rincões do país para merecer a atenção do poder público e da sociedade antes da tragédia anunciada? O drama vivido por jornalistas como Amanda se assemelha ao de profissionais de saúde que trabalham em centros de tratamento intensivo. Em um lugar em que mais se perde do que se ganha, é preciso desenvolver uma defesa que permita voltar para casa e retornar ao trabalho no dia seguinte após um plantão estressante, sobretudo em tempos de pandemia. Essa armadura, porém, não pode abrir mão da sensibilidade, a qual todo profissional de saúde, seja médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, fisioterapeuta, dentista, nutricionista, psicólogo e motorista de ambulância, deve preservar, sob pena de perder a capacidade de se indignar. O mesmo comportamento deve ter o repórter e o produtor de matérias policiais. Vale incluir também o repórter fotográfico, o cinematográfico, o editor e o editor de imagens. Há momentos em que o *close* de

seis segundos da mulher chorando a perda do filho vira invasão de privacidade.

A pandemia do novo coronavírus acentuou a tentativa de “naturalizar” a morte de vítimas da Covid 19. Nas telas da TV, no rádio, portais de notícias e nas chamadas dos jornais aparecem como números frios, contabilizados e comparados com o quadro verificado na véspera ou na semana anterior. A estatística é uma ciência fundamental para que as autoridades de saúde pública acompanhem a evolução da doença na população, de acordo com as regiões e faixas etárias, mas a forma como os resultados são recebidos e repetidos à exaustão contribui para desenvolver certa rotina mórbida, que só é abalada quando entre as vítimas estão pessoas da família ou celebridades ou quando se põe no ar a história de uma perda. É como se leitores criassem uma espécie de capa simbólica para se proteger do desgaste mental e da depressão.

Na peça *Édipo Rei*, de Sófocles, o monarca desabafa sobre a responsabilidade que recai sobre a autoridade máxima de Tebas, Grécia Antiga, diante do sacrifício de seu povo e as decisões a tomar.

Ó meus filhos, tão dignos de piedade!
Eu sei, sei muito bem o que viestes pedir-me. Não desconheço vossos sofrimentos; mas na verdade, de todos nós, quem mais se aflige sou eu. Cada um de vós tem a sua queixa; mas eu padeço as dores de toda a cidade, e as minhas próprias. Vossa súplica não me encontra descuidado; sabeí que tenho já derramado abundantes lágrimas, e que meu espírito inquieto já tem procurado remédio que nos salve. E a única providência que consegui encontrar, ao cabo de longo esforço, eu a executei imediatamente. Creonte, meu cunhado, filho de Meneceu, foi por mim enviado ao templo de Apolo, para consultar o oráculo sobre o que nos cumpre fazer para salvar a cidade. (Sófocles, s.d., p.3)

A preocupação de Édipo com o destino dos cidadãos de Tebas se contrasta com o negacionismo de alguns chefes de Estado dos tempos atuais. Eles se recusam a encarar de frente a gravidade da pandemia para a população e insistem em propagandear medicamentos milagrosos. Para estes “monarcas”, a economia está em primeiro lugar na linha de prioridades da administração pública. Vale lembrar o conceito de necropolítica desenvolvido por Achille Mbembe (2003). Com base na biopolítica foucaultiana, o filósofo

camaronês faz uma reflexão sobre a relação entre biopoder, crise sanitária, racismo e poderio bélico e financeiro para mostrar de que forma determinadas comunidades estão ameaçadas de morte.

Fim do novelo

A maioria das religiões compreende a morte como rito de passagem, uma transição. Os cristãos a entendem como o caminho do céu, os espíritas creem na reencarnação. Portanto a morte é vista como passageira, mas isso não significa que se deixe de lado o sentimento de perda. Nesse sentido, diz o poeta, seria o fim do novelo, como se a vida fosse um permanente desfiar.

Algumas sociedades tradicionais na América Latina entendem a morte, não como algo triste, mas como a passagem para uma vida melhor e mais alegre. No México, o Dia dos Mortos – 2 de novembro – é motivo para festas populares. A população vai ao cemitério homenagear os parentes que se foram e leva a comida preferida deles. A personagem Santa Muerte é reverenciada por comunidades populares, consequência do sincretismo religioso que mescla crenças católicas e indígenas. “Nosso culto à morte é um culto à vida”, explica o escritor mexicano Octavio

Paz, Prêmio Nobel de Literatura.⁴⁶ Para estas comunidades mestiças, a verdadeira morte não ocorre com o óbito, mas pelo esquecimento. A memória de parentes e amigos seria a forma de prolongar a vida.

A tradição religiosa dos índios Sanomas – subetnia dos Yanomamis –, em Roraima, na fronteira com a Venezuela, também obedece ao princípio da relação dialética entre memória e esquecimento. Eles jamais podem ser sepultados, mas sim cremados, após longo ritual na aldeia em que os nomes e objetos pessoais do morto são anulados da memória social. Durante a pandemia, crianças sanomas com pneumonia foram levadas para um hospital de atendimento a indígenas em Boavista, morreram – provavelmente vítimas da Covid 19 – e os corpos foram enterrados para evitar contaminação. A decisão das autoridades sanitárias em Roraima revoltou as mães das crianças.⁴⁷

A História mostra que pessoas morrem e depois “ressuscitam” como heróis. Figuras que realizam feitos contrários ao

poder vigente na época e que, após décadas ou até séculos, ressurgem como heróis. Para citar três exemplos, o filósofo italiano Giordano Bruno, morto na fogueira pela Inquisição em 1600 por preconizar o cosmo infinito, o líder de origem inca Túpac Amaru, morto e esquartejado em 1780 no Peru pela Coroa Espanhola, e Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, enforcado e esquartejado pela Coroa portuguesa em 1792 por defender a independência do Brasil.⁴⁸

Mas os “dogmas” seguidos pela imprensa ocidental, sobretudo as agências internacionais de notícias, tendem a valorizar muito mais a morte de pessoas brancas do Hemisfério Norte do que negros e mestiços do Hemisfério Sul. O jornalista irlandês Alexander Cockburn publicou em 1976 o livro *“Stop the presses, I want to get off!”* (*“Parem as máquinas, eu quero descer!”*), em que cria uma escala fictícia de valores para registros de óbitos. Apesar da fina ironia de Cockburn, o critério não estaria muito longe do real. O texto foi

⁴⁶ Calderón, V. & Peinado, M. L. (2014). Onze razões pelas quais o México vive a morte como nenhum outro país. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/sociedad/1414853802_175512.html

⁴⁷ Brum, E. (2020). Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>

⁴⁸ No caso de Tiradentes, o ressurgimento como herói demorou 90 anos. Foi o líder negro abolicionista e republicano que resgatou a história do alferes da Polícia Militar de Minas e reconstituiu sua figura com a aparência de Jesus.

traduzido em 1982 pelo jornalista Argemiro Ferreira e consta no livro *Informação e Dominação: a dependência informativa do Terceiro Mundo e o papel do jornalista brasileiro*, editado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Os editores devem se lembrar que há extensas partes do mundo nas quais as pessoas não existem a não ser em grupos de mais de 50 mil. Antes de chegar a tais hordas, começemos por cima. A morte de um americano famoso pode sempre ser registrada, ainda que tenha ocorrido nas circunstâncias menos relevantes. Se o americano for um ilustre desconhecido, é preciso que morram pelo menos dois ou três (ou apenas um, desde que em circunstâncias bem singulares) para que mereça alguma atenção. No caso dos negros, o número tem de ser muito maior. Na categoria seguinte, vêm os europeus do norte. Conte dez deles para cada americano. Depois, temos os europeus do sul (italianos, espanhóis, portugueses, gregos). Conte uns 30 deles para cada americano. Depois, os turcos, persas e latino-americanos. Conte uns cem destes para cada americano. Alguns perfeccionistas incluiriam também os africanos do norte nessa categoria. Em seguida, vêm os asiáticos do sudeste. Duzentos e trezentos para cada

americano. Alguns também colocariam aqui os indonésios. Mas, nesse caso, suponha que a contagem deva se elevar a uns mil por americano, já que 800 mil indonésios foram massacrados no golpe de 1965 sem maior repercussão. Nessa altura, chegamos aos limites em números e passamos à categoria seguinte – a das hordas incalculáveis. São os indianos, africanos e chineses. Em relação a eles, já não se concebe qualquer número. As pessoas somente começam a se interessar se falarmos em 50 mil a 100 mil mortos. Especialistas calculam que somente uns 50 mil indianos seriam capazes de igualar, em termos de notícia, ao total de 10 americanos. (Cockburn, apud Ferreira, 1982, p. 10-1)

Até mesmo o movimento *Black Lives Matter* (*Vidas Negras Importam*), impulsionado pelo assassinato do agente de segurança desempregado George Floyd por policiais do Texas, se enquadra nesta proporção macabra. A violência contra cidadãos negros nos Estados Unidos desperta revolta e ganha espaço no noticiário internacional, sobretudo quando registrada em imagens, mas atos semelhantes praticados na África do Sul durante o regime do *Apartheid* só

conquistavam manchetes quando eram realizados em massa.

A seleção das palavras tem importância vital na narração jornalística. O universo vocabular da língua portuguesa constitui um leque quase infindável de expressões, em princípio vazias de sentido. Ganham peso, lugar social, de acordo com a apropriação que os sujeitos fazem delas. Remetem a um conceito, situado historicamente no tempo e no espaço. “Dizer é diferente de afirmar, argumentar não é o mesmo que alegar, matar nem sempre é assassinar.” (Abreu, 2000, p. 150)

Os verbos que expressam a ideia de morte indicam a posição política da fonte, que pode ou não ser encampada pelo narrador. Assim, em uma operação de guerra, o porta-voz das forças militares usará o eufemismo “neutralizar” quanto ao destino dos adversários. Não se sabe se morreram, foram feridos ou presos, mas a operação será vendida como bem sucedida. Durante a luta armada na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, militantes de esquerda recorriam ao verbo “justiçar” nos comunicados quando matavam instrutores de tortura. A morte pode ter várias narrativas. A escolha do verbo depende do lugar de fala.

A morte programada

De todos os tipos de morte – violenta ou natural – a que mais merece silêncio por parte dos meios de comunicação é, sem dúvida, o suicídio. Há exceções, quando se trata de celebridades, ou de alguém que escolheu uma forma espetacular ou inédita para pôr fim à vida – por exemplo, o primeiro suicídio na Ponte Rio-Niterói, em 1974 – ou aqueles que têm conotação político-religiosa, como os monges budistas que se imolavam em público para protestar contra a Guerra do Vietnam, assim como o estudante Jan Palach, em 1967, em protesto contra a invasão da Tchecoslováquia por tropas do Pacto de Varsóvia, durante a Primavera de Praga. Existem ainda os suicídios forjados, como o do poeta inconfidente Cláudio Manuel da Costa, na prisão de Vila Rica – hoje Casa dos Contos de Ouro Preto – o do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, no DOI-CODI do 2º Exército em São Paulo, em outubro de 1975 e em janeiro de 1976 respectivamente. Nos três casos, o Estado acobertou o crime praticado por agentes do próprio Estado.

Também entrou para a história a greve de fome dos militantes do IRA (Exército Republicano Irlandês), em 1979. Cumprindo pena numa penitenciária em Londres, eles reivindicavam o status de presos políticos, contrariando decisão da primeira-ministra Margaret Thatcher. A primeira morte, de Bob Sands, ganhou destaque na imprensa internacional. A segunda mereceu um registro, assim como a terceira e a quarta. A partir daí os óbitos causados pela greve de fome se tornaram rotina e caíram no anonimato. Na 13ª morte, o IRA suspendeu o protesto porque não mais comovia a opinião pública.

Considerações finais

Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) mostram que anualmente 800 mil pessoas escolhem dar cabo da vida. É como se o equivalente a toda a população de Natal (RN) desaparecesse a cada ano. Entre os jovens o suicídio se apresenta como a segunda maior causa. China, Índia e Estados Unidos lideram. O Brasil está em oitavo lugar. Os últimos dados apresentados pelo Ministério da Saúde referem-se a 2016,

quando 11.433 suicidaram, registrando um crescimento de 2,3 comparado ao ano anterior. O percentual é de 9,2 casos por 100 mil habitantes, mas nas comunidades indígenas a relação salta para 15,2, dos quais 48% estão na faixa etária entre 10 e 19 anos. É difícil negar que o mundo vive uma epidemia de suicídios.

Os dados oficiais põem em xeque a ideia predominante de que a omissão do registro de suicídios pela imprensa contribui para evitar sua propagação. Os números servem sim para acentuar a importância da expansão de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), inclusive nas comunidades indígenas, para compreender as razões e buscar ações preventivas coordenadas. Mas é preciso entender determinadas situações adotadas por concessionários, como a Companhia do Metrô do Rio de Janeiro, que silencia e prefere falar em “problemas técnicos na linha” quando ocorre uma tentativa de suicídio nos trilhos eletrificados. Talvez a facilidade da ação justifique o silêncio dos operadores de transporte. O assunto exige um amplo debate entre profissionais de saúde mental e de Comunicação, com a participação das empresas jornalísticas.

No livro *Morreu na contramão: o suicídio como notícia*, o jornalista e professor da PUC-RJ Arthur Dapieve observa que, em determinadas circunstâncias, o suicídio possui características próprias do discurso jornalístico, como o inusitado e a ruptura com a “ordem natural” das coisas. Dispensa conhecimento profundo para compreender a narrativa em sua integralidade. O ato em si se reveste do que Roland Barthes chama de *fait-divers*, ou seja, a notícia que se fecha nela mesma. Para o semiólogo francês, que morreu em 1980 em Paris num atropelamento que levantou suspeita de suicídio, “se os acontecimentos se repetem é porque eles querem significar”. (Barthes, apud Dapieve, 2007, p. 163).

O ideal seria se o discurso jornalístico pudesse convencer o leitor de que cada ato é um fato isolado, mas não seria essa uma utopia? O discurso é o que está subjacente à narrativa, que muitas vezes prefere enfatizar o inquestionável. Coisas como “foi encontrado morto” ou “ingeriu medicamentos em excesso”. Para Dapieve, “transplantar a morte voluntária da categoria dos *fait-divers* para a das informações políticas implica promovê-las aos enunciados que não se esgotam em si

e que se relacionam com o resto da vida, numa grande narrativa, da qual todos fazemos parte”. (pp. 163-164)

Hoje a sociedade intensifica a competitividade e a complexidade das relações humanas. Todos, principalmente os jovens, precisamos mostrar a nós mesmos e aos familiares que “vencemos na vida”, o que pode representar uma vitória de Pirro. Afinal, o que significa “vencer” numa sociedade baseada na exclusão social? Reduzir o número de suicídios exige a revisão de nossos conceitos de felicidade e conquista. E os meios de comunicação são personagens essenciais nessa batalha pela vida.

Referências

Abreu, J. B. (2000). As manobras da informação – análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil. Niterói: Eduff/Mauad.

Antunes, L. (2020). Acadêmica enumera três tópicos para entender a luta antirracista no Brasil e nos Estados Unidos. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/academic-a-enumera-tres-topicos-para-entender->

luta-antirracista-no-brasil-nos-estados-
unidos-24458976

Brum, E. (2020). Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>

Calderón, V. & Peinado, M. L. (2014). Onze razões pelas quais o México vive a morte como nenhum outro país. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/sociedad/1414853802_175512.html

Dapieve, A. (2007). Morreu na contramão: o suicídio como notícia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Ferreira, A. (1982). Informação e Dominação: a dependência informativa do Terceiro Mundo e o papel do jornalista brasileiro. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. Artes e Ensaios, n. 32. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

Prado, A. (2019). Postado em Facebook em 20 de agosto às 21:52. Disponível em: <https://www.facebook.com/amandafrado/posts/2392813997466303>

Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde. (2017). Suicídio. Saber, agir e prevenir. Boletim Epidemiológico, volume 48, n. 30. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>

Sófocles. (s.d). Édipo Rei. Peça teatral da Grécia Antiga escrita por volta de 427 a.C. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=2255 / <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000024.pdf>



Da IURD à Opus Dei: influências religiosas na cobertura de arte criminalizada no Brasil em 2017

De la IURD al Opus Dei: influencias religiosas en la cobertura del arte criminalizado en Brasil en 2017

From the UCKG to the Opus Dei: religious influences on the coverage of art criminalized in Brazil in 2017

José Gabriel Navarro⁴⁹

Resumo: A partir do modelo de hierarquia de influências e de entrevistas com jornalistas de Record TV e GloboNews, discute-se como religiões afetam o trabalho de profissionais que cobriram episódios em que artistas foram perseguidos em 2017.

Palavras-chave: modelo de hierarquia de influências, religião, arte.

Resumen: Con el modelo de jerarquía de influencias y entrevistas con periodistas de Record TV y GloboNews, se discute cómo religiones afectan el trabajo de los profesionales que cubrieron episodios en los que artistas fueron perseguidos en 2017.

Palabras clave: modelo de jerarquía de influencias, religión, arte.

Abstract: The article discusses how religions affect the work of journalists who covered cases of criminalization of artists in 2017 based on the hierarchy of influences model and on interviews with journalists at Record TV and GloboNews.

Key words: hierarchy of influences model, religion, art.

⁴⁹ José Gabriel Navarro pesquisa América Latina e Caribe na Statista, na Alemanha; é mestre em Jornalismo, Mídia e Globalização pela Universidade de Aarhus (Dinamarca), pela Pontifícia Universidade Católica do Chile, e pela Universidade de Hamburgo (Alemanha); bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (Brasil). E-mail: jgabrielnavarro@gmail.com. Twitter: @josgabnav

Introdução

Uma contradição primordial se encontra na cobertura jornalística das artes. Se a narrativa jornalística, *a priori*, se quer objetiva – ou o mais objetiva possível –, a narrativa artística se pauta pela subjetividade. Ainda assim, ambos, jornalismo e arte, se valem de uma condição também primordial: a liberdade de expressão. A cobertura jornalística dos episódios em que artistas e obras de arte foram criminalizados em setembro de 2017 no Brasil oferece um conjunto de casos que põs à prova ideias e ideais de objetividade, subjetividade, jornalismo, arte, e liberdade de expressão.

Este trabalho resulta de parte da dissertação “The Journalist Is Naked: Influences on the Coverage of Art Criminalized During the Rise of Far Right” (ou, em português, “O Jornalista Está Nu: Influências na Cobertura de Arte Criminalizada Durante a Ascensão da Extrema Direita”), entregue pelo autor em dezembro de 2019. Os casos em discussão incluem – mas não se limitam a – o cancelamento precoce da mostra “Queermuseu – Cartografias da Diferença

na Arte Brasileira” por parte do Santander Cultural em Porto Alegre (RS), no dia 10 de setembro de 2017, após o protesto de grupos conservadores (Zero Hora, 2017); a interrupção da encenação de “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, peça escrita por uma mulher transgênero (Jo Clifford) e protagonizada por Renata Carvalho, também mulher trans, conforme decisão da 1ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí (SP) (Rocha, 2017) tomada “em caráter de urgência” em 15 de setembro de 2017; e a reação contrária à performance “La Bête”, de Wagner Schwartz, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), em fins de setembro do mesmo ano (Veja, 2017), após uma outra artista, Elisabete Finger, levar a filha à performance e a criança ter tocado o corpo do *performer*, completamente nu, resultando em centenas de ameaças à vida de Schwartz (Brum, 2018).

A série de controvérsias levando artistas e obras de arte ao escrutínio público emerge como caso a ser estudado sob o prisma legal, político e jornalístico. Em termos legais, é importante lembrar que a República Federativa do Brasil é

signatária da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu 19º Artigo determina a liberdade de expressão como um direito (OHCHR, [1948]). Paralelamente, a Constituição do país determina que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Brasil, 2016, p. 13). A organização não-governamental Freemuse, a serviço da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), colocou o Brasil em quarto lugar em um *ranking* de países “[onde] mais se sabe que artistas foram perseguidos em 2017” (Plipat, 2018, tradução nossa). Em termos políticos, o momento em que os casos supracitados ocorreram é emblemático: um ano após encerrar-se o processo de impeachment da primeira presidenta da história brasileira, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e um ano antes da eleição presidencial de 2018, que (e)levou Jair Bolsonaro (sem partido) ao poder.

A cobertura jornalística dos episódios discutidos desperta a necessidade de saber o que influenciou os jornalistas que realizaram tal cobertura. Mais

especificamente, com a dissertação deste autor (Navarro, 2019), buscou-se compreender como aspectos pessoais, organizacionais e ideológicos influenciaram o trabalho de profissionais que ativamente trataram dos casos supracitados no jornal Folha de S. Paulo, no canal de televisão aberta Record TV, e no canal de televisão paga GloboNews. Um dos aspectos mais preponderantes na investigação foi o religioso, notadamente nos dois canais de TV mencionados.

Abordagem teórica

A pesquisa que resultou, em parte, neste artigo se origina da tradição conhecida como sociologia da produção de notícias e da teoria do *gatekeeping* e do modelo de hierarquia de influências (em inglês, *hierarchy of influences model*, ou *HIM*).

Em uma tradução literal do inglês para o português, *gatekeeping* seria algo como “guardar o portão” – neste o caso, o “portão” seria a entrada de dados e opiniões no noticiário. Aqui, *gatekeeping* deve ser entendido como um processo que envolve “selecionar, redigir, editar, posicionar,

agendar, repetir e de outra maneira manipular a informação para torná-la notícia” (Shoemaker, Vos & Reese, 2009, p. 73, tradução nossa). Paralelamente, a sociologia da produção de notícias pressupõe que produzir notícias é construir ou ajudar a construir uma noção ou noções da realidade. Para Tuchman (1978), “Dois processos ocorrem simultaneamente: de um lado, a sociedade ajuda a formar consciência. De outro, por meio da compreensão intencional do mundo social compartilhado – através de seu trabalho ativo –, homens e mulheres coletivamente constroem e constituem fenômenos sociais” (p. 182, tradução nossa). Sob esta perspectiva, o noticiário é uma parte da nossa sociedade que, em maior ou menor medida, de diferentes formas, reflete aspectos dessa mesma sociedade.

O modelo da hierarquia de influências (*HIM*, reproduzido e traduzido na Figura 1, mais abaixo) busca organizar visual e conceitualmente os supracitados aspectos da sociedade presentes na mídia e nos empreendimentos jornalísticos. O *HIM* é uma tentativa de classificar as possíveis influências sobre a produção de

notícias, levando em conta as etapas envolvidas no processo de *gatekeeping*. Assim, o modelo desenvolvido por Shoemaker e Reese (2014) apresenta cinco camadas com elementos que impactam no fazer jornalístico: os sistemas sociais, abrangendo aspectos mais abstratos de uma dada sociedade, como as ideologias que nela prevalecem e fatores culturais dominantes; as instituições sociais, correspondentes a uma série de entidades formalmente organizadas (universidades, igrejas, entidades reguladoras, concorrentes etc.) ou não (“o” futebol ou “o” carnaval sendo, *per se*, exemplos de instituições com algum grau de influência no Brasil); as organizações midiáticas (Televisa, RCN, Globo etc.); as práticas rotineiras, ou seja, hábitos desenvolvidos e mantidos por profissionais dentro de determinada organização (reuniões de pauta, horários de fechamento, chegada de *press-releases* etc.); e os indivíduos, ou seja, jornalistas, repórteres, editores, designers, cinegrafistas, fotojornalistas, as pessoas que fazem as notícias, bem como seus valores pessoais.

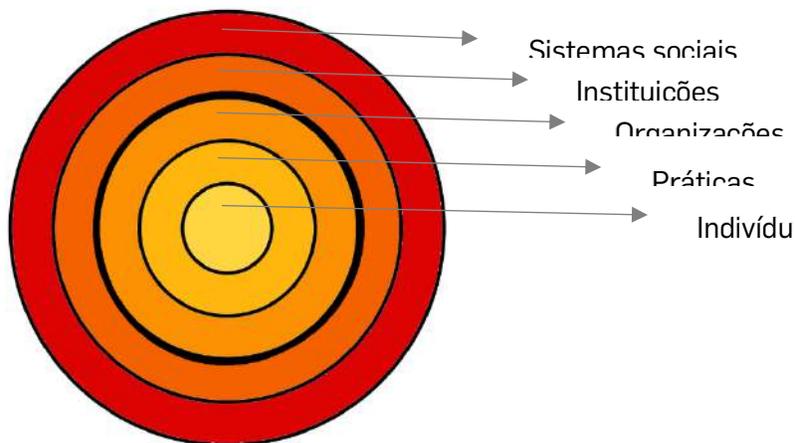


Figura 1: modelo da hierarquia de influências (Shoemaker & Reese, 2014, p. 9, tradução nossa).

Nesta pesquisa, o foco esteve nos sistemas sociais (isto é, nas ideologias e culturas prevalentes e emergentes no Brasil da segunda metade de 2017), nas organizações midiáticas (jornal Folha de S. Paulo, do Grupo Folha; canal de TV aberta Record TV, do Grupo Record; e canal de TV paga GloboNews, do Grupo Globo), e nos indivíduos. Estes últimos formam o grupo de profissionais selecionados para a pesquisa: sete jornalistas dos três veículos que participaram, em 2017, da cobertura dos episódios de criminalização de artistas e obras, mais especificamente dois a serviço da Record TV e dois, da GloboNews, uma vez que artigo foca a influência religiosa sobre a cobertura dos dois canais de televisão. A religião, sob esta ótica, atravessa as três camadas: a dos sistemas

sociais; a das organizações midiáticas, considerando as ligações intrínsecas (formais ou não) dessas organizações com entidades religiosas; e a dos indivíduos, considerando as convicções religiosas destes.

Metodologia

A amostragem de jornalistas foi realizada a partir do método conhecido como "bola de neve" (David & Sutton, 2011, p. 21), ou seja, contatando profissionais que cobriram os episódios supracitados a partir de outros profissionais das mesmas empresas, previamente conhecidos pelo autor. Foram realizadas entrevistas anônimas, semiestruturadas, com perguntas em aberto a respeito das

influências sobre o trabalho de modo geral, bem como ao cobrir arte, e ao cobrir a série de eventos controversos concentrados em setembro de 2017. As entrevistas com jornalistas da Record TV e da GloboNews ocorreram pessoalmente e por videochamada, em São Paulo e no Rio de Janeiro, na primeira metade de 2019, e tiveram duração média de 70 minutos cada. Em seguida, a maior parte do material foi transcrito e posteriormente tabulado a partir de uma análise qualitativa de conteúdo (Saldaña, 2013; Schreier, 2012).

Deve-se acrescentar que a metodologia adotada para a pesquisa impõe limites aos resultados detalhados adiante. Nem o número total de jornalistas consultados (sete), tampouco o número de jornalistas relacionados aos veículos discutidos aqui (quatro), é representativo em termos quantitativos. Não podem determinar uma verdade factual extensiva e necessariamente aplicável a jornalistas brasileiros de modo geral, ainda que potencialmente indique aplicações a jornalistas da Record TV e da GloboNews em particular. O que esta amostra tem de rica é sua particular representatividade: entrevistaram-se profissionais a serviço de

meios de comunicação que alcançam dezenas de milhões de brasileiros, e que estiveram diretamente envolvidos na cobertura dos casos de criminalização de artistas ocorridos em 2017. Em termos qualitativos, o que se buscou entender foi não o quanto, mas, sim, *como* diferentes aspectos – incluindo o religioso – influenciam o trabalho desses jornalistas e, sobretudo, como influenciaram a cobertura que realizaram dos episódios citados. Buscou-se analisar influências sobre o trabalho de profissionais numa situação atípica e ao mesmo tempo emblemática da maneira como o jornalismo brasileiro lida com arte e com a de liberdade de expressão.

Resultados discutidos

As declarações citadas daqui em diante advêm das transcrições parciais das entrevistas feitas pelo autor (Navarro, 2019, Apêndice 2), exceto quando forem atribuídas a outra fonte. Tanto o(a) repórter como o(a) editor(a)-chefe a serviço da Record TV afirmaram que não se identificam como evangélicos e que reconhecem no Grupo Record a influência direta da Igreja Universal do Reino de Deus

(IURD). Sob o marco teórico adotado, a IURD dificilmente poderia ser classificada apenas como uma instituição social, uma vez que sua relação com a Record TV não se limita àquela de um meio de comunicação privado e um anunciante, por exemplo.

Os entrevistados consideram que a IURD afeta seu trabalho diretamente, embora cada profissional consultado – provavelmente por conta do cargo – demonstre um entendimento distinto de como se dá essa influência. A pessoa que ocupa o cargo de repórter no canal afirma que trabalha “numa emissora que é evangélica” e que “Toda redação vai pautar você ou vai orientar pra saber o que ela quer”: “Toda redação tem os seus interesses, toda redação quer, de alguma maneira, falar sobre o tema que lhe é mais caro, por motivos políticos, econômicos, sei lá. [...] Matérias que têm um cunho político são matérias que você tem que escrever com cuidado. Que a casa quer dar uma olhada sobre o que você tá fazendo. [...] Isso quer dizer que a matéria vai sair do jeito que a casa quer”.

A pessoa entrevistada que trabalha como editor(a)-chefe inicialmente nega que a IURD exerça influência direta sobre o noticiário da Record TV, mas em seguida fala sobre como isso se dá: “Infelizmente, tem alguns assuntos que, não, não que sejam proibidos, mas tem um certo tabu [...] O casamento homossexual, a liberação da maconha... Qualquer coisa relacionada a esses assuntos [...] Precisa perguntar pra direção [...] Eu diria que não tem influência [religiosa], é mais determinado tema que, às vezes, é... A igreja pede pra gente”. Quando foi solicitado que detalhasse o que quis dizer com a última frase (“A igreja pede pra gente”), a pessoa entrevistada relatou que “a gente nem sabe direito como ocorre, mas eu sei que, é... O bispo [...] é, na Igreja Universal, tem contato com o Edir Macedo, e esses encontros, a direção, a nossa direção de conteúdo”, e que “[...] há bispos dentro da igreja [...] Que tem contato direto, né, com o Edir Macedo, que é o dono de tudo, né? É o Edir Macedo. E esses bispos que entram em contato diretamente, né, com os nossos diretores de jornalismo”. O(a) profissional acrescentou que “[...] quando vem a ordem do nosso diretor de conteúdo, a gente sabe que veio, né, da direção da Universal”. Mais

adiante, ao longo da entrevista, o(a) editor(a)-chefe trouxe à tona, espontaneamente, o caso da exposição "Queermuseu": "[...] a do Queermuseu foi no ano retrasado. Então, nesse caso, é... Eu lembro que teve uma... Uma cobertura pesada da Record [...] contra essa exposição, enfim, falando mal do conteúdo exibido, né?, por conta de ter um direcionamento da igreja. E a gente até não tava cobrindo o caso, mas entrou, com essa visão crítica, por influência, né, religiosa da emissora". Quando foi perguntado de que modo se deu essa influência, o(a) profissional disse que a ordem dada era para retratar a mostra "como algo negativo, algo pejorativo pra sociedade".

Os profissionais da Record TV também comentaram a escolha de trabalhar para uma emissora com uma vinculação religiosa direta. A pessoa que trabalha como repórter lembrou que já havia trabalhado para a TV Globo: "[...] trabalhei na TV Globo, a TV Globo é extremamente católica. Hoje eu trabalho numa emissora que é evangélica [...] E eu achava que os evangélicos eram extremamente fanáticos. Mas, quando eu fui trabalhar na Record, eu fui cobrir o papa. E eu vi o quanto os

católicos também são fanáticos. Então, eu procuro extrair o que há de melhor nos dois pra poder montar minha matéria". Já a pessoa entrevistada na posição de editor(a)-chefe disse: "A gente fica [preocupado(a) com] o nosso emprego. A gente trabalha, então a gente sabe: a gente pode questionar, mas tem que cumprir, né? [...] 'Ah, isso é um desserviço' [...] Pode, pode até ser, mas eu também acho que quem tá em casa não é burro pra não entender que não tem a visão da igreja por trás [do noticiário da Record TV], né?".

Já entre os(as) profissionais da GloboNews, ambos(as) apresentadores(as), a questão religiosa emergiu aos poucos ao longo da entrevista, e de maneira mais sutil, que exigiu do autor uma interpretação das entrelinhas do que foi declarado e também um conhecimento prévio da influência parcial de uma prelaia católica sobre algumas redações jornalísticas no Brasil.

Uma das pessoas a serviço da GloboNews disse ter estudado "a vida inteira numa escola católica" e, a respeito de religião, apenas acrescentou: "O Brasil é conservador na sua forma de viver a vida.

[...] nós temos uma falta de base que nos leva a uma intolerância intrínseca e a um conservadorismo religioso, muitas vezes, também. A religião impõe muito isso também. O que é certo, o que é errado, o que é pecado, o que não é. Então eu acho que quando vem um estopim, de um presidente assim, que é super ultra super conservador [Bolsonaro], ele tá só refletindo uma linha de pensamento de uma população...”.

O(a) outro(a) apresentador(a) da GloboNews se deteve mais no tema, introduzindo o assunto desta forma: “Tenho uma visão de mundo católica. Não quero passar [sic], com isso, nenhuma bandeira, longe de mim. Porque católico quer dizer ‘universal’, né? A minha visão do mundo é cristã”. Em seguida, a pessoa entrevistada – um(a) profissional que à altura da pesquisa passava cerca de quatro horas por dia no ar, ao vivo, de segunda a sexta-feira – detalha a sua vivência na religião: “Como o fato de eu ir na missa todo domingo, como o fato de eu, por exemplo, agora estar na quaresma – e eu tô falando uma coisa super pessoal com você, eu não vou falar sobre isso no jornal –, mas é claro que isso me impregna! [...] Quando eu

converso com uma pessoa [...], eu tento ver Cristo ali, eu tento ver a bondade ali”. Quando foi perguntado a essa pessoa como e se a ela separa religião do fazer jornalístico, o(a) entrevistado(a) afirmou: “Eu sou católico(a) 24 horas por dia [risos]. [...] Eu não entro numa cobertura sem pedir a Deus proteção, sem conversar com meu anjo da guarda, o Espírito Santo”. Finalmente, quando a conversa tratou de gostos pessoais com relação a arte, a pessoa comentou: “[...] pode ser um Renoir, isso pode ser um Van Gogh, pode ser um pintor, mas são coisas que eu digira bem. Eu gosto muito de história da arte e eu consumo muito filosofia. Porque eu acho que as pessoas pararam de fazer os grandes questionamentos, entendeu?”.

A experiência profissional do autor em múltiplas redações jornalísticas no Brasil, inclusive na do jornal O Estado de S. Paulo, permitiu que se reconhecesse um padrão nas declarações da segunda pessoa a serviço da GloboNews: assim como no caso do diário paulista, pelo menos ao longo das primeiras duas décadas do século 21, há uma conexão com a Opus Dei (Severiano 2012, pp. 268-272), prelazia da Igreja Católica Apostólica Romana que se faz

presente no país sul-americano também por meio das redes sociais (Silva, 2018, p. 109). Isso foi posteriormente confirmado por meio das redes sociais do(a) jornalista entrevistado(a). Paralelamente, a ligação da Igreja Católica com o Grupo Globo, conglomerado do qual a GloboNews faz parte, foi explorada ao longo da obra de Nossa (2019), com a integrantes do alto escalão da entidade religiosa, por exemplo servindo como fontes também em momentos de discussão política.

A ligação "siamesa" entre a Record TV e a IURD é notória (Nascimento, 2019) a ponto de que os(as) próprios(as) profissionais entrevistados(as) para a pesquisa introduziram o tema sem rodeios. Isso denota uma ambiguidade nas influências religiosas sobre os noticiários de GloboNews e Record TV. No canal aberto, essa influência é tão direta que é percebida pelos profissionais como óbvia, como uma pré-condição inapelável para o fazer noticioso na empresa. O fato de que na GloboNews um membro ou simpatizante entusiasmado(a) de uma prelazia católica profundamente conservadora e com um plano político para a América Latina (Severiano, 2012, 269-

271) comanda, ao vivo, por horas, um programa noticioso, indica que a influência do catolicismo sobre o jornalismo do canal pago é muito mais sutil do que a da Record, mas não necessariamente menor. Dentro da abordagem teórica adotada para este trabalho, portanto, a religião não se limita à esfera individual, nem à das organizações midiáticas estudadas: as variadas formas de conservadorismo religioso-político sob o rótulo do cristianismo integram os sistemas sociais do Brasil e da mídia brasileira.

Considerações finais

A religião foi apenas uma das diversas formas de influência analisadas na pesquisa que deu origem a este artigo. Ainda assim, chama a atenção porque o caso estudado é o de uma cobertura de episódios em que artistas foram criminalizados, de modo que sexo, erotismo, ideias e ideais de gênero foram assuntos empunhados por grupos conservadores no noticiário independentemente de tais aspectos constarem da proposta dos artistas, e como se o fato de estes temas serem motivadores para a arte fosse algo inédito

ou, por si só, recriminável. Essa ação contou com um moralismo de fundo religioso e tinha fins políticos (Dalmonte & Souza, 2019). Portanto, a influência da religião sobre o noticiário é relevante na medida em que pode construir uma realidade a partir de pressupostos morais privados ao realizar um serviço de utilidade pública.

Realizar mais estudos a esse respeito permitirá que se mapeie conexões entre religião e jornalismo não apenas em casos em que essa ligação é evidente (como na Record TV), mas também em redações onde isso não se faz notar, ou não se sobressai perante o público (GloboNews). Ao mesmo tempo, as entrevistas sugerem que ambos os canais de televisão ainda carecem de transparência com relação à natureza e ao alcance de suas influências religiosas ao construir a realidade por meio do noticiário. Seja por meio da televisão aberta – uma concessão pública – ou por meio de um serviço da assinatura – pago pelo telespectador – ao consumidor final das notícias é negado justamente uma visão objetiva das próprias emissoras.

Referências

Brasil. (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

Brum, E. (2018, Fevereiro 12). "Fui morto na internet como se fosse um zumbi da série The Walking Dead". *El País Brasil*. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/opinion/1518444964_080093.html

David, M. & Sutton, C. D. (2011). *Social research: an introduction*. (2ª ed.). Thousand Oaks: Sage.

Nascimento, G. (2019). *O Reino: a história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal*. São Paulo: Companhia das Letras.

Navarro, J. G. (2019). *The journalist is naked: Influences on the coverage of art criminalized during the rise of far right* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Hamburgo, Alemanha.

Nossa, L. (2019). Roberto Marinho: o poder está no ar – Do nascimento ao Jornal Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

OHCHR (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights). ([1948]). Universal Declaration of Human Rights. Genebra e Nova Iorque: Autor. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/eng.pdf

Plipat, S. (2018). *The State of Artistic Freedom – 2018*. Freemuse. Disponível em <http://freemuse.org/wp-content/uploads/2018/05/Freemuse-The-state-of-artistic-freedom-2018-online-version.pdf>

Rocha, P. (2017, Setembro 16). Justiça cancela apresentação de peça que traz Jesus como mulher trans. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em <http://cultura.estadao.com.br/noticias/teatro-e-danca,justica-cancela-apresentacao-de-peca-que-traz-jesus-como-mulher-trans,70002001631>

Saldaña, J. (2013). *The coding manual for qualitative researchers*. (2ª ed.). Londres: Sage.

Schreier, M. (2012). *Qualitative content analysis in practice*. Londres: Sage.

Severiano, M. (2012). *Nascidos para perder*. Florianópolis: Insular.

Shoemaker, P. J. & Reese, S. D. (2014). *Mediating the message in the 21st century: a media sociology perspective*. (3ª ed.). Nova Iorque: Routledge.

Shoemaker, P. J., Vos, T. P. & Reese, S. D. (2009). Journalists as gatekeepers. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), *The handbook of journalism studies* (pp. 73-87). Nova Iorque: Routledge.

Silva, J. K. G. M. (2018). *Religião e mídia social: uma análise do conservadorismo religioso católico a partir da instituição Opus Dei* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil. Disponível em http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencReligiao_SilvaJK_1.pdf

Tuchman, G. (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. Nova Iorque: Free Press.

Veja. (2017, Setembro 29). Em performance no MAM, criança interage com homem nu. *Veja*. Disponível em <http://veja.abril.com.br/entretenimento/em-performance-no-mam-crianca-interage-com-homem-nu/>

Zero Hora. (2017, Setembro 10).
"Queermuseu": mostra é cancelada após
ataques em redes sociais. *Zero Hora*.
Disponível em
[http://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/
09/queermuseu-mostra-e-cancelada-
apos-ataques-em-redes-sociais-
9892968.html](http://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/09/queermuseu-mostra-e-cancelada-apos-ataques-em-redes-sociais-9892968.html)

A pesquisa científica em cursos de Jornalismo em universidades federais no interior do Brasil

Scientific research in journalism courses at federal universities in the interior of Brazil

Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira⁵⁰

Resumo: O presente artigo traz uma análise comparativa das produções docentes em 13 cursos de jornalismo abertos pelo Reuni nas cinco regiões do Brasil. A análise de 1020 publicações em periódicos dos 181 docentes foi dividida em dez categorias temáticas, de modo que se possa, com mais detalhes, saber os assuntos mais pesquisados pelos professores e professoras. A metodologia do trabalho é de caráter misto, quanti e qualitativo, com um viés exploratório. Os dados foram coletados dos currículos Lattes de cada um dos professores. Essa ação faz parte do projeto Cartografia dos cursos de Jornalismo do Reuni no Brasil: Interiorização e Expansão da Educação Superior Federal no Brasil.

Palavras-chave: Pesquisa Jornalística, Produção Científica, Educação Superior

Abstract: This article presents a comparative analysis of teaching productions in 13 journalism courses opened by Reuni in the five regions of Brazil. The analysis of 1020

⁵⁰Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira. Universidade Federal do Cariri, Doutor em Comunicação e Semiótica, Brasil, paulo.cajazeira@ufca.edu.br

publications in journals of 181 teachers was divided into ten thematic categories, so that, in more detail, we can know the subjects most researched by teachers. The work methodology is mixed, quantitative and qualitative, with an exploratory bias. Data were collected from the Lattes curricula of each of the teachers. This action is part of the Cartography project of Reuni's Journalism courses in Brazil: Interiorization and Expansion of Federal Higher Education in Brazil.

Key words: Journalistic Research, Scientific Production, Higher Education.

Introdução

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 como parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o seu principal objetivo é ampliar o acesso e a permanência no ensino superior federal. Dentro das instituições criadas e/ou apoiadas pelo Reuni, o programa criou ferramentas para que essas universidades promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação; essas ações foram iniciadas em 2003.

Dentre outras ações está o aumento de vagas, a ampliação dos cursos noturnos,

inovações pedagógicas e o combate à evasão. A principal meta é diminuir as desigualdades sociais do país. Este trabalho objetiva realizar uma análise acerca da produção docente no período 2013 a 2019, no tocante às publicações em periódicos nacionais e internacionais. Tomando como principal base de dados a Plataforma Lattes, a presente pesquisa vem com o intuito de classificar as publicações em nove temas diferentes, de modo que se possa, assim, verificar qual o assunto mais pesquisado pelos professores de jornalismo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de forma geral no Brasil e traçar um comparativo com as produções

docentes de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

O estudo em questão faz parte do projeto intitulado Cartografia dos Cursos de Jornalismo do Reuni no Brasil, em execução desde agosto de 2018 na UFCA e sob orientação do professor Dr. Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira, docente da instituição. Uma das ações do projeto de pesquisa gira em torno das publicações dos professores, de modo que se possa acompanhar as principais temáticas, suas variações, titulações e universidades; além de seus valores numéricos para análise quantitativa.

A produção e publicação de artigos em periódicos é importante para o desenvolvimento dos estudos científicos na universidade: uma instituição que produz muito, pesquisa muito. Para que um curso se organize para iniciar um programa de pós-graduação, as publicações em periódicos se configuram como um dos critérios, não necessariamente voltada para o quantitativo geral, mas ao número de artigos publicados em revistas científicas com Qualis mais elevados, o que confere mais pontos aos docentes.

A investigação, de caráter comparativo, veio a partir da necessidade de estudar

como está o andamento do curso de jornalismo da UFCA no que se refere à pesquisa, mais especificamente, neste momento da investigação, relativo às publicações em periódicos nacionais e internacionais. Por se tratar de um curso novo, aberto em 2010, um comparativo de suas publicações com os totais gerais do Brasil é importante para, dentre outros possíveis resultado que pode-se extrair dos dados obtidos, perceber se os docentes do curso de jornalismo da UFCA estão acompanhando o ritmo de produção do Reuni nacionalmente.

Desenvolvimento

O Reuni no Brasil e o histórico de criação da UFCA

Em 2017, completou-se uma década da política pública social de expansão do ensino superior e a sua implantação no Brasil. Porém, conforme GOMES (2013 apud VASCONCELOS; SILVA e CAJAZEIRA, 2018), o processo iniciou-se ainda no período que antecedeu o término da segunda gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso - de 1999 a 2003. O Plano Plurianual aprovado pelo Congresso Nacional à época refletia, em sua quase

totalidade, os pontos derivados das discussões da reestruturação produtiva mundial.

Destacava, ainda, os eixos mobilizadores do Plano Plurianual que deveriam orientar os programas estratégicos em cada ministério e para cada setor do governo: 1) consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado. 2) promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda. 3) combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social. 4) consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos. 5) reduzir as Desigualdades Inter-Regionais. 6) Promover os Direitos de Minorias Vítimas de Preconceito e Discriminação. Acreditamos serem estes os eixos balizadores da criação do Programa Reuni, entre outros que visavam à democratização do acesso à Educação Superior como política pública social no interior do Brasil. Esses eixos não foram implantados no governo de Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2003), mas no governo posterior de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010).

A adesão da Universidade Federal do Ceará – UFC ao Reuni deu-se na segunda

chamada do Ministério da Educação: 17/12/2007 para implantação do programa no 2º semestre de 2008. Nesse cenário, a Universidade Federal do Ceará encontra-se, como uma das mais de 50 universidades públicas que aderiram ao Reuni, visando à captação de recursos para sua expansão e melhoramento de suas atividades como entidade de ensino superior. Já a Universidade Federal do Cariri (UFCA) foi criada pela Lei 12.826, de 05 de junho de 2013, a partir de um desmembramento da Universidade Federal do Ceará, campus avançado na região do Cariri cearense e, em funcionamento desde 22 de novembro de 2005.

O campus do Cariri havia surgido por meio do Programa de Expansão do Sistema Federal de Educação Superior, na região Sul do Ceará, distante 530 km da capital, Fortaleza. Com natureza jurídica de autarquia, a UFCA é vinculada ao Ministério da Educação e está sediada em Juazeiro do Norte. A Universidade é composta por cinco Campi. No Campus de Juazeiro do Norte onde funcionam treze cursos de graduação (Administração, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Design, Filosofia, Administração Pública, Música, Jornalismo, Letras/Libras,

Ciências da Computação, Matemática computacional e Ciências Contábeis) e os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Pós-Graduação em Libras e Mestrado Profissional em Matemática.

O curso de Jornalismo da UFCA começou as atividades acadêmicas em fevereiro de 2010. O funcionamento é no período vespertino (disciplinas opcionais) e noturno (disciplinas obrigatórias). Atualmente são quatro turmas em funcionamento com 50 vagas ofertadas por turma; quinze professores efetivos (tempo integral, dez doutores e cinco mestres, sendo que dois estão em fase de doutoramento); quatro grupos de pesquisa credenciados junto ao CNPq; seis servidores de laboratório especializado: Telejornalismo (2), Radiojornalismo (1), Fotojornalismo (1), Multimídia (1) e Jornalismo Impresso (1); e um servidor técnico administrativo de nível superior, que atende à Coordenação de Curso, além de projetos de pesquisa, extensão e cultura. O Curso possui seis turmas formadas - as três primeiras (2013, 2014 e 2015) ainda enquanto Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no

Cariri e as três últimas: 2016, 2017 e 2018, como Universidade Federal do Cariri (VASCONCELOS, et al; 2018).

A pesquisa científica

Segundo Rodrigues (2007), a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência e [...] apesar de terem diferentes objetivos, toda pesquisa científica tem por objetivo proporcionar uma melhor compreensão do nosso mundo e dos fenômenos, naturais ou sociais, que nele ocorrem. Silveira e Córdova (2009) complementam que a pesquisa é "a atividade nuclear da ciência (...), permanentemente inacabada."

Além de serem classificadas quanto ao objetivo pretendido (exploratórias, descritivas e explicativas) às produções científicas também podem ser catalogadas segundo sua abordagem, como quanti e qualitativas. A primeira se propõe a lidar com os aspectos da realidade que podem ser quantificados, é usualmente a escolha para pesquisas de opinião, ou quando o objeto de estudo demanda um levantamento numérico, gráficos e tabelas. A escolha pela metodologia quantitativa se

dá quando o ponto de análise envolve um número considerável de pessoas, que passam a compor o universo metodológico da análise.

No tocante às pesquisas qualitativas, podem ser elencadas as seguintes características: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

O professor João José Saraiva da Fonseca, professor da UEC, contrasta a pesquisa qualitativa com a quantitativa, explicitando assim a distinção de ambas com relação à finalidade de cada uma e das especificidades técnicas. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de

toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, pág. 10).

Ademais, a pesquisa passou a ser uma espécie de complemento indispensável à obtenção de informação, além de servir como provedor de informações para os sistemas de informação, seja com o objetivo de busca de novas informações, seja com o objetivo de atualização de informações (DANTAS, p.14 2013). Sendo assim, fica bastante clara a importância da pesquisa científica para a evolução do pensamento e compreensão da humanidade acerca do mundo em que vive, pois ela é a mais eficiente e segura forma de se produzir conhecimento. A pesquisa em comunicação

Os estudos em comunicação são híbridos por excelência, visto que transitam por uma gama de áreas e, por consequência, passam a absorver

conhecimento oriundos das interações, comunicacionais, sociais e culturais, no qual a própria comunicação se insere como protagonista, e, por fim, os resultados desse encadeamento. Desse modo, diferentemente de outras áreas, além de uma amplitude infinita de temas, as pesquisas realizadas no campo da comunicação são compostas por objetos de estudo que podem ser aplicados e partilhados por outras ciências, tornando-a uma área interdisciplinar (SOUSA, 2006).

Braga (2011) diz que toda pesquisa e discussão teórico-metodológica e epistemológica é importante para a formação de uma "cultura de pesquisa", são essas as bases para obtenção de uma boa abordagem, conceito e perspectiva nos diversos âmbitos que, por sua vez, são importantes para o programa pessoal de formação de todo pesquisador.

Assim como outras ciências, segundo Sousa (2006), a comunicação visa a produção de conhecimento científico sobre a realidade, embora o objeto de estudo da comunicação seja extremamente amplo devido à sua polissemia do próprio termo e ao vasto número de fenômenos que podem assumir-se como comunicativos. A comunicação como campo de investigação

tem seus afluentes na comunicação textual; visual; sonora; nas teorias de efeito, recepção, absorção e codificação. A comunicação enquanto processo de interação interpessoal traz mais um leque de possibilidades por onde se pode direcionar a análise.

É importante falar sobre a diversidade no campo da comunicação, os temas, objetos, conceitos, paradigmas e teorias que são adicionados às áreas de escolas e linhas de pesquisa. Outra questão observada no observável são os materiais na pesquisa que por muitas vezes são abrangentes e complexos, quando não se trabalha com poucas variáveis encontra-se um outro contexto com uma diversidade interna do objetivo (BRAGA, 2011).

As pesquisas, no entanto, têm limitado o objeto de estudo das ciências da comunicação em dois pontos. O primeiro deles é a comunicação humana e o segundo é o vasto universo da comunicação humana, que dentro dela estão inseridas: "(1) à comunicação interpessoal, grupal e organizacional, (2) aos modos, meios e estratégias (ou actividades) de comunicação social e (3) aos processos de comunicação e significação, particularmente aos

processos de comunicação social, suas significações e efeitos (SOUSA, p. 95, 2006).

É relevante dentro do campo da comunicação, em cada pesquisa, referir as bases teóricas e técnicas gerais de aproximação do objeto da pesquisa em favor de uma percepção de fazer ciência, uma vez que o objetivo final é a produção do conhecimento (BRAGA, 2011). Além do mais, é importante destacar que a pesquisa científica dentro do campo da comunicação visa solucionar problemas fenomenológicos ou esclarecer dúvidas sobre a realidade perceptível. "Para um comunicólogo, é o fenômeno comunicacional em si que interessa descrever e explicar, enfatizando as relações inter-fenomênicas comunicacionais que geram esse mesmo fenômeno." (SOUSA, p. 96, 2006).

A comunicação no âmbito digital, aliada à expansão e popularização da internet, atraiu os holofotes curiosos da ciência e tem sido analisada cada vez mais. "Participando de um campo de estudos historicamente determinado, as teorias da comunicação são completamente afetadas pelas transformações nos ambientes que elas buscam explicar." (SILVEIRA, 2007).

Metodologia

A estruturação do trabalho conta com três fases principais: delimitação, apuração e análise. A primeira fase, a delimitação das ações, se deu no andamento do projeto de pesquisa Cartografias do Jornalismo do Reuni no Brasil, o qual teve como atividade focar a análise nas publicações em periódicos dos docentes efetivos dos cursos de jornalismo criados a partir do Reuni e na estrutura dos cursos nessas respectivas instituições. A coleta de dados se deu a partir do constante nos currículos de cada professor disponibilizados pela plataforma Lattes, utilizando-se de um recorte temporal de sete anos (2013 a 2019) e os artigos dentro desse espectro foram divididos de acordo com áreas pré-selecionadas pelos pesquisadores do projeto.

As divisões foram em 9 campos: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, cinema e audiovisual, assessoria de comunicação, jornalismo digital, teorias da comunicação, fotografia/fotojornalismo e outros. Esta última, leva em consideração periódicos que estejam relacionados com mais de

uma das áreas citadas ou não se encaixe em nenhuma delas. A segunda fase, denominada de apuração, se deu através da checagem dessas informações junto da plataforma Lattes, já referida anteriormente, correlacionadas com dados a respeito do Qualis das revistas onde os trabalhos foram publicados, acessados por meio da plataforma Sucupira. A terceira e última fase foi dedicada ao cruzamento das informações coletadas na Plataforma Lattes e na Sucupira como forma de obter dados quantitativos e qualitativos no que tange ao status desses periódicos e descobrir em quais categorias mais se publica. Em seguida, também, foram analisados o Programa Pedagógico do Curso (PPC) de cada curso destacando temas como, por exemplo; a quantidade de laboratórios e suas condições; a qualificação dos técnicos e professores; a carga horária etc.

No total, foram analisados 13 cursos de jornalismo, espalhados em 9 estados, totalizando 181 professores que publicaram, no geral, 1020 artigos em periódicos nacionais e internacionais. Em média, 78 artigos por universidade e 6 por professor. A análise foi feita pelos quatro bolsistas do projeto, dois financiados pela

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, um pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e um pela Pró-Reitoria de Pesquisa Inovação e Pós-graduação da Universidade Federal do Cariri - PRPI/UFCA

No condizente à metodologia, o presente trabalho contou com uma abordagem de caráter misto. Em relação à forma de apuração, pode ser considerada como exploratória, que, segundo Leite (2008) é aquela que, como o próprio nome sugere, explora algo novo, que frequentemente não é considerado ainda ciência. Baseia-se mais no empirismo. A pesquisa de caráter exploratório pretende também examinar e compreender melhor o tema selecionado sem pretender atingir uma utilização prática para o conhecimento no cotidiano. Normalmente, esse é o estágio inicial de toda pesquisa científica e tem por objetivo a "caracterização inicial do problema". Outrossim, a pesquisa pode assumir um caráter teórico, objetivando a estruturação de sistemas de estudo, através da relação e interpretação de hipóteses. Ademais, há ainda um gênero definível, segundo a finalidade da investigação científica, intitulado "pesquisa

aplicada". Esta se aproveita das conclusões obtidas pela pesquisa teórica, aceitando ou rejeitando as hipóteses formuladas. Normalmente, chega-se a uma utilização prática do conhecimento, gerando o famoso "conhecimento de ponta". (RODRIGUES, 2007).

Resultado e discussão

Como dito na metodologia, a base dos dados foi a Plataforma Lattes, a equipe do projeto investigou as produções docentes e, a partir da análise do título, resumo e, quando necessário, da leitura do trabalho completo, categorizam os artigos segundo temática de pesquisa. Temáticas essas dentro da área do jornalismo, quando não, inseridas na classificação "outros", já justificada anteriormente.

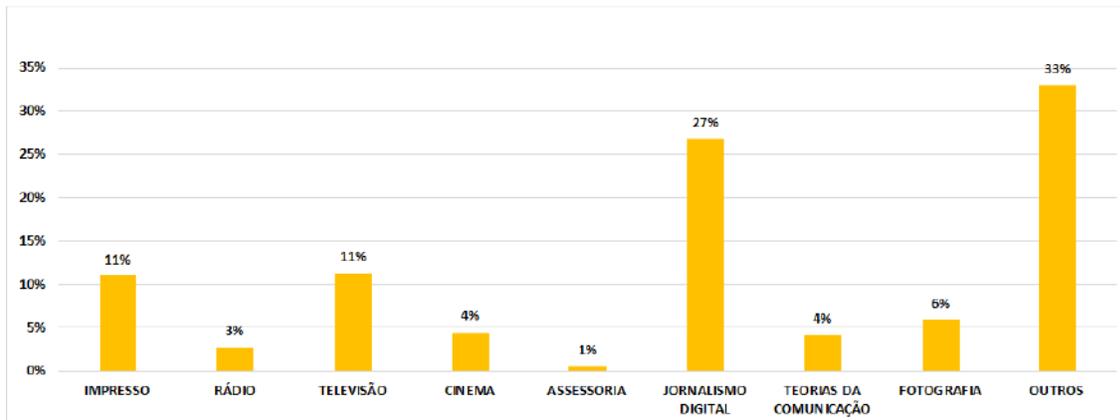


Figura 1 - Divisão do número total de publicações por área de pesquisa. Fonte: Plataforma Lattes (dados); gráfico produzido pelos autores.

No total geral do jornalismo do Reuni no Brasil, como percebido, a área que conta com a maior quantidade de produções é o jornalismo digital, como pode-se perceber

na figura 1. A produção nesta temática ocupa 27% do total, ficando atrás apenas da classificação "outros" que corresponde às publicações que se concentram em

áreas como design, letras, antropologia, cultura, pedagogia e outras áreas encontradas na base de dados que tangenciam ou fogem totalmente à comunicação/jornalismo. A exemplo da UFPel - Universidade Federal de Pelotas, localizada no Rio Grande do Sul, onde o curso de jornalismo se encontra na mesma unidade acadêmica que o de letras e suas habilitações, chamado Centro de Letras e Comunicação. Dessa forma, esse fator pode ser contribuinte para que parte da formação dos professores seja na área das

linguagens e códigos e, por consequência, tem suas produções voltadas nessas áreas. Esse fato foi posto em evidência para justificar o alto volume de publicações nessa classificação "outros", que serve de exemplo dos casos encontrados no levantamento dos dados.

Ao se traçar um comparativo entre o geral e um específico, no caso o curso de Jornalismo da UFCA, obtém-se uma disparidade, porque a área com a maior quantidade de trabalhos é a fotografia

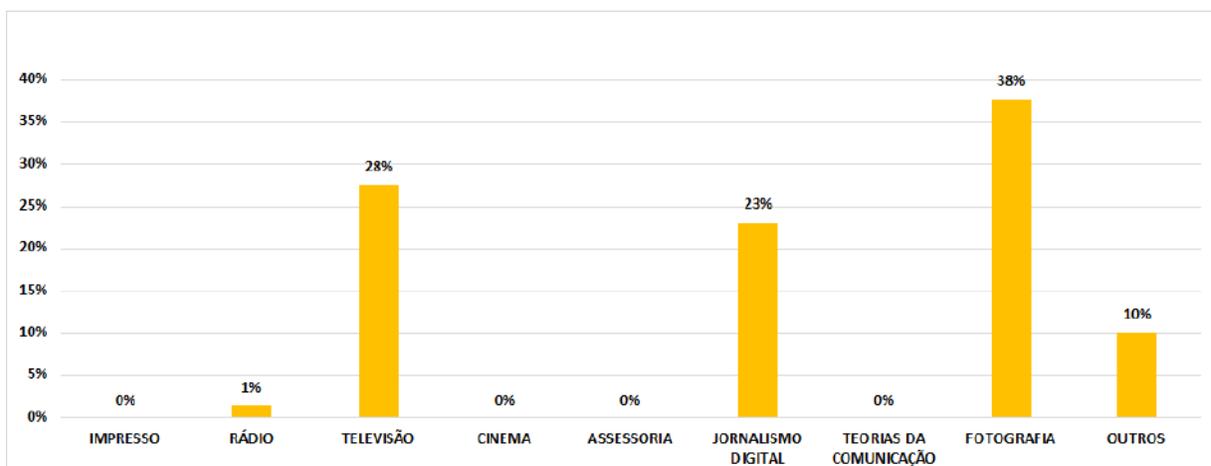


Figura 2 - Divisão das publicações por área na UFCA. Fonte: Plataforma Lattes (dados); gráfico produzido pelos autores.

(38%), seguida pelos estudos em Televisão (28%) e o Jornalismo digital encontra-se no 3º lugar, com 23%, como pode-se observar na figura 2.

Ao analisar a produção docente no geral, percebe-se que mesmo que não seja maioria do total individual, quase todos os professores têm trabalhos na área do jornalismo digital ou produções voltadas para formas midiáticas convergentes, como webtv ou web radio. No caso da UFCA, o resultado díspar, onde a fotografia, que é uma das áreas menos pesquisadas no total geral configura-se como a mais pesquisada no curso, pode ser explicado pelo fato de os 38% de publicações em fotografia, o que corresponde a 27 artigos, estarem concentrados em 2 pesquisadores, se a análise passar a ser com relação ao número de professores que pesquisam determinada área, nota-se, novamente, o jornalismo digital se destacando, sendo pesquisado pela maioria dos professores, mesmo que não contabilize a maioria dos artigos.

Se pensar em como está a quantidade de produções da UFCA em relação ao Reuni Brasil, pode-se estabelecer uma média. Por se tratar de 1020 artigos e 181 professores, ao dividir o primeiro pelo segundo, tem-se

5,63 artigos por professor, arredondando, a média passa a ser 6. O curso de jornalismo da UFCA tem 71 publicações e 15 professores, ao fazer a divisão, tem, em média 4,73 artigos por docente, arredondando, 5 publicações em periódico por professor. Em média, o curso está bem próximo da média nacional, o que é um resultado positivo, visto que é um curso fundado em 2010 e que teve a quantidade de 15 professores só em 2017.

Considerações finais

O artigo trouxe a proposta de analisar as produções docentes dos cursos de jornalismo abertos pelo Reuni, de modo que fosse possível pôr em números o que se é produzido nos interiores dos estados brasileiros. É importante a presença de trabalhos como esses para que se tenha ideia do retorno que as universidades podem dar às ações como essas: a produção de conhecimento e o crescimento de uma sociedade intelectualizada. Além do mais, trouxe a possibilidade de jovens dos interiores dos estados estarem próximos, literal ou proporcionalmente de suas cidades de origem, pois a distância dos campi, na maioria das vezes, configurava-se como uma dificuldade

diminuindo a permanência no ensino superior, o que demandava despesas exteriores à universidade, como gastos com moradia e alimentação, por exemplo.

Estudar a produção científica dessas universidades em especial, é ver professores fazendo ciência no interior. Esse processo de interiorização do ensino superior público, por sua vez, vem como uma peça chave ao fortalecimento dessa pesquisa, em suas mais diversas faces. Análises como essa se tornam ainda mais pertinentes e necessárias quando se tem programas como o projeto Future-se - ferramenta contra todo o projeto de universidade que se veio construindo desde antes do período de ditadura militar.

A UFCA, por sua vez, é peça chave dessa análise por ter um dos cursos de jornalismo mais recentes implementados pelo Reuni e por ser uma universidade localizada no sul do Ceará, com biomas e características únicos, e por ser essencialmente compostos por 29 municípios que se encaixam na classificação de pequenas e médias cidades.

Produzir conhecimento sobre a produção de conhecimento do Reuni, é ver o interior mostrando sua voz, marcando seu lugar na ciência. As principais descobertas

científicas são produzidas na universidade, e são esses responsáveis que são encarregados de ensinar a nova geração de pesquisadores que está sendo formada, pesquisadores do interior, cuja possibilidade de estudar perto de casa foi graças à uma política pública com objetivo de democratizar o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Referências

Braga, J. L. (2011). A prática da pesquisa em comunicação - abordagem metodológica como tomada de decisões. E-Compós, 14(1). Disponível em: <<https://doi.org/10.30962/ec.665>> Acesso em 20 jul. 2019.

Fonseca, J.; A metodologia da pesquisa científica (2009). In: Fortaleza: UEC. Disponível em: <<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2019.

Gomes, P. apud Vasconcelos, W. G. I. de; Silva, F. V.; Cajazeira, P. E. S. L; O Perfil do Egresso dos Cursos de Jornalismo do Reuni no Ceará (2018). In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região

Nordeste, Juazeiro - BA. Desigualdades, Gêneros e Comunicação. São Paulo: Intercom.

Leite, F. T. (2008). Metodologia Científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, Dissertações, Teses e Livros). p. 47. Editora Ideias & Letras. Aparecida - SP.

Rodrigues, W. (2007). Metodologia científica. Paracambi: FAETEC. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/academia.edu/documents/33851445/metodologia_cientifica.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1557249185&Signature=PeHvPsZdfVD7Dt1D2Bi%2BFucD3JA%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D Metodologia_Cientifica_Conceitos_e_Defin.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Qualis. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>> Acesso em 22 mai. 2019.

Silveira, D. T.; Córdova, F. P. A Pesquisa Científica (2009). In: Gehardt, T. E. (Org.); Silveira, D. T. (Org.). Métodos de Pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

Silveira, S. A. (2007). Comunicação digital, redes virais e espectro aberto. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/676>>. Acesso em: 10 de maio 2019.

Sousa, J. P. (2006). Elementos da Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Medias. Ed. Portugal, Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <<http://w3.ualg.pt/~jmartins/tecnicascomunicacao/elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2019.

Vasconcelos, W. G. I. de; Silva, F. V; Cajazeira, P. E. S. L. (2018). O Perfil do Egresso dos Cursos de Jornalismo do Reuni no Ceará. In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2018, Juazeiro - BA. Desigualdades, Gêneros e Comunicação. São Paulo: Intercom. Brasil.



A revista “Intervalo”: a amplificação do discurso midiático televisivo nos primórdios da TV no Brasil

**Revista “Intervalo”: la amplificación del discurso mediático en los primeros días de la
televisión en Brasil**

The magazine “Intervalo”: the amplification of media discourse in the early days of TV in Brazil

Talita Souza Magnolo⁵¹

Christina Ferraz Musse⁵²

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo investigar a importância da criação de revistas por parte dos grandes conglomerados da imprensa brasileira ao longo da década de 1960, principalmente, as revistas que tratavam de assuntos relacionados à televisão. É nosso interesse perceber a construção de uma relação de amplificação dos discursos midiáticos e programas televisivos, bem como a significância que tiveram durante os anos 1960. Nosso objeto de estudo será a revista “Intervalo”, da Editora Abril, que circulou entre os anos de 1963 e 1972. Este impresso teve grande importância, visto que foi o primeiro no Brasil, a tratar com exclusividade de assuntos sobre a televisão, em âmbito nacional. Além disso, caberá ao nosso trabalho, buscar um melhor entendimento das relações de poder exercidas naquela época entre mídia e poder militar, que possibilitaram a melhoria e aprimoramento da TV no nosso país.

⁵¹ Talita Souza Magnolo. UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Doutoranda em Comunicação PPGCOM/UFJF, membro do Grupo de Pesquisa (CNPQ) Comunicação, Cidade e Memória. E-mail: talita.magnolo@yahoo.com.br.

⁵² Christina Ferraz Musse. UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Pós-Doutora em Comunicação. Professora titular do PPGCOM/UFJF e líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ) Comunicação, Cidade e Memória. E-mail: cferrazmusse@gmail.com.

Palavras-chave: Revista "Intervalo", Editora Abril, revistas especializadas, consumo, televisão.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo principal investigar la importancia de la creación de revistas por los grandes conglomerados de la prensa brasileña durante la década de 1960, principalmente, las revistas que tratan temas relacionados con la televisión. Es nuestro interés percibir la construcción de una relación para amplificar los discursos de los medios y los programas de televisión, así como la importancia que tuvieron durante 1960. Nuestro objeto de estudio será la revista "Intervalo" de Editora Abril, que circuló entre 1963 y 1972. Esta forma fue de gran importancia, ya que fue la primera en Brasil en tratar exclusivamente temas de televisión, en alcance nacional. Además, dependerá de nuestro trabajo buscar una mejor comprensión de las relaciones de poder ejercidas en ese momento entre los medios y el poder militar, lo que hizo posible la mejora y la mejora de la televisión en nuestro país.

Palabras Clave: Revista "Intervalo", Editora Abril, revistas especializadas, consumo, televisión.

Abstract: This work has as main objective to investigate the importance of the creation of magazines by the great conglomerates of the Brazilian press during the 1960s, mainly, the magazines that dealt with subjects related to television. It is our interest to perceive the construction of a relationship to amplify media discourses and television programs, as well as the significance they had during the 1960's. Our object of study will be Editora Abril's "Intervalo" magazine, which circulated between the years 1963 and 1972. This form was of great importance, since it was the first in Brazil to deal exclusively with subjects on television, in national scope. In addition, it will be up to our job to seek a better understanding of the power relations exercised at that time between media and military power, which made possible the improvement and improvement of TV in our country.

Key words: Magazine "Intervalo", Editora Abril, specialized magazines, consumption, television.



Introdução

A historiografia sobre os impressos no Brasil é vasta e muito rica. A imprensa brasileira passou por diversas fases, desde a explosão tipográfica, ainda no século XIX, passando pela adoção de modelos estrangeiros, proliferação de revistas ilustradas e aprimoramento de diferentes técnicas de produção. O século XX, por sua vez, presenciou o refinamento das técnicas de impressão, redação e de recursos gráficos. A imprensa deixou de ser artesanal para assumir características industriais e comerciais e, apesar de conteúdos pouco elaborados, a década de 1920 representou um momento de experimentações, desde o relevo tipográfico à ilustração pictorialista, entre outras.

Em 1930, o panorama criativo e de produção das revistas mudou e inaugurou uma nova forma de se fazer reportagem. Ganham espaço temas relacionados ao esporte, consumo, modos de vida, arte, espetáculos e política, que ocuparam os periódicos de uma forma mais contemporânea e diferenciada. Com a chegada da televisão no Brasil, em 1950, este padrão jornalístico, inicialmente proposto pelas revistas, já não conseguia

mais acompanhar o comportamento do setor de consumo de bens simbólicos, assim, aos poucos, foram surgindo os impressos especializados em TV. Este momento também foi de intensas mutações no jornalismo brasileiro, com um público mais urbano e cada vez mais diversificado graças ao surgimento de novos títulos. A década de 1960, assim, marcou o surgimento de grandes conglomerados editoriais que passaram a dominar o mercado dos impressos no Brasil.

Este artigo tem como objetivos traçar um breve percurso histórico sobre o surgimento dos mais importantes conglomerados da imprensa brasileira, com foco nas revistas; entender como o fenômeno da segmentação, durante a década de 1960, foi importante para o aprimoramento técnico e criativo das revistas especializadas; e trazer a história da revista "Intervalo", buscando entender, principalmente, o contexto social, cultural e político de sua criação, e como ela se comportou como amplificadora das mensagens midiáticas e programas televisivos. A revista "Intervalo" é considerada uma das mais importantes publicações especializadas que surgiram

entre as décadas de 1960 e 1970, pois valorizou na íntegra assuntos e temas sobre televisão. Inicialmente, sua proposta era cobrir a programação televisiva de todo Brasil e trazer reportagens também relacionadas com os programas, shows, telenovelas, entre outros, além de notícias e muitas fotografias.

Nossa discussão teórica é embasada na pesquisa historiográfica da mídia e, para isso, trabalharemos com autores como Marialva Barbosa, Ana Luiza Martins, Marília Scalzo, entre outros, bem como o acervo digital da Biblioteca Nacional. Ainda no aspecto teórico, investigaremos questões relacionadas à segmentação editorial no Brasil, bem como o desenvolvimento da cultura de massa e como a indústria do entretenimento contribuiu para a criação das estratégias midiáticas da televisão nos anos 1950 e 1960. Neste sentido, utilizaremos como base teórica textos de Adorno e Horkheimer, Muniz Sodré, Marialva Barbosa, Alexandre Bergamo, entre outros. Nosso trabalho tem como fio condutor a temática de memória, já que trabalharemos com a recuperação e o retrospecto histórico de uma das épocas mais efervescentes do Brasil, sob ótica dos

meios de comunicação e a criação de novos modos de consumo e informação midiática, tudo isso em pleno período da ditadura civil-militar que, em seus primeiros anos, obteve resultados de crescimento econômico que favoreceram a expansão das cidades e dos gastos das famílias.

Acreditamos que, com este artigo, conseguiremos comprovar que a evolução da revista no Brasil dialogou com o desenvolvimento dos meios de comunicação da época, portanto. Além disso, esperamos demonstrar que a “Intervalo” revolucionou a forma de falar sobre TV e de se relacionar com um meio que estava se desenvolvendo durante os anos 1960. Por fim, acreditamos que o trabalho revelará as relações que foram construídas entre os grandes conglomerados de comunicação impressa no Brasil e a TV brasileira.

Os grandes conglomerados da imprensa brasileira

Em 1930, as mudanças do panorama criativo e de produção gráfica são capitaneadas pela revista “O Cruzeiro”, de Assis Chateaubriand, que inaugurou uma nova forma de se fazer reportagem. A partir daquele momento, o repórter deixou as

redações e foi para a rua, procurar por matérias e ir além dos fatos e episódios do dia-a-dia. A revista começou a ser distribuída a partir de 1928, no Rio de Janeiro, e foi um dos mais relevantes semanários ilustrados da história da imprensa brasileira (BRASIL, 2015). Um dos primeiros veículos a integrar os Diários Associados – a rede de comunicação brasileira pioneira, que contabilizaria 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão.

Graficamente, “O Cruzeiro”, em seus anos iniciais, era a mais sofisticada revista no jornalismo brasileiro. Com uma boa qualidade de impressão e de papel, utilizando muitas fotografias, o semanário era atraente ao público de classe média. O plano textual, por outro lado, não ficava atrás: grandes nomes do jornalismo nacional e internacional ganhavam espaço em suas páginas. Tavares e Schwaab (2013) afirmam que a revista focava em diferentes temas: políticos, sociais e econômicos, moda e celebridades, humor ilustrado, noticiário internacional, concursos, colunismo social, arte e

cultura⁵³. A partir de 1964, a decadência de “O Cruzeiro” e dos demais veículos dos Diários Associados foi inegável, já que não conseguiram acompanhar o ritmo de seus concorrentes, inclusive pelas dificuldades das empresas, depois da morte de Chateaubriand, em 1968.

A década de 1960 marcou o surgimento de grandes conglomerados editoriais que passam a dominar o mercado do impresso no Brasil. Tavares e Schwaab (2013) elegem como grandes destaques dessa época a Editora Globo, a Bloch Editores e, em especial, a Editora Abril. Roberto Civita (1992) afirma que a história começa com a chegada de seu pai, Victor Civita, a São Paulo. Ele e seu sócio, Gordiano Rossi, juntaram suas economias, alugaram uma sala de 20 metros quadrados no centro da cidade e montaram uma pequena gráfica no bairro de Santana, que, naquele tempo, ficava na periferia. Thomaz Souto Corrêa (2017), que trabalha na Abril há mais de 50 anos, começou como jornalista e posteriormente assumiu a direção de diversos impressos, afirma que a Abril

⁵³ Com o declínio da cadeia após a morte de Chateaubriand, em 1968, o semanário perdeu muito de seu brilhantismo na década de 1970, até encerrar suas atividades terminantemente em 1975.

nasceu com os primeiros quadrinhos da Disney no Brasil.

Em 1952, foi rodada a primeira edição de uma revista que viria a ser um dos seus maiores sucessos: “Capricho”, cuja circulação, em 1959, bateria o recorde latino-americano, superando a marca de meio milhão de exemplares. Este sucesso provocou uma multiplicação de títulos e rápido crescimento, levando a Editora Abril para a liderança das empresas editoras e gráficas da América Latina⁵⁴. Em 1960, nasceu “Quatro Rodas”, a primeira revista especializada em automóveis e turismo e, em 1961, chegava às mãos das leitoras brasileiras aquela que se tornaria sua companheira indispensável: “Claudia”, uma das maiores revistas femininas de serviço até o momento.

Civita (1992) afirma que, ao longo de sua história, a Abril lançou impressos de grande importância para a história nacional, alguns acabaram de maneira precoce, como foi o caso de “Realidade” (1966), que tinha a proposta de trazer matérias profundas sobre assuntos polêmicos, outras continuam em

circulação, como é o caso da revista “Veja” (1968). A partir dos anos 1960, algumas publicações foram cruciais para o desenvolvimento do ramo das revistas no Brasil. Além daquelas que eram mais voltadas para o factual e possuíam um perfil mais noticioso, surgiram, naquele momento, títulos que se tornaram decisivos para a segmentação do mercado de impresso brasileiro.

A segmentação editorial e as revistas especializadas

Como parte do aprimoramento técnico e criativo das redações, principalmente na década de 1960, os jornalistas eram enviados como estagiários para trabalhar em revistas estrangeiras e de lá voltavam editores, fotógrafos e designers consagrados (CORRÊA, 2000). O principal objetivo desse intercâmbio profissional era trazer para o Brasil uma visão de qualidade editorial, ideias para novas revistas e a profissionalização do mercado. As “versões brasileiras” que surgiram nessa época tinham em comum o objetivo de realizar uma cobertura especializada voltada para

⁵⁴ Depois de “Capricho”, vieram as revistas “Mickey” (1952) e “Zé Carioca” (1961), para o público infantil, seguidas pelas femininas “Ilusão” (1958) e “Noturno” (1959) e, por fim, “Manequim” (1959), a primeira revista brasileira voltada exclusivamente para moda.

um leitor específico. Tavares e Schwaab (2013) afirmam que existia uma ideia fixa de “descobrir e mostrar o Brasil ao leitor brasileiro”. As revistas se baseavam em modelos estrangeiros, porém, sempre tendo o cuidado de “abrasileirar” suas fórmulas.

O meio do século XX foi um momento notadamente significativo para a imprensa, mas também para o mercado de revistas, marcando a consolidação do padrão capitalista e a disseminação da publicidade. Para Buitoni (2009), o surgimento de um modelo de vida baseado no consumo e o aumento dos índices de escolaridade deram impulso ao mercado editorial, fazendo com que, partir da década de 1950, alguns dos mais relevantes títulos femininos surgissem. A modernização do país se acentuou com o plano de desenvolvimentismo do então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e determinou a adoção do capitalismo de consumo. A mulher, por exemplo, conforme apontado por Corrêa (2000), queria – e precisava – trabalhar fora, ganhar seu dinheiro e, ao mesmo tempo, se manter informada.

As revistas, enquanto produtos jornalísticos, assumem atributos bastante

característicos. De acordo com Buitoni (2009), diferentemente da imprensa diária, a revista não precisa, necessariamente, noticiar o que há de “quente” no mundo. Sua ligação com o que é atual se dá por meio da prática do jornalismo interpretativo, ou seja, pela expansão do fato original através de entrevistas, antecedentes, consequências, opinião de especialistas, entre outros. No caso do público feminino, na década de 1960, este tipo de publicação estava mais para o formato do jornalismo de entretenimento, do opinativo e daquele de serviço, pois englobava desde palavras-cruzadas até roteiros de turismo e informações sobre lazer, com páginas dedicadas à opinião e ao colunismo. Outra característica bastante peculiar da revista especializada era a relação íntima com seus leitores, para quem ela estava sempre se dirigindo, com um tom coloquial, que conduzia o texto como uma conversa, trocas de conselhos e experiências.

Durante os anos 1950 e 1960, o conceito de segmentação editorial ganhou corpo e foi responsável pelo surgimento dos mais variados tipos e gêneros de revistas no Brasil. Entretanto, devemos chamar a atenção para outro fenômeno, também

surgido nos anos 1950, que norteou o nascimento e desenvolvimento de revistas, que se voltaram para os meios de comunicação daquela época. Para Scalzo (2014), a modernização da imprensa brasileira na década de 1950 seguiu, em um primeiro momento, o padrão desenvolvido pelos Estados Unidos, trazendo a racionalização da produção de conteúdo para as massas, ou seja, a incorporação da imprensa na esfera da indústria cultural – muitos impressos da época, especialmente as revistas, importaram formas de produção, procedimentos técnicos, nomes e gêneros internacionais.

De forma muito significativa, a chegada da televisão no Brasil ocupou o imaginário dos brasileiros e ganhou forma, invadindo, aos poucos, os lares das famílias. A partir daquele momento, não era mais necessário sair de casa para saber o que acontecia no mundo das celebridades e dos ídolos, que até então só ocupavam as páginas das revistas, mas que, agora, estavam ali, na tela da TV. O meio impresso acompanhou de perto essa mudança, desde as ondas do rádio até os programas de humor e competições musicais, que passaram a ser

transmitidos por algumas emissoras de TV daquele período.

Revistas especializadas como a “Revista do Rádio”, “Cena Muda”, “Cinelândia”, “Intervalo”, entre outras, trouxeram para a população de seu tempo o que Adorno e Horkheimer (1982) chamam de “arte leve” ou “cultura leve” – pertencentes à indústria do divertimento. Mesmo movidas pelo sistema capitalista e, de certa forma, vislumbrando o lucro no final de cada edição, as revistas, bem como outros meios de comunicação – o rádio e a televisão, por exemplo – estamparam em suas páginas não somente atores, atrizes, cantores, personagens, mas também um novo modo de vida, uma forma divertida, leve e informal de um mundo que estava ganhando cada vez mais cores e sons:

“[...] uma revista de sucesso tem de erigir um mito no qual seus leitores acreditem”. Essa mesma regra também vale para explicar o desaparecimento de outras publicações: revistas representam épocas (e – por que não? – erigem e sustentam mitos). Sendo assim, só funcionam em perfeita sintonia com seu tempo. Por isso, dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas. Ali estão os hábitos, as modas,

os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas. (SCALZO, 2014, p.16).

O período entre 1945 e 1955 simbolizou o apogeu do rádio na América Latina e em praticamente todo mundo. De acordo com Haussen e Bacchi (2009), esta foi a época dos programas de auditórios, das radionovelas, da popularização de artistas, cantores e radialistas, e também do grande investimento em verbas publicitárias para o meio de comunicação de massa mais popular até então. Foi um momento de grande efervescência editorial, do qual surgiram inúmeras revistas, como foi o caso da "Revista do Rádio" (1948-1970) e "Radiolândia" – semanário criado em 1952 pela Rio Gráfica e Editora, que circulou até 1962 –, entre outras.

A chegada da TV fez com que o rádio reconhecesse a influência desse novo meio de comunicação de massa. Segundo Faour (2002), em maio de 1959, abaixo do título da "Revista do Rádio" passou a figurar a frase "A primeira em rádio e televisão" e, a partir de novembro de 1959, o próprio título da publicação passou a ser "Revista do Rádio e TV", pois cresceu o número de matérias sobre televisão. A revista

continuava forte, mas a concorrência aumentava com o aparecimento de "TV-Programas", "7 dias na TV" e "Intervalo". É curioso perceber que a revista "Radiolândia" também mudou seu foco editorial com o passar dos anos, como, por exemplo, quando muda seu nome para "Radiolândia Tevelândia" e, mais tarde, para "TV Rádio Lândia", com colunas dedicadas a amplificar o mundo da televisão. Outro caso parecido aconteceu com "Cinelândia", que também mudou de nome para "CineTVLândia".

A revista "intervalo" e a amplificação da narrativa televisiva

No início dos anos 1960, existiam 15 emissoras de televisão operando nas mais importantes cidades do Brasil. Entretanto, só quando os efeitos do consumo de produtos industrializados cresceram e o mercado se consolidou foi que as emissoras de televisão se tornaram economicamente viáveis como empresas comerciais e começaram a competir pelo faturamento publicitário. Daquele período em diante, a televisão passou por melhorias técnicas e concepção de uma programação atraente, dinâmica e popular para conquistar as classes médias, através

de artifícios estratégicos como apoiar-se mais na família para a produção de conteúdo, processos de repetição analógica do real e reprodução do já existente (BERGAMO, 2010).

Surgiram também, nesta época, revistas que tinham sua linha editorial direcionada totalmente para a televisão, como, por exemplo, "7 dias na TV", lançada no início dos anos 1950, e considerada pioneira ao tratar sobre assuntos relacionados ao veículo. O pioneirismo se deve ao fato de a revista ter tentado publicar a programação televisiva, porém, foi desbancada pela "Intervalo" que, além de ter trazido a programação de todo Brasil, inovou na forma de comunicar com seu público leitor e de falar sobre televisão. Outra publicação que também foi pioneira e que, igualmente às outras duas mencionadas, trouxe a programação da TV impressa, foi a "TV Programas", lançada em 1961, porém, com uma diferença: o semanário circulou somente no estado do Paraná e, conseqüentemente, trouxe assuntos exclusivos sobre a televisão local.

A revista "Intervalo", da editora Abril, pode ser considerada umas das mais significativas da época por ter trazido a proposta de cobertura da TV em âmbito

nacional, ou seja, enquanto surgiam revistas locais sobre televisão, o semanário da Abril investiu em um jornalismo de TV completo, amplo e diversificado, já antecipando o modelo das redes de televisão, que viria a ser aquele escolhido pelo governo militar para integrar o território nacional, através das redes de microondas e satélites. A inspiração para o seu lançamento veio dos Estados Unidos, de uma das revistas mais famosas da época: a "TV Guide", uma publicação de formato pequeno, que continha todas as programações televisivas, cobrindo o continente norte-americano de costa a costa e todas as emissoras de TV.

O semanário destinava-se para amantes de televisão. De acordo com Jaime Figuerola (2017), um dos primeiros funcionários do Departamento de Arte da "Intervalo", a revista era para as pessoas que tinham o aparelho de TV em casa, e que usavam a revista para se manterem informadas sobre a programação. Para aqueles que não tinham TV, era a opção para ver o que aconteceu durante a semana, e uma forma fácil e barata de ter o contato visual com seus artistas e cantores prediletos, contemplando o nascente mercado de fãs.

Eu acho que era pra quem tinha televisão, quer dizer, o rico podia comprar pra ver os programas, porque não tinha outro meio de saber a programação, né?, só pela televisão mesmo, mas para saber: “Bom, hoje eu vou assistir tal programa, tal coisa”, não tinha, então eu acho que qualquer classe servia, quem tivesse televisão e as matérias iam junto, quer dizer, a base mesmo era a programação, que, aí, você tinha os comentários sobre os programas, isso também ajudava: é bom, não é bom ou vale a pena. (FIGUEROLA, 2017).

Apesar de possuir diversas seções temáticas, conteúdos diversos e fotografias, o foco era divulgar seu maior diferencial: a programação televisiva. Bergamo (2010) afirma que os anos 1960 representaram para a TV brasileira um momento-chave, já que foi nesse período que várias práticas televisivas foram criadas e consolidadas, assim como outras foram abandonadas ou profundamente transformadas, em outras palavras, a programação televisiva era novidade. É

neste momento, inclusive, que o aparelho de televisão deixa de ser “artigo de luxo” para se popularizar – embora no final dos anos 1960 a quantidade⁵⁵ ainda fosse reduzida e se concentrasse no Rio de Janeiro e São Paulo, era um número crescente a ponto de atrair a atenção dos profissionais de publicidade.

A criação da “grade” de programação, criou também o hábito da audiência no público, que agora era leitor e telespectador. A revista “Intervalo” teve como importante função “ensinar” seus leitores a se habituar à grade de programação e, então fidelizá-lo. Parte importante neste processo também foi a consagração das grandes redes de TV que, anos mais tarde, tomam o lugar de emissoras de TV locais.

A consolidação de uma grade de programação com base na divisão entre o trabalho e o lazer dos membros da família e os desenvolvimentos feitos nos instrumentos de aferição da audiência da televisão, a partir dos anos 1970, são, talvez, os melhores exemplos de

⁵⁵ Em 1950, havia apenas 2 aparelhos televisores, em 1955, esse número vai para 170. Nos anos 1960 houve um crescimento nesta quantidade, atingindo 760 e depois, em 1965, 2.202 aparelhos. Na década de 1970, o número duplica, chegando à impressionante marca de 4.931 televisores. Para saber mais, ver José Mário Ortiz Ramos e Sílvia Helena Simões Borelli em “A telenovela diária”, em Renato Ortiz, Sílvia Helena Simões Borelli e José Mario Ortiz Ramos: “Telenovela: história e produção”, São Paulo, Brasiliense, 1989, p.55.

desdobramento e das implicações dessa ideia. No caso dos instrumentos de aferição da audiência, eles seguiram essa direção específica: sondagem dos horários e da rotina familiar perante a televisão, levando em conta que as famílias de classes sociais diferentes têm também rotinas diferentes. Dessas pesquisas resultou a montagem de uma “grade de programação” que pudesse ser a “representação” dessa rotina (BERGAMO, 2010, p.64).

A televisão buscou apagar as diferenças individuais e transformar o telespectador em massa, embora a sua linguagem privilegiasse a intimidade, ou seja, a TV passou a apoiar-se na família como grupo receptor necessário, onde o que importava eram as relações primárias – cara a cara – e princípios morais específicos. Sodré (2010) propõe que a tendência da cultura de massa⁵⁶ é de ocultar as circunstâncias de sua produção e sua recepção, isto é, a verdadeira natureza de seu código. Tanto o telespectador dos anos 1960, quanto os leitores das revistas especializadas da

época, em especial da “Intervalo”, percebiam as mensagens como algo “natural” e “leve” em seu momento de lazer e divertimento. Isso pode ser facilmente percebido pelos textos usados pela revista, com caráter informal, como se fosse uma amiga contando as últimas novidades do mundo da TV.

A imagem difundida pela TV e os textos divertidos disseminados pela revista foram capazes de introduzir seus interlocutores no mundo do entretenimento. A invasão da cena familiar pela TV, facilitada pela incorporação da “familiaridade” é o que leva o espetáculo ao espectador. Na revista, este espetáculo incluía desde a criação de seções fixas, que criavam o hábito de leitura, como a seção de carta de leitores, por exemplo, até a diagramação mais criativa, a utilização de fotos e páginas coloridas.

Para Barbosa (2010), a televisão transformou suas imagens numa função da imaginação do público, através das quais o telespectador percebe um lugar distante,

⁵⁶ O moderno fenômeno da *cultura de massa* só se tornou possível com o desenvolvimento do sistema de comunicação por *media*, ou seja, com o progresso e a multiplicação vertiginosa dos veículos de massa – o jornal, a revista, o filme, o disco, o rádio, a televisão. Como causas subjacentes necessárias, mencionam-se os fenômenos da urbanização crescente, da formação de públicos de massa e do aumento das necessidades de lazer. Portanto, o que se convencionou chamar *cultura de massa* tem como pressuposto, e como suporte tecnológico, a instauração de um sistema moderno de comunicação (os *mass-media*, ou veículos de massa) ajustado a um quadro social propício. (SODRÉ, 1975, p.13).

mas que, através de sua imaginação, se torna próximo de uma imagem potencial de “onde gostaria de estar”. A mesma tática foi utilizada pela revista “Intervalo”, ao trazer muitas fotografias – recorrendo à questão imagética da televisão –, ilustrações, comentários, reportagens com curiosidades e comentários sobre os programas, comportando-se como uma conselheira do leitor ao assistir determinado programa na TV. Estas estratégias foram necessárias, pois se a revista trouxesse apenas longos textos, sem imagens e sem uma diagramação dinâmica, o leitor se cansaria facilmente e não se fidelizaria.

Considerações finais

Em sua tentativa de dizer o real, a televisão, na verdade, constrói uma realidade na forma de um sistema de representações sociais. Mesmo dando a sensação de falsa liberdade para o telespectador – que pode ligar a TV na hora que quiser e escolher o canal que deseja assistir –, a televisão se impõe diante da sociedade, mostrando o que ela quer mostrar, como, por exemplo, a criação e imposição da “grade” de programação

pelas emissoras brasileiras, durante os anos 1960, e o significativo desenvolvimento da indústria do entretenimento televisivo, que se baseou no entendimento dos desejos de seu público-alvo consumidor, consolidou a TV como canal de distribuição de informações e entretenimento, obtendo forte penetração no mercado, e conseguindo, a partir daquele momento, desenvolver competências para criar a diferenciação de seus produtos.

Se observarmos a revista “Intervalo”, conseguiremos identificar o mesmo padrão de reprodução imagética e de conteúdo disseminado pela televisão. Portanto, podemos aferir que, mesmo que a revista desse espaço para que os leitores mandassem cartas com sugestões – dando a eles essa sensação de participação – o que ia para revista era o que estava em alta, programas de relevância nacional e maior audiência, das emissoras mais importantes e com os artistas e cantores mais conhecidos. Isso se soma ao fato da publicação na íntegra da programação televisiva semanal, feita pelo semanário. É importante ressaltar também que a consolidação da grade de programação televisiva promoveu a expansão do

mercado editorial que atendia e ajudava a impor ao público ese novo modelo de consumo de conteúdos midiáticos.

Após dez anos de existência, a televisão brasileira viu brotar um conjunto de técnicas, artistas e produtores em um país que, até então, vivia em uma atmosfera política cada vez mais radical e instável. Na tela da TV, novos gêneros musicais, programas e ídolos surgiram. Os anos 1960 se caracterizaram, principalmente, pela massificação da televisão e a formatação definitiva da indústria cultural no Brasil, cuja principal característica é a formação de uma consciência coletiva nas sociedades massificadas, que vivem em função de produtos exclusivamente mercadológicos e não mais artísticos. Com isso, a TV passou a ocupar, cada vez mais, as páginas dos meios de comunicação impressos, em especial as revistas especializadas em TV e, no nosso caso de estudo, a revista "Intervalo", que contribuiu para não somente disseminar os conteúdos televisivos, mas também se comportou como amplificadora dos novos hábitos de consumo, cultura e comportamento.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Teoria da cultura de massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Maud X, 2010.

_____. História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

BERGAMO, Alexandre. A reconfiguração do público. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

BUITONI, Dulcília Schroeder. Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CORRÊA, Thomaz Souto. A revista no Brasil. São Paulo: Editora Abril, 2000.

CORRÊA, Thomaz Souto. Depoimento. Entrevistadora: Talita Souza Magnolo. São Paulo. 23 de fevereiro de 2017.

COSTA, Carlos. A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade brasileira. São Paulo: Alameda, 2012.

FAOUR, Rodrigo. Revista do Rádio: cultura, fuxicos e moral nos anos dourados. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FIGUEROLA, Jaime. Depoimento. Entrevistadora: Talita Souza Magnolo. São Paulo. 10 de maio de 2017.

HAUSSEN, Doris Fagundes; BACCHI, Camila Stefenon. A Revista do Rádio através de seus editoriais (década de 50). IN: INTERCOM, 2009, Campo Grande. Anais eletrônicos:
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/435/000309390.pdf>. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2009.

MARTINS, Ana Luiza. Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001

ROUCHOU, Joëlle. Cinelândia: o cinema no primeiro ano da revista O Cruzeiro. ECO-PÓS- v.8, n.2, agosto-dezembro 2005, p.13-29.

SCALZO, Marília. Jornalismo de revista. São Paulo: Contexto, 2014.

SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

_____. O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2010.

Além do fato narrado: um olhar para a subjetividade no jornalismo

Además del hecho narrado: una mirada a la subjetividad en el periodismo

In addition to the narrated fact: a look at subjectivity in journalism

Jaqueline Frantz de Lara Gomes⁵⁷

Fabiana Piccinin⁵⁸

Resumen: Analizamos la emergencia de la subjetividad en la narrativa periodística, de acuerdo con la estética de lo contemporáneo, también llamada Postmodernidad. El estudio apunta a una resignificación del columnismo, acostumbrado al género testarudo, observando su categorización desde la era moderna. Las notas se elaboran analizando fragmentos de la narrativa, de una mirada exploratoria en la columna de la periodista Eliane Brum en la revista El País.

Palabras Clave: Subjetividad, Columna, Interpretación.

Abstract: We analyzed the emergence of subjectivity in the journalistic narrative, in accordance with the aesthetics of the contemporary, also called Post-modernity. The study points to a re-signification of columnism, while used to the opinionated genre, observing its categorization from the modern era. The notes are made by analyzing excerpts from the

⁵⁷ Gomes, Jaqueline Frantz de Lara. Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutoranda – Bolsista CAPES/FAPERGS, Brasil, jaqlara@yahoo.com.br .

⁵⁸ Piccinin, Fabiana. Professora e pesquisadora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado e Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), doutora. Brasil, fabi@unisc.br .

narrative, from an exploratory look in the column of journalist Eliane Brum in the journal *El País*.

Key words: Subjectivity, Column, Interpretation.

Resumo: Analisamos a emergência da subjetividade na narrativa jornalística, em acordo com a estética do contemporâneo, também designada de Pós-modernidade. O estudo aponta uma ressignificação do colunismo, enquanto afeito ao gênero opinativo, observada a sua categorização advinda da era moderna. Os apontamentos se dão pela análise de excertos da narrativa, a partir de um olhar exploratório na coluna da jornalista Eliane Brum no periódico *El País*.

Palavras-chave: Subjetividade, Coluna, Interpretação.

Introdução

A prática jornalística é marcada por reconfigurações em acordo com as mudanças observadas no contexto sócio-político e tecnológico no conjunto da sociedade. Assim, a cada momento histórico, correspondem características específicas, tanto no que diz respeito à produção, como na circulação e no consumo das informações. Por esse viés, Marcondes Filho (2002) divide o jornalismo em quatro fases distintas, considerando o quarto e último jornalismo, o do fim do século XX, marcado pela era tecnológica.

Neste cenário, tanto jornalistas quanto as audiências produzem e ofertam informações a qualquer tempo, tornando-as públicas em plataformas digitais. A partir das inúmeras narrativas que tentam, dessa forma, produzir interpretações da realidade na ambiência da internet, a proposta, como recorte da tese de doutoramento em desenvolvimento, é olhar para a narrativa da jornalista Eliane Brum, que assina coluna de opinião no periódico *El País*.

Pela análise narrativa de um extrato, acreditamos ser possível alcançar pistas da reconfiguração do colunismo - dentro do

gênero opinativo – contemporâneo, este marcado pelas emergências subjetivas advindas de jornalistas que assinam colunas em portais de notícias, profissionais estes reconhecidos pelo prestígio e profissionalismo conquistado ao longo de anos de profissão. A escolha está em acordo com o olhar exploratório que permite indicar haver ali uma ressignificação do gênero, a partir da estrutura narrativa assentada em uma gramática especialmente preocupada em produzir distinção pela sofisticação e autoridade do dizer.

De modo específico, queremos destacar como a atividade jornalística é afetada pelo conjunto de transformações oportunizadas pelo contemporâneo, incidindo na disseminação de conteúdos que se reafirmam pela aposta na credibilidade, personalização e aproximação com a audiência, entre outras, somados à assinatura de nomes de carreira reconhecida. As narrativas são, assim, tanto mais legítimas, quanto capazes de produzir impacto desse dizer, ou seja, a objetividade como ritual estratégico advindo da Modernidade (Tuchman, 1999) advindo da Modernidade não basta ao texto que se mostra complexificado, sobretudo,

pela legitimidade do narrador no contemporâneo.

Narrativas reconfiguradas

É importante considerar que até a Modernidade, os valores tomados como paradigma norteadores diziam respeito à racionalidade técnica, ao discurso científico e, por extensão, à objetividade e método como orientadores das narrativas-mestras (Goergen, 2001). Para Resende (2005), o jornalismo incorporou o ideal modernista de construir o progresso pela via da ordem, passando a conferir competência e perícia nesse fazer ao profissional na medida em que seria capaz de manter distanciamento e assepsia do fato narrado. Era preciso dissimular sempre as marcas do “eu” daquele que narra a história (Sodré, 2009).

Observamos, então, que o jornalismo, como instituição responsável por “romper os silêncios” do obscurantismo medieval (Marcondes Filho, 2002), assumiu em seu discurso a razão, a verdade e a transparência como balizas legitimadoras. Essa vigilância esteve, em grande parte, relacionada à falta de separação entre gêneros, fatos e ficção, nas páginas dos periódicos, o que vigorou

na imprensa especialmente até os século XVIII e XIX. Pela categorização de Marcondes Filho (2002), a característica condiz com o período do jornalismo político-literário, marcado pela venda de ideias e posicionamentos nas páginas dos jornais, além do uso livre de recurso literários nos textos, o que resultava na ausência de limites claros entre os fatos e a ficcionalização destes.

Dessa forma, repercutindo em seu fazer as mudanças econômicas e sociais em voga no mundo, o jornal se constitui como empresa capitalista e, portanto, precisou “vender muito para se autofinanciar” (Marcondes Filho, 2002, p. 13), além de abrir mais espaço para a publicidade. Essas mudanças levaram à adoção de práticas que primeiro se consolidaram nos Estados Unidos e depois foram adotadas nas redações pelo mundo todo, de forma a credenciar a atividade jornalística como reflexo da verdade. Daí observamos a sedimentação do jornalismo centrado nos “fatos”, pelo qual as ideias de objetividade e de imparcialidade instituíram o mito da “transparência”, segundo Marcondes Filho (2002), como herdeiro do Iluminismo. Portanto, o jornalismo e sua legitimidade seriam

indissociáveis da verdade dos fatos, haja visto que o jornalismo produz um “discurso acreditado como verídico” (Barbosa, 2004, p. 4). E para transmitir essa verdade, a prática se revestiu de um método na forma de apresentar o seu discurso evidenciado pelo esforço em dissimular as marcas da voz de quem narra, imprimindo a crença do ethos jornalístico a partir da construção da credibilidade da narrativa.

De outro lado, para narrar além dos fatos, com ênfase nas subjetividades e na evidência de sentidos por aquele que narra, está a constituição do gênero opinativo, onde se insere o colunismo. Aliás, a classificação dos gêneros jornalísticos está em acordo com o ideário moderno.

Essa perspectiva vem sofrer mudanças significativas no contemporâneo, quando as noções de verdade absoluta e de objetividade passam a ser relativizadas, oportunizando a erosão dos limites e fronteiras conceituais, posto que a Pós-modernidade “vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas” (Eagleton, 1996, p. 7). O que

promove uma aparente crise de confiança em relação aos experts (Lyotard, 2018), inclusive entre jornalistas.

Assim, entendemos que o campo do jornalismo é impactado pela crise da representação, uma vez que o abalo das orientações de inspiração positivista e suas pretensões de acesso à verdade resultam na evidência do "eu" também na narrativa jornalística (Figueiredo, 2012). Tem-se, então, mediante a exaustão e a insuficiência do discurso da racionalidade e da imparcialidade, as condições e crenças que justificam a ideia de que, na contemporaneidade, cada um tem sua verdade (Dunker, 2018). Trata-se do contexto da Pós-verdade no qual, junto com a retirada da exclusividade dos jornalistas em periciar a informação e publicá-la, fatos objetivos passam a ter menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais.

Se a objetividade e a imparcialidade nas narrativas jornalísticas é que conferiram caráter legítimo às notícias como tradução

da realidade, há redefinições impostas na transição dos valores da Pós-modernidade⁵⁹. Lembramos que é o colonismo o nosso mote de pesquisa, este que já na Modernidade era o espaço em que distintivamente a opinião era permitida e, agora, no contemporâneo, tem sua narrativa complexificada. Trata-se da emergência da subjetividade nos relatos, como já discurremos, e que afetam também as concepções de gênero, de modo que o "texto" das colunas tende a não caber em categorizações existentes.

Nesse sentido, em acordo com o estudo de Seixas (2009a), no que diz respeito à classificação dos gêneros jornalísticos, nossa visada leva em conta a percepção de que com as novas mídias, a noção das fronteiras conceituais tende a ser relativizada, posto que "surgem novos formatos, se hibridizam, se embaralham os gêneros. As práticas discursivas passam a experimentar e produzir novos formatos, que podem se instituir ou não em novos gêneros" (2009, p. 2).

⁵⁹ O conceito de Pós-modernidade não é consenso entre teóricos dos campos da Sociologia e da Filosofia. Sergio Paulo Rouanet, em *As razões do Iluminismo*, por exemplo, aponta que o que estamos vivendo é um desdobramento ou uma fase da Modernidade. Ou, por outro lado, Bauman, prefere a forma expressiva "modernidade líquida", como uma etapa, uma forma de Modernidade nestes tempos. Dado esse entendimento, convencionamos neste estudo a denominação de contemporâneo para referir o momento correspondente.

Pós-verdade, credibilidade e colonismo

Se o contemporâneo valoriza a evidência das subjetividades nas narrativas, o contexto também contribui para a disseminação de diversas outras narrativas que se propõe jornalísticas, incluindo aquelas não oriundas de instituições legítimas e de vozes especializadas. Por esse viés, entendemos que o complexifica radicalmente o gênero opinativo e nele o colonismo, é o fato de que, conforme as categorizações em voga e concebidas na Modernidade, este sempre foi o formato que deteve a prerrogativa de expressar opinião. De tal modo, cabe pensar o que acontece com as colunas, a partir das transformações do jornalismo no contemporâneo, ou seja, como a coluna se reconfigura nesse cenário em que a Pós-verdade vem se constituir, conforme Dunker (2017), da narrativa inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito.

Vejamos que, diferente do que observamos nas colunas, as narrativas típicas da Pós-verdade são identificadas

pela simplificação do dizer e na contínua evidência à erosão dos limites entre o fático e o ficcional, resultando, geralmente, na falta de clareza entre as notícias que estabelecem algum grau de correspondência com a verdade e as chamadas Fake News⁶⁰. Conforme Castilho (2016), a Pós-verdade é um processo provocado principalmente pelo volume inédito de informações produzidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Ou seja, está relacionado às transformações que retiraram a centralidade e exclusividade dos jornalistas na mediação da sociedade.

As tecnologias de comunicação possibilitaram que, a partir da ambiência da internet, qualquer pessoa possa produzir e fazer circular informações, além de interferir no fluxo comunicacional das instituições jornalísticas. Ao mesmo tempo em que são benéficas por facilitar o acesso à informação, impactaram no “mundo da produção” das notícias. Da mesma forma em que retiraram a exclusividade dos

⁶⁰ Mencionamos a emergência das chamadas Fake News, consideradas falsas informações que são divulgadas, principalmente, em redes sociais (Kakutanl, 2018) - e possíveis correlações com o fenômeno da Pós-verdade. Há que se dizer, no entanto, o fenômeno, assim como a subjetividade inflacionada, típicos da Pós-verdade, não podem ser atribuídos aos sujeitos jornalistas, em tese, posto que estes são capacitados para a função e não devem ser equiparados àqueles que disseminam, propositalmente ou não, as Fake News. Aos jornalistas, cabe o diferencial de informar com técnica e perícia capazes de orientar os cidadãos em sua visão de mundo diante da infinidade de narrativas disponíveis no ambiente online. É o caso, por exemplo, das colunas jornalísticas.

profissionais na produção e disseminação de notícias, fragilizaram o discurso dos especialistas que agora concorrem com narrativas inflacionadas por crenças pessoais e apelos à emoção. É neste cenário “vivo” da ambiência da internet que se situa a nossa proposta de pesquisa. Sendo assim, nosso olhar se dará para a compreensão das práticas de jornalistas em um contexto que podemos classificar de crescente virtualização e perda do referente, típicos da Pós-modernidade.

Em vista, então, de perceber como essas questões mudam a narrativa da coluna, um dos conceitos que despontam é o de atorização. Trata-se, resumidamente aqui, de dizer da inserção do jornalista também como produtor de significação, para além do fato narrado. Fausto Neto (2015, p. 186) aborda a questão da seguinte maneira:

Ou seja, o jornalista ingressa na circulação, não com o acontecimento, mas com o próprio corpo, onde ele é fonte, é objeto, ele é recepção também. Com esses deslocamentos ele vira receptor em algum momento. Essa atorização tem a ver com uma fase que desloca a aura do jornalista, na perspectiva de Walter Benjamin, a aura de um narrador, instalado num lugar onde

fazia a mediação de um lugar para outro, para ser alguém que exercita o problema do seu ingresso no nicho das celebridades. Essa individuação do processo da produção jornalística, passando por essa singularização e essa performance do corpo, mostra que é o corpo-significante do jornalista quem singulariza esses processos. Mas isso também tem a ver com pesquisas que são feitas sobre relação entre jornalistas e leitores, quando estes últimos sinalizam como identificam o trabalho deste tipo de profissional.

Portanto, o conceito se insere, assim como nossa pesquisa, no campo do jornalismo midiaticizado, que tem entre as características a atorização, entendida pela inserção do jornalista também como produtor de significação (Fausto Neto, 2015), e a autorreferência, ou seja, a produção de narrativas de si mesmo devido a irritações no sistema (Soster, 2015), para citar as que mais importam para a pesquisa. Dessa forma, com base em Véron (1995), está implícito compreender a geração de sentidos na perspectiva da midiaticização, ou seja, as afetações dentro do sistema midiático-comunicacional.'

A coluna da jornalista Eliane Brum

Referidos os principais conceitos norteadores da análise, ainda que em olhar inicial dado o fato de a pesquisa estar em curso, partimos para o exame exploratório em torno do colunismo. Para este trabalho abordamos a narrativa da jornalista Eliane Brum, que assina uma coluna periódica no

portal de notícias *El País*, elegendo temas variados, de interesse humano e da política brasileira. Na narrativa escolhida para análise, sob o título “Empresários não podem ser batedores de carteiras⁶¹” (figura 1), destacamos, de antemão, pela análise de excertos da narrativa, o investimento na atorização (Fausto Neto, 2015) como estratégia de autenticação (figuras 2, 3 e 4).



⁶¹ Acesso ao conteúdo: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/17/opinion/1563385523_148809.html

A coluna publicada em 19 de julho de 2019 trata de uma entrevista feita por Eliane Brum com o empresário Jorge Hoelzel Neto, um dos proprietários da empresa Mercur, com sede em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. A entrevista, contudo, se passa na Amazônia, onde a jornalista estava para a produção de outros conteúdos. A entrevista aconteceu em

“uma canoada” no ano de 2015 (figura 2), a partir da qual faz apelos de proximidade com os leitores por meio de memórias de infância (figura 2), mas a publicação só deu cerca de quatro anos depois devido ao seu declarado ceticismo na relação entre empresários, leia-se mercado, a Amazônia e os indígenas (figuras 3 e 4).

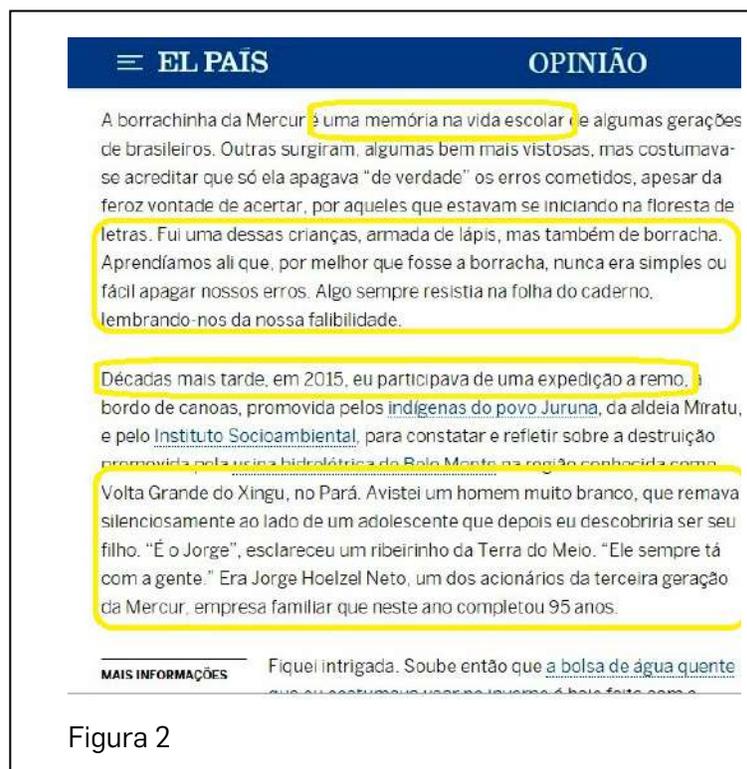


Figura 2



da Mercur, empresa familiar que neste ano completou 95 anos.

MAIS INFORMAÇÕES



Éi, Bolsonaro, até o pênis está diminuindo



A potência da primeira geração sem esperança



Fiquei intrigada. Soube então que a bolsa de água quente que eu costumava usar no inverno é hoje feita com a borracha produzida pelas reservas extrativistas da Terra do Meio, uma das regiões mais espetaculares da Amazônia brasileira. E, hoje, uma das mais pressionadas pela grilagem que explode em toda a floresta, estimulada e autorizada pelas declarações e ações do Governo Bolsonaro. E, no Pará, também pelas ações e declarações do governador Helder Barbalho (MDB).

Em mais de 30 anos de jornalismo, me mantive saudavelmente desconfiada com relação a representantes do que se chama de "mercado". Mais ainda na Amazonia, vítima preferencial de projetos grandiloquentes que resultaram em catástrofes ainda mais grandiosas, concebidos pela iniciativa privada em parceria com diferentes governos, em especial na ditadura militar (1964-1985). Mas não só. A Amazônia guarda as cicatrizes de vários desvios, como

Figura 3

nação

Assim, preferi observar Jorge Hoelzel por anos antes de me arriscar a escrever sobre ele e sua atuação. Talvez a observação tenha sido mútua, porque na primeira vez em que abordei o assunto, ainda naquela canoada de 2015, ele deixou claro que não se pavonearia por fazer qualquer coisa de bom na Amazônia. Quem o conhece sabe que Jorge tem alergia a termos, autoelogios e jargões do meio corporativo. Aos 58 anos, ele se autodefine como um "homem família", ao lado da esposa e de dois filhos. Gosta mesmo é de ficar quieto, ouvir muito e curiosar com os olhos bem azuis de sua ascendência alemã acomodados embaixo de um boné. Tudo isso depois de meditar, a primeira coisa que faz a cada manhã.

Poderia se dizer que o dono da Mercur ama a Amazônia. É um fato. Mas acho que nunca se ouviu alguém admitir o contrário. É mais exato afirmar que Jorge Hoelzel é um empresário brasileiro que não odeia a Amazônia. A maioria dos empresários brasileiros parece ter raiva da floresta, onde atuam com mentalidade do século 20, ou talvez ainda do século 19. Tudo o que fazem é arrancar os recursos minerais da floresta, usando-a como um corpo para exploração e deixando destruição ambiental e humana em seu lugar. Ou transformando uma das maiores riquezas do planeta em soja ou pasto pra

Figura 4

Pelos excertos, é possível a observação das marcas típicas do que sugerem as práticas de construção discursivas da Pós-modernidade, com a permissão de incursões subjetivas como a evidência do “eu” na narrativa. Neste caso, além da identidade da jornalista que dá nome à coluna, o texto tem a utilização da primeira pessoa, o coloca Eliane Brum como fonte e personagem do texto. Temos, dessa forma, a inserção do jornalista também como produtora de significação, para além do fato narrado. Ou seja, as suas afetações enquanto sujeito que narra

também fazem parte da construção narrativa, produzem sentidos (figuras 2, 3 e 4).

Além do mais, a estratégia adotada também expõe os bastidores da apuração ao falar da forma como construiu a reportagem em paralelo com a apresentação de um conteúdo que se mostra atemporal e contextualizado com checagem e informação aprofundada por meio de dados explícitos e links correlacionados que ajudam no entendimento do fato narrado (figuras 2, 3, 4 e 5).

Em 2019, a Semex ocorreu pela primeira vez na cidade de Altamira, e não na floresta, devido à falta de segurança resultante das declarações e ações de um governo que quer abrir as terras protegidas da Amazônia para a exploração predatória. E que não tem nenhum conhecimento sobre a real riqueza da floresta, esta produzida por ribeirinhos, indígenas e quilombolas exatamente porque têm as suas áreas protegidas. Jorge Hoelzel estava no encontro. Depois de anos observando-o na floresta e fora dela, em sua relação respeitosa com seus habitantes e no carinho que homens e mulheres tão violentados por brancos demonstram diante desse típico alienígena do sul, sinto-me segura para publicar uma entrevista em que Jorge pode contar como ele também se transformou, tão vivo quanto a borracha que compra na Terra do Meio.

Quem sabe suas palavras possam espanar a poeira de algumas mentes que se ocultam sob o jargão do mercado. Desde a redemocratização do país, a Amazônia nunca esteve tão ameaçada por um Governo como hoje. A floresta

Durante as duas horas de entrevista feitas na cidade de Altamira, os olhos de Jorge orvalharam algumas vezes. Ele sabe que por melhor que seja a borracha, nossos erros não podem ser totalmente apagados. Na Amazônia, eles viram sangue e fogo.

Pergunta. Como sua família foi se envolver com borracha lá em Santa Cruz do Sul, numa época em que a borracha vinha da Amazônia?

“Nós queremos atuar em coisas que criem vida – e não morte”

Resposta. A nossa família tem um jeito meio peculiar. A gente nunca teve aquela ideia de que enriquecer era importante. Nunca foi essa a nossa batida. A Mercur é uma empresa familiar, fundada por meu avô e meu tio-avô. Os dois eram muito inquietos. Eles sempre tinham a impressão de que estava faltando coisas. Meu avô falava com o mundo inteiro com rádio amador, era um cara meio de vanguarda. Estava sempre atrás de coisas que não existiam. E tinha uma pegada espiritual forte, de cura. Às vezes tinha fila de gente na frente de casa para ele dar passe. O irmão dele tinha problema com os pneus, que rasgavam e eles não tinham como consertar. Tudo era importado. E cada

Figura 6

Eliane Brum se mostra como alguém que conhece a realidade do local, autenticado a dizer como fonte e pela

checagem *in loco*, bem como pela exposição da entrevista na forma de pergunta e resposta (figura 6), mas

também em acordo com o reconhecimento histórico do colunismo praticado por um profissional reconhecido, tanto pela formação, como pelos anos de prática profissional. Ademais, quando inicia o texto buscando as lembranças escolares da borrachas de apagar, usa como a estratégia de sedução e aproximação com a audiência, os leitores, quase que "falando" com estes (figura 2).

De outra parte, esta aproximação também se dá pelo compartilhamento deste – e de todas as suas publicações – em sua página social e nas redes sociais, como o caso do Facebook, onde os seguidores curtem, compartilham e comentam. Outro apontamento é a humanização do relato e da fonte, o empresário Jorge. De forma geral, esses aspectos se direcionam para o entendimento da atorização enquanto estratégia ainda mais explorada no colunismo contemporâneo e, portanto, midiaticizado.

De forma breve, tendo em vista a necessidade de um estudo aprofundado em torno dos conceitos ainda em pesquisa, podemos dizer que nos destaques retirados do texto, encontramos a evidência da subjetividade já permitida no espaço do colunismo, mas resignificada e diluindo as

fronteiras da categoria pela interpretação acompanhada do aprofundamento do narrado, da humanização do relato por meio das fontes entrevistadas e contextualização com uso de dados informativos.

Considerações interpretativas

A análise realizada permite observar que ainda que, como propõe Tuchman (1999), a objetividade esteve a serviço do chamado "ritual estratégico", como um artifício da comunidade formada por jornalistas, no sentido de assegurar qualidade e acuidade no tratamento das informações, para que legitimassem suas ações, contemporaneamente esta espécie de "selo de qualidade" vem sendo atestado justamente por seu contrário. Ou seja, as narrativas desde uma perspectiva autoral assumida pelo jornalista/colunista constitui-se agora como estratégia de autenticação de seu dizer. Por isso, a análise se dá mediante a superação do paradigma da narrativa jornalística como "espelho do real" (Sodré, 2009). O mesmo diz Motta (2009, p. 12), sobre a narrativa jornalística assumida como construção da realidade, na medida que oferece ao leitor

marcas subjetivas no texto, de modo que se torne uma construção de “verdades”, ao invés de “verdade absoluta” prometida pela objetividade.

O emprego do ritual estratégico em torno da objetividade, portanto, é um exercício retórico de oferta de sentido de verdade por aquele que narra. O que se passa com a evidência da subjetividade, por sua vez, é a oferta de um relato dito com mais qualidade e fidedigno ao real por alguém que se mostra, posto que está mais perto, presenciou o fato ou é fonte. Sendo assim, uma versão mais autêntica do narrado e que, tradicionalmente, só era concebida nos formatos oriundos do opinativo. No entanto, no caso da coluna, a opinião parece desempenhar a função de indicador de credibilidade quando consorciada à informação objetiva e contextualizada.

É na esteira desse pensamento que buscamos destacar uma estrutura por meio da qual as narrativas são atestadas e legitimadas, porque narradas a partir de um profissional que se posiciona e oferece uma interpretação pretendida como a mais qualificada, diante da oferta abundante de informações na rede. A coluna, portanto, enquanto formato encarregado da

narrativa analítica, incumbida de ofertar opiniões embasadas em fatos objetivos que intentam contribuir para o entendimento dos fenômenos sociais, vê-se forçosamente impelida à reconfiguração e reafirmação de seu lugar. Isto porque há relação emergente entre a Pós-verdade e a relativa perda de autoridade das narrativas jornalísticas institucionalizadas, oportunizadas pelo acesso facilitado às tecnologias de informação e comunicação pelo indivíduo não especialista.

Sendo assim, entendemos que a subjetividade, de modo a pensar a inserção do jornalista como produtor de significação, é uma tendência possível frente à crise de credibilidade da informação – e do jornalismo – propaganda contemporaneamente. Enfim, a partir de estratégias amparadas na subjetividade e da identidade daquele que narra – o jornalista colunista – observamos que o reconhecimento, o prestígio e a expertise – o saber especializado daquele que narra – podem atuar como indutores da legitimidade do dito num contexto em que todos, em tese, podem emitir opinião.

Referências

Barbosa, M. (2004). Jornalistas, senhores da memória?. In. : *XXVII Congresso da Intercom*, Porto Alegre.

Castilho, C. (2016). Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, ed. 921.

Dunker, C. (2017). Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: Dunker, C.; Tezza, C.; Fúks, J.; TIBURI, M.; Saflate, W. *Ética e pós-verdade* (pp. 9-42). Porto Alegre: Dublinense.

Eagleton, T. (1996). *As Ilusões do Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Fausto Neto, A. (2015) Jornalismo: do chão da fábrica aos novos processos de redesenho da profissão na sociedade em vias de midiaticização. In.: *Revista Latino-americana de Jornalismo* (Ano 2. Vol. 2 N.1. Jan/Jun 2015. p. 170 – 187). João Pessoa – Brasil

Figueiredo, V. F. (2010). *Narrativas migrantes: literatura, roteiro e cinema*. Rio de Janeiro: PUC - RJ.

Goergen, P. (2001). *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados.

Lyotard, J.-F. (1979). *A Condição Pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Marcondes Filho, C. (2002). *Comunicação e Jornalismo: A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo: Hacker.

Motta, L. G. (2009) Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? In: *Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo* (Volume 7. Anais). São Paulo: SBPjor.

Resende, F. A. (2005). O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador jornalista. In: *XIV Encontro COMPÓS*. Anais do XIV Encontro da Compós.

Seixas, L. (2009). *Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação*. Covilhã: LabCom Books.

Sodré, M. A. (2009). A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes.

Soster, D. A. (2015). Reconfiguração das vozes narrativas no jornalismo midiático. In.: *Rizoma*. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1.

Tuchman, Gaye. (1999) A objectividade como ritual estratégico: uma análise das

noções de objectividade dos jornalistas. In: Traquina, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, (p. 74-90). Lisboa: Vega.

Véron, E. (1995). *Construir el acontecimiento*. Barcelona: Gedisa Editorial.



Jornalismo e literatura na América Latina: identidade e elementos narrativos do híbrido

Periodismo y literatura en la Latinoamérica: identidad y elementos narrativos del híbrido

Journalism and Literature in Latin America: identity and narrative elements of the hybrid

Laura Alpi Coutinho⁶²

Resumo: O trabalho aproxima as perspectivas da Outridade e Comprometimento comparando o jornalismo narrativo do brasileiro Antônio Callado, da mexicana Elena Poniatowska, do colombiano Gabriel García Márquez e do argentino Rodolfo Walsh.

Palavras-chave: Jornalismo narrativo, América Latina, Comprometimento.

Resumen: El artículo aborda las perspectivas de la Otredad y el Comprometimiento comparando el periodismo narrativo del brasileño Antônio Callado, de la mexicana Elena Poniatowska, del colombiano Gabriel García Márquez y del argentino Rodolfo Walsh.

Palabras Clave: Periodismo narrativo. América Latina. Comprometimiento.

Abstract: The article approximates the perspectives of Otherness and Commitment by comparing the literary journalism of the brazilian Antonio Callado, mexican Elena Poniatowska, colombian Gabriel García Marquez and argentine Rodolfo Walsh.

Key words: Literary journalism, Latin America, Commitment.

⁶²Laura Alpi Coutinho. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM, Brasil, lauraalpicoutinho@gmail.com.

Articulações a partir da teoria Bakhtiniana

As narrativas podem ser percebidas como produtos de uma soma entre o ato de narrar algum evento, seja ele factual ou não, e a sua representação a partir da visão daquele que narra. O enfoque perpassa o contar algo para alguém, desenvolvendo uma relação entre o narrador, o fato narrado e o leitor - aqui considerando as narrativas escritas. A partir disso, convém tomá-la como um espaço em que podemos praticar a necessidade humana de compartilhar experiências tornando-as não somente públicas, mas, sobretudo, coletivas.

O jornalismo em sua expressão narrativa, como prática de relatar acontecimentos, de registrá-los e aprofundá-los, apresenta os intervalos entre o fato e seus desdobramentos, assim como a narrativa histórica e a literária. Por isso, escolho interpretá-lo como fenômeno marcado pela pluralidade, imbricado pelas conjunturas sociais e culturais, moldado

pelo cenário histórico. Após observar o jornalismo como narrativa, é possível analisar a potencialidade da reunião entre essa prática e as técnicas empregadas na narrativa literária. Essa fusão apresenta duas características centrais referentes à produção: a captação de informações – com apuração dos fatos – e a composição do texto em si, valendo-se de recursos literários. Na apuração é comum a prática de imersão no ambiente no qual se desenrolaram os fatos, além da busca pela aproximação e interação para com as personagens, com o fim de captar gestos, ações, características específicas garantindo ao texto mais riqueza de detalhes. Em relação à redação, o foco é a produção de reportagens capazes de apresentar histórias em profundidade, com o uso da licença poética da literatura para promover a criatividade.

A narrativa é integrada por vozes, seja do narrador ou dos personagens. Nas narrativas jornalísticas, as vozes são comumente chamadas de fontes, contudo, aqui, elas vão além, pois abrangem

também as vozes do jornalista, das pessoas acessadas na apuração (já que suas informações são incluídas na narrativa mesmo que eles não sejam personagens diretamente participantes do acontecimento), do veículo de comunicação e do leitor, por exemplo.

Essa diversidade de vozes é chamada por Mikhail Bakhtin de Polifonia. O conceito foi proposto pelo pensador russo em suas análises (2009) sobre as obras de Fiodór Dostoiévski, no intuito de demonstrar como a construção das personagens e a atuação dos narradores eclodem em um contexto com a apresentação de distintas miradas sociais. Polifonia é proposta por Bakhtin como um conceito oposto ao autoritarismo do autor, pois para que existam distintas vozes sociais o autor precisa estar disposto a essa abertura, a esse diálogo entre o que por ele é dito, e o que as vozes dizem.

Por consequência, compreendo a Polifonia mais como uma demanda social ao texto jornalístico, pois quanto mais vozes distintas o jornalista alcança, mais pontos de vista são contemplados, permitindo ao leitor uma visão ampla do acontecimento, podendo desenvolver suas próprias interpretações acerca do fato. Além disso, no que refere-se à literatura, a

Polifonia não contempla somente a pluralidade de vozes pela perspectiva estética, de uma história bem contada, com uma gama de personagens, mas, sobretudo, como possibilidade de deslocamento, que, ao meu ver, dificilmente é alcançado no texto jornalístico convencional devido ao espaço limitado da notícia.

Esse deslocamento no jornalismo narrativo se dá no momento em que o jornalista vai até a realidade, acessa as chamadas fontes, e ao retornar para o texto ele possibilita que essa pessoa que compartilhe sua visão, sua interpretação, sem que o jornalista a molde para que essa fala se encaixe no texto - prática de busca de aspas vista recorrentemente em dissertações de veículos de comunicação. É na inter-relação entre as vozes - das fontes e do jornalista - que o enredo é construído.

O teórico russo indica que essa inter-relação, que enriquece a trama, só é possível em uma narrativa na qual exista abertura para a existência dessa gama de vozes. Já que é nesse encontro entre as vozes, com suas concepções de mundo singulares, que um percebe o Outro. Bakhtin explica que em um romance é essa

presença e relação com o Outro que torna "possível para mim a alegria do encontro, a permanência com ele, a tristeza da separação, a dor da perda, posso me encontrar com ele no tempo e no tempo mesmo separar-me dele, só ele pode ser e não ser para mim". (BAKHTIN, 2006a, p. 96).

Essa relação entre os sujeitos, essa percepção do Eu, do Outro e da coexistência entre nós no mundo é permeada na narrativa pela interdependência entre as vozes, e é essa interdependência reconhecida que é chamada de Alteridade. Assim sendo, somente com a Polifonia e o diálogo na narrativa se torna possível pensar e fazer trabalhar a Alteridade.

Alteridade, para Bakhtin, é um movimento dialógico, inter-relacional, em que um ser se reflete no Outro, e assim se constituem mutuamente. "Ser significa ser para o outro e, através dele, para si. O homem não tem um território interior soberano, está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha o outro nos olhos ou com os olhos do outro" (BAKHTIN, 2006a, p. 341). Essa percepção do eu, a partir do Outro - e o inverso também - não ocorre só na constituição do

quem eu sou é aquilo que o Outro não é, mas provoca alterações, mudanças no eu, ou seja, quem eu posso vir a ser. Em seus escritos (Bakhtin, 1997), o teórico russo indicou que esse processo de Alteridade se consolida socialmente por meio de interações, com destaque para as verbais. Por isso, a Polifonia é essencial para que se desenvolva a Alteridade, pois em um contexto de autoridade na narrativa, por exemplo, não há presença de outras vozes para que um confronte o eu a partir do Outro, não ocasionando a compreensão identitária desse eu e muito menos sua mudança.

As narrativas podem ser espaços de Alteridade se possibilitarem a aproximação de distintos seres sociais. O jornalismo, entendido como narrativa, é uma forma de expressar pela linguagem as relações sociais diante de um acontecimento. O jornalista, como aquele que apura, interpreta e relata, precisa buscar nos atores sociais as informações para a estruturação da notícia, a qual será acessada por leitores, os quais por sua vez confrontam as informações a partir de suas perspectivas de mundo. O jornalismo pode ser compreendido como uma sequência de

encontros entre o eu e o Outro, ou seja, um exemplo de exercício da Alteridade⁶³.

Esse encontro torna os Outros visíveis para o eu, e assim se colocam duas possibilidades: a assimilação e a diferenciação. Independente do caminho de percepção feito pelo eu, existe uma troca entre os sujeitos. É nessa troca, pela qual nos é possível descrever o mundo, que ocorre a construção do ato comunicacional, e assim sendo, compreendo a Alteridade como fundamental para o jornalismo.

Comprometimento e Outridade

O conceito de Comprometimento é empregado pela pesquisadora argentina Amar Sánchez (1986) em seus estudos sobre o jornalismo narrativo de Rodolfo Walsh no livro Operação massacre (1956). Sánchez indica que Walsh apresenta um jornalismo conectado a uma causa social, e que utiliza a literatura para abordar de

forma aprofundada fatos de relevância, exercendo, assim, a ação política via jornalismo narrativo. De acordo com a pesquisadora, a produção de Walsh.

[...] está inserida em um projeto muito mais amplo do que o estritamente literário de construir um tipo de romance como uma resposta alternativa a um realismo já desgastado; Envolve planos tão abrangentes como o do papel do intelectual nos países latino-americanos, a relação que une a prática literária com a política. (AMAR SÁNCHEZ, 1986, p. 431, tradução da autora).

Penso, todavia, que o Comprometimento, dentro do híbrido de jornalismo e literatura, vai além de apontar desigualdades, uma vez que avança para tentar compreender os questionamentos que instigam a investigação empreendida e sabem necessária a busca pela reflexão do público leitor. A compreensão do

⁶³ Me inspiro na aproximação e articulação entre Alteridade e Jornalismo estudadas por pesquisadores como Medina (2006), Künsch (2014) e Marcondes Filho (2008), os quais compreendem, em suas investigações teóricas, a prática comunicacional, e consequentemente o jornalismo, como um espaço de encontro com o Outro e compreensão do nós a partir dessa relação. Medina (2006, p. 55) pontua o diálogo como possibilitador de relações sociais efetivas e da mudança na interpretação da realidade pelos jornalistas. Enquanto Künsch (2014, p. 24) propõe a compreensão como método e caminho para a Alteridade na Comunicação. E Marcondes Filho (2008, p.8) explica a comunicação como um encontro com o Outro que provoca transformações em mim.

Comprometimento se estende a três instâncias: (1) a intervenção do intelectual diante do fato, ou seja, a ação do jornalista; (2) a representação da voz dos sujeitos subalternos no texto, visando demonstrar a perspectiva dos setores sociais marginalizados; e por fim, (3) os questionamentos e reflexões que são apontadas pelo jornalista aos leitores, abarcando assim o estímulo à mudança social.

Amar Sánchez (1990, p. 451, tradução da autora) entende que “o texto funciona como uma instância transformadora que atua entre os eventos e o leitor: longe de ser um relato breve, objetivo, leva-o ao centro do que aconteceu, permite-lhe acompanhar o jornalista, que vê todos de perto e se sente envolvido nos acontecimentos”. Além do posicionamento comprometido, é possível perceber, nos escritos dos jornalistas analisados, a postura que assumem diante do Outro, por meio do acercamento e pela busca da compreensão de quem o Outro é e, assim, como ambos são. A comunhão da experiência, desse modo, remete a um entendimento da Outridade por essa articulação “eu-outro”, abrindo um

interessante campo de desafios, mas também de possíveis vias de acesso e ação.

Cremilda Medina (2006) estabelece essa discussão para a reportagem pela proposta interdisciplinar de entender o jornalismo pelo “signo da relação”. Segundo ela, essa sensibilidade da relação é estímulo a uma inteligência plena que organiza a acolhida, as ideias, a expressão para transmutar o estado das coisas do mundo. Nos escritos da pesquisadora brasileira há um esforço em compreender as possibilidades da narrativa alargada e permitir pensar a estética aberta da reportagem, inscrita no contexto social e na riqueza da oratura, ou seja, costurada com os “falares de seus protagonistas”. Assim, inclusive tendo em vista as contribuições do próprio campo do jornalismo narrativo, entende o desafio para o jornalismo não é apenas a experimentação linguística ou imagética: “A linguagem não se entregava à sedução pela forma, mas às necessidades da realidade e do protagonismo social contemporâneos”. (MEDINA, 2014, p. 41).

Na defesa de seu pensamento sobre a narrativa do jornalismo, argumenta: “A ação social se faz presente: a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto

na esfericidade dos argumentos” (MEDINA, 2014, p. 47), defendendo uma produção jornalística que se assina na escritura intertextual com a cultura. Ao longo dos diferentes textos da autora pode-se perceber movimentos para dar conta da problemática que ela denomina de déficit de abrangência das narrativas jornalísticas (MEDINA, 2008), o que requisita procurar elementos que permitam novos espaços de entendimento sobre nossos objetos.

Por isso, visando alcançar a noção de Comprometimento no marco do jornalismo narrativo na América Latina, é possível acercar-se dela assumindo a Alteridade como essência do gesto comunicativo. A Alteridade, sem cair em simplificações, uma vez que se trata de um conceito de grande riqueza e potencialidade, pode ser trazida ao contexto aqui pretendido pela ideia de Outridade, como fazem Freitas & Benetti (2017, p. 12). Para pensar o jornalismo, as autoras sintetizam a Outridade como um “modo de existência que resulta da articulação do ‘eu’ com a identidade do outro”. A discussão, sinalizam, abarca o repórter como “um ser no mundo”, sujeito relacional e em coexistência, que se transforma em “um ser no mundo com o outro” (p. 14). Na

leitura que empreendem, concluem, o exercício do jornalismo permite uma Outridade relativa, uma vez que a Outridade plena é um terreno praticamente inalcançável. Mesmo em seu estatuto relativo, todavia, defendem que ela é já “um campo aberto de possibilidades para alcançar o conhecimento que se deseja ter sobre ‘o outro’” (FREITAS & BENETTI, 2017, p. 16), pois os sujeitos singulares em relação adentram no complexo das semelhanças e diferenças. O resultado é uma tensão que, postulam, “não resulta em equilíbrio, mas no balanço do que é diferente e semelhante, a cada vez que o ‘eu’ e o ‘outro’ se percebem” (p. 23).

Para auxiliar no entendimento da relação entre os conceitos, proponho uma visão linear, sequencial, para perceber mais nitidamente em que momento eles se encontram. Claro que isso é um exercício para compreender os enlaces conceituais, que não necessariamente ocorrem assim na prática, podendo ser concomitantes. Parto, portanto, de um jornalista que se percebe enquanto um ser social implicado pelos acontecimentos. Após tomar conhecimento sobre uma situação até então silenciada - ou seja, não divulgada pelos veículos hegemônicos de

comunicação -, e nesse momento o jornalista se sente na necessidade/obrigação de relatar isso da forma mais completa possível. Esse seria o primeiro ponto do Comprometimento, a ação determinada do intelectual.

Essa percepção, por sua vez, o leva a ouvir as vozes subalternas, as personagens até então ignoradas pelos outros jornalistas que se limitaram a relatar alguma versão dita oficial do acontecimento. Ao longo desse processo o jornalista questiona o papel de outras personagens como o governo, a polícia, os investigadores, os políticos e os grandes veículos de comunicação, se perguntando também sobre a sua própria atuação. Aqui se dá a reflexão, provocada pelo diálogo ao acessar diversas vozes (Polifonia).

O jornalista passa a se perceber enquanto alguém que tem o conhecimento e as ferramentas, e logo, a responsabilidade de contar a história por ele acessada a partir do relato dos Outros. Para garantir que esse relato seja interpretado como uma das possíveis realidades, ele se vale de uma gama de

informações e dados comprovados que sustentam a versão por ele redigida. Portanto, o jornalista se coloca como aquele que quer contar algo porque esse relato precisa ser revelado, e não apenas pelo interesse em contar o que chamam de "uma boa história". Por escolher abordar até os mínimos detalhes e valendo-se de uma ambientação e contextualização profundas, ele então opta por um espaço maior. E nesse instante decide escrever um livro-reportagem, ou então, adaptar/ampliar a reportagem antes publicada em revista/jornal ao espaço do livro.

Esse diálogo entre o autor e as vozes das personagens, expressado no livro-reportagem, é possível pela ação comprometida do jornalista que se permite perceber o mundo a partir do olhar desse Outro, o que interfere, por sua vez, na compreensão do eu-jornalista e de sua função. Assim ele desenvolve um caminho que o leva à Outridade relativa. Essa relação conceitual está ilustrada na figura a seguir:

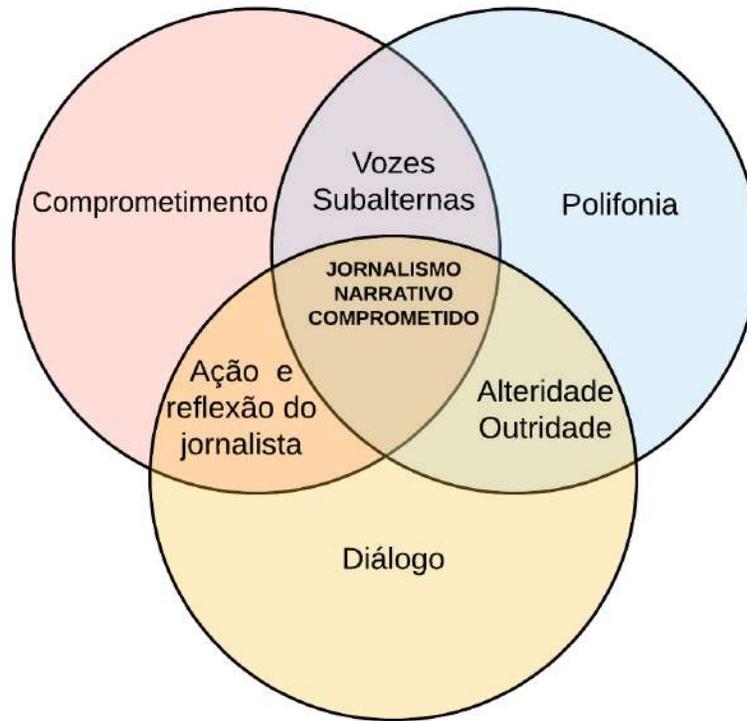


Figura 1 - relação conceitual. Fonte: Autora

Desta forma, neste exercício de se ver no mundo com o outro, e agir para que as denúncias sociais dessas vozes subalternas sejam reverberadas, que o jornalista se dispõe a participar de um processo que olha para além das semelhanças, respeitando sobretudo as diferenças. E, ao revisitar o relato, o

jornalista segue com o processo de reflexão, desenvolvendo uma consciência ainda maior de sua ação. Assim, enquanto jornalista e ser social, ele se encaminha para um cenário em que a Alteridade pode ser percebida no horizonte.

O jornalismo narrativo no contexto latino-americano

Vários debates se deram sobre a aproximação entre o jornalismo e a literatura na América Latina antes de alcançar o período dos anos 50 e 60 - que é o recorte temporal da presente dissertação. No Brasil, por exemplo, “a discussão sobre se um livro-reportagem tem atrelamento maior à literatura do que ao jornalismo vem desde a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902” (BORGES, 2013, p. 206). Não penso como certo afirmar que Cunha tenha escrito um livro-reportagem, mas que o texto é resultado de um amplo processo de apuração de dados e fatos, narrados a partir da linguagem literária, isso é inegável. Portanto, esses autores do início do Século 20, movidos pela necessidade crítica, ou pela ambição de criar algo diferente, já anunciavam que o híbrido teria um caminho particular, tanto no Brasil como na América Latina.

Apesar da discussão ter sido realçada a partir de 1902, com diversas obras narrativas sendo publicadas por jornalistas desde então, apenas nos anos 1970 e 1980 que o chamado “jornalismo literário” experimenta grande sucesso no Brasil, inspirado no *New Journalism* de Truman Capote e sua novela de não-ficção, como

afirma Borges (2013). Entretanto, não foi somente devido à qualidade narrativa da obra, mas pela oportunidade de esquivar-se da censura.

Mas antes de serem fenômenos no Brasil, os livros-reportagem já eram praticados em outros países latino-americanos. Jornalistas como Gabriel García Márquez, Rodolfo Walsh, Eduardo Galeano e outros tantos já experimentavam na década de 1950 a aproximação da literatura e do jornalismo em grandes reportagens, inclusive, Rodolfo Walsh é considerado por muitos pesquisadores latino-americanos como o precursor desse novo movimento que comumente é atribuído ao jornalista estadunidense Truman Capote, com a publicação de seu livro *A Sangue Frio*.

Os livros de não ficção escritos por jornalistas latino-americanos passaram a ser mais conhecidos pelo grande público ao longo do processo de enfraquecimento das ditaduras a partir da década de 1970, pois por denunciarem, muitas vezes, crimes cometidos pelos governos eles não foram amplamente divulgados por medo da repressão e perseguição.

o jornalismo, por mais que se esforcem os aprendizes jornalistas formados segundo as clássicas escolas da Europa e dos Estados Unidos, também há de não ser o mesmo. Aqui, a realidade é mais literária, mais mítica, mais mágica; o olhar sobre o mundo é mais poético. Por isso, no Brasil, como na Argentina, no México, na Colômbia e em toda a América Latina, as condições para que floresça um tipo específico de jornalismo literário parecem propícias (DRAVET, 2013, p. 85).

Em diferentes países da América Latina, portanto, alguns marcos da produção híbrida de jornalismo e literatura permitem ver confluências e pensar que o advento dessas narrativas, em suas singularidades e em suas aproximações, abre espaço para uma teoria a ser construída acerca desse jornalismo, em termos de suas sincronias, sua ética, sua poética e sua dimensão estética. Como propõe Osório Vargas (2017, p. 139, tradução da autora),

O nascimento do jornalismo literário latino-americano, nas mãos de intelectuais excepcionais, mostrou o caminho para dignificar essa atividade, que, como prática social e de construção, é o local ou campo intelectual a partir do qual sua teoria é moldada.

O fôlego narrativo e o esforço intelectual empreendido por jornalistas como Antônio Callado, Gabriel García Márquez, Rodolfo Walsh e Elena Poniatowska, compõe uma cartografia do que Herrscher (2013, p. 19, tradução da autora) chama de "histórias verdadeiras" ao nomear o jornalismo narrativo. São histórias que têm a capacidade de nos meter "no coração deste mundo ao nosso redor". E esse seria o ponto em que o jornalismo narrativo desenvolvido na América Latina transcende a prática do híbrido - aqui entendido como uma mistura, uma conversa entre as técnicas e procedimentos - do jornalismo e da literatura experimentado em outros lugares no mundo. O transcender está no posicionamento do jornalista, na denúncia e na tentativa de provocar reflexão, ou seja, no Comprometimento que só foi instigado pelos contextos social, histórico e político em que esses jornalistas estavam inseridos.

É nessa esteira que se faz possível pensar em termos de uma poética, de uma estética e da ética do jornalismo narrativo, esta última como construto do relato, só possível se puder existir o "momento em que vemos o outros como ser humano",

quando “não há como voltar atrás” (HERRSCHER, 2013, p. 31, tradução da autora) e a narrativa se tece como produto da observação atenta, da escuta do jornalista, mas também pelas “vozes, as lógicas, as sensibilidades e os pontos de vista dos outros” (HERRSCHER, 2013, p. 30, tradução da autora). O autor colombiano elenca cinco aspectos que definem um bom jornalista narrativo

a voz, a visão dos “outros”, a maneira como as vozes ganham vida, os detalhes reveladores e a seleção de matérias, cortes e abordagens. Há muito mais, mas acho que são elementos básicos que fazem com que certas histórias verdadeiras nos toquem, nos golpeiam, nos acariciam e assumam nossa memória. (HERRSCHER, 2012, p. 28, tradução da autora).

Ao falar em jornalismo narrativo na América Latina considero acrescentar um sexto aspecto na definição apresentada pelo autor argentino: a autorreflexão. A partir do encontro com o Outro, dos detalhes que passam a ser conhecidos sobre o acontecimento e da forma que essas memórias são transmitidas ao leitor, o jornalista vivencia um importante, mas conflituoso, momento de transformação,

pois não só questiona o que foi propagado por seus colegas de profissão e como, ele também analisa sua própria atuação e os possíveis efeitos causados pelo fazer jornalístico - ou pela falta dele -, além de ponderar sobre sua relação no mundo com o Outro.

Na produção da reportagem ampliada, especialmente no formato de livro, temos demarcada a importância da observação como primeira aproximação da realidade, desencadeando sucessivos gestos para chegar a uma compreensão de acontecimentos e realidades, ingressar nas comunidades, como defende Osorio Vargas (2017, p. 6, tradução da autora), “para conhecer o ponto de vista da própria gente, ou seja, conhecer a leitura que essas pessoas fazem da realidade”. A experiência-vivência do repórter permite alcançar uma complexidade sobre o social, ou seja, relatos que sejam fruto do esforço de compreensão dos sujeitos e pelo gosto emanado de um jornalista que observa seus próprios sentimentos e julgamentos (OSORIO VARGAS, 2017, p. 12). Em diálogo com o pesquisador colombiano, nos escritos do autor argentino, encontro uma proposição complementar:

Os grandes textos narrativos do jornalismo têm, penso, uma enorme ambição oculta. Eles não procuram apenas informar, entreter ou ensinar alguma coisa. Eles buscam o maior objetivo ao qual uma escrita pode aspirar: que o leitor mude, cresça, conheça não apenas uma parte do mundo que ele não conhecia, mas acaba conhecendo uma parte de si mesmo que não havia frequentado. (HERRSCHER, 2013, p. 36, tradução da autora).

Para propor a mudança a partir de um texto, o jornalista provavelmente carrega consigo uma carga cultural e social que o instiga a exercer esse papel de intelectual preocupado com as situações ao seu redor. Sem a intenção de analisar o jornalismo narrativo latino-americano a partir da comparação com o New Journalism, ainda assim sinto a importância de pontuar que um dos principais afastamentos entre eles é o contexto social, político, econômico e histórico dos países. Diante das conjunturas nas décadas de 50 e 60 na América Latina, os jornalistas optaram por um jornalismo de fôlego que possibilitasse uma denúncia mais perene em relação aos acontecimentos, para que não fossem esquecidos, e principalmente para que não voltassem a se repetir.

Desse modo, a categoria de Comprometimento, pensada sob a luz da Outridade, num horizonte amplo da Alteridade - estabelecida no diálogo polifônico de distintas vozes sociais - como projeto -, e do reconhecimento como gesto gerador de toda situação comunicacional plena, remetem a um fazer que mescla arte, na expressão de uma forma, de uma estética e de uma poética, com um dizer ao lado do outro - ao menos como intencionalidade/tentativa - e ao ofício, no sentido de uma expressão que ao meu ver desenha, conceitual e operativamente, traços próprios do jornalismo narrativo desenvolvido na América Latina nos anos 50 e 60.

Referências

AMAR SANCHEZ, Ana Maria. El relato de los hechos - Rodolfo Walsh: testimonio y escritura. 1ª ed. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1992.

AMAR SANCHEZ, Ana Maria. La Propuesta de una escritura. Revista Iberoamericana, vol. LII, nº 135-136, Ed. Abril-Setembro de 1986. Disponível em: <<http://revista->

iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/lberoamericana/article/viewFile/4213/4381>.
Acesso em: 17 mai. 2019.

AMAR SANCHEZ, Ana Maria. La ficción del testimonio. Revista Iberoamericana, vol LVI, n 15, abr – Jun. 1990. Disponível em: <<http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/lberoamericana/article/view/4724/4886>>.
Acesso em: 17 mai. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Ed. 4. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da linguagem. Ed. 12ª. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski e estudos de linguagem. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009.

BORGES, Rogério. Jornalismo literário - análise do discurso. Série Jornalismo a Rigor. Vol. 7. Florianópolis: Insular, 2013.

BRAIT, Beth. Bakhtin: conceitos-chave. Ed. 4. São Paulo: Contexto, 2007.

BRAIT, Beth. Dialogismo e polifonia em Mikhail Bakhtin e o Círculo (dez obras fundamentais). In: Guia bibliográfico da FFLCH. São Paulo: FFLCH/USP, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002783877>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

CASTRO, Gustavo de. Jornalismo literário. Brasília: Casa das Musas, 2010.

DRAVET, Florence Marie. Por um jornalismo latino-americano realista, literário e mágico: uma leitura das crônicas de Gabriel García Márquez. Logos: Dossiê Realidade e Ficção. Edição 38, vol. 20, n. 1, p. 73 - 85 , 1º semestre. UERJ: Rio de Janeiro, 2013.

FREITAS, Camila. Alteridade e Jornalismo: a Outridade na editoria Mundo da Folha de S. Paulo. 2017. 124 p. (Dissertação - Mestrado em Comunicação

e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FREITAS, Camila; BENETTI, Marcia. Alteridade, Outridade e Jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. *Brazilian Journalism Research*, v. 13, n. 2, p. 10-29, ago. 2017. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/989/930>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

HERRSCHER, Roberto. Periodismo narrativo: cómo contar la realidad con las armas de la literatura. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.

KÜNSCH, Dimas A.; AZEVEDO, G. F., BRITO, P. D., MANSI, V. R. (Org.). Comunicação, diálogo e compreensão. São Paulo: Plêiade, 2014. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/E-book-Comunica%C3%A7%C3%A3o-Di%C3%A1logo-Compreens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. Para entender a Comunicação: contatos

antecipados com a Nova Teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

MEDINA, Cremilda. O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. Atravessagem: reflexos e reflexões na memória do repórter. São Paulo: Summus, 2014.

MEDINA, Cremilda. Deficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. *Matrizes*, ano 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/viewFile/181/303>. Acesso em: 11 mai. 2019.

MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

OSORIO VARGAS, Raúl Hernando. El reportaje como metodología del periodismo - Una polifonia de saberes. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2017.

PUERTA MOLINA, Andrés Alexander.
Crónica latinoamericana: ¿Existe un Boom
de la no ficción? Estudios sobre el
Mensaje Periodístico, vol. 23, n. 1, p. 165 -
178, 2017. ISSN-e: 1988-2696. Disponible
em:

<<http://dx.doi.org/10.5209/ESMP.55589>>.

Acesso em: 09 jan. 2020.

WALSH, Rodolfo. Operação massacre.
São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



Narrativa Fotográfica: a representação da identidade germânica nas páginas da revista Alto Falante.

Narrativa Fotográfica: la representación de la identidad alemana en las páginas de la revista Alto Falante

Photographic Narrative: the representation of german identity on the pages of Alto Falante magazine

Luana Daniela Ciecelski⁶⁴

Fabiana Piccinin⁶⁵

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a narrativa fotográfica da revista Alto Falante, em torno da Oktoberfest de Santa Cruz do Sul, a fim de observar a representação da identidade germânica em suas páginas e fotografias. Para o alcance deste objetivo, iniciamos com uma revisão bibliográfica sobre a identidade germânica, seguindo para a revisão do que são as narrativas fotográficas, passando também por um resgate histórico do objeto de pesquisa, que é a revista Alto Falante. Posterior a isso, chega-se à análise, cujo *corpus* é composto pelas cinco edições especiais da revista voltadas para a festa tradicional germânica, publicadas entre os anos de 1984 e 1988. Dentro delas, analisamos todas as fotografias relacionadas à

⁶⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil. E-mail: luanaciecelski@yahoo.com.br ou lciecelski@gmail.com

⁶⁵ Doutora em Comunicação Social, docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unisc, orientadora do artigo, Brasil. E-mail: fabi@unisc.br

reportagens sobre a festa. A partir dessa análise, identifica-se elementos da identidade germânica dentro da narrativa fotográfica, listando as principais formas através das quais essa identidade aparece.

Palavras-chave: Narrativa Fotográfica; Identidade Germânica; Revista Alto Falante; Oktoberfest.

Abstract: The article aims to analyze the photographic narrative of Alto Falante magazine, around the Oktoberfest of Santa Cruz do Sul, in order to observe the representation of Germanic identity in its pages and photographs. To achieve this goal, we start with a bibliographic review on Germanic identity, going on to review what photographic narratives are, also going through a historical rescue of the research object, the Alto Falante magazine. After that, we arrive at the analysis, whose corpus is composed of the five special editions of the magazine focused on the traditional German festival, published between the years 1984 and 1988. Within them, we analyzed all the photographs related to the reports about the party. From this analysis, elements of Germanic identity are identified within the photographic narrative, listing the main ways in which this identity appears.

Key words: Photographic Narrative; Germanic Identity; Alto Falante Magazine; Oktoberfest.

1 Introdução

A Alto Falante foi uma revista que circulou na cidade de Santa Cruz do Sul (RS) e região do entorno, por cerca de 8 anos durante a década de 1980. Nesse mesmo período, teve início nessa cidade a realização de uma festa cujo objetivo era o

resgate das tradições de colonizadores germânicos que se estabeleceram na localidade a partir de 1849. Essa festa

acontece até os dias de hoje e é chamada de Oktoberfest⁶⁶.

A partir de pesquisas realizadas anteriormente e dos levantamentos feitos para a dissertação que temos em andamento⁶⁷, percebemos que a Revista Alto Falante e a Oktoberfest possuíram uma relação muito próxima. Aliás, o que pretendemos compreender a partir da pesquisa de mestrado, é justamente o papel que essa revista teve na reconfiguração da ideia de identidade germânica que há hoje em Santa Cruz. Um dos passos mais importantes para que alcancemos essa compreensão, é justamente o trabalho de análise das páginas da revista, buscando compreender o que nelas foi publicado. E é nisso que reside a importância desse artigo.

A partir dele, queremos voltar nosso olhar para a narrativa fotográfica da revista, buscando compreender como a Oktoberfest foi retratada. Para isso, iniciaremos com uma revisão bibliográfica,

buscando compreender o que é a identidade, e em especial quais as características da identidade germânica, para em seguida abordar também narrativa fotográfica. O passo seguinte é falar um pouco mais sobre o nosso objeto de pesquisa, buscando lembrar os fatos mais importantes da história da Alto Falante. E, então, passaremos a análise da narrativa das fotografias encontradas nas páginas da revista, a fim de compreender se e como a identidade germânica está presente e está reproduzida nela.

2 A identidade germânica

Dentro dos Estudos Culturais há duas diferentes formas de pensar a identidade: pela perspectiva do essencialismo e pela da construção social (não essencialismo). De acordo com Necchi (2009), o primeiro grupo entende a identidade como algo inerente a alguém que pertence a determinado grupo. "Algo pronto,

⁶⁶ A Festa da Alegria, como é chamada também, foi realizada pela primeira vez em Santa Cruz em 1984. Idealizada pelo então secretário de Turismo do Município, Ademir Muller, ela surgiu para substituir a Festa Nacional do Fumo (Fenaf) que era realizada desde a década de 1960, mas que era uma festa muito voltada para o setor produtivo do tabaco. A ideia ao criar a Oktoberfest, era o incentivo ao turismo, além do resgate da cultura e tradição germânicas. A primeira edição da festa, assim como as seguintes, teve como molde a tradicional Oktoberfest realizada em Munique, na Alemanha. Em Munique, a festa surgiu como tradição ao enorme público que compareceu ao casamento do príncipe herdeiro Ludwig com a princesa Therese Von Sachsen-Hildburghausen, em 1810.

⁶⁷ Provisoriamente intitulada como Mídia e Identidade: a narrativa da Revista Alto Falante e a Oktoberfest de Santa Cruz do Sul.

ancestral, atávico. Uma condição pura, cristalina” (NECCHI, 2009, p. 14), fundamentando-se na história e na biologia. Já o segundo, vê a identidade como um processo de construção, um produto que nunca está acabado, mas sempre se desenvolvendo, algo que não é permanente, um produto social baseado nas interações.

A partir dos estudos realizados anteriormente, percebe-se que há em Santa Cruz do Sul um discurso essencialista em função dos ascendentes germânicos nas árvores genealógicas. No entanto, filiamo-nos à corrente que vê a construção da identidade como algo social e inacabado, sempre em transformação, que tem como ponto de partida vivências e representações do passado no presente (SEHN, 2009). Também seguimos o pensamento de Hall (2011) quando esse apresenta “o sujeito sociológico” como uma das três grandes concepções de identidade que surgiram ao longo da história. Para o autor, o sujeito sociológico é aquele que tem uma autonomia e autossuficiência limitadas, para quem o outro é importante e cuja identidade individual sempre é projetada a partir das relações sociais.

Esse sujeito sociológico, porém, poderia estar ameaçado pela realidade de mundo pós-moderna e pelo conceito de identidade pós-moderna, que é fragmentada, contraditória e muitas vezes sem um padrão pré-determinado (HALL, 2011). E justamente por se sentir ameaçado é que esse sujeito a reagir. É o que explica Bauman (2001). Segundo ele, diante do retorno de um individualismo, diante da ampliação dos direitos e garantias individuais, o “comunitarismo” é esperado como uma tentativa de manter as velhas garantias, diminuindo a fragilidade dos laços e valores humanos e a ansiedade em torno dos novos tempos.

Bauman (2001) aponta ainda que uma das características fundamentais desse comunitarismo como identidade coletiva é o “nós”, apontando que há uma separação do “nós” e do “eles” em função de uma estranheza. Criam-se unidades pela semelhança e pela diferença. É justamente o que parece ter acontecido em relação ao germanismo que encontramos em Santa Cruz do Sul hoje. Mas como foi, afinal, que Santa Cruz do Sul adquiriu essa identidade? E quais são as características dessa identidade germânica?

A revisão bibliográfica nos diz que ela tem relação com a história do município e de sua colonização. A vinda das famílias germânicas se deu durante uma segunda fase de migrações ao Estado, e elas vieram do norte da Alemanha, das províncias do Reno, Prússia, Pomerânia, Turingia, Saxônia, Westfália, Hannover e Oldenburg (NEUMANN, 2006). Essas pessoas tinham variadas religiões e profissões, porém, conforme foram se instalando na cidade, sua principal atividade econômica passara a ser a agricultura (Neumann, 2006). Entre os itens cultivados estava principalmente o fumo (SEHN, 2009), que ainda hoje é um símbolo da cidade e da região, considerada um dos polos mundiais na produção do tabaco.

Desde cedo a localidade se destacou por seu desenvolvimento e crescimento e acredita-se que isso deve ao esforço dos imigrantes, já que eles ficaram bastante desatendidos após sua chegada ao Brasil, segundo pesquisas de Vogt (1997), Kipper (1979) e Azambuja (2002). Uma grande mudança ocorre quando em 1878 é instalada a Câmara Municipal de Vereadores o que confere maior

independência administrativa ao novo município. Logo instala-se um ramal ferroviário, chega a eletricidade, a telefonia, o comércio cresce, etc. Assim Santa Cruz passa a ser um polo reconhecido para a região, inclusive como um centro cultural. Até a década de 1930, registros históricos dão conta de diversas atividades – a maioria delas relacionada com a cultura germânica. Tanto é que pouco depois, quando ocorre em todo o país a nacionalização do ensino e da língua portuguesa (a partir de 1937) e a proibição de outras línguas, como o alemão, por medo da possibilidade de uma “conspiração nazista internacional”⁶⁸ (KIPPER, 1979, p. 9), Santa Cruz do Sul chama a atenção das autoridades (WINK, 2002)

Nos anos que se seguem o jornal da cidade, denominado Kolonie, que existia desde o fim do século XIX, e que era publicado em alemão é encerrado. Outras atividades como as educacionais, sociais e religiosas, que também faziam uso da língua alemã, precisam se adaptar (SEHN, 2009). Desestrutura-se assim, a cultura, tradição e identidade da comunidade,

⁶⁸ O mundo vivia o período da Segunda Guerra Mundial.

principalmente na parte mais urbana. Mas a industrialização segue seu caminho, o comércio da cidade cresce mais um pouco. Na década de 1960 passa a ser ofertado o ensino superior a partir da criação da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (Apesc), mantenedora ainda hoje da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e a população também cresce consideravelmente. Em termos culturais as atividades relacionadas às tradições germânicas permanecem em um estado latente, sendo mais fortes nas localidades interioranas onde conseguiram sobreviver.

Isso começa a mudar quando surge a ideia de uma Festa Nacional do Fumo, que acontece pela primeira vez em 1966. A festa tinha como objetivo dar evidência para a cidade e região, destacando a relação com o tabaco desde a época da colonização. Em 1984, porém, a FENAF é substituída pela Oktoberfest. E então temos um importante marco na história da cidade porque a partir da Oktoberfest e da divulgação dessa festa a identidade germânica associada à cidade ganha uma nova força.

Um dos principais meios de divulgação da Oktoberfest foi justamente a Revista Alto Falante., inclusive porque a mesma

equipe que montava e publicava as edições da revista, trabalhava na agência de mesmo nome (Agência Alto Falante), dirigida pelas mesmas pessoas, os sócios Voltaire Trindade e Luís Antonio Barreto. Essa agência foi a responsável pela criação da identidade visual da festa, bem como pelo trabalho de divulgação e assessoria de comunicação do evento. A revista, conseqüentemente, foi o veículo oficial da Oktoberfest em seus primeiros anos de realização, com suas edições especiais.

O fato é que ao longo dos anos acaba surgindo na cidade de Santa Cruz do Sul uma espécie de mito em torno dos imigrantes alemães. Isso contribui para a construção de um discurso e uma ideia ufanista e essencialista de identidade, traduzido, como aponta Sehn (2009) pelo "*Deutschum*, palavra alemã que traduz o conceito de germanismo como uma ideologia que se refere à conservação das características culturais, sociais, raciais e dos grupos formados por indivíduos de origem germânica" (SEHN, 2009, p. 25).

Vogt (2001) aponta para a existência de alguns veículos de reprodução cultural que foram fundamentais, tais como a imprensa, a escola comunitária alemã, a religião, o trabalho e o associativismo, todos eles

baseados na língua alemã. Tendo em vista que a língua, como aponta Bourdieu (2001), é uma das representações simbólicas mais fortes de uma identidade, que por si só é carregada de sentidos fica mais fácil compreender a construção dessa identidade como sendo narrativa, algo que aconteceu com o passar dos anos, a partir dos discursos que marcam cada uma das gerações, com o auxílio do poder público, da imprensa e das próprias pessoas que reproduzem esses discursos construídos. Mas falaremos mais sobre o papel das narrativas na construção dessa identidade, na próxima seção.

3 As narrativas fotográficas

De acordo com Motta (2013) “narrar é relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho” (MOTTA, 2013, p 71), e as narrativas possuem um papel fundamental na construção de uma identidade, porque narrar é inerente ao ser humano, é um código universal através do qual, independentemente da língua, compreendemos a vida e a realidade à nossa volta. Compreender a narrativa é

compreender quem somos e a sociedade na qual estamos imersos.

E podemos encontrar essa narrativa também nas fotografias? Acreditamos que sim, as fotografias estão impregnadas de narrativas. A começar pelo fato que, em essência, uma fotografia tem como objetivo mostrar algo ou até mesmo contar uma história (SHORT, 2013). Ela é uma representação da realidade e tem a capacidade de “transmitir a essência absoluta da intenção por trás da imagem, ao captar os aspectos fundamentais do instante, da pessoa, do acontecimento ou da ideia” (SHORT, 2013, p. 110).

A narrativa fotográfica nem sempre contará com a estrutura tradicional de narrativa, de início, meio e fim. Ela “pode simplesmente dar a entender o que aconteceu ou sugerir o que pode vir a acontecer” (SHORT, 2013, p. 98). Conforme Short (2013), as narrativas fotográficas também podem ser encontradas em sequências de fotos, quando uma conversa com a outra, apontando para uma espécie de enredo. Mas imagens individuais também podem transmitir uma narrativa, porque todas elas são repletas de signos e símbolos (SQUIRE, 2014).

É preciso ter em mente que signos – de acordo com Peirce (2008) - são compostos por três elementos: 1) a forma assumida pelo signo (material ou não); 2) o sentido que se faz desse signo; e 3) aquilo a que o signo se refere. Para que possamos compreender uma fotografia, portanto, precisamos saber lê-la, assimilando os signos e aquilo que eles representam. É o que Short (2013) chama de “indicialidade” (p. 124), ou seja, a ideia de que “onde há fumaça, há fogo”, por exemplo; ou onde há pegadas, há alguém caminhando (SQUIRE, 2014).

Por isso tudo, dizemos que as narrativas fotográficas podem ir muito além das aparências (SHORT, 2013). Elas podem facilmente captar o temperamento de alguém, suas características pessoais, e assim, “fotografias podem ajudar a confirmar, ou até mesmo criar, nossa ideia de história pessoal e identidade. Podemos usar fotos para retratar nossa identidade; uma identidade que pode ser consciente ou construída” (SHORT, 2013, p. 12). Ou seja, as narrativas têm um papel fundamental na construção de consciências coletivas

sobre determinada cultura, e a partir disso, de identidades.

4 Método de análise

Partiremos agora, então, à análise da narrativa fotográfica da Revista Alto Falante sobre a Oktoberfest, buscando identificar como essa narrativa representa a identidade germânica, apresentada anteriormente. Antes, porém, vamos apresentar brevemente o nosso objeto de pesquisa. Como já foi dito na introdução deste artigo, a Alto Falante foi uma revista que circulou na década de 1980, a partir da iniciativa de três amigos (Voltaire Trindade, Luiz Antonio Barreto e Luiz Henrique Kühn), inspirados em outros veículos alternativos como *O Pasquim*⁶⁹. A ideia era fazer algo diferente do que era feito até então na cidade.

A primeira edição foi publicada em dezembro de 1981, sendo seguida por outras 62, ao longo de oito anos de veiculação, até seu fim em 1989. A revista chegou a ter impressos entre 1,5 a 2 mil exemplares por edição e era conhecida por

⁶⁹ O Pasquim foi uma publicação brasileira, de periodicidade semanal, editada entre 26 de junho de 1969 e 11 de novembro de 1991, e que tinha como característica o diálogo entre o cenário da contracultura da década de 1960 e seu papel de oposição ao regime militar. (WIKIPEDIA)

sua abordagem cultural, mas também tratava fortemente de política, além de trazer editorias como economia, comportamento, saúde, educação, etc. Ela foi adquirida no fim da década de 1980 pelo Grupo Gazeta de Comunicações e nesse período sofreu uma grande mudança editorial. Seu design ficou mais limpo e bonito, mas o conteúdo também sofreu uma alteração, o que acabou contribuindo para o declínio da publicação. Cerca de dois anos após a mudança de direção, ela foi encerrada.

No período em que esteve circulando, porém, foram muitas as edições que trouxeram a Oktoberfest em suas páginas. Segundo pesquisa realizada anteriormente por Ciecelski e Soster (2018), foram encontradas citações sobre a festa em 21 edições da revista, ou seja, em um terço de todos os volumes veiculados ao longo dos anos. As edições com citações são as seguintes: 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 39, 40, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 56, 57, 61, 62. Dentro desse grupo estão cinco edições (as de número 21, 29, 39, 47 e 56) que foram chamadas de “especiais”. Elas foram publicadas nos meses de setembro e outubro entre os anos de 1984 e 1988 e

mais da metade de suas páginas era dedicadas ao evento.

Dito isso, ressaltamos ainda que essa pesquisa tem um caráter qualitativo, e terá como base metodológica os preceitos do Estudo de Caso, ou seja, uma análise aprofundada de uma unidade, que permite o conhecimento amplo e detalhado de uma realidade (Duarte e Barros, 2006). Para fazer essa análise, utilizaremos o método de análise crítica da narrativa, descrito por Motta (2013). No entanto, é necessário adiantar que não seguiremos o método rigidamente, mas deixaremos o objeto de estudo falar também, nos guiando para a melhor forma de análise a partir desse método, até mesmo porque as orientações de Motta são significativamente voltadas para a análise textual, enquanto que nós aqui pretendemos uma análise das imagens. Assim como Motta (2013) consideramos que as narrativas não podem ser analisadas sem levar em consideração as relações sociais em torno dela, até mesmo porque estamos buscando compreender o papel dessa narrativa e seus efeitos na sociedade. Dessa forma, as imagens encontradas serão a base de nossa análise, mas serão sempre vistas como um “elo entre um narrador e um

destinatário em contexto, para produzir significado" (MOTTA, 2013, p. 120).

Motta (2013) sugere observar a narrativa pelo seu significado, buscando o sentido daquilo que se mostra, a partir da interpretação daquilo que se vê, mas não de uma interpretação meramente intuitiva, e sim, baseada em observações de elementos, exame de sua substância, observando suas conexões e relacionando com o todo por meio de processos indutivos e associativos. Observa-se o fenômeno sem se interessar diretamente por ele (como seria no estruturalismo), e sim por sua essência, pelo seu sentido, sua significação (MOTTA, 2013). O autor chama

isso de *teoria e análise da comunicação narrativa* (MOTTA, 2013).

O corpus que será analisado será o das cinco edições especiais da Revista Alto Falante sobre a Oktoberfest, publicadas entre os anos de 1984 e 1988, nos meses de setembro e/ou outubro. Dentro delas, vamos analisar todas as fotografias relacionadas a reportagens e notícias sobre o evento. A partir delas, nós construiremos uma tabela relacionada às imagens encontradas, contendo (a tabela) os seguintes elementos: descrição da foto, tamanho (pequena, média ou grande), edição, página, acompanhada de texto (sim ou não e breve resumo).

Edição	
Nº fotos	
Descrição da foto 1 (tamanho, página, acompanha texto)	
Descrição da foto 2 (tamanho, página, acompanha texto)	
Descrição da foto 3 (tamanho, página, acompanha texto)	

Descrição da foto 4 (tamanho, página, acompanha texto)	
--	--

Tabela 1: Modelo de tabela para descrição e análise de imagens Fonte: autoria própria



Imagem 1: mosaico com exemplos de fotografias sobre a Oktoberfest publicadas na revista Alto Falante. Fonte: Revista Alto Falante.

Por razões de economia de texto e espaço, não traremos toda a tabela no

correr deste artigo, mas apenas as considerações tecidas em relação a análise.

6 Considerações

Finalizada a análise, apontamos que foram encontradas, ao total, 134 fotografias relacionadas com a Oktoberfest de Santa Cruz, dentro das cinco edições especiais da revista Alto Falante. Traremos abaixo algumas delas a fim de apresentarmos alguns exemplos das imagens encontradas:

As fotografias publicadas na revista Alto Falante são repletas de elementos que remetem ao germanismo e percebemos, a partir de nossa percepção⁷⁰, uma intenção de construir uma imagem para a festa relacionada a essa cultura germânica. Os canecos de chope, as vestes tradicionais germânicas e em certa medida, a culinária local (que é apresentada como sendo de origem germânica porque as receitas vêm passando de geração em geração desde a colonização), estão fortemente presentes.

Percebe-se também elementos decorativos que buscam associar a festa com a Alemanha, principalmente através das cores. Apesar das fotos serem, em sua maioria, em escala de cinza (sem cores), é possível identificar decorações feitas em

tecidos com as cores da Alemanha (as mesmas que ainda hoje encontramos na Oktoberfest), ou seja, vermelho, amarelo e preto. Em alguns momentos também se mostra a festa de Munique, na Alemanha ou ainda bandinhas típicas desse país.

Também é interessante observar que em nenhuma das 134 fotografias analisadas vemos pessoas negras ou de pele mais escura. A germanidade acaba sendo representada também pela cor da pele, olhos e cabelos. Isso diz respeito também às soberanas, normalmente retratadas nas capas a cores, de forma que podemos ver com mais clareza os olhos, pele e cabelos claros. Percebe-se também que as fotografias buscam repetidamente mostrar a festa como alegre. Em boa parte delas, inclusive nessas que se repetem, vemos pessoas dançando e principalmente brindando com seus canecos de chope, erguendo-os no ar. Em outras, vemos famílias reunidas e felizes, comemorando as tradições germânicas que passam de geração em geração.

Por outro lado, é possível identificar um certo tom turístico e comercial na festa, a

⁷⁰ É importante destacar que toda a análise foi realizada com base em nossa própria percepção, nossa própria leitura do objeto e do *corpus* e que, portanto, o que emerge é resultado e consequência disso.

partir das fotografias que mostram a cidade. Todas as edições possuem seções com dicas de lugares para conhecer. Além disso, todas as edições trazem fotos aéreas da cidade, buscando mostrar o desenvolvimento de Santa Cruz. Em outras edições vemos fotografias de grupos musicais em nada relacionados à cultura germânica, bem como diversas apresentações de grupos locais, de patinação e de outros esportes, ou ainda do aeroclube. A sensação que fica é a de que a Oktoberfest, apesar de ser apresentada como uma festa das tradições, serve também como uma vitrine para a cidade, para fomentar o comércio dela. Não é difícil perceber também um forte apelo institucional – em relação à Prefeitura – com matérias repletas de fotografias do Prefeito e do Secretário de Turismo, organizadores do evento, buscando associar a festa ao sucesso administrativo municipal.

Dentre as edições analisadas, as que contém as fotografias mais ricas em elementos germânicos são, em nossa opinião, as de número 29 e 39, relacionadas à segunda e terceira edição da festa, respectivamente. Elas trazem muitos elementos da cultura germânica local,

buscando retratar o povo, as vestes, a culinária, música, os jogos germânicos mantidos pelos descendentes dos primeiros colonizadores, etc. São as edições que mais trabalham com a construção de uma identidade local baseada na germanidade dos primeiros colonizadores e na cultura trazida por eles da Alemanha.

Aquela que tem a maior quantidade de fotografias é a edição 47 com 45 fotos. Chama a atenção o fato de que essa edição, além de um especial sobre a Oktoberfest, ela também traz algo como um especial sobre a cultura alemã contemporânea. Nas seções de cinema, moda, teatro, etc, que normalmente abordavam o cinema nacional, por exemplo, ou os grandes destaques do cinema internacional, nessa edição trazem o cinema alemão, o teatro alemão, os estilistas alemães, etc.

Já a edição com a menor quantidade de fotografias é a 56, com apenas 12 delas. É importante observar que aqui a revista já era administrada pelo Grupo Gazeta de Comunicações e já não era mais o veículo oficial de divulgação da festa, de forma que o conteúdo mais reduzido faz bastante sentido.

Levando em consideração todas as coisas vistas até aqui, portanto, podemos dizer que a identidade germânica está representada nas páginas da revista Alto Falante e está representada nas fotografias publicadas nesse veículo. E acreditamos, a partir de inferências nossas, que essa representação a partir das fotografias publicadas na Alto Falante, ajudaram com o resgate histórico da Oktoberfest, especialmente através das pesquisas realizadas para as primeiras edições especiais, onde houve um empenho em trazer fotografias sobre a festa realizada em Munique na Alemanha desde o século 19, bem como a a estruturar a ideia de identidade da comunidade sobre si mesma.

Referências

AZAMBUJA, Lissi Bender. Língua alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul - RS. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, c2001.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CIECELSKI, Luana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. Alto Falante: a narrativa da Oktoberfest de Santa Cruz do Sul em revista. SBPJor: 8º JPJor, 2018. Disponível em:
<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/jpjor/JPJor2018/paper/view/1514>. Acesso em: 9 dez 2019.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KIPPER, Maria Hoppe. A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul: (1937-1945). Santa Cruz do Sul: ASPEC, 1979.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise crítica da narrativa. Brasília: Ed. da UnB, 2013.

NECCHI, Vitor. Dissonância no pampa - a construção identitária do gaúcho no filme

Anahy de las Misiones. IN: FELIPPI, Ângela; NECCHI, Vitor. Mídia e Identidade gaúcha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

NEUMANN, Marinês Teresinha. Narrativas identitárias e associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul: o discurso da identidade regional (1850-1950). 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

O PASQUIM. Wikipedia, a Enciclopédia Livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Pasquim. Acesso em: 9 dez 2019.

PEIRCE, Charles S. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SEHN, Danúbia Cremonese. A contribuição da Oktoberfest para o discurso identitário germânico de Santa Cruz do Sul.

2009. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

SHORT, Maria. Contexto e narrativa em fotografia. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

SQUIRE, Carine. O que é narrativa? Civitas Revista de Ciências Sociais (PUCRS). v. 14, n. 2. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17148>. Acesso em: 9 dez 2019.

VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS. Âgora (Revista: EDUNISC), Santa Cruz do Sul, v. 7, n.2 , p. 49-92, jul./dez. 2001.

WINK, Ronaldo. Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.



Representações da vítima no jornalismo narrativo contemporâneo: um estudo sobre catástrofes

Representaciones de la víctima en el periodismo narrativo contemporáneo: un estudio sobre catástrofes

Representations of victims in contemporary narrative journalism: a study on catastrophes

Marcio Serelle⁷¹

Carlos Henrique Pinheiro⁷²

Palavras-chave: Jornalismo narrativo, vítima, catástrofe.

Key words: Narrative journalism, victim, catastrophe.

Introdução

Este trabalho objetiva investigar representações de vítimas de catástrofes em duas narrativas jornalísticas brasileiras contemporâneas: *Todo dia a mesma noite*,

de Daniela Arbex (2018), e *Tragédia em Mariana*, de Cristina Serra (2018). Pretende-se compreender como personagens com vidas desabadas tornam-se elementos estruturantes das reportagens e como seus relatos podem

⁷¹ Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC MINAS, Brasil, marcio.serelle@pq.cnpq.br/ marcio.serelle@gmail.com.

⁷² Doutorando no Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil, caiquepin@gmail.com

ativar a empatia do leitor. Problematizam-se, nessas reportagens, as possíveis oscilações entre a denúncia necessária e os riscos de fixação da personagem em sua condição de vítima; entre a dramatização do acontecimento e a manutenção do discurso testemunhal.

A palavra catástrofe, do grego (*Kata + strophé*), significa "virada para baixo" e seus sinônimos incluem "desabamento", "desastre" e "devastação" (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000). Na condição de evento traumático, é uma emergência do presente que não fecha significação, pois o caráter fortemente inesperado do acontecimento impede que ele seja completamente entendido (CARUTH, 1996).

Para Seligmann-Silva (2008, p. 69), "o trauma é caracterizado por uma memória de um passado que não passa". O título da obra de Arbex (2018), *Todo dia a mesma noite*, assenta-se sobre esse tipo de repetição, com referência à dificuldade de as personagens (notadamente os familiares dos mortos da boate *Kiss*, em Santa Maria, RS) atravessarem a noite do desastre e a noite metafórica. Nessa reportagem, tematizam-se as histórias de vida e morte de impactados pelo incêndio

que, em 2013, vitimou fatalmente 242 pessoas, em sua maioria jovens. Na reportagem de Cristina Serra, por sua vez, aborda-se a tragédia que, em 2015, no interior do estado de Minas Gerais, resultou no maior desastre ambiental do Brasil. O rompimento de uma barragem de rejeitos minerários matou 19 pessoas, destruiu comunidades, infectou 38 municípios, comprometeu a fauna, a flora e atividades antrópicas ligadas ao rio Doce.

As personagens dos textos apontados são vítimas reais de catástrofes. A elas foi feito um mal que deve ser de algum modo reparado, e as reportagens podem contribuir para isso ao registrar e publicizar histórias e demandas. Convém, no entanto, atentar para o modo como as trajetórias são contadas e como as personagens são descritas e colocadas em enredo. Se é preciso humanizar aquilo que tende a ser, muitas vezes, numericamente expresso, como reivindicam Cristina Serra e Daniela Arbex, convém, por outro lado, identificar riscos de uma representação que fixe a vítima em tal condição, estereotipando-a ao acentuar sua falta de agência em face daquilo que lhe gera sofrimento (GIGLIOLI, 2018).

Propomos, assim, examinar os modos como vítimas de tragédias são representadas nas referidas reportagens. Pretendemos ressaltar as relações estabelecidas entre as vidas singulares e o contexto da catástrofe. Tendo em vista a complexidade dos personagens de não ficção, pretendemos oferecer perspectivas para análise de reportagens que se dedicam às histórias de vítimas de catástrofes. Intencionamos, ainda, apontar questões para uma representação jornalística dignificante do humano em contextos de sofrimento.

Vítimas sobre as quais se escreve

Vítima é o termo mais usado tanto por Daniela Arbex (2018) como por Cristina Serra (2019) em referência aos afetados pelas catástrofes, ainda que, no caso de Mariana, as pessoas que sofreram a tragédia se autodenominem atingidos, provavelmente, como veremos, para ingresso em luta coletiva. A palavra vítima, do latim, significa originalmente animal a ser sacrificado em ritual religioso. Para René Girard (1990), o sacrifício humano ou de animais nas religiões arcaicas é uma

forma de mediação entre sacrificador e deidade, e visava unir a comunidade, eliminar conflitos, instaurar ordem ou mesmo apaziguar deuses identificados com catástrofes naturais. A vítima é um inocente que expia alguma culpa para o reestabelecimento da harmonia.

Na modernidade jurídica, o termo passou a designar indivíduos que morreram ou sofreram ferimentos ou algum tipo de perda em função de crimes, acidentes, catástrofes humanas, guerras ou formas de injustiça social, como discriminação, perseguição política, entre outras (KARMEN, 2016). As vítimas podem ser primárias e diretas ou secundárias, que, embora não confrontadas diretamente, também foram devastadas pelas catástrofes.

Em *Tragédia em Mariana*, Serra (2018, p. 256), por meio de entrevistas com envolvidos na formulação do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), mostra como as empresas rejeitaram o uso da palavra vítima por causa das implicações penais do termo. Recusaram ainda "atingidos", preferindo, ao final, "impactados", e negaram-se a chamar a catástrofe de "desastre" ou mesmo de "acidente", a favor do termo

neutro “evento”. Percebe-se, portanto, como a forma de nomear indivíduos e acontecimentos é alvo de disputa e traz cargas semânticas que inscrevem e qualificam a catástrofe.

Como dissemos, as vítimas de Mariana se autodenominam prioritariamente de “atingidos”. Isso pode ter a intenção de afastar um sentido de imobilidade e passividade que acompanha a palavra vítima desde a conotação sacrificial. Outra explicação para o uso de “atingido” pela comunidade é o emprego do termo em organização coletiva, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que luta nacionalmente pelos direitos de populações afetadas, inclusive a de Mariana. O nome “atingido” ou “afetado” é também usado internacionalmente para mobilização social acerca das catástrofes com barragens de água ou de rejeito.

Seguiremos, contudo, neste artigo, com “vítima” não somente pelo fato de ser a palavra mais utilizada pelas jornalistas, mas também pelas implicações penais que traz e que são aspecto importante das narrativas. Um dos objetivos deste artigo é compreender o significado de vítima nesses textos, assim como essas personagens são

construídas e o lugar narrativo que ocupam.

Uma catástrofe produz numerosos mortos. Essa é a primeira categoria de vítimas que abordaremos: a das que sucumbiram, morreram nas catástrofes de Santa Maria e Mariana. Suas histórias são contadas pelos outros. Há, ainda, vítimas sobreviventes, a quem a identificação como vítimas interessa para que possam concorrer a eventuais reparações – são indivíduos cujas histórias permanecem abertas e os sentidos da vida em disputa. Entre as últimas, há as vítimas que, atingidas diretamente pela catástrofe, escaparam da morte, e as sobreviventes indiretas, que se distinguem pela perda de seu modo de vida, mesmo que não tenham corrido o risco iminente de morrer – aqui, entendemos, incluem-se os parentes de vítimas mortas.

Tragédia em Mariana, entre os livros analisados, é o que mais amplia os exemplos de vítimas sobreviventes indiretas. São trabalhadores de áreas variadas que tiveram suas ocupações e estilos de vida comprometidos com a chegada da lama, além de moradores cujas tradições tornaram-se inviáveis na região,

como populações indígenas, notadamente os Krenak.

Há ainda outras categorias de vítimas, autodeclaradas. Por exemplo, aqueles que se afirmam injustiçados por sua atuação profissional na catástrofe, como os bombeiros que foram acusados (e absolvidos) de homicídio doloso por não terem impedido que jovens retornassem à boate incendiada para prestar socorro aos demais, e pessoas que, corretamente investigadas, aparentemente buscam se posicionar como vítimas em busca de eventual proteção que o termo confere, como nota Giglioli (2018) - caso do então Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Altamir Rôso, segundo quem a Samarco também seria “vítima do rompimento”.

Embora todas essas histórias sejam contadas, percebemos que, nos livros por nós analisados, privilegiam-se, em geral, as histórias das vítimas que morreram e de sobreviventes ligados a elas, parentes na maioria. Dizemos, em geral, porque em *Todo dia a mesma noite*, os socorristas possuem também protagonismo.

Além desse destaque para as vítimas que morreram, sobreviventes e familiares, observamos um entrelaçamento entre as

histórias, de modo que aos dois últimos tipos de vítima cabe o papel de contar sobre as primeiras, impedidas de testemunhar. Se de um lado conhecemos as trajetórias dos mortos por meio dos sobreviventes, por outro, as histórias dos sobreviventes estão atreladas às dos que faleceram: o que se diz sobre eles eventualmente toca dimensões de suas próprias vidas, como a amorosa, a profissional e a social, mas inescapavelmente aborda sua relação com quem partiu, com a perda e com a catástrofe, de modo que nos permite dizer: nestas reportagens, é a partir da morte de um outro que sua história ganha relevo.

Dentro da noite

Todo dia a mesma noite é título que sugere a perpetuidade de um momento traumático simbolicamente assimilado ao fim. Embora as reflexões que deram neste nome apareçam somente no 13º capítulo do livro – “É como se o tempo tivesse congelado em janeiro de 2013, em um último aceno, na lembrança das últimas palavras trocadas com os entes queridos que se foram” (ARBEX, 2018, p. 185) –, a ideia geral de que, para os sobreviventes, histórias de vida tiveram no incêndio da

boate o seu fim vai se construindo, desde bem antes, por meio de narrativa que, privilegiando o tempo presente da tragédia, ainda que narrada por meio do passado perfeito, conta os fatos como se acompanhasse seu discorrer e destaca os sentimentos que teriam marcado aquela circunstância: confusão, dor e falta de horizonte.

Disto é exemplar a história que inaugura o livro, sob(re) a perspectiva de Carlos Dornelles, médico socorrista que atendeu na primeira hora do incêndio. Arbex descreve a semana, a tarde e o princípio de noite pacatos do médico, a dias sem fazer atendimentos com a unidade em que estava alocado, até que, na madrugada, com o chamado para os primeiros socorros na boate Kiss, o que era marasmo se precipitou em desespero, improvisos, insuficiências de todo tipo. No mesmo capítulo, a história do bombeiro Robson Müller, que teve todas as suas previsões sobre o incêndio desafiadas pelo real, e a das primeiras horas de socorros no local do incêndio compartilham a característica de um crescendo negativo, da ordem para a desordem – e então as histórias deixam de ser contadas (no sentido de que, mesmo sendo posteriormente retomadas, elas não

investigam as vidas dos personagens para além da catástrofe, que passa a determiná-las).

De *Sinfonia da Tragédia*, segundo capítulo, até o final de *Todo dia a mesma noite*, são contadas as histórias dos pais cujos filhos estiveram na boate incendiada. Aparecem entremeadas por histórias de bombeiros, enfermeiros, médicos e sempre fazendo conexões com as histórias daqueles que são vítimas diretas da catástrofe – sobreviventes ou não –, seus filhos. As histórias dos pais, dissemos, são narradas no tempo presente do acontecimento. Assim conhecemos Sérgio da Silva e Nadir Krauspenhar, pais de Guto; Celita Pazini e Homero Bairro, pais de Greicy e Patrícia, além de outros pais, todos sob o impacto de constatar que seus filhos poderiam ter morrido no incêndio da Kiss.

Em comum, portanto, as passagens relativas a essas personagens são estruturadas pelo descobrimento da catástrofe e pelo desnorreamento decorrente disso. Em algumas delas, a angústia do presente cede lugar a reminiscências sobre as próprias vidas ou sobre as relações com os filhos, como acontece na narrativa sobre Marta e Sílvio Beuren, a recordar os hábitos festivos de

Silvinho enquanto alimentam a esperança de reencontrá-lo vivo. Esse movimento nos parece positivo para a narrativa, que assim ganha um respiro, e para a constituição desses pais e filhos como personagens de não ficção, que ganham elementos menos obviamente vinculados ao evento em torno do qual a reportagem se desdobra, tornando-os mais complexos, pois multifacetados. Tais histórias, contudo, se encerram na iniludível despedida, embora tenham sido apuradas anos depois dos acontecimentos a que se referem, e o ganho narrativo a que nos referimos termina obliterado.

Em entrevista para a Editora Intrínseca, Arbex (2020) afirma que “esse livro tem 55 mil palavras e nenhuma delas fala de superação, porque não se supera a morte de um filho”. Compreendemos nessa afirmativa uma posição autoral, e não postulamos que representações de vítimas sobreviventes devam contemplar “voltas por cima”, mas chamamos atenção para o problema que é abreviar as histórias de vidas de certas pessoas em função do fim efetivo de outras. Nesse sentido, um bom contraponto é o de Svetlana Aléksiévitch (2016), em *Vozes de Tchernóbil* – ali, os enlutados expressam sofrimento, mas sua

vida é sondada em múltiplos outros aspectos: visões políticas, relações com a cultura, anseios por reparação. Se, em outra entrevista, Arbex (2020a) relata ter encontrado, a cada apuração, as famílias em um estado – “Num momento elas estavam animadas, dispostas, confiantes na justiça. Em outros, estavam entristecidas, deprimidas, fragilizadas” – essa mobilidade não parece bem representada no livro.

Que a estrutura do crescendo negativo se repita para personagens que, mesmo tocados por problema comum, supomos serem pessoas diversas e que reagem diversamente aos desafios que lhes foram impostos, também é algo que merece atenção. Para tanto, fazemos eco à questão levantada por Giglioli (2016, p. 141): “Estereotipia que de um lado conforta; do outro provoca angústia, inquietação ontológica, ânsia de desrealização: sou realmente eu ou é um arquétipo aquele que anda por aí com meu nome?”. Nos parece que adotar uma estrutura narrativa muito semelhante para contar as vidas de pessoas necessariamente diferentes entre si constrange a singularidade que os personagens de não ficção poderiam – ou, antes, deveriam – expressar.

A queda

Tragédia em Mariana opta em seu título por denominar o rompimento da barragem de Fundão e as consequentes mortes e o desastre ambiental como acontecimento terrível ao mesmo tempo em que evita expressar, de imediato, o que sua narrativa preponderantemente investigativa põe a nu: os indícios de um crime. O trágico é um evento catastrófico, porém, se recuperarmos seu sentido que descende da forma artística, há nele a ideia de encadeamento que desemboca no horror (LESKY, 2016). Nesse sentido, a reportagem aponta para o trágico ao demonstrar como uma série de erros e omissões na construção, licenciamentos, monitoramento e gestão de riscos da barragem levou à destruição. Para além disso, o trágico é a base tonal da narrativa quando o texto se dedica às vítimas.

Se, como dissemos, trata-se de reportagem investigativa, convém ressalvamos a abertura narrativa da obra, que busca engajamento do leitor. Nela, duas vítimas sobreviventes são protagonistas: a primeira, Romeu Arlindo dos Anjos, foi o único trabalhador arrastado

pela lama que sobreviveu; a segunda, Paula Geralda Alves, auxiliar de serviços gerais de uma prestadora de serviço da Samarco, é descrita como personagem de gesto heroico. Em sua moto, foi “mais veloz que a lama” e conseguiu avisar à comunidade de Bento Rodrigues antes que a avalanche atingisse o vilarejo.

À diferença de *Todo o dia a mesma noite*, a reportagem de Serra não se estrutura narrativamente a partir das histórias das vítimas. Como dissemos, seu aspecto medular é investigativo. As histórias das vítimas que morreram são recuperadas pelos parentes, sobreviventes indiretas – em sua maioria, esposas dos trabalhadores. As histórias são contadas, ao longo do livro, em capítulos que interrompem o relato central como modo de graduar o informativo com o drama humano. As vítimas que sucumbiram são lembradas e descritas como filhos, pais e companheiros exemplares e trabalhadores comprometidos. Os relatos enfatizam a vida feliz que as famílias levavam no momento antes da tragédia, assim como projetos promissores de vida. Observamos que, na reportagem, a morte opera uma edição na biografia das vítimas, que as blinda em relação a qualquer ambiguidade

humana que possa qualificar aquela história de um modo que não fosse virtuoso.

O trágico é assim reforçado, uma vez que se enfatiza a percepção de queda de um indivíduo irrepreensível. Na citação que faz de Aristóteles, Albin Lesky (1996, p. 330) lembra-nos que, na tragédia, o indivíduo que é vítima da queda deve "ser um pouco melhor do que somos na média".

Outro aspecto das histórias dessas vítimas em *Tragédia em Mariana* é a predominância do discurso sobre a narrativa. Entendemos discurso, a partir Émile Benveniste (1991), como uma forma de enunciação de um "eu", que é definidora do que se conta, uma vez que marcada por um lugar, por afetos e por propostas de interação com o outro. Na reportagem de Serra, ainda que o narrador conduza os relatos dos familiares sobre as vítimas que morreram, percebe-se que eles vêm de depoimentos colhidos por meio de entrevistas. Assim, o "eu" do familiar emerge com frequência, entre aspas, nessas histórias, deixando à mostra que o que se conta resulta da perspectiva e do afeto que essa vítima secundária possui do ente perdido.

No capítulo 38, "Famílias cindidas", a primeira pessoa expressa a dor de uma jovem mãe, Pamela Rayne Fernandes Izabel, que perdeu a filha Emanuelle de 05 anos. A reportagem transcreve o texto em primeira pessoa que Pamela postou em mídia social e que se encerra com as seguintes frases: "Eles estragaram minha família. Quero justiça. A minha história não acaba aqui" (IZABEL citada por SERRA, p. 2018, p. 330). Emanuelle e Thiago Damasceno Santos, de 07 anos, cuja vida é narrada pelo avô Albertino Santos no capítulo seguinte, são as duas crianças mortas na catástrofe. Como o Hurbinek de *A trégua*, de Primo Levi (1997), tiveram a vida fortemente abreviada, e não há mesmo outro relato possível de suas vidas que não seja o de uma dor pela interrupção, por uma potência perdida.

Essa é uma diferença marcante em relação à obra *Todo dia a mesma noite*, em que, quase sempre, como dissemos, assistimos à catástrofe como uma cena que parece narrar a si mesma, por meio de um narrador em terceira pessoa. O livro produz, inclusive, no capítulo 15, simulação realista do incêndio na boate Kiss no capítulo. Em *Tragédia em Mariana*, por sua vez, preserva-se a voz e a dor da vítima que

ficou e constrói-se a homenagem por meio da memória.

Conclusão

Entre as reflexões a que fomos conduzidos pela leitura crítica dessas reportagens, destacamos que considerar as especificidades de vítimas sobreviventes em catástrofes pode ser importante para orientar decisões narrativas e posições éticas a seu respeito. Embora marcadas pela doída perda de seus parentes ou modos de vida, essas pessoas sobreviveram, afinal, e suas trajetórias singulares, seus caminhos e descaminhos, interessam. Contar sobre suas vidas considerando aspectos menos diretamente ligados à catástrofe que lhes afetou – trabalho, vida amorosa, posições pessoais a respeito de temas da vida – é uma proposta nesse sentido.

Situar as histórias transformadas por catástrofes em perspectiva histórica é uma opção ética e narrativa que nos parece correta diante das vítimas. Avançado o tempo presente da catástrofe, em que geralmente predominam os sentimentos ligados à dor e à desesperança, podem emergir sentimentos mais propositivos,

como os de Pâmela Rayne, em busca de reparação e continuidade. Dar chance, na narrativa, a essa multiplicidade de emoções, permite configurar as vítimas como as personagens multifacetadas que são.

Em *Violência*, Zizek (2014) lembra que as vítimas em aviões que explodiram nas torres, em 11 de setembro, dirigiram a pessoas próximas uma última palavra de amor, e nisto enxerga um “verdadeiro ato ético” (ênfatisado pela imaginação do oposto: uma esposa que, nos seus últimos segundos de vida, ligasse para o marido dizendo que o casamento vivido foi uma farsa e que o odeia). Que a última palavra sobre o outro que morreu seja, também, amorosa, é uma postura digna das vítimas sobreviventes e o jornalismo, em reportagens sobre catástrofes, cumpre importante papel ao registrá-la.

Referências

ALEKSIËVITCH, S. (2016). Vozes de Tchernóbil. São Paulo: Companhia das Letras.

ARBEX, D (2018). Todo dia a mesma noite. Rio de Janeiro: Intrínseca.

ARBEX, D. (2020). Todo dia a mesma noite – Daniela Arbex. Disponível em: <https://youtu.be/AQv3g9r92l4>. Acesso em: 22/07/2020

ARBEX, D. (2020a). Daniela Arbex conta sobre novo livro, “Todo dia a mesma noite”. <https://youtu.be/k35LCECprlQ> Acesso em: 22/07/2020.

BENVENISTE, E. (1991). Problemas de linguística geral. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp.

CARUTH, C (1996). Unclaimed experience – trauma, narrative, and history. Baltimore (MD): Johns Hopkins University Press.

GIGLIOLI, D. (2018). Crítica da Vítima. Belo Horizonte: Editora Âyiné.

GIRARD, R. (1990). A violência e o sagrado. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra.

KARMEN, A. (2016). Crime victims. 9ª. Ed. Boston (MA): Cengage Learning.

LESKY, A. (1996). A tragédia grega. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva.

LEVI, P. (1997). A tregua. São Paulo: Companhia das Letras.

NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M (2000). Catástrofe e Representação. São Paulo: Editora Escuta.

SELIGMANN-SILVA, M (2008). Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, p. 65-82.

SERRA, C. (2018). Tragédia em Mariana Rio de Janeiro: Record.

ZIZEK, S. (2014). Violência. São Paulo: Boitempo.



Periodismo en la región centro de la Provincia de Buenos Aires: aproximación a las rutinas productivas en medios nativos digitales hiperlocales

Journalism in the central region of the Province of Buenos Aires: approach to productive routines in hyperlocal digital native media

Exequiel Alonso⁷³

Rocío Pereyra⁷⁴

Becario Eliseo Díaz⁷⁵

Resumen: Se analizan rutinas productivas de periodistas de Olavarría (Buenos Aires, Argentina) en 2019. A través de entrevistas se presentan dimensiones del proceso productivo, su relación con las noticias y la relevancia para la comunidad.

Palabras Clave: Rutinas Productivas, Periodismo, Medios digitales.

⁷³Licenciado en Comunicación (UNICEN) Exequiel Alonso. Becario Doctoral CONICET – ECCO- UNICEN, doctorando en Comunicación Social (UNLP), Argentina, exealonso@gmail.com/ ealonso@soc.unicen.edu.ar

⁷⁴Licenciada en Comunicación (UNICEN) Rocío Pereyra. Becaria Doctoral CONICET – ECCO- UNICEN, doctoranda en Comunicación Social (UNLP), Argentina, rociopereyra.cs@gmail.com

⁷⁵Becario de Investigación en Comunicación (UNICEN) Eliseo Díaz. ECCO- UNICEN, Argentina, eliseod957@gmail.com

Abstract: Productive routines of journalists from Olavarría (Buenos Aires, Argentina) in 2019 are analyzed. Through interviews, dimensions of the production process, its relationship with the news and relevance to the community are presented.

Key words: Productive Routines, Journalism, Digital media.

Introducción

En este trabajo presentamos datos surgidos de una investigación sobre periodistas de la ciudad de Olavarría (Buenos Aires, Argentina) en 2019 respecto a sus rutinas productivas, entendiendo a las mismas como: “una serie de procedimientos que contribuyen a la organización de las tareas del periodista en su labor cotidiana” (Bernardi y Aparicio, 2016, p. 53). Nos interesa, en particular, profundizar en los procesos productivos para indagar en: las condiciones laborales de los trabajadores, la construcción de agendas noticiosas y la relación con las fuentes de información. La pregunta que guía esta investigación es: ¿Qué características asume el proceso productivo en medios nativos digitales hiperlocales? Es decir, medios que surgieron para publicar noticias en la web y

que se caracterizan por producir información en y para ciudades medianas (menos de 140.000 habitantes) del interior de la Argentina. Partimos del presupuesto de que el actual proceso de convergencia mediática y reconfiguración del mercado de trabajo, impulsado por fuertes innovaciones tecnológicas en los ámbitos de la producción noticiosa, implica el riesgo latente de la flexibilización de las condiciones laborales, dado que se le exige los trabajadores polivalencia respecto a las tareas en la redacción, las temáticas que aborda y las empresas periodísticas para las cuales trabaja (Rost y Liuzzi, 2012). Todo esto se ve agravado en un contexto de instauración de políticas neoliberales en América Latina (Martínez Rangel, Garmendia y Soto, 2012). Donde no sólo el Estado es puesto a merced del mercado, sino que también se crean reglas que configuran directamente el modo de vida y

la forma de actuar de los sujetos. Se busca obtener de estos últimos el mayor rédito, mientras se maximiza la exigencia de rendimiento. De esto no escapan los medios cuyas rutinas productivas nos proponemos analizar.

Las preguntas que guían esta investigación, entonces, son: ¿Qué características asumen las rutinas productivas en los medios nativos digitales de la ciudad de Olavarría? ¿Cuáles son las condiciones de posibilidad del ejercicio periodístico en relación al cumplimiento de los derechos laborales?

Objetivos

Los objetivos que nos proponemos en este trabajo son: a) Identificar y caracterizar las rutinas productivas por parte de periodistas de dos medios nativos digitales de la ciudad de Olavarría, en el período mayo - diciembre de 2019. Para luego: b) Presentar y comparar las condiciones de posibilidad del periodismo de la ciudad en relación con las prácticas profesionales.

Enfoque y/o metodología de abordaje

El enfoque metodológico de este trabajo es cualitativo, los datos que forman parte de esta ponencia fueron recabados en dos instancias mediante dos técnicas de investigación diferentes, la primera consistió en la realización de un panel que reunió a cinco profesionales del periodismo en la ciudad de Olavarría, que cuenta con una población de 140.000 habitantes y se ubican en el centro de la provincia de Buenos Aires (Argentina). La segunda técnica fue la realización de entrevistas semi estructuradas a periodistas de la ciudad.

En cuanto al panel, el mismo fue organizado por el Observatorio de Medios, Ciudadanía y Democracia de la Facultad de Ciencias Sociales (UNICEN) en junio del año 2019 y contó con la participación de: "Periodista 1" quién trabaja en un multimedios, específicamente en la radio y el canal de televisión del mismo, "Periodista 2" quién trabaja en la producción y conducción de un programa de radio y cargando notas en el sitio web de la misma, "Periodista 3" quién trabaja como coordinadora de programación en una radio universitaria, "Periodista 4" quién trabaja en un medio nativo digital de información general, al igual que "Periodista 5", quien

además es dueño del medio. El panel estuvo estructurado en dos momentos, un espacio de seis minutos para cada expositor para que hablaran sobre sus rutinas de trabajo, agendas y fuentes. El segundo momento fue una ronda de preguntas por parte de los asistentes a la Jornada, en total la actividad duró dos horas. Para el procesamiento de la información procedimos a desgrabar el panel, realizar una lectura en detalle de todas las intervenciones y definir 11 categorías analíticas a partir de lecturas teóricas previamente realizadas que mencionamos en el apartado "antecedentes" de este trabajo: 1) Tensión entre periodismo local y medios de capital federal; 2) Cuestión gremial - Condiciones laborales; 3) Polivalencia -Periodismo 24/7; 4) Credibilidad - relación con la comunidad; 5) Relación con las fuentes de información; 6) Pauta - condicionantes a la actividad periodística; 7) Proyecciones sobre el futuro de la profesión; 8) Organización de la rutina laboral; 9) Construcción de la agenda; 10) Consumos - intereses de la audiencia; 11) Formación en la Universidad.

Dado que en esta ponencia nos interesa pensar las prácticas periodísticas en medios nativos digitales hiperlocales, solo

tendremos en cuenta los testimonios de "Periodista 4" y "Periodista 5". Por otra parte las categorías analíticas mencionadas, fueron agrupadas de acuerdo a cuatro dimensiones a los fines de presentación en esta ponencia, las mismas son: Precariedad laboral, polivalencia y condicionantes de la actividad; Intereses de la audiencia y la importancia de la credibilidad; Relación (problemática) con las fuentes; La construcción de la agenda y la organización del trabajo en rutinas.

Para complementar el trabajo de relevamiento de datos, procedimos a la realización de entrevistas semi estructuradas en junio del año 2020, a "Periodista 4", quien había participado del panel del año 2019 y a "Periodista 6" quien trabaja en la sección deportes de un medio nativo digital hiperlocal de la ciudad. En cada caso se realizó un encuentro, de una hora de duración a través de la plataforma de videollamadas *Google Meet*. En estos encuentros virtuales nos propusimos a acceder a la subjetividad de los entrevistados sin que el resultado sea una suma de opiniones aisladas, es decir, poder dar cuenta de "estructuras cognitivas que permitan encontrar la presencia de lo social en lo subjetivo" (Reguillo, 2000) allí

donde se refleja una matriz cultural históricamente determinada fue necesario recuperar la significación para poder dar cuenta del proceso por el cual los sujetos “dotan, intersubjetivamente, de sentido a la realidad”, construcciones que orientan y dan forma a las manera de representar y actuar (Reguillo, 1998, p. 21). En este sentido, el cuestionario que se llevó a cabo, recuperó las mismas variables y dimensiones que fueron propuestas en el panel, para abordar desde otro contexto comunicativo los sentidos y significados que los propios actores y actrices les asignan a sus prácticas.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

En principio nos interesa trabajar con periodistas de medios nativos digitales, dado que los mismos representan la mayor parte de la producción y circulación de noticias en la ciudad de Olavarría (Buenos Aires, Argentina). La referencia a nativos digitales implica que surgieron en la era post- internet y por lo tanto: “sus modelos de redacción pueden considerarse, a priori,

completamente multimedia, sin procesos de transformación desde rutinas tradicionales ni redacciones paralelas, como puede ocurrir en un medio tradicional” (Fernández y Sánchez- García, 2018: 9). Los periodistas que participaron del trabajo de campo trabajan en medios que cumplen con los siguientes criterios: son nativos digitales, por su público destinatario se los puede considerar hiperlocales, tienen una agenda de información general y son los más visitados en la ciudad⁷⁶.

La noticia es una construcción periodística de un acontecimiento cuya novedad, imprevisibilidad y efectos futuros sobre la sociedad lo ubican públicamente para su reconocimiento (Martini, 2000: 2). En el paso del acontecimiento al texto noticioso, operan una serie de factores que pueden ser estudiados como procesos productivos que posibilitan, a través de rutinas y prácticas estandarizadas, la búsqueda, el acceso, la presentación, jerarquización y valoración de las actividades de la sociedad. Entendemos entonces “que la noticia no es solo el resultado de un mecanismo de selección,

⁷⁶ De acuerdo al sitio www.similarweb.com

sino también la construcción organizacional del producto de una multiplicidad de factores que intervienen en el proceso de negociación” (Arrueta, 2010: 42).

Para Gaye Tuchman (1978) la noticia es una ventana al mundo, en la cual los ciudadanos aprenden sobre ellos y sobre otras realidades. En este sentido, “la noticia es un método institucional para hacer que la información esté disponible ante los consumidores” (p.16) y por este motivo los informadores trabajan bajo normas institucionales al interior de una redacción y construyen noticias que guardan relación con otras instituciones de la sociedad. Para Tuchman, estos productos se “arrogan el derecho de interpretar lo que ocurre cada día a los ciudadanos y otros profesionales” (p. 17) y para conquistar este derecho, tanto jefes como reporteros, alcanzan acuerdos respecto a cómo organizar las prácticas a los fines de garantizar la producción en serie de hechos publicables.

En esta investigación nos interesa recuperar la características particulares que asumen estas prácticas periodísticas en un contexto específico relacionado con ciudades medianas de la Provincia de Buenos Aires (Argentina) que se diferencia

con los modos de producción noticiosa propios de los grandes medios de las ciudades capitales del país, como pueden ser: Capital Federal, Ciudad de Córdoba o Rosario, por citar algunos ejemplos de grandes conglomerados urbanos. Por este motivo, recuperamos la conceptualización que hacen Maria Teresa Bernardi y Bettina Aparicio (2016) de medios hiperlocales, entendiendo que los mismos están “más inclinados a tratar la información de proximidad desde un enfoque generalista” (Salaverria Aliaga et al., 2018: 1050) y que a su vez producen noticias para barrios o distritos. Por otra parte podríamos decir que al periodismo hiperlocal lo caracteriza: la visibilización de historias que no forman parte de la agenda de los grandes medios de comunicación, la centralidad que adquieren los problemas de los vecinos y el rol de los periodistas para dar estatus público e influir en la agenda política, la interacción cercana con la ciudadanía que no solo comparte y comenta las noticias, sino que además co- construye las mismas y el sentido pertenencia y fuerte identidad local que los periodistas tienen en su vínculo con los criterios de noticiabilidad, las fuentes, la construcción de la agenda y

el rol que ejercen en la comunidad a la cual pertenecen.

Por otra parte, el periodismo hiperlocal en la ciudad de Olavarría puede ser considerado "periodismo de periferia" en tanto que opera: "la aceptación de convivir con una tensa dualidad: el saber hacer frente el poder hacer" (Arrueta, 2010: 224). Proponemos entonces, retomar estos conceptos para indagar sobre el proceso productivo en los medios hiperlocales y nativos digitales de la ciudad de Olavarría, con el objetivo de presentar un aporte a su caracterización.

Principales resultados

En los resultados presentamos los significados que los periodistas les atribuyen a sus propias prácticas respecto a: las condiciones en las que ejercen su profesión; el interés por conocer las preferencias de la audiencia; los modos de construcción de la agenda; el tratamiento de las fuentes de información y la organización del trabajo en rutinas.

Precariedad laboral, polivalencia y condicionantes de la actividad

Una preocupación concreta tiene que ver con la remuneración por las tareas realizadas: "Hoy el salario de un periodista está por debajo de la línea de la pobreza y en todos los medios hay problemas con el pago de salarios y con las paritarias" (Periodista 5, comunicación personal, 2019). Además, la informalidad del sector, que se sostiene en gran parte con formatos de becas, pasantías, periodistas monotributistas o directamente la búsqueda de publicidad como remuneración. Los periodistas que participaron del panel, que tienen empleo registrado, señalaron con preocupación que "muchas veces los recursos son propios" (Periodista 4, comunicación personal, 2019), en referencia a que ponen a disposición elementos indispensables para el trabajo: "Muchas veces los recursos son propios, estar con un teléfono, estar con una cámara, estar con el auto particular" (Periodista 4, comunicación personal, 2019). Por otra parte, quienes se encuentran en relación de dependencia, manifiestan que trabajan más de las horas estipuladas por el convenio colectivo y además deben estar a disposición cuando los hechos ocurren y necesitan cobertura: "los mensajes se reciben a toda hora y eso

te marca el desarrollo de la jornada” (Periodista 4, comunicación personal, 2019). En cuanto a la polivalencia, y tal como señalaban tempranamente Rost y Liuzzi (2012), existe respecto a las tareas en la redacción, las temáticas que se abordan y los medios en los cuales es necesario trabajar para garantizar la supervivencia. Respecto a la primera, relacionada con la multiplicidad de tareas que deben realizar los periodistas, señalan: “Hoy tenemos que grabar, des grabar, sacar fotos, filmar, editar, hacer un montón de cosas (...) Nosotros escribimos 25 notas y cubrimos 10 o 12 eventos por día” (Periodista 5, comunicación personal, 2019). Finalmente, en cuanto a los temas o secciones en las que deben trabajar y los medios para los cuales deben desempeñarse, todos dejan en claro que “hay que estar preparados” para hacer notas sobre cualquier tema y salir en radio, gráfica, televisión o web cuando se los requiera.

Por otra parte, nos parece importante destacar cuales, a criterio de los periodistas, son los mayores condicionantes de su actividad, en este sentido señalan: “La pauta condiciona, toda la pauta condiciona. No las estatales o las

públicas. Hay varias formas de condicionar” (Periodista 5, comunicación personal, 2019) y también las críticas que reciben por su labor, una cuestión que sensibiliza a los periodistas y los preocupa, en este sentido sostienen: “Cuando hay que criticar, o cuestionar, se lo critica o cuestiona al periodista, al tipo que labura en estas condiciones en las que ya hemos hablado todos y se deja de lado al tipo que da la orden que es el dueño de los medios” (Periodista 5, comunicación personal, 2019). Respecto a los propietarios de las empresas informativas, hay consenso en señalar que no es gente formada en el periodismo, y eso dificulta el diálogo respecto a la calidad del periodismo que se pretende.

Intereses de la audiencia y la importancia de la credibilidad

Otra cuestión que aparece con cierta recurrencia es la preocupación por interpretar los intereses de la audiencia, tanto con herramientas web o evaluando los mensajes y el *feedback* que reciben en sus medios. Sostienen: “Miramos mucho el consumo de los lectores, el impacto inmediato de la noticia. Podemos ver que le interesa a la gente, temas que por ahí para

nosotros no son interesantes, hacemos un poco más hincapié en eso” (Periodista 5, comunicación personal, 2019). Es interesante porque hay un proceso de reflexión y una hipótesis permanente sobre lo que la audiencia pretende de su tarea. Es una actividad la cual muchos plantean que no solían tener en cuenta en un principio, pero que es algo que los dueños de los medios tienen en cuenta y que resulta favorecedor a la hora de pensar qué tipo de contenido consumen las audiencias. Plantean: “Trato de prestar atención, contestar mensajes, ponerme a hablar con la gente. Eso resultó favorecedor para los números de la sección” (Periodista 6, comunicación personal, 2020). Aunque también plantean que, con la experiencia devenida de la misma práctica, han aprendido a no obsesionarse ni alterar todos sus productos periodísticos basándose en este feedback con las audiencias. Argumentan: “El teléfono es una locura, todo el día. Con la pandemia la gente le cambió la rutina horaria y por ahí no temen en mandarte un mensaje a la 1 y media o 2 de la mañana cuando vos quieres tratar de pegar un ojo” (Periodista 4, comunicación personal, 2020).

El avance y evolución constante de las formas de consumo es un factor influyente para tener en cuenta en la práctica periodística. Por esa razón, hay medios que no logran adaptarse a esa vorágine y terminan cayendo en el olvido de las audiencias. Plantean: “Si vos no tenes la cabeza abierta para ver las reacciones y los consumos de la gente, te come el tiempo. El tiempo no son diez años, es uno” (Periodista 4, comunicación personal, 2020).

Otro punto importante es la credibilidad. El lazo con la persona que consume los contenidos periodísticos es sumamente importante para lograr conseguir audiencias fieles o sostenidas en el tiempo. De igual manera, como planteamos en el punto anterior, los periodistas argumentan que tener este factor demasiado en cuenta termina siendo contraproducente: “Si a la gente no le llega lo que yo quiero poner, ya es otra cosa. Yo lo intento y me voy a dormir tranquila de que lo estoy tratando de hacer; siempre desde el lugar que me toca” (Periodista 6, comunicación personal, 2020).

Las llamadas *fake news* también juegan un papel fundamental a la hora de poner en juego la credibilidad periodística, y es algo

con lo que los profesionales tienen que lidiar diariamente: “El chisme que después se hace noticia siempre primero sale por las redes. Tienes que averiguar absolutamente todo. En redes sociales dicen que pasa esto, entonces indagamos cuál es la realidad, cuál es el trasfondo, que es lo que se puede contar y que es lo que no” (Periodista 6, comunicación personal, 2020).

Relación (problemática) con las fuentes

En las diferentes exposiciones se evidenció la idea de que el uso de las fuentes de información, de manera correcta, garantiza una mejor calidad periodística. Al mismo tiempo, la relación con esas fuentes, en una ciudad intermedia, no deja de ser problemática en relación al cuidado que hay que tener al momento de valerse de las mismas por los intereses que se ponen en juego. En principio los periodistas coinciden con que las fuentes son lo más importante para poder dar una información veraz, y en este sentido se percibe la responsabilidad en el chequeo de las fuentes, la consulta a las diferentes partes involucradas en un hecho y en la necesidad de esperar para dar una información hasta garantizar cierta

“rigurosidad” periodística. Esto implica comprender que las fuentes tienen intereses y están dispuestas a utilizar a los periodistas para realizar operaciones mediáticas.

Sobre este aspecto los periodistas reconocen a nivel local un escenario de permanente tensión que además en el último tiempo se ha exacerbado: “Están las presiones de siempre de los actores públicos de la vida cotidiana. De los ejecutivos, los legislativos, el poder judicial, la policía, pero además se suma que el ejecutivo está muy sensible, la oposición está igual”. (Periodista 4, comunicación personal, 2020). En este sentido los trabajadores de prensa reconocen que desde los espacios les ofrecen permanentemente contenidos para publicar: “Hay muchos operadores mediáticos de los espacios políticos y se ve una doble moral que hay por parte de la dirigencia política sobre situaciones irrelevantes”. (Periodista 4, comunicación personal, 2020)

En este sentido un aspecto relevante que menciona una de las periodistas entrevistadas es la necesidad de formación política para poder trabajar con mayor seguridad y menos condicionantes:

Esos hechos particulares que cuando yo estudié periodismo deportivo no lo vi y nadie te explica, porque no te preparan para eso. Me refiero a quienes son los personajes importantes, las autoridades políticas del partido, la provincia o nación. No le daba mucha bolilla cuando empecé porque creía que no me correspondía, ahora sí. Poder generar un vínculo con ellos es muy importante y me lo enseñaron mis compañeros. De eso no tenía nada de idea y fui aprendiendo en el apuro de resolver en una redacción, donde tiene que salir todo ya. (Periodista 6, comunicación personal, 2020)

Por otra parte, hay una preocupación por "cuidar" a las fuentes dado que proveen información que de otra manera no conseguirían: "el código y la confianza con la fuente es fundamental, respetar el dato y cuidar a las personas" (Periodista 4, comunicación personal, 2019), dado que esos vínculos proveen información valiosa para los periodistas y deben ser sostenidos: "el único capital con el que me fui de un medio a otro es la personas que tengo anotada en el teléfono, las cuales cuando llega una información las puedo llamar" (Periodista 5, comunicación personal, 2019).

Por último sobre este apartado consideramos interesante mencionar como aspecto creciente la utilización cotidiana de fuentes institucionales que envían contenidos ya procesados a las redacciones y cómo los mismos se adoptan como parte de una práctica que resuelve la necesidad de publicación de contenidos. A la pregunta ¿Cómo haces para publicar 12 notas por día? Una de las entrevistadas responde:

No sé si hay estrategia, me salen. Hasta trato de ponerme en el detalle de que no me salgan 3 notas iguales o repitiendo palabras. Trabajo para que me queden la misma cantidad para toda la semana, todos los días era la misma cantidad. Esta bien que muchas vienen con la base ya armada y solo hay que darle el formato para que quede, entonces es bastante fácil." (Periodista 6, comunicación personal, 2020)

La construcción de la agenda

En relación a la construcción de la agenda, los periodistas reconocen las similitudes entre los diferentes medios: "estamos girando en torno a los mismos ejes temáticos, a las mismas situaciones, algunos las encaran con mayor

profundidad y otros no, pero eso va en relación al interés que tenga el medio" (Periodista 5, comunicación personal, 2019). Al mismo tiempo reconocen que cuando se logra romper con la agenda compartida y un medio accede a un nuevo acontecimiento, el trabajo adquiere otra dimensión: "Hay datos que son buenos o las más importancia cuando ves que en el momento del hecho estás solo" (Periodista 4, comunicación personal, 2020). En este sentido se reconoce una búsqueda por la distinción con el resto.

A la pregunta ¿Quién define la agenda? Rápidamente se identifica una respuesta de carácter individual que responde a la desjerarquización de las redacciones, donde no hay director o editor y es el periodista quien define qué y cómo cubrir los acontecimientos.

Lo cierto es que esa soledad, es vista en ciertos aspectos como mayor libertad de organización pero en otros también como mayor responsabilidad en la tarea: "Ahora que no tenemos director (y cuando yo entré tampoco), siempre decidí yo sola qué hacer" (Periodista 6, comunicación personal, 2020).

La organización del trabajo en rutinas

Finalmente nos interesa agrupar aquí expresiones en relación a la organización de la actividad periodística en las redacciones y las reflexiones de los periodistas acerca de cómo las rutinas de trabajo influyen en las producciones noticiosas que realizan. En este sentido acuerdan que tener rutinas claras de trabajo, entendidas como una organización rigurosa del tiempo, los espacios y las actividades a realizar es valioso porque deben cubrir una gran demanda de información en poco tiempo.

Esta valorización de la rutina implica cometer menos errores y quedar menos expuestos ante la audiencia. Para ello los periodistas resaltan la importancia de trabajar en equipo en las redacciones, sobre todo para sortear los diferentes imprevistos que dificultan la tarea y son frecuentes, destacan: "no tenes dos días iguales, no sabes que va a pasar mañana. A nosotros, que trabajamos con la actualidad, la instantaneidad, nos llega un mensaje "hay un accidente" y ya salimos" (Periodista 4, comunicación personal, 2019).

Estas rutinas, características de cada redacción, son algo que destacan que se aprende en el trajín diario de su labor. "Fui

aprendiendo en el apuro de resolver en una redacción, donde tiene que salir todo ya. Todos los eventos los cubro con el fotógrafo; es demandante y son muchas horas semanales" (Periodista 6, comunicación personal, 2020). De esto deviene la necesidad de seleccionar cuáles son los temas que ameritan más esfuerzo y dedicación que otros: " Por la impronta personal que tiene este laburo para mí, no puedo parar. Lo que sí, por ahí tomo algunas cuestiones mucho más relajadas" (Periodista 5, comunicación personal, 2020). A la hora de analizar estas prioridades, las charlas y discusiones dentro de la redacción son fundamentales para lograr un trabajo más dinámico.

Dentro de estas redacciones, también, se van moldeando las características de profesionales con mayor experiencia y mirada crítica: "Con la cabeza de pelota como salí de la facultad no veía todos los vínculos, y con mis compañeros en la diaria me di cuenta que se puede trabajar de forma" (Periodista 6, comunicación personal, 2020). El trabajo en equipo lo destacan como fundamental para su constante formación y fortalecimiento. Entender el ritmo de cada integrante del grupo y estar dispuestos a dar y recibir

correcciones. En este sentido comentan: "Te puedes confundir en un título, en una cosa o una cosa. Entonces, estar atentos a esos detalles nos fortalece como grupo" (Periodista 6, comunicación personal, 2020).

Por último, el trabajo sin limitaciones horarias es una característica mencionada por varios entrevistados. Destacan: "Laburo a destajo de lunes a lunes y en cualquier horario. Si hay que levantarse a la madrugada me levanto" (Periodista 4, comunicación personal, 2020). En este sentido, también los contactos de los medios son consultados diariamente por sus lectores, y en cualquier horario.

Conclusiones

En el contexto de precarización del trabajo periodístico tanto en el mercado informal como formal, con conflictos salariales en pie, los periodistas de Olavarría deben, para conservar sus trabajos, asumir la polivalencia respecto a las tareas y responsabilidades en la redacción, las temáticas que abordan (lo que impide que se especialicen en una sección) y las empresas y medios periodísticos para las cuales trabajan, por

ejemplo en radio y televisión, o gráfica y web, no solo de un medio de comunicación sino en dos o incluso tres para garantizar su sustento económico (Rost y Liuzzi, 2012). A su vez, las condiciones de trabajo se ven afectadas por las presiones que reciben de anunciantes, sectores políticos y los propios dueños de los medios, quedando los periodistas en un lugar de exposición y de posible crítica a su desempeño, tanto por parte de jefes, anunciantes o la propia audiencia (también sectores académicos e intelectuales).

Pese a este escenario, los periodistas insisten en lograr rigurosidad y calidad informativa, con un buen manejo de las fuentes y evitando operaciones que impacten en su credibilidad para con la comunidad, que los identifica y los podría dejar de consumir. También está clara la preocupación por profundizar los temas de la agenda, que según los periodistas no es responsabilidad suya, pero que les da la posibilidad de “decir, sin decir” o “educar” a la audiencia, es decir que sus posicionamientos políticos e ideológicos prevalezcan por encima de otros intereses. Para ello, y de manera unívoca, insisten con que una estricta organización de las rutinas productivas, el trabajo en equipo y la

predisposición para saber hacer todo, les permitiría abordar con mayor profundidad los hechos noticiosos. Aunque mayormente deben lidiar con: los imprevistos, la urgencia de los hechos que surgen y necesitan ser cubiertos, las bajas de integrantes de los equipos por enfermedades o licencias, la dificultad de concertar notas con las fuentes, y sus propios errores (por ejemplo olvidarse las baterías de un micrófono).

Para próximas instancias de investigación proponemos nuevas técnicas que nos permitan profundizar los hallazgos alcanzados: observación en redacciones de medios y análisis de contenido publicado. Finalmente, nuevas preguntas surgen luego del trabajo realizado: ¿Cuál es el vínculo entre el uso de diferentes tecnologías de la información y la comunicación en las prácticas periodísticas, las rutinas productivas y las condiciones de trabajo? ¿De qué manera se vinculan los intereses de los dueños de los medios, de los periodistas y los de la audiencia? ¿Cómo podemos pensar las prácticas periodísticas entre condiciones reales y escenarios ideales del ejercicio de la profesión? ¿Cómo se puede pensar el

vínculo entre rutinas productivas, noticias publicadas y calidad de la información?

Referencias

Arrueta, C. (2010). ¿Qué realidad construyen los diarios?: una mirada desde el periodismo en contextos de periferia. La Crujía.

Bernardi, M.T y Aparicio, B. (2016). Rutinas periodísticas en situaciones de emergencia. En Rost, A., Bernardi, M. T., y Bergero, F. (2016). Periodismo transmedia, la narración distribuida de la noticia. Río Negro, Argentina: Publifadecs.

Fernández, L. C., y García, P. S. (2018). El perfil y formación del ciberperiodista en redacciones nativas digitales. *Hipertext. net*, (16), 2.

Martínez Rangel, R., Garmendia, R., y Soto, E. (2012). El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. Política y cultura.

Martini, S. (2000). Periodismo, noticia y noticiabilidad (Vol. 4). Editorial Norma.

Reguillo, R. (1998). De la pasión metodológica o de la (paradójica) posibilidad de la investigación. Tras las

vetas de la investigación cualitativa. Perspectivas y acercamientos desde las prácticas, 17-34.

Reguillo, R. (2000). Pensar los jóvenes. Un debate necesario. Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto, 19-47.

Rost, A., y Bergero, F. (2012). Periodismo en contextos de convergencia. Río Negro, Argentina: Publifadecs.

Rost, A., Bernardi, M. T., y Bergero, F. (2016). Periodismo transmedia, la narración distribuida de la noticia. Río Negro, Argentina: Publifadecs.

Salaverría Aliaga, R., Martínez-Costa Pérez, MP., Breiner, J. (2018): "Mapa de los cibermedios de España en 2018: análisis cuantitativo". *Revista Latina de Comunicación Social*, 73, pp. 1034 a 1053. <http://www.revistalatinacs.org/073paper/1295/54es.html> DOI: 10.4185/RLCS-2018-1295

Serra, J.J. (1996). Telediarios: una experiencia práctica. Madrid, Instituto Oficial de Radiotelevisión Española. RTVE

Tuchman, G. (1978). Making news: A study in the construction of reality.



La recolección de noticias en Bolivia: cambios, continuidades y tensiones ante el uso de plataformas digitales

Recolha de notícias na Bolívia: mudanças, continuidades e tensões em face do uso de plataformas digitais

News gathering in Bolivia: changes, continuities and tensions in the face of the use of digital platforms

Victor Oliver Quintanilla-Sanguenza⁷⁷

Resumen: Entender cómo los periodistas recolectan noticias es importante porque ese proceso determina en parte qué imagen de la sociedad es presentada y da cuenta de las formas en las que los periodistas conocen. En ese plano, las tecnologías pueden contribuir o no a la generación de conocimiento de manera proactiva y crítica, basado en evidencia sólida. Este artículo analiza las continuidades, cambios y tensiones de los métodos rutinarios de recopilación de noticias en Bolivia en un contexto de uso de plataformas digitales. Bajo un enfoque metodológico cualitativo, la investigación recurrió a entrevistas semiestructuradas y observación participante de interacciones digitales. Los hallazgos apuntan a la continuidad de prácticas colaborativas de recolección de noticias y al surgimiento de nuevas rutinas de ese

⁷⁷ Victor Oliver Quintanilla-Sanguenza. Estudiante de Doctorado, Departamento de Comunicación, Universidad Iberoamericana, México. Maestro en Comunicación, vico_qs@hotmail.com.

tipo en torno al uso de WhatsApp como plataforma dominante. Y al problematizar la funcionalidad de la aplicación de mensajería, dimos también con la precarización de la vida laboral y personal de los periodistas, así como con tensiones entre las prácticas colaborativas y el mantenimiento de información exclusiva o primicial, asociada con el desempeño profesional.

Palabras Clave: Recolección de noticias, plataformas digitales, Bolivia.

Abstract: Understanding how journalists collect news is important because that process accounts for the ways in which journalists know. This article analyzes the continuities, changes, and tensions of routine news gathering methods in Bolivia in the face of the use of digital platforms.

Key words: News gathering, digital platforms, Bolivia.

Introducción y enfoque de la investigación

Para producir noticias de manera frecuente y factible, los medios establecen canales regulares de recolección de información que implican interacciones con sus entornos socioculturales (Tiffen et al., 2013). Por tanto, señalan esos autores, el contenido noticioso debe entenderse no solo en función del tipo de información que es de interés periodístico, sino también en el contexto de qué información está disponible para los medios y cómo. Este

artículo se enfoca precisamente en la obtención de información para la construcción de una noticia, que no es un acto único, sino “un proceso relativamente estructurado que se extiende durante varios minutos, a menudo horas y (menos frecuentemente) días” (Reich, 2006: 498, traducción propia). Además, al tener en cuenta el entorno en el que las noticias operan es posible verlas como producto de los hechos y de las palabras de otros (Tiffen et al., 2013). Por ello Sigal (1986) considera que son las fuentes quienes hacen las noticias. Cada fuente representa

una "transferencia" de información (Sigal, 1973, p. 125) y un pequeño compromiso iniciado por una de las dos partes (Manning, 2001). Entender cómo los periodistas recolectan noticias y qué tipo de fuentes utilizan es importante porque ese proceso determina qué información es publicada y sobre todo qué imagen de la sociedad es presentada (Soloski, 1989).

De otro lado, en un escenario de innovación tecnológica como el actual, es de especial interés estudiar cómo el uso de nuevas herramientas tecnológicas puede moldear y reconfigurar la recolección de noticias, considerada "el primer eslabón de la cadena de noticias y el núcleo de la actividad periodística" (Reich, 2013, p. 417). De acuerdo con Reich, en esta etapa "las tecnologías pueden establecer la diversidad de noticias, eventos, agentes humanos y pruebas que los reporteros pueden o no pueden detectar, a los que pueden acceder y de los que pueden informar en un tiempo determinado, así como las normas periodísticas y epistémicas de su trabajo" (2013, p. 417). En la recolección de noticias influyen principios periodísticos como la precisión, la equidad, el equilibrio y la objetividad (Schudson, 2003). Y con normas

epistémicas nos referimos a que la naturaleza del conocimiento obtenido por los periodistas puede ser configurada por la forma en la cual lo adquieren, siendo entonces los dispositivos usados en ese proceso "tecnologías epistemológicas" que pueden dar cuenta de aspectos clave de la práctica periodística (Reich, 2008, p. 625). Entre ellos, el autor menciona el alcance del desempeño periodístico en el tiempo y en el espacio, la tendencia a confiar en experiencias de primera mano o en la mediación de experiencias de otras personas, el uso de tecnologías que permiten interrogar a las fuentes o aceptar sus versiones tal como son presentadas y el uso proactivo de tecnologías o para la recepción pasiva de contenidos propuestos por las fuentes.

De ahí que el propósito central de este artículo sea examinar las continuidades, cambios y tensiones de los métodos rutinarios de recopilación de noticias en torno al uso de plataformas digitales — particularmente plataformas digitales sociales, entre ellas aplicaciones de mensajería móvil, redes sociales y correo electrónico— en el periodismo. Dado que las prácticas periodísticas están lejos de ser uniformes de un país a otro y ante la

postura académica que pide una mirada cercana a entornos mediáticos y políticos variables para encontrar sus complejidades y contradicciones (Tiffen et al., 2013), el presente trabajo aterriza en un contexto específico, el del periodismo en Bolivia.

La profesionalización como perspectiva teórica

El estudio del periodismo como una profesión es uno de los enfoques de investigación que más prevalece en el tiempo (Zelizer, 2004). Y uno de los argumentos principales de la literatura ha sido que el proceso de recolección de noticias es configurado por la ideología profesional, entendida como un conjunto de valores universales que guían la práctica periodística y que son compartidos ampliamente por los periodistas como una forma de validar su trabajo (Deuze, 2005). Así ha sido a pesar de que no existe un consenso sobre la condición profesional del periodismo porque en la práctica éste parece no haber encajado en las definiciones sociológicas del profesionalismo (Singer, 2003). Pero sea el periodismo una verdadera profesión o no, el discurso del periodismo profesional tiene

un rol clave en legitimar la ocupación periodística (Meyers y Davidson, 2016). Y “aunque puede haber cierta antipatía entre los periodistas hacia la noción del periodismo como profesión, la mayoría de ellos probablemente se considerarían profesionales, o al menos aspirarían a un cierto nivel de profesionalismo (Örnebring, 2013, p. 37). Además, la profesionalización aún es deseable para alejar a la producción de noticias de intereses políticos y económicos; el periodismo necesita de control jurisdiccional porque, pese las ambigüedades entre el deber ser y el ser, un profesionalismo débil no es necesariamente mejor (Waisbord 2013). De otro lado, con el desarrollo de nuevas tecnologías digitales surgen dudas sobre las implicaciones potenciales o reales de dicha innovación en la condición profesional del periodismo o en sus aspiraciones de conseguirla (Singer, 2003).

A fin de aterrizar la perspectiva del periodismo profesional al análisis de nuestro objeto de estudio, y dada la complejidad de ese enfoque teórico, es necesario complementar el enfoque teórico con conceptos relevantes y útiles para examinar, en términos de la profesionalización, la recolección de

noticias en Bolivia ante el uso de plataformas digitales. Uno de esos conceptos o categorías de análisis, son las rutinas de producción de noticias, asociadas con la ideología profesional del periodismo. Desde la sociología del trabajo, Tuchman fue la primera en hablar de las rutinas en el ámbito del periodismo, afirmando que un elemento clave de la creación noticiosa es la dependencia de procedimientos rutinarios para “procesar la información llamada noticia, un producto agotable hecho cada día” (1972, p. 662). Las rutinas de producción de noticias fueron definidas luego como las prácticas rutinarias, reiteradas y llenas de patrones que los periodistas usan para realizar su trabajo (Shoemaker y Reese, 1996; citados en Becker y Vlad, 2009). De acuerdo con esos autores, son creadas como respuesta a los recursos limitados de las organizaciones noticiosa y a la gran cantidad de información que puede convertirse en noticia. En ese sentido, las rutinas son determinadas por los plazos, el espacio, las normas y la tecnología. Su objetivo es “entregar al consumidor, dentro de las limitaciones de tiempo y espacio, el producto más aceptable de la manera más eficiente” (Shoemaker y Reese, 1996, pp.

108-109; citados en Becker y Vlad, 2009). Atendiendo a la sociología de la producción de noticias, las rutinas del trabajo periodístico —establecidas en la estructura organizacional, económica y política de los medios— han sido analizadas como uno de los factores que, junto con los de tipo individual, condicionan la producción de contenido informativo (Frankenberg y Lozano, 2010).

A decir de Becker y Vlad (2009), los primeros estudios sobre rutinas no vieron que ese factor variaba de un medio a otro, entre los diferentes trabajadores de los medios o en el tiempo. Consideraban a las rutinas como características que definían el trabajo periodístico. Sin embargo, cuando tecnologías como internet han alterado la forma en la que las noticias se producen y distribuyen, esos autores apuntan a la necesidad de investigar la variabilidad en las rutinas para comprender sus orígenes y consecuencias: “[...] el investigador necesita encontrar situaciones en las que las rutinas no se siguen o de alguna otra manera se modifican para comprender las consecuencias [...]” (Becker y Vlad, 2009, p. 63). Para estos autores, más que las rutinas, la necesidad de idear historias es una de las características definitorias de

las organizaciones noticiosas. En ese marco, piensan que la perspectiva organizacional aún tiene mérito porque la estructura de los medios y sus rutinas resultan de la necesidad de ideas y, al mismo tiempo, dan forma al producto noticioso final. Investigación preliminar, mencionan, ha mostrado que la agenda noticiosa de los sitios web basados en los usuarios es muy diferente a la de medios tradicionales. “[...] Es probable que las rutinas para generar esas ideas también sean diferentes, ya que tendrán poco o ningún vínculo con la práctica actual del periodismo” (Becker y Vlad, 2009, p. 70).

En términos de profesionalización, la rutinización ha sido considerada en general como contraria a la ética profesional del modelo normativo, específicamente al rol de los periodistas como árbitros de la verdad, pero como inevitable en organizaciones periodísticas grandes y complejas (Blankenship, 2015). Y desde la sociología de las profesiones, el argumento ha sido que a medida que el conocimiento de una profesión se vuelve más racional, preciso y específico, el desempeño profesional tiende a la estandarización y a la rutinización (Toren, 1975). Según la autora, los avances científicos y

tecnológicos, y los consiguientes procesos de estandarización, especialización y rutinización, tienen un potencial efecto “desprofesionalizante”, especialmente en aquellas profesiones cuya base cognitiva es principalmente científica o técnica. En un sentido relacionado, la estandarización en organizaciones periodísticas ha sido vista también como la causa de una descualificación que reduce a los periodistas a recolectores de declaraciones de funcionario públicos (Reyna, 2019). El autor plantea que ello responde al diseño del trabajo y a la lógica del modelo de producción de noticias. Para Reyna, la estandarización está estrechamente relacionada con la rutinización, siendo la primera el establecimiento de patrones y la segunda, la recreación recurrente de ellos.

Metodología: Investigar a partir de los periodistas

Nuestro intento por arrojar luz sobre la recolección de noticias y las implicaciones del uso de plataformas digitales consiste en analizar el fenómeno a partir de los periodistas, de sus experiencias y percepciones. Ese énfasis responde a lo teorizado desde la sociología del trabajo.

En ese campo, Hodson (1995) postula que para explicar e interpretar los cambios en el lugar de trabajo, entre ellos los relacionados con avances tecnológicos, es necesario incorporar una visión de los trabajadores como agentes activos en la organización y determinación de la naturaleza del trabajo. En ese sentido, los periodistas bolivianos son vistos como actores sociales que toman decisiones proactivas sobre cómo interactuar con el uso de plataformas digitales en el trabajo, particularmente a la hora de recopilar noticias. Son concebidos además como agentes activos de un proceso de adaptación profesional en un contexto de innovación tecnológica.

De otro lado, consideramos, con base en sus características, que la investigación cualitativa es útil para analizar la profesionalización periodística —un proceso complejo— a partir de los reporteros. Según Soler (2011), los trabajos cualitativos tienen como objeto de estudio a la sociedad diversa, compleja y en constante evolución (con sus creencias, valores, ideas, etc.); tratan de comprender a las personas a partir de cómo ellas conciben su entorno y a ellas mismas; permiten al investigador situarse próximo

al mundo empírico, asegurando un ajuste entre los datos y lo que la gente realmente dice y hace. Ese tipo de investigación, señala el autor, permite obtener información que una vez analizada lleva a la comprensión de un hecho de un modo inductivo. En el ámbito que nos ocupa, los métodos cualitativos proporcionan información valiosa cuando los investigadores examinan de forma exhaustiva los factores que influyen en los periodistas y en su trabajo (Parmelee, 2013). Asimismo, un enfoque cualitativo condice con el propósito inductivo del presente estudio: partir de las percepciones y experiencias cotidianas de trabajo de los periodistas en Bolivia para analizar las implicaciones en la profesionalización periodística de la incorporación de plataformas digitales en los procesos de recolección de noticias.

Uno de los métodos más populares en el diseño de la investigación cualitativa es la entrevista, que proporciona al investigador información exhaustiva sobre las experiencias de los participantes y sus puntos de vista respecto de un tema en particular (Turner, 2010). Este método resultó útil para explorar en esta investigación el campo profesional del periodismo en Bolivia con base en las

historias personales de los periodistas. Y de entre la variedad de formas que este método adquiere, se escogió la entrevista semiestructurada, cuya fortaleza consiste en la capacidad del investigador de “asegurar que se recopilen las mismas áreas generales de información de cada entrevistado”, teniendo un mayor enfoque que en el abordaje conversacional y, al mismo tiempo, cierta libertad y adaptabilidad para obtener información del entrevistado (McNamara, 2009, p. 755; citado en Turner, 2010). Empleando la técnica de muestreo no probabilístico en cadena o bola de nieve, así como el muestreo intencional, construimos una muestra total de 20 periodistas para las entrevistas, las cuales fueron realizadas en dos etapas: cinco entre diciembre de 2018 y enero de 2019, durante la fase piloto, y 15 en junio de 2019, en el trabajo de campo. La muestra incluyó a periodistas de las tres ciudades que conforman el llamado eje central de Bolivia: La Paz, Cochabamba y Santa Cruz.

Así como la entrevista, la observación participante también ha sido empleada en estudios contemporáneos para examinar las implicaciones del uso de nuevas tecnologías, en particular aplicaciones de

mensajería móvil como WhatsApp, en las prácticas de producción de noticias (Dodds, 2019). No obstante, el desarrollo de las tecnologías digitales plantea nuevas direcciones para el método etnográfico, cuyo campo de investigación no puede continuar delimitado por las tradicionales configuraciones físicas cuando, para gran parte del mundo, “la vida diaria cada vez está más mediada tecnológicamente” (Murthy, 2008, p. 849). Los investigadores necesitan “entender mejor cómo se comunican e interactúan las personas en los entornos digitales”, lo que “plantea nuevas exigencias a los métodos de investigación con respecto a los textos y entornos digitales en los que los conceptos y herramientas analíticas convencionales pueden necesitar un replanteamiento” (Jewitt, 2013, p. 259). Atendiendo a esta necesidad, incluimos la observación participante como método para recabar datos sobre las interacciones que los periodistas bolivianos tienen en plataformas digitales, entre sí y con sus fuentes u otros actores, como parte de sus procesos de recolección de noticias. Decidimos enfocarnos en las interacciones que ocurren en la aplicación de chat WhatsApp debido a que esa plataforma es

la más usada para la recopilación de información noticiosa entre periodistas bolivianos, aspecto que será detallado más adelante al presentar y discutir los hallazgos de investigación. Nos enfocarnos en grupos de periodistas en WhatsApp, analizando tres grupos de periodistas, uno por cada ciudad del eje central del país, así como a un grupo creado por una fuente informativa, la Asamblea Legislativa (con sede en La Paz). Se compilaron las interacciones digitales realizadas en los cuatro grupos en la semana del 9 al 15 de marzo de 2020. Del corpus total de 1.700 intervenciones —las unidades que son más fáciles de segmentar en las conversaciones desarrolladas en WhatsApp (Alcántara, 2014) —, se incluyó dos días por semana, aquellos con el mayor número de intervenciones, representando la mayor participación en la plataforma (Kligler-Vilenchik y Tenenboim, 2019). La muestra resultante para la observación participante fue de ocho días (dos por grupo) y de 820 intervenciones.

Hallazgos

Lo encontrado en la investigación aporta insumos importantes sobre el rol del factor

organizacional en la recolección de noticias y, al mismo tiempo, acerca de las implicaciones particulares de la incorporación del uso de plataformas digitales en los procedimientos rutinarios de obtención de información noticiosa.

Tecnología y obtención de información

Nuestros hallazgos coinciden con aquellos que señalan que el uso de aplicaciones de mensajería instantánea entre periodistas ha superado a las redes sociales, siendo WhatsApp la herramienta más significativa (Kumar y Haneef, 2016; Negreira-Rey et al., 2017; Angeluci et al., 2017; Azeema y Nazuk, 2018; y Dodds, 2019). En la recolección de noticias, el rol que periodistas bolivianos asignan a WhatsApp es predominante frente al otorgado a las otras plataformas, aunque cada una sirve a necesidades concretas. De otro lado y en un primer nivel de análisis, es posible señalar que, en un entorno de innovación tecnológica, el factor organizacional aún es relevante en cómo las noticias son recolectadas. En nuestro objeto de estudio, los periodistas obtienen información noticiosa llevando a cabo prácticas rutinarias que les permiten cubrir las exigencias organizacionales de sus

medios, entre ellas la obtención de ideas o alertas de información que puede convertirse en noticia. Al estar incorporado en esos patrones, el uso de plataformas digitales también es rutinario y puedo incluso marcar el inicio de la jornada de trabajo.

Otro de los hallazgos es aquel que problematiza la funcionalidad de las plataformas digitales, particularmente la aplicación de mensajería móvil, a partir de la precarización de la vida laboral y personal de los periodistas. Las dinámicas detrás de los dispositivos móviles y de las plataformas disponibles en ellos han sido asociadas con una dependencia. Al facilitar el acceso en tiempo real a información sobre actividades, hechos y conversaciones, el uso de plataformas sociales como WhatsApp ha sido asociado al estudio de un fenómeno denominado *Fear of Missing Out* (Miedo a Ausentarse), “definido como la aprensión generalizada de que otros puedan estar teniendo experiencias gratificantes de las que uno está ausente” y caracterizado “por el deseo de estar continuamente conectado con lo que otros están haciendo” (Przybylski et al., 2013, p. 1841). Al estar siempre disponibles, los periodistas desarrollan una

relación de dependencia con la tecnología y los límites entre su vida personal y laboral se desvanecen. El uso de WhatsApp puede no ser una elección, sino más bien a la estructura actual de la recopilación de información noticiosa. Aún en este panorama, la agencia de los periodistas les permite desarrollar mecanismos de adaptación para lidiar con la dinámica de sobrecarga de información.

Prácticas colaborativas de recolección

A decir de Agur (2019), la conectividad y el aislamiento como características estructurales de las plataformas digitales sociales son la razón para que periodistas las usen para interactuar con sus colegas y con sus fuentes, libres de vigilancia, y para crear grupos de colaboración. Lo que encontramos en el periodismo boliviano es que el uso de grupos de WhatsApp facilita la continuidad de prácticas colaborativas de recolección de noticias y contribuye al surgimiento de nuevas rutinas de ese tipo o interorganizacionales (Carlson, 2009). En Bolivia, los grupos de periodistas y los creados por fuentes en WhatsApp permiten una recolección de noticias colectiva y a distancia. Esto ocurre sin que los periodistas tengan que entrar en contacto

con las fuentes porque la información que estas brindan es compartida en texto, audio y video en los grupos. De este modo, lo encontrado apunta también a la legitimación de prácticas de recopilación de noticias asociadas a lo que Crouse (1972; citado en Carlson, 2009) llama mentalidad de periodismo de manada. Esa dinámica puede resultar de la aglomeración de periodistas en un mismo espacio durante un periodo prolongado de tiempo, lo que además refuerza la dependencia de un solo conjunto de fuentes por su aparición repetida en varios medios (Carlson, 2009).

Otra técnica de reporteo que el uso de WhatsApp está facilitando y contribuyendo a legitimar, aunque con variaciones, es la entrevista de emboscada o de ocasión. En ella, los periodistas acuden en grupo a eventos donde participan figuras públicas o las interceptan en lugares que frecuentan para plantearles preguntas acerca de temas relevantes (Hernández, 2011). La diferencia encontrada en Bolivia es que el asecho no tiene lugar en actos públicos o afuera de una entidad de gobierno, por ejemplo, sino en grupos de WhatsApp creados por fuentes y administrados por sus publlirrelacionistas, quienes agregan a

periodistas según su asignación de cobertura. Reporteros bolivianos recurren a esos chats grupales para forzar el acceso a información, asumiendo un rol tradicionalmente asignado a las fuentes, el de convocar a ruedas de prensa. Si antes hablamos de la vigencia de las rutinas como factor que configura la recopilación de noticias, ahora nos referimos a la variabilidad de las rutinas en el tiempo y de un contexto a otro (Becker y Vlad, 2009).

Privacidad e información exclusiva

Las premisas sobre la naturaleza abierta o cerrada de la comunicación en aplicaciones de mensajería como WhatsApp son poco claras o difieren entre sí debido a que estas plataformas existen en un espacio que no es totalmente privado ni totalmente público y a que las normas periodísticas aplicables a su uso están en desarrollo (Agur, 2019). En este escenario, existen en el periodismo boliviano tensiones entre las prácticas de recolección de noticias facilitadas por WhatsApp y la necesidad de conservar la información exclusiva o primicial, asociada al desempeño y la reputación de los periodistas (Lim, 2013), a su espíritu competitivo (Lewis y Cushion, 2009) y es

considerada un logro profesional (Shaw, 2019).

En los grupos de WhatsApp creados por periodistas de distintos medios existe una tensión entre la cooperación y la competencia, por lo que las intervenciones pueden ser más cautelosas que en los grupos de coordinación interna creados por medios (Agur, 2009). Las entrevistas confirman además la teoría en el sentido de que el valor asignado por periodistas a las primicias está ligado al desempeño periodístico y a la noción de profesionalismo. Pero las normas, prácticas y valores profesionales establecidos entran en conflicto con la lógica mediática de las plataformas de mensajería móvil que, dotadas de un espectro de características más amplio y un mayor sentido de inmediatez. Esa lógica de inmediatez le ha quitado privacidad a la información noticiosa recolectada de manera presencial y en algunos casos exclusiva por periodistas en Bolivia, la cual es fácilmente compartida por colegas y sobre todo por publicirrelacionistas de forma individual o grupal en WhatsApp. En los grupos se comparten audios y videos de conferencias de prensa, actos públicos o declaraciones oficiales que no solo

contienen la información brindada por las fuentes, también la obtenida mediante preguntas que periodistas hacen y que pueden abordar cuestiones diferentes a las que motivaron la convocatoria a medios. Esta tendencia ha puesto en entredicho que las primicias existan por más tiempo en el periodismo boliviano.

Referencias

- Agur, C. (2019). Insularized connectedness: Mobile chat applications and news production. *Media and Communication*, 7(1), 179-188.
- Alcántara Plá, M. (2014). Las unidades discursivas en los mensajes instantáneos de wasap, *Estudios de Lingüística del Español*, 35, 223-242.
- Angeluci, A. C. B., Donato, R. y Scolari, G. (2017). O WhatsApp como actante: o impacto do aplicativo interativo em redações jornalísticas. *Revista Mediação*, 19(24).
- Azeema, N. y Nazuk, A. (2018). WhatsApp and Journalism: News Practices of Pakistani Journalists. *Science, Technology and Development*. 36. 249-258.

Becker, L. B. y Vlad, T. (2009). News Organizations and Routines. En Wahl-Jorgensen, K. y Hanitzsch, T. (Eds.), *The handbook of journalism studies* (59-72). New York: Routledge.

Blankenship, J. C. (2015). LOSING THEIR "MOJO"? Mobile journalism and the deprofessionalization of television news work. *Journalism Practice*, 10(8), 1055-1071.

Carlson, M. (2009). Dueling, dancing, or dominating? Journalists and their sources. *Sociology Compass*, 3(4), 526-542.

Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 442-464.

Dodds, T. (2019). Reporting with WhatsApp: Mobile Chat Applications' Impact on Journalistic Practices. *Digital Journalism*, 7(6), 725-745.

Frankenberg, L. y Lozano, J. C. (2010). Rutinas, valores y condicionantes en la producción de la noticia: el testimonio de cuatro directores de medios informativos en Monterrey, México. *Comunicación y sociedad*, 23(1), 175-204.

Hernández, L. (2011). Entrevista de emboscada como sustitución de la

investigación periodística: reporteros analizan la práctica del chacaleo en México. *Revista Iberoamericana de Comunicación*, 21, 101-126.

Hodson, R. (1995). The worker as active subject: Enlivening the "new sociology of work". En Bills, D. B. (Ed.), *The new modern times: Factors reshaping the world of work* (253-280). Albany, NY: State University of New York Press.

Jewitt, C. (2013). Multimodal methods for researching digital technologies. En Price, S., Jewitt, C. y Brown, B. (Eds.), *The Sage handbook of digital technology research* (250-265). London: Sage.

Kligler-Vilenchik, N. y Tenenboim, O. (2019). Sustained journalist-audience reciprocity in a meso news-space: The case of a journalistic WhatsApp group. *New Media & Society*, 22(2), 264-282.

Kumar, A. y Haneef, M. S. (2016). Convergence of technologies and journalists: Translation of journalistic practices through ANT perspective. *Estudos Em Comunicação*, (22), 105-122.

Lewis, J. y Cushion, S. (2009). The thirst to be first: An analysis of breaking news stories and their impact on the quality of 24-hour news coverage in the UK. *Journalism Practice*, 3(3), 304-318.

Lim, J. (2013). Redefinition of online scoops: Online journalists' personal and institutional responses to online scoops. *First Monday*, 19(1).

Manning, P. (2001). News and news sources: A critical introduction. London: Sage.

Meyers, O. y Davidson, R. (2016). Conceptualizing journalistic careers: Between interpretive community and tribes of professionalism. *Sociology Compass*, 10(6), 419-431.

Murthy, D. (2008). Digital ethnography: An examination of the use of new technologies for social research. *Sociology*, 42(5), 837-855.

Negreira-Rey, M. C., López-García, X. y Lozano-Aguilar, L. (Abril de 2017). Instant Messaging Networks as a New Channel to Spread the News: Use of WhatsApp and Telegram in the Spanish Online Media of Proximity. En *World Conference on Information Systems and Technologies* (64-72). Springer: Cham.

Örnebring, H. (2013). Anything you can do, I can do better? Professional journalists on citizen journalism in six European countries. *International Communication Gazette*, 75(1), 35-53.

Parmelee, J. H. (2013). Political journalists and Twitter: Influences on norms and practices. *Journal of Media Practice*, 14(4), 291-305.

Przybylski, A. K., Murayama, K., DeHaan, C. R. y Gladwell, V. (2013). Motivational, emotional, and behavioral correlates of fear of missing out. *Computers in Human Behavior*, 29(4), 1841-1848.

Reich, Z. (2006). The process model of news initiative: Sources lead first, reporters thereafter. *Journalism Studies*, 7(4), 497-514.

Reich, Z. (2008). The roles of communication technology in obtaining news: Staying close to distant sources. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 85(3), 625-646.

Reich, Z. (2013). The impact of technology on news reporting: A longitudinal perspective. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 90(3), 417-434.

Reyna García, V. H. (2019). De la estandarización a la descualificación: las consecuencias indeseadas de la modernización del periodismo mexicano. *Comunicación y Sociedad*, 7072, 1-20.

Schudson, M. (2003). *The Sociology of News*. Nueva York: Norton & Company, Inc.

Shaw, D. (2019). Scoops. The International Encyclopedia of Journalism Studies, 1-4.

Sigal, L. V. (1973). Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking. Lexington, MA: D.C. Heath.

Sigal, L. V. (1986). Sources make the News. En Manoff, R. y Schudson, M. (Ed.), *Reading the News* (9-37). New York: Pantheon.

Singer, J. B. (2003). Who are these guys? The online challenge to the notion of journalistic professionalism. *Journalism*, 4(2), 139-163.

Soler, P. (2011). La investigación cualitativa. Un enfoque integrador. En Vilches, L. (Coord.), *La investigación en comunicación. Métodos y técnicas en la era digital* (189-233). Barcelona: Gedisa.

Soloski, J. (1989). Sources and channels of local news. *Journalism Quarterly*, 66(4), 864-870.

Tiffen, R., Jones, P. K., Rowe, D., Aalberg, T., Coen, S., Curran, J., ... y Rojas,

H. (2013). Sources in the news: A comparative study. *Journalism studies*, 15(4), 374-391.

Toren, N. (1975). Deprofessionalization and its sources: a preliminary analysis. *Sociology of work and occupations*, 2(4), 323-337.

Tuchman, G. (1972). Objectivity as strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of sociology*, 77(4), 660-679.

Turner, D. W. (2010). Qualitative Interview Design: A Practical Guide for Novice Investigators. *The Qualitative Report*, 15(3), 754-760.

Waisbord, S. (2013). Reinventing professionalism: Journalism and news in global perspective, Cambridge: Polity Press.

Zelizer, B. (2004). Taking Journalism Seriously: News and the Academy. London: Sage.

La entre-vista-encuentro como método del reportaje⁷⁸

A entre-vista encontro como método da reportagem

The inter-view-encounter as a reporting method

Raúl Hernando Osorio Vargas⁷⁹

Resumen: Aquí son descritos y analizados los métodos del reportaje, especialmente los procesos del periodista como mediador-narrador. La entre-vista-encuentro implica un método que va al descubrimiento de las vivencias para comprenderlas.

Palabras Clave: Reportaje, Metodología, Entrevista.

Resumo: Aqui são descritos e analisados os métodos da reportagem, especialmente os processos do jornalista como mediador-narrador. A entre-vista-encontro implica um método que vai ao descobrimento das vivências para compreendê-las.

Palavras-Chave: Reportagem, Metodologia, Entrevista.

Abstract: Here the methods of reporting are described and analyzed, especially the journalist's processes as mediator-narrator. The inter-view-encounter implies a method that goes to the discovery of the experiences to understand them.

⁷⁸ Esta ponencia es resultado del proyecto "Fundamentos teóricos y epistemológicos de la comprensión como método". Acta 2018-23528. CODI-778, realizado con el respaldo del Centro de Investigaciones de la Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antioquia y el Grupo de Estudios Literarios-GEL.

⁷⁹ Profesor Titular de la Universidad de Antioquia. Doctor en Ciencias de la Comunicación, área de Concentración Epistemología del Periodismo. Colombia. raul.osoriov@udea.edu.co

Key words: Reportage, Methodology, Interview.

... cuanto más he escrito menos he logrado distinguir los géneros del periodismo. [...] es imposible no reconocer que la entrevista —no como género sino como método— es el hada madrina de la cual se nutren todos [...]. Nunca se aprenderá a distinguir a primera vista entre reportaje, crónica, cuento y novela. Pregúntesele a los diccionarios y se dará cuenta de que son los que menos lo saben. Es un problema de métodos: todos los géneros mencionados tienen sus puertos de abastecimiento en investigaciones y testimonios, en libros y documentos, en interrogatorios y encuestas, y en la creatividad torrencial de la vida cotidiana
Gabriel García Márquez (2001)

En un abordaje dialógico, la narrativa de la entrevista teje las consideraciones y las informaciones que universalizan la situación del cotidiano. En ese camino (método) se establecen las relaciones entre la conversación, la observación y la experiencia-vivencia. Se hace una reflexión sobre la entre-vista-encuentro como método transversal del periodismo, de las

investigaciones, de los testimonios, de las historias de vida y de las narrativas humanas.

Como es de conocimiento general, la metodología es la ciencia de los métodos, además del conjunto de aquellos utilizados en una investigación, y está compuesta por dos grandes partes: la cuantitativa y la cualitativa, que a su vez comportan conjuntos de métodos. En la tradición, desde la perspectiva temporal, hay tres grandes grupos: el histórico, el descriptivo e interpretativo, y el experimental. Por otra parte, están los grupos de metodologías: en ciencias humanas y sociales, y en las artes.

La metodología del periodismo (el reportaje) ha contribuido históricamente, a través de la "reportería",⁸⁰ al desarrollo de la investigación, con semejanzas y diferencias, apropiaciones y contribuciones a las demás formas de investigar de las ciencias sociales y humanas, en un proceso

⁸⁰ Neologismo tradicionalmente aceptado para el trabajo de campo de los periodistas. Por los principios de "reportería" del periodismo sabemos que la búsqueda de la información comienza con la asignación periodística, que es el primer paso en la elaboración de un artículo noticioso, que se debe considerar simultáneamente como un proyecto de investigación y un problema que es necesario resolver.

de diálogo, interdisciplinariedad y transdisciplinariedad. Pero, para llegar a ese punto, debemos recordar su origen y actividad central en el hacer del periodista.

El verbo latino *reportare* significa transmitir, descubrir, anunciar, traer nuevas. *Re* se antepone a los verbos y designa movimiento para atrás, ahí está el pasado. *Portar* es cargar consigo. Aquí tenemos el presente caminando hacia el futuro. *Repor* es recolocar, reconstituir. Así, reportar es (re)volver sobre sí. El periodista *porte la parole* (toma la palabra) para llevarnos de vuelta.

À portée de la voix (al alcance de la voz); una palabra antigua, *reportare*, se torna una expresión nueva, *news report* en inglés, *reportage* en italiano y francés, reportaje en español, *reportagem* en portugués. Porta letras, portavoz, o aun porta vida, el neologismo implica una hermenéutica, porque es un arte de la interpretación y la comprensión; ya no de los textos sagrados sino de la vida misma. Para interpretar primero tenemos que comprender, y para eso necesitamos sumergirnos en el "humano ser". El reportar encierra en sí una pasión: el desafío de conocer, descubrir y relatar, no solo con el cerebro, sino también con el corazón, con todos los sentidos, y en

los múltiples tiempos y espacios. Aquí está otra metodología de revivir lo acontecido.

El relato (narración y descripción) nació con el ser humano... sagas, leyendas, tradiciones, historias, cuentos, son la quintaesencia de los pueblos y componen la historia del mundo y los saberes variados. Las palabras están con nosotros desde siempre: como gemido, grito, sonoridad y voz. Ellas, primero orales y después escritas, cuentan la saga del viaje, quedan y construyen la memoria de mujeres y hombres que no se conforman con perder la vida intentando convertir lo temporal en eterno.

Sin embargo, los términos periodísticos modernos de "reportero" y "gacetillero" tienen sus orígenes en los *rapportisti* y los *gazttani* de Venecia. Gazzeta era una pequeña moneda veneciana con la que se pagaba la hoja suelta de noticias manuscritas que se vendía en establecimientos de la república mercantil. Los *menanti*, también conocidos como *novellanti*, *rapportisti* o *gazzetanti*, eran profesionales de la Italia del Renacimiento temprano, que ofrecían servicios de correspondencia de noticias para nobles y comerciantes. En Francia, los que hacían

esas hojas, eran llamados *nouvellistes* o *gazettiers* (Balle, 1991, p. 74).

El año 1440 marca el inicio de lo que Marshall McLuhan llama la "Galaxia gutenberiana". Gracias a este invento, las hojas manuscritas por los *rapportisti* ampliaron su esfera de circulación y de influencia. Las primeras hojas impresas tuvieron funciones diversas; algunas se limitaron a proporcionar noticias para enriquecer a sus impresores, mientras que otras buscaron difundir las nuevas ideas y proponer al público temas de reflexión sobre la realidad sociopolítica (Gutiérrez, 2014).

Así, debemos profundizar en las raíces del reportaje para demostrar de qué está compuesta esa "metodología del periodismo", y la primera aproximación tiene que ver con su etimología:

Re-: del latín *re-* prefijo que significa reconstruir, "detrás de" o "hacia atrás", refluir y denota "intensificación". Recargar.

Portar: del latín *portāre*. Tener algo consigo o sobre sí. Llevar, conducir algo de una parte a otra. Verbo pronominal. Actuar o proceder de una manera determinada.

Reportar: del latín *reportāre*. Verbo transitivo: alcanzar, conseguir, lograr, obtener, traer o llevar. Proporcionar, transmitir, comunicar, dar noticia.

-aje: del francés *-age* y del occitano y catalán *-atge*, y estos del latín *-aticus*. Sufijo que forma sustantivos que expresan acción.

Es decir, el reportaje es la acción o sucesión de acontecimientos y hechos que constituyen su argumento, su argumentación. Del sufijo anticuado *-adgo*, y del sufijo latino *-aticus* que quiere decir condición o estado. *Reportaticus* o *reportadgo*, en fin, reportaje... no solo un género periodístico, sino la "metodología del periodismo". El trabajo periodístico es un actuar y un proceder. Es el hacer del reportero para desarrollar el proceso de ejercicio de un reporte (noticia, informe, narrativa); es decir, reportear: la periodista que entrevista⁸¹ a alguien, el periodista que busca noticias y las difunde a través de diversos medios de comunicación. El "reportaje es una metodología" compuesta por diversos métodos y técnicas, las más utilizadas son: la observación, la observación participante y la entrevista en

⁸¹ En el presente texto profundizo sobre la entrevista como método.

el proceso de la experiencia-vivencia. La reportería tiene como eje fundamental la primera, pues es el medio por excelencia para aprehender lo social que se manifiesta en la experiencia y señala los procedimientos para recoger los registros y situaciones que se viven en los contextos estudiados. A través de su experiencia-vivencia el reportero observa para participar y participa para observar.

El paradigma racionalista relegó la observación al nivel de lo precientífico; grosero error, porque este es un proceso de diversas modalidades, actitudes y grados de profundidad en el conocimiento humano. Las observaciones nos permiten a los periodistas estudiar las comunidades desde adentro, y este primer contacto proporciona una primera aproximación a la realidad, al tratar de llegar a una comprensión de lo que sucede y procurar conocer el punto de vista de la propia gente; es decir, conocer la lectura que estas personas hacen de la realidad. Por supuesto, hay muchas maneras de observar, pero la que históricamente ha usado el periodismo tiene que ver con la mirada flexible y abierta. La mirada del llamado mirón o *flaneur*, como lo llamaron los franceses.

Objetivo

El periodismo muestra e ilumina caminos (métodos) a través del reportaje, que en todo el mundo ha sido muy estudiado como género periodístico, pero no bajo la dimensión de la metodología del periodismo, que ha estado oculta a las miradas de estudiosos, teóricos y académicos. En este sentido, esta propuesta constituye un giro epistemológico, es novedosa y pionera al contribuir con otra visión, que estudia, analiza y propone la entrevista como método del periodismo, al mostrar algunos hallazgos y al abrir nuevas perspectivas sobre las teorías del periodismo.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

La espiral de visiones, que nos da el viaje por las ciudades, es fundamental para conocer el pasado e ingresar en la comprensión profunda, con imágenes más complejas de las urbes —escenas para zambullirse en las condiciones humanas y del paisaje—; escuela de periodistas que buscan los rastros de lo antiguo y los caminos del presente, métodos que fluyen bajo el ritual de la expectativa del tiempo

que vendrá generando la memoria rescatada, escenas que vienen de la calle, de los sentidos⁸² agudos del “humano ser”. De la turbulenta realidad que se vuelve otra, así los reporteros construyen su expresividad, sus complejas manifestaciones asumen la heterogeneidad sin renunciar a lo universal, que siempre ha estado presente en su forma de ser, marcando su cultura en incontables variaciones para volverse un vehículo privilegiado de comunicación y expresión de sentimientos.

Los cronistas-reporteros de ciudad construyeron su metodología en la caminata. Una acertada definición de método es camino, “caminante no hay camino, se hace camino al andar”, eso han hecho los periodistas con su inventiva. Es ir al encuentro de las travesías de los latinoamericanos; de campesinos que se mudaron para las ciudades.

En mi libro se encuentra una lectura que no es completa ni exhaustiva de los reportajes ciudadanos. Allí se buscó una filosofía del periodismo y una teoría del

reportaje como metodología. En las metáforas, en los rasgos de estas narrativas, encontramos los modos de mirar el mundo del “Humano Ser”. Ahí está la cosmovisión, el panorama variado de la multiplicidad de expresiones, las diversas hablas de profundas raíces populares. Medio de expresión del sentir urbano que no esquivo la realidad social, cultural y política. Aquí las voces son el producto y la expresión de la ciudad, cuyos temas y motivos van desde el amor hasta las situaciones de injusticia social. El bagaje cultural adquirido en las esquinas de las calles nos muestra a los sobrevivientes rurales en el espacio de la urbe, donde comienza la gestión de la polifonía de las voces que, aunque distintas y diversas, suenan juntas para hacer de las observaciones, de las apreciaciones, importantes detalles que se agregan a los grandes temas determinantes de las luces y de las sombras de nuestra cosmovisión en este siglo XXI. La cultura estimula nuevos estudios, nuevas lecturas, nuevas propuestas.

⁸² “El mundo es un manjar sabroso para los sentidos. [...] No hay modo de comprender el mundo sin detectarlo antes con el radar de los sentidos. [...] Nuestros sentidos definen las fronteras de la conciencia y, como somos exploradores e investigadores innatos de lo desconocido, pasamos una gran parte de nuestra vida recorriendo ese parámetro turbulento” (Ackerman, 1993, p. 13).

Los valores transmitidos por el reportaje de ciudad son la reivindicación de la cultura generada por los habitantes en su amalgama múltiple. Las palabras nos señalan el horizonte: pobres, de escasos recursos, indios, urbanos, sencillos; horizonte pleno de lógica metafórica, imagen, amor, sentimiento comunitario, diálogo posible y expresivo.

El reportaje esconde siempre algo de desconocido en espera de descubrimiento, en la búsqueda milenaria colecciona los tiempos humanos que continúan vivos en nuestras memorias, como culturas en diálogo, hostigadas por la necesidad de contar la trayectoria para saber (saborear) las leyes silenciosas que nos mueven y sentir los hilos de las épocas. Ahí encontramos la lucha por la vida, la lucha de los ciudadanos olvidados buscando su sentido universal en la aldea. El pasado está en todo. Raíces consagradas en lo cotidiano, en la búsqueda de modos, estilos en los secretos de la luz de la memoria. Poética y precisión al construir espacios, y detalles que iluminan los lugares, con la intención de comprender el espacio donde se vive. El ser humano dentro de su geografía, como la definió Milton Santos, la

geografía es la historia del espacio y la historia la geografía del tiempo.

Al explorar lo que la persona sabe, ya que todo el mundo tiene un cofre, a pesar de que existan diversos y complejos tipos de memoria, se obtiene la diversidad de las voces y ese tono de algo sagrado. Así, ese signo heterogéneo es invertido, revertido, para alcanzar nuestra antropofagia; es eternamente reportaje. El mito del eterno retorno, la narrativa que siempre retorna para surcar por los caminos de la convivencia entre nosotros y el mundo, acompañando las diferentes etapas de la evolución humana, para que un nuevo grupo de narradores surja con toda la fuerza, reinterpretando y comprendiendo, cada uno a su manera, el viaje de la esperanza del "Humano Ser".

El reportaje es un ser en comunicación. La conversación se llama reportaje de las palabras, de los gestos, de las imágenes y de los diversos modos de comunicarse. Cada uno con su forma, a su modo, nutre nuestros diálogos humanos. Y a través de la narrativa encontramos la imagen de aquellos que son necesitados, en una ciudad afligida por el desempleo y la violencia, pero también en una ciudad con sus espacios de riqueza, desarrollo y

bienestar. Y allí está el periodista para ponerse a dialogar con la ciudad como un todo humano, con sus diversos prismas, con sus múltiples hablas.

Al describir lugares y escenas en el tiempo, el reportaje-metodología se caracteriza como una especie de realismo mágico. La realidad es mágica por sí sola. No hay novedad en decir eso, pues los novelistas latinoamericanos han demostrado ese prisma de vida humana con una amplia marca de verdad y reconstitución histórica y, al mismo tiempo, han partido de una fina mirada lúcida para documentar y contextualizar la obra del mediador. Los héroes son verdaderos personajes de carne y hueso, seres de vida profunda con una cosmovisión del mundo. Son páginas abiertas a la voz de las personas que no tuvieron voz, los protagonistas de hechos sociales. El tema de los reportajes ciudadanos tiene libertad para la angulación, la entrevista, la captación. El habla es la sintonía para que el periodista recree desde su punto de vista y es su sensibilidad la que da el ritmo y el tono. Es como una danza en la era del tiempo.

Los reportajes ciudadanos son un espacio abierto a cada persona que contiene un

universo lleno de sensibilidad, en el cual se establece un diálogo real para que no nos perdamos en la selva de la información globalizada, donde el "Humano Ser" termina siendo un número, un tornillo, una tuerca (aunque la gran ciudad sea el lugar y el momento en los que los sujetos se confrontan con el mundo contemporáneo, donde la vida material, del intelecto y del espíritu presentan una diversidad de formas de mudanza y de resistencia). Ciudad, modos de vida de la cultura urbana, tiempo febril de multitud, soledad y crisis. Ciudad, lugar privilegiado para la observación participante, que es un método de conocimiento de un mundo diferente nacido con la sociología en los últimos años del siglo XIX y primeros del siglo XX, y que navega con empatía y asombro por el modo de vida urbano y los enredos de la sociedad actual, en la que el perfil psicológico de los sujetos sugiere el tema del día, lugar de encuentro de las memorias diversas y oralidades de la metrópoli. El reportaje llega a otra sensibilidad, porque la ciudad es la gente... (Osorio, 2017, p. 94-97).

...en una metodología para no solo reflexionar sobre cómo se hace el acto de reportar, sino también para entrar en la práctica del hacer. Ya que la "vida es la

historia de un inconsciente que se realizó. Todo lo que en él reposa aspira a volverse acontecimiento" (Jung, 1986, p. 13).

El viaje del héroe... en nuestro caso, de los antihéroes de ciudad, y en el cual también están presentes el diálogo escritura-oralidad. Porque como dice Cremilda Medina (1995, p.8), "más que el talento de algunos, poder narrar es una necesidad vital". Aunque en el principio fue el silencio. Luego vino la familia compuesta por millares de seres humanos. Ciertos grupos de familias formaron una asociación, que la lengua griega llamó una *fratría*⁸³ y la lengua latina una *curia*.⁸⁴ Era una pequeña sociedad modelada exactamente sobre la familia. La asociación siguió aumentando y varias curias o fratrías se agruparon y formaron las tribus. Y corrieron los tiempos hasta que las tribus vieron la necesidad de asociarse. El día en que se celebró esa alianza nació la ciudad antigua, que era una confederación. Urbe y ciudad no eran la misma cosa. La ciudad era la asociación de las familias y de las tribus. La urbe era el

lugar de reunión, el domicilio, y, sobre todo, el santuario de esta asociación. Hoy son sinónimos con un nuevo orden humano. El reportero camina para conocer la construcción de ese tejido polifónico, desplazándose y mezclándose en las esferas ciudadanas. "Vivir es crear esferas" nos ha dicho Sloterdijk.⁸⁵ Ciudades fronterizas, gigantescas cajas de resonancias situadas en el límite de lo colonial, lo moderno y lo posmoderno, y escenarios de hibridaciones en donde dejamos de ser habitantes para ser pasajeros de sus zonas de separación.

"La ciudad contemporánea y su infinidad de posibilidades, más allá de las calles, es un organismo vivo tejido de experiencias-vivencias compartidas. La ciudad es un vivificar las aventuras humanas, porque son las gentes quienes la viven y gracias a las seducciones de la conversación, de la entre-vista encuentro, del entre-ver más allá de los tiempos, se pueden conocer y narrar. Es decir, es posible conocer la ciudad en sus realidades complejas, contradictorias, intermedias y de tránsitos... ríos humanos, muchedumbres, laboratorios y

⁸³ Entre los antiguos griegos, subdivisión de una tribu que tenía sacrificios y ritos propios.

⁸⁴ Una de las divisiones del antiguo pueblo romano. La constituía la corte, la familia y la comitiva del rey.

⁸⁵ Peter Sloterdijk es un filósofo y catedrático alemán de la Escuela de Arte y Diseño de Karlsruhe, Alemania. Su trilogía *Esferas* reflexiona sobre la comprensión de lo cercano, los sentidos y las sensaciones.

espacios privilegiados de “comprensión humana”, donde el reportero, mirador nómada, vive y construye el conocimiento del periodismo transeúnte, habitante formador de libertad y de opinión; en otras palabras, formador de ciudadanos, ya que las dinámicas urbanas prefiguran la asunción de otras formas de ser y de estar en el mundo” (Osorio, 2017, p. 98-99).

Enfoque: La entre-vista- encuentro

La conversación o entre-vista encuentro es un método fundamental de la “metodología del reportaje” ya que nos permite entre-ver más allá de las superficies y comprender en profundidad para narrar. ¿Entrevistar para qué? Entrevista, mirada, escuchada y sentida como diálogo, encuentro, conversación profunda de comunión, método del reportaje que produce conocimiento. Diálogo polifónico que transforma una entrevista de campo en un experimento en igualdad.

Aquí está la entrevista: el camino del encuentro con el otro. En el trabajo del reportero la entrevista es la vía para procurar las expresiones humanas que permanecen en el umbral de la parte más íntima de la cultura. Sabemos que tanto el

reportaje escrito como el transmedia se encuentran precedidos por el habla, y el arte de narrar es parte de la vida misma, integrada a las manifestaciones sociales. La entrevista que sale de lo cotidiano, del “humano ser”, teje las historias que son parte del acontecimiento en la comunidad. Para revivir el pasado y fijar el presente tenemos que ir a través de nuestra oralidad, y debemos reinstaurar la vieja práctica del diálogo entre los humanos, donde las diversas partes salen enriquecidas.

La metodología del reportaje depende de entrevistas con personas, sujetos de investigación o narradores, que son nuestros colaboradores y compañeros en el proyecto. Pero lo que emerge de esos testimonios es la versión de los hechos, por eso las entrevistas siempre estuvieron en el orden del día, en la forma o manera de captación de las experiencias de vida. El escuchar con oídos refinados es el camino de mayor reflexión y tiempo, un dominio del arte de escuchar al otro y vivir en sintonía con él. Las conversaciones de los reporteros con sus entrevistados muestran los caminos de comunicación, es decir comunión. Por esos caminos el reportero desarrolla la entrevista más allá de la

técnica, en sus virtudes dialógicas. La investigadora brasileña, Cremilda Medina (1995) propone:

En el cotidiano del hombre contemporáneo hay espacio para el diálogo posible. Ahí están experiencias o excepciones de la regla que promueven el grado de concretización de la entrevista en la comunicación colectiva. Su mayor o menor *comunicación* está directamente relacionada con la humanización del contacto interactivo: cuando, en uno de esos momentos raros, ambos —entrevistado y entrevistador— salen “alterados” del encuentro, la técnica fue ultrapasada por la “intimidad” entre el YO y el TÚ (p. 7).

En esta visión, la entrevista es la esencia del periodismo de calidad y el método del reportaje. Así mismo, en las ciencias humanas la entrevista evoca, y aún evocará un gigantesco trabajo crítico y metodológico. La entrevista, evidentemente, se funde en la más dudosa y rica de las fuentes, la palabra. Ella corre el riesgo permanente de la disimulación o de la fabulación. La pregunta abierta y la respuesta espontánea permiten (y, sobre todo, para el análisis profundo) a la vez la fabulación, la sensibilidad verídica y una

riqueza de significados: pero, esta vez, el riesgo máximo de error se sitúa del lado del entrevistador, de su capacidad para descifrar el mensaje del entrevistado. El entrevistador debe poseer un grado raro de dotes de objetivación y de participación subjetiva. Lo que significa que el reportero deberá estar a la altura de un papel de confesor laico de la vida moderna.

Aquí está el porqué de la entrevista que proviene de la palabra francesa *entrevoir*, que significa “verse recíprocamente”, o mejor mezclarse, como ha sucedido durante siglos en Nuestra América Mestiza. Proceso de transculturación. Esta noción de entrevista como método, camino al encuentro, va de la mano de la experiencia-acción; pero acción más allá de las presencias físicas, abarcando la acción-sobre-la-experiencia propia o de los otros. Experiencia como conocimiento en movimiento, vivencia con participación del sujeto, es decir, la experiencia de lo vivido, métodos del reportaje y campo de las ciencias humanas: antropología, filosofía, historia, psicología, semiótica, sociología, todas preocupadas en desvendar la comunicación con el otro, o sea, la comunión en proceso. Por tanto, la comunicación se convierte solo en un

“espacio”, una encrucijada donde las diversas áreas de las ciencias sociales y humanas se encuentran y se funden. Ahí encontramos la emergencia del sujeto humano en la experiencia-acción hablada, un fenómeno muy poderoso en América Latina, donde las mayorías viven en la cultura oral: expresión de su visión de mundo, del sentir, del pensar, del amar.

La entrevista no es solo un instrumento o una herramienta y sí un método, dentro de un proceso que aborda la esencia de nuestra experiencia subjetiva, para llegar a las versiones de la vida y no a una verdad de los hechos del mundo. Entrevista, efervescencia sagrada de comunión. Pero ¿qué es la entrevista vista desde adentro? Un ritual complejo no solo en el exterior, sino también en el interior del encuentro sujeto-sujeto, en la confesión de seres humanos que viven tiempos extraordinarios de turbulencias y de urgencias afectivas, buscando su camino entre lo sagrado y lo profano, donde el modo complejo de caminar-pensar:

...se impone de entrada como imposibilidad de simplificar; ella surge allí donde la unidad compleja produce sus emergencias, allí donde se pierden las distinciones y claridades en las

identidades y causalidades, allí donde los desórdenes y las incertidumbres perturban los fenómenos, allí donde el sujeto-observador sorprende su propio rostro en el objeto de su observación (Morin, 1977, p. 377-378).

Entrevista, inteligencia en acción que transforma el subsuelo de los seres vividos, llenos de experiencia, que abren sus corazones y cuentan sus complejidades, porque la historia está dentro de nosotros, esa cosa natural que la gente lleva consigo, en el yo principio de la unidad, el yo incluido en el otro yo. Encuentro como método de conocimiento y red de conexiones entre las personas, los hechos y el mundo. La experiencia vivida guía la entrevista en el diálogo, en la conversación, en el encuentro rumbo a la alteridad, esa comunión de intimidad en la conciencia de cada uno. La vivencia como experiencia de vida es el momento en que se puede producir la revelación del otro en profundidad. En el método de la entrevista, el observador participante entra en la realidad de su sujeto de investigación a través de la empatía. Ya que podemos tener la libertad de ver al otro como se vive el arte:

Una novela, un poema, un cuadro, una pieza musical son individuos, eso es, seres en los que puede distinguirse la expresión de lo expresado, cuyo sentido solo es accesible por un contacto directo y que irradian su significación sin abandonar su lugar temporal y espacial. Es en este sentido que nuestro cuerpo es comparable a la obra de arte (Merleau-Ponty, 1971, p. 162).

Pero nuestra existencia debe ser contextualizada. Contextos que son encuentro de temporalidades concretas y que se constituyen en redes de diálogos. Es que somos sujetos que vivimos en diferentes comunidades con especialidades y temporalidades propias y porosas, que componen la dimensión del pluralismo humano. En estas redes de transculturación⁸⁶ vivimos la experiencia de observadores; pero más allá del observador participante proponemos el observador de la experiencia transcultural, a partir de dentro de sí y del otro. En otras palabras, un sabor-saber del acto de la

entrevista en el reportaje como metodología del periodismo. Entrevista, espacio sagrado en un momento ritual, donde los sujetos participantes se relacionan (entre sí) dentro del territorio de la comunión. Aquí no hay espectadores, solo actores participantes que por medio de su diálogo convierten su encuentro cada vez más intenso y envolvente, procurando una fusión en las relaciones que sucesivamente cada uno vive, para experimentar el clima "encontrado" en las mutaciones de la historia oral de vida, donde se produce un grado "escrito" de lo hablado y un "hablado" de lo escrito: vía metafórica de la entonación afectiva compleja.

Reflexiones y conclusiones: Reportar lo entre-visto

En esta propuesta del reportaje como metodología del periodismo la entre-vista-encuentro, el intercambio humano, el diálogo posible, es un movimiento y un acto

⁸⁶ "Todo cambio de cultura, o como diremos desde ahora, toda *transculturación*, es un proceso en el cual siempre se da algo a cambio de lo que se recibe; es un 'toma y daca', como dicen los castellanos. Es un proceso en el cual ambas partes de la ecuación resultan modificadas. Un proceso en el cual emerge una nueva realidad, compuesta y compleja; una realidad que no es una aglomeración mecánica de caracteres, ni siquiera un mosaico, sino un fenómeno nuevo, original e independiente. Para describir tal proceso el vocablo de latinas raíces *transculturación* proporciona un término que no contiene la implicación de una cierta cultura hacia la cual tiene que tender la otra, sino una transición entre dos culturas, ambas activas, ambas contribuyentes con sendos aportes, y ambas cooperantes al advenimiento de una nueva realidad de civilización" (Malinowski, 1978, pp. 4-5).

que puede tornarse un "sacramento"; es decir, una comunión con el otro. Es la historia de los seres humanos que viven en la oralidad y expresan para el otro las necesidades propias de las experiencias vividas. Es el taller metodológico de la narrativa contemporánea, caminos de los sabios anónimos, experimentadores de la ensayística comunicativa llamada periodismo.

Los participantes de esta comunión afectiva, conscientes de los deberes que asumen, rompen el tecnicismo para generar una narrativa del sujeto presente en el mundo, integrado a su vivencia-acción, formada en la intimidad de la conciencia, de cada uno de los asociados al encuentro, donde las existencias son como las páginas en el libro del tiempo. Mediaciones que viven en los individuos y en las relaciones sociales y culturales, donde nace y crece el reportaje experiencial como modulación de las oralidades participativas y laboratorio de la identidad cultural de la vida cotidiana. El reportero de las realidades, como ser integrante de la sociedad, se funde con su sujeto-objeto de estudio. Rumbo que nos adentra por los "laberintos" de las transculturaciones, donde la intuición es

otro de los métodos del conocimiento en la metodología del reportaje. Así, los reporteros vamos aglutinando métodos, caminos, para viajar en el proceso del conocimiento de vida de los otros. Transmétodos para llegar a nuestro destino, donde cada acto social tiene un sentido especial que solo cobra significado en los valores compartidos por los individuos de la sociedad. En esos múltiples caminos, el reportero investigador va a captar los hechos que le permitan encontrar los motivos subjetivos que impulsan el comportamiento del "humano ser". En la vía de la comprensión, que implica la inmersión en las vivencias íntimas, se reviven, en la mente del reportero, los elementos de las situaciones en contextos. Por esos métodos el reportaje es una metodología social que se apoya en la interiorización cada vez mayor, en la ley escrita en el corazón: sabemos lo que está afuera por lo que está adentro, pero lo que está adentro es, también, la aprehensión de lo que está afuera, dependiendo de los grados y niveles de refinamiento alcanzados.

Para llegar a la esencia de los acontecimientos tenemos que despertar aquellas facultades congénitas que

permiten ver más allá de la apariencia de los fenómenos. En ese proceso profundo, lo que el reportaje expresa y comprende es el cotidiano de la vida. ¿Pero dónde comienza dicho camino? Por el núcleo, el lugar escondido y secreto de la consciencia, ese órgano central, bien visible y relativamente grande del individuo: el corazón. Es él quien reproduce, por un complejo proceso, la memoria. Para los huitotos (Amazonía de Colombia y Perú) corazón, pecho, memoria y pensamiento son la misma cosa. Si Occidente hizo del corazón la sede de los sentimientos todas las civilizaciones tradicionales, por el contrario, localizan en él la inteligencia y la intuición: tal vez el centro de la personalidad se haya dislocado de la intelectualidad hacia la afectividad. Pero ¿Pascal no dijo que los grandes pensamientos vienen del corazón? Se puede agregar que, en las culturas tradicionales, conocimiento tiene sentido muy amplio, que no excluye los valores afectivos. Pascal vio el universo como una esfera infinita, cuyo centro está en toda parte, y el centro de nosotros es el corazón, que junto con los sentidos teje el ritmo de la existencia. Reconocer sus poderes es recrear la realidad, que siempre está presente, es fundar la afectividad que es

muy deseada por la curiosidad de ver, saber, desvendar, aprender, conocer, despertar, descubrir, identificar; pero, especialmente, observar, lo que es contemplación (*theoria*) y participación de todos nuestros sentidos para la comprensión del "humano ser".

Referencias

Ackerman, D. (1993). Una historia natural de los sentidos. Barcelona: Anagrama.

Aguilera, O. (1992). La literatura en el periodismo y otros estudios en torno a la libertad y el mensaje informativo. Madrid: Paraninfo. Balle, F. (1991). Comunicación y Sociedad: Evolución y análisis comparativo de los medios. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

Balle, F. (1991). Comunicación y Sociedad: Evolución y análisis comparativo de los medios. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

Borrat, H. (1989). El periódico, actor político. Barcelona: Gustavo Gili.

Chillón, A. (1999). *Literatura y periodismo. Una tradición de relaciones promiscuas*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.

Chillón, A. (2014). *La palabra facticia. Literatura, periodismo y comunicación*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.

García, G. (2001). *Sofismas de distracción*. Recuperado de <http://www.saladeprensa.org/art201.htm>

Gargurevich, J. (1982). *Géneros periodísticos*. Quito: Ciespal.

Grijelmo, Á. (2001). *El estilo del periodista*. Madrid: Santillana.

Gutiérrez, J. (1984). *Periodismo de opinión*. Madrid: Paraninfo.

Hernando, L. A. (2000). *El discurso periodístico*. Madrid: Verbum.

Jung, C. G. (1986). *O pensamento vivo de Jung*. São Paulo: Martin Claret.

Malinowski, B. (1978). *Introducción*. En F. Ortiz, *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.

Martín, G. (1973). *Géneros periodísticos*. Madrid: Paraninfo.

Martínez, J. L. (1983). *Curso general de redacción periodística*. Barcelona: Mitre.

Martínez, F. (1996). *Herramientas periodísticas*. Salamanca: Librería Cervantes.

Matute, Á. (1996). *Crónica: historia o literatura. Historia mexicana*. México: Colegio de México.

Medina, C. (1995). *Entrevista o diálogo possível*. São Paulo: Ática.

Melo, J. (2006). *Teoria do Jornalismo: Identidades Brasileiras*. São Paulo: Paulos.

Merleau-Ponty, M. (1971). *Fenomenologia da Percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

Mignolo, W. (1982). *Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista*. En *Historia de la literatura*

hispanoamericana. I. Época colonial (págs. 57-102). Madrid: Cátedra.

Monsiváis, C. (2005). De la hora del ángelus a la del zapping. La crónica en América Latina. Letras Libres, pp. 50-58.

Monsiváis, C. (2010). A ustedes les consta. Antología de la crónica en México. México: Ediciones Era.

Morin, E. (1977). La Methode: Tomo 1. Paris: Les éditions du Seuil.

Osorio, R. (2017). El reportaje como metodología del periodismo. Una polifonía de saberes. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia.

Rotker, S. (1992). Fundación de una escritura. Las crónicas de José Martí. La Habana: Casa de las Américas.

Strauss, Anselm; Corbin, Juliet. (2002). Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada (1. edición). Medellín: Editorial Universidad de Antioquia.

Vilamor, J. R. (2000). Redacción periodística para la generación digital. Madrid: Universitas.

Yanes, R. (2006). La crónica, un género del periodismo literario equidistante entre la información y la interpretación. Espéculo. Revista de Estudios Literarios. Recuperado:
<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero32/cronica.html>

Um novo eixo da prática jornalística: o “livro de repórter”

Un nuevo eje de la práctica periodística: el “libro de reportero”

A new axis in journalistic practice: the “book of reporter”

Beatriz Marocco⁸⁷

Resumo: Pretende-se colocar em análise, no GT, a concepção de “livro de repórter”. Trata-se de um dos achados de pesquisa coordenada por mim, durante os últimos dez anos, no nível epistemológico da prática jornalística, que indicou a emergência de um novo modo de objetivação dos acontecimentos da atualidade. Um conjunto de entrevistas publicadas na mídia, somadas às entrevistas de pesquisa (Marocco, 2012), livros escritos por jornalistas, além de conceitos e da minha experiência como jornalista, geraram um lócus privilegiado de crítica das práticas. Neste ambiente, ficou evidenciado que ser jornalista implica um descolamento radical das mídias. Indaga-se nas linhas que seguem: que espaço é este que emerge nas práticas como continente de uma relação de comunicação, que mobiliza a experiência do jornalista, que resgata acontecimentos e indivíduos invisibilizados pela atualidade midiática que nos envolve?

Palavras-chave: “livro de repórter”, acontecimento, prática jornalística, entrevista

Abstract: This text intends to discuss the “book of reporter”. The concept points to a new way of objectification events and was elaborated during the last ten years, at the epistemological level of journalistic practice. A set of interviews (Marocco, 2012), books

⁸⁷ Beatriz Marocco, jornalista, pesquisadora, professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Brasil, doutora em Jornalismo, UAB/UFRGS, pós-doutorado realizado com Roselyne Ringoot, Universidade de Grenoble-Alpes.

written by journalists, in addition to concepts and my experience as a professional journalist, generated a privileged locus to problematize the practice. In this environment, it became evident that being a journalist implies a radical detachment from the media. Then, I ask in followed lines: what is this space that emerges as the continent of a communication relationship that allows the experience of the journalists and rescues events and individuals obliterated in the media mainstream that surrounds us?

Keywords: "book of reporter", event, journalistic practice, interview

Em seu conjunto, as mídias dão consistência a um tipo de autoridade coletiva, compartilhada por uma hierarquia de sujeitos nas funções que desempenham e são próprias do processo de produção jornalística dominante. Tal mecânica tem acionado há séculos a potência do jornalismo como máquina social encarregada de produzir e fazer circular efeitos de verdade gerados por uma matriz discursiva; nos jornais brasileiros, estudamos como se deu a participação da imprensa no projeto de normalização da sociedade no final do século XIX, que fornece elementos para identificação de marcas arcanas da dominação que, regularmente, têm emergido nos discursos contemporâneos (Marocco, 2004, 2018).

Uma ontologia do jornalismo, que se pergunte por este modo particular de ser dos discursos, pode caracterizá-lo como sendo realista, ou até mesmo uma forma de ficção em que se materializa a atualidade do nosso tempo. Isso nos faz acreditar que o jornalista aprofunda uma dobra que se forma naturalmente pela ação da linguagem sobre as coisas que passam, reverberando um duplo, a atualidade do jornalismo, que circula nas mídias jornalísticas. Nesta função social, o jornalista tem se afastado das boas práticas do sujeito, imprimindo ao que faz a característica da profissão e do negócio das mídias, à mercê dos procedimentos de controle discursivo na produção e por relações assimétricas de poder.

Sob outras condições de possibilidade, certos repórteres têm se dedicado a ouvir fontes populares, têm frequentado as ruas, se aproximado dos movimentos sociais, realizando o que parece ser “acontecimentalização”. Em torno do acontecimento singular, no rastro de Foucault, eles constroem uma figura de múltiplas arestas, um “poliedro de inteligibilidade”, que põe em evidência a precariedade da pirâmide invertida como signo da apuração jornalística. Na “reportagem de ideias”, Foucault compõe originalmente este processo, que se diferencia do trabalho dos historiadores de “desacontecimentalização” como princípio de inteligibilidade histórica (Foucault, 2006, p. 339-341). Indaga-se nas linhas que seguem: que espaço é este que emerge nas práticas como continente de uma relação de comunicação verdadeira, de mão dupla, de alteridade radical, que revela a experiência do jornalista e resgata acontecimentos e indivíduos invisibilizados na atualidade midiática que nos envolve? O dispositivo teórico-metodológico acionado é formado por um conjunto de conceitos associados direta ou indireta a Foucault e por procedimentos metodológicos que abarcam uma enquete e entrevistas com

17 repórteres (Marocco, 2012), que foram complementadas com a leitura analítica de livros escritos por jornalistas em geral.

Acontecimento e atualidade

As mídias jornalísticas, invariavelmente, nascem e se desenvolvem no tempo da atualidade, i.e., atualidade é um conceito central para o jornalismo. “Ora, a atualidade é agora o que diz a mídia dominante” (Ramonet, 2001, p. 62). No entendimento de Ramonet, a atualidade seria, portanto, o que a mídia diz e impõe como verdade, ou seja, se os jornais, rádios ou emissoras de televisão afirmam que alguma coisa é verdadeira, mesmo que seja falsa, seu espalhamento acaba criando uma verdade de milhares de pessoas. Neste quadro, o jornalista tem sido governado por fórmulas que prescrevem a objetividade jornalística e o impedem de se colocar como agente de sua própria atualidade. Daí a importância de se investigar as condições de possibilidade históricas em que este sujeito produz saber sobre os acontecimentos que passam e as relações de poder no jornalismo.

A filosofia deu visibilidade à complexidade do acontecimento e ao “não

dito”, que se esquivava de toda pretensão de objetividade, no espaço conceitual da atualidade. Desde Kant, a sua própria atualidade se constitui em objeto de crítica do filósofo. Para Kant, colocar a questão do pertencimento a atualidade é enquadrá-la a um acontecimento do qual se poderia falar em termos de sentido e singularidades em relação a um “nós”, para formular o problema da comunidade da qual fazemos parte. No rastro de Foucault, que se deslocou para o lugar do acontecimento, para se aproximar da verdade sobre o que acontecia no Irã, parece pertinente que, para entrar no mesmo jogo da filosofia, o jornalista não se deixe assujeitar por um modo de produção normatizado e parcial da atualidade. O fazer, desenhado por Foucault no terreno da filosofia, supõe ações de um sujeito com capacidade de recusa e resistência, para não ser governado e, assim, cotejar um saber-poder dominante, a outros jogos de verdade e de poder e a outras formas de subjetivação. Foucault chama tal atitude de crítica, que, ao ser assumida pelo sujeito, se trata de uma atitude crítica. Transposta para o jornalista, a atitude crítica aponta para a composição de uma atualidade mais “verídica” em que se abdica de “trucagens

e blefagens” (Ramonet, 2001, p. 62), que impregnam a ação fundamentada na “objetividade jornalística”, apropriada pela profissão desde o processo de epistemologização do jornalismo, em uma relação de exterioridade com as ciências sociais.

Observa-se no pensamento foucaultiano, uma relação de proximidade entre a filosofia, a crítica e o jornalismo. No âmbito da “reportagem de ideias”, isso se verifica quando Foucault anda na contracorrente dos procedimentos de controle do jornalismo. Tomando para si o desenvolvimento de uma relação de comunicação que possibilita a participação do outro como indivíduo ativo, não somente fonte da informação, ele forja uma prática visceralmente ancorada no poder do sujeito de esquadriñar o acontecimento na interface jornalismo/filosofia. Ao se dizer jornalista, Foucault mostra o caminho por onde queria andar, a contrapelo do que diziam os jornais europeus sobre a Revolução Islâmica, para assistir “ao nascimento das ideias e à explosão de sua força: não nos livros que as enunciam, mas nos acontecimentos em que sua força se manifesta” (Foucault, em Berger e Marocco, 2008, p. 38). Na linha

desenvolvida por Foucault na “reportagem de ideias”, pode-se inferir que uma virada jornalística neste sentido afetaria tanto os sujeitos da produção, como o processo de construção do acontecimento e sua apresentação sob a forma de acontecimento jornalístico. O jornalista não abdica da experiência, resiste ao código, que regula maneiras de fazer (como selecionar acontecimentos, como selecionar fontes, como organizar um texto), e rompe com a forma dominante para produção de discursos verdadeiros, materializada na pirâmide invertida. Na esteira da “reportagem de ideias”, Foucault se referiu ao processo de “acontecimentalização”, em que a figura de um “poliedro de inteligibilidade” indica o desenvolvimento das múltiplas arestas do acontecimento.

Procuró trabalhar no sentido de uma “acontecimentalização”. [...]. O que isso quer dizer? [...] construir em torno do acontecimento singular analisado como processo, um “polígono”, ou melhor, “poliedro de inteligibilidade”, cujo número de faces não é previamente definido e nunca pode ser considerado como legitimamente concluído. [...]. Há muito tempo que os historiadores não gostam

muito dos acontecimentos, e fazem da “desacontecimentalização” o princípio de inteligibilidade histórica (Foucault, p. 339-341).

Os sujeitos da produção

Um grupo de repórteres tem feito um trabalho que reconhece a importância de uma atitude crítica em relação às práticas jornalísticas. A atuação registrada desde meados do século passado pela repórter francesa Caroline Rémy, que se tornou conhecida no século XIX, pelo pseudônimo Sévérine, e as chaves teórico-metodológicas deixadas por Foucault ajudam a decifrar o trabalho de Daniela Arbex, Eliane Brum, Alexandra Lucas Coelho e Adriana Mabília. Brum, por exemplo, mesmo em franca oposição ao jornalismo clássico, exerce a crítica sobre o que o que faz, seja no próprio relato, seja em texto complementar, como se pode observar nos livros *O olho da rua* e em *A vida que ninguém vê*. No primeiro, a crítica se relaciona a cada um dos capítulos do livro; no outro, o capítulo

Sempre gostei das histórias pequenas. Das que se repetem, das que pertencem à gente comum. Das desimportantes. O oposto, portanto, do jornalismo clássico.

Usando o clichê da reportagem, eu sempre me interessei mais pelo cachorro que morde o homem do que pelo homem que morde o cachorro – embora ache que essa seria uma história e tanto. O que esse olhar desvela é que o ordinário da vida é o extraordinário. E o que a rotina faz com a gente é encobrir essa verdade, fazendo com que o milagre do que cada vida é se torne banal (Brum, 2008, p. 187).

Em *Holocausto brasileiro*, Arbex voltando-se para o passado de Barbacena, cidade mineira, põe em evidência as ruínas do maior hospício do Brasil. O Colônia já havia sido notícia outras vezes na imprensa, até ser completamente desativado. Arbex foi atrás da história dos sobreviventes como fio condutor das múltiplas arestas de um acontecimento que nunca ganhou a feição verdadeira de “genocídio”, cunhada por ela, por ter provocado a morte de 60 mil pessoas. Na voz de testemunhos, ou com documentos, Arbex

Transforma em palavras o que era silêncio. Faz memória [...]. devolve nome, história e identidade àqueles que, até então, eram registrados como “Ignorados de tal”. Eram um não ser. Pela narrativa, eles retornam, como Maria de Jesus, internada porque se sentia triste, Antônio

da Silva, sem diagnóstico, que ficou vinte e um dos trinta e quatro anos de internação mudo porque ninguém se lembrou de perguntar se ele falava. [...]. Como pessoas, não mais como corpos sem palavras, eles, que foram chamados de ‘doidos’, denunciam a loucura dos “normais” (Brum, em Arbex, 2013, p. 13).

Para dar complexidade histórica ao que viu na Palestina, Mabília recorreu ao pensamento já existente em livros e pesquisas, alternando descrições e estatísticas à experiência que viveu sob a identidade de uma “turista”. Pelo menos em um momento do livro, enquadrou a fonte da informação como objeto da jornalista que se ocultou para poder percorrer o território ocupado sem restrições. Nesta posição, fez a pergunta inicial. Diante da contrariedade da entrevistada, enfrentada em seu sofrimento por um interlocutor que se apresentou insensível ao seu cotidiano, Mabília reconheceu seu constrangimento e compartilhou a crítica desta prática, que considerou de teor jornalístico, com o leitor. A alternativa, seguindo a experiência passada por Brum, poderia ser a de posicionar-se como “escutadeira”, i.e.,

aquela que não faz a primeira pergunta, deixa o outro contar o que quer sobre si:

“Então, faço a minha primeira pergunta:/ – A ocupação afeta a sua vida de alguma forma? / Pelo olhar, fica claro que Suheir reprovou ou não entendeu a pergunta. Ela fica em silêncio, abaixa a cabeça e pergunta:/ – Como assim? Você quer saber se a ocupação atrapalha a minha vida? – E completa: – Não há sequer um cidadão palestino que não tenha impedimentos e transtornos por causa da ocupação. As restrições vão além da falta do direito de ir e vir. Vivemos confinados [...]. /Constrangida estou eu. É óbvio que minha pergunta foi mal elaborada. Logo eu, que estudo o tema, dei essa bola fora” (Mabília, 2013, e-book, posição 514).

Experiência sensorial

O repórter que se distancia do modo de objetivação jornalística se reapropria da potência do próprio corpo. Agamben (2017) diria, do uso comum de seu corpo, que havia sido capturado pelo dispositivo jornalístico. Não interessa mais suspender-se como um ser-sem-conteúdo, neutro, imparcial, nem

ouvir somente declarações das fontes para cumprir burocraticamente uma pauta, nem preencher lacunas informativas, para produção de saber, dizendo-se porta-voz da objetividade. Nas novas condições de possibilidade, em que resiste à normalização do comportamento, o repórter profana⁸⁸ o dispositivo jornalístico, que controla as ações, para fazer uso na relação dialógico-cognitiva com o outro, dos sentidos do tato, da visão, da audição (Foucault, 2002; Agamben, 2017).

Os dispositivos do capitalismo contemporâneo, segundo Agamben, empreendem uma captura dos indivíduos para um uso específico, sempre em favor do ato e do agir; ou seja, em benefício de uma estratégia que inscreve a vida humana nos cálculos do poder, fazendo os indivíduos limitados, reféns de um agir e um uso específico. Daí a necessidade de profanar o dispositivo e restituir à vida, o uso comum. Resistir à preguiça do zapper, que passa as noites prostrado diante da televisão, não recebe nada mais do que

⁸⁸ Nas palavras de Agamben: “Puro, profano, livre dos nomes sagrados, é o que é restituído ao uso comum dos homens. Mas o uso aqui não aparece como algo natural; aliás, só se tem acesso ao mesmo através de uma profanação” (Agamben, 2015, p.65).

esse nome, em troca da sua dessubjetivação. Na fase atual do capitalismo, os dispositivos se multiplicaram de forma ilimitada, a ponto de não haver um só instante na vida dos indivíduos que não esteja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo.

Mais do que domesticar os corpos para o trabalho e fabricar subjetividades, a estratégia de controle sobre os corpos supõe, nos termos de Agamben, um processo de dessubjetivação, em que aquele que se deixou capturar, qualquer que seja a intensidade do desejo que o impulsionou, não adquire uma nova subjetividade. No caso do telefone celular, exemplifica Agamben, o indivíduo não adquire uma nova subjetividade, recebe um número através do qual, eventualmente, poderá ser controlado. Sendo assim, o biopoder vigente no capitalismo contemporâneo não se limitaria ao direito político de “fazer viver e de deixar morrer” (Foucault, 2002, p. 287); trata-se de sobreviver a uma vida reduzida à nutrição (vida vegetativa) “restando [...] a obscura ameaça que pode ser atualizada repentinamente na violência, na

estranheza, na doença, no incidente” (Agamben, 2017, p. 236).

No âmbito jornalístico, pode-se pensar a disciplina jornalística, consolidada em meados do século XX, com suas normas e modelos de produção, enquanto trabalho de domesticação dos corpos dos indivíduos incluídos como “personagens” pelos jornalistas. Pode-se mencionar, neste sentido, o contrato informal, jamais reconhecido, entre jornalismo e governo para marginalização discursiva das figuras desabilitadas de diversos modos para o convívio social (Marocco, 2004). Já o processo de dessubjetivação, qualificado por Agamben, parece estar mais ligado aos procedimentos de controle discursivo, especificamente sobre a autoridade dos sujeitos, que drenam a produção individual para a instância do coletivo. Nesse caso, a função “autor” é concentrada no nome do jornal. Na perspectiva de Dent, o autor pode ser identificado na relação difusa da mídia com o leitor; seria a singularidade da mídia, construída por sua linha editorial, que formalizaria tal função ao interferir nos textos como uma outra forma de ordem (Dent, 2008, Marocco, 2015).

Os sentidos – o olhar, a escuta –, as sensações, a intuição (atributos

convencionados como femininos), normalmente alijados das prescrições para uma prática jornalística que se pretende objetiva e neutra, são elementos reiterados nas descrições da ação por Fabiana Moraes. O corpo e as emoções são apresentados como parte da racionalidade no processo de cognição para a leitura e escrita sobre a atualidade, e dão indicativos de ser um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística.

Os mesmos cuidados mantidos para realizar uma boa reportagem devem estar na cabeça, no coração e nas mãos dos jornalistas na produção noticiosa diária [...]. É preciso também perceber que até mesmo a justificativa da pressa e da falta de tempo tem seus limites: matérias tóxicas (ainda que não aparentemente), que difundem preconceitos e naturalizações, que alienam em vez de esclarecer, como coloca Moretzsohn, são muito mais produções de um jornalista cujo olhar sobre o mundo tem limitações não possíveis para quem se habilita a ser um mediador social (Moraes, 2015, p. 219, em Veiga da Silva e Marocco, 2018, p. 41).

O som é pensado na relação com os leitores e a repórter procura tratá-los como ouvintes para que leiam, ouçam, criem

imagens, sintam o movimento das palavras, como se estivessem no cinema. “O texto tem muito do cinema [...], e o fascínio está em construir um cinema, mas apenas com palavras” (Lucas Coelho, em Marocco, 2012, p. 163). Trata-se de deixar-se possuir por uma determinada atmosfera e transmiti-la ao outro lado como se existisse um canal entre repórter e leitor. A tática na relação com a pessoa que está diante dela, diz Lucas Coelho, encaminha para uma “experiência sensorial”, como se o jornalista fosse o corpo do leitor, designado como seu enviado especial. O corpo dela é trespassado por sensações que se ativam com o que vê, com o que ouve, com os cheiros. É a experiência sensorial desta atmosfera que ela quer transmitir no texto.

[...] é uma experiência muito forte, no sentido original da palavra. Eu sou trespassada por aquela atmosfera. Mas, e agora, como é que vou conseguir devolver? Quase como uma coisa de posse, quase no sentido de ser possuído por. Ser possuído por uma determinada atmosfera, e agora vou passar isto no texto, para que chegue ao outro lado (Lucas Coelho, em Marocco, 2012, p. 163-164).

A presença da repórter é associada ao que faz e, no momento da escrita, esta imagem se torna inteligível ao ser compreendida como um “ato físico, carnal”. Depois de serem enunciadas, as palavras continuam sendo parte dela.

Quem me conhece sabe a liberalidade com que vivo. E, principalmente, a literalidade com que escrevo. Eu sou o que escrevo. E não é uma imagem retórica. Eu sinto como se cada palavra, escrita dentro do meu corpo com sangue, fluídos, nervos, fosse de sangue, fluído, nervos. Quando o texto vira palavra escrita, código na tela de um computador, continua sendo carne minha (Brum, 2008, e-book, posição 1156, A casa de velhos).

Na chegada ao aeroporto Queen Alia, em Amã, capital da Jordânia, Mabília troca as informações concretas pela descrição da sensação de distância que experimenta e materializa na imagem do astronauta [...] “o cabo se rompe, ele se desprende da nave e se perde na escuridão do espaço?”. Não há verdades panorâmicas, apropriadas para a ocasião, somente o reconhecimento do que aflora na memória sobre o vazio provocado por um lugar desconhecido e suas diferenças, como se ocupasse a posição de um corpo que vacila, a ser

preenchido a partir daquele momento. Nem palavras do idioma local ela conhece, corrige-se em seguida, para não passar o que era uma inverdade ao leitor: “Ah, uma correção, falo uma palavra em árabe sim: shukran, obrigada (Mabília, 2013, e-book, posição 89)”.

Passo pela porta. O corpo ainda não parou de tremer. O saguão de desembarque está lotado de pessoas aguardando a chegada de parentes, amigos. Muitas mulheres de preto da cabeça aos pés. De fora, os olhos, mas só o suficiente para que elas consigam enxergar o caminho (e-book, posição 189).

As práticas relatadas em entrevista por Lucas Coelho, Brum, nas páginas iniciais de Viagem à Palestina, por Mabília, e no capítulo “Um jornalismo de subjetividade”, de O nascimento de Joyci, por Moraes, parecem inspiradas na experiência arcana da jornalista Caroline Rémy. A ativista francesa acreditava que o corpo era atravessado por sensações, que a faziam tocar a verdade do acontecimento, como se o seu corpo fosse uma fonte fiável da universalidade da experiência que irá aproximá-la do leitor. Quem quiser contar a verdade do acontecimento ao público, ela

dizia, deve ancorar o seu testemunho no próprio corpo e assim oferecer um relato sensível do acontecimento e não um discurso abstrato e retórico.

Para Sévérine, no rastro de seu mestre Jules Vallès (1832-1885), jornalista, escritor e político francês, o jornalismo representava a via de acesso ao concreto e a fusão com o povo nas ruas, onde é possível produzir uma escritura marcada pelo “eu” coletivo, como se o repórter ocupasse a função de mero embaixador do povo. Nestes termos, o jornalismo, de acordo com Vallès, deveria conduzir à “liberação da tinta”, que ele pensava ser o advento de uma língua afetiva, sobretudo visual: uma língua invadida por imagens, que permitiriam o retorno das palavras à vida (Muhlman, 2004, p. 51). Ambos acreditavam na presença física como absolutamente necessária para garantir uma justa percepção da situação, o que diferenciava a testemunha do repórter que não sai às ruas e escreve muito. Na posição de agente social em que se colocou, ao contrário dos colegas que se isolavam na

profissão, como se esta fosse uma ilha, reservada aos naufragos de uma esfera ficcional, Sévérine se misturava à multidão nas ruas:

Etant femme, je n’allais point dans la tribune de la Presse, changement de milieu qui me permettait d’habiller à neuf mon esprit; d’échapper au “métier”, a ses traditions, à ses habitudes, à ses jugements préconçus, [...], à tout ce qui fait enfin du journaliste chargé “éclairer l’opinion” un isolé sourd et aveugle – pas muet, hélas ! – enfermé dans sa profession comme Robinson dans son île [...] (Sévérine, 1894, p. 6)⁸⁹.

Formação

Na descrição que fazem das práticas, Brum e Lucas Coelho resgatam histórias de vida (lugares e famílias de origem, visões de mundo, valores, sentimentos, formação e leituras) que não dividem indivíduo e agente da prática. Suas posições de sujeito revelam não apenas desde que viés a atualidade é percebida, mas como a atitude frente ao acontecimento a conhecer deriva

⁸⁹ Sendo mulher, nunca marquei presença na tribuna da Imprensa, uma mudança de meio que me permitiria adotar uma nova forma de ser; fugir do “métier”, de suas tradições e hábitos, de seus julgamentos preconcebidos, [...], a tudo que faz do jornalista encarregado de “esclarecer a opinião”, surdo e cego – não mudo, pobre de mim! –, fechado na sua profissão como Robinson na sua ilha [...] (trad. livre da autora).

de uma relação histórica consigo e com os outros que sugere a formação de um estilo de vida ético. Brum conta que, desde criança, era uma escutadeira.

Desde pequena sempre fui uma escutadeira e uma olhadeira, nunca fui faladeira. Então, sempre preferia, em vez de ficar brincando, escutar os meus parentes mais velhos, o pessoal da comunidade. O meu tio tinha um bolicho (armazém), que era o bolicho da comunidade, onde o pessoal jogava cartas, comprava salame, tinha aquelas balas que só se encontrava lá. E eu ficava ouvindo histórias. Então eu comecei a me tornar repórter lá. [...]. (Brum, em Marocco, 2012, p. 72).

A infância deixou de ser um território inóspito quando ela aprendeu a ler, com sete anos. Com os livros, viveu aventuras e entrou na pele de personagens. Quando a biblioteca da família esgotou, encontrou Lili. Na livraria onde ela trabalhava, em Ijuí, Brum podia ler o livro que quisesse, sem pagar nada. Até hoje, as duas se correspondem e o hábito de ler compulsivamente persiste, dos clássicos à literatura sobre vampiros, tudo o que satisfaça a sua curiosidade, desde que goste. Do pai, ouvia muitas histórias do

cotidiano, sobre a comunidade e a família, nas pequenas viagens que faziam. Deste mundo de histórias que a cercava, os jornais não faziam parte, mas a história oral foi decisiva para se interessar pelo jornalismo, não pela aridez dos jornais, que não incluíam as histórias de gente que gostava de ouvir.

[...] me considero extremamente influenciada pela literatura oral, porque este é o privilégio que a reportagem me deu, que é o acesso à linguagem do povo brasileiro. Pude escutar pessoas das geografias mais variadas, e o brasileiro tem umas invenções de palavras, tem uns achados de linguagem que são extremamente ricos. Então, muitas vezes me vi diante de analfabetos que faziam literatura pela boca, o que me faz pensar que, se a educação formal pública do Brasil fosse boa, nossa literatura escrita seria muito mais interessante do que é hoje (Brum, em Marocco, 2012, p. 91).

No território do jornal, Brum calculou todos os movimentos que fez para construir um modo particular de fazer jornalismo. De entrada, identificou os repórteres especiais que trabalhavam em Zero Hora e colou neles. Com isso foi se apropriando de sutilezas que fazem parte do jogo de poder e podem ser contornadas

pelo repórter, como, por exemplo, passar uma informação que os chefes não querem, um “contrabando”. A intuição, o “olhar” e a resistência fazem parte da sua história de vida, “acho que vem da minha infância” (Brum, em Marocco, 2012, p. 74). Foram muitas as brigas com os redatores que reescreviam os seus textos ou interferiam na forma, tornando-os “quadrados”, até que houve uma mudança de atitude.

O jeito de me olharem no jornal começa a mudar em 1989. Eu estava no plantão de domingo e saí com duas ou três pautas. E uma delas era a inauguração do McDonald's, na Rua da Praia, o primeiro da cidade. Então uma pauta era isso: vai lá, vê quantos sanduíches foram vendidos, o que as pessoas dizem. Porque era um acontecimento para a cidade e, como tudo mundo sabe, é um lugar histórico da cidade. [...]. Então eu fiquei olhando para ver o que o McDonald's tinha alterado naquele mundo e o que vi – não sei como é hoje, moro em São Paulo há onze anos – naquele tempo estavam sempre os tais velhinhos da Praça da Alfândega conversando. Eles sempre conversavam muito, era uma coisa agitada. Naquele dia, eles estavam calados [...]. Percebi então que aquela fachada estava parecendo para eles um negócio meio

alienígena (Brum, em Marocco, 2012, p. 75).

Como não tinha acontecido nada de mais importante naquele domingo, o texto escrito por Eliane Brum foi publicado na íntegra. Como ela escreveu. A partir desta matéria, depois de um longo e árduo processo, ela conquistou autonomia, inclusive com direito a não ser escalada para fazer pautas “quinhentos”, como são chamadas as matérias encomendadas pela direção. Em relação a essas, o que fazia era tratá-las como se fossem investigação de rotina. “E isso dava um problemão, porque não era o que queriam”. Já o “contrabando” – como era tratado o que não podia ser publicado –, vinha camuflado por algo fora da norma, ou sensacionalista, para provocar um choque no redator que reagia com o corte do lead, deixando passar o que importava e estava situado no parágrafo que vinha depois.

Ele já tinha passado por aquela necessidade de cortar, já tinha exercido a sua função, justificado o seu cargo de confiança e o seu salário. São essas coisas, que nesse início de jornalismo fui aprendendo (Brum, em Marocco, 2012, p. 76).

Na casa dos pais de Alexandra Lucas Coelho havia muitos livros; muito cedo passou a comprá-los por conta própria. Mais tarde, quando a literatura foi conciliada com a autonomia para viajar, pode perceber que as histórias que contasse sobre diferentes lugares por onde passou carregariam a sua forma particular de contar. "A forma como olhamos para quem está a nossa frente não é diferente". No movimento de ida e volta dos mais diferentes lugares foi possível perceber que cada pessoa carrega uma história com lições, reações, medos e afetos. Para a repórter, a inteireza de quem está a sua frente pode ser percebida no som da voz, nos gestos, nos detalhes particulares. Em contraposição a isso, pode-se compreender o que é noticiado pelas mídias como não sendo o real:

[...] é ficção, que é construída pelas narrativas, sobretudo na televisão, mas não só; o jornalismo tende a perpetuar umas ficções, uns borrões da realidade que não são o real; e a tentativa que o jornalismo deveria ainda praticar, e talvez seja mais fácil praticar em jornais e em revistas que não sejam semanais, é de, justamente, tocar esse real que fica escondido e que fica oculto nesse borrão em que as pessoas não se destacam

(Lucas Coelho, em Marocco, 2012, p. 160).

Alteridade

Um giro nas práticas jornalísticas, que a ação de acontecimentalização exige, depende da construção de uma relação com o outro em que o estatuto de fonte seja pensado em bases diferentes. Para Brum, fazer jornalismo é dar voz a quem não tem voz, uma atividade especializada que pode cair em desuso com a autonomia oferecida no espaço da internet, se o jornalista não descobrir qual é a sua voz e o seu modo de contar uma história. Ela sempre se aproximou da fonte usando dois instrumentos, o olhar e a escuta. Com o tempo foi deixando de fazer perguntas e percebeu nas relações de entrevista, que as perguntas são uma forma de controle. Em geral, depois de se dirigir ao entrevistado com um pedido: "me conta", ouve informações importantes que não saberia se tivesse feito a primeira pergunta, que já direciona. Encontrou um modo singular de fazer jornalismo.

O desafio de cada repórter hoje, e deveria ter sido sempre assim, é descobrir qual é sua voz, qual é o seu jeito

de fazer as coisas. Tenho o meu e vou passar o resto de minha vida procurando a minha nova voz. Quando a encontro, ela logo me escapa, porque estou sempre descobrindo uma coisa. E cada um vai ter que fazer isso para ter uma voz que seja sua e seja escutada (Brum, em Marocco 2012, p. 83).

Brum se desloca da relação objetiva e efêmera entre jornalista e fonte, sem, no entanto, ocupar o lugar de amiga; como “escutadeira” incorpora a repórter, a ponto de a fonte, ao longo da apuração, ser surpreendida com a ideia de que a repórter se dedique a outra coisa que não seja ouvir a vida dela. No comentário sobre a reportagem “A mulher que alimentava”, Brum expôs o convívio de 115 dias com Ailce como sendo “uma experiência radical de jornalismo”:

Eu quase não fazia perguntas, optei por apenas pontuar suas respostas, numa escuta delicada e muito atenta. Por um lado, minhas perguntas, se incisivas, contaminariam suas respostas: ela poderia usar minhas palavras em vez das dela para se referir a esse momento-limite da vida. Por outro lado, eu correria o risco de atropelar seus sentimentos se abordasse questões para as quais ela

ainda não estava preparada (Brum, 2008, e-book, posição 3907).

Lucas Coelho contou, durante a mesma pesquisa, que se coloca frente ao outro e pensa: “Esta pessoa sou eu, pode ser eu”. Este giro identitário, segundo a repórter, torna mais sólida a percepção de que esta pessoa podia ser ela; ao mesmo tempo auxilia a construção do respeito ao outro e auxilia a compreensão da diferença cultural e social que existe entre regiões geográficas tão dispares como os Estados Unidos e o Afeganistão, a África e o Brasil. Tal perspectiva permite que Lucas Coelho reconheça a dignidade de cada fonte e considere a história diferente que cada uma delas representa.

Este é o grande lance: a dignidade. Da inteireza e da dignidade de uma pessoa que está a nossa frente. E isso tem a ver com o que? Tem a ver com o som da voz, tem a ver com os gestos, detalhes, tudo isso me interessa, que essa pessoa possa se destacar em todas suas diferenças, particularidades (Lucas Coelho, em Marocco, 2012, p. 163).

Na comunicação com o outro, Brum provoca em si mesma um movimento de esvaziamento: dos preconceitos, das visões

de mundo, dos julgamentos, afinal, jornalista não é juiz, para, em outro estado, deixar-se preencher pela história do outro. “Se vais cheia, não tens como ser preenchida” (Brum, em Marocco, 2012, p. 77). A repórter deu visibilidade a este movimento na reportagem “A mulher que alimentava”, em que acompanhou os últimos quatro meses de vida de Ailce de Oliveira Souza. As duas se viam toda a semana, todos os dias falavam por telefone. Brum descobriu-se “um terceiro fio na vida dela” e que, “na condição de narradora de uma vida”, era uma casa vazia. “Eram suas as palavras que me enchiam com história” (Brum, 2008, e-book, posição 3836).

Nunca tivera a oportunidade de falar muito de si mesma. Desse dreno de palavras ela gosta. ‘A gente fica guardando coisas por toda a vida. Quando eu falo, parece que elas vão se soltando dentro de mim. Me liberto’. Na outra ponta deste fio, eu também me sinto presa (Brum, 2008, e-book, posição xxx)

Lucas Coelho critica a relação que o jornalista estabelece com a fonte, de “uma arrogância terrível”, se pensarmos que o jornalista se vale de sua posição

profissional para naturalizar a aproximação com pessoas que nunca viu antes, entrar em suas casas, ouvir a sua intimidade. Ao fazer da atualidade o seu objeto, o jornalista lida com vidas, mortes, sentimentos, em que, segundo Lucas Coelho, é importante indagar-se sobre como se aproximar do outro, como buscar sua confiança, por que o outro vai confiar-lhe suas histórias, vai fazer isso por que?

Isto é uma coisa em que eu sempre penso: que chego a um lugar e, de repente, ali, em um barraco, em Gaza, converso com uma mulher que me conta que os filhos dela foram mortos. E ela não me conhecia há cinco minutos. [...]. Este é o trabalho do jornalista. Ele está ali a tentar contar, se acredita na história, se acredita que há um bom motivo para estar ali, então isso ultrapassa a sua timidez, ultrapassa o seu medo (Lucas Coelho, em Marocco, 2012, p. 164).

Muitas vezes são acontecimentos do passado que instigam o repórter a desdobrar, na atualidade, vozes que foram silenciadas. O livro Colônia, ilustrado com as fotografias feitas por Luiz Alfredo para a revista O Cruzeiro, em 1961 e publicado em 2008, pelo governo de Minas, foi o elemento que faltava a Daniela Arbex para

ter a certeza de que precisava conhecer o que havia restado do “pior capítulo” da história da psiquiatria mineira. O livro foi entregue a ela, após uma entrevista, pelo psiquiatra José Laerte, vereador em Juiz de Fora.

Ao folhear a primeira página, levei um susto: – Não acredito – repeti, por diversas vezes, ainda no gabinete do vereador. [...]. Senti-me na obrigação de contar às novas gerações que o Brasil também realizou um extermínio. Quantos personagens restavam vivos? O autor das fotos contava, então, com setenta e sete anos, e suas memórias deram o pontapé inicial à minha investigação (Arbex, 2013, p. 189-190).

No livro *Viagem à Palestina*, Adriana Mabília deu voz a mulheres palestinas para visibilizar o quase silêncio que há sobre elas nas mídias brasileiras. Antes de viajar à Cisjordânia, ouviu palestinas que vivem no Brasil. Recém-chegada, encontrou-se com Suheir, presidente de organização não governamental que ensina mulheres a usar câmeras de vídeo – elas registram dramas pessoais, aprendem uma profissão,

discutem a situação da mulher na sociedade palestina. Suheir vive no campo de refugiados Dehaisha, em Belém, com seus três filhos. Pernoitou na casa de um casal de brasileiros, que imigrou para Carmel, bairro novo de Haifa⁹⁰, preocupada em ouvir os dois lados do conflito. Das palestinas ouviu que ali se vive em confinamento: não há acesso livre a médicos, à educação, à diversão, à alimentação, à água. “A cada passo que tentamos dar, cada vez que temos que nos locomover, mesmo dentro do que restou para nós da nossa terra, somos submetidos a constrangimentos” (Suheir, depoimento à Mabília, 2013, e-book, posição 520).

Considerações finais

No âmbito do “livro de repórter” espreita-se uma figura singular em plena crise contemporânea das mídias impressas. No bojo desta figura, o repórter tem-se voltado a si de modo reflexivo e, de modo crítico, se dedicado a ouvir fontes populares, tem frequentado as ruas, se aproximado dos movimentos sociais para dar conta do reconhecimento do presente.

⁹⁰ Haifa é a maior cidade do norte de Israel e a terceira maior cidade do país, depois de Jerusalém e Tel Aviv.

Em síntese: tem disparado uma ação discursiva em que, para além da obrigação de dizer a verdade, em torno da qual o jornalismo se constituiu como campo profissional, ultrapassa o fazer normativo, engajando-se como sujeito ético, que atua no jornalismo, dentro ou fora das mídias jornalísticas, no "livro de repórter" e em outros espaços. Sob outras condições de possibilidade, produz saber na contracorrente das mídias, para dizer, então, o que pensa, a despeito dela e dos maus hábitos jornalísticos. Neste lugar de resistência, emite sinais de autonomia da norma jornalística e de identificação direcionados aos que estão às margens da sociedade e do jornalismo.

Entre a totalidade da produção jornalística, expõe, no "livro de repórter", o fortalecimento de uma relação de exterioridade do jornalismo com a filosofia. Distanciando-se da pauta jornalística que enquadra o que acontece, ou o que afeta o senso comum, o repórter se desvencilha da "objetividade jornalística" e recupera a experiência sensorial, o que nos toca. Essa fissura aberta no paradigma da "objetividade jornalística", no nível das práticas jornalísticas, projeta, por extensão, a emergência de sinais promissores de um

novo paradigma epistemológico nos estudos em jornalismo.

Referências

Agamben, G. (2017). *Uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo.

Agamben, G. (2015). *Profanações*. São Paulo: Boitempo.

Bourdieu, P. (2006). *Ilusão biográfica*. In: Figueiredo P.A. de.; Ferreira, M. *Usos e abusos da história oral*. (pp. 183-191). Rio de Janeiro: FGV Editora. 8ª edição.

Brum, E. Nenhuma narrativa substitui a reportagem como documento sobre a história em movimento. *El País*, 12/09/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/politica/1536783358_800538.html

Brum, E. *O olho da rua*, ebook, 2008.
Brum, E. *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.

Dent, C. Journalists are the confessors of the public, says one Foucaultian. *Journalism*, 9(2):200-219.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (2002). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. Mesa redonda em 20 de maio de 1978 [1980]. In: Motta, M.B.da. (2006). Foucault. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2013). O governo de si e dos outros. São Paulo: Martins Fontes.

Gros, F. Situação do Curso. In: Foucault, M. O governo de si e dos outros (pp.343-356). São Paulo: Martins Fontes.

Mabilia, A. Viagem à Palestina, e-book, 2013.

Marcondes Filho, C. (2002). Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas. In: Aidar Prado, J. L. (Org.). Crítica das práticas midiáticas (pp. 14-26). São Paulo: Hacker.

Marcondes Filho, C. (2010). O princípio da razão durante. O conceito de comunicação e a epistemologia metapórica. São Paulo: Paulus.

Marocco, B. (2015). Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística. Galaxia, 30, 73-85. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015221336>.

Marocco, B. (2012). Jornalismo e a prática. Entrevistas. São Leopoldo: Ed. Unisinos.

Marocco, B, Zamin, A., e Boff, F. (2012). Os "grandes acontecimentos" e o

reconhecimento do presente. Verso e Reverso, 26(62):92-102.

Martins, R. Alexandra Lucas Coelho: Trinta anos de jornalismo, 10 livros e 4 romances. Entrevista, disponível em: <https://www.maxima.pt/mundo/detalhe/alexandra-lucas-coelho-trinta-anos-de-jornalismo-dez-livros-e-quatro-romances>, 20/10/2018.

Portocarrero, V. (2006). Práticas sociais de divisão e constituição do sujeito. In: Rago, M., Veiga-Neto, A. Figuras de Foucault (pp. 281-295). Belo Horizonte: Autêntica.

Romano, C. (1999). L'événement et le temps. Paris: PUF.

Santos, M. Alexandra Lucas Coelho: Interessa-me a mistura. Entrevista com Alexandra Lucas Coelho. Público, 16/11/2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/11/16/cultur/aiplon/entrevista/alexandra-lucas-coelho-interessame-a-mistura-1751329>

Veiga da Silva, M.; Marocco, B. O feminino no livro de repórter. Brazilian Journalism Research., 14 (1).



A presença do jornalismo pós-industrial nos sites *mães de peito* e cientista que virou mãe⁹¹

La presencia del periodismo post-industrial en los sitios *mães de peito* e cientista que virou mãe

*The presence of post-industrial journalism on the *mães de peito* and cientista que virou mãe*

Valéria Marina Moreira Soares Silva⁹²

Jamile Duarte Carvalho⁹³

Carmen Regina De Oliveira Carvalho⁹⁴

Palavras-chave: Jornalismo; Pós-industrial; Maternidade real.

Keywords: Journalism; Post-industrial; True motherhood.

⁹¹ Trabalho com submissão para o GT 16- Estudos de Jornalismo

⁹² Graduanda na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB do 6º semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo- Brasil. E-mail: valeriamarina13@gmail.com

⁹³ Graduanda na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB do 6º semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo- Brasil. E-mail: jamileduarte@gmail.com

⁹⁴ Doutoranda na Universidade de Santiago de Compostela (USC), responsável pelo Grupo de Extensão e Pesquisa Jornalismo Importa- Brasil e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (NPJor). E-mail: ccarmencarvalho@gmail.com

Introdução

O presente trabalho parte do pressuposto, defendido por (Carvalho & Otero, 2017), que existe uma relação entre a contracultura e o desenvolvimento da ARPANet, a rede que deu origem mais tarde a internet. Esse movimento surgiu entre as décadas de 1960 e 1970 do século passado e defendia que o ser humano pudesse viver de forma autêntica sem a obrigação de seguir a padronização imposta pela sociedade unidimensional da época.

Primeiramente, os contraculturais rejeitaram a tecnologia, como a dos computadores. Em seguida, eles viram que era preciso uma comunicação diferente da mídia tradicional para que fosse possível viver essa autenticidade. Uma comunicação interativa, que permitisse a cada um buscar o conhecimento desejado e que desse poder ao indivíduo para de produzir um conteúdo próprio. A contracultura então fomentou a base da atual internet livre, em que a audiência pode se manifestar de diferentes formas ao compartilhar conteúdo, comentar as produções existentes e publicar o seu material.

No ambiente virtual há mais liberdade para qualquer um, desde produtores de notícias, anunciantes e, sobretudo, a audiência, para produzir e disseminar conteúdo sem as restrições de modelos de radiodifusão e dos meios tradicionais. Isso tem levado o jornalismo contemporâneo a modificações no processo de produção da notícia, na apuração há mais possibilidades de buscar informações, novos formatos de narrativas são permitidas e a distribuição do conteúdo tem diferentes plataformas, das redes sociais aos aplicativos de mensagens, como Whatsapp (Anderson, Bell & Shirky, 2013).

Além disso, os veículos de jornalismo têm adotado novas práticas de gestão, como a realização de parcerias. O ecossistema digital ainda inclui novas organizações de produção de conteúdo que podem ser classificadas de alternativas, haja vista que seus profissionais trabalham de modo colaborativo, sem o recebimento de um pagamento. Esse ambiente de mudanças e reformulações em que o jornalismo tradicional perde a centralidade das publicações e busca um novo formato organizacional foi classificado por Anderson, Bell & Shirky (2013) como de pós-industrial.

Este trabalho analisa como essas as características do jornalismo pós-industrial estão presentes em dois sites alternativos: *Mães de Peito* e *Cientista Que Virou Mãe*. Quanto à metodologia, foi realizada uma busca no Mapa Interativo do Jornalismo Independente da Agência Pública, que reúne sites nativos digitais do Brasil sem relação com a mídia tradicional, para definir os objetos empíricos do estudo. Nessa fase, foram selecionados os dois sites escolhidos por atuarem na mesma temática, a maternidade. Quanto ao tempo de estudo, definiu-se por 15 dias, entre 19 de setembro a 3 de outubro de 2019, para a realização da observação e coleta de material.

A metodologia adotada, entre outros caminhos, realizou uma adaptação da observação da arquitetura da informação que se subdivide em análises da macroarquitetura e microarquitetura, e que neste trabalho tem também subcategorias de análises. Na macroarquitetura, estão as subcategorias da redação colaborativa, parcerias, redes sociais; e na microarquitetura, a narrativa textual. O critério de definição dessas subcategorias baseou-se na adaptação e reformulação

apresentado por Anderson, Bell & Shirky (2013) como o jornalismo pós-industrial.

1. Redação colaborativa

Um tema central do jornalismo pós-industrial, segundo Anderson Bell & Shirky (2013), é mostrar a necessidade do jornalismo cultivar a capacidade de colaboração – com tecnologias, multidões e parceiros – para poder lidar com a considerável e crescente tarefa de narrar acontecimentos. Esse trabalho colaborativo deve começar pela redação, de onde deve fluir o novo conjunto de competências organizacionais para lidar com a atuação da audiência na produção de conteúdo.

Essa característica demonstra que podem existir colaboradores das produções jornalísticas que não sejam necessariamente jornalistas nem estejam em redações. Além de produzir conteúdo, os leitores também podem colaborar com sugestão de pauta, apuração e até com conteúdo, e a tendência é que esse trabalho em conjunto cresça mais ainda com o passar dos anos. Com isso, é provável que os sites de notícias tem um amplo

ambiente a ser explorado nesse processo de colaboração.

A redação colaborativa é algo presente no site *Cientista Que Virou Mãe* existe, em que uma rede de 50 mulheres mães produzem conteúdos de diferentes temas para o site. Elas estão em cidades e até países distintos. Não há uma redação fixa. As colaboradoras têm profissões diversas e nem todas produzem exclusivamente para o site. Essa diversidade de perfis gera também um conteúdo distinto sobre a maternidade real.

Já no caso do site *Mães de Peito*, a realidade da redação é distinta. De acordo com a análise realizada, a redação tem apenas uma pessoa responsável, a fundadora do site. Nesse cenário, presume-se que ela defina a pauta, realize a apuração, escreva, publique e distribua o conteúdo. Não há uma redação colaborativa, mas uma profissional multifuncionalidade. Essa é uma opção mais viável para um veículo pequeno, sem recursos para pagar pelo trabalho de profissionais. No entanto, é preciso uma dedicação redobrada para que o site tenha publicações constantemente.

2. Parcerias

Nesta nova reformulação pós-industrial, o jornalismo tem passado por mudanças nos aspectos organizacionais. Anderson, Bell & Shirky (2013) dizem que é necessário mais abertura a parcerias e um maior aproveitamento de dados públicos. São mudanças que exigem adaptação, pois afetam a rotina diária e a autoimagem dos envolvidos no processo de produção e distribuição de notícias.

Os sites *Cientista Que Virou Mãe* e *Mães de Peito* são abertos a parcerias, mas de formas diferentes. O primeiro site é uma rede colaborativa de mulheres que tem como base o financiamento coletivo. Já o segundo, realiza parcerias promocionais e de negócios, com a divulgação de anúncios de empresas relacionadas à maternidade.

Ambos os sites demonstram adaptação aos tempos atuais, as parcerias são a concretização dessa percepção. Ao contrário de uma equipe de jornalistas, como nas redações tradicionais, o site *Cientista Que Virou Mãe* aceita a colaboração de uma rede de mulheres não jornalistas. Essa realidade leva a duas contradições. A primeira que é que pessoas sem formação em jornalismo produzam uma infinidade de conteúdos opinativos, que podem não estar baseados

em fatos reais, dados ou a reflexão com contexto. Sendo assim, um risco a compreensão da realidade. Por outro lado, quanto mais pessoas escrevam e publiquem mais diversidade de vozes existe no espaço público. Isso exercita o senso crítico e pode aproximar as pessoas, quando quem publica trata de algo comum de uma comunidade, grupo de pessoas ou categoria. No *Cientista Que Virou Mãe*, as colaboradoras sugerem, escolhem textos e temas, contribuindo de formas diferentes para manter a rede.

Já no site *Mães de Peitos* se observou que as colaborações são com empresas que trabalham com produtos voltados para o parto ou para os bebês. Não foi possível observar uma transparência nessa parceria, pois não são apresentados os valores pago nem em que foram empregados na plataforma. Os anúncios se configuram assim como nos sites tradicionais de jornalismo: estão ali para vender algo.

3. Jornalismo problematizador

Diante do contexto do jornalismo pós-industrial, apesar da crise do negócio das empresas tradicionais de comunicação,

que tem dificuldade de encontrar uma maneira de sustentar economicamente a atividade, o jornalismo continua importante para a sociedade. De acordo com Anderson, Bell & Shirky (2013, p. 33):

O jornalismo expõe os conflitos, chama a atenção para as atrocidades, cobra autoridades públicas e setores privados por promessas e obrigações assumidas, informa os cidadãos, ajuda a fomentar a opinião pública, explica temas polêmicos e esclarece dissidências fundamentais. E ainda exerce um papel muito particular tanto em vieses democráticos como em economias de mercado.

Os sites em questão abordam temas polêmicos e fazem uma provocação entre o ideal e o real relacionados à maternidade. Nas publicações de ambos os sites, é possível notar temáticas que não são corriqueiramente debatidas pela mídia tradicional, o que gera a reflexão e o questionamento de tabus que cercam o papel da mulher e a maternidade. Dessa forma, as plataformas expõem conflitos, informam as leitoras e ajudam a fomentar uma opinião pública que vai além do senso comum. Para isso, são utilizados relatos de experiências, argumentos de especialistas

e de setores públicos, características que pertencem ao jornalismo pós-industrial.

No entanto, as plataformas não apresentam uma periodicidade, o que dificultou até a organização de um recorte de tempo de análise dentro dos padrões de uma pesquisa científica. No período estabelecido, por exemplo, o site *Mães de Peito* fez uma publicação com o tema "Amamentação no modelo de notícia".

Nessa sugestão de filmografia, por meio da lista "Filme mostra dificuldades e solidão da mãe que amamenta; confira a lista dos cinemas" notou-se a apresentação

de alguns aspectos pós-industriais, como fomentar a opinião pública por meio de temas de relevância social para repensar a realidade. A publicação específica sugere, por meio da narrativa audiovisual, como amamentar pode ser difícil para as mães. No filme "De peito Aberto" (2019), da diretora Graziela Mantoanelli, que conta a história de seis mulheres, o estímulo ao pensamento crítico da opinião pública pode ser notado no seguinte trecho:

| Filme mostra dificuldades e solidão da mãe que amamenta; confira a lista dos cinemas

POR GIOYANNA BALOGH EM 1 DE OUTUBRO DE 2019

AMAMENTAÇÃO, DIREITOS DAS MULHERES



Figura 1 – "Filme mostra dificuldades e solidão da mãe que amamenta; confira a lista dos cinemas" Fonte: Mães de Peito. (Recuperado em 14 jan. 2020, de <http://www.maesdepeito.com.br/filme-mostra-dificuldades-e-solidao-da-mae-que-amamenta-confira-a-lista-dos-cinemas/>)

Amamentar é um dos principais desafios quando o assunto é o início da maternagem de uma mulher. Solidão, dor, dificuldades e o retorno ao mercado de trabalho quando o bebê muitas vezes sequer iniciou a introdução alimentar são só alguns dos desafios da mulher moderna. Parte destas dificuldades-muitas vezes invisível para grande parte da sociedade [...]. (Mães de peito, 2019, s/p).

A matéria representada por este trecho para análise ajuda a fomentar uma nova opinião pública por meio da exposição das dificuldades e do relato de experiência da diretora do filme. Ela traz um discurso contrário ao que foi legitimado pela mídia tradicional, quando cria uma romantização da fase do aleitamento, evidenciada nas

propagandas de fraldas e produtos para bebês, que mostram mulheres felizes e aparentemente sem dificuldades nesse período. Isso torna as problemáticas que perpassam pela amamentação invisíveis aos olhos da sociedade. A divulgação do filme na matéria também auxilia na desconstrução dos estereótipos envolvidos na amamentação a partir do ponto de vista de contextos diferenciados, o que permite reflexões mais crítica e reais.

Já os assuntos mais abordados pelo site *Cientista Que Virou Mãe*, nesse recorte de tempo, foram "Empoderamento



Mães que se separam - ou desejam se separar

Por: Lígia Moreiras | 29 de Setembro de 2019 | Categoria: Empoderamento feminino

Não permaneçam em relacionamentos infelizes e muito aquém do que vocês merecem apenas porque sentem [...]

[Continuar lendo →](#)

Figura 2 – “Mães que se separam – ou desejam se separar”. Fonte: Cientista Que Virou Mãe. (Recuperado em 14 de jan. 2020, de <https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/Maes-que-se-separam-ou-desejam-se-separar>)

Feminino” e “Maternidade Consciente”, que totalizaram quatro publicações no formato de artigo de opinião. Dessas postagens, percebeu-se que uma delas foi a que mais apresentou características do jornalismo pós-industrial, com o título de “Mulheres que se separam – ou desejam se separar”.

Na publicação acima, a autora faz uma contextualização da realidade de mulheres que continuam em relacionamentos insatisfatórios por diversos motivos, como o medo da solidão e o peso da responsabilidade de assumir a criação dos filhos sozinhas. Isso ela explica no trecho seguinte:

Quero dizer às mães que se separam que esse sentimento de vazio que muitas vezes surge não é real. Ele é construído. Construído por uma sociedade que não nos vê verdadeiramente como mulheres plenas, mas como apêndices de outras pessoas, ou como papéis sociais desejados. [...] Nascemos livres. Porém, nossas asas podem estar fora de forma pelo esforço patriarcal de nos manter presas a crenças, padrões, papéis. (Cientista que Virou Mãe, 2019, s/p)

Pode-se observar duas características do jornalismo pós-industrial. A primeira a exposição de conflitos que, neste caso, é o papel da mulher enquanto dependente emocionalmente do homem. Uma mulher que precisa corresponder aos papéis engessados pela sociedade machista de que ela depende do homem para viver e precisa corresponder a uma padrão feminino de delicadeza e dedicação maternal. No entanto, no mesmo trecho, a autora defende a liberdade das mulheres ao dizer “Nascemos livres” e endossa a aplicação da segunda característica, a de fomentar a opinião pública. Apresenta-se, assim, que há um papel esperado para as mulheres construído pelo patriarcado, mas que é possível superá-lo ao ir além do discurso do senso comum e perceber que cada ser humano nasce livre. A autora reforça assim ao despertar das mulheres para o poder de construírem e decidirem sobre as suas próprias a vida, sem ficarem presas as convenções da sociedade.

4. Redes sociais

O jornalismo pós-industrial tem se utilizado da interatividade com a audiência para ampliar a relação e também ampliar as formas de distribuição da produção noticiosa por meio das redes sociais (Anderson, Bell & Shirky, 2013) e com opções de interação nos sites.

A plataforma *Cientista Que Virou Mãe*, por exemplo, apresenta as opções de interatividade no site "Sugira um tema", para quem quiser dar sugestão de conteúdo, e "Quero ser escritora!", em que as mulheres podem fazer parte do site por meio de um cadastro. Logo, não é necessário ser jornalista ou *freelancer* para produzir conteúdo para esse site, basta ter interesse em escrever, experiência e conhecimento sobre o tema.

Além disso, nota-se que tanto o *Cientista Que Virou Mãe* quanto o *Mães de Peito* têm utilizado de redes sociais para interagir com a audiência e fazer a distribuição do conteúdo produzido. Essas publicações seguem um formato adaptado para cada rede social e com a utilização de recursos como imagens e vídeos. Durante a análise no período estabelecido, notou-se que, com exceção do Twitter do site *Cientista Que Virou Mãe*, todas as outras redes sociais de ambos os sites possuem

postagens diárias, diferente dos sites, mostrando a popularização das redes sociais. Segundo os autores do dossiê do jornalismo pós-industrial:

Com a superdistribuição – a propagação de conteúdo por redes sociais- um artigo importante de uma publicação minúscula pode chegar a um público enorme sem custo adicional. Agora que muitos levam no bolso câmeras de vídeo conectadas a redes, uma quantidade cada vez maior de informação visual vem dos próprios cidadãos. Com a proliferação de novas possibilidades de apuração, interpretação e distribuição de informações, é possível ver organizações tirando partido de métodos de trabalho que nem sequer existiam dez anos atrás. (Anderson, Bell, Shirky, 2013, p. 38)

Conclusões

O presente artigo buscou a partir da análise dos sites discutidos, *Cientista Que Virou Mãe* e o *Mães de Peito*, encontrar a existência das características relacionadas ao jornalismo pós-industrial. Destaca-se assim a prática da redação colaborativa, do financiamento pelos leitores, o uso das redes sociais e o jornalismo problematizador.

Notou-se que o jornalismo alternativo dos sites *Mães de Peito* e *Cientista Que Virou Mãe* tem se adaptado às mudanças ocorridas no jornalismo e, sobretudo, às características selecionadas para análise do jornalismo pós-industrial. As plataformas utilizam diversas formas de atingir o público-alvo, neste caso, as mulheres mães, como a rede de colaboradoras que contribuem na produção de conteúdo do *Cientista Que Virou Mãe*, e a multifuncionalidade da jornalista fundadora do *Mães de Peito*. Além disso, ambos os sites utilizam as redes sociais para distribuir a produção e ampliar o debate público sobre a maternidade real.

Portanto, nota-se que o jornalismo tem diferentes formas de concretização na atualidade e tem se adaptado às mudanças da era pós-industrial. De acordo com Anderson, Bell, Shirky (2013), mais do que qualquer estratégia ou recurso, a principal virtude nesse novo mundo será o compromisso em se adaptar à medida que velhas certezas desmoronam e adotar novidades que ainda nem entende-se plenamente. Os autores ainda reforçam que a única razão para que tudo isso importe, e não só para quem segue

trabalhando no que antigamente chama-se de indústria jornalística, é que o jornalismo – a exposição de fatos que alguém, em algum lugar, não quer ver publicados – é um bem público essencial.

Referências

Agência Pública. Mapa do Jornalismo (2016). Recuperado em 02 nov.2019. <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>.

Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2013). Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, 5(3), 30-89.

Balogh, G. (2017). *Mães de Peito*. Recuperado em 02 nov. 2019. <https://www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre>.

Balogh, G. (2019). Filme mostra dificuldades e solidão da mãe que amamenta – Confira a lista dos cinemas. Recuperado em 09 nov. 2019. <http://www.maesdepeito.com.br/filme-mostra-dificuldades-e-solidao-da-mae-que-amamenta-confira-a-lista-dos-cinemas/>.

Carvalho, C., & Otero, M. L. (2017, June). Internet e seu DNA contracultural the Internet and its countercultural DNA. In 2017 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI) (pp. 1-7). IEEE.

Moreiras, L. (2015). Cientista que virou mãe. Recuperado em 02 nov. 2019. <https://www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre>.

Moreiras, L. (2019). Mães que se separam ou desejam se separar. Recuperado 09 nov. 2019. <http://www.maesdepeito.com.br/film-e-mostra-dificuldades-e-solidao-da-mae-que-amamenta-confira-a-lista-dos-cinemas/>.

Noci, J. D. (2008). Metodologia para o estudo dos cibermeios: estado da arte e perspectiva. EDUFBA.



Panorama dos estudos brasileiros sobre fontes jornalísticas

Resumen de los estudios brasileños sobre fuentes periodísticas

Overview of Brazilian studies on journalistic sources

Juliana dos Santos Ferreira Costa⁹⁵

Kenia Beatriz Ferreira Maia⁹⁶

Resumo: O presente trabalho se propôs a fazer uma análise da produção científica brasileira sobre fontes jornalísticas publicada de 1999 até 2019. Para isso, esta pesquisa bibliográfica combinou estratégias para realizar o levantamento da produção científica brasileira materializada em anais de eventos, revistas científicas e dissertações ou teses. Como resultado, detectamos que o tema das fontes jornalísticas se fortalece nas produções mais recentes, sustentado em trabalhos em que o tema central está ligado a questões éticas, olhares sobre ambientes organizacionais e de cultura profissional. Ao final, apontamos entre os possíveis desdobramentos futuros deste trabalho pesquisas sobre o detalhamento metodológico das pesquisas sobre fontes jornalísticas.

Palavras-Chave: Estudos brasileiros, Fonte jornalística, Jornalismo.

⁹⁵ Juliana dos Santos Ferreira Costa. UFRN, doutoranda em Estudos da Mídia, Brasil, juliana.costa.jor@gmail.com.

⁹⁶ Kenia Beatriz Ferreira Maia. UFRN, doutora em Ciência da Informação e Comunicação, Brasil, kbiamaia@gmail.com.

Abstract: The present work proposes to make an analysis of the Brazilian scientific production on journalistic sources published from 1999 to 2019. To do so, this bibliographical research combined strategies to carry out a survey of the Brazilian scientific production materialized in annals of events, scientific journals and dissertations or theses. As a result, we found that the theme of journalistic sources is strengthened in the most recent productions, supported by works in which the central theme is linked to ethical issues, views on organizational environments and professional culture. At the end, we point out among the possible future developments of this work research on the methodological detailing of research on journalistic sources.

Key words: Brazilian studies, Journalistic source, Journalism.

1 Introdução

Parte do cotidiano profissional de jornalistas de diferentes áreas, as fontes vêm ao longo dos anos sendo objeto de produções midiáticas materializadas em filmes, séries e grandes reportagens que se concentram no papel desempenhado por elas.

Se historicamente as fontes de informação são fundamentais para a construção da notícia, nossa contemporaneidade assiste à profusão destas materializadas em documentos, pronunciamentos oficiais, entrevistas e/ou declarações, personificadas em representantes de diferentes tipos de

organizações ou grupos, testemunhas de ocasiões planejadas ou não planejadas e, mais recentemente, também com possibilidades autônomas em sua exposição nos meios digitais.

Não se deve ignorar a riqueza e pluralidade de trabalhos voltados para tal assunto. Diferentes pesquisas e contribuições científicas já desenvolvidas por autores distintos (LOPES, 2016) nos indicam discussões plurais e potentes, apontando diversas perspectivas que se debruçam sobre o tema das fontes jornalísticas.

O cenário brasileiro não é diferente; muitos autores já se dedicaram ao tema das fontes de informação. Porém,

percebemos a carência de estudos que proporcionassem uma visão ampla dos trabalhos desenvolvidos no Brasil para a pesquisa a respeito das fontes. Assim, nos dispusemos a fazer uma análise da produção publicada de 1999 até 2019, de modo a traçar o panorama dos estudos brasileiros sobre fontes jornalísticas.

Nosso principal objetivo é proporcionar uma visão abrangente dos estudos desenvolvidos sobre fontes jornalísticas no Brasil. Como objetivos específicos, indicamos realizar o levantamento das contribuições dos pesquisadores brasileiros em artigos, teses e dissertações nos últimos 20 anos, bem como agrupar tais contribuições considerando o recorte de tempo em que estas estiveram inseridas, formato e o tipo de contribuição que lhes caracteriza.

2 A fonte como ponto de reflexão

As fontes de informação historicamente demandam a reflexão sobre seu papel e ação. Não por acaso, na primeira tese sobre jornalismo, no século XVII, Peucer (2003) já apontava a relevância dos relatos públicos feitos a partir das informações obtidas

diretamente por testemunhas dos fatos por elas presenciados – um indicador de credibilidade.

Para Alsina (2009), a fonte desempenha um papel fundamental, sendo parte, com o acontecimento e a notícia propriamente dita, da tríade para a construção da realidade jornalística. Pinto (2000) aponta uma complexidade referente às fontes e à atuação destas nas práticas jornalísticas desempenhadas nas redações – implicando desde considerações a respeito de sua identificação até sua representação.

Felisbela Lopes (2016), numa reflexão sobre as contribuições científicas já empreendidas sobre as fontes jornalísticas, destaca os trabalhos de autores como Leon Sigal (que distinguia as fontes entre oficiais, que representavam interesse público, e não-oficiais), Harvey Molotch e Marilyn Lester que criaram o conceito de promotores da notícia) e Stuart Hall (que trabalhou a noção de definidor primário). Além destes, a autora aponta Herbert Gans, que distinguia fontes entre conhecidas e desconhecidas, e o já mencionado Manuel Pinto, que propôs uma linha de construção taxonômica segundo a natureza, a origem, o âmbito geográfico, o grau de envolvimento dos fatos, a atitude

face ao jornalista, a identificação e as estratégias de atuação. Por fim, Lopes (2016) indica em Sundar e Nass, que tomaram por base o universo *on line*, a divisão entre as fontes estabelecidas entre visíveis, tecnológicas e receptoras.

A reflexão de Neveu (2006) aponta fontes ativas e se mostra particularmente atual: um cenário com jornalistas submersos em informações dadas pelas fontes. Chaparro (1994) lembra que o jornalismo é construído por fazeres intencionados e que as práticas realizadas pelos profissionais da área se entrelaçam com a competência das fontes: a chamada revolução das fontes se traduz em parceria firmada entre redações e fontes com legitimidade para produzir acontecimentos.

Em vez de repudiar as fontes, ao jornalismo e à sociedade importa aumentar-lhes o elenco, a diversidade, a capacidade de produzir e colocar nos circuitos sociais os discursos por meio dos quais lutam e interferem no presente. E aí está uma das mais nobres e politicamente das mais valiosas finalidades do jornalismo: a de garantir o direito de dizer aos grupos sociais sem voz e ainda sem discurso estruturado. (CHAPARRO, 2014, p. 78)

Outras abordagens mais recentes sobre as fontes jornalísticas estão expostas no papel destas como indicadores de ritos de passagem na carreira dos jornalistas (ROSENBERG, 2019), suas relações com os jornalistas no fornecimento de informações para a produção de notícias (BUDUCHEV, 2019), e na ação das redes sociais digitais como fontes de informação (NORDHEIM; BOCZEC; KOPPERS, 2018).

No Brasil, Erbolato (2006) e Lage (2006) voltaram suas atenções para a exploração técnica das fontes, dando orientação aos profissionais e jornalistas em formação. Machado (2003) apontou as particularidades do trabalho desenvolvido no ciberespaço e necessidade da responsabilização ética das fontes. Schmitz (2011), admitindo que as fontes são participantes interessados na exposição das informações fornecidas aos jornalistas, explorou as estratégias empreendidas por elas no intuito de alcançar tal objetivo.

3 Estratégias de busca: a construção do panorama

Conforme orienta Ida Regina C. Stumpf (2012), nossa pesquisa, de caráter

essencialmente bibliográfico, se propõe a localizar, selecionar e identificar documentos que se mostrem ligados ao nosso propósito. Por isso, aliamos elementos quali-quantitativos e descritivos como estratégia para chegarmos aos materiais em questão.

Verificamos os anais do Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo, no encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós), dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Jornalismo, promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e dos Congressos Brasileiros de Ciências da Comunicação, promovidos pela Associação Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), na Divisão Temática Jornalismo⁹⁷, bem como em revistas brasileiras de Jornalismo e Comunicação e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante o período entre 1999 e 2019.

Diante da diferença dos tipos de materiais, agimos conforme explicitado abaixo:

I. Anais de eventos: utilizamos os sistemas de busca disponibilizados nos sites em que estavam expostos os trabalhos. Empregamos os termos fonte, fonte jornalística e fonte de informação na busca. Chegamos a 39 trabalhos, dos quais quatro foram apresentados nos congressos da Compós, 18 nos encontros da SBPJor e outros 17 no congressos da Intercom;

II. Revistas científicas: utilizamos os mecanismos de busca dos endereços eletrônicos das revistas e os termos já indicados. Chegamos a 23 artigos coletados de 60 revistas mantidas por instituições nacionais;

III. Teses e dissertações: utilizamos mecanismo de busca disponível no site do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com os mesmos termos empregados nos casos anteriores. Definimos Ciências Sociais Aplicadas como grande área do conhecimento e Jornalismo e Editoração como área do conhecimento. De 1323 trabalhos, foram selecionados 15

⁹⁷ Para efeito de nossa pesquisa, nos anos anteriores a 2010 consideramos os trabalhos produzidos pelo Núcleo de Pesquisa Jornalismo.

por obedecerem aos critérios de prazo e tema.

Após as coletas acima, agrupamos as pesquisas encontradas conforme o período em que foram produzidas, o formato, a proposta e a metodologia empregada.

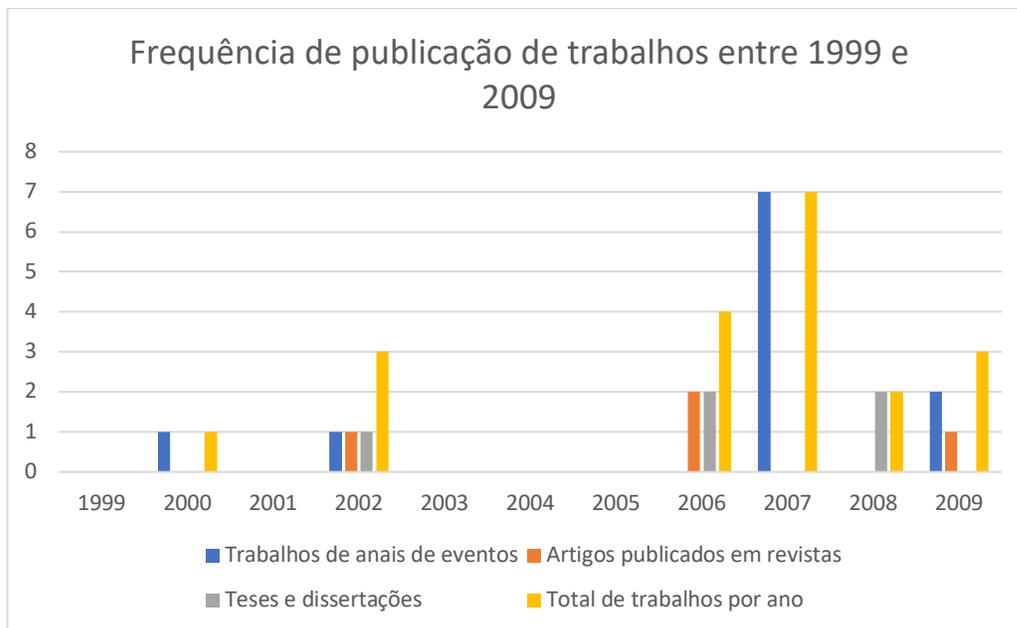
4 A diversidade do panorama brasileiro

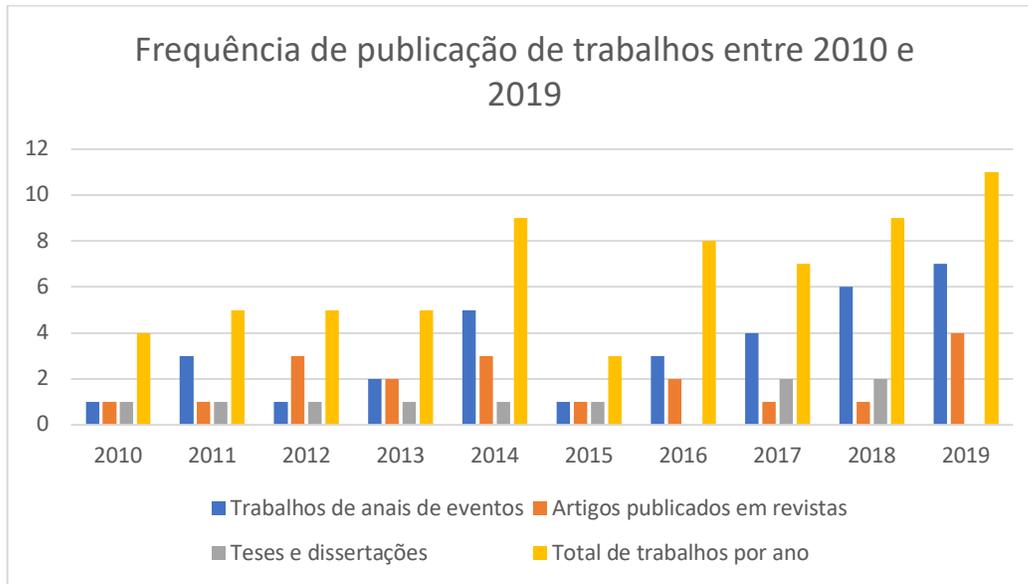
Dada a diferença de materiais observados para este trabalho, fizemos o detalhamento de parâmetros comuns por

categoria e traçamos um comparativo entre os dados obtidos. Elegemos pontos de observação: frequência de publicação, instituições, abordagens e metodologias.

4.1 Frequência

Observar a frequência de publicação de trabalhos sobre fonte jornalística no Brasil nos fez perceber o volume de trabalhos espalhados no tempo considerado, conforme os gráficos a seguir.





Entre os anos de 1999 e 2019, a pesquisa sobre fontes no Brasil sofreu intensos períodos de oscilação nos quais é possível verificar a ausência de trabalhos que abordem as fontes jornalísticas (caso dos anos de 1999, 2001, 2003, 2004 e 2005) em alternância com períodos de maior abordagem do tema (os anos de 2007 e 2019 dividem entre si o maior número de trabalhos em anais de eventos: sete em cada um). Também há regularidade na ocorrência do tema nos

últimos dez anos, com uma curva ascendente nos últimos cinco anos.

Acreditamos que tal resultado seja consequência da ausência parcial de registros de eventos⁹⁸ na primeira metade do intervalo de tempo observado e o interesse crescente por temas análogos à questão das fontes de notícias (tais como ética jornalística e *fake news*⁹⁹, que dialogam direta ou indiretamente com a problemática das fontes) na segunda metade. A segunda metade do período

⁹⁸ Os encontros da COMPÓS acontecem a partir de 1992, mas o site da entidade traz apenas os anais a partir de 2000. Os encontros promovidos pela SBPJor acontecem desde 2003, mas os anais são disponibilizados eletronicamente a partir de 2012.

⁹⁹ Notícia falsa.

também coincide com o crescimento dos programas de pós-graduação em Comunicação e Jornalismo e a consolidação dos encontros da SBPJor, dedicado exclusivamente ao jornalismo.

4.2 Distribuição regional

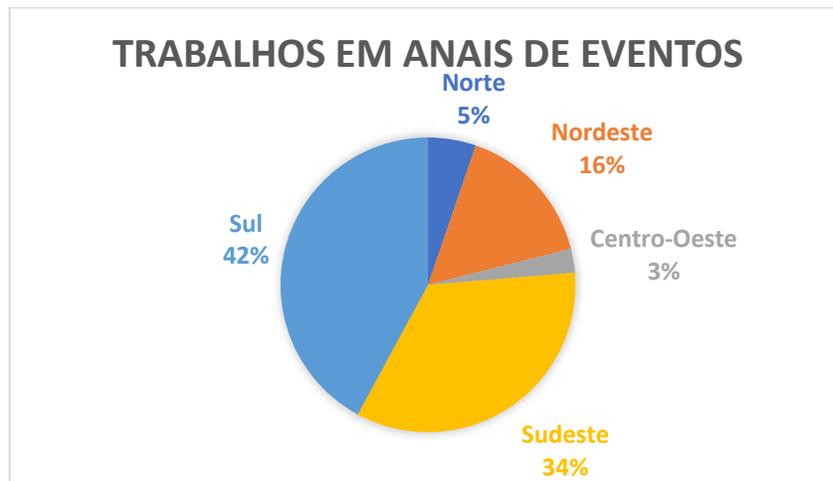
A distribuição regional da pesquisa brasileira sobre fontes jornalísticas aponta um item de caracterização do panorama proposto. Assim, considerando as instituições às quais os autores dos trabalhos estavam ligados, o tipo e a quantidade de trabalhos propriamente ditos, chegamos aos percentuais abaixo descritos. No caso dos trabalhos publicados em anais de eventos e nos artigos publicados em revistas, nos detivemos à instituição à qual cada autor de cada trabalho estava ligado. Foram

computadas as instituições distintas, em caso de trabalho com autores de instituições diferentes.

Entre os trabalhos publicados em anais de congressos¹⁰⁰, chegamos a dois trabalhos de instituições da Região Norte, seis trabalhos de instituições da Região Nordeste, um trabalho de instituição do Centro-Oeste, 13 trabalhos do Sudeste e 16 trabalhos de instituições da Região Sul do Brasil.

Conforme o gráfico, 76% da produção dos trabalhos verificados são das regiões Sudeste e Sul. Destaca-se a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com oito trabalhos publicados. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), as universidades estaduais de Ponta Grossa (UEPG) e do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Metodista de São

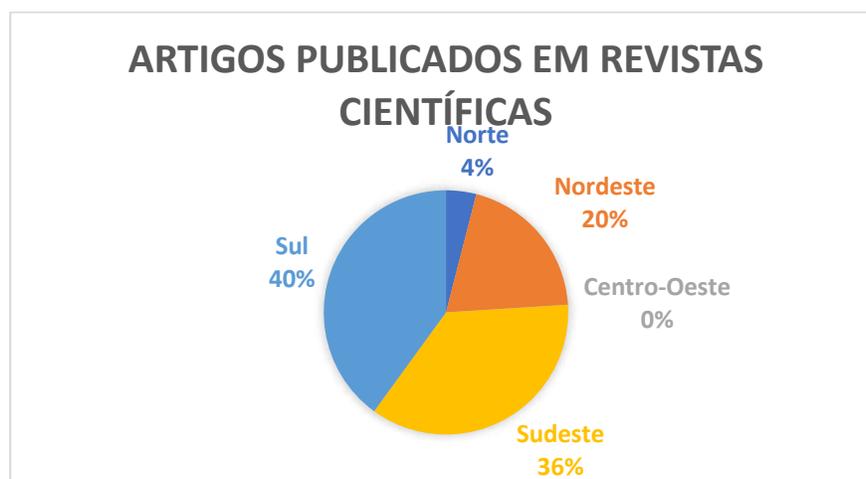
¹⁰⁰ Dois trabalhos coletados não indicavam instituição de origem.



Paulo aparecem cada uma com dois trabalhos, enquanto as demais instituições detectadas em nossa coleta aparecem com um trabalho cada.

No caso dos artigos publicados em revistas científicas¹⁰¹, chegamos a um da

Região Norte, cinco trabalhos da região Nordeste, nove trabalhos de instituições do Sudeste, dez trabalhos da Região Sul e nenhum trabalho do Centro-Oeste.



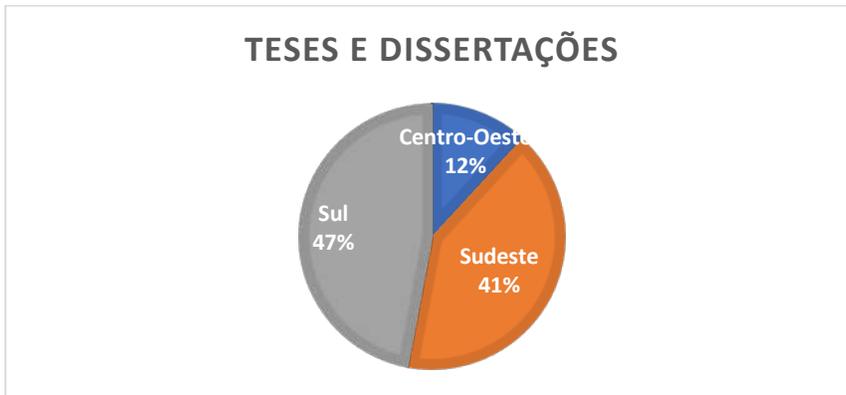
¹⁰¹ Um trabalho coletado não indicava instituição de origem.

As regiões Sudeste e Sul somam 76% dos trabalhos publicados em revistas científicas. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é a instituição com maior quantidade de trabalhos (três), seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a já mencionada UFSC – as quatro com dois trabalhos cada. As demais instituições de nossa amostra contam com um trabalho cada.

Por fim, ao verificarmos as instituições de origem das teses e dissertações, chegamos a um total de dois trabalhos da Região Centro Oeste, oito trabalhos da Região Sul e outros sete trabalhos da Região Sudeste. Não localizamos nenhum trabalho voltado para a temática das fontes jornalísticas de instituições do Norte e do Nordeste.

Conforme o gráfico acima, 88% das teses e dissertações sobre fontes jornalísticas defendidas entre 1999 e 2019 no Brasil estão concentradas em instituições do Sudeste e do Sul brasileiros. A Universidade de São Paulo (USP) é a instituição com maior número de trabalhos (quatro); a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a UFSM têm três trabalhos cada. As demais instituições contam com um trabalho cada.

De acordo com nossa verificação, a pesquisa sobre fontes no Brasil é, em sua maior parte, sulista – com números mais expressivos de produção na UFSC, UEPG, UFSM e UFRGS. O Sudeste aparece como a segunda maior região produtora de trabalhos voltados para o tema, com contribuições vindas especialmente do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Enquanto trabalhos da Região Norte quase não aparecem, o Nordeste se destaca por um



caráter difuso: diferentes instituições da região aparecem com apenas um trabalho em diferentes momentos do levantamento, o que demonstra a existência de contribuições pontuais.

Torna-se interessante confrontar os dados obtidos com suas potenciais causas. A UFSC e a UEPG, que se destacaram como centros produtores da maior parte dos trabalhos em dois momentos diferentes (o primeiro, entre trabalhos publicados em anais de eventos e artigos publicados em revistas; o segundo, entre dissertações e teses), possuem programas de pós-graduação voltados para Jornalismo, enquanto a maioria das demais instituições contam com cursos de mestrado e doutorado em Comunicação. Mas este princípio não garante, por exemplo, que a UFPB (que também tem um curso de mestrado profissional em Jornalismo)

apresente índices mais representativos de produção voltada para o tema das fontes jornalísticas. Significa que os programas de pós-graduação em Jornalismo não são os produtores da maioria absoluta dos trabalhos sobre fonte no Brasil.

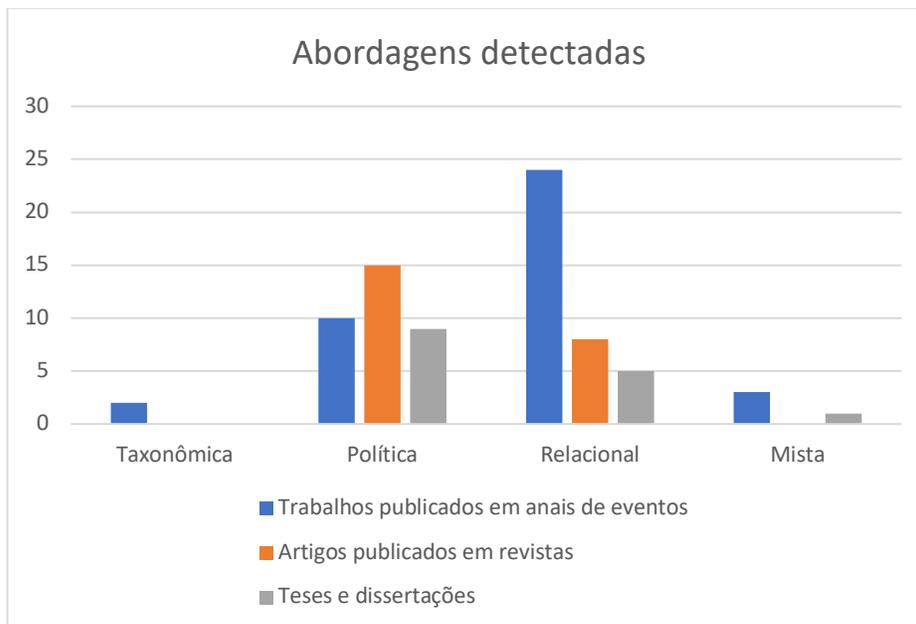
4.3 Abordagens

Percebemos nos trabalhos verificados a recorrência de abordagens, que dividimos em três grupos distintos: um, que chamamos taxonômico, voltado para a produção de classificações e/ou tipologias de fontes jornalísticas; outro, que denominamos político, debruçado sobre os processos e condições para escolhas das fontes nos materiais jornalísticos; e o último, que nomeamos relacional, concentrado em estudar as relações estabelecidas entre os jornalistas (e/ou veículos jornalísticos) e suas fontes ou

mesmo entre tais fontes e grupos de interesse, público ou afins. Definimos que tais abordagens seriam nossos demarcadores.

Dos 39 trabalhos publicados em anais de eventos, 24 têm abordagem política, 10 trazem a perspectiva relacional e apenas dois apresentam proposta taxonômica. Também observamos ocorrências mistas: a abordagem relacional apresentada junto à taxonômica em um trabalho e junto à

abordagem política em outros dois. Entre os artigos, foram verificados 15 trabalhos de abordagem política e oito trabalhos com a perspectiva relacional, sem ocorrência de abordagem taxonômica. Já entre as teses e dissertações, foram nove trabalhos com a perspectiva política, cinco com perspectiva relacional das fontes e um trabalho com abordagem mista (política e taxonômica).



Chama nossa atenção a baixa ocorrência de abordagens taxonômicas, ao

mesmo tempo em que entendemos a relacional e a política como diretamente

ligadas a discussões que contemplam questões éticas, organizacionais e de cultura profissional, focos nevrálgicos na pesquisa sobre fontes jornalísticas.

5 Considerações finais

A perspectiva de um panorama da pesquisa brasileira sobre fontes jornalísticas, objetivo principal de nosso trabalho, nos aponta por consequência e por determinação duas questões que se mostram fundamentais ao finalizarmos o presente trabalho: nos referimos, aqui, a irregularidade de frequência das pesquisas e à repetição de abordagens empregadas.

Os períodos de ausência de pesquisas, ladeados pelos números proporcionalmente baixos em relação ao recorte de tempo considerado, nos apontam para uma preocupação com o tema das fontes que se fortaleceu apenas recentemente, sustentado em trabalhos em que estas aparecem ligadas a questões éticas, olhares sobre ambientes organizacionais e de cultura profissional. Além disso, o panorama brasileiro de pesquisas sobre o tema em questão, mais forte no eixo Sudeste-Sul do país, tem

ocorrência mais difusa no Nordeste e no Centro-Oeste.

Atentamos ainda para o fato de que qualquer panorama é necessariamente incompleto, pela impossibilidade natural de abraçar todos os prismas de um tema. Ao mesmo tempo, esta incompletude aponta caminhos possíveis para desdobramentos naturais do presente trabalho.

Optamos por fazê-lo da maneira como se apresenta na esperança de contribuir para a percepção de traços característicos da produção brasileira. O detalhamento metodológico dos trabalhos desenvolvidos, bem como a divisão de comportamento entre diferentes mídias são, inicialmente, caminhos que nos parecem interessantes como possíveis focos de desdobramentos da iniciativa aqui presente.

Por fim, esperamos que este trabalho possa contribuir com outros que se voltem para a questão das fontes jornalísticas, colaborando com pesquisas futuras na condição de ponto de partida, perspectiva complementar ou antagônica. Entendemos que, quanto maior o número de trabalhos que se debrucem sobre este tema, maior será a contribuição para o campo de estudos jornalísticos, cuja complexidade

crece mais e mais em nossa contemporaneidade.

Referências

ALSINA, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes.

BUDUCHEV, V. (2019). Vitaly. Les journalistes et leurs sources, um renfort mutuel. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*. 8 (1), 54-67. Recuperado de <http://www.surlejournalisme.com/rev>.

CHAPARRO, M. C. (1994). *Pragmática do jornalismo*: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. (2a. ed.) São Paulo: Summus.

CHAPARRO, M. C. (2014). *Jornalismo: linguagem dos conflitos*. São Paulo: Edição do autor.

ERBOLATO, M. L. (2006). *Técnicas de Codificação em Jornalismo* (5a. ed.). São Paulo: Ática.

LAGE, N. (2006). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística* (6a. ed.). Rio de Janeiro: Record.

LOPES, F. (2016). Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. *Observatório*, 10 (4), 180-191. Recuperado de

<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/951/pdf>.

DOI: <https://doi.org/10.15847/obsOBS1042016951>

MACHADO, E. (2003). *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*. Florianópolis: Calandra.

NEVEU, É. (2006). *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola.

NORDHEIM, G., BOCZEC, K. & KOPPERS, L. (2018). Gerret von Nordheim, Karin Boczek & Lars Koppers. *Digital journalism*. 6(7), 807-828. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/21670811.2018.1490658?needAccess=true>. DOI:

10.1080/21670811.2018.1490658

PEUCER, T. (2004). Os relatos jornalísticos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 1 (2), 13-29. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>.

DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

PINTO, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 14 (1-2), 277-294. Recuperado de <https://revistacomsoc.pt/article/view/830/2029>.

DOI: [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1401](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1401)

ROSENBERG, L. (2019) Ritos de pasaje em la carrera de periodistas juvenes. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, 8 (1), 24-39. Recuperado de <http://www.surlejournalisme.com/rev>.

SCHMITZ, A. A. (2011). *Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook.

STUMPF, I. R. C. (2012). Pesquisa bibliográfica. In DUARTE, J. & BARROS, A. (Orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed., Cap. 3, pp. 51-61). São Paulo: Atlas.

Las fuentes de información en los medios digitales ¿Quién domina la agenda?

Fontes de informação na mídia digital. Quem domina a agenda?

News Sources in Digital Media: Who Dominates the Agenda?

Esteban Andrés Zunino¹⁰²

Resumen: el presente estudio analiza el uso mediático de las fuentes de información en los portales digitales más leídos de la Argentina. Guiado por las hipótesis del Indexing, que sostiene el predominio de las fuentes oficiales en las agendas mediáticas, y del Standing, que estipula que no todas las fuentes incluidas en las noticias obtienen el mismo nivel de crédito, se desarrolló un análisis de contenido representativo del año 2019 sobre los tres principales medios digitales del país: Clarín, La Nación e Infobae. Los resultados evidencian una importante prevalencia de las fuentes gubernamentales en las coberturas, que son, además, las que mayor nivel de crédito obtienen. Asimismo, se corrobora una fuerte homogeneidad en el uso de las fuentes entre los diferentes medios analizados. Los hallazgos del trabajo invitan a problematizar la profesión periodística y los criterios de calidad informativa en la construcción de la noticia como requisito básico para el pleno ejercicio del derecho humano a la comunicación, en el contexto de la digitalidad y la convergencia digital.

¹⁰² Esteban Andrés Zunino, Investigador CONICET y Profesor de la Universidad Nacional de Cuyo. Doctor en Ciencias Sociales y Humanas por la Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. estebanzunino@gmail.com.

Palabras Clave: FUENTES – MEDIOS DIGITALES - AGENDAS

Abstract: This study seeks to analyze the media use of information sources in the most important digital media in Argentina. Guided by the Indexing hypothesis, which supports the predominance of official sources in media agendas, and Standing, which stipulates that not all sources included in the news obtain the same level of credit, a representative quantitative content analysis was developed during 2019 on the three main argentine digital media: Clarín, La Nación and Infobae. Results showed the prevalence of government sources, which are also the ones that obtain the highest level of standing. Likewise, a strong homogeneity in the use of the sources was confirmed. Findings invite thinking about journalism and information quality as a basic requirement for the full exercise of the human right of communication in a convergent context.

Key words: SOURCES – DIGITAL MEDIA – AGENDA

Introducción

Los diarios online cumplieron ya más de dos décadas. Nacidos en Iberoamérica en 1995, la actualidad los encuentra en un momento de reconfiguraciones estructurales. En primer lugar, debido a que la digitalización modificó sustancialmente los modos de consumo de información (Mitchelstein & Boczkowski, 2017). En segundo lugar, porque ese proceso de desestructuración, que aún no ha culminado, trastocó los fundamentos

básicos de la profesión periodística (Casini, 2017; Martini & Luchessi, 2004; Retegui, 2017; Salaverría, 2016).

Los entornos convergentes promovidos por las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs) modificaron sustancialmente las rutinas productivas en las redacciones (Boczkowski, 2004). La irrupción de nuevos modos y tiempos de producción de las noticias promovieron un nuevo tipo de periodista, caracterizado por la flexibilidad de su labor (Retegui, 2017),

basada, sobre todo, en el criterio de inmediatez (Casini, 2017; Igarza, 2008).

Las fuentes de información constituyen un eslabón central de la cadena productiva de la información. Definidas como "personas o grupos de personas, organizadas o no, que conocen los hechos que el periodista acabará por convertir en noticia" (García Santamaría, 2010, p. 521), suelen mantener con los periodistas relaciones transaccionales y simbióticas (Bagdikian, 1985) de las que ambas partes se benefician. Diferentes estudios sobre calidad informativa (Díaz & Mellado, 2017; Gómez Mompert & Palaum Sampio, 2013; Pellegrini & Mujica, 2006) las consideran como un insumo central para garantizar la diversidad y pluralidad de voces, requisito insoslayable del periodismo de calidad, comprendido como "un bien público de cuyo buen y honesto funcionamiento depende el bienestar y el desarrollo democrático" (Gómez Mompert & Palaum Sampio, 2013, p. 771).

Diferentes estudios demuestran que, bajo la regimentación que el nuevo modo de trabajo impone, tienden a prevalecer en las coberturas las voces de los actores institucionales -gubernamentales o privados- con alto nivel de lobby y/o de

desarrollo de relaciones públicas (Amado & Rotelli, 2010; Becerra et al., 2012; Bennett & Lawrence, 2007).

En ese contexto, el propósito de este estudio es analizar el uso de las fuentes de información en los principales medios digitales de la Argentina. Se pretende determinar qué tipo de fuentes prevalecen en las noticias en relación con los diferentes asuntos que dominan la agenda informativa (McCombs & Shaw, 1972). Los resultados de la investigación serán centrales para comprender cuáles son los actores que logran imponer sus puntos de vista sobre los asuntos públicos y para construir nuevas hipótesis acerca del funcionamiento de las redacciones en la era de internet.

Marco teórico: agendas digitales, calidad informativa y fuentes de información

Las agendas mediáticas (McCombs & Shaw, 1972) son el resultado intensos procesos productivos de selección, omisión y jerarquización (Roberts, 2005) que se dan en las redacciones (Tuchman, 1978), a partir de los cuales los medios de comunicación estructuran una propuesta

temática otorgando relevancia a algunos asuntos en detrimento de otros. La relevancia “implica visibilidad y recuerdo de la información. Para lograr esto los medios cuentan con la ubicación de la noticia, mayor tamaño, la disposición de la información con respecto a otras o una mayor frecuencia de cobertura del tema” (Amadeo, 2008, p. 195). En tanto, el concepto de tema es definido como una serie de acontecimientos relacionados en el tratamiento periodístico que se agrupan en una categoría más amplia. Estos acontecimientos, directamente observables en la superficie del discurso, constituyen tópicos, es decir, etiquetas que resumen el dominio de las experiencias sociales incluidas en un relato (Pan & Kosicki, 1993).

El (buen) uso de las fuentes de información está íntimamente asociado al requisito de calidad informativa que medios y periodistas debieran considerar al producir las noticias. Sin embargo, esta noción resulta problemática para los estudios sobre periodismo. Asociada al concepto de interés público (McQuail, 1998), es decir, orientada al rol social de la información en el fomento de la igualdad, la libertad, el orden y la solidaridad, ha

resultado difícil de operacionalizar y mensurar (Gómez Mompert & Palaum Sampio, 2013; Pellegrini et al., 2011).

No obstante, la mayoría de las investigaciones que analizaron el tema de la calidad informativa caracterizaron a las fuentes de información como un insumo central para la buena praxis en el proceso productivo de las noticias.

Según el índice de calidad informativa de Pablos Coello y Mateos Martín (2004) la pluralidad de fuentes utilizadas y citadas, la proporción de voces corporativas y el aporte de fuentes documentales a las noticias constituyen indicadores de calidad. En el mismo sentido, Bogart (1989) incluye entre sus 23 indicadores de calidad informativa el análisis de la procedencia de las noticias y sus circuitos de llegada a la redacción. Más cercana en el tiempo, la herramienta metodológica desarrollada por la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso denominada Valor Agregado Periodístico propone tener en cuenta el tipo de fuentes presentes en las noticias, su aporte a la información, la alineación y la variedad de puntos de vista (Pellegrini & Mujica, 2006).

Algunos trabajos que analizaron el uso mediático de las fuentes de información

arribaron a conclusiones interesantes que sirven de antecedentes de esta investigación. Pellegrini y Mujica (2006) estudiaron cómo la mayoría de las noticias de los diarios chilenos están motivadas por iniciativas de las fuentes y no de los propios medios de comunicación. El mismo estudio demuestra que las fuentes oficiales del ámbito político, especialmente gubernamentales, se destacaron entre las más citadas en los diarios chilenos, peruanos, argentinos y colombianos. Es decir, el poder de institucionalización y de despliegue de relaciones públicas genera que un grupo reducido de actores con amplio poder de lobby logre imponer sus puntos de vista en las agendas mediáticas.

Estudios similares concluyeron que cuando las noticias siguen canales rutinarios, las fuentes oficiales tienden a imponerse. Y a estas se les dejan libradas las decisiones relativas a la selección de las noticias y los puntos de vistas predominantes (Berkowitz & Beach, 1993; Broersma et al., 2013; Sigal, 1973).

A partir de similares hallazgos, Walter Bennett (1990) formuló la hipótesis del *Indexing*. Esta sostiene que los medios de comunicación elaboran un índice de voces que dominan sus agendas. Según el autor,

las rutinas productivas de los medios y el clima de negocios en el que operan favorecen la presencia de fuentes oficiales, especialmente gubernamentales. Así, "los periodistas tienden a indexar el rango de voces y puntos de vista de acuerdo con el rango expresado por la corriente principal del debate gubernamental" (Bennett, 1990, p. 106). Consecuentemente, el periodismo ha cedido a los gobiernos el rol de controlarse a sí mismos, lo que lesiona ciertamente la calidad democrática (Bennett & Lawrence, 2007).

Sin embargo, Charron (1995) llama la atención sobre una cuestión metodológica clave para el estudio de las fuentes informativas. Según el autor, la medición de la presencia de las fuentes en la superficie de la agenda mediática poco dice de la real influencia de estas en el establecimiento de la agenda. Según el autor, "la influencia en la agenda de los asuntos públicos se mide por la capacidad que tiene un actor de imponer o condicionar, mediante su discurso o su silencio, cierta definición de la realidad. Pero nada se puede decir sobre este punto si la medición se limita a contar sus presencias" (Charron, 1995, p. 76).

Con el fin de subsanar los defectos en la estimación del peso real de cada fuente en

la definición una situación, este trabajo toma noción de *standing* propuesta por Ferree, Gamson, Gerhards y Rucht (2002). Esta es concebida como el crédito -o descrédito- que los medios de comunicación le otorgan a los puntos de vista expresados por las fuentes (Koziner, 2018). Así, siguiendo a Charron (1995), este trabajo no sólo tiene en cuenta la visibilidad diferencial de cada fuente, sino también el nivel de crédito que estas obtienen en el tratamiento informativo.

En relación con los conceptos y antecedentes vertidos se formulan tres hipótesis que guiarán la investigación:

H1: existe homogeneidad en el uso de fuentes de información entre los principales medios online de la Argentina.

H2: las fuentes oficiales, principalmente las gubernamentales, son las más consultadas por los medios digitales.

H3: las fuentes oficiales obtienen altos niveles de crédito (*standing*) en las coberturas.

Metodología

En función de los objetivos e hipótesis se propone una estrategia metodológica basada en el Análisis de Contenido

Cuantitativo. Utilizado desde 1930 con el nacimiento de las escuelas de periodismo de los Estados Unidos, fue concebido como "una técnica de investigación destinada a formular, a partir de ciertos datos, inferencias reproducibles y válidas que puedan aplicarse a su contexto" (Krippendorff, 1990, p. 28).

La bibliografía especializada le asigna al análisis de contenido algunas características centrales: 1) es sistemático, es decir, está "sometido a reglas explícitas que se pueden aprender o transmitir" (Colle, 2011, p. 27); 2); es cuantitativo, ya que su aplicación permite transformar un documento en una serie de resultados numéricos cuya finalidad es medir determinadas variables (Wimmer & Dominick, 1996); y 3) es objetivo, puesto que se pretende, a través de técnicas específicas, reducir al máximo el sesgo del analista sobre los resultados del estudio (Igartua, 2006).

Sin embargo, conscientes de la dificultad de alcanzar la objetividad cuando se parte de conceptos y categorías construidos por el analista, nuevas aproximaciones al análisis de contenido acentúan su fortaleza en su sistematicidad, resguardada en base a dos criterios

centrales: la construcción intersubjetiva de un sistema de categorías aplicable al objeto de estudio (Colle, 2011; Marradi, Archenti, & Piovani, 2018) y "que una vez definida la versión final del esquema de codificación, este sea aplicado uniformemente por todos los codificadores" (Marradi et al., 2018, p. 428), ensayándose pruebas de fiabilidad.

Para este trabajo, que es el resultado de la labor de un equipo de investigación, se construyó durante un año un libro de códigos (*code book*) que partió de una instancia cualitativa consistente en una aproximación inductiva al material de análisis (Krippendorff, 1990), requisito indispensable para la elaboración de la herramienta.

La codificación se desplegó sobre un corpus de 3.360 noticias que constituyen las unidades de análisis de la investigación. Estas se codificaron en tiempo real en dos cortes diarios coincidentes con momentos de alta actualización y tráfico de los medios online: 09:00 AM y 19:00 PM, en cuatro cortes temporales de dos semanas cada uno a lo largo de los años 2017 y 2018 (20/05/2017 al 02/06/2017; 19/08/2017 al

01/09/2017; 25/11/2017 al 08/12/2017 y 19/05/2018 al 01/06/2018). Para el estudio de las fuentes se codificaron las cinco primeras incluidas en cada una de las piezas, cuando las hubiera.

Los medios online analizados fueron: *Clarín* y *La Nación* de Buenos Aires, *Los Andes* y *Uno* de Mendoza, *La Voz* de Córdoba y *La Capital* de Rosario. El criterio de selección de los medios contempló que ubicaran sus cabeceras en las principales ciudades del país (Buenos Aires, Córdoba, Rosario y Mendoza) y que calificaran al tope de la preferencia de los lectores a partir de los datos que releva la consultora internacional comScore¹⁰³.

En cada uno de los cortes seleccionados se codificaron las primeras cinco noticias de las *homes* contabilizando desde arriba hacia abajo y de izquierda a derecha, considerando que la ubicación es un criterio clásico de jerarquía informativa que los medios digitales utilizan. La decisión acerca de la forma de jerarquizar en los diarios online está sustentada por bibliografía especializada (Boczkowsky & Mitchelstein, 2013; Odriozola Chené, 2012)

¹⁰³ Ver: <https://www.lettrap.com.ar/nota/2018-9-20-16-3-0-medios-digitales-en-argentina-la-pelicula-y-la-foto>

y fue ratificada en entrevistas a periodistas de los medios analizados.

La demarcación de los cortes de análisis no tuvo pretensión de representatividad de un año completo, lo que hubiera requerido 187 días de estudio efectivo. Sin embargo, por tratarse de un estudio exploratorio (Marradi et al., 2018) de la prensa digital argentina; y por el volumen de noticias analizadas, se considera que las tendencias que se trazan a partir de estas observaciones serán útiles para nuevas investigaciones sistemáticas y representativas de carácter longitudinal a las que el equipo está abocado.

Fiabilidad

El trabajo de codificación fue realizado por cinco codificadores durante todas las etapas. Para establecer la fiabilidad se sometieron a una instancia de intercodificación 336 noticias correspondientes al 10% del corpus analizado que, en este trabajo, coincide con el universo. La elección de las noticias de la muestra para la intercodificación surgió de la siguiente estrategia de estratificación: se seleccionaron 84 noticias de cada una de las cuatro etapas teniendo en cuenta que 14 fueran de cada uno de los medios. La

selección de las 14 piezas correspondientes a cada online fue aleatoria.

Para establecer el nivel de fiabilidad de la intercodificación se utilizó el Coeficiente de Correlación Rho de Spearman. Mientras que el nivel de acuerdo para las 52 variables que componen la investigación total fue de $\rho=0.871$, el resultado de la correlación de las 12 variables que forman parte de este artículo a $\rho=0.832$.

Análisis

En función de los objetivos y las hipótesis de este trabajo, en primer lugar, se exploraron cuáles fueron los temas predominantes en las agendas informativas de los diarios *Clarín*, *La Nación*, *Los Andes*, *Uno*, *La Voz* y *La Capital*.

El gráfico 1 evidencia que los asuntos públicos relacionados con la política y la economía dominaron las agendas informativas de todos los medios. Si se pone el foco en las diferencias entre los diarios, es posible advertir que este tipo de asuntos se potencia en los online con cabecera en Buenos Aires, mientras que temas “blandos” como “deportes”,

“policiales” o “sociedad” incrementan su frecuencia en los diarios del interior del país.

La presencia diferencial de los tópicos entre los diarios de Capital Federal y del interior da cuenta, indirectamente, de las diferencias en los procesos productivos. Tal como sostiene Salaverría (2016), los medios online poseen un potencial alcance

global aunque restringen a lo local su cobertura informativa, actitud que se explica tanto por sus posibilidades productivas, como por los intereses de sus lectores. Ambos factores explican que las noticias de política y economía que mayormente surgen de Buenos Aires, sede

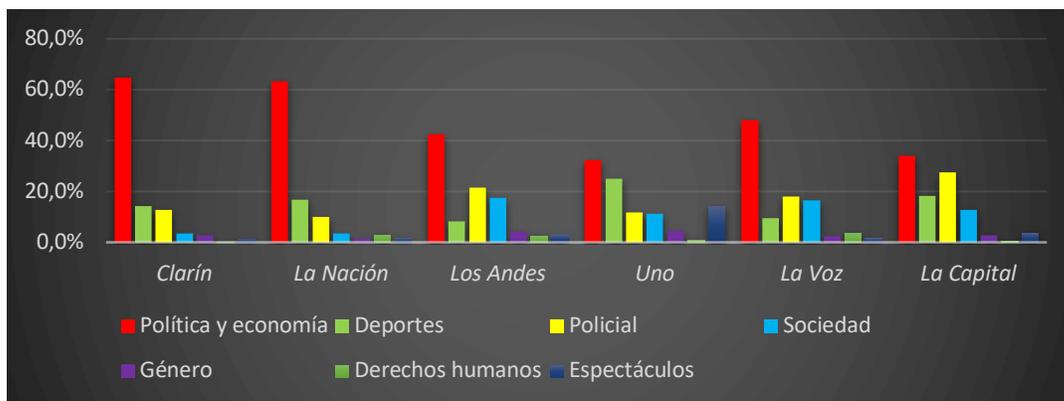


Gráfico 1: frecuencia de temas según medio. Clarín, La Nación, Los Andes, UNO, La Voz y La Capital 2017-2018. Fuente: elaboración propia

del gobierno nacional, el congreso y las principales instituciones de la administración central, sean monopolizadas por los medios capitalinos.

Ahora bien, una vez comprobado que los asuntos públicos ligados a la política y la economía dominan las agendas, resulta pertinente entrar de lleno a los objetivos

centrales de esta investigación: las fuentes de información.

En primer lugar, y en función de la hipótesis 1, se analiza si existió homogeneidad en el uso de las fuentes entre los diferentes medios online.

La tabla 1 expresa la correlación

	Los Andes	UNO	La Nación	La Voz	La Capital	Clarín
Los Andes	1	,868**	,842**	,899**	,903**	,864**
UNO	,868**	1	,760**	,875**	,876**	,955**
La Nación	,842**	,760**	1	,832**	,840**	,881**
La Voz	,899**	,875**	,832**	1	,987**	,870**
La Capital	,903**	,876**	,840**	,987**	1	,865**
Clarín	,864**	,955**	,881**	,870**	,865**	1

Tabla 1: Uso de fuentes de información. Correlación de Pearson entre medios. *Clarín, La Nación, Los Andes, UNO, La Voz y La Capital* 2017-2018. **. La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral). Fuente: elaboración propia.

de Pearson¹⁰⁴ entre el total de las fuentes de información referenciadas por los diferentes medios analizados. Los altos niveles de correlación significativa evidencian que los seis medios incluyeron no sólo el mismo tipo de fuentes, sino que lo hicieron en proporciones similares. Como se puede observar, los valores

oscilan entre niveles altos y muy altos de correspondencia, lo que en términos descriptivos indica una fuerte homogeneidad.

Ahora bien, si se analizan estos datos bajo la premisa de que las fuentes resultan centrales en el establecimiento de temas y puntos de vista en los medios de

¹⁰⁴ El coeficiente de correlación de Pearson es un valor estadístico que mide la relación lineal entre dos variables. Los rangos de valor van de +1 a -1. La correlación se puede escalar en cinco categorías: correlación muy baja, de 0 a 0,19; correlación baja de 0,2 a 0,39; correlación media de 0,4 a 0,59; correlación alta de 0,6 a 0,79 y correlación muy alta de 0,8 a 1.

comunicación (Bennett & Lawrence, 2007; Berkowitz & Beach, 1993; Díaz & Mellado, 2017) y que esa homogeneidad riñe con los requisitos de diversidad y pluralidad de voces neesarias para garantizar calidad informativa (Gómez Mompert & Palaum Sampio, 2013), un primer dato salta a la vista. A la vez que se comprueba la hipótesis 1, que sostenía un uso homogéneo de las fuentes, la constatación expresa otro hallazgo sugerente en términos de calidad informativa: las agendas de los principales medios online argentinos, independientemente de sus ubicaciones geográficas, escalas, intereses empresariales y rutinas están influidas, en proporciones similares, por los mismos actores.

Ahora bien, ¿cuáles fueron las fuentes predominantes?

El gráfico 2 expresa dos hallazgos relacionados¹⁰⁵. En primer lugar, se constata que el Poder Ejecutivo (el gobierno nacional) es la principal fuente en los diferentes medios, lo que le permitiría exponer sus puntos de vista sobre los principales asuntos públicos. En efecto, mientras que el gobierno aparece como fuente el 40,2% de las veces, el resto de los actores de otros signos políticos alcanza valores marginales (Unidad Ciudadana 2,7%, Partido Justicialista 2,3%, Frente Renovador 1,2% y Frente de Izquierda 0,5%).

¹⁰⁵ La frecuencia de las fuentes de información se expresa de manera agregada entre los diferentes medios producto de la constatación previa de homogeneidad en su uso.

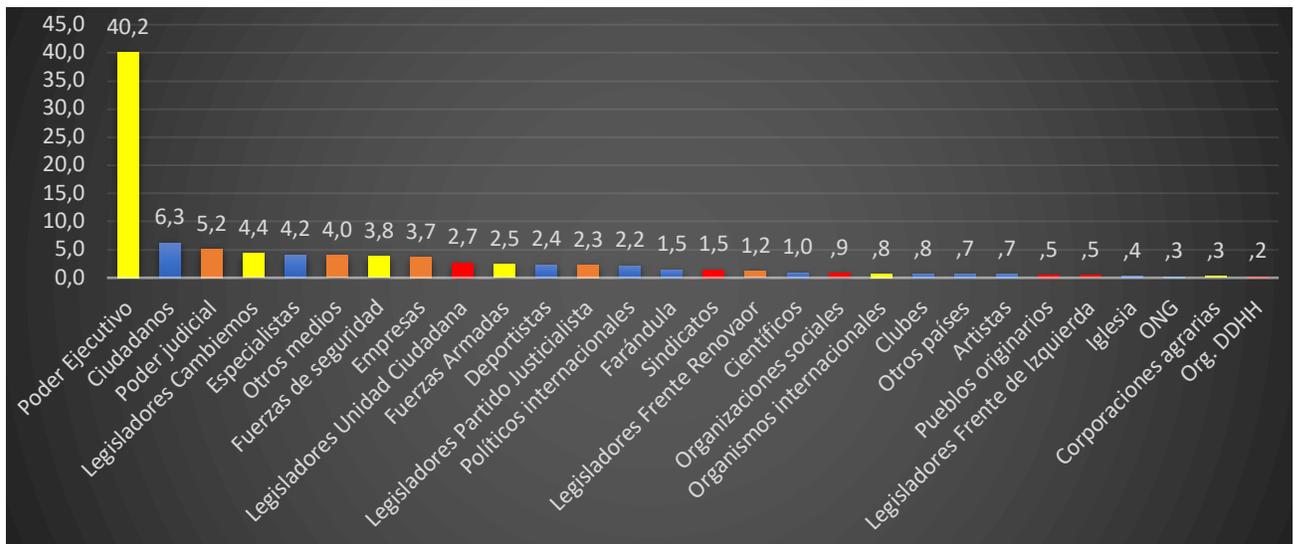


Gráfico 2: frecuencia de fuentes. Clarín, La Nación, Los Andes, UNO, La Voz y La Capital 2017-2018. Fuente: elaboración propia.

La segunda fuente en orden de aparición son los ciudadanos (6,3%). Sin embargo, estos son incluidos en las noticias de modo individual y, la mayor parte de las veces, como víctimas de situaciones delictivas o como testigos eventuales. Es decir, no se los tiene en cuenta a través de agrupamientos colectivos con voz unificada sobre los asuntos públicos. Sus voces aparecen ocasionalmente en tanto sujetos aislados que se expresan sólo sobre algunos tópicos, especialmente policiales.

Otra arista interesante de exploración es la frecuencia diferencial entre fuentes oficiales o estatales (Steele, 1997) y no

oficiales. Si se agrupan las menciones según este criterio, los resultados también resultan reveladores. En soporte a la hipótesis 2, y en concordancia con otros trabajos que dieron cuenta de fenómenos similares en la prensa mundial (Bennett & Lawrence, 2007; Berkowitz & Beach, 1993; Deuze, 2003; Díaz & Mellado, 2017), las fuentes oficiales acapararon el 68,4% de las menciones, relegando a las no oficiales al 31,6%.

Si se profundiza el análisis, es posible afirmar que los actores más institucionalizados son los que logran influir en la agenda mediática, sobre todo a

partir de la construcción de eventos de relaciones públicas (Amado & Rotelli, 2011; Bennett & Lawrence, 2007). Más aún, si se analiza la composición de la categoría “fuentes no oficiales”, es posible determinar una fuerte presencia de actores que, si bien no forman parte del Estado, también están fuertemente insitucionalizados, tienen una fuerte capacidad de lobby y ejercen un gran poder de condicionamiento o veto sobre los asuntos públicos. Por ejemplo, luego de los ciudadanos, considerados en la prensa del modo que ya se explicitó, medios de comunicación (4%), empresarios (3,7%) y sindicatos (1,5%) son algunos de esos actores no oficiales fuertemente influyentes.

Por otra parte, la presencia de voces de especialistas resulta poco abundante en las coberturas informativas (4,2%). El dato no es menor, sobre todo si se tiene en cuenta que su inclusión constituye uno de los requisitos básicos del periodismo de calidad (Gómez Mompert, 2013; Pellegrini et al., 2011).

Ahora bien, el gráfico 2 propone otro nivel de análisis. Si se tienen en cuenta los colores de las barras, se identifican en amarillo a las fuentes netamente oficialistas; en anaranjado a aquellas que, si bien provienen de otros espacios políticos, no resultan disonantes con las políticas oficiales; y finalmente, en colorado, figuran las abiertamente opositoras¹⁰⁶. Los resultados demuestran que las fuentes propias de la coalición gobernante “Cambiemos” y de otros actores afines ideológicamente alcanzan el 55,6% de las menciones. Si a estas se les suman las “no disonantes” (13%), es posible aseverar que el 68,6% de las fuentes fueron actores oficialistas o, al menos, no disonantes con el poder de turno. En cambio, las fuentes opositoras apenas alcanzaron sumadas el 6,3% de las menciones, lo que evidencia un profundo desbalance en la presencia que adquirieron los diferentes actores según su tendencia político-ideológica.

Finalmente, este trabajo toma la advertencia de Charron (1995) acerca de que la mera presencia de las fuentes no

¹⁰⁶ Las fuentes coloreadas en azul son aquellas que, por su diversidad, no se pueden encuadrar en las categorías propuestas.

implica que estas logren imponer sus puntos de vista en las coberturas. Con el fin de desentrañar la diferencia entre la mención y el crédito que reciben, se tomó el aporte de Koziner (2018) quien sugiere medir, además de la presencia, el nivel de *standing* que cada una de ellas logra en las coberturas informativas.

El gráfico 3 expresa los resultados del nivel de crédito (*standing*) que obtuvieron en los medios digitales los

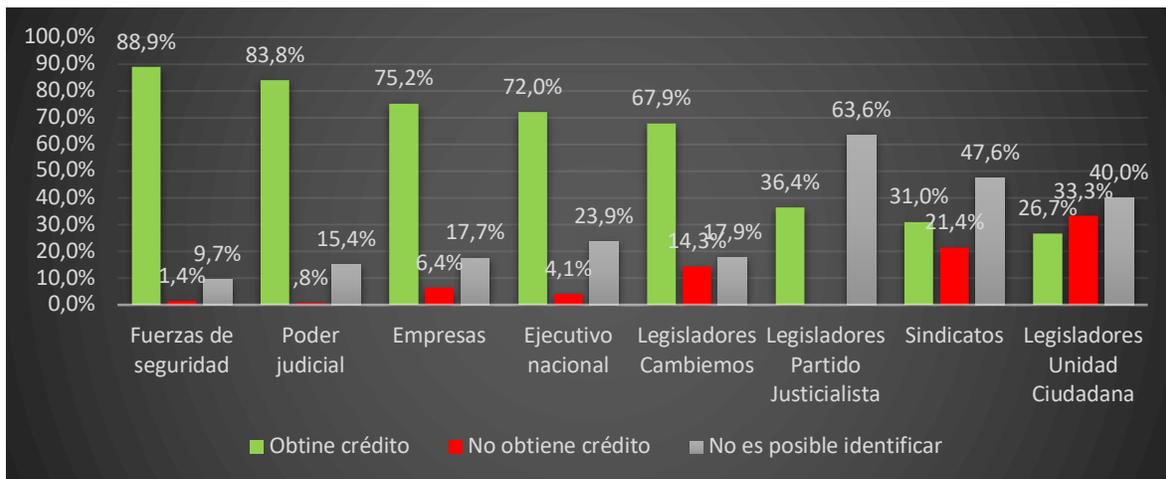


Gráfico 3: frecuencia de fuentes. Clarín, La Nación, Los Andes, UNO, La Voz y La Capital 2017-2018. Fuente: elaboración propia

principales actores oficiales y no oficiales cuando fueron consultados como fuentes de información.

Los resultados evidencian que las fuerzas de seguridad (88,9%) y las fuentes judiciales (83,8%) son las que más crédito adquirieron. Las empresas, fuentes no oficiales, pero fuertemente

institucionalizadas y con alto poder de lobby, alcanzaron el 75,2% de crédito.

Si se analizan las fuentes que provienen del ámbito estrictamente político, nuevamente se observa una marcada diferencia entre fuentes oficialistas y opositoras. Mientras que el oficialismo de Cambiemos obtuvo crédito en siete de cada diez menciones, los dirigentes opositores

alcanzaron *standing* sólo tres de cada diez de las veces que sus voces fueron incluidas en las noticias.

De este modo, las hipótesis 3 es parcialmente confirmada. En los medios online de la Argentina, las fuentes oficiales son las que más crédito obtienen, aunque con la salvedad de que las gubernamentales y oficialistas duplican los valores de aceptación que las opositoras. Es decir, estas no sólo son más visibles. Además, los medios no suelen cuestionar sus versiones de los hechos.

Conclusiones

El presente trabajo analizó el uso de las fuentes de información en la prensa digital argentina. Para ello se desarrolló un análisis de contenido sobre seis de los diez medios online más leídos del país, teniendo en cuenta un criterio federal de distribución geográfica de las empresas mediáticas.

En primer lugar, se llegó a la conclusión de que los asuntos públicos, específicamente la política y la economía dominaron las agendas de todos los medios, aunque con sensibles diferencias entre los capitalinos y los del interior. Las posibilidades de acceso, por cercanía, a las

noticias del gobierno central, les permitieron a los medios de Buenos Aires un mayor despliegue sobre estos asuntos. En los diarios provinciales, en cambio, la capacidad de cobertura de las decisiones del gobierno nacional se ve limitada, principalmente por los escasos recursos con los que cuentan para mantener una cobertura nacional profunda. Más aún, la mayoría de las noticias nacionales presentes en los medios de las provincias se construyen a partir de cables de noticias o bien de procesos de *intermedia agenda setting* (Lim, 2006) en los que los medios nacionales son fuente de los provinciales, muchos de ellos con vínculos empresariales entre sí.

En segundo lugar, siguiendo la propuesta de Díaz y Mellado (2017), se analizó si existía homogeneidad en el uso de las fuentes entre los diferentes medios. La hipótesis 1, que sostenía su existencia, quedó corroborada al comprobarse correlaciones altamente significativas entre todos los medios, independientemente de sus escalas, ubicaciones geográficas y conformación empresarial. Las fuentes citadas fueron muy similares, en cantidad y volumen concordante.

En tercer lugar, se corroboró la segunda hipótesis del trabajo. Se halló un fuerte predominio de fuentes oficiales, especialmente del poder ejecutivo a cargo del presidente Mauricio Macri, de la coalición Cambiemos. Cuatro de cada diez menciones remitieron al mandatario o a sus funcionarios, adquiriendo una presencia cinco veces mayor que su seguidor más inmediato. Las fuentes opositoras, aún estatales, resultaron marginales. Esto demuestra que, si bien las fuentes oficiales suelen imponerse, es necesario tener en cuenta un segundo criterio de análisis: aquellas provenientes del gobierno central o de organismos estatales que le responden políticamente alcanzaron mayores niveles de visibilidad que las fuentes estatales opositoras, lo que generó un desbalance en la diversidad de puntos de vista lesivo para la calidad informativa (Gómez Mompert, 2013; Gómez Mompert & Palaum Sampio, 2013; Pellegrini et al., 2011).

Por último, siguiendo la premisa de Charron (1995) acerca de que la visibilidad de las fuentes no asegura que sus puntos de vista dominen las agendas informativas, se estimó el nivel de *standing* (Ferree et al., 2002; Koziner, 2018) que obtuvieron las

más importantes. Los hallazgos corroboraron parcialmente la hipótesis 3, que sostenía que las fuentes oficiales alcanzarían mayor nivel de crédito. Si bien la hipótesis se corroboró, quedó en evidencia otro dato sustancial: las fuentes "oficialistas" fueron las que mayor crédito obtuvieron por parte de las empresas mediáticas. En tanto, otras fuentes oficiales, como legisladores opositores, acapararon un mayor rechazo de la prensa sobre sus puntos de vista.

Los hallazgos de este trabajo constituyen un avance en la reconstrucción de la fisonomía de los medios online de la Argentina en la actualidad y, a su vez, permiten plantear algunas hipótesis y nuevos interrogantes sobre el estado del ejercicio de la profesión periodística. La constatación de que la institucionalización y el poder de lobby de las fuentes resulta determinante para su visibilidad mediática deberá ser pensada en adelante en relación con sus tendencias político-ideológicas.

Tal como surge de diversos estudios, las relaciones rutinarias y simbióticas que establecen los periodistas con las fuentes estatales y otros actores poderosos genera un desbalance en la diversidad de voces presentes en las noticias (Bennett, 1991;

Berkowitz & Beach, 1993). Más aún, estas relaciones ponen en riesgo la función básica de control del poder por parte de la prensa, ya que esta, en términos de Bennett (2007), fue cedida a los propios gobiernos.

Los hallazgos demuestran que, más que a un escenario en el que predominan las fuentes oficiales, asistimos a un concierto de voces oficialistas. Y esta diferencia no es menor.

Los datos que surgieron del análisis de contenido generan la necesidad de poner en relación estos resultados con otro tipo de investigaciones a partir de nuevas preguntas. ¿Cuáles son los factores que explican estos descubrimientos? ¿Cuál es el peso específico de los intereses comerciales de las empresas mediáticas que, a la vez que deben controlar a los gobiernos, son financiados con fondos estatales a partir de la publicidad oficial (Becerra, 2015)? ¿Qué tipo de rutinas se están dando en las redacciones que puedan explicar tal estado de situación?

El presente estudio constituye un insumo básico para nuevas investigaciones que puedan abordar estas preguntas más amplias y complejas. El fin último es aportar a la discusión sobre calidad informativa en contextos convergentes, a

partir de una concepción amplia que persista en considerar al periodismo como una actividad de interés público, relevante socialmente.

Referencias

Amadeo, B. (2008). Framing: Modelo para armar. En M. T. Baquerín de Riccitelli (Ed.), *Los medios ¿aliados o enemigos del público?* (1.ª ed., Número 1974, pp. 183-281). EDUCA.

Amado, A., & Rotelli, N. (2010). Fuentes y periodistas en la diversidad informativa. *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*, 1-18. https://docs.google.com/viewer?url=http://www.catedraa.com.ar/wp-content/uploads/2009/06/2010_alaic-ponencia-amadorotelli.pdf&pli=1

Amado, A., & Rotelli, N. (2011). La investigación de medios en situaciones de conflicto: supuestos y aportes. *10º Congreso nacional de Ciencia política, «Democracia, Integración y Crisis en el Nuevo Orden Global: Tensiones y desafíos para el análisis político»*, 19. http://www.catedraa.com.ar/wp-content/uploads/2009/06/Amado-Rotelli_2011_SAAP_web.pdf

Bagdikian, B. H. (1985). The U. S. Media Supermarket or Assembly Line? *Journal of Communication*, 3(35), 97-109. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1985.tb02451.x>

Becerra, M. (2015). *De la concentración a la convergencia. Políticas de medios en Argentina y América Latina* (1.ª ed.). Paidós.

Becerra, M., Marino, S., & Mastrini, G. (2012). *Mapping Digital Media: Argentina*.

Bennett, W. L. (1990). Toward a Theory of Press-State Relations in the United States. *Journal of Communication*, 40(2), 103-127. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1990.tb02265.x>

Bennett, W. L. (1991). *News: The Politics of Illusion, Ninth Edition* (1.ª ed.). Longman.

Bennett, W. L., & Lawrence, R. G. (2007). *When the Press Fails. Political Power and The News Media from Irak to Katrina* (W. L. Bennett, R. G. Lawrence, & S. Livingston (eds.); 1.ª ed.). The University of Chicago Press.

Berkowitz, D., & Beach, D. (1993). News Sources and News Context: The Effect of Routine News, Conflict and Proximity. *Journalism Quarterly*, 70(1), 4-12.

Boczkowski, P. J. (2004). The processes of adopting multimedia and interactivity in three online newsrooms. *Journal of Communication*, 54(2), 197-213. <https://doi.org/10.1093/joc/54.2.197>

Bogart, L. (1989). *Press and Public. Who reads what, when, where, and why in American Newspapers* (2.ª ed.). Lawrence Erlabum Associates.

Broersma, M., den Herder, B., & Schohaus, B. (2013). A Question of Power. *Journalism Practice*, 7(4), 388-395. <https://doi.org/10.1080/17512786.2013.802474>

Casini, J. (2017). La información periodística en la era digital. En S. Martini & M. Pereyra (Eds.), *La noticia hoy. Tensiones entre la política, el mercado y la tecnología* (1.ª ed., pp. 53-73). IMAGO MUNDI.

Charron, J. (1995). Los medios y las fuentes. Los límites del modelo de agenda setting. En M. J. Gilles Gauthier (Ed.), *Comunicación y Política* (1º, pp. 72-93). Gedisa.

Deuze, M. (2003). The web and its journalisms: considering the consequences of different types of newsmedia online. *New Media & Society*, 5(2), 203-230.

Díaz, M., & Mellado, C. (2017). Agenda y uso de fuentes en los titulares y noticias centrales de los medios informativos chilenos. Un estudio de la prensa impresa, online, radio y televisión. *Cuadernos.info*, 40, 107-121. <https://doi.org/10.7764/cdi.40.1106>

Ferree, M. M., Gamson, W. A., Gerhards, J., & Rucht, D. (2002). *Shaping Abortion Discourse. Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States* (1°).

García Santamaría, J. V. (2010). Crisis del periodismo de fuentes. Las prácticas del periodismo en España en el accidente de Spanair. *Revista Latina de Comunicación Social*, 65, 516-537. <https://doi.org/10.4185/RLCS-65-2010-916-516-537>

Gómez Mompert, J. L. (2013). Complejidad social y calidad informativa: hacia un periodismo "glocal". *Austral Comunicación*, 2(2), 219-230. <http://www.austral.edu.ar/ojs/index.php/australcomunicacion/article/view/77/83>

Gómez Mompert, J. L., & Palaum Sampio, D. (2013). Métodos y técnicas de análisis y registro para investigar la calidad periodística. *Actas del 2º Congreso*

Nacional sobre Metodología de la Investigación en Comunicación, 771-785.

Igarza, R. (2008). *Nuevos medios. Estrategias de convergencia* (1.ª ed.). La Crujía.

Koziner, N. (2018). Standing de las fuentes periodísticas en la política de medios argentina (2009 y 2016). *Cuadernos Info*, 42, 141-158.

Lim, J. (2006). A Cross Lagged-Analysis of Agenda Setting Among Online News Media. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 83(2), 298-312.

Martini, S., & Luchessi, L. (2004). *Los que hacen la noticia: periodismo, información y poder* (1.ª ed.). Biblos.

McCombs, M., & Shaw, D. (1972). The Agenda-Setting Function of the Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 176-187.

McQuail, D. (1998). *La acción de los medios. Los medios de comunicación y el interés público* (1.ª ed.). Amorrortu.

Mitchelstein, E., & Boczkowski, P. J. (2017). Juventud, estatus y conexiones. Explicación del consumo incidental de noticias en redes sociales. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, 24, 131. <https://doi.org/10.22201/fcpys.24484911e.2018.24.61647>

Pablos Coello, José Manuel Mart, Mateos Martín, C. (2004). Estrategias informativas para acceder a un periodismo de calidad, en prensa y TV. *Ámbitos*, 12(1er y 2do semestres), 341-365.

Pan, Z., & Kosicki, G. (1993). Framing analysis: An approach to news discourse. *Political Communication*, 10(1), 55-75.

<https://doi.org/10.1080/10584609.1993.962963>

Pellegrini, S., & Mujica, M. C. (2006). Valor Agregado Periodístico (VAP): la calidad periodística como un factor productivo en un entorno medial complejo. *Palabra Clave*, 9(1), 7-18.

Pellegrini, S., Puente, S., Porath, W., Mujica, C., & Grassau, D. (2011). *Valor agregado periodístico. La apuesta por la calidad de las noticias* (1.ª ed.). Pontificia Universidad Católica de Chile.

Retegui, L. (2017). *Los procesos de organización del trabajo en la redacción de un diario. Un estudio a partir del diario La Nación, en el contexto digital (1995-2013)*. Universidad Nacional de Quilmes.

Roberts, C. (2005). Gatekeeping theory: An evolution. *Channels*, 17.

<http://www.chrisrob.com/about/gatekeeping.pdf>

Salaverría, R. (2016). *Ciberperiodismo en Iberoamérica* (R. Salaverría (ed.); 1.ª ed.). Ariel.

<http://www.fundaciontelefonica.com/artecultura/publicaciones-listado/pagina-item-publicaciones/itempubli/479/>

Sigal, L. (1973). *Reporters and Officials: the organization and politics of newsmaking*. Heath & Co.

Steele, J. (1997). Don't Ask, Don't Tell, Don't Explain: Unofficial Sources and Television Coverage of the Dispute Gays in the Military. *Political Communication*, 14, 83-96.

<https://doi.org/https://doi.org/10.1080/105846097199551>

Tuchman, G. (1978). *Making News. A Study in the Construction of Reality* (1.ª ed.). Free Press.

Novos vampiros e diversidade genética: gajes del jornalismo científico na Bogota

New vampires and genetic diversity: scientific journalism at Bogota

Lina María Patricia Manrique Villanueva¹⁰⁷

Resumen: Esta ponencia presenta los resultados de una investigación, acción, participación en el campo del periodismo científico, que incluye la reflexión sobre la producción de un corpus de 30 artículos periodísticos que se publicaron en 2018 y 2019 en UN Periódico Digital de la Universidad Nacional. Además, incluye entrevistas con editores de revistas científicas de las universidades Nacional y Javeriana de Bogotá.

Palabras Clave: periodismo científico, Ciencia, socialización del conocimiento

Abstract: This presentation presents the results of an investigation, action, participation in the field of scientific journalism, which includes reflection on the production of a corpus of 30 journalistic articles that were published in 2018 and 2019 in UN Digital Newspaper of the National University. In addition, it includes interviews with editors of scientific journals from the National and Javeriana universities of Bogotá.

Key words: Journalism, Science, Knowledge.

¹⁰⁷ Lina María Patricia Manrique Villanueva. Profesora Pontificia Universidad Javeriana. Doctora en Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. Colombia. Correo: l.manrique@javeriana.edu.co

Los posgrados en periodismo científico en Iberoamérica, la Asociación Británica de la Ciencia (BSA), el Centro de Estudios de Ciencia, Comunicación y Sociedad en la Universidad Pompeu Fabra, la Ley 1951 de 2019 que transforma a Colciencias en el nuevo Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación para el año 2020, responden a la premonición de Carl Sagan, en su libro Miles de millones: “Adquirir el conocimiento y el saber necesarios para comprender las revelaciones científicas del siglo XX será el reto más profundo del siglo XXI”. (Sagan, 1996, pág. 208).

Pues bien, contar periodísticamente historias científicas, nos remite al abanico que va desde el científico haciendo periodismo, hasta el periodista traduciendo hallazgos, para un público más amplio. Desde los activistas pro ciencia hasta el espectro más crítico, representado en el filósofo Héctor Palma¹⁰⁸. Este ensayo se propone reflexionar sobre la narración de la ciencia en forma periodística pero no a la antigua, sino al modo de la era digital.

Para ello se presentan tres partes: a) la experiencia de ejercer el periodismo científico en UN Periódico digital, donde he tenido la oportunidad de publicar artículos científicos en los últimos dos años, b) las reflexiones sobre cómo fortalecer el periodismo científico en la era digital y, c) finalmente, las posibles rutas para fortalecer el compromiso de la política pública frente a la necesidad de consolidar la ciencia y tecnología.

Tema central

Desafíos y retos del periodismo científico en las universidades de Colombia

Enfoque y/o metodología de abordaje

Este estudio se presenta bajo la metodología Investigación, Acción, Participación y se complementa con entrevistas en profundidad realizadas a

¹⁰⁸ Héctor Palma en “Infidelidad genética y hormigas corruptas” asegura que el periodismo científico no cumple con sus objetivos y además contribuye a formar una imagen ingenua, deformada e ideológica de la ciencia. Palma, H. (2012), pág. 227. Buenos Aires, Teseo Editorial.

directores de medios científicos universitarios.

Objetivos

Identificar las prácticas periodísticas de periodistas científicos universitarios en dos universidades de Colombia: la Universidad Nacional y la Pontificia Universidad Javeriana.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

Las universidades, como fuente inagotable de ciencia y conocimiento, tienen mucho que contarle a la sociedad. La divulgación del conocimiento tiene varias aristas, en este caso:

a) Las fuentes, (las tesis, los investigadores, los profesores y los directores de tesis).

b) La creación de una agenda de interés, priorizando temas, negociando temas de Ciencias Sociales para ser incluidos como "científicos y taquilleros" por los editores,

c) La tensión entre escritura científica y

escritura periodística, y d) La recepción que tienen los medios tradicionales y las audiencias.

Con el nombre de comunicación científica pública, divulgación científica, comunicación pública de la ciencia, la CPCT se reconoce, en diferentes países, la acción de difundir el conocimiento entre círculos más amplios de la población. Para Marisa Avogadro, la comunicación científica pública (CCP) es el "conjunto de actividades de comunicación que van desde las técnicas publicitarias hasta el espectáculo (...) pasando por la divulgación tradicional, el periodismo, las exposiciones y los clubes de ciencia". (Erazo, 2007). Los conceptos teóricos y las prácticas periodísticas se enriquecen y nutren mutuamente.

Pues bien, contar periodísticamente historias científicas, nos remite al abanico que va desde el científico haciendo periodismo, hasta el periodista traduciendo hallazgos, para un público más amplio. Desde los activistas pro ciencia hasta el espectro más crítico, representado en el filósofo Héctor Palma¹⁰⁹. Este ensayo se

¹⁰⁹ Héctor Palma en "Infidelidad genética y hormigas corruptas" asegura que el periodismo científico no cumple con sus objetivos y además contribuye a formar una imagen ingenua, deformada e ideológica de la ciencia. Palma, H. (2012), pág. 227. Buenos Aires, Teseo Editorial.

propone reflexionar sobre la narración de la ciencia en forma periodística pero no a la antigua, sino al modo de la era digital.

Para ello se presentan tres partes: a) la experiencia de ejercer el periodismo científico en UN Periódico digital, donde he tenido la oportunidad de publicar artículos científicos en los últimos dos años, b) las reflexiones sobre cómo fortalecer el periodismo científico en la era digital y, c) finalmente, las posibles rutas para fortalecer el compromiso de la política pública frente a la necesidad de consolidar la ciencia y tecnología.

- Objetivos: identificar las prácticas periodísticas de periodistas científicos universitarios en dos universidades de Colombia: la Universidad Nacional y la Pontificia Universidad Javeriana.

Con el nombre de comunicación científica pública, divulgación científica, comunicación pública de la ciencia, la CPCT se reconoce, en diferentes países, la acción de difundir el conocimiento entre círculos más amplios de la población. Para Marisa Avogadro, la comunicación científica pública (CCP) es el "conjunto de actividades de comunicación que van desde las técnicas publicitarias hasta el espectáculo (...) pasando por la divulgación

tradicional, el periodismo, las exposiciones y los clubes de ciencia". (Erazo, 2007). Los conceptos teóricos y las prácticas periodísticas se enriquecen y nutren mutuamente.

La existencia de un Centro de Estudios de Ciencia, Comunicación y Sociedad en la *Universidad Pompeu Fabra* es una pista para conmensurar la importancia de la divulgación de la Ciencia en España. La Asociación Británica de la Ciencia (BSA), los programas de posgrado de periodismo científico en América Latina responden a la premonición de Carl Sagan, en su libro *Miles de millones*. "Adquirir el conocimiento y el saber necesarios para comprender las revelaciones científicas del siglo XX será el reto más profundo del siglo XXI". (Sagan, 1996, pág. 208).

Pues bien, contar periodísticamente historias científicas, nos remite al abanico que va desde el científico haciendo periodismo, hasta el periodista traduciendo hallazgos, para un público más amplio. Desde los activistas pro ciencia hasta el espectro más crítico, representado en el

filósofo Héctor Palma¹¹⁰. Este ensayo se propone reflexionar sobre la narración de la ciencia en forma periodística pero no a la antigua, sino al modo de la era digital.

Para ello se presentan tres partes: a) la experiencia de ejercer el periodismo científico en UN Periódico digital, donde he tenido la oportunidad de publicar artículos científicos en los últimos dos años, b) las reflexiones sobre cómo fortalecer el periodismo científico en la era digital y, c) finalmente, las posibles rutas para fortalecer el compromiso de la política pública frente a la necesidad de consolidar la ciencia y tecnología.

- a) Reportar nuevas especies de murciélagos, las vampiresas, y explicar la diversidad genética de los pastos marinos

Tras varios meses de esperar el regreso del biólogo Darwin Morales de su trabajo de campo en Vaupés, se logró la entrevista

para reportar nuevas especies de murciélagos en Colombia.¹¹¹ La *Vampyressa melissa* fue una de las nuevas especies: frugívora, vive en bosques de Perú y Ecuador y, ahora sabemos, en también en Colombia. Las fuentes en el periodismo científico tienen poca disponibilidad de tiempo y, en ocasiones, miedo de conceder declaraciones a la prensa, para evitar ser tergiversados.

Construir una relación de confianza es uno de los retos que obliga al periodista a ponderar sus procedimientos para no ser complaciente con las fuentes, ni caer en errores que puedan tener impactos imprevistos entre los investigadores y las audiencias.¹¹²

Cada uno de los reportajes tiene su historia. En diciembre de 2018, por ejemplo, se publicó un artículo sobre la diversidad genética de los pastos marinos¹¹³. En esa entrevista pude constatar cómo cadenas de televisión global patrocinan científicos

¹¹⁰ Héctor Palma en "Infidelidad genética y hormigas corruptas" asegura que el periodismo científico no cumple con sus objetivos y además contribuye a formar una imagen ingenua, deformada e ideológica de la ciencia. Palma, H. (2012), pág. 227. Buenos Aires, Teseo Editorial.

¹¹¹ Manrique, L. (2019). Registran nuevas especies de murciélagos para Colombia. Disponible en: <https://www.elspectador.com/noticias/ciencia/registran-nuevas-especies-de-murcielagos-para-colombia-articulo-868245> El Espectador. Bogotá, 2019.

¹¹² Cfr. Manrique & Duque. (2018). "Periodismo científico: socialización del conocimiento pos gradual en la Universidad Nacional". Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana. Cátedra UNESCO, 2018.

¹¹³ Manrique, L. (2018). Diversidad genética, clave para conservar los pastos marinos. Disponible en: <https://unperiodico.unal.edu.co/pages/detail/diversidad-genetica-clave-para-conservar-pastos-marinos/>

para obtener material audiovisual de calidad. Este fue el caso de *National Geographic* que financió al biólogo Miguel Barrios, en la secuenciación de ADN del pasto marino, cuyo nombre científico es: *Thalassia testudinum*, o “pastos de tortuga”.

Las universidades, como fuente inagotable de ciencia y conocimiento, tienen mucho que contarle a la sociedad. En este caso, la UN cuenta con un periódico impreso desde hace 18 años, y emigró a la era digital en noviembre de 2017. Ha sido escribiendo para ese medio como emergen las experiencias con científicos que refiero pensando en la “comunicación pública de la ciencia y la tecnología” (en adelante CPCT).

La divulgación del conocimiento tiene varias aristas, en este caso: a) Las fuentes, (las tesis, los investigadores, los profesores y los directores de tesis). b) La creación de una agenda de interés, priorizando temas, negociando temas de Ciencias Sociales para ser incluidos como “científicos y taquilleros” por los editores, c) La tensión entre escritura científica y escritura periodística, y d) La recepción que

tienen los medios tradicionales y las audiencias.

Con el nombre de comunicación científica pública, divulgación científica, comunicación pública de la ciencia, comunicación pública de la ciencia y la tecnología (CPCT)¹¹⁴, se reconoce, en diferentes países, la acción de difundir el conocimiento entre círculos más amplios de la población. Para Marisa Avogadro, la comunicación científica pública (CCP) es el “conjunto de actividades de comunicación que van desde las técnicas publicitarias hasta el espectáculo (...) pasando por la divulgación tradicional, el periodismo, las exposiciones y los clubes de ciencia”. (Erazo, 2007). Los conceptos teóricos y las prácticas periodísticas se enriquecen y nutren mutuamente.

Conectar la estrategia de radio con la del periódico digital

En el caso de la producción de artículos periodísticos para la web en 2018, en la UN, se realizó una alianza con el programa radial “*Respuestas por escrito*”, que se emite en UN Radio, los jueves a las 21:30 horas, en el dial 98.5 F.M. El programa informa sobre los trabajos académicos de

¹¹⁴ Término acuñado en Francia en 1958 en el debate de la Asociación de Escritores Científicos de Francia.

posgrado, en la voz de los científicos que han sido distinguidos con tesis meritoria o laureada. El resultado de esta alianza permitió el aumento del tráfico en páginas vistas o *page views*. Ese fue un camino para enlazar *cross media* los dos lenguajes: el digital y el sonoro.

Los artículos publicados permitieron construir un acervo de fuentes de los doctorados y maestrías de Ingeniería de Sistemas, Biotecnología, Salud Pública, Química, Veterinaria, Historia, Derecho y Ciencia Política entre otras áreas.

Las recomendaciones para los redactores de UN Periódico incluyen los siguientes elementos:

1. Contexto. Es necesario describir detalladamente cuál es el contexto de la noticia, cuáles son los lugares en dónde se hizo la investigación. Por ejemplo, si es un pueblo de pescadores, quiénes son, cómo viven, cómo pescan, cómo se organizan, etc.

2. Aporte. En segundo lugar, cuál es el aporte concreto de esa investigación a la sociedad. En la lógica de las "cinco w", (qué, quién, cuándo, dónde, por qué y cómo) es

necesario narrar de qué manera impacta la noticia positivamente o cómo beneficia al lector.

3. Metodología. Se busca explicarle al lector cuál fue el proceso para llegar a los hallazgos. Por ejemplo, si hizo un análisis químico, cómo recolectó muestras, qué tipo de muestra, qué hicieron con las muestras, por qué llegaron a esa conclusión y no a otra: los lectores entenderán que "la ciencia no es un acto de magia".

4. Propuestas. ¿Cuáles son las propuestas del científico para llegar de una forma más efectiva a los contextos reales? Esto es posible si el / la periodista no le teme al científico. Es necesario escuchar y hacer contra preguntas.

Escritura científica y recepción de las audiencias

Además de las *analíticas*¹¹⁵ que ofrecen hoy las plataformas, se debe tener en cuenta la retroalimentación cualitativa que suscita una publicación. De un lado, los investigadores pueden tener reacciones que van desde la solicitud de una corrección al texto o la gratitud frente a la información publicada. En cuanto a los

¹¹⁵ El periodista tiene hoy control de su propia audiencia por medio de los análisis cuantitativos que arrojan las plataformas por medio de las llamadas métricas o analíticas. Es importante su estudio en tiempo de Big Data.

medios, algunos suelen interesarse por profundizar en un tema, solicitando una nueva entrevista con la fuente. Otra de las prácticas es la transcripción textual del material, por parte de otros *Blogs* o portales externos.

Una historia traerá conexiones con nuevas fuentes, que derivarán en más publicaciones. Eso se debe, a los lazos de vínculo académico y temático que se tejen dentro de los grupos de investigación y los programas académicos. Según Manuel Calvo, “la credibilidad de la información científica depende en primer lugar de la sociedad y sus relaciones con los medios; en segundo lugar depende del propio medio y en tercer lugar del periodista”. (Fog, 1988, pág. 180). En este sentido, la iniciativa de UN Periódico Digital se nutre de la credibilidad del periódico impreso.

b) Fortalecer el periodismo científico en el contexto digital

Con el cambio tecnológico, del tránsito del papel al digital hay transformaciones en los roles del periodistas. En la misma

línea, Schäfer (2010) analiza cómo Internet ha afectado a una figura del periodismo en general, y del periodismo científico en particular, como verificador de hechos¹¹⁶. En el entorno digital, esta labor se ha visto favorecida porque muchos datos se pueden contrastar fácilmente con una búsqueda rápida en bases de datos abiertas. Fahy y Nisbet (2011) identifican siete prácticas y roles del periodista científico en el entorno digital a partir de entrevistas en profundidad con profesionales de medios de comunicación de Estados Unidos y Reino Unido. Estas prácticas son:

1. El papel tradicional del periodista científico como traductor de la información científica desde la fuente experta al público en general, sigue siendo la “piedra angular” del trabajo de los periodistas científicos.

2. La evaluación de la gran cantidad de contenido informativo relacionado con la ciencia presente en la web se ha convertido en una función cada vez más importante. Gestionar los contenidos a través de las redes sociales, específicamente Facebook, Twitter y Youtube es estratégico para aumentar las

¹¹⁶ Cfr. Fact checking

visitas de los contenidos de carácter científico.

3. El establecimiento de la *agenda setting* (McCombs, 1997) es otro de los roles del periodista científico, también en Internet. Se encargan de identificar y llamar la atención sobre las áreas de investigación más importantes y los problemas que suscitan.

4. Finalmente, el periodista científico desempeña un papel de “conector” en Internet, al aglutinar a científicos y públicos no especialistas en diferentes herramientas digitales (como blogs o redes sociales) para discutir temas relacionados con la ciencia. En este sentido, es necesario tener en cuenta las brechas generacionales entre los científicos y las audiencias juveniles, usuarias de medios sociales.

c) La política pública para fortalecer la Ciencia y la Tecnología

Los intentos de insertar el país en la gran comunidad científica global siguen siendo aislados, no sistemáticos. Esto tiene repercusiones en la enseñanza del periodismo científico, lo cual es comprensible por la escasa posición que

tiene Colombia en el campo de Ciencia, Tecnología e Innovación, si nos comparamos a escala global. América Latina y el Caribe sólo representan el 8% de la población mundial y según el último informe del *Global Innovation Index* (GII), de 2018, en el ranking mundial Colombia ascendió apenas dos puestos pasando del 65 al 63. En América Latina y el Caribe Chile es el primero (puesto 47 a nivel mundial). (Colciencias, 2018)

Fortalecer la política pública de ciencia y tecnología es prioritario. Esto depende de la capacidad de *lobby* político y de la ejecución de las decisiones que adopten el ejecutivo y el legislativo frente a la Ley 1951 de 2019 que transforma a Colciencias en el nuevo Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación para el año 2020.

Con la creación de esta cartera se ha resaltado que Colciencias para 2019 ha logrado avances en gestión presupuestal. “La entidad contará con 356 mil millones, un incremento de 13,56% respecto a 2018. Adicionalmente, tendrá \$250.000 millones destinados a los programas de doctorados en las universidades colombianas para fortalecer las capacidades de investigación de las regiones y cubrir las brechas existentes”. (Colciencias 2018).

En esa medida, se trata de no perder el rigor de la divulgación de la ciencia, que exige comunicar de forma concisa, clara y pedagógica con el fin de que la producción académica llegue a la ciudadanía.

Siguiendo la idea planteada por Goede (2011) acerca del papel que debe cumplir el periodismo científico en el siglo XXI.

Conclusiones

La reflexión por la consolidación del periodismo científico en el entorno digital en Colombia plantea nuevos desafíos en las formas de construcción de lenguaje multimedia y transmedia: aún hay un largo camino por recorrer para materializar de manera transmedia las posibilidades que ofrecen las tecnologías, de tal manera que las audiencias puedan conectarse con la ciencia por los medios sociales, que han tenido una incidencia amplia, especialmente entre las audiencias juveniles.

Las infografías, los multimedia, los blogs, los influenciadores y youtubers están entregando nuevas pistas de los que puede tener trascendencia en los públicos universitarios. En este mismo sentido, urge la reflexión sobre la Colombia rural. ¿Cómo

superar la brecha de conectividad e información entre el campo y la ciudad? Es una tarea por resolver desde las políticas públicas que formule el Gobierno, pero que también puede nutrirse con las ideas provenientes de la comunidad académica.

En cuanto al periodista científico, se ha comprobado cómo el entorno digital ha traído algunos aspectos francamente positivos para su desempeño profesional, como el enriquecimiento que suponen los elementos multimedia para facilitar la comprensión y ampliar la cobertura de la información de carácter científico. Estas posibilidades requieren del respaldo institucional y gubernamental, para lograr proyectar los avances en Ciencia y Tecnología.

Referencias

- Calvo, M. (1997). Manual de periodismo científico. Barcelona, Bosch Comunicación. Centro de Estudios de Ciencia, Comunicación y Sociedad en la Universidad Pompeu Fabra. (2019). Disponible en: <http://ccs.upf.edu/>
- Colciencias. (7 de 13 de 2018). Colciencias. Obtenido de Colciencias: http://www.colciencias.gov.co/sala_de_pr

ensa/colombia-sigue-escalando-
posiciones-en-temas-innovación

De Semir, V y Revuelta, G. (2017).
Periodistas científicos, corresponsales en
el mundo de la investigación y el
conocimiento. Barcelona, Editorial UOC.

Eraza, M. d. (2007). Comunicación,
divulgación y periodismo de la ciencia.
Ecuador: Ariel.

Fayard, P. (1990). Periodismo científico
europeo. Madrid: Consejo Superior de
Investigaciones Científicas.

Fahy, Declan y Nisbet, Matthew C.
(2011): The science journalist online:
Shifting roles and emerging practices, en:
Journalism 12 (7) 778-793

Fog, L. (1988). El periodista científico
toca la puerta del siglo XXI. Bogotá:
Fundación Konrad Adenauer.

Frankin, B. & Eldridge II, S. (2017). The
Routledge Companion to Digital
Journalism Studies. London, Routledge.

Londoño, M. (1988). El periodismo
científico en las universidades. En F. K.
Adenauer, El periodista científico toca la
puerta del siglo XXI (pág. 274). Bogotá:
Convenio Andrés Bello, SECAB.

Palma, H. (2012). Infidelidad genética y
hormigas corruptas. Buenos Aires, Editorial
Teseo.

Sagan, C. (1997). Miles de millones.

Shäfer, M. (2010). 'Taking stock: A meta-
analysis of studies on the media's coverage
of science'. Public Understanding Science
21 (6), Pág. 650-663. DOI:
10.1177/0963662510387559.

Wolfgang C. Goede (2011) Agenda del
periodismo científico en la segunda década
del siglo XXI: promover el alfabetismo
científico por medio de debates científicos,
en Revista Signo y Pensamiento, v. 31, n.
59, pp. 92 - 101.

Telejornalismo em outras telas: as informações hiperlocais e o jornalismo colaborativo

Telejournalism on other screens: hyperlocal information and collaborative journalism

Cristiane Finger ¹¹⁷

Resumen: Este estudo procura identificar as mudanças no telejornalismo a partir dos conteúdos e formatos de notícias divulgados, com regularidade, em canais de informação disponíveis na internet. Existe uma tendência em estabelecer novas práticas na captação, narração, edição, exibição e distribuição das notícias com o acesso por parte do internauta que passa a navegar em busca das informações e também contribuir para a construção destas informações. Para tanto, está em discussão bases teóricas para uma proposta de jornalismo colaborativo e hiperlocal que atenda estas novas demandas.

Palabras Clave: Telejornalismo. Hiperlocal. Colaborativo.

Abstract: This study seeks to identify changes in telejournalism based on news content and formats that are regularly published in information channels available on the internet. There is a tendency to establish new practices in capturing, narrating, editing, displaying and distributing news with access by Internet users who start to search for information and also

¹¹⁷ Professora Titular do Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação Artes e Design – FAMECOS/PUCRS. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social – FAMECOS/PUCRS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Televisão e Audiência (GPTV); Integrante da REDE TELEJor; Diretora Regional Sul INTERCOM; Vice-Presidente da Associação Riograndense de Imprensa – ARI. E-mail: cristiane.finger@pucrs.br

contribute to the construction of this information. Therefore, theoretical bases for a collaborative journalism proposal that meets these new demands are being discussed.

Key words: Telejournalism. Hyperlocal. Collaborative.

Introdução

Sem dúvida a televisão foi a mídia hegemônica do século XX, atraindo uma audiência contada em milhões e, por isso mesmo, conquistando a maior parte dos investimentos publicitários. Ocupou horas e horas do tempo destinado ao descanso e ao lazer de crianças, jovens, adultos e idosos. Com a sua grade de programação que mistura informação e entretenimento, programou também o telespectador que lhe devotou atenção, principalmente, no horário nobre. Foi uma espécie de "praça pública" onde todos os grandes temas da sociedade estavam expostos para serem discutidos depois em família ou com os amigos e os colegas. Estabeleceu hábitos, impôs costumes e criou tendências.

O que se assiste na televisão é o que, muitas vezes, sobra de vida a ser compartilhada. De tudo que separa e diferencia na modernidade líquida (BAUMAN, 2001), a televisão faz compartilhar experiências e constitui-se

num dos poucos elementos que une e aproxima as pessoas.

Agora a televisão sofre com os desafios de uma cultura da convergência (Jenkins, 2009) e da conexão (FORD, GREEN, JENKINS, 2014) onde todos os meios tradicionais e as chamadas novas mídias (nem tão novas assim) precisam coexistir. Tomando como referência o processo de seleção natural dos animais, o pesquisador Roger Fidler (1997) defende que o surgimento de uma nova tecnologia midiática não provoca o fim de outra. Ele explica que, assim como faz a biologia com os seres vivos, no caso dos meios de comunicação, cada um é afetado por um intrínseco processo de auto-organização. Num processo de transformação e adaptação das mídias a partir de pressões e necessidades sociais e da concorrência tecnológica imposta pelo novo meio.

A midiamorfose não é tanto uma teoria, mas um modo de pensar a respeito da evolução tecnológica dos meios de comunicação como um todo. Ao invés de estudar cada modalidade separadamente,

leva-nos a ver todas elas como integrantes de um sistema interdependente e a reparar nas semelhanças e relações existentes entre as formas do passado, do presente e as emergentes. Ao estudar o sistema de comunicação como um todo, veremos que os novos meios não surgem por geração espontânea, nem de modo independente. Aparecem gradualmente pela metamorfose dos meios antigos. E quando emergem novas formas de meios de comunicação, as antigas geralmente não deixam de existir, mas continuam evoluindo e se adaptando (FIDLER, 1998, p. 57).

O principal desafio para a televisão tem sido encontrar seu lugar neste novo sistema, mas acima de tudo, tornar possível um diálogo efetivo entre os produtores de conteúdo e os telespectadores. Scolari (2014), propõe uma nova etapa para esta adaptação, a hipertelevisão que deveria apostar na multiplicação de programas narrativos; na fragmentação da tela; na aceleração das histórias; na narrativa em tempo real; em histórias não sequenciais e na expansão narrativa ou transmídia. O problema apontado pelo autor é que a hipertelevisão

está apenas simulando as experiências interativas e hipertextuais na tentativa de atrair os nativos digitais com novas competências cognitivas e interpretativas.

A proposta deste estudo então é ir além desta simulação ou adaptação e utilizar o termo televisão de uma forma mais ampla. Pensar a televisão como uma produção de sentido que independe do meio de transmissão, dos suportes e dispositivos para recepção. Hoje os sistemas de transmissão de sinal de televisão e veiculação de conteúdos foram ampliados do mais conhecido *broadcast* até os menos estudados como *narrowcast* até o *nanocast*. Não importa em qual deles, um dos formatos do entretenimento de maior sucesso junto ao público são as séries. E não faz diferença onde elas serão assistidas, nas televisões abertas, nas emissoras fechadas, ou pelos canais de *streaming* como o *YouTube* ou a *Netflix*. Na *smartTV*, no computador, *tablet* ou celular. Também não há mais a relevância de quem produziu este conteúdo. Se foi originalmente pela gigante HBO ou se por uma produtora local que se associa ao distribuidor. O público nômade busca o conteúdo em si.

O que mudou foi a disponibilidade deste conteúdo que pode ser visto no momento do seu lançamento ou depois, de acordo com a vontade do distribuidor e o tempo dedicado pelo telespectador/usuário, em capítulos ou maratonas.

Isso que já acontece muito naturalmente no campo do entretenimento também pode ser significativo no jornalismo. Há quem acompanhe todas as informações pelo celular a cada momento, mas também há quem espere para ter um panorama geral das notícias que ocorreram ao longo do dia no telejornal à noite. Ou ainda, quem faça as duas coisas, mantendo-se atualizado durante o dia e procurando um panorama ou aprofundamento das principais notícias na programação das mídias tradicionais. Melhor ainda, quando estas notícias e repercussões ficam disponíveis durante muito tempo para consulta, de acordo com o interesse de cada pessoa.

No caso do jornalismo, o engajamento e a participação do telespectador/usuário pode ser definitivo para as mudanças de hábito da audiência. A internet e, mais especialmente, as redes sociais estabeleceram um protagonismo do usuário que aprendeu não apenas a dar

likes e *deslikes*, como também divulgar suas opiniões, encontrar quem pensa de forma semelhante e argumentar contra quem pensa diferente. Discussões que inverteram de alguma maneira a lógica das pautas. Se antes a televisão dizia sobre o que falar, hoje são os usuários do *Facebook*, do *Twitter* e dos grupos do *WhatsApp* que influenciam as pautas dos telejornais criando os ciberacontecimentos (ARIAS, 2008).

A proposta deste estudo é pensar em mais uma possibilidade de fazer e consumir o telejornalismo. O termo *Tele+ Jornalismo* que seria um jornalismo feito para ser distribuído para e/ou ao longe, ou ainda, transmitido para lugares distantes, muito mais do que um jornalismo para ser exibido apenas numa tela de visão (definição mais comum do aparelho televisão).

Assim, numa primeira acepção, este trabalho assume a perspectiva de que estudar telejornalismo é estudar um jornalismo para as telas, incluindo televisão, computador, smartphone, celular, tablets ou os demais dispositivos e suportes que se utilizem de uma tela de visão ou de uma tela refletiva para exibir

dados (EMERIM, FINGER, CAVENAGHI 2015, p. 4).

Televisão em todas as telas

Lipovetsky e Serroy (2009) já chamavam atenção para a inflação de telas na contemporaneidade. Telas não apenas para ver o mundo, mas também para viver a vida. Em toda parte, a tela permite romper os limites do tempo e do espaço. Para os autores, as telas podem ser caracterizadas como expressiva e experimental, lúdica, de vigilância e informacional, esta última a que mais interessa neste trabalho.

É importante pensar que as telas expressivas e experimentais são aquelas que simulam as formas artísticas com as técnicas digitais, a pintura, a fotografia, o cinema, o vídeo, a arquitetura, a música e a dança, quase todas as atividades humanas criativas cabem numa tela, num diálogo entre o computador e o público. Na tela lúdica estão: o divertimento, o jogo, o espetáculo e até a simulação do real. São os videogames e o Second Life, por exemplo, que propõem a imersão num mundo fictício que dá ilusão de realidade. A tele vigilância espalha câmeras de vídeo

por toda parte, nas ruas, no transporte coletivo, nos centros comerciais, bancos, museus, residências privadas, num difícil equilíbrio entre liberdade e segurança, em democracias cada vez mais controladas. E, por fim, a tela informacional que na primeira onda fez parte da comunicação de massa, *um para todos* e agora preconiza a comunicação de *todos para todos*. Mas, de uma maneira mais individualizada que mobiliza o usuário ativo que navega nos sites, comenta, elimina informações, compara e produz conteúdos de forma colaborativa.

Eis agora a tela como polo-reflexo, como referencial primeiro capaz de dar acesso ao mundo, às informações, às imagens. Tela indispensável para quase tudo, tela incontornável. Um dia, talvez, o que não estiver disponível na tela não terá mais interesse nem existência para todo um conjunto de indivíduos: quase tudo se buscará na tela e remeterá a ela. Ser ou não ser: existir na tela ou não existir (LIPOVESTIKY, LERROY, 2009, P. 297).

O principal problema com os estudos sobre a televisão está em estabelecer sobre qual televisão estamos falando, no conceito de Verón (2001) ela é a articulação de um suporte tecnológico e uma prática

social. Já foi um móvel ocupando lugar privilegiado na sala de estar, hoje é praticamente um quadro na parede com imagens em movimento. Pode ter uma tela gigante para dar mais qualidade e conforto a quem assiste. Pode também ser bem pequena, estar no celular e caber no bolso, acompanhar o consumidor e assim conquistar audiência em qualquer lugar. Já foi capaz de agendar o tempo de lazer do telespectador com a sua grade de programação, hoje atende as suas vontades quanto ao dia e ao horário, em *on demands e pay per views*. Atraiu milhões de pessoas em todo o mundo, falando nacionalmente, no sistema *broadcast*. Agora, continua sua sedução de forma mais específica, com o *narrowcast*, numa programação segmentada, que ultrapassa fronteiras (SCOLARI, 2004).

Ainda, segundo Lipovetsky e Serroy (2009), ao longo da história, a televisão passou de uma raridade para uma profusão, de uma televisão de oferta para uma televisão de demanda. Com a proliferação desta oferta cada vez mais os indivíduos tem acesso às mídias de maneira hiperindividualizada, de acordo com seus gostos, humores e temporalidades, o horário nobre (*prime*

time) é o horário próprio de cada um, a *self-mídia*.

Telejornalismo hiperlocal

Os telejornais ocupam um espaço relevante na vida dos brasileiros. Para as classes menos favorecidas da população, são a principal, senão a única, fonte de informação. A importância do jornalismo na televisão é inversamente proporcional ao grau de instrução, ao poder aquisitivo do público e à participação na vida em comunidade.

Inicialmente, o telejornal foi visto como um produto pouco atrativo para audiência e de alto custo de produção. Com o passar do tempo, o hábito do brasileiro mudou. Em uma sociedade, cada vez mais eletronicamente mediada, a televisão passa a ser o espaço público para as discussões em debate na sociedade, o que confere credibilidade às emissoras.

Com o aumento da audiência, vieram os anunciantes, os patrocinadores, e, por consequência, a sustentabilidade econômica de produção. Nacionalmente, transformaram-se no segundo produto mais rentável, dentro da programação, perdendo apenas para as telenovelas. Regionalmente, os telejornais locais

representam, além disso, a inserção política e ideológica junto às comunidades, que passam a se identificar ao ser representadas. Outro fator de destaque para os telejornais está em dar voz ao cidadão que busca solução para problemas na prestação dos serviços públicos, cobrando providências das diversas autoridades.

Outro aspecto a ser levado em conta no telejornalismo é o que denominamos de lugar de referência. Quando propomos esse conceito temos como hipótese que o jornalismo televisivo representa um lugar para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo. Assistimos à televisão e vemos o mundo, ele está, ele nos vê. (VIZEU; CERQUEIRA In: EMERIM; FINGER; PORCELLO, 2016, p.93).

O problema do telejornalismo é que ele segue a lógica das grandes empresas porque depende delas. O sistema de concessões de televisão aberta e até a regulamentação das emissoras na televisão fechadas são extremamente restritos e concentrados. De acordo com

um estudo¹¹⁸ elaborado pela organização Repórteres Sem Fronteiras e o grupo Intervezes, divulgado em 2017, os 50 maiores veículos de comunicação no Brasil são controlados por 26 grupos econômicos, entre eles: nove pertencem ao Grupo Globo; cinco ao Grupo Bandeirantes; cinco ao Grupo de Edir Macedo (Igreja Universal); quatro à RBS e três ao Grupo Folha. A televisão controla altos índices de audiência, em torno de 70% do público nacional é compartilhado pela Globo; SBT; Record e Band. Do total de empresas, 80% estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste e destas 73% estão em São Paulo. As emissoras de televisão estão organizadas em redes nacionais em que as filiadas e afiliadas retransmitem a programação da cabeça de rede. As afiliadas, por sua vez, estão organizadas em redes regionais com a mesma lógica, ou seja, há uma hierarquização na transmissão de conteúdos com prejuízo para as comunidades locais.

De acordo com os dados do Atlas da Notícias, publicados em 2019, 30 milhões de brasileiros, ou quase 15% da população nacional, vivem em desertos de notícia – municípios sem a presença registrada de

¹¹⁸ Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/quem-controla-midia-no-brasil/?info> . Acessado em junho de 2019.

veículos jornalísticos locais, como jornais, sites noticiosos, emissoras de TV e rádios. Os desertos de notícia representam 51% dos municípios pesquisados, onde vivem 30 milhões de pessoas¹¹⁹.

A proposta aqui é pensar no telejornalismo hiperlocal que pode não apenas informar, mas também dar voz às comunidades de cidades menores ou até mesmo aos bairros de grandes cidades. Seria possível dizer que os jornais impressos alternativos e de bairros, por exemplo, já existem e enfretam a crise de público e de financiamento há muito tempo, mas poucos resistiram. A novidade está justamente nas tecnologias digitais que, além de baixo custo, tem suprido esta demanda em *sites*, *blogs* e redes sociais. O próximo passo seria então fazer da *web* não um complemento para o telejornalismo, mas uma forma de veiculação deste conteúdo com a mesma produção de sentido dos telejornais tradicionais com as características da hipertelevisão.

Assim, cada vez mais os conteúdos passam a ser desenvolvidos por uma lógica específica estabelecida por meio da

comunicação mediada por computadores, na qual a qualquer momento, sem autorização social e sem grandes investimentos em recursos, "(a) qualquer sujeito pode se tornar emissor, (b) qualquer receptor pode se tornar emissor e vice-versa, (c) qualquer receptor pode se transformar em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede ou simplesmente repassando informações produzidas por outro" (GOMES, 2001, p. 3).

Ao contrário do que pensa o autor, no caso do telejornalismo, a participação do jornalista com formação parece imprescindível, não apenas pelo domínio da técnica e da ética do fazer jornalismo, mas principalmente pela mediação ou curadoria do conteúdo. Mais ainda, pela capacidade de transformar os acontecimentos em informação e utilizar as imagens em movimento como narrativa principal.

Nasce, assim, o conceito de hiperlocal. De modo geral, o hiperlocal atua em duas frentes: uma editorial e outra comercial. Na primeira, com o surgimento da necessidade do leitor de encontrar aquilo que realmente

¹¹⁹ Disponível em : <http://observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia-2-0/30-dos-municipios-brasileiros-correm-o-risco-de- virar-desertos-de-noticias/> . Acessado em junho de 2019.

interessa com facilidade, em uma navegação cada vez mais direcionada (favoritos, RSS, Twitter...), os veículos que destacam o trânsito, a segurança ou o time de uma cidade, bairro ou rua, têm maior sucesso. No quesito comercial, o oferecimento de produtos que tenham o foco definido, com potencialidades de criar um relacionamento estreito com o leitor, é um grande atrativo para o anunciante (CARVALHO e CARVALHO, 2014, p. 73).

Esta seria também a lógica da escolha de conteúdos e da sustentabilidade dos telejornais produzidos para internet. Informações e notícias que não são contempladas nos telejornais de rede nacional, regionais ou locais e mesmo assim interessam às diversas comunidades.

Telejornalismo colaborativo

É importante destacar que aqui a proposta não é apenas de uma participação do telespectador/usuário. Como já foi dito anteriormente, mesmo que utilizando o conceito da hipertelevisão, no qual está prevista a interatividade do telespectador, é preciso lembrar que hoje esta interatividade acontece pela *web*, no que poderíamos chamar de televisão

expandida. Principalmente, por meio das redes sociais, os telespectadores dos telejornais tradicionais são convidados a interagir de alguma forma em vários graus, segundo os conceitos da cultura da conexão propostos por FORD, GREEN e JENKINS (2014, p.198; participação periférica legítima *versus* observação; resistência *versus* participação; audiências *versus* públicos; participação *versus* colaboração; ouvir *versus* escutar; consumidores *versus* cocriadores.

Ainda segundo os autores, é preciso levar em conta que os usuários se comportam de modo complexo, não aderindo a um destes papéis de modo permanente e nem é preciso converter todo o público em participante ou colaborador para que um produto seja bem sucedido e mais democrático. Nem todos terão habilidades, conhecimento ou motivações para fazer contribuições, mas é possível dizer que hoje existem poucas barreiras para que elas aconteçam.

As principais facilidades para um contribuição efetiva nesta proposta de telejornalismo hiperlocal e colaborativo são a portabilidade, a mobilidade, a conectividade e por fim a ubiquidade. As câmeras e microfones dos celulares são

cada vez mais sofisticados e capazes de garantir imagens de qualidade. A mobilidade dos produtores e consumidores destas imagens está cada vez mais facilitada com a possibilidade de baixar da rede para dispositivos móveis o que o usuário quer e ao mesmo tempo subir conteúdos para a rede, ainda que em deslocamento. A conectividade não acontece apenas entre os produtores de mídia e consumidores, mas também entre consumidores e outros consumidores. Assim, as tecnologias móveis digitais conectadas permitem atuar em situação ubíqua e pervasiva (Silva, 2009). Tudo isso aliado a geolocalização que pode ser integrada a rotina de produção, consumo e circulação de conteúdos.

O telespectador/usuário pode, como na televisão tradicional, assistir ao conteúdo no momento da sua veiculação (fluxo), depois ou muito depois enquanto ficar disponível (arquivo). Pode participar opinando sobre o conteúdo, sugerindo pautas e, principalmente, contribuindo com pequenos vídeos dos locais dos acontecimentos que, é claro, serão checados a partir de curadoria ou mediação dos jornalistas para disponibilizar aos demais usuários.

Considerações Finais

Não há dúvidas de que as interações com a mídia são feitas na sua maioria por meio das telas, como foi descrito anteriormente por Lipovetsky e Serroy (2009) que já chamavam atenção para a inflação destas telas na contemporaneidade. Mas entre todas elas a televisão continua atraindo multidões e, por isso mesmo, dominando o mercado publicitário. Mesmo assim, é inegável que mudamos o nosso modo de assistir televisão na cultura da convergência e da conexão, a televisão tem simulado uma interatividade e uma narrativa cada vez mais próxima da internet, das redes sociais e acessível nos dispositivos móveis.

Neste estudo, a proposta para o telejornalismo é pensar que ele não precisa apenas contar com estes meios como complementares, mas que possa utilizar sua produção de sentido em outros modos de transmissão e veiculação para atingir outros públicos e de outras maneiras.

Seja pela internet nos canais de *streaming* ou nos aplicativos dos *smartphones*, o conceito de hipertelevisão (Scolari, 2009) parece exigir uma nova

postura na produção de informação e notícias. Os telespectadores/usuários podem até atender ao apelo de uma veiculação com data e hora predeterminados, mas certamente querem dispor deste conteúdo depois no momento e local que lhes forem mais convenientes. Mais do que fazer uma sugestão de pauta ou expressar uma opinião contra ou a favor do que assistir querem participar, compartilhando com outros usuários e também colaborando para a construção deste conteúdo. Porém, é preciso lembrar que se não existe mais um receptor totalmente passivo, também não há um telespectador/usuário ativo o tempo todo e que estes papéis podem se alternar.

E, mais importante do que conquistar o público nativo digital, talvez seja conquistar um novo público pelo hiperlocal que quase sempre esteve fora do interesse das emissoras de televisão em rede nacional, regional e até mesmo locais. As informações hiperlocais de um bairro ou de uma cidade que hoje não tem sequer um veículo de jornalismo podem ser extremamente interessante e importantes para os cidadãos. Trânsito, segurança, políticas públicas municipais, economia, cultura, esporte, lazer, temas que quanto

mais próximos do dia a dia das pessoas resultam em tomadas de decisão e de cidadania. Um telejornalismo que tenha o próprio telespectador, seu vizinho e autoridades locais como fontes e que possa significar identificação. O passo seguinte é o jornalismo colaborativo que fica bem mais facilitado neste ambiente tão próximo.

É inegável que o mercado de trabalho para os jornalistas de televisão não é capaz de absorver toda a mão de obra formada com qualidade pelas universidades e mais ainda com experiência proporcionada aos estudantes nos canais universitários. Esta na hora de abrir novos mercados e levar esta experiência de recursos limitados, criatividade e independência editorial para outros lugares, mas com sustentabilidade para os negócios e para os profissionais.

Este estudo faz parte de um projeto piloto, coordenado pela autora com bolsistas do pós graduação e de iniciação científica, que pretende criar um aplicativo com o jornalismo colaborativo de notícias hiperlocais em um bairro de Porto Alegre. Além do estado da arte e dos estudos teóricos, já deveria ter começado a ser realizada uma série de entrevistas com moradores, comerciantes e frequentadores

do bairro para entender as suas demandas de informação e notícias. Os dados serão utilizados na arquitetura do menu do aplicativo para os primeiros testes. Infelizmente, por casusa da pandemia da Covid-19, o trabalho de campo foi adiado. A descrição desta nova etapa fica para um próximo capítulo...

Referências

ARIAS, Rafael D. La formacion de la realidad: noticia, acontecimiento midiático, ciberacontecimiento. In: CONGRESSO DE PERIODISMO EN LA RED, 3, 2008, Madrid. Anais... Madrid: [s.n], 2008.

CARVALHO, Juliano M. de; CARVALHO, Angela. *Do hiperlocal aos insumos criativos: as mutações do jornalismo na contemporaneidade*. In: BRONOSKY, Marcelo; CARVALHO, Juliano M. (Orgs.). *Jornalismo e convergência*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

EMERIN, Cárlica; FINGER, Cristiane; CAVENAGHI, Beatriz. Metodologia de

Pesquisa em Telejornalismo. In: Anais do 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Campo Grande (MS), 2015.

FIDLER, Roger. *Mediamorphosis – Understanding New Media*. California: Pine Forge Press, 1997.

FORD, Sam; GREEN, Joshua; JENKINS, Henry. *Cultura da Conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: ALEPH, 2014.

GOMES, W. Opinião pública na Internet: uma abordagem ética das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: Anais X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós). Brasília-DF, 29/05-01/06 de 2001.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

SCOLARI, Carlos. *This is the end: as intermináveis discussões sobre o fim da televisão*. In: CARLÓN, Mário; FECHINE, Yvana (orgs.). *O Fim da Televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2014.

SILVA, Fernando. *Tecnologias móveis como plataformas de produção no jornalismo*. In: *Comunicação e Mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias*

móveis de comunicação no Brasil. LEMOS,

André; JOSGRILBERG, Fábio (orgs.).

Salvador: EDUFB

A, 2009.

VERÓN, Eliseo. Los públicos entre producción y recepción: problemas para una teoría del reconocimiento, mimeo, Cursos da Arrábida, 2001 "Públicos, Televisão" (trad. Natália Ferrante).

VIZEU, Alfredo; CERQUEIRA, Laerte. *Telejornalismo: efeitos para o bem e para o mal*. IN: EMERIN, Cárlica; FINGER, Cristiane; PORCELLO, Flávio (orgs.). *Telejornalismo e Poder*. Coleção Jornalismo Audiovisual. V.5. Florianópolis: Insular, 2016.

Periodismo de verificación: retos y dilemas de una nueva práctica periodística

Jornalismo de verificação: desafios e dilemas de uma nova prática jornalística

Fact-checking journalism: challenges and dilemmas of this new journalistic practice

Carlos Rodríguez-Pérez¹²⁰

Palabras clave: periodismo de verificación, desinformación, medios

Keywords: fact-checking journalism, disinformation, media

Introducción y marco conceptual

El periodismo de verificación (*fact-checking journalism*) es una práctica periodística vinculada al periodismo político. Desde sus inicios en Estados Unidos en las elecciones de 1992, el

propósito del *fact-checking* se dirige hacia el escrutinio al discurso político para determinar el grado de (in)exactitud de las declaraciones y datos que se divulgan.

Con la desintermediación de los medios de comunicación como filtros informativos, los medios sociales (redes sociales,

¹²⁰ Profesor de Comunicación Social y Periodismo de la Universidad de Ibagué (Tolima, Colombia). Doctorando en Ciencias de la Información en la Universidad Complutense de Madrid. Magíster en Comunicación Política e Institucional en el Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset de Madrid y magíster en Márketing, Consultoría y Comunicación Política en la Universidad de Santiago de Compostela. Graduado en Periodismo y graduado en Comunicación Audiovisual en la Universidad Carlos III de Madrid. Correo electrónico: carlos.rodriguez@unibague.edu.co | carloscompol@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-4830-5554>

aplicaciones de mensajería como WhatsApp o la multitud de portales web) habilitan que cualquier ciudadano produzca, difunda y consuma información en la red. Esto favorece el auge de la información no veraz, alterada, engañosa o directamente falsa. Esta contaminación informativa, con cierta frecuencia, se orquesta en campañas de desinformación con el objetivo de posicionar o reforzar ciertos intereses políticos o ideológicos. Otras veces, la desinformación se produce con intereses económicos para obtener ingresos por publicidad (Allcott & Gentzkow, 2017).

Nótese que hablamos de desinformación y no de otros términos más mediáticos como *fake news* debido a la evolución semántica de este concepto o del concepto *misinformation* que, con asiduidad, aparece en la literatura académica. Por *misinformation* entendemos la información falsa o engañosa que no presenta una intencionalidad por producir dicho efecto; mientras que la desinformación sí presenta la intencionalidad de confundir y generar percepciones erróneas en los receptores (Fetzer, 2004). En la literatura se ha operacionalizado el concepto *fake news*

para referirse a la sátira y la parodia, a los contenidos manipulados y fabricados, la publicidad y la propaganda (Tandoc Jr, Lim, & Ling, 2018). Se aboga por prescindir del concepto *fake news* por la vaguedad de su significado, por su oxímoron terminológico y por ser usualmente usado para atacar la reputación y la confianza de medios y periodistas desde el discurso político (Egelhofer, Aaldering, Eberl, Galyga, & Lecheler, 2020; Estrada-Cuzcano, Alfaro-Mendives, & Saavedra-Vásquez, 2020; Habgood-Coote, 2019; Rodríguez Pérez, 2019).

Sabemos que la resiliencia de los ciudadanos ante el fenómeno de la desinformación difiere de unos países a otros (Humprecht, Esser, & Van Aelst, 2020). Una primera explicación se encuentra en los factores del sistema político y mediático como la confianza en los medios, el mercado de la publicidad online, la confianza en la información a la que se exponen los ciudadanos en las redes sociales, la confianza en las instituciones o la polarización influyen para facilitar o inhibir la propagación de desinformación en la opinión pública (Hameleers & van der Meer, T. G., 2020; Hanitzsch, Van Dalen, &

Steindl, 2018; Humprecht et al., 2020; Zimmermann & Kohring, 2020).

En este contexto de desconfianza social hacia la información, la preocupación por la desinformación y la exposición reconocida por los ciudadanos (Newman, Fletcher, Schulz, Andi, & Kleis-Nielsen, 2020), el periodismo de verificación reivindica la labor de los periodistas y de los medios para ofrecer información veraz y contrastada. Actualmente, el periodismo de verificación es una práctica periodística que persigue velar por la veracidad de la información viral difundida en redes y plataformas sociales, realizar un escrutinio al poder y transformar la información en conocimiento asumible por los ciudadanos (Rodríguez-Pérez, 2020). La desinformación se acrecienta en aquellos momentos y contextos de polarización social y política y con ello el peligro de encontrarnos con opiniones públicas contaminadas de rumores, contenidos manipulados o directamente falsos. Como expone Tenove (2020) la desinformación es una amenaza para las democracias por afectar los procesos electorales, por facilitar injerencias externas en la toma de decisiones políticas y por contaminar los espacios de conversación pública.

Atendiendo a estas amenazas, el periodismo de verificación se encarga de evaluar la veracidad o falsedad de contenidos públicos como, por ejemplo, discursos de actores políticos o sociales relevantes, documentos públicos o contenidos virales en redes sociales o cadenas de WhatsApp. A través del periodismo de datos, de la consulta de fuentes oficiales y expertas y de diversas herramientas digitales los verificadores califican el contenido.

No obstante, esta práctica no ha estado exenta de debates epistemológicos, así como debates sobre la eficacia para corregir las percepciones erróneas. Centrados en la epistemología, las críticas se han centrado en la posición que ocupa el verificador como árbitro de la verdad, el proceso de selección de los contenidos y la calificación de estos cuando la realidad admite interpretaciones diversas (Uscinski & Butler, 2013). Por otro lado, también hay quienes han indagado sobre si existen en el periodismo de verificación ciertas preferencias políticas y sobre el nivel de acuerdo entre verificadores cuando verifican un mismo contenido (Bernhard, 2021; Lim, 2018; Marietta, Barker, & Bowser, 2015).

Desde la organización *International Fact-Checking Network* (IFCN) se promueven una serie de principios que aseguren rigurosidad, transparencia e independencia en las plataformas que realizan verificación. Precisamente, ser transparentes en el proceso metodológico y explicarlo claramente para que el lector llegue a las mismas conclusiones que el verificador es fundamental para que esta práctica se consolide dentro del sistema institucional (Lowrey, 2017) y obtenga la confianza de los ciudadanos (Humprecht, 2019). La iniciativa del Código de Principios del *International Fact-Checking Network* se encamina hacia el objetivo de consolidar un sistema de medios de verificación comprometido con prácticas de verificación no partidistas, con la transparencia en las fuentes de información, en el modelo organizativo, en la obtención de recursos económicos y en el proceso metodológico; y, por último, un compromiso con una política de corrección. Precisamente, la adhesión a estos principios es requisito necesario para participar en el proyecto que Facebook implementó para advertir a sus usuarios antes de compartan contenidos catalogado como desinformación.

En cuanto a los efectos para combatir las percepciones erróneas, si bien existen, estos son muy limitados. Se observa que los formatos audiovisuales mejoran la atención al chequeo (Young, Jamieson, Poulsen, & Goldring, 2018), y que la claridad del mensaje y que se califique la totalidad redundan positivamente en la eficacia (Walter, Cohen, Holbert, & Morag, 2019). Además, estos autores hallaron que la eficacia aumenta cuando se refuta la ideología adversa, lo cual pone de manifiesto el reto de la verificación para cambiar los marcos mentales de los ciudadanos.

Objetivos y método

Es pertinente señalar que los medios de verificación están presentes en el sistema de medios latinoamericano. Los objetivos de esta ponencia se centran en conocer los medios latinoamericanos dedicados a la verificación firmantes del Código de Principios del *International Fact-Checking Network* y del *Duke Reporters' Lab* de la Universidad de Duke. Específicamente, nos centraremos en tres cuestiones sensibles del periodismo de verificación. En primer

lugar, la consideración de medio de verificación y la institucionalización de la práctica en el sistema de medios; en segundo lugar, el proceso metodológico; y, en tercer lugar, el análisis de la escala de categorías de verificación.

En primer lugar, indagamos, con fecha de 8 de agosto del 2020, en estas dos bases de datos qué medios de *fact-checking* latinoamericanos estaban presentes en ellas. En segundo lugar, revisamos las páginas web de los medios de *fact-checking* firmantes del Código de Principios del IFCN para conocer su proceso metodológico y las categorías de calificación.

Resultados

A partir de la recopilación de los datos públicos de los medios presentes en ambos listados internacionales (IFCN y Duke Reporters' Lab) observamos significativas diferencias en los medios de verificación registrados en la mayoría de los países. El

IFCN recoge 7 con firma vigente, 2 en proceso de renovación y 2 medios con la firma expirada. Para el análisis prescindimos de *Agência Pública – Truco* por tratarse de un proyecto de verificación inactivo. La lista de la Universidad de Duke eleva el número de medios activos hasta 49. Esta diferencia de criterios es notable en el caso de Chile o Brasil, donde un mayor número de iniciativas aparecen. También es necesario apuntar que el equipo de verificación de la agencia francesa de noticias AFP aparece únicamente en el IFCN desde su matriz en Francia, mientras que en el Duke Reporters' Lab aparecen varios de sus equipos latinoamericanos.

Tomando en consideración los medios firmantes del Código de Principios del IFCN, los clasificamos teniendo en cuenta su ámbito de cobertura, el modelo (vinculado a un medio tradicional o independiente) (Graves & Cherubini, 2016) y recopilamos el proceso metodológico y las categorías de calificación del contenido.

■ Número de medios de fact-checking firmantes del Código de Principios del IFCN ■ Medios de fact-checking catalogados por el Duke Reporters' Lab

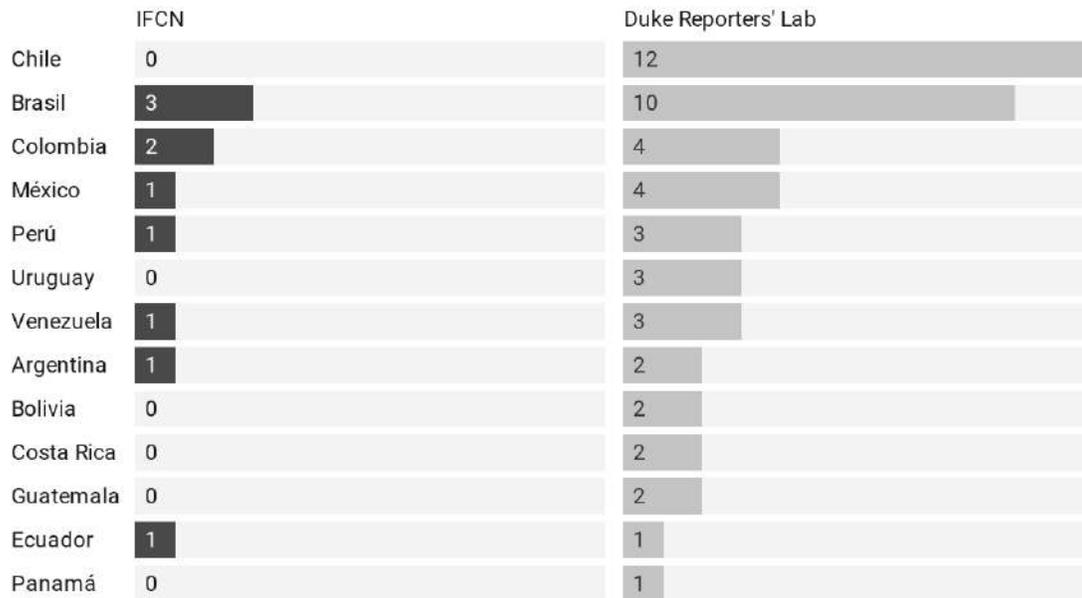


Figura 1. Medios de verificación recogidos en el IFCN y en el Duke Reporters' Lab. Nota: datos tomados el 8 de agosto del 2020. Fuente: elaboración propia.

Medio de fact-checking	País	Tipo de proyecto/medio
Chequeado	Argentina	Independiente
Agência Lupa	Brasil	Medio (Fohla de S.Paulo)
Aos Fatos	Brasil	Independiente
Estadão Verifica	Brasil	Medio (O Estado de S.Paulo)
La Silla Vacía	Colombia	Independiente*
Colombiacheck	Colombia	Independiente
Ecuador Chequea	Ecuador	Independiente

Animal Político - El Sabueso	México	Independiente*
Grupo La República Publicaciones SA	Perú	Medio (La República)
Cotejo.info	Venezuela	Independiente

Table 1. Clasificación de los medios de verificación de Latinoamérica. Notas: * señala medios nativos digitales que cuentan con una sección específica para hacer periodismo de verificación.

Muy relevante son los mecanismos de participación ciudadana que promueven estos medios y que revitalizan la colaboración ciudadana con los periodistas, bandera del periodismo ciudadano. Dejando a un lado las redes sociales y el correo electrónico, entre los medios se observan otros mecanismos de participación, principalmente los canales de WhatsApp para que los ciudadanos envíen los contenidos para que los medios los expliquen o verifiquen como, por ejemplo, incorporan Chequeado, Colombiacheck, Ecuador Chequea, Estadão Verifica, entre otros; formularios de contacto como facilitan Agencia Lupa, Chequeado, Cotejo.info, Estadão Verifica o La República, entre otros; o plataformas abiertas para verificar contenidos a petición de la comunidad como habilita Chequeado.

Respecto del proceso metodológico, clave para transmitir rigurosidad y precisión para que las evidencias conduzcan y justifiquen la calificación final, encontramos una ruta compartida que incluye la consulta al actor chequeado, fuentes oficiales y expertas, contextualización y la calificación del contenido. En las calificaciones, observamos distintas categorías: unos medios, con una lista amplia (hasta nueve opciones); mientras que otros reducen las opciones a tres. Todos ellos tienen en los extremos la exactitud plena (verdadero) o la refutación total (falso) y es cuando se acepta o se rechaza parte del contenido donde determinados medios incorporan categorías de calificación. Además, Ecuador Chequea incorpora una categoría propia (falseta) para catalogar las

paparruchas que se viralizan en las redes sociales.

Conclusiones

En primer lugar, las diferencias para catalogar qué es un medio de verificación abren una posible grieta, o cierto peligro, para esta práctica periodística. Para consolidarse y dotarse de credibilidad el cumplimiento de unos principios deontológicos y la rigurosidad son clave para garantizar el apartidismo y la exactitud en el chequeo. Como observamos no todas las organizaciones firman el código de la IFCN. En segundo lugar, los pasos metodológicos de los medios seleccionados determinan una ruta común para seleccionar el contenido a cotejar teniendo en cuenta criterios de relevancia, impacto e interés, así como fuentes y datos como evidencias para calificar la

información. En el contexto latinoamericano, y dado el proceso institucional aún en madurez en muchas de sus democracias, cabe mencionar la variedad de fuentes que los verificadores declaran incluir en su proceso metodológico. La inclusión de fuentes expertas, alternativas y la minería de datos a partir de organismos institucionales o asociaciones que trabajan sobre el terreno ejercen como contrapeso a las fuentes oficiales, las cuales pueden no ser transparentes o manejar datos incompletos o no actualizados.

En tercer lugar, observamos cierto isomorfismo institucional como camino de legitimación en los nuevos proyectos de verificación. Es recurrente encontrar referencias a la metodología o calificación a medios como Chequeado, primer medio de *fact-checking* en Latinoamérica, o a los

Medio de fact-checking	Método	Calificaciones
Chequeado	<p>8 pasos. Seleccionar una frase del ámbito público. Ponderar su relevancia. Consultar a la fuente original. Consultar a la fuente oficial. Consultar a fuentes alternativas. Ubicar en contexto. Confirmar, relativizar o desmentir la afirmación. Calificar</p>	<p>Inchequeable, verdadero, verdadero pero, discutible, apresurado, exagerado, engañoso, insostenible y falso.</p>
Agência Lupa	<p>6 pasos. Seleccionar a frase em que pretende trabalhar. Levantamento de “tudo” que já foi publicado sobre o assunto. Se debruça sobre bases de dados oficiais e inicia o processo de garimpo de informações públicas. Análise de especialistas para contextualizar o assunto. Solicita posição oficial daquele que foi checado. Classificamos</p>	<p>Verdadeiro; verdadeiro, mas; ainda é cedo para dizer; exagerado; contraditório; subestimado, insustentável; falso; del ohlo.</p>
Aos Fatos	<p>7 pasos. Seleccionamos uma informação pública. Consultamos quem divulgou a informação primeiro. Uma vez confirmada a origem da desinformação, procuramos por fontes de origem confiável. Consultamos fontes oficiais. Consultamos fontes alternativas. Contextualizamos. Classificamos.</p>	<p>Verdadeiro, impreciso, exagerado, distorcido, contraditório, insustentável y falso.</p>
Estadão Verifica	<p>Chegamem conteúdo que circulan as redes e declarações públicas. O desmonte de conteúdos enganosos é feito principalmente por meio de consulta a fontes oficiais sobre o assunto em questão, além de entrevistas com autoridades e especialistas.</p>	<p>Verdade, majoritariamente verdade, media verdade, majoritariamente falso, mentira. (Pinochios 1-4)</p>

La Silla Vacía	6 pasos. Elección de la afirmación. Revisión del impacto y de la relevancia. Revisión de que la afirmación sea verificable. Verificación del contexto. Consulta con expertos y documentación adecuada. Calificación	Cierto, cierto pero, apresurado, debatible, exagerado, engañoso, falso, inchequeable
Colombiach eck	6 pasos. Selección de la frase del ámbito público. Consulta al autor. Confrontar la información y datos de la frase con fuentes oficiales y confiables. Consultar fuentes alternativas y expertas. Poner el chequeo en contexto. Calificar la información.	Verdadero, verdadero pero, cuestionable, falso, inchequeable
Ecuador Chequea	4 pasos. Monitoreo y selección de frases o contenidos verificables. Confrontación de la frase seleccionada con la fuente original. Contextualización del enunciado seleccionado con base en los datos oficiales e independientes que existan sobre la materia y desarrollo de material de visualización. Ampliación cualitativa de los datos verificados con el aporte de académicos, investigadores y analistas para ampliar la apreciación y discernimiento de la información.	Cierto; sí, pero; insostenible; falso; falseta
Animal Político – El Sabueso	7 pasos. Seleccionar una frase del ámbito público y ponderar su relevancia. Solicitar el autor de la frase la fuente de su afirmación. Dirigirse a esa fuente para verificar si los datos están disponibles y si coinciden. Contrastar con otras cifras o investigaciones de expertos en la materia. La frase se pone en un contexto social, económico y/o temporal. La frase se confirma, se contrapesa, o se refuta. La afirmación se califica.	Verdadero, inexacto, discutible, no se puede probar, engañoso, mentir con la verdad, falso y ridículo.

Grupo República SA	<p>6 pasos. Seleccionamos la afirmación de un político (no opinión) o una publicación en las redes sociales. Realizamos una búsqueda exhaustiva en Internet que incluye fuentes locales, datos abiertos y documentos en línea. Contactamos a la persona que emitió la declaración. Si es sobre una publicación viral, rastreamos el origen. Contextualizamos y para ello consultamos a especialistas. Calificamos el contenido.</p>	Cierto, falso, dudoso
Cotejo.info	<p>6 pasos. Seleccionar la frase o dato del discurso público a cotejar. Hacer el <i>fact checking</i> a partir de la fuente original que respalde dicha frase o dato (en formato de video, audio o texto publicado). Se verifica la fuente original y fuentes oficiales. Se contrastan los datos y hechos del discurso público cotejado con Fuentes Alternativas, independientes, nacionales e internacionales, de probada trayectoria, así como con las bases de datos. Se redacta la información dando también contexto a la historia. Confirmar, relativizar o desmentir el discurso cotejado.</p>	Verdad, media verdad, mentira

Table 2. Método para hacer un chequeo y categorías de calificación. Fuente: elaboración propia a partir de lo publicado en las páginas web de los medios.

estadounidenses Politifact y Fact-Checker (The Washington Post). Las iniciativas de verificación en Latinoamérica se configuran como nuevos proyectos periodísticos desligados de las cabeceras de medios tradicionales. Solo tres de las iniciativas tienen vínculos con estas marcas y otras dos aparecen como secciones dentro de dos medios nativos digitales.

En cuarto lugar, la mayoría de los medios habilitan canales de comunicación y participación ciudadana adicionales a las redes sociales y el e-mail. A través de WhatsApp o formularios permiten que los ciudadanos compartan con los periodistas aquellos contenidos que ameritan una explicación o una verificación renovando el propósito de responsabilidad social del

periodismo y el periodismo de servicio focalizado en las preocupaciones ciudadanas. Además, estos procesos permiten conectar con zonas y territorios no circunscritos a la región o ciudad donde se ubican los periodistas del medio.

Referencias

Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236. <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>

Bernhard, L. (2021). Fact-checking direct democracy. when journalists set out to correct misinformation. In S. Baume, V. Boillet & V. Martenet (Eds.), *Misinformation in referenda*. Nueva York: Routledge.

Egelhofer, J. L., Aaldering, L., Eberl, J., Galyga, S., & Lecheler, S. (2020). From novelty to normalization? how journalists use the term "Fake news" in their reporting. *Journalism Studies*, 1-21. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1745667>

Estrada-Cuzcano, A., Alfaro-Mendives, K., & Saavedra-Vásquez, V. (2020). Disinformation y misinformation, posverdad y fake news: Precisiones

conceptuales, diferencias, similitudes y yuxtaposiciones. *Información, Cultura Y Sociedad*, (42), 93-106. <https://doi.org/10.34096/ics.i42.7427>

Fetzer, J. H. (2004). Information: Does it have to be true? *Minds and Machines*, 14(2), 223-229. <https://doi.org/10.1023/b:mind.0000021682.61365.56>

Graves, L., & Cherubini, F. (2016). *The rise of fact-checking sites in europe*. Oxford, UK: Reuters Institute for the Study of Journalism.

Habgood-Coote, J. (2019). Stop talking about fake news! *Inquiry*, 62(9-10), 1033-1065. <https://doi.org/10.1080/0020174X.2018.1508363>

Hameleers, M., & van der Meer, T. G. (2020). Misinformation and polarization in a high-choice media environment: How effective are political fact-checkers? *Communication Research*, 47(2), 227-250. <https://doi.org/10.1177/0093650218819671>

Hanitzsch, T., Van Dalen, A., & Steindl, N. (2018). Caught in the nexus: A comparative and longitudinal analysis of public trust in the press. *The International Journal of Press/Politics*, 23(1), 3-23.

<https://doi.org/10.1177/1940161217740695>

Humprecht, E. (2019). How do they debunk "Fake news" A cross-national comparison of transparency in fact checks. *Digital Journalism*.
<https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1691031>

Humprecht, E., Esser, F., & Van Aelst, P. (2020). Resilience to online disinformation: A framework for cross-national comparative research. *The International Journal of Press/Politics*, 1-24.
<https://doi.org/10.1177/1940161219900126>

Lim, C. (2018). Checking how fact-checkers check. *Research & Politics*, 5(3), 1-7.
<https://doi.org/10.1177/2053168018786848>

Lowrey, W. (2017). The emergence and development of news factchecking sites. *Journalism Studies*, 18(3), 376-394.
<https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1052537>

Marietta, M., Barker, D. C., & Bowser, T. (2015). Fact-checking polarized politics: Does the fact-check industry provide consistent guidance on disputed realities? Paper presented at the The Forum, 13(4)

577-596. <https://doi.org/10.1515/for-2015-0040>

Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andi, S., & Kleis-Nielsen, R. (2020). Digital news report 2020. Retrieved from <http://www.digitalnewsreport.org/>

Rodríguez Pérez, C. (2019). No diga fake news, di desinformación: Una revisión sobre el fenómeno de las noticias falsas y sus implicaciones. *Comunicación*, 40, 65-74.
<https://doi.org/10.18566/comunica.n40.a05>

Rodríguez-Pérez, C. (2020). Una reflexión sobre la epistemología del fact-checking journalism: Retos y dilemas. *Revista De Comunicación*, 19(1), 243-258.
<https://doi.org/10.26441/RC19.1-2020-A14>

Tandoc Jr, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining "fake news". A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, 6(2), 137-153.
<https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>

Tenove, C. (2020). Protecting democracy from disinformation: Normative threats and policy responses. *The International Journal of Press/Politics*, 25(3), 517-537.

<https://doi.org/10.1177/194016122091874>

0

Uscinski, J. E., & Butler, R. W. (2013). The epistemology of fact checking. *Critical Review*, 25(2), 162-180.

<https://doi.org/10.1080/08913811.2013.843872>

Walter, N., Cohen, J., Holbert, R. L., & Morag, Y. (2019). Fact-checking: A meta-analysis of what works and for whom. *Political Communication*, 1-26. <https://doi.org/10.1080/10584609.2019.1668894>

Young, D. G., Jamieson, K. H., Poulsen, S., & Goldring, A. (2018). Fact-checking

effectiveness as a function of format and tone: Evaluating FactCheck.org and FlackCheck.org. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 95(1), 49-75. <https://doi.org/10.1177/1077699017710453>

3

Zimmermann, F., & Kohring, M. (2020). Mistrust, disinforming news, and vote choice: A panel survey on the origins and consequences of believing disinformation in the 2017 German parliamentary election. *Political Communication*, , 1-23. <https://doi.org/10.1080/10584609.2019.1686095>

O Brasil e a Rede Globo de Televisão: 50 anos de telejornalismo no *Jornal Nacional*

Brasil y la Red de Televisión Globo: 50 años de periodismo televisivo en *Jornal Nacional*

Brazil and the Globo Television Network: 50 years of television journalism in Jornal Nacional

Christina Ferraz Musse¹²¹

Theresa Medeiros¹²²

Resumen: Jornal Nacional celebra sus cincuenta años como la noticia televisiva más vista en la historia de Brasil. Las narraciones sobre el país se investigan en las series especiales Caravana JN, Jornal Nacional no ar y El Brasil que quiero

Palabras clave: Jornal Nacional, periodismo televisivo, narrativas

Abstract: Jornal Nacional celebrated its 50th anniversary as the most watched television news in the history of Brazil. The narratives about the country are investigated in the series Caravana JN, Jornal Nacional no ar and O Brasil que eu quero

Key words: Jornal Nacional, television journalism, narratives.

¹²¹ Christina Ferraz Musse, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pós-doutora pela PUCRS, Rio Grande do Sul, Brasil, cferrazmusse@gmail.com.

¹²² Theresa Medeiros, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutora pela PUCRJ, Rio de Janeiro, Brasil, theresa.medeiros@gmail.com.

1.0 *Jornal Nacional* e o projeto de nação

O tema deste trabalho é a análise das narrativas construídas sobre o país pelo telejornal de maior audiência no Brasil, o *Jornal Nacional*, produzido pela Rede Globo de Televisão. O telejornal começou a ser veiculado pela antiga TV Globo, Canal 4, no dia primeiro de setembro de 1969, e era anunciado como “um serviço de notícias integrando um Brasil novo” (Souza, 1984, p.16). Na verdade, quando o país enfrentava os anos mais violentos da ditadura civil-militar, marcados pela censura à imprensa, suspensão de direitos políticos, perseguição, tortura e assassinato de opositores ao regime, o lançamento do telejornal foi ao encontro do projeto de um Brasil moderno e integrado ao capitalismo global.

No script do primeiro telejornal exibido em rede nacional, os locutores se revezavam, chamando enfaticamente as praças conectadas: “Alô, Porto Alegre!”;

“Alô, São Paulo!”; “Alô, Paraná!”. Na verdade, apenas o Tronco Sul da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações, criada em 1965) havia sido inaugurado, assim, somente as capitais destes estados estavam ligadas em rede e geraram imagens para o telejornal. (Souza, 1984). O sistema básico de microondas foi instalado pela Embratel, entre 1967 e 1972. Os satélites domésticos só aparecem, na década de 1980.

A ligação do Brasil pelo sistema de microondas atendeu ao projeto de integração nacional, previsto pela ditadura civil-militar. A Rede Globo, por sua vez, com a veiculação da programação, retransmitida pelas emissoras afiliadas de todo o país, forjou uma identidade brasileira. O *Jornal Nacional* é o produto jornalístico mais bem acabado deste projeto, conseguindo, durante 50 anos¹²³, manter a liderança da audiência e construir um “laço social” (Wolton, 1996), através do

¹²³ O *JN* completou 50 anos em primeiro de setembro de 2019.

qual a população brasileira compartilha o mesmo repertório simbólico.

O telejornalismo da Rede Globo, em especial, do *JN*, é o objeto de investigação deste artigo. Para tanto, optou-se pela análise das narrativas que o *Jornal Nacional* produziu sobre o país em três séries idealizadas, em épocas distintas, mas com um aspecto em comum, todas foram veiculadas em períodos pré-eleitorais: *Caravana JN*, de 2006, levou o repórter Pedro Bial, a percorrer várias regiões brasileiras em um ônibus, procurando detectar os *Desejos do Brasil*; o projeto *JN no ar* foi capitaneado pelo repórter Ernesto Paglia, que visitou 38 municípios do país, em 2010, a bordo de um avião; finalmente, o projeto *O Brasil que eu quero*, de 2018, teve a contribuição do jornalista Pedro Bassan, mas se notabilizou pelas centenas de vídeos de mensagens gravadas pelos telespectadores em seus celulares, descrevendo o que esperavam dos governantes e parlamentares a serem eleitos.

A discussão proposta é a da identificação das estratégias narrativas, que estão presentes nas séries, e que contribuem para definir o que é a "realidade" brasileira e como é constituída

a "identidade" nacional. Partindo do pressuposto de que os veículos de comunicação, como já defendera Benedict Anderson (1989), são os principais responsáveis pela conformação do imaginário sobre a nação, queremos investigar de que forma se articulam as narrativas das notícias dessas séries televisivas para construir uma representação do Brasil.

Para analisar as séries propostas, vamos trabalhar com a metodologia da *Análise Crítica da Narrativa* (2013), de Luiz Gonzaga Motta. Para tanto, avaliaremos o conteúdo imagético e textual das reportagens, a partir de três instâncias narrativas: a) o Plano da Expressão (linguagem ou discurso); b) o Plano da Estória (ou conteúdo, enredo, intriga); c) o Plano da Metanarrativa (tema, fábula, modelos de mundo).

2. Séries especiais: emoção para narrar histórias

Os projetos especiais de jornalismo dão uma dimensão diferente ao trabalho do *JN*. Nas edições diárias, as matérias são curtas, diretas, e fazem a apologia ao factual. Nas séries, privilegia-se outro tipo de narrativa,

em que o repórter, que conduz a matéria, ganha os traços de um narrador, que impregna os textos e as imagens com pontos de vista pessoais, que traduzem não só a sua habilidade em escutar as fontes, mas a sua percepção singular sobre os eventos narrados. As séries têm continuidade, têm um título, e são formadas por diversos episódios. Nos 50 anos de atividade do *JN*, muitas séries foram ao ar sob o comando de alguns dos melhores repórteres da emissora. No âmbito deste artigo, vamos analisar três séries: *Retratos do Brasil (Caravana JN)*, em 2006, *JN no ar*, em 2010, e *O Brasil que eu quero*, em 2018.

2.1 Retratos do Brasil

A série *Retratos do Brasil* foi gravada e veiculada em 2006. O objetivo da Central Globo de Jornalismo era o de “[...] surpreender o telespectador com uma proposta que trouxesse à tona os desejos e as necessidades da população em ano eleitoral”¹²⁴. (Memória Globo, 2020). As diretoras de Programas e Projetos

Especiais, Maria Thereza Pinheiro e Teresa Cavalleiro, assim descreveram o desafio:

Começamos cerca de sete meses antes a montagem da viagem que recebeu o nome de *Desejos do Brasil*, comandada por Pedro Bial (o público acabou batizando o projeto de *Caravana JN*). Seria inesquecível para todos! O desafio era fazer uma matéria por dia, em uma cidade diferente, em cada estado, que não distassem mais de trezentos quilômetros uma da outra. Era o tempo necessário para chegar, apurar, editar, mandar o material para o *JN* daquele dia e seguir adiante. (Pinheiro & Cavalleiro, 2019, p.131).

Para o deslocamento da equipe de 15 pessoas, foi usado um ônibus, que saiu do Rio Grande do Sul, da cidade de São Miguel das Missões, no dia 31 de julho de 2006, e terminou a viagem na cidade de Goiás, 62 dias ou quase 16 mil quilômetros depois, lembrando que alguns trechos da viagem tiveram que ser feitos em barco, na Região Amazônica, e, em seguida, em avião, porque não havia estrada para o Centro-Oeste. Cinquenta e seis cidades foram

¹²⁴ Memória Globo. Site institucional. Recuperado em 24 de junho, 2020, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/series/caravana-jn/>.

apresentadas nas reportagens. No caso deste projeto, além das três matérias produzidas diariamente pela equipe, os dois âncoras do *JN* à época, William Bonner e Fátima Bernardes, se deslocaram do estúdio, no Rio de Janeiro, e apresentaram o telejornal em cinco cidades do percurso, representando, cada uma delas, uma região do país.

A aventura teve muitos imprevistos, deixando de longe o conforto e as certezas

do estúdio, no Rio de Janeiro. “Queríamos identificar também o potencial das cidades, além de sair sem pauta na rua, vendo o que acontecia. E era extraordinário, porque as coisas realmente acontecem.” (Bial, 2019, p. 148). Para o repórter Pedro Bial, era essencial ouvir as pessoas, e fazer matérias “com menos off e mais gente falando” (2019, p. 147). Em todas as



Figura 1: Pedro Bial e William Bonner na *Caravana JN* em São Miguel das Missões. Fonte: Gisela Pereira / Globo. Imagem disponível em: Memória Globo. *JN: 50 anos de telejornalismo*. Globo Livros. Edição do Kindle.

reportagens, havia uma pergunta padrão: “E o seu desejo, qual é?”. O repórter relembra que, todas as vezes em que chegava a algum lugar, a primeira coisa

que as pessoas falavam era sobre alguma coisa que tinha acontecido ali, sobre a história do lugar, configurando uma identidade regional, concluiu ele.

2.2. JN no ar

Em 2010, o desafio foi redobrado. O projeto das idealizadoras era mostrar o Brasil profundo, lugares onde o *Jornal Nacional* nunca tivesse chegado antes. “Dessa vez, queríamos expor as carências, mas também o que cada cidade tinha de bom para mostrar para o Brasil. Um orgulho que nem sempre se traduz em números, mas na história e na cultura de cada lugar.” (Pinheiro & Cavalleiro, 2019, p.138).

O objetivo era visitar uma cidade de cada estado, mais o Distrito Federal, em um total de 38 episódios. Uma logística foi montada para chegar à cada município, todos com mais de 40 mil habitantes, cujo nome só era conhecido na véspera, em um sorteio feito na bancada do *JN*. Para dar conta do percurso a ser coberto, foram usados dois aviões, um Falcon 2000, com capacidade para levar 700 quilos de equipamentos, três tripulantes e uma equipe de oito pessoas, e um avião menor, um turbo-hélice Caravan, capaz de pousar praticamente em qualquer aeroporto brasileiro. A viagem começou no extremo oposto do país, no Amapá, onde William

Bonner ancorou o *JN*, em 23 de agosto. O primeiro destino sorteado foi a cidade de Igarassu, em Pernambuco.

Outra novidade do projeto foi a incorporação de um blog *JN no ar*, em que foram contados os bastidores da aventura em textos, vídeos e fotos. Foram 39 dias de viagem, com 27 pousos e decolagens, 55 horas de voo, cruzando o país. Ernesto Paglia, que foi o repórter da série, lembra: “Era uma corrida contra o relógio, o hodômetro, a superficialidade e, eventualmente, as cortinas de fumaça que alguma autoridade local gostaria de lançar diante das nossas câmeras”. (Paglia, 2019, p.151). Um trabalho que teve gosto de aventura, mas exigiu, principalmente, sabedoria para lidar com o imprevisto e os percalços da viagem.

2.3. O Brasil que eu quero

O Brasil que eu quero foi ao ar em 2018, como um especial no período pré-eleitoral. A Rede Globo reforçou que a série teve como objetivo transformar cada cidadão em um porta-voz da sua cidade, dessa vez, por meio do envio de mensagens gravadas com o celular para a emissora. Com a consolidação do *GI* como a plataforma de

notícias on-line do Jornalismo da Rede
Globo - praticamente todos os projetos



Figura 2: Avião do projeto *JN no Ar* (2010). Fonte: Acervo Pessoal Ulisses Mendes. Imagem disponível em: Memória Globo. *JN: 50 anos de telejornalismo*. Globo Livros. Edição do Kindle.

multiplataforma da emissora passam por ele -, *O Brasil que eu quero* não foi diferente, a ideia se desenvolveu a partir da integração da plataforma on-line com a TV, com o objetivo inicial de criar um banco de dados com temas e personagens que pudessem ser usados em reportagens. O objetivo seguinte foi ouvir cada um dos 5570 municípios brasileiros, justificando que, assim, eles poderiam expressar seus desejos nos telejornais. O mote do projeto

foi a pergunta: "Que Brasil você quer para o futuro?".

A série foi apresentada em janeiro de 2018 aos espectadores. Na fase inicial, os repórteres e âncoras dos telejornais nacionais e regionais passaram dois meses explicando aos telespectadores como essa participação aconteceria. A chamada do projeto dizia o seguinte:

Que Brasil você quer para o futuro? A TV Globo quer ouvir o desejo de cada um dos 5.570 municípios do Brasil. O país inteiro vai dar o seu recado nos telejornais da emissora. Você pode ser o porta-voz da sua cidade. Basta gravar um vídeo com o celular e enviar para *O Brasil que eu quero*, pelo *VC no G1* (Portal G1¹²⁵).

Os primeiros vídeos d'*O Brasil que eu quero* foram ao ar no dia 04 de março de 2018, no *Fantástico*¹²⁶. A primeira edição do *JN* a veicular os vídeos foi no dia 05 de março de 2018, com falas dos moradores das cidades de Rafael Jambeiro (Bahia), Penalva (Maranhão), Magé (Rio de Janeiro), Bom Despacho (Minas Gerais), São Marcos (Rio Grande do Sul) e Ibotirama (Bahia). Na bancada do telejornal, os âncoras William

Bonner e Renata Vasconcellos reforçam o convite, dizendo que a grande tela do *JN* está disponível para apresentar o desejo dos brasileiros e transformar cada telespectador em um porta-voz da sua cidade. Ao final da apresentação, Bonner e Vasconcellos comentam as temáticas abordadas na primeira exibição e reforçam o objetivo central.

O projeto recebeu mais de 50 mil vídeos, de 99,5% dos municípios brasileiros, apenas 27 municípios ficaram de fora. Uma equipe de jornalistas trabalhou com o Departamento de Tecnologia da Globo para receber, selecionar, distribuir e exibir os vídeos em sete telejornais da rede. A escolha dos vídeos foi feita de acordo com o perfil e características de cada programa.

¹²⁵ Recuperado em 03 de maio, 2020, de: <https://g1.globo.com/vc-no-g1/noticia/que-brasil-voce-quer-para-o-futuro-saiba-como-enviar-o-seu-video.ghtml>. Acesso em 03 de maio, 2020.

¹²⁶ Programa jornalístico semanal, com o formato de uma revista eletrônica, que é veiculado, no domingo à noite.



Figura 3: Frame com o slogan da campanha *O Brasil que eu quero*. *Jornal Nacional* (2018). Fonte: Memória Globo. *JN: 50 anos de telejornalismo*. Globo Livros. Edição do Kindle.

De março a setembro de 2018, as mensagens foram veiculadas diariamente.

A adesão dos telespectadores ao projeto foi um sucesso não só pelo número de vídeos enviados, mas também pelos comentários que *O Brasil que eu quero* gerou nas redes sociais e na opinião pública. O pedido para “gravar com o celular na horizontal” rendeu vários “memes”, fantasias de carnaval e frases em cartazes.

3. As estratégias narrativas das séries

Para identificar as estratégias narrativas utilizadas pelas três séries,

vamos aplicar as três instâncias de análise de Motta (2013), Plano da Expressão, Plano da Estória e Plano da Metanarrativa, às seguintes categorias: veículo, tempo, espaço, texto, imagem, narrador, personagens. Vamos fazer o cruzamento das instâncias com as categorias, em cada série, para tentar compreender como foram montadas as narrativas.

3.1. Retratos do Brasil

Plano da Expressão: A bordo de um ônibus (e um barco) - no último trecho, é usado um avião - , o narrador (com 15 profissionais) se desloca por mais de 15 mil quilômetros das cinco regiões do Brasil,

durante 62 dias, cobrindo 56 cidades, de quase todos os estados, com exceção do Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins, em 2006. O início é em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, e o fim em Brasília, Distrito Federal, na véspera do primeiro turno das eleições. A proposta é menos off e mais gente falando. O mote é: "E o seu desejo, qual é?". Os depoimentos dos personagens, gente comum, guiam a edição com matérias de cerca de dois minutos. Mas o narrador não é neutro, ele pode contar a história usando a ironia, a indignação, ou a admiração como fio condutor do relato. Ele pode incorporar trechos de um texto de ficção ao seu off, ou entrevistar um filósofo, na casa dele. O ritmo é mais contemplativo. Não há tanta preocupação com o factual. As imagens em grandes planos gerais descrevem as paisagens de forma épica, e, quando a escolha é o close ou o plano de detalhe, esmiúçam expressões que colocam em evidência o tom local. Um ano depois, a Editora Globo lança dois DVDs que recuperam todas as reportagens, e as complementam com depoimentos e bastidores.

Plano da Estória: A trama se desenvolve em um arco narrativo, que se inicia nas

ruínas jesuíticas da cidade de São Miguel das Missões, que podemos interpretar como o lugar do passado, da história e da origem e se estende até a capital federal, Brasília, a cidade planejada, com uma arquitetura grandiosa e futurística. O trajeto, como toda a jornada, é composto de intempéries, mas o resultado final é a missão cumprida. No último episódio, o repórter Pedro Bial ajuda a ancorar o *JN* diretamente da Praça dos Três Poderes, em Brasília. É véspera do primeiro turno das eleições, e a reportagem procura mostrar qual será a atribuição daqueles que forem eleitos para atender aos desejos dos brasileiros.

Plano da Metanarrativa: A série pode ser interpretada como uma metáfora do país, em que o povo, naturalmente bom, é, de certa forma, impedido de viver com dignidade, porque o governo não lhe oferece as condições de vida que seriam esperadas. Assim, sempre é necessário que um herói, a imprensa, neste caso, venha em sua salvação, e que promova a mudança, isto é, faça chegar até os governantes o clamor que não quer calar, o desejo de um Brasil mais justo, menos desigual etc. Nesta série, é interessante observar-se os episódios, em que a

ancoragem é feita em cidades que povoam o imaginário nacional, como Ouro Preto e Juazeiro do Norte, em que a multidão se aglomera em torno dos apresentadores, verdadeiros olímpicos, capazes de seduzir aqueles olhares, e atuar como mensageiros do divino.

3.2 JN no ar

Plano da Expressão: A bordo de dois aviões, o narrador (com uma equipe de sete pessoas, além dos três tripulantes) se desloca por 38 cidades, com mais de 40 mil habitantes, em 39 dias de viagem, com 27 pousos e decolagens, em 55 horas de voo, cruzando o país. A velocidade é a marca desta série, para “compor um mosaico instantâneo da realidade pré-eleitoral em poucas horas”. (Paglia, 2020, p. 149). A viagem começa na região Norte, em Macapá, no Amapá, onde o projeto é lançado. A primeira cidade visitada, após o sorteio, é Igarassu, em Pernambuco. A última é Rio Grande, no Rio Grande do Sul. O mote é: “Contar histórias novas”. Há urgência no ar, tanto que o formato das matérias dialoga mais com o factual, a prestação de serviços, isto é, a apresentação da demanda da população e a resposta do governo. Pequenos instantâneos. A convergência midiática

implica na elaboração de um blog, que mostra os bastidores da aventura, a intimidade dos personagens, como um diário de viagem. É possível, no blog, ter acesso aos comentários dos internautas, o que gera uma nova camada de texto.

Plano da estória: A trama começa no Amapá, diante da imponente Fortaleza de São José, que sinaliza as longas batalhas que serão vivenciadas pelo repórter, que, neste caso, não sabe ao certo onde sua aventura vai acabar, já que o roteiro das cidades visitadas é sorteado diariamente. O imprevisto, característica maior da aventura do herói, está marcado pela sorte, embora tudo tenha sido sistematicamente planejado. Agora, a velocidade é sua aliada, e ele percorre o Brasil a jato, para mostrar histórias boas e ruins, uma forma de, como um arauto, fazer chegar aos que serão eleitos os inúmeros retratos do país, o Brasil profundo.

Plano da metanarrativa: O Brasil de 2010 ainda possibilita que o âncora do *JN* abra a série diante de uma multidão, em Macapá. O cenário é grandioso. O meio de transporte escolhido para transladar a equipe de reportagem, um avião, garante rapidez, velocidade, e o efeito surpresa, provocado pelo sorteio do nome da

localidade que será visitada. O jornalismo se revela como esse dispositivo da modernidade, capaz de dominar o espaço e o tempo, e ainda fiscalizar e mudar os rumos da história.

3.3 O Brasil que eu quero

Plano da Expressão: Com o mote “Que Brasil você quer para o futuro?” a série especial *O Brasil que eu quero* procurou apresentar o país em um projeto multiplataforma, que integrou as equipes de jornalismo da emissora além das fronteiras do telejornal, numa viagem pelo Brasil que, dessa vez, foi feita através dos vídeos enviados pelos telespectadores. Para enfatizar a ideia de um telejornal que está presente em todas as casas do país e que recebeu mensagens de todas elas, a apresentação do conteúdo no *Jornal Nacional* foi feita com auxílio de recursos gráficos, que emolduram os vídeos. Mapas e rotas traçam o percurso que interliga ideias e imaginários.

É importante pontuar também que as mensagens enviadas pelos telespectadores não passam por um processo de edição (montagem de planos e sequências), muito menos por um processo de pós-produção (mixagem, inserção de

trilha sonora ou correção de cor). Podemos então refletir que a apresentação feita nos telejornais da emissora, especialmente no *Jornal Nacional*, de um vídeo bruto (em que a emissora não opera esteticamente por edição) se aproxima do neorrealismo, corrente cinematográfica que pretendia apresentar uma imagem mais natural possível. O neorrealismo foi um movimento cinematográfico que apareceu na Itália, na década de 1950, e que tinha como objetivo principal um cinema mais próximo da realidade, com locações externas na cidade, a presença de não atores etc. No especial *O Brasil que eu quero*, a narrativa jornalística se aproxima da narrativa cinematográfica para trabalhar seu discurso, produzir sentido para um telejornal que ouve o brasileiro, dando-lhe espaço e voz.

Plano da Estória: Os dados estatísticos do projeto ajudam na construção da narrativa e reforçam os sentidos de um telejornal que apresenta os “Brasis”. Durante as falas dos jornalistas, que antecedem a apresentação dos vídeos, números são reiteradamente citados: 50 mil vídeos apresentados, 50 mil brasileiros expressando seus desejos de futuro, 122.212 mil depoimentos que pedem

atenção para temas como mais educação, menos corrupção, mais cidadania, saúde de qualidade, segurança, políticos mais comprometidos com a população e mais emprego. Por meio desses vídeos, a trama tem como personagem principal o eleitor brasileiro e, como pano de fundo, as urgências do país. A voz do povo e o espaço do telejornal se fundem, o que nos remete às características do neorrealismo, em que os não atores, que contavam histórias e que foram centrais naquele movimento cinematográfico, podem ser interpretados aqui como o espectador, que, com um vídeo caseiro feito da sua cidade, a partir do seu celular, encontra espaço no telejornal mais assistido pelo brasileiro.

Plano da Metanarrativa: A integração do *Jornal Nacional* com o cidadão brasileiro é uma temática recorrente, desde a sua estreia na televisão em 1969, como relatado no começo deste artigo pelo slogan “um serviço de notícias integrando um Brasil novo”. No especial de 2018, a conectividade pode ser lida com um fio condutor de uma narrativa que foi feita com a ajuda de 99,5% dos municípios brasileiros. A última edição do telejornal com vídeos do projeto revelou que 9% das mensagens recebidas foram gravadas por

crianças, 7% por adolescentes, 13% por idosos e 71% por adultos, reforçando a ideia de interação do jornal com diversos públicos. Neste sentido, o telejornalismo pode ser entendido como um gênero que provoca engajamento; no entanto, a supressão da figura do repórter evidencia a emergência de um outro Brasil, que irrompe com as Jornadas de Junho de 2013, no qual o trabalho dos jornalistas nas ruas passou a ser alvo de desconfiança e violência.

4. Considerações finais

A tarefa de compreender o papel de um telejornal em meio século de história é fundamental para interpretarmos a influência da mídia na conformação de imaginários, e, assim, seu papel decisivo nos resultados eleitorais. Nos projetos especiais de jornalismo nas eleições do *JN*, podemos identificar as estratégias narrativas, que sintetizam a delicada relação entre o jornalismo profissional, o poder e as audiências. Nessas mediações, o narrador-viajante percorre o país para contá-lo, primeiro, no espaço-tempo dos grotões, em seguida, naquele do capital, para, finalmente, compartilhar o real via

redes sociais. Em todos os formatos, presencia-se enfim o jogo de cena da identidade nacional.

5. Referências

Anderson, B. (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática.

Bial, P. (2019). Depoimento. In Memória Globo (org.). *Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Globo Livros. pp. 147.149.

Bonner, W. (2009). *Jornal Nacional: modo de fazer*. São Paulo: Globo.

Memória Globo (org.). (2004). *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Memória Globo (org.) (2019). *Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Globo Livros.

Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Pinheiro, Maria Theresa, Cavalleiro, Teresa (2019). Projetos especiais de jornalismo nas eleições. In Memória Globo, *Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Globo Livros. pp. 125-175, 2019.

Paglia, Ernesto. Depoimento. In MEMÓRIA GLOBO, *Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Globo Livros. pp. 149-151.

Souza, C. M. e (1984). *15 anos de história*. Rio de Janeiro: Rede Globo.

Wolton, D. (1996). Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ed. Ática.

Regímenes de propiedad y habitus periodístico en los medios de comunicación privados y comunitarios del Ecuador

Regimes de propriedade e habitus jornalístico na mídia privada e comunitária do Ecuador

Property regimes and journalistic habitus in the private and community media of Ecuador

Álvaro Andrés Terán Albán ¹²⁷

Resumen: El presente trabajo es un análisis cualitativo comparativo, que analiza el funcionamiento y configuración de los habitus, rutinas y prácticas periodísticas en los medios privados y comunitarios del Ecuador y describe su relación con los regímenes de propiedad y las estructuras organizacionales-empresariales de ambos campos mediáticos, con la finalidad de comprender las prácticas que adoptan y las disposiciones que obedecen los periodistas en cada una de sus instituciones, las cuales presentan significativas variaciones de acción y reflexión de acuerdo con la concepción de la propiedad y las dimensiones estructurales y empresariales configuradas, según sus modos de organización.

La propuesta metodológica contempla una aproximación etnográfica de dos medios de comunicación representativos del campo mediático ecuatoriano. Tanto en Radio Quito como

¹²⁷ Álvaro Andrés Terán Albán. Investigador de CLACSO, becario de posgrado en FLACSO-EC, Ecuador, xxalvaro_31@hotmail.com.

en las Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador se realizará una inmersión investigativa, con la finalidad esbozar una conceptualización, descripción y comprensión de los actores y actos comunicativos y organizativos.

Palabras Clave: Habitus periodístico, Economía Política de la Comunicación, Prácticas periodísticas.

Abstract: This is a comparative investigation that analyzes the functioning and configuration of journalistic habitus in the private and community media of Ecuador and describes its relationship with the property regimes of both media fields.

Keywords: Journalistic Habitus, Political Economy of Communication, Journalistic Practices.

Tema central

Regímenes de propiedad y habitus periodístico en los medios privados y comunitarios del Ecuador.

Objetivos

-Analizar el funcionamiento y configuración de los *habitus*, rutinas y prácticas periodísticas en los medios privados y comunitarios del Ecuador y describir su relación con los regímenes de propiedad y las estructuras

organizacionales/empresariales de dichos medios.

-Reconocer las múltiples y diversas estructuras

organizacionales/empresariales de los medios de comunicación privados y comunitarios en el Ecuador y determinar su vínculo con los regímenes de propiedad de dichos medios.

-Definir y caracterizar el funcionamiento y configuración de los *habitus*, rutinas y prácticas periodísticas en los medios privados y comunitarios del Ecuador, según el régimen de propiedad y las estructuras

organizacionales/empresariales de dichos medios.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

En los debates contemporáneos la complejidad de las prácticas periodísticas ha sido absorbida e invisibilizada por la relevancia pública y académica otorgada a los medios de comunicación masiva. La predominancia de este campo institucional por sobre las relaciones interpersonales e intersubjetivas de los agentes participantes de la producción informativa ha creado una lectura subalterna sobre la reflexión en torno a la acción profesional de quienes constituyen el medio de comunicación en sus diversas formas de propiedad y organización. En este contexto, el presente trabajo analizará el funcionamiento y configuración de los hábitos, rutinas y prácticas periodísticas en los medios privados y comunitarios del Ecuador, con el objetivo de comprender las prácticas insertas al interior de cada campo mediático. Además, pretende vincular esta mirada crítica sobre las rutinas periodísticas con el régimen de propiedad y las estructuras organizacionales y

empresariales de las industrias informativas para esbozar una propuesta multiteórica que dé cuenta de los nexos y ataduras entre estas áreas de la comunicación.

Pierre Bourdieu, en 1980, publica una de sus obras cumbre: "El sentido práctico", texto donde define y caracteriza las estructuras sociales que delimitan y representan al mundo. En este trabajo Bourdieu sostiene que la práctica recuerda al investigador que los objetos de estudio, en cualquiera de sus dimensiones, no son pasivamente registrados, sino activamente contruidos. Esta reflexión encuentra profundas implicaciones en los más diversos ámbitos de debate y pensamiento, ya que rechaza los determinismos y la objetivación instrumental. En ningún otro espacio este argumento es más eficaz y contundente que en el campo periodístico, pues pone en cuestión la idea de que los medios de comunicación, a través de sus contenidos, reflejan de forma nítida la realidad. La crítica a la visión clásica del periodismo como catalizador de la vida cotidiana y de los temas de interés público, permite ampliar el horizonte analítico en cuanto no solo se piensa en sus productos

y los efectos que generan los mensajes, sino en los lineamientos e intereses que persiguen aquellos actores e instituciones que construyen dichos contenidos y mensajes.

No obstante, el proceso de producción noticiosa no se agota en sí mismo, es decir, no fenece en el cumplimiento de sus objetivos directos, sino que en ellos se encuentran relaciones intersubjetivas entre los agentes que participan de la creación de contenidos, quienes en un vínculo permanente hilan y deshilan alianzas, redes, sentidos y significados. Ese escenario donde se asumen prácticas, donde se naturalizan rituales, donde se generan mitos y se organizan disposiciones es definido por Pierre Bourdieu como habitus.

El habitus es “un principio de un conocimiento sin conciencia, de una intencionalidad sin intención y de un dominio práctico de las regularidades del mundo que permiten adelantar el porvenir sin tener siquiera necesidad de presentarlo como tal” (Bourdieu, 2000). En el campo de la comunicación mediática esta categoría da cuenta de la existencia de prácticas y

rituales, asumidos como rutinas (Mauro Wolf, 1987) y disposiciones adquiridas histórica y socialmente, por parte de los trabajadores de medios quienes, al estar insertos en una estructura institucional, construyen y obedecen prácticas normativas como la objetividad (Gaye Tuchman, 1996), la veracidad, la contrastación, la neutralidad, la verificación, etc., con la finalidad de adaptarse al campo y sobrevivir en él.

En este sentido, resulta fundamental reconocer que los habitus requieren de estructuras para estructurarse. Esto supone que única y exclusivamente pueden existir dentro de un campo de acción específica, que posee componentes generadores de prácticas. En el caso de los *mass media*, esas estructuras están predominantemente determinadas por los regímenes de propiedad mediáticos y las estructuras empresariales y organizacionales, que establecen normas y principios para actuar y reconocerse como agentes legítimos con capacidad de disputa en el espacio público.

Al hablar de los medios de comunicación como campos de acción

social es necesario reconocer que las relaciones entre regímenes de propiedad, estructuras organizacionales y empresariales y habitus periodístico son prácticamente inmanentes, pues se construyen como elementos de un mismo proceso. El ordenamiento proveniente de las grandes estructuras mediáticas, sean privadas o comunitarias, funciona no solo como un definidor de la propiedad, sino también como un leitmotiv que instituye de razones, acciones y rutinas a los sujetos que componen el engranaje organizativo. En definitiva, "las prácticas o rituales son determinadas por las condiciones materiales de existencia aprehendidas por agentes dotados de esquemas de percepción que son, a su vez, determinados al menos negativamente por esas condiciones (retraducidas en una forma particular de relaciones de producción)" (Bourdieu, 2007, 156). Esto implica que los sujetos sociales que forman parte del campo mediático deben asumir, de forma voluntaria o coercitiva, un tipo de conciencia rectora que guíe sus acciones, con el objetivo de adaptarse y sobrevivir a un entorno previamente configurado por estructuras matrices, delimitadas por el

tipo de propiedad y los fines perseguidos por los esquemas de organización.

Herman y McChesney (1999), Mosco (2006), Miege (2006) y Zallo (2007), refiriéndose a las instituciones mediáticas comerciales, consideran que estas construyen marcos de sentidos y prácticas fundamentadas en su concepción empresarial, la cual se caracteriza por la concentración de la propiedad mediática, el dominio de los canales de circulación de contenidos y la unificación de agendas políticas y mediáticas en concordancia con los intereses propios de los sectores hegemónicos de la comunicación masiva. El régimen de propiedad mediático predominante en la historia, apunta McQuail (1992), ha sido el comercial, pues en torno a él se articulan intereses privados, determinados mayoritariamente por la lógica del mercado, la cual configura las acciones y actitudes que asumen como propias los sujetos que se desempeñan en ese campo.

Por otro lado, Negri (2003) considera que, además de las estructuras mediáticas comerciales, existe un modelo disruptivo e independiente, que surge desde la

comunicación de proximidad para reivindicar el común. La comunicación comunitaria, apunta Cerbino (2018), se piensa a sí misma desde una esfera no privada sino pública, desde una esfera participativa donde se reivindican los vínculos locales, la identidad compartida, el reconocimiento del común, las relaciones intersubjetivas y el contacto cara a cara entre los individuos que forman parte de un colectivo.

El desconocimiento de la propiedad privada, el manifiesto alejamiento de las estrategias individualistas, unipersonales y globalizantes de los medios tradicionales permiten a este modelo comunicacional construir nuevas prácticas y conformar nuevos hábitos, vinculados con los requerimientos de un contexto situado, donde la propiedad de los canales de comunicación no responda a intereses individuales, sino que ostente el carácter de propiedad difusa, anclada a la concepción biopolítica del común (Negri, 2009), (Casarino y Negri 2012). Este tipo de propiedad indeterminada, al no contar con límites ni fronteras demarcadas por la apropiación y la rentabilidad económica, puede desarrollar prácticas alternativas,

que materialicen el sentir comunitario, que permitan conformar redes organizativas solidarias y que evalúen la pertinencia de los valores periodísticos tradicionales, con la finalidad de transformarlos o desecharlos, según las necesidades locales.

Enfoque y/o metodología de abordaje

La presente investigación fundamenta su carácter metodológico desde la vertiente cualitativa, con la finalidad de observar la realidad social a partir de una perspectiva múltiple y holística para comprenderla "mediante la significación y las relaciones en su estructura dinámica" (Parra Sabaj 2005, 71). Para analizar los hábitos, rutinas, prácticas periodísticas y sus múltiples relaciones con los regímenes de propiedad y las estructuras organizacionales-empresariales de los medios privados y comunitarios del Ecuador se ha construido una interpretación interdisciplinaria, que encuentra en la Economía Política, en las categorías de hábitos y campos, planteados por Bourdieu, y en las distintas miradas de las prácticas periodísticas una

serie de entradas teóricas para leer la realidad mediática desde diferentes aristas, que, al formar parte de un entorno de propiedades comunes, están interrelacionadas. La perspectiva cualitativa empleada en este trabajo contribuye a "construir la investigación sin la aplicación de fórmulas [de manual], organizando y estructurando el propio método dentro de la problemática específica de la investigación en comunicación" (Sá Barreto 2013, 177).

Con la finalidad de dar cuenta de los procesos mediáticos que analiza la presente investigación, se desarrollará una aproximación etnográfica para comprender las dinámicas que subyacen a los habitus en su relación con los regímenes de propiedad y las estructuras organizacionales-empresariales de los medios de comunicación privados y comunitarios en el país. Las unidades de análisis fueron seleccionadas a partir de la implementación de un criterio cualitativo fundamentado en el alcance y representatividad tanto de los medios privados como de los medios comunitarios.

En el sector mediático privado estará representado por Radio Quito, ya que este medio forma parte de Grupo El Comercio, uno de los mayores conglomerados mediáticos del Ecuador. Fue fundado en 1940 por Carlos Mantilla, miembro de una de las familias más poderosas del país, que a lo largo de la historia ha detentado cargos políticos y ha ejercido una importante influencia en el modelo de negocios de la comunicación comercial. Estudiar en Radio Quito los regímenes de propiedad, las estructuras organizacionales y empresariales y sus vínculos con las prácticas periodísticas permite comprender el funcionamiento de un medio cuyas características jurídico/administrativas demuestran una notoria concentración de propiedad mediática y también el desarrollo de estrategias de producción informativa altamente cooperativas y dependientes.

En el sector comunitario, en cambio, se estudiará a las Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador (ERPE), porque esta fue la primera iniciativa de radios populares y comunitarias en el país. Su legado va de la mano con el proyecto político emprendido por Monseñor Leonidas

Proaño, quien consideró a este medio como un canal idóneo para la alfabetización de las comunidades indígenas. El desafío primordial de este trabajo radica en estudiar las prácticas periodísticas de la comunicación comunitaria, con la finalidad de comprender cómo se construyen los sentidos y los habitus en un campo mediático, que actúa bajo los principios de proximidad y acción comunicativa del común.

Este trabajo se ha pensado como un análisis comparativo entre dos esferas comunicacionales independientes y autónomas. Esta decisión surge de la necesidad de evitar generalizaciones y aclarar los alcances de los conceptos y teorías empleadas. Tal como lo proponen Hallin y Mancini la potencia del método comparativo radica en que permite "esclarecer las relaciones entre los sistemas de medios de comunicación y su marco social y político" (2004, 4).

Resultados, reflexiones y conclusiones

Regímenes de propiedad y habitus comparados. Dos modelos de relación entre los sistemas mediáticos privados y comunitarios en Ecuador

Regímenes de propiedad comparados

Este apartado bien podría resolverse con una sentencia definitiva y absoluta: la forma de concebir la propiedad de los medios privados es totalmente distinta a la forma de concebir la propiedad de los medios comunitarios. A primera vista no parecería existir un vínculo que relacione la propiedad privada con la propiedad comunitaria, no parecería existir razón alguna para vincular intereses privados con intereses solidarios. Sin embargo, al ser estos dos campos elementos constitutivos de un mismo sistema mediático, tienen ciertas características singulares que los contraponen abiertamente pero que los definen como tal. Esto quiere decir que el sistema mediático nacional, con sus rasgos concentradores, oligopólicos y clientelistas determina las posibilidades y límites de cada modelo comunicacional.

El régimen de propiedad de Radio Quito se erige como una estructura ordenadora de todos los procesos administrativos,

laborales y profesionales del medio de comunicación. Esto implica que el régimen de propiedad se ha objetivado duraderamente "no solo en las cosas, es decir, en la lógica que trasciende a los agentes singulares, de un campo particular, sino también en los cuerpos, es decir en las disposiciones duraderas para reconocer y efectuar las exigencias inmanentes a ese campo" (Bourdieu, 2007, 94). La posibilidad de controlar toda la estructura de producción mediática le otorga al régimen de propiedad el poder de esgrimir habitus y directrices en su ámbito de acción y reflexión. Esto supone que el reconocimiento irrestricto del lucro privado configura, a per se, la ontología y la práctica de quienes conforman el medio de comunicación. Ahora bien, ese apego identitario por el lucro no solo está dado por la autoidentificación de la empresa, sino también por las condiciones históricas en las cuales está inserta. Por ello, resulta imprescindible indicar que el sistema mediático ecuatoriano reivindica como propio el modelo comunicacional privado, el cual recibe un sinnúmero de prerrogativas y prebendas, debido a su cercanía con la élite política y económica dominante.

El régimen de propiedad comunitario, que no siempre es pensado como régimen de propiedad, sino como una estructura de propiedad difusa, construye su esencia ontológica sobre la base de la concepción biopolítica del común (Negri y Hardt, 2009), que reivindica la idea de producir y utilizar la propiedad de forma natural, contemplando objetivos colectivos y no necesariamente particulares. Las Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador (ERPE) se sostienen sobre la base de esta teoría para justificar su proyecto sociocomunicacional, que, a diferencia del modelo mediático comercial, busca la construcción de solidaridades recíprocas, contiendas reivindicativas y acciones próximas y localizadas en beneficio de su comunidad. Y es precisamente el desconocimiento del lucro privado y el clientelismo político lo que ha hecho que este campo sea excluido y marginado por el sistema mediático ecuatoriano, cuya estructura responde y respalda al poder dominante.

En Radio Quito el régimen de propiedad permite comprender ¿cómo se produjeron los cambios administrativos en Grupo El

Comercio (vendido al empresario mexicano Ángel Remigio González González) sin alterar sustancialmente la estructura institucional, jurídica y económica de los medios integrantes del conglomerado mediático de la familia Mantilla? La respuesta, a partir de los hallazgos encontrados en este estudio, parece ser bastante sencilla. Y es que, si se tiene en cuenta que el objetivo central del campo mediático comercial, al que pertenece Grupo El Comercio y Radio Quito, es lucrar, no parecerá nada extraño que el régimen de propiedad ejecute una serie de estrategias de autopreservación para mantener intacto el leitmotiv con el cual se ha constituido y con el que ha triunfado en el mercado a lo largo de los años.

La concepción biopolítica del común, aunque es diametralmente opuesta al sistema mediático comercial, también persigue la autoconservación y reproducción de sus principios rectores, sin importar las crisis y modificaciones institucionales que haya experimentado. ERPE ha sufrido un notable resquebrajamiento económico, lo cual la obligó a convertirse en una fundación, que, si bien persigue un objetivo comunitario, no

se desentiende de la rentabilidad social, entendido como un mecanismo de sostenibilidad del proyecto del común. Esto quiere decir, que, aunque ciertos elementos administrativos se transformen, la naturaleza colectiva y solidaria del medio prevalece.

En definitiva, ambos modelos mediáticos (el privado y el comunitario) se repelen mutuamente. Sus características, sus propiedades, sus expectativas no son las mismas y no coinciden en ningún escenario, ya que el proyecto institucional de cada campo apunta a objetivos diametralmente distintos y distantes. Este binarismo sin solución de proximidad, surgido a partir de las disputas entre lo individual y lo colectivo, ha dividido al sistema mediático ecuatoriano en dos campos, desigualmente distribuidos y altamente confrontados, en el que cada uno busca la reconversión o eliminación del otro, pues amenaza su estabilidad y sus principios ontológicos. Quizá, la única forma de relacionarlos es ubicarlos en cuerpos normativos y legales, donde se reconoce que ambos paradigmas esgrimen posibilidades comunicacionales y organizativas para los distintos grupos

sociales que conforman la sociedad ecuatoriana.

Habitus, prácticas y rutinas comparadas

En esta investigación fue posible visibilizar dos habitus en cuestión: el de las instituciones mediáticas liberales y el de las instituciones mediáticas de índole comunitaria. Y, aunque ambos habitus estén circunscritos al desarrollo de actividades mediáticas y comunicacionales, sus propiedades y características son irreconciliables a tal punto que han segmentado sus prácticas y disposiciones para delimitarlas exclusivamente a su campo y acabar de forma definitiva con acciones o reflexiones universalistas. Esto supone que no es posible hablar de rutinas periodísticas de forma genérica, porque las mecánicas de trabajo, según el campo al que respondan, contemplan estrategias y procedimientos únicos y distintivos.

Los habitus en la cadena Ecuadoradio se erigen como principios rectores de las prácticas periodísticas y profesionales. Por ello, cada acción, reflexión u omisión está condicionada por el espíritu del medio hecho ritual. Entonces, las prácticas

condicionadas, son asimiladas y reproducidas como rutinas por los trabajadores del medio de comunicación. Solo así es posible sostener un proyecto que funcione a largo plazo como una estructura autopoiética. La dinámica de autopreservación de Radio Quito es bidireccional, porque no solo precautela la estabilidad del medio, sino también la de los trabajadores. Y es que, al cumplir con un objetivo, automáticamente se cumple con el otro, es decir, si el periodista se adapta a las disposiciones del medio y trata de cumplirlas a cabalidad, garantiza no solo su seguridad laboral sino también la efectiva operatividad de la empresa para la que trabaja.

Las prácticas periodísticas en la cadena Ecuadoradio están definidas por el ideal del buen periodismo, de ese periodismo basado en valores y principios universales, que apuntan a la realización de los trabajadores y del medio para el que trabajan. Warren Breed (1955), al decir que la línea editorial y las rutinas de producción informativa se aprenden por ósmosis, da cuenta de que buena parte de las relaciones laborales están normadas por una especie de receta secreta e infalible que forma las conductas,

prácticas y conocimientos de los periodistas en el medio de comunicación. Y, sin que parezca una adaptación sacada de contexto, su propuesta calza perfectamente en el presente caso de estudio, ya que la cadena Ecuadoradio se vale de ese aprendizaje, de esa naturalización de valores y principios de forma casi inconsciente para preservar y reproducir su habitus de manera atemporal en la sala de redacción.

Los habitus de las Escuelas Radiofónicas, sin que tengan algún tipo de cercanía o herencia del habitus de los medios liberales, también pretenden preservar y reproducir las disposiciones, representaciones y prácticas que configuran su ontología primaria. No pasa desapercibido que esta institución mediática comunitaria persigue la asimilación pragmática de los valores propios del común, es decir, busca construir en la práctica vivencial esquemas participativos y colaborativos, que buscan, mediante contiendas políticas, la consecución de reivindicaciones sociales. Y dentro de ese ambicioso proyecto está contemplada la relación próxima y emotiva entre los miembros de la comunidad y los

miembros de la radio, que, en definitiva, son un mismo cuerpo social, normado por los valores y principios del modelo mediático popular, alternativo y comunitario.

Los habitus, al ser estructuras estructuradas y estructurantes, construyen prácticas y rituales y son contruidos sobre la base de prácticas y rituales. Radio Quito, por ejemplo, modela a sus periodistas a imagen y semejanza de lo que es y cómo es el medio de comunicación, con sus características conglomerales y transnacionales. Pero también los periodistas piensan y materializan estrategias, disposiciones y prácticas para amoldarse al paradigma mediático al que pertenecen sin poner en riesgo su legitimidad y estabilidad profesional.

Los habitus de los periodistas comunitarios también buscan resguardar la ontología primaria del medio de comunicación. Si bien es cierto, los habitus son emanados de la concepción biopolítica del común, pero también la retroalimentan y la abonan, debido a que persiguen un mismo objetivo de forma simultánea. A diferencia de lo que sucede en el medio

privado, donde los intereses de la institución no siempre son asumidos como propios por sus trabajadores, en el medio comunitario cada acción, cada reflexión, cada palabra busca reivindicar el común, busca justificar la noción próxima y vinculante del estar juntos.

Referencias

Bernard Miege. (2006). La concentración en las industrias culturales y mediáticas (ICM) y los cambios en los contenidos. CIC. Cuadernos de Información y Comunicación. Vol. 11 Universidad Complutense de Madrid.

Daniel Hallin y Paolo Mancini. (2004). Sistemas mediáticos comparados. Tres modelos de relación entre los medios de comunicación y la política. Barcelona: Editorial Hacer.

Edward Herman, y Robert McChesney. (1999). Los medios globales. Madrid: Editorial Catedra.

Gaye Tuchman. (1996). La objetividad como ritual estratégico: un análisis de las nociones de objetividad de los periodistas. CIC Cuadernos de Información y Comunicación, 4.

María Eugenia Parra Sabaj. Síntesis comparativa de componentes principales de los paradigmas cualitativo y cuantitativo de investigación en Ciencias Sociales. Tesis Doctoral. Facultad de Ciencias Sociales y Filosofía y Humanidades de la Universidad de Chile. 2015.

Mauro Cerbino. (2018). Por una comunicación del común, medios comunitarios, proximidad y acción. Quito: Ciespal.

Mauro Wolf. (1987). "El estudio de los efectos a largo plazo", La investigación de la comunicación de masas. Barcelona: Paidós.

McQuail Denis. (1992). Introducción a la comunicación de masas. Barcelona. Paidós.

Pierre Bourdieu. (2000). Cosas Dichas. Madrid: Gedisa Editorial.

Pierre Bourdieu. (2007). El sentido práctico. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

Ramón Zallo. (2007). La Economía de la Cultura (y de la Comunicación) como objeto de estudio. País Vasco: Euskal Herrico Unibertsitatea. Portal de la Universidad del País Vasco.

Toni Negri y Cesare Casarino. (2012). Elogio de lo común: conversaciones sobre filosofía y política. Barcelona: Ediciones Paidós.

Toni Negri y Michael Hardt. (2003). El trabajo de Dionisos. Madrid: Akal.

Toni Negri y Michael Hardt. (2009). Commonwealth: el proyecto de una revolución del común. Madrid: Akal.

Vincent Mosco. (2006). La Economía Política de la Comunicación. Una actualización 10 años después. CIC. Cuadernos de Información y Comunicación. Vol. 11 Universidad Complutense de Madrid.

Virginia Sá Barreto. "Epistemología y transmetodología en comunicación. Una mirada a los espacios y tiempos hacia una experiencia de tesis". En Metodologías de investigación en comunicación. Perspectivas transformadoras en la práctica investigativa. CIESPAL, Quito, Ecuador, 2013.

Warren Breed. (1972). Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis. North Carolina: University of North Carolina Press.

Aspectos del cambio editorial de los programas de noticias a la hora del almuerzo en RPC en Paraná / Brasil: nuevos movimientos exploratorios

Aspectos da mudança editorial dos telejornais da hora do almoço na RPC no Paraná/Brasil: novos movimentos exploratórios (texto em português)

Aspects of the editorial change of the lunchtime newscasts in the PRC in Paraná / Brazil: new exploratory movements

Cíntia Xavier ¹²⁸

Manoel Moabis Pereira dos Anjos¹²⁹

Resumen: La investigación debate el cambio en la línea editorial de noticias del mediodía. Se observa que las modificaciones en la presentación de los programas regionales de noticias Rede Globo de Televisão no son puntuales. Describir y dibujar un perfil editorial para noticieros es uno de los objetivos.

Palabras Clave: telejornal; jornalismo regional; linha editorial.

¹²⁸ Cíntia Xavier. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos, Brasil, cintia_xavierpg@yahoo.com.br.

¹²⁹ Manoel Moabis Pereira dos Anjos. Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil, manoelmoabis@hotmail.com.

Resumo: A pesquisa debate a mudança na linha editorial dos telejornais da hora do almoço. Observa-se que não são pontuais as modificações na apresentação dos telejornais regionais da Rede Globo de Televisão. Descrever e traçar um perfil editorial dos telejornais é um dos objetivos.

Palavras chave: telejornal; jornalismo regional; linha editorial.

Abstract: The research discusses the change in the editorial line of lunchtime television news. It is observed that the changes in the presentation of the regional television news of Rede Globo de Televisão are not timely. Describing and drawing an editorial profile of television news is one of the goals.

Key words: television news; regional journalism; editorial.

1. Introdução

O presente texto é resultado¹³⁰ de um movimento de pesquisa, iniciado em julho de 2019, que busca compreender as alterações da linha editorial dos telejornais na hora do almoço na RPC (Rede Paranaense de Comunicação – Grupo GRPCom, afiliada da Rede Globo de Televisão – Estado do Paraná – Brasil). É o segundo artigo resultado de uma pesquisa exploratória sobre o tema. A proposta é oferecer mais elementos que ajudem a

identificar as políticas editoriais do telejornalismo regional, orientada pela Rede Globo de Televisão, a partir das emissoras afiliadas.

Em específico, a observação empírica, apresenta os telejornais da hora do almoço do grupo RPC-TV, no Paraná. Do ponto de vista de uma revisão conceitual sobre produção noticiosa na televisão regional e características dos telejornais se apresentam Coutinho (2008), Pereira Jr. (2005) e Pereira (2013). No que se refere ao debate sobre os valores notícia estão

¹³⁰ Uma primeira etapa da pesquisa exploratória que debate as mudanças da linha editorial dos jornais da hora do almoço foi apresentada no 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo promovido pela SBPJor, realizado em Goiânia, em novembro de 2019, sob o título: "Transformações editoriais do telejornalismo regional: o caso Rede Paranaense de Comunicação e os telejornais do almoço".

presentes Silva (2014), Guerra (2014), Silva (2014). Sobre jornalismo regional temos a contribuição de Aguiar (2017) e Fernandes (2014). Breed (2016) e Paixão (2018) orientam o movimento conceitual para entender o que determina a política editorial, seus papéis constituidores. Ainda que falte conceituar melhor o que é e como se manifesta política editorial ou linha editorial.

Primeiramente, a pesquisa se deteve em observar o momento em que os telejornais alteram o nome. Os telejornais locais da rede Globo no Paraná deixam de ser chamados de PARANÁ TV 1ª Edição e passam ser chamados de MEIODIAPR (Xavier, 2019). Derrubada a hipótese inicial de que a troca de nome dos telejornais é que determinava a mudança editorial, observou-se que na realidade o nome se altera depois que o telejornal já tinha alterado sua proposta editorial, quer do ponto de vista das pautas, ou critérios de noticiabilidade, quer dos formatos da notícia, com aumento no número de entradas ao vivo do repórter, alterações no estúdio, além da participação do apresentador, que se aproxima de um “comentador das notícias”.

Para seguir investigando as modificações do telejornal da hora do almoço, o texto descreve os redesenhos no formato, na apresentação e mesmo nos conteúdos apresentados. Dentre os movimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa que se apresenta neste texto estão a observação de parte da redação no momento da apresentação do telejornal e entrevistas com jornalistas que ocuparam e ocupam funções jornalísticas na RPC durante o processo das chamadas mudanças editoriais. É possível adiantar que na compreensão dos jornalistas a alteração do nome possui um aspecto de mudança editorial.

Parte das alterações estão submetidas (discricionárias, entendidas) aos aspectos tecnológicos, outra parte está na preocupação com a concorrência com outros programas da hora do almoço. Há também mudanças de formato, reconfigurando o tradicional VT (reportagem gravada e editada, com off, passagem e sonora) ajustado com as entradas ao vivo. Os jornalistas em geral estão chamando o novo formato de “VT desconstruído”, que será descrito mais a fundo no texto.

2. A chave das orientações editoriais nos telejornais

De partida, é preciso reconhecer que há uma “confusão” conceitual no tratamento dos termos Linha e/ou política editorial. A falta de cuidado conceitual na utilização das expressões não invalida a importância da discussão sobre aquilo que se relaciona a uma orientação ideológica (PAIXÃO, 2018, p.2) e com os princípios que ditam o modo como as notícias são escolhidas e produzidas (PAIXÃO, 2018, p.5).

Ainda que essa confusão conceitual seja perceptível nos estudos que se dedicam ao tema, é possível identificar no estudo de Paixão (2018) que o termo política editorial está relacionado a uma referência macro sobre as decisões que envolvem as organizações jornalísticas. Já a linha editorial tem uma utilização mais operacional que envolve o modo como as decisões de caráter mais macro agem sobre o fazer jornalístico (PAIXÃO, 2018, p.6). A definição de linha editorial, portanto, estaria relacionada a “um posicionamento político, que parte da direção do veículo jornalístico, e que interfere na escolha do tipo de informação a ser publicada e no

tratamento que a empresa jornalística dará a essa informação” (PAIXÃO, 2018, p.6 e7).

Além da confusão no uso dos termos, Ban (2018, p. 55) indica que também não há um consenso sobre a demarcação desse conceito. Para o autor, a definição conceitual da política editorial passa pelo modo como uma organização jornalística “percebe o mundo, indicando valores, paradigmas e influenciando decisões dentro da organização.” (p.55). Dessa forma, a política editorial seria uma “determinação elaborada pela direção do veículo jornalístico e que orienta o seu modo de produção” (p.55).

Ao tratar de um potencial conceito de linha editorial ou política editorial temos em mente uma preocupação menor entre o que o dono do jornal (*publisher*) determina ou não que será publicado, e mais em quais são os valores notícia (Silva, 2014), abrangência do telejornal (regional, local), a frequência e horários de fechamentos e por fim o público em potencial de determinada emissão informativa (pelas próprias medições de audiência, as empresas têm em mente qual é o perfil econômico do telejornal da hora do almoço e do telejornal da noite).

Assim há uma preocupação maior com a uma orientação editorial que delimita o telejornal e menos uma preocupação com uma política editorial nos termos de Breed (2016). Porque há uma forte associação, no texto de Breed (2016) entre política editorial com parcialidade ou a própria extensão da objetividade. Não se trata necessariamente, portanto, de posicionamento político, mas definir as linhas que vão dizer o que é noticiável ou não. Difícil tentar distinguir uma orientação política com uma certa parcialidade, uma vez que ela é constantemente reivindicada em Breed (2016). “Muita crítica da imprensa provém da inclinação induzida pela parcialidade da orientação política dada pelo *publisher*” (Breed, 2016, p.216).

Na compreensão de Breed (2016) a política editorial de um jornal não vai variar. A menos que exista um tensionamento sobre o *publisher*, especialmente (Breed, 2016, p. 229). No momento em que realizamos entrevistas com os jornalistas envolvidos com a produção de telejornais na RPC é possível apontar que houve quatro movimentos expressivos que provocaram um momento de alteração da linha editorial, são eles: tempo de duração do telejornal; a concorrência com outros

programas no mesmo horário (na hora do almoço); condições tecnológicas e a criação do editor-executivo, responsável pelo fechamento do telejornal e gerenciamento da equipe. Como observamos alterações também na apresentação do telejornal da hora do almoço, além de outra orientação geográfica passando de uma abrangência estadual para uma local entendemos que o que chamamos de linha editorial, responsável por definir o que é notícia e qual sua hierarquia no telejornal pode sofrer alterações.

3. Telejornalismo local: em busca de uma identidade

O jornal da hora do almoço exibido pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC) vai ao ar de segunda a sábado, no horário das 11h45 até as 13 horas. Atualmente denominado MEIODIA/PR, o telejornal passou por alteração de nome em setembro de 2018, quando deixou de ser chamado de PARANÁ/TV. A duração do telejornal variou nos últimos anos, passou de 40 minutos, para mais ou menos uma hora de duração em abril de 2019 (11h45-12h45). A partir de setembro de 2019 ficou

com uma hora e quinze minutos de duração. Essas informações com as datas de alteração vieram da própria emissora a partir de entrevistas realizadas com os jornalistas¹³¹ que atuam ou já atuaram na redação.

A edição da hora do almoço do telejornal é exibida a partir de produção própria de oito cidades, denominadas de “praças regionais”. As praças que geram os próprios jornais são: Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Noroeste (Campo Mourão e Cianorte) e Ponta Grossa. Neste estudo, considera-se o conteúdo exibido e produzido na cidade de Ponta Grossa, que transmite o telejornal para outras 35 cidades do estado, com média de audiência de 130 mil pessoas por dia, conforme informação de um jornalista da casa.

Ponta Grossa exhibe o jornal inteiramente produzido localmente desde outubro de 2017. Nem sempre foi assim, antes o telejornal era exibido com uma mistura de conteúdos gerados em Curitiba, para todo o estado, e conteúdos das praças regionais que ficavam com a

responsabilidade de edição de apenas um bloco do telejornal. O programa jornalístico também passou por mudanças na composição do cenário, a última em março de 2019. Entre as mudanças de cenário teve a saída da bancada de apresentação, uso de telas interativas, apresentador em pé, transitando por todo o estúdio.

Ao descrever o que é noticiável para MEIODIA/PR, há relatos da preocupação com um caráter comunitário do conteúdo, uma busca pela proximidade, valorizando as pautas locais. Isso está presente desde a passagem do Jornal Estadual para o PARANÁ/TV (em 1999), conforme uma tendência para todos os telejornais da hora do almoço da rede Globo de televisão. Naquele momento a alteração do nome (de Jornal Estadual para PARANÁ/TV) constituiu-se num recorte da linha do telejornal. Ou seja, a busca por telejornal com identidade de proximidade ao público não é nova na RPC.

Era uma mudança conceitual do que se denominou de jornalismo comunitário, realizado em São Paulo, que era falar de temas como buraco de rua, segundo um

¹³¹ Foram realizadas seis entrevistas, com jornalistas que trabalham ou trabalharam na emissora. Por questões éticas, para garantir o anonimato das fontes, optou-se por não designar funções, uma vez que dizer quem ofereceu a informação facilitaria a identificação dos entrevistados.

dos entrevistados. No Paraná, tal mudança foi mais comedida, embora a cobertura de temas ligados às prefeituras do estado passou a ser acompanhada mais de perto, foi amenizado o confronto político, ainda sob a perspectiva do informante.

3.1 Preocupação com a concorrência

No decorrer do período em se constituiu como PARANÁ/TV (1999-2018) e mesmo após a mudança de nome para o MEIODIA/PR, a concorrência com outra emissora local, a TV Guará¹³², empurrou mais fortemente para uma proposta editorial para uma busca pelo jornalismo local/comunitário, a partir dos relatos de todas as entrevistas.¹³³

O telejornalismo local assim pode ser conceituado como o espaço para a prática e a experiência televisiva com o que é próximo, para a vivência da cidade e da região na tela de TV. Sua realização dependeria da produção simbólica e do trabalho de jornalistas identificados com aquele espaço físico e social, imersos,

visíveis e reconhecidos pro moradores e cidadãos com os quais se estabeleceriam vínculos afetivos e de pertencimento, o que se efetiva e constitui reconhecimento (Coutinho, 2019, p. 35).

Embora todos os entrevistados relatem a importância de um jornalismo local, com características comunitárias, os jornalistas indicam que o telejornal da hora do almoço propõe uma cobertura estadual dos assuntos. Na prática, significa que a emissora utiliza conteúdos produzidos por outras praças regionais tendo como justificativa a tentativa de oferecer uma síntese dos assuntos mais relevantes que acontecem no estado. Essa possível contradição, entre uma cobertura estadual e local, não parece ser um problema para os jornalistas que produzem o telejornal. Ao utilizar o material disponível na nuvem, produzido por outras praças, há uma preocupação do editor-executivo em observar se é possível contextualizar com informações locais, elas são

¹³² A TV Guará é a retransmissora do sinal do SBT em nível nacional e começou a operar com conteúdo local na cidade de Ponta Grossa em agosto de 2012. Antes da sua instalação na cidade, a RPC TV não tinha concorrência na produção jornalística em sinal aberto na cidade. Além da RPC TV, apenas uma TV pública com sinal aberto também possuía conteúdo jornalístico, sem qualquer condições de rivalizar com a RPC TV (ANJOS, 2015, p.14)

¹³³ No presente texto estamos deixando de lado um debate mais avançado do conceito de comunitário, no qual a participação efetiva da comunidade na produção jornalística é trabalhada (Peruzzo, 2009).

complementadas, ou desdobradas no dia seguinte, indica um entrevistado.

No modelo implementado, há mais espaço para intervenções do apresentador, que pode complementar informações, mesmo que não estejam previamente planejadas no roteiro do telejornal. O movimento de interação é uma tentativa de que telejornal fique mais espontâneo ou “conversado”, dentro de uma proposta de proximidade. Esse entendimento aparece em todos os relatos dos jornalistas que estão atuando na empresa consultados para o estudo.

3.2 Tamanho da equipe x tamanho do telejornal

Na dimensão organizacional há algumas contradições sobre a distribuição de funções de quem trabalha no telejornal. O tamanho da equipe que produz o jornal do almoço com uma hora e 15 minutos de duração é praticamente a mesma que produzia o bloco de 11 minutos (entre 1999 e 2017) e o jornal de 40 minutos (entre 2017 e 2019). A redação possui atualmente um produtor/pauteiro, duas equipes de reportagem (repórter/cinegrafista), dois ou três editores e o editor-executivo.

De acordo com os relatos das entrevistas, na configuração atual do telejornal a equipe de produção jornal perdeu um produtor, e ganhou um editor, que está num cargo mais alto na hierarquia, o cargo de editor-executivo. “O produtor foi substituído pelo editor, um preenchedor de tempo, tirou da apuração e pôs na edição, cuida do cardápio da semana, determina o telejornal”, aponta um entrevistado. Outro jornalista afirma que ao criar o cargo tirou do produtor a responsabilidade pelo “cardápio” do telejornal, quem passa a ter essa responsabilidade é o produtor-executivo, explica.

Ainda que os entrevistados relatem que não aumentou a quantidade de pautas por turno, o repórter faz mais entradas ao vivo ao longo do telejornal. Em parte, é por isso que o VT, reportagem completa desapareceu no telejornal, não há tempo para edição do material. O que em certa medida parece ser uma contradição uma vez que chega para a equipe o editor-executivo, mas como apontou acima um dos entrevistados, este editor está mais preocupado em chefiar a equipe e não em editar o material produzido. Cabe ao editor-executivo a busca pelo conteúdo produzido em rede para puxar o material, que será

exibido no telejornal local. A questão tecnológica facilitou, implementada em 2015, com o acesso ao material numa nuvem disponível para o estado todo.

3.3 VT desconstruído

Dentro das modificações observadas no processo de elaboração do telejornal da hora do almoço está o que os jornalistas estão chamando de "VT desconstruído". Significa que o VT não é mais apresentado como uma narrativa estruturada em que o apresentador lê um texto na abertura (chamada), e a reportagem completa é exibida editada (com off-passagem-sonora). Agora o apresentador chama o repórter ao vivo, o repórter apresenta o assunto, e na sequência aparece a entrevista (sonora) gravada, uma nota com imagens gravadas e em alguns casos o repórter aparece novamente no vídeo com novas informações e pode trazer um entrevistado. Em algumas situações o assunto apresentado ao vivo pelo repórter volta em vários momentos do telejornal, todo esse movimento de apresentar a temática diluída e não numa reportagem completa está sendo chamada de VT desconstruído, pelos entrevistados. O formato aumenta a participação ao vivo do

repórter com intervenções ao longo do telejornal, reafirma o que foi observado no primeiro movimento de pesquisa realizado para entender as mudanças do telejornal (Xavier, 2019, p. 06).

O aumento no número de participações ao vivo dos repórteres é facilitada por questões tecnológicas, agora estão disponíveis quatro links (dois muchi-links e dois hot-spots) portáteis e um micro-ondas. O equipamento portátil permite o deslocamento do repórter durante a exibição do telejornal para lugares diferentes da cidade, o que oferece maior factualidade aponta um jornalista.

4. Reflexões finais

Como desdobramento inicial da investigação que visa entender como o jornal do almoço passou por mudanças na linha editorial (Xavier, 2019), os movimentos aqui descritos foram possíveis a partir de uma série de entrevistas. Ao todo seis jornalistas com vínculo atual ou não ofereceram informações sobre o processo produtivo do telejornal. Houve ainda uma observação da exibição do telejornal de dentro da sala de controle da emissora.

Alterações no modo de produzir notícias estão presentes em todos os suportes. No caso do telejornal é possível identificar muitas mudanças, algumas fortemente influenciadas pelas questões tecnológicas. Sobre a produção de notícias em âmbito mais localizado, sempre parece um desafio interpretar o que é noticiável a partir do conceito de valor notícia proximidade (Silva, 2014), na relação com a abrangência das emissoras que transmitem o telejornal. O local nunca é exatamente fixado num município, em geral, são regiões de abrangência geográfica (Coutinho, 2008).

O presente texto tentou demonstrar que houve alterações na linha editorial do jornal da hora do almoço. As mudanças aqui apresentadas mostram os últimos cinco anos. Marcadamente as características que demonstram essa alteração estão expressas a partir de alguns elementos. O primeiro que é possível apresentar, trata da chegada da concorrência, que pressionou para que o telejornal da RPC transmitido de Ponta Grossa tivesse uma preocupação com a pauta local, com assuntos que estimulassem a proximidade.

O segundo elemento diz respeito ao tamanho da equipe, que é praticamente o mesmo e com aumento significativo do

tempo de exibição do telejornal. Em Ponta Grossa, deixou de ser um bloco de 11 minutos e passou para 1h15 minutos. A única alteração com relação ao tamanho da equipe foi a criação do cargo de editor-executivo. O que demonstra a preocupação de tirar a responsabilidade pelo cardápio do telejornal do produtor e passar para o editor.

Outra característica evidenciada nos relatos dos entrevistados está na relação com a reportagem, o VT (off-passage-sonora), com as entradas ao vivo durante o telejornal. A reportagem perde espaço e entra o VT desconstruído, que é a exibição de um assunto a partir de um link, com desdobramentos de entrevistas ao vivo e gravadas. Soma-se a essa referência aparece também o apresentador, que faz comentários e complementações, sem que estejam no script do jornal.

Ao final os elementos aqui apresentados buscaram identificar características e mudanças da linha editorial dos telejornais regionais da hora do almoço e registrar possíveis alterações nos valores notícia dos telejornais observados. Essas mudanças podem ser observadas em períodos diferentes em

outros estados nas afiliadas da Rede Globo (SP/TV, RJ/TV, MG/TV, entre outros).

Referências

Anjos, M. M. P. dos. (2015) Agendamento e interagendamento temático no processo de produção jornalística no telejornalismo regional. Ponta Grossa: UEPG. (Dissertação de Mestrado).

Ban, G. Y.L. (2018). Os 25 anos do Jornal Laboratório Foca Livre: descontinuidades e permanências na linha editorial. TCC em Jornalismo – UEPG. Monografia. 216 p.

Breed, W. (2016) Controle social na redação: uma análise funcional. IN: TRAQUINA, N. (ORG.) Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular, 213-321.

Coutinho, I. (2019). Lugares, espaços, telas e reconhecimento: o local do telejornalismo na contemporaneidade. IN: Telejornalismo Local: teorias, conceitos e reflexões. Iluska Coutinho, Cárlica Emerim (orgs.) Coleção Jornalismo Audiovisual. V.8. Florianópolis: Insular.

Coutinho, I. (2008) Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. IN: VIZEU, Alfredo (org.) A sociedade do telejornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes.

Fernandes, M. L. (2014). A proximidade como critério de noticiabilidade. IN: Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Silva, G. Silva, M. P. da, Fernandes, M. L. (orgs.). Florianópolis: Insular, 129-156.

Guerra, J. (2014) Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. IN: Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Silva, G. Silva, M. P. da, Fernandes, M. L. (orgs.). Florianópolis: Insular, 39-50.

Paixão, P. (2018) Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. IN: Revista ALTERJOR. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 8. Vol. 1. Ed. 17. Jan-jun.

Pereira, A. E. V. (2005) Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Pereira, R. V. V. (2013) A queda da bancada e as mudanças na cena de apresentação dos telejornais: em busca da identidade e aproximação com o telespectador – uma análise do MGTV Primeira Edição. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Peruzzo, C. M. K. (2009) Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. IN: ECO-Pós, v.12, n.2, mai-ago., p.46-61.

Moreira, E. C., Leal, L. L., & Aguiar, S. (2017) Jornalismo local e regional no Nordeste brasileiro: estudo comparativo entre o Correio e o Diário do Nordeste. IN: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação, XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Fortaleza: Intercom.

Silva, G. (2014) Para pensar critérios de noticiabilidade. IN: Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Silva, G. Silva, M. P. da, Fernandes, M. L. (orgs.). Florianópolis: Insular, 51-70.

Silva, M. P. da (2014) Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. IN: Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Silva, G. Silva, M. P. da, Fernandes, M. L. (orgs.). Florianópolis: Insular, 70-84.

Xavier, C. (2019) Transformações editoriais do telejornalismo regional: o caso Rede Paranaense de Comunicação e os telejornais do almoço. 17^º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo promovido pela SBPJor. Goiânia: SBPJor.

Conectando a história de nossos jornais.

Conectando la historia de nuestros periódicos

Connecting the history of ours journals

Antonio Hohlfeldt¹³⁴

Resumo: Apesar da distância temporal de quase um século entre o surgimento do primeiro jornal numa colônia espanhola da América Latina (La Gaceta de México, 1722) e na colônia portuguesa (Gazeta do Rio de Janeiro, 1808), pode-se observar que, não só pela denominação de gazeta, tais publicações apresentam fortes semelhanças a evidenciaram um processo conectado em seu desenvolvimento. Trata-se de um estudo que pretende aproximar as histórias dos primeiros jornais do continente, surgidos, respectivamente, no México, Guatemala, Lima, La Habana e Bogotá, aos dois primeiros jornais brasileiros, Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Braziliense.

Palavras-chave: história conectada, Gaceta de México, Gazeta do Rio de Janeiro

Abstract: Despite just one century between the birth of the first newspaper in a Spanish Latina America colony (La Gaceta de México, 1722) and the portuguese colony (Gazeta do Rio de Janeiro, 1808), is not only the title gazeta that remarks the resemblances between them.

Key words: connected history, Gaceta de México, Gazeta do Rio de Janeiro

¹³⁴ Antonio Hohlfeldt é Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós-Doutor pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal), Brasil, a_hohlfeldt@yahoo.com.br.

O nascimento da imprensa jornalística, no continente latino-americano, ocorreu graças a uma série de acontecimentos que coincidiram, historicamente, como a formação das primeiras estruturas nacionais no continente europeu, que são justamente as de Portugal e de Espanha; os processos de conquistas coloniais, ocorridos ao longo dos séculos XV e XVI; as políticas de desenvolvimento das metrópoles e seus reflexos nas colônias, culminando nas influências iluministas do século XVIII e as guerras napoleônicas do século XIX. Se o continente latino-americano foi considerado, durante longo tempo, como uma espécie de *prolongamento* da própria Europa, devendo ser *civilizado*, também o surgimento da imprensa, no Novo Mundo, constituiu-se como uma espécie de *prolongamento* da imprensa de suas respectivas metrópoles. Em que pese permear quase um século entre o início de tal processo, nas antigas colônias espanholas (os vice-reinos) e sua gênese na colônia portuguesa do

continente, pode-se afirmar que não existem maiores diferenças entre os conceitos e os seus significados sociais de tais publicações, a começar pelo fato de que, emulando o que ocorria nas metrópoles, também nas colônias os primeiros jornais assumiram as características das *gazetas*, dando um passo à frente em relação à experiência anterior, com as chamadas *relações*.

Este é o tema central deste artigo: pretendemos estudar comparativamente os cinco primeiros títulos constituídos territorialmente no continente – Gazeta do México (1722), Gazeta de Guatemala (1729), Gazeta de Lima (1743), Gazeta de La Habana (1764) e Gazeta de Bogotá (1785) – cronologicamente falando, aproximando-os àqueles que são nossos dois primeiros periódicos a circularem no território brasileiro, o Correio Braziliense (junho de 1808) e a Gazeta do Rio de Janeiro (setembro de 1808).

Objetivos

Este artigo pretende evidenciar que existem mais que coincidências, mas processos semelhantes na história de cada uma dessas publicações, ao longo de suas circulações, o que nos permite compreender tais narrativas uma história maior, conectada, pela qual podemos encontrar conceitos, procedimentos, práticas e impactos sociais semelhantes, nos respectivos contextos de suas circulações.

Antecedentes históricos

Isabel de Castela casara-se com Fernando de Aragão, em 1469. Como eram primos em segundo grau, necessitaram de uma licença especial do Papa (isso ocorreu apenas em 1473). Este casamento encaminhou concretamente a unidade espanhola, ainda que muitos anos ainda se fizessem necessários para que tal projeto se consolidasse. A Espanha tornava-se, assim, depois de Portugal, a segunda unidade nacional claramente definida no continente europeu. O ano de 1492, neste sentido, é uma espécie de divisor de águas para o país, quando os muçulmanos são derrotados e Cristóvão Colombo, à sombra da bandeira espanhola, chega ao Novo Mundo. Isabel é uma entusiasta de

algumas invenções recentes, como a imprensa, que decide fazer instalar, entre 1473 e 1474, em Valencia, Barcelona e Zaragoza.

Portugal se constituía nacionalmente um pouco antes (o reino de Portugal se formaliza em 1139) e por isso é considerado o primeiro Estado-nação da Europa. A chamada *era dos descobrimentos* portuguesas começa na segunda metade do século XV, após forte desenvolvimento da ciência náutica, devida, dentre outros, ao Infante Dom Henrique, o que propicia que navegadores, sob a bandeira lusitana, atinjam as ilhas do Cabo Verde e conquistem Ceuta (1415). Sucessivamente, ultrapassam o ponto extremo sul do continente africano (Cabo das Tormentas 1488, então denominado Cabo da Boa Esperança, celebrizado no poema épico de Camões), e atingem o continente asiático, ali estabelecendo uma colônia (Goa - 1498). O ciclo se completa com a chegada ao território que depois viria a ser chamado Terra de Santa Cruz e, enfim, Brasil (1500) (SILVEIRA, 2014; SOUSA, 2010; BARRETO, 1983; JUDICE, s.d.; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 1988).

As ocupações de Espanha e Portugal constituem o que se chamaria de Novo Mundo. Mas o reconhecimento do continente, como América Latina, experimentaria longo processo, desde um primeiro registro, em 1507, até sua institucionalização, por Michel Chevalier, entre 1836 e 1837. O pioneiro uso de tal designação, numa conferência científica, ocorreu em 1856, pelo chileno Francisco Bilbao (VILLANUEVA, 2016).

Felipe de Anjou, Felipe V, era descendente dos Bourbon e trouxe as ideias da Ilustração à Espanha. Esta política é continuada por seu sucessor, Felipe VI e por Carlos III, quem autoriza a introdução da imprensa na Nova Granada (constituída pelos atuais Panamá, Colômbia, Equador e Venezuela, em 1777). Consolidava-se, assim, nos vice-reinos espanhóis, as atividades impressoras que haviam começado, ainda no século XVI, no México (Nova Espanha) e no Peru (SILVEIRA, 2014, p. 53 e ss.).

Quanto a Portugal, o processo foi mais complicado, porque a política interna do trono português era menos liberal que a espanhola, ainda que, na Espanha, também houvesse a censura e o controle real e religioso sobre os impressos. No caso

lusitano, a autorização para a impressão de uma obra era mais complexo e, nas colônias, absolutamente proibida, eis que considerada uma indústria, de que a metrópole mantinha o monopólio. A Ilustração praticamente não atingiu Portugal, ao contrário da Espanha, mesmo durante o período em que este esteve sob o jugo político da coroa espanhola, entre 1580 e 1640. É bem verdade que, durante este processo de independentização de Portugal em relação à Espanha, surgem as primeiras *relações*, publicações que participaram ativamente da campanha para a separação das duas coroas e, depois disso alcançado, popularizaram-se os *mercúrios*, com o objetivo de institucionalizar o novo poder político nacional. Mas isso não atingiu as colônias lusitanas, ao contrário do que ocorreria com os territórios coloniais espanhóis.

As primeiras publicações

Deve-se fazer uma clara distinção entre as *relações* e as *gazetas*. As *relações* se ocupavam de um único tema ou relato, ainda que tais narrativas pudessem abarcar um período tão extenso como o de todo um ano. Mas a “periodicidade, a

continuidade, a amplitude e um claro propósito de divulgar notícias [variadas] eram as características específicas das *gazetas* e marcavam diferenças entre estas e as *relações*, com as quais conviveram muito tempo”, explica Alejandro Pizarroso Quintero (1994, p. 275; GUILLAMET, 2004, ps. 66 e 67; DELGADO, s.d.; BENITEZ, 2000)¹³⁵. Também havia os *avvisi*, de origem italiana, os *Zeitungen*, de origem germânica, e assim por diante. As duas formas mais generalizadas, contudo, nos territórios ibéricos, foram as *relações* e as *gazetas*.

Jaume Romeu, impressor de Barcelona, começou a estampar uma *tradução* da *Gazette de Paris*, a partir de 28 de maio de 1641. Em fevereiro de 1661, surge, em Madri, a *Relación o Gaceta de algunos casos particulares, así políticos como militares, sucedidos em la mayor parte del mundo, hasta fin de Diciembre de 1660*. Como se verifica, há uma indefinição entre os termos *relación* e *gaceta*, dúvida que será dirimida na terceira edição da mesma, que passa a se chamar *Gazeta Nueva*, que

só alcançou institucionalizar-se como publicação oficial, semanal, em 1697, já então sob o título de *Gaceta de Madrid*, que experimentará vida atribulada, até que, em 1701, o rei Felipe V confirma o privilégio de impressão a Juan de Goyeneche, mas que, em 12 de janeiro de 1762, Carlos III incorpora à Coroa espanhola, pagando indenização de setecentos mil reais. A *Gaceta de Madrid* se torna publicação oficial, sob a direção de Francisco Manuel de Mena (QUINTERO, 1994, ps. 276 e 277).

Quanto a Portugal, a instalação da imprensa no país coincide com a Restauração. A *Gazeta da Restauração* apareceu em Lisboa em novembro de 1641. É considerada o primeiro periódico português e tinha como objetivo relatar as notícias deste período, marcando, desta forma, o início da propaganda política da nação. Em menor escala, relatava ainda a vida quotidiana lisboeta (SOUSA, 2011; SOUSA, 2013).

Observe-se que ambos os processos são paralelos e terão influência nas colônias, pois todos os primeiros títulos

¹³⁵ “Las primeras relaciones tipo gaceta contenían diversas noticias y no simple narración de un solo hecho, y por tanto se pueden considerar precedentes inmediatos de la periodicidad” (GUILLAMET, 2004, p. 67). E ainda: “En Venecia se le empleó por primera vez [el termo gaceta] a mediados del siglo XVI. En España se conocía ya en 1641 y era el nombre de una gaceta que se imprimía en Barcelona. Em 1661, Madrid y Sevilla publicaban con esse nombre sendas gacetas y por esa fecha comenzó a editarse oficialmente la *Gaceta de Madrid*” (BENITEZ, 2000, p. 19).

considerados como os pioneiros da imprensa jornalística das colônias de então, quer as espanholas, quer a portuguesa, assumem a designação gazeta, o que inclusive evidencia aquele conceito *extensionista* antes mencionado¹³⁶.

Quintero, sintetizando este processo inicial, escreve: “não houve, *a priori*, uma atitude contrária à imprensa periódica. A monarquia borbônica e os seus governos, na verdade, fomentaram-na, considerando que podia ser um instrumento útil à nação” (QUINTERO, 1994, p. 277), ao que se pode acrescentar: e aos governos de então, como podemos observar, especialmente no caso da Gaceta de Lima.

No caso português, a Gazeta do Rio de Janeiro, que nasceu quase um século depois, se considerarmos a data de 1722 como referencial da primeira publicação deste tipo, que ocorre no México, vive uma experiência diversa, eis que, diante da invasão de Napoleão Bonaparte ao território português, o Príncipe-Regente Dom João VI havia se trasladado, com

toda a sua corte, para a então colônia brasileira, modificando seu *status* político para o de *reino unido*: a Gazeta do Rio de Janeiro, na verdade, foi um émulo e uma contrafação de sua antecedente e contemporânea Gazeta de Lisboa, de que, se foi continuação, tornou-se, ao mesmo tempo, concorrente, pois o jornal de Lisboa havia caído sob o jugo francês e, portanto, não expressava mais o ponto de vista do governo lusitano e, sim, o do governo usurpador, enquanto que a Gazeta do Rio de Janeiro, editada pelo mesmo responsável da antiga publicação lisboeta, Frei Tibúrcio José da Rocha, passou a representar o ponto de vista da Coroa Portuguesa legalmente constituída, mas, ao mesmo tempo, opunha-se, por óbvio, à Gazeta de Lisboa (10 de agosto de 1715) e, de certo modo, terminou por assumir uma perspectiva mais próxima do ponto de vista brasileiro, o que a levaria, a partir de 1822, após a independência da antiga colônia, por iniciativa do Dom Pedro I (Dom Pedro IV de Portugal) a tornar-se o Diário do Governo da nova nação.

¹³⁶ Devemos lembrar que algumas das primeiras publicações ocorridas nas colônias espanholas também foram *traduções* ou *adaptações* de publicações que ocorriam na metrópole, Madri, como o relato sobre um terremoto ocorrido na Guatemala, em 1541, relatado por uma *hoja volante*, impressa por Juan Pablos, naquele mesmo ano, sob o título de “Relación del espantable terremoto que agora nueuamente ha acontecido en las Yndias em vna ciudad llamada Guatimala....”, de autoria de Juan Rodriguez. Manteve-se a redação original.

A primeira *gaceta*

A Gaceta de Mexico nasce em janeiro de 1722. Anteriormente, já haviam circulado algumas *folhas volantes* o *relaciones*, originalmente manuscritas, mas, desde 1541, impressas, desde que o México receberá uma primeira prensa, em 1535, e uma segunda, em 1539 (BENITEZ, 2000, ps. 24 e 36). Chegou-se mesmo a construir prensas de madeira, segundo o autor consultado (BENITEZ, 2000, p. 37).

Esta primeira Gaceta de México se deveu ao *criollo* Juan Ignacio Castorena Ursúa e Goyeneche, mais tarde bispo de Yucatán, que pode ser considerado o primeiro jornalista do continente. Tratava-se de uma publicação mensal, de 4 a 8 páginas, que alcançou apenas 6 edições, entre 1º. de janeiro de 1722 e junho do mesmo ano.

Como as que se editavam na Europa, agrupava as informações de acordo com sua procedência, mas dando preferência àquelas oriundas do México (Nueva España), que organizava segundo as

regiões de que eram oriundas¹³⁷. Seguiam-se as informações internacionais, indicadas pelos países de origem. Em ambos os casos indicavam-se as datas dos acontecimentos, ainda que, por vezes, o espaço de tempo entre o acontecimento e a informação tivesse uma diferença de vários meses. A maior parte de suas informações estava ligada ao meio eclesiástico, a que se seguia o mundo administrativo oficial.

Quando de seu lançamento, escreveu Castorena, a título de justificativa da publicação:

No carece de utilidade, pues a más del general motivo de las gacetas, siendo éstas una fidelíssima relación de lo que acaeca en estas dilatadas regiones, pueda sin trabajo cualquier discreto, con la diligencia de juntarlas, formar unos anales en lo futuro. En que sin el cuidado de examinarlos, logre el aplauso de escribirlos, y los correspondientes, el de complacer a los que de la Europa piden noticias de la América, para enriquecer con novedades sus historias (DELGADO, s.d.).

¹³⁷ Esta prática teria sido uma inovação ao sistema comum europeu, que priorizava as informações europeias, a que se seguiam as das colônias (CASTAÑEDA, 1969).

Não foi um jornalismo de crítica política, mas em suas poucas 6 edições, tornou-se uma fiel crônica do México de então. Castorena, segundo um pesquisador, “confería al periodismo un sentido más histórico que informativo” (CASTAÑEDA, 1969, p. 40). Não obstante, já se encontra, nestes textos, um “sentimiento de nacionalidad, una cierta consciencia de madurez intelectual apenas perceptible y confundida un poco con esse resquemor criollo del cual ya se habla desde el siglo XVI” (PRIETO, ZARCO, VIGIL e PESCOÇO, 1963, p. 1). Do mesmo modo, sua preocupação com um registro mais histórico que jornalístico, propriamente dito, acaba por conduzi-lo a um descritivismo bastante detalhista, o que faz com que alguns destes textos assumam “caracteres de un reportaje, enriquecidos con datos geográficos y etnográficos, amén de la relación propriamente histórica” (CASTAÑEDA, 1969, p. 46).

Há uma passagem, em especial, que nos permite comparações com o futuro jornal do brasileiro Hipólito José da Costa, Correio Braziliense, quando ele escreve: “Sólo se solicita en buen ejemplo para la

posteridade, y que sean pauta a los que serán, las acciones de los que fueron” (CASTAÑEDA, 1969, p. 42), o que se pode aproximar desta passagem do artigo de lançamento do jornal que Hipólito José da Costa edita em Londres:

Ninguém mais útil pois do que aquella que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de huma critica saã, e de huma censura adequada,. Representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as solidas conjeturas sobre o futuro (COSTA, JUNHO DE 1808, p. 3)¹³⁸.

A Gaceta era impressa na oficina da viúva Miguel Ribera Calderón, na rua do Empedradillo. Em sua organização, Castorena servia-se das *gazetas* espanholas, o que explica o evidente atraso com que tais informações circulavam. De qualquer modo, organizou o primeiro serviço internacional de notícias (WIKIMEXICO).

¹³⁸ Manteve-se a redação original.

Com denominação semelhante, surgiu uma segunda Gazeta de México, em 1728, agora a cargo de outro sacerdote, Juan Francisco Sahagún de Arévalo Ladrón de Guevara, que manteria as características da primeira, e circularia até 1739, alcançando a publicação de surpreendentes 1245 edições, o que é uma verdadeira epopeia. Em sua segunda fase, a mais importante, continuou a ter 4 páginas, incluindo matérias científicas e sobre meteorologia, além de poemas, melhor adequando-se à inspiração do Século das Luzes. Enquanto existiu, o jornal circulou por todo o vice-reino, pois tinha correspondentes em várias partes dele. Cada edição vinha encimada pela imagem de uma águia devorando uma serpente, como uma espécie de logotipo do periódico, e que depois se tornaria a imagem oficial da bandeira do México independente, sendo plenamente (re)conhecida pela maior parte da população (ESTRADA, s.d.).

Em janeiro de 1742, transformou-se no Mercúrio de México (BENITEZ, 2000, ps. 43 a 45), que alcançaria apenas 157 edições, encerrando definitivamente suas atividades em dezembro daquele mesmo ano.

A Gaceta reaparece ainda uma vez em 14 de janeiro de 1784, mas completamente diversa: a nova Gazetas de México constituía-se de 8 páginas, com suplementos variados, circulando até 1810, coincidindo com o “grito de Dolores” (15 de setembro) que inicia o processo revolucionário independentista da colônia. Nesta fase, tornou-se *oficialista* (GODOY, 2016, ps. 28 a 33). Era editado pelo também *criollo* Manuel Antonio Valdés y Munguía, com Juan López Cancelada, que logrou transformar seu jornal no mais longo da época colonial, considerando-se-lhe, por isto mesmo, o melhor jornalista destes tempos, inclusive refletindo criticamente a respeito da função social do jornalismo. Foi uma publicação quinzenal mas, a partir de 1793, tornou-se semanal, o que evidencia o crescimento do interesse pelos jornais, o que refletia, certamente, a movimentação política que chegaria aos movimentos independentistas.

Em geral, estes jornais eram de dimensões reduzidas, com 13 cms. de

altura por 20 cms. de largura¹³⁹, ainda que esta terceira publicação guardasse dimensões mais amplas.

O editor desta última Gazeta reconhece o papel de pioneirismo de Castorena, ao escrever, em 2 de janeiro de 1784, no lançamento de seu novo periódico:

Cuanto se haya conocido entre los nuestros la utilidade de las Gacetas del próprio país, ya lo publican las repetidas diligencias con que se solicitan las seis que se dieron a luz en esta corte el año 722..., de que apenas se ha encontrado una colección íntegra, quizá no habiendose hecho de presente el debido aprecio de ellas, tuvieron el desastrado fin que por lo regular (tiene) todo papel periódico; motivo porque en el dia carecen los curiosos literatos de un cúmulo de noticias muy peregrinas, que les serían de mucho provecho (VALDÉS, apud CASTAÑEDA, 1969, p. 50).

Primeiras aproximações

Há algumas primeiras observações que podemos, desde logo, trazer à reflexão, são:

A exemplo do que já registramos a propósito da imprensa colonial de expressão portuguesa, surgida nas antigas colônias de Portugal na África e na Ásia, o surgimento da imprensa nos territórios coloniais espanhóis da América Latina se vinculam às primeiras gerações *criollas*; no caso brasileiro, se Frei Tibúrcio é português de origem, Hipólito José da Costa já é mestiço, pois embora filho de gente branca, sua mãe, Ana Josefa Pereira, era nativa da Colônia do Sacramento (HOHLFELDT, 2014, ps. 597 a 685);

Consultadas as imagens reproduções iconográficas destas primeiras *gacetas* do México, observamos que a primeira delas (1722) traz o título Gaceta de México, mas as duas seguintes (1728 e 1784) se denominam, de fato, Gazeta de México. Caberia um estudo vernacular para verificar se tal diferença tem algo a ver com a ideologia que guiará seus editores, na medida em que as segunda e terceira distinguir-se-iam da primeira exatamente pela forma de sua denominação; o fenômeno, antecipamos, repete-se com algumas das *gacetas* das demais colônias,

¹³⁹ A coleção destes jornais pode ser consultada digitalmente em <http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id:0004520440&lang=en>

como evidenciaremos em próximos estudos;

Os formatos das publicações se equiparam, pois tanto as *gacetas* espanholas quanto a *gazeta* brasileira, e até mesmo o Correio Braziliense, possuem pequenas dimensões, próximas às do livro;

O conceito desenvolvido por Juan Ignacio Castorena y Ursúa Goyeneche e o de Hipólito José da Costa, quanto à função do jornalismo, é claramente semelhante: ele é mais histórico que jornalístico;

Nenhum dos dois periódicos prega a separação entre as metrópoles e as respectivas colônias, mas reclamam reconhecimento por parte da Corôa e respeito pelas diferenciações que vão se evidenciando entre tais espaços geoculturais, políticos e econômicos¹⁴⁰.

Estas são, como dissemos, observações iniciais. Em artigos subsequentes, vamos examinar as demais publicações, sempre aproximando-as das características dos dois primeiros periódicos brasileiros. Cremos que esta seja uma boa metodologia para alcançarmos uma

história conectada da imprensa na América Latina.

Referências

BARRETO, Luís Filipe (1983). *Descobrimientos e renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional.

BENÍTEZ, José Antonio (2000). *Los orígenes del periodismo en nuestra América*, Buenos Aires/México, Lumen.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1988). *A rota do Cabo. Descobrimientos e colonização africana*, Porto, Casa do Infante.

CASTAÑEDA, Maria del Carmen Ruiz (junho de 1969). "La Gaceta de México de 1722. Primer periódico de la Nueva España" in *Boletín del Instituto de Investigaciones Bibliográficas, México*. Consultado em <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69394>.

COSTA, Hipólito José da (junho de 1808). "Introdução." In *Correio Braziliense ou Armazém Literario*, London, W. Lewis,

¹⁴⁰ No caso do jornal mexicano, em nenhuma de suas três fases de existência. No caso do jornal brasileiro, esta posição unificadora é evidente entre 1808 e 1817, vinculada ao conceito de *reino unido*, modificando-se apenas quando as Côrtes lisboetas decidem desqualificar o Brasil, retornando-o à condição de colônia (HOHLFELDT, Julho-Dezembro de 2008, ps. 11 a 26 e HOHLFELDT, setembro de 2008).

Paternoster-Row. Manteve-se a redação original.

DELGADO, Miguel Ángel, Fernández (s.d.). "La Gaceta de México, el primero periódico nacional", artigo no repositório do INEHRM – Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México, <https://web.archive.org/web/20121108073341/http://www.inehrm.gob.mx/Portal/PtMain.php?pagina=exp-gaceta-de-mexico-articulo>.

ESTRADA, Dorothy Tanck (s.d.). "Características de las Gazetas de México de 1722, 1728-1742 y 1784-1809", in <https://gacetademexico.colmex.mx/>.

GODOY, Antonio Checa (2016). La prensa en español y portugués en América, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla.

GUILLAMET, Jaume (2004). "De las gacetas del siglo XVII a la libertad de imprenta del XIX" in BARRERA, Carlos (Org.) – Historia del periodismo universal, Barcelona, Ariel.

HOHLFELDT, Antonio (2014). "Journalism in colonies of portuguese expression" in SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena; HOHLFELDT, Antonio et BARBOSA, Marialva (Orgs.) – A history of the press in the Portuguese-speaking countries, Porto, Media XXI.

HOHLFELDT, Antonio (Julho-Dezembro de 2008). "Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro: Comparações e influências", in Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Vol. V, n. 2.

HOHLFELDT, Antonio (setembro de 2008). "Matrizes da imprensa brasileira: Correio Braziliense x Gazeta do Rio de Janeiro in XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/INTERCOM.

JÚDICE, Nuno (s.d.). A viagem na literatura portuguesa, Lisboa, Instituto Português do Livro e da Leitura.

PRIETO, Guillermo; ZARCO, Francisco; VIGIL, José María et PESCOÇO, Mónico (1963). El nacionalismo en la prensa mexicana del siglo XVIII, México, Club de Periodistas de México.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso (1994). "Evolução histórica da imprensa em Espanha" in QUINTERO, Alejandro Pizarroso (Org.) – História da imprensa, Lisboa, Planeta.

SILVEIRA, Mauro César (2014). Um pecado original. Os primórdios do jornalismo na Bacia do Rio da Prata Florianópolis, Insular.

SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) (2010). O pensamento jornalístico português. Das origens a abril de 1974, Covilhã, LABCOM, Vol. 1.

SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) (2011). A Gazeta “da Restauração”. Primeiro periódico português. Uma análise do discurso, Covilhã, LABCOM.

SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) (2013). Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e contexto, Covilhã, LABCOM.

VALDÉS, Manuel Antonio (2.1.1784). “Introducción”, México, Gazetas de México,

p.1 in CASTAÑEDA, Maria del Carmen Ruiz – “La Gaceta de México de 1722. Primer periódico de la Nueva España”, in

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69394>.

VILLANUEVA, Erick Torrico (2016). La comunicación pensada desde América Latina (1960-2009), Salamanca, Comunicación Social.

WIKIMEXICO .
<http://wikimexico.com/articulo/la-gaceta-de-mexico>.



O estágio obrigatório como instrumento de defesa da atividade jornalística no Brasil

Prácticas obligatorias como herramienta para defender la actividad periodística en Brasil

Compulsory practices as a tool to defend journalistic professional activity in Brazil

Marco Aurelio Reis¹⁴¹

Cláudia de Albuquerque Thomé¹⁴²

Resumo: O exercício do Jornalismo no Brasil sofreu desde os primeiros anos deste século ataques jurídicos e regulatórios desobrigando o registro profissional para o desempenho da atividade. Desvalorização da formação superior na área, tais ações buscam liberar o exercício da atividade sem estudos superiores sobre os princípios éticos, teóricos e norteadores da profissão que garantem a manutenção das sociedades democráticas. O presente estudo apresenta o estágio obrigatório da atividade jornalística, previsto em legislação de 2013, como um dos defensores da formação superior e do registro profissional como fundamentais para o exercício do jornalismo com ética e compromisso social. Para tanto, usa a metodologia estudo de caso (YIN, 2011) e o fato de as primeiras turmas de formandos em Jornalismo terem completado, no biênio 2018/2019, seus estágios obrigatórios para

¹⁴¹ Marco Aurelio Reis, professor doutor da Universidade Estácio de Sá, bolsista do Programa de Pesquisa e Produtividade da mesma instituição e Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Narrativas Midiáticas e Dialogias, doutorado pela UFRJ, Brasil, e-mail: marco.reis@estacio.br.

¹⁴² Cláudia de Albuquerque Thomé, professora adjunta da Facom/UFJF e do PPGCOM/UFJF, integrante da Rede Telejor, e líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Narrativas Midiáticas e Dialogias, doutorado pela UFRJ, Brasil, e-mail: cthomereis@gmail.com..

apresentar tal construto epistemológico sobre a necessária formação profissional para o exercício do Jornalismo no Brasil.

Palavras Chave: Jornalismo, Estágio, Registro Profissional.

Resumen: El periodismo en Brasil ha sido objeto de ataques legales y regulatorios, liberando registro profesional. Este estudio presenta la etapa obligatoria de la actividad como elemento fundamental para el ejercicio del periodismo con ética y compromiso social.

Palabras clave: Periodismo, Prácticas, Registro profesional.

Abstract: Journalism in Brazil has been subject to legal and regulatory attacks, freeing up professional registration. This study presents the compulsory stage of the activity as a fundamental element for the exercise of journalism with ethics and social commitment.

Keywords: Journalism, Internships, Professional registration.

Introdução

O jornalismo profissional no Brasil vem sofrendo severos ataques jurídicos e legais desde o início dos 2000, sendo que em 2003 o aumento de ações foi um dos destaques da mídia especializada, que destacou que a maioria esmagadora dos processos fora movida por juízes, promotores, advogados e políticos. No tocante a ações contra jornalistas e jornais,

juízes se destacam por vitórias nos pedidos de reparação e indenização financeira.¹⁴³

O mais agressivo desses ataques judiciais contra a atividade jornalística reservada a profissionais com graduação ocorreria em 2009, quando o Supremo Tribunal Federal derrubou a obrigatoriedade da certificação profissional para atuar no campo profissional. No início de agosto de 2013, o Senado brasileiro aprovaria, no entanto, alterações na

¹⁴³ In In https://www.conjur.com.br/2003-set-30/dobra_numero_processos_imprensa_jornalistas, acesso em 20/03/2015

Constituição do país que garantiriam a exigência do diploma para prática de jornalismo. O projeto de Emenda Constitucional (PEC) está, porém, parado na Câmara dos Deputados para duas votações, tendo seu último trâmite em 2016.

Os ataques contra jornais e emissoras de TV ganharam outros contornos no segundo mandato da ex-presidenta Dilma Roussef, em 2015, com o incremento da polarização entre extremistas de esquerda e de direita no campo da política partidária. Os processos de impeachment de Dilma e o conjunto de denúncias contra os governos petistas que comandavam o país (desde a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002) levaram grupos de direita e esquerda, sobretudo extremistas, a atacar abertamente o papel do jornalismo e dos jornalistas nos dois processos, que acabaram com Dilma afastada e Lula preso.

As eleições de 2018, marcadas por Fake News no campo político-partidário tanto de esquerda quanto de direita, sobretudo de extremistas (REIS, 2019), e a ascensão no poder de políticos de cunho conservador e pouco simpatizantes à liberdade de

imprensa agravaram os ataques contra o jornalismo.

Em novembro de 2019, viria outro ataque com a edição, no Diário Oficial da União, de legislação precária com força de lei denominada medida provisória (MP) retirando direitos de jornalistas graduados entre outras ações no campo da legislação trabalhista. Assinada pelo governo, a MP 905/19, a chamada MP do Contrato Verde e Amarelo, só não chegou a ser definitivamente transformada em lei porque seu trâmite no Congresso Nacional atrasou, sendo que, nas discussões legislativas, os congressistas já questionavam o ataque frontal à formação superior em Jornalismo no Brasil.

Diante do impasse no Congresso, o governo brasileiro editou outra medida provisória em 20 de abril de 2020 (MP 955), revogando a MP 905 de modo a preservar parte das alterações trabalhistas previstas na legislação caducada, tais como a redução de juro nas reclamações trabalhistas e a implantação de regras mais brandas para a terceirização de trabalhadores e a implantação do trabalho temporário.

Em junho, a MP 955 também perdeu a validade, sendo prorrogada por mais dois

meses pelo Congresso. Findo esse prazo, as duas MPs perderam a validade. Agora, segundo o portal do Congresso, senadores e deputados têm até o dia 16 de outubro de 2020 para editar um decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes das MPs, ou seja, junto com as terceirizações, o ataque ao diploma de Jornalismo continua a ameaçar a profissão em mais essa frente. Agora, portanto, tanto o Judiciário quanto o Poder Executivo e o Congresso brasileiros têm em mãos instrumentos para liberar o exercício do jornalismo para qualquer cidadão, ora usando o argumento constitucional da liberdade de expressão, ora com discurso de ódio contra o papel da imprensa e dos jornalistas na sociedade.

Em risco está a regulamentação profissional dos jornalistas (Decreto-Lei 972/1969), liberando o desempenho da atividade no Brasil mesmo para quem não tem registro profissional. O presente estudo mostra como as Diretrizes Curriculares para os cursos de Jornalismo, publicadas em 2013, especificamente no que diz respeito à instituição do estágio curricular obrigatório, são relevante instrumento de defesa da profissão contra os ataques citados acima, que

desempoderam a formação profissional dos jornalistas e representam um ataque à constituição das sociedades democráticas, nos parâmetros propostos pelo professor Philip MEYER (2007).

O estágio previsto nas diretrizes foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação após amplo debate entre os pesquisadores, professores e profissionais de Jornalismo no Brasil. Ele entrou para a estrutura curricular dos cursos com o estágio programado para o sétimo e oitavo semestres. Com as primeiras turmas dessa nova grade curricular concluindo o curso de Jornalismo no biênio 2018/2019, foi possível evidenciar, a partir de relatórios de estágio, de que forma essa alteração curricular e nos processos de produção jornalística valoriza a formação acadêmica para prática profissional do Jornalismo. Adotando a metodologia do estudo de caso (YIN, 2011) para análise de relatórios produzidos por graduandos, busca-se formar um construto epistemológico sobre a relevância do estágio obrigatório no presente cenário de ataque à atividade jornalística, uma profissão pautada por princípios teóricos, legais e éticos somente alcançáveis mediante à formação superior na área.

A pesquisa em comunicação e a relevante formação acadêmica em Jornalismo

A pesquisa em Comunicação Social no seu aspecto amplo, a pesquisa em Jornalismo, em seu aspecto focal, requer descrição detalhada de procedimentos metodológicos para evidenciar como se alcançou determinado resultado (PERUZZO, 2018, p. 37). Estudos sobre as práticas e fronteiras da comunicação (LOPES FILHO, ALVES org., 2012), sobre as teorias do Jornalismo (TRAQUINA, 2004), sobre reportagem (LAGE, 2005), sobre o mundo do trabalho dos jornalistas (NONATO e GROHMANN org., 2013) e sobre novas funções e competências do jornalismo (REIS e THOMÉ, 2017, 2018, 2019) evidenciam alguns dos debates teóricos sobre o complexo mercado profissional do jornalismo e dos jornalistas, bem como o campo de saber em construção e alteração que requer pesquisas acadêmicas constantes e atualizadoras .

Cada um desses estudos contribui para entender o que está em risco quando se libera a atividade jornalística da

obrigatoriedade da formação acadêmica para seu exercício e como o estágio curricular obrigatório certifica essa formação, o que será feito adotando-se a metodologia de estudo de caso (YIN, 2005), uma vez que discussão está na atuação do jornalista e no papel do jornalismo no cotidiano da sociedade.

Por prever procedimentos sistêmicos e sociológicos, o estudo de caso (YIN, 2005), aqui adotado, busca evidências relevantes, aprofundando a observação do fenômeno estudado com comparações entre o período analisado e situações anteriores, de modo a constituir um saber sobre a formação dos jornalistas brasileiros. A partir de tais procedimentos gerais, o presente trabalho busca um saber sobre a prática do estágio obrigatório em jornalismo em centros urbanos. Observa-se, notadamente a partir de 2019, que a prática do estágio propiciou a estudantes, profissionais e professores dos cursos de jornalismo a reflexão sobre o mercado profissional e a necessária aproximação entre o mercado profissional e a academia de modo a preservar a atividade jornalística sob os ditames éticos e acadêmico-científicos.

Como procedimentos específicos, optou-se pela observação direta de um grupo de formandos de um dos centros urbanos da Região Sudeste, aqui mantidos em anonimato de modo a preservar suas identidades profissionais. A observação direta é uma forma de se identificar comportamentos relevantes. Segundo Yin (2005), as observações diretas podem ser feitas em trabalho de campo. No caso do estágio em jornalismo, considera-se os relatórios de estágio como objeto, de modo a obter informações diretamente do contexto do acontecimento. Buscou-se focar em casos múltiplos, com olhar voltado para seus aspectos holísticos a partir dos integrados, frente à peculiaridade do momento, pensando que situações extremas, como os atuais ataques, alteram o campo jornalístico, como ocorreu, por exemplo, no século XIX, com a introdução do lide durante a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (SOUSA, 2001) ou com a ebulição da imprensa alternativa no Brasil dos anos 70, com jornais sob censura e jornalistas sendo presos, torturados e alguns mortos.

Com a observação, pode-se entender de que forma o estágio em jornalismo tem efeito certificador da profissão. A partir da

metodologia de Yin, foram construídos modos e janelas de observação: estudantes que estagiaram em veículos de comunicação, ou em assessorias de imprensa em empresas privadas, ou assessorias de imprensa órgãos públicos ou em núcleo de comunicação da instituição onde estudam.

Efeito certificador do estágio em jornalismo

A certificação do Jornalismo construída no Brasil ao longo do século passado começa com a profissionalização e a industrialização da imprensa. Tal credibilidade do noticiário deslizou do jornalismo impresso para o audiovisual que, desde o início do processo de industrialização dos meios de comunicação no Brasil, já nas primeiras décadas do século XX, contava com certo prestígio.

Os termos prestígio e credibilidade seriam substituídos por certificação posteriormente, sobretudo quando jornais, em um primeiro momento, e depois rádio e TV, se midiatizaram (PICCININ; SOSTER, 2012) e passaram a enfrentar a migração de leitores, audiências e verbas publicitárias para sites e rede sociais

digitais. O conceito certificação no jornalismo ganharia força, em 2015, durante a reunião anual da Wan-Ifra, o Fórum Mundial de Editores, quando se discutia o enfrentamento do meio jornal com a profusão de informações disponibilizadas na web.

No mesmo ano de 2015, o conceito de certificação para grupos de comunicação foi consolidado (REIS, 2015), apontando estratégias adotadas pelos donos de jornais cariocas. O conceito deriva do termo homônimo das áreas de Administração e Marketing, segundo o qual certificação é uma das maneiras de garantir a conformidade do produto, do serviço, do sistema de gestão de uma empresa ou uma pessoa.

Em seu estudo acerca das marcas de certificação, a professora Astrid Uzcátegui (2006), da Universidade de Los Andes, na Venezuela, esclarece que a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) entende que uma marca de certificação serve para garantir alguma característica particular nos produtos ou serviços, tais como a origem geográfica, um determinado conteúdo, modo de fabricação, qualidade, cumprimento de normas de segurança ou outras características.

Já Lobato Manuel (2002, p. 941) acrescenta que o conceito marca de garantia foi inspirado nas marcas de certificação que, para ele, seriam, por sua vez, marcas outorgadas pelo governo que verificam a qualidade, a origem geográfica, entre outros aspectos. A este respeito, Monge Gil (2000, p. 605) também sustenta que na marca de certificação a função mais importante é garantir certo nível de qualidade nos produtos e serviços. No campo da Educação, por sua vez, certificado é um documento concedido aos discentes e docentes que receberam uma determinada formação ou que passaram em testes necessários para obtê-la.

Ou seja, buscava-se fora do campo da Comunicação uma terminologia para evidenciar a qualificação da informação veiculada por grupos de comunicação, notadamente aquela vinda do trabalho jornalístico ético e comprometido com a apuração rigorosa e sujeita a sanções legais em caso de desvios intencionais, falhas ou erros. Uma qualificação que ganha força com o estágio profissional em jornalismo.

O estágio entre nós

Na edição do segundo semestre de 2017, a Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo publicou uma série de artigos sob o tema “Estágio supervisionado em jornalismo: novos desafios na formação discente”. Os trabalhos evidenciaram olhares distintos sobre a atividade acadêmica do estágio.

Olhares apontando o estágio como oportunidades de atuação para a conquista de conhecimentos, valores e saberes foram colocados ao lado de outros apontando a relação conflitante entre os interesses do mercado, de controle do Estado e da academia. REIS, FACCIN e FERREIRA (2017), por sua vez, trataram da implantação do estágio em núcleos de comunicação e assessorias de comunicação das instituições de ensino. Enquanto outros autores levantaram dados sobre o estágio para turmas de Jornalismo presenciais e de educação à distância.

Nos artigos, questões como o risco de a presença de estudantes como estagiários ser uma ameaça para o emprego de jornalistas formados, como a falta de empresas de comunicação para abrigar estagiários em algumas partes do Brasil foram levantadas, bem como a de o estágio servir como certificação profissional sem

ameaçar diretamente os empregos, como ocorre no caso do estágio de docência para estudantes das licenciaturas.

Tais olhares acadêmicos nortearam a observação sobre os relatórios de estágio, objetos desse estudo, abrindo janelas sobre entraves, negociações, experiências, críticas e elogios. Por motivos de sigilo, foram tagueadas observações redundantes em mais de dois casos, de modo a garantir que nenhum dos formados cujos relatórios foram analisados possa se identificar diretamente na observação. Foram observados relatórios de quatro turmas de estágio de centro urbano do sudeste, área com veículos de comunicação e assessorias de imprensa em número expressivo, o que leva a desprezar *gaps* tais como falta de espaço não acadêmico para estágio.

O recorte vê estudantes que estagiaram em empresas privadas e públicas e em núcleo de comunicação da instituição onde estudavam. A pesquisa considerou as seguintes *tags* nos relatórios analisados: obstáculos, rotinas, críticas, elogios, contribuição para formação, falhas na formação e certificação da profissão. É importante reforçar que tais resultados refletem a avaliação de discentes em uma

amostragem, não podendo ser generalizados, mas que são relevantes para o debate sobre o papel do estágio na relação com espaços de formação em jornalismo.

Entre os obstáculos citados nos relatórios estão concorrência maior, escassez de vagas, desconfiança dos profissionais, dificuldade para conciliar o estágio com a faculdade e, em alguns casos, discentes relacionaram o estágio com atividades secundárias e pouco estimulantes, por vezes com pouca orientação no local do estágio. A indicação de horários rígidos para entrada e saída foi recorrente nos relatórios estudados, referentes a estágios realizados em empresas públicas, em empresas privadas e em núcleo de comunicação da instituição de ensino.

As críticas são variadas, destacando-se queixas de ambiente hostil, pouca liberdade para atuar por conta própria e propor ideias, e, no caso do núcleo de comunicação da instituição, a indicação de que o estágio pode se tornar extensão do ambiente acadêmico. No entanto, entre os elogios, há uma indicação recorrente do estágio como ambiente profissional, seguro e com rotina definida. O núcleo da

instituição é apontado como ambiente amável e com abertura para propor ideias, dando mais liberdade de atuação.

Nem todos consideraram que o estágio representa uma contribuição para a formação, mas houve quem considerasse que a experiência pode apontar falhas na formação acadêmica. Já a certificação da profissão foi um quesito confirmado pela maioria, nos relatórios pesquisados.

Cabe ressaltar que a indexação proposta acima foi feita no âmbito da Arquitetura da Informação, ou seja, um tagging construído unicamente a partir do linguajar natural da comunidade investigada. Assim buscou-se um sistema de organização do conhecimento com indexação cooperativa, que busca representar a informação de maneira espontânea e livre.

Para tanto foram definidas categorias do índice para depois buscar as informações nessas categorias. No segundo momento, foram classificadas as categorias com uma ou mais palavras-chaves, chamadas pela Arquitetura da Informação de *tags* (marcadores). Por meio desses marcadores, dessas *tags*, recupera-se informações e pode-se compartilhá-las na presente pesquisa.

Considerações finais

O presente estudo busca evidenciar de que forma o estágio profissional supervisionado em Jornalismo pode representar uma defesa da formação superior e do registro profissional. A partir de uma análise de relatórios de estágio em um centro urbano da região Sudeste, percebe-se que estudantes encaram a prática como elemento de certificação da profissão.

Como os estágios obrigatórios dos cursos de licenciatura, rito de passagem da condição de estudantes para de professores, os estágios em Jornalismo, na amostragem analisada, são vistos como porta de entrada no mercado profissional que precisa se resguardar dos ataques de quem defende o fim da formação a despeito da liberdade de expressão prevista na Constituição Brasileira de 1988.

Jornalismo de dados, investigativo, agências de checagem e de combate a fake news despontam como outros elementos de certificação da relevância do jornalismo no atual cenário. O estágio vem fortalecer esses demais elementos, algo relevante em plena Pandemia do Covid-19, quando

informações desencontradas sobre prevenção, contágio e expansão da doença no Brasil precisaram da imprensa como elemento esclarecedor e relevante no controle do vírus.

Espaço de diálogo entre o mercado profissional e a academia, o estágio supervisionado contribui para a formação profissional dos discentes, sobretudo em um momento em que o Jornalismo passa por transformações em suas rotinas produtivas e é atravessado pela convergência das mídias.

Referências

ARRANZ, F. G.. Propuesta de periodización histórica y evolución conceptual del periodismo de precisión. Disponível em encurtador.com.br/pLPVW, acesso em 10 Ago. 2018

CNE/CES 1/2013 homologado em 27/09/2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado. Disponível em encurtador.com.br/rvwl5. Acesso em: 10 Ago. 2018.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS (2007). Disponível em <http://www.jornalistas.org.br/download/co>

digido_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf, acesso em 29 Jan. 2018

FIGARO, Roseli (org.). (2013). NONATO, cláudia; GROHMANN, Rafael. As mudanças no mundo do trabalho do jornalista. São Paulo: Ed. Atlas/Salta, 2013

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES FILHO, Boanerges Balbino; ALVES, Wedencley (Orgs.). Comunicação: práticas e fronteiras. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: PubliFolha, 2001, 391 p.

Manual de redação e estilo: O Estado de São Paulo. 3. ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

MEDISTCH, Eduardo. No Brasil, o ensino universitário de jornalismo retoma a identidade com a profissão. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v.14, n.27 (2017). p.101-111. In: encurtador.com.br/ruy13. Acesso em 10 Ago. 2018.

MEYER, Philip. Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, Marco Aurelio. A disrupção das práticas em laboratório no ensino de Jornalismo. Rebej, Brasília, v. 6, n. 19, p. 157-176, jul./dez. 2016. Disponível em encurtador.com.br/ewPY2. Acesso em 2 Jan. 2017.

REIS, Marco Aurelio. Crise leva o jornalismo impresso do Rio a reinventar seu negócio. Rebej, Brasília, v. 5, n. 17, p. 219-234, Jul./Dez. 2015. Disponível em encurtador.com.br/knuyO. Acesso em: 1º Jan. 2016.

REIS, Marco Aurélio; FACCIN, Milton Julio; FERREIRA, Soraya Venegas. O estágio de jornalismo entre nós: reflexões sobre algumas propostas de implantação do estágio curricular nos cursos de Jornalismo. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v. 7, n. 21, p. 219-237, jul./dez. 2017

REIS, Marco Aurelio; THOMÉ, Cláudia de Albuquerque. Novas funções e competências em emissoras de rádio ante o avanço das redes sociais digitais. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, Anais eletrônicos, 2017b.

REIS, Marco Aurelio; THOMÉ, Cláudia de Albuquerque; MIRANDA, Pedro. Novas funções e competências do Telejornalismo

brasileiro. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville (SC), Anais eletrônicos, 2018. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0728-1.pdf>, acesso em 06/02/2019.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos do jornalismo impresso. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2001

SOUZA, Jorge Pedro. Elementos do jornalismo impresso. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2001.

THOMÉ, Cláudia de Albuquerque; REIS, Marco Aurelio. Videoteratura: uma proposta de análise do cronismo na televisão. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação (FURB). Blumenau, 2017.

THOMÉ, Cláudia; REIS, Marco Aurelio. Novas funções e competências no telejornalismo regional. In: COUTINHO Iluska e EMERIM, Cárlica (org). Telejornalismo local: teorias, conceitos e

reflexões. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

THOMÉ, Cláudia; REIS, Marco Aurelio. Novas funções e competências em jornais do Rio ante o avanço das redes sociais digitais. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville (SC), Anais eletrônicos, 2018. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0737-1.pdf>, acesso em 06/02/2019.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VALVERDE, Franklin Larrubia. O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista. 2006. 227 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. São. Paulo, ed. Bookman, 2001.

(Des)caminhos do Radiojornalismo, 30 anos: revisitando os processos de produção e distribuição de mensagens jornalísticas no rádio segundo a tese de Gisela Swetlana Ortriwano

(Des)caminos del Radioperiodismo, 30 años: revisión de los procesos de producción y distribución de mensajes periodísticos por radio según la tesis de Gisela Swetlana Ortriwano

(Dis)ways of Radiojournalism, 30 years old: revisiting the processes of production and distribution of journalistic messages on the radio according to Gisela Swetlana Ortriwano's thesis

Lourival da Cruz Galvão Junior¹⁴⁴

Resumo: Este artigo revisita a tese de doutorado *Os (Des)caminhos do Radiojornalismo*, de Gisela Swetlana Ortriwano, primeiro trabalho do gênero no Brasil que, em 2020, completou 30 anos. Mediante pesquisa bibliográfica e documental constatou-se a contemporaneidade da tese, apesar do atual momento ser marcado pelo avanço da tecnologia, pelo surgimento de novos formatos digitais e pela convergência digital.

Palavras-chave: Radiojornalismo. (Des)caminho. Produção e difusão de notícias.

¹⁴⁴ Lourival da Cruz Galvão Junior. Universidade de Taubaté/Centro Universitário Módulo, Doutor em Ciências da Comunicação (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), Brasil, galvaojr@uol.com.br

Abstract: This article revisits Gisela Swetlana Ortriwano's doctoral dissertation *The (Dis)paths of Radiojournalism*, the first work of its kind in Brazil that, in 2020, completed 30 years. Through bibliographic and documentary research, the contemporary nature of the thesis was verified, despite the current moment being marked by the advancement of technology, the emergence of new digital formats and digital convergence.

Keywords: Radiojournalism. (Dis)paths. Production and dissemination of news.

Resumen: Este artículo revisa la tesis doctoral de Gisela Swetlana Ortriwano *Los (Dis)caminos del radioperiodismo*, el primer trabajo de este tipo en Brasil que, en 2020, cumplió 30 años. A través de la investigación bibliográfica y documental se constató el carácter contemporáneo de la tesis, a pesar de que el momento actual está marcado por el avance de la tecnología, la aparición de nuevos formatos digitales y la convergencia digital.

Palabras clave: Radioperiodismo. (Des) camino. Producción y difusión de noticias.

Introdução

Gisela Swetlana Ortriwano, docente e pesquisadora que atuou no Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (CJE-ECA/USP), é uma das principais referências no Brasil àqueles que se dedicam à formação em

Radiojornalismo. As obras da docente¹⁴⁵ são citadas nos planos de ensino de professores que ministram aulas e cursos de radiojornalismo nas principais universidades brasileiras, formando um referencial teórico, atual e em sintonia com o percurso do rádio.

A docência e a pesquisa, principalmente sobre rádio e radiojornalismo, projetaram

¹⁴⁵ Nascida em Füssen, na Alemanha, em 07 de junho de 1948; falecida em São Paulo, capital, em 19 de outubro de 2003. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e graduada em Jornalismo pela Universidade de São Paulo, onde obteve os títulos de Mestra e Doutora em Ciências da Comunicação.

Ortriwano no cenário nacional. Durante 30 anos, ela produziu mais de uma centena de trabalhos, com destaque ao livro *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*, publicado¹⁴⁶ deste 1985; e à tese de doutorado *Os (Des)caminhos do rádio*, defendida em 06 de junho de 1990 na ECA/USP e que, apesar de não submetida à publicação, é desbravadora por ser a primeira a se dedicar de forma exclusiva ao Radiojornalismo no Brasil (Lopez; Mustafá, 2012).

A contemporaneidade da tese reflete o pioneirismo de Ortriwano, que forjou uma carreira de apreço e paixão pelo rádio. A obra aborda os processos de produção e de veiculação noticiosa e a formação de jornalistas para o rádio, temas atuais e motivadores deste trabalho, resultante de pesquisa de pós-doutoramento feita no CJE-ECA/USP¹⁴⁷. Ao longo de 210 páginas, *(Des)caminhos* aborda os assuntos de maneira didática, separando-os em dois blocos. O primeiro baseia-se em pesquisa

bibliográfica e documental e analisa o rádio como meio jornalístico e as vantagens como instrumento de informação. Na segunda parte, a tese mostra barreiras para o não aproveitamento das potencialidades do rádio. O ensino do radiojornalismo e a indicação de pontos de estrangulamento que impedem o uso do rádio como meio jornalístico encerram o trabalho.

Para revisitar as contribuições da primeira tese de doutorado brasileira sobre radiojornalismo, este estudo empreendeu pesquisa bibliográfica e documental para verificar a atualização dos conteúdos. As considerações a seguir, breves em comparação à profundidade do estudo de Ortriwano, prestam-se ao resgate de uma reflexão feita há 30 anos que, a seguir, demonstra-se circunstanciada na atualidade.

Os (Des)caminhos, 30 anos depois

¹⁴⁶ A obra, disponível em <https://www.gruposummus.com.br/livro/informacao-no-radio-a/> na 4ª edição, é baseada na dissertação de mestrado *A informação no rádio: critérios de seleção de notícias*, apresentada por Ortriwano em 1982 ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP.

¹⁴⁷ Modelo Giselista para o ensino da Comunicação: a contribuição de Gisela Svetlana Ortriwano para o Jornalismo, sob supervisão do prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly e término em março de 2021. Retirado de <http://www3.eca.usp.br/pesquisa/posdoc/projetos/cje>

A *Teoria do Rádio* de Brecht (1981) alicerça a primeira parte da tese de Ortriwano, denominada de *A potencialidade jornalística do rádio*. No capítulo 1, *O jornalismo na "Teoria do Rádio"*, a autora busca compreender o destino do rádio do final do século XX a partir dos cinco textos escritos pelo dramaturgo alemão entre 1927 a 1932. Brecht, um dos primeiros teóricos a estudar a importância do rádio, percebeu as potencialidades e o papel social e estratégico daquele meio que "apenas engatinhava" na década de 1920. (Ortriwano, 1990, p. 8). Mediante o pensamento de Brecht sobre a transformação do rádio numa mídia com duas mãos de direção e, à frente, acerca da "República de Weimar e as rádios operárias", a autora pontua entraves à democratização das mídias no Brasil.

À época da tese, as rádios piratas e livres são indicadas por Ortriwano como exemplo de ruptura de um modelo mercantil que, na primeira década deste século, cedeu espaço às rádios comunitárias que, por lei, devem exercer práticas voltadas ao desenvolvimento

social. Na conjuntura momentânea, apesar do relativo avanço, há muito a ser debatido sobre as rádios comunitárias, uma vez que muitas reproduzem padrões e práticas das rádios comerciais e são usadas para proselitismo religioso ou motivação político-partidária, dentre outros propósitos (Galvão, 2015).

Ortriwano diz que a "função do rádio não se esgota em apenas transmitir informações sobre os acontecimentos", mas em promover "o intercâmbio entre fonte e destinatário para que o processo de dupla-mão se efetive" (1990, p. 21). Ela indica que o jornalismo de natureza substantiva, como aquele da transmissão ao vivo, deve sobrepor-se ao jornalismo de natureza adjetiva baseado na emissão indireta, como na leitura de notas ou na prática do *gillette-press*¹⁴⁸. Para a autora, nas décadas de 1960 e 1970, o jornalismo no rádio e na televisão limitou-se a essência adjetiva, gerando efeitos negativos estendidos no tempo. "Toda uma geração de jornalistas não pode exercer suas funções de acordo com os requisitos exigidos pelas próprias características do meio radiofônico" (Ortriwano, 1990, p. 25).

¹⁴⁸ Uso de conteúdo jornalístico impresso ou digital em emissões radiofônicas jornalísticas. Forma de plágio.

Em parte, a circunstância é decorrente de um processo evolutivo em que “o rádio e o radiojornalismo desenvolveram-se paralelamente, desde as primeiras experiências”, como detalhado no capítulo 2 – *Fragmentos da História do Radiojornalismo* (p.p. 34-95).

Como saída à condição adjetiva, o capítulo 3 - *Rádio: um meio jornalístico* retoma o livro *A informação no rádio* (Ortriwano, 1985). Linguagem oral, mobilidade, imediatismo, instantaneidade, sensorialidade, baixo custo, autonomia e penetração geográfica são peculiaridades do rádio que, na tese, são aplicáveis à prática jornalística e viabilizam o caráter substantivo (Ortriwano, 1990, p.p. 97-109.). Somam-se às características do rádio singularidades potencializadas no ambiente digital, como interatividade (Maciel, 2009), adentramento, intimidade, regionalismo ou localidade, acessibilidade e função social e comunitária (Barbosa Filho, 2003).

Se na primeira parte *(Des)caminhos* aborda aspectos teóricos com indicações de aplicação prática, a segunda parte, *As*

barreiras do jornalismo no rádio, faz um panorama do radiojornalismo brasileiro do fim da década de 1980. Isso ocorre no âmbito das empresas radiofônicas e no cenário da formação acadêmica. O capítulo 4, *Radiojornalismo visto por dentro*, traz entrevistas com responsáveis¹⁴⁹ pelos departamentos de jornalismo de quatro rádios AM da Grande São Paulo que “dedicam maiores espaços à notícia e contam com uma organização técnico-funcional para este fim” (Ortriwano, 1990, p.132).

Na pauta estão problemáticas do jornalismo no rádio, como o imediatismo que veicula a posição unilateral, a falta de investimentos e o conceito de o jornalismo ser a “parte dispensável” em momentos de crise financeira, a limitação técnica acentuada pela falta de linhas telefônicas, a pressão dos grupos de poder e a condição de concessão pública das emissoras, a censura prévia gerada pela influência de anunciantes e governos e a pressão econômica que surge da concorrência com a televisão.

¹⁴⁹ José Paulo de Andrade, Rádio Bandeirantes; Miguel Dias, Rádio Eldorado; Heródoto Barbero, Sistema Globo de Rádio; e Fernando Vieira de Melo, Rádio Jovem Pan (Ortriwano, p.133, 1990).

Trazidos ao contexto atual, os problemas de três décadas são acentuados. O imediatismo pode trazer maior volume de *Fake News* pela falta de checagem na *Web*, além do anseio em divulgar conteúdos. A apuração é impactada pela estrutura descentralizada e "multiplicação das fontes sem tradição especializada no tratamento de notícias, espalhadas agora em escala mundial" (Machado, 2002, p. 04). A falta de investimentos que afetam a infraestrutura se soma à busca por novos modelos de negócio no rádio que, como alternativa, transpõe à internet os conteúdos hertzianos (Avelar; Martins; Prata, 2019). A convergência digital influencia a prática do radiojornalismo, ocupada agora com a produção sonora, textual e, em algumas emissoras, audiovisual (Longhi, Galvão Júnior, 2014). No âmbito da concorrência, o rádio mantém com a internet relação diversa, uma vez que se beneficia economicamente da rede. A pressão dos grupos de poder e a censura aos conteúdos compreende-se em vigor, mas são difusas

nas emissoras comerciais nos grandes, médios e pequenos centros urbanos; e mais evidentes nas rádios comunitárias (Galvão, 2015).

Investimento em radiojornalismo foi o segundo assunto da pauta. Os entrevistados enfatizaram se tratar de uma questão de prestígio e de liderança das emissoras, algo que não é comum a maioria das rádios, principalmente as de pequeno porte, que sequer tem departamentos de jornalismo estruturados (Ortrivano, 1990, p.p. 138-146). Questões relativas à administração das redações no rádio podem ser decisivas à monetização do setor, tido de investimento baixo.

Nota-se, hoje, que as temáticas se mantêm, não só relacionadas à concorrência. Recente entrevista com docentes¹⁵⁰ indicou que o investimento em jornalismo é motivado, dentre outros fatores, pelo avanço das *Fake News*. A reportagem serviria de contraponto a esse fenômeno que ceifa públicos e flagela a credibilidade do jornalismo que, no rádio, é fruto de um trabalho lento, permanente e

¹⁵⁰ Responsáveis por ministrar reportagem nos quatro principais cursos públicos e privados do Brasil segundo o RUF – Ranking Universitário Folha de 2019. As entrevistas foram usadas para elaboração do artigo "O Ensino da reportagem em Portugal e no Brasil", em parceria com Pedro Coelho (Universidade Nova de Lisboa), que Sandra Marinho (Universidade do Minho) será capítulo de livro a ser publicado em Portugal ainda em 2020.

baseado no enfrentamento de pressões e de interesses diversos (Ortriwano, 1990, p. 146-148).

A pauta tratou das estratégias de programação jornalística das rádios que, segundo os entrevistados, centram-se no debate de assuntos de interesse público, na permanência “no ar” 24 horas, nas pesquisas de opinião pública, na concorrência das AM com as FM e nas estruturas operacionais disponíveis (1990, p. 148-150). No presente, devido à presença das rádios no ambiente virtual, houve ampliação dos assuntos tratados e da interação com os ouvintes. As pesquisas tiveram o reforço na mensuração dos acessos às plataformas digitais das rádios e a concorrência entre faixas de frequência deixou de ser uma preocupação, uma vez que, pela falta de políticas de digitalização do rádio, a saída encontrada no Brasil foi a migração das AM para a faixa FM.

A qualificação de mão de obra revelou oscilação na rotatividade de profissionais nas redações, salários menores em relação às outras mídias e entraves na inserção dos recém-formados, para os quais faltaria

qualificação (1990, p. 151-156). Atualmente, a questão do emprego tornou-se mais agravante e a extinção de prefixos tradicionais, como o da Rádio Globo¹⁵¹, mostra tendência de redução de oportunidades. A desconfiança ao recém-formado se mantém, embora os neófitos se adaptem com facilidade às normas político-editoriais e sejam opções mais rentáveis à substituição de jornalistas com maior salário e tempo na profissão. Ademais tendem a ter mais predisposição à execução de atividades complementares, como a produção de conteúdo textual e audiovisual para veiculação na ambiência digital (Oliveira; Silva, 2017, p. 108).

As duas últimas pautas situaram-se nas sugestões sobre a melhoria da atividade jornalística no âmbito do ensino e na atuação nas emissoras (Ortriwano, 1990, p. 156-161). No que concerne às faculdades, a necessidade de maior foco na prática e a maior ênfase no ensino da Língua Portuguesa foram pontos destacados pelos entrevistados, assim como a necessidade de integração das escolas como as empresas e o mercado. A prestação de

¹⁵¹ O encerramento das operações dessa estação AM do sistema Globo de Rádio ocorreu em São Paulo no dia 31 de maio de 2020. Retirado de <https://tudoradio.com/noticias/ver/23464-extra-radio-globo-encerra-sua-trajetoria-no-dial-de-sao-paulo-e-como-rede-no-proximo-dia-31-marca-fica-exclusiva-para-o-rio-de-janeiro>

serviços e a análise dos conteúdos, assim como a ampliação e melhor qualificação dos quadros funcionais foram itens destacados no contexto da atuação das emissoras. Vê-se, em ambas as áreas, que as aspirações dos entrevistados poderiam, hoje, ter o apelo a um ensino voltado a realização de múltiplas tarefas e ao aprimoramento de capacidades como flexibilidade, inovação, criatividade e empreendedorismo, uma vez que ocorre “aparente diluição do controle sobre o trabalho, e da própria relação antagônica entre capital e trabalho, na medida em que gerente e trabalhador se confundem na mesma pessoa” e o emprego com carteira de trabalho assinada dá lugar ao trabalho subcontratado ou de tipo PJ - Pessoa Jurídica (Oliveira; Silva, 2017, p. 109).

No capítulo 5, *A visão de quem ensina*, discussões sobre a formação em radiojornalismo usam novamente a entrevista, desta vez com cinco docentes¹⁵² de faculdades particulares de comunicação da Grande São Paulo (Ortriwano, 1990, p. 166.182). O método revelou professores que tinham em comum

o fato de terem iniciado a carreira por “mero acaso”, seja pela necessidade de emprego ou por convite de um conhecido. A juventude e a inexperiência com a sala de aula são críticas que os entrevistados alegaram receber.

As condições de ensino há 30 anos foram ditas como precárias pela fragilidade dos currículos e limitações de repertório de conhecimentos dos alunos. A perda de interesse pelo curso, a defasagem técnica dos laboratórios e a carga horária reduzida são pontos destacados pelos docentes, que afirmaram adotar nas aulas metodologia mais prática do que teórica, mas prejudicada pelas limitações mencionadas. A promoção de seminários, dentre outras estratégias, foi citada como forma de estímulo aos alunos.

Os docentes recomendaram, para o aprimoramento do ensino, a necessidade de experiência profissional em radiojornalismo àqueles que lecionam nessa área. O fomento à interdisciplinaridade, o estabelecimento de convênios com as rádios para estágios e a

¹⁵² Três eram jornalistas formados, um era radialista com formação superior e outro não tinha essa formação. Os docentes não foram identificados, bem como as faculdades nas quais lecionavam (Ortriwano, 1990, p. 169).

mudança do currículo de radiojornalismo foram outras sugestões.

O cenário de três décadas encontrou ressonância no relato das experiências de docentes em radiojornalismo que participaram no CJE-ECA/USP, em 2012, do *1º Painel Paulista Sobre o Ensino de Radiojornalismo*¹⁵³. Hoje, seriam acrescentadas àquela pauta a uniformização dos currículos devido às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013 e o uso da internet e de aparatos tecnológicos digitais em sala de aula e laboratórios.

Considerações finais

O sexto e último capítulo - *A título de conclusão* – enfatiza que “fazer jornalismo envolve uma série de dificuldades”, mas há vantagens “que só a mensagem jornalística pode propiciar” (Ortriwano, 1990, p. 184), sendo a compreensão das características do rádio uma forma de balizamento à dicotomia.

O politizado sistema de exploração da radiodifusão, a inexistência de estratégias

empresariais e de estrutura operacional para o radiojornalismo e a deficiência na formação acadêmica foram itens ressaltados há três décadas que soam, em considerável parte, atuais. O mesmo ocorre quando Ortriwano não vê com animação os aspectos financeiros da radiodifusão, impactados ontem e hoje pela falta de investimentos, pela concorrência e pelas alterações na preferência dos públicos.

Para a autora, a observação do rádio como mercado pouco promissor influencia, sobremaneira, a formação em radiojornalismo, agora prejudicada por grades curriculares mínimas e restrições à interface teoria/prática. Como proposta ao ensino, Ortriwano (1990, p.p. 197-199) oferece a *Carta do Radiojornalismo*¹⁵⁴, que trata do estímulo ao aprendizado, do desenvolvimento de capacidades, de investimento na teoria e na prática, da ampliação da carga horária e de currículos com conteúdos que privilegiem a expressividade oral, da modernização dos laboratórios, da criação de centros de documentação e da implantação de

¹⁵³ <http://video.rnp.br/portal/video.action;jsessionid=EEF5CAF4DB58BA156783A0503164F1E2?idItem=20192>

¹⁵⁴ Proposta resultante do II curso de aperfeiçoamento de professores de jornalismo, promovido na USP em julho de 1986. É também deste evento o segundo livro de Ortriwano – *Radiojornalismo no Brasil: dez estudos regionais*, pela Editora Com-Arte, também de 1986.

políticas públicas para atualização docente.

(Des)caminhos oferta ainda, em seu último parágrafo, um ensinamento válido no presente e indispensável no futuro:

A melhoria da qualidade do ensino é uma necessidade em todas as áreas, não só na comunicação. No que diz respeito ao rádio, a qualidade pode melhorar a partir da valorização do próprio ensino com a capacitação do corpo docente e a integração da teoria com o mercado de trabalho, num processo didático em que a experimentação contínua é essencial: é fazendo que se aprende a fazer (Ortrivano, 1990, p. 199).

É notória, enfim, a proximidade dos apontamentos da tese *Os (Des)caminhos do rádio* com a atual momento que, de forma urgente e apesar dos entraves, busca uma formação mais aderente à realidade. A preocupação de 30 anos, enfim, permanece atual e carente de atenção.

Referências

Avelar, K; Martins, H. C; Prata, P. (2109). Modelo de negócio do rádio hertziano com presença na web: a proposta de um

framework. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Belém/PA. Retirado de <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0088-1.pdf>

BARBOSA FILHO, A. (2003). Gêneros Radiofônicos. São Paulo, Paulinas.

Brecht, B. (1981). Teoria de la rádio. In: Bassets, L. De la ondas rojas a las rádios libres. Barcelona, Gustavo Gili.

Galvão Júnior, L. C. (2015). O futuro hoje: a formação em radiojornalismo na era da convergência das mídias. Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br

Galvão Júnior, L. C., & Longhi, R. R. (2014). A Rádio Renascença, de Portugal, e sua reconfiguração no jornalismo online. Juiz de Fora, Lumina.

LOPEZ, D. C. L.; MUSTAFÁ, I. P. (2012). Pesquisa em rádio no Brasil: um mapeamento preliminar das teses doutorais sobre mídia sonora. Revista Matrizes.

Maciel, S. (2009). A interatividade no diálogo de viva-voz na comunicação radiofônica. Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br

MACHADO, E. (2003). O ciberespaço como fonte para os jornalistas. Salvador, Calandra.

Oliveira, M. R.; Silva, L. M. (2017). Empreendedorismo e novas formas de mobilização da subjetividade no mundo do trabalho: implicações possíveis sobre o ethos profissional do jornalista. *Contracampo*, Niterói. V.36. n.2.

Ortriwano, Gisela Swetlana (2003). *Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de*

história. São Paulo: Revista USP, n. 56, Dez/Fev. 2002-2003. p. 66-85, de <http://www.usp.br/revistausp/56/10-gisela.pdf>

Ortriwano, G. S. (1990). *Os (des)caminhos do radiojornalismo*. Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORTRIWANO, G. S. (1988). *Memorial. Requisito para ingresso à carreira docente junto às disciplinas Radiojornalismo e Telejornalismo*. São Paulo, ECA/USP.

Ortriwano, G. S. (1985). *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo. Summus.

Medios digitales: estrategias para generar credibilidad en tiempos de desinformación

Mídia digital: estratégias para gerar credibilidade em tempos de desinformação

Digital media: strategies to generate credibility in misinformation times

Mónica María Viada ¹⁵⁵

Jimena María Massa¹⁵⁶

Santiago Javier Rodríguez ¹⁵⁷

Giuliana de Lourdes Mercol ¹⁵⁸

Resumen: El trabajo recorre las discusiones teóricas en torno al uso de la terminología fake news y rescata los matices de los diferentes términos del entorno desinformativo (misinformation, disinformation y malinformation) para analizar cuáles son las herramientas

¹⁵⁵ Mónica María Viada, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Córdoba. Dra. en Ciencias de la Información. Argentina, e-mail: monicaviada01@gmail.com

¹⁵⁶ Jimena María Massa, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Córdoba. Dra. en Antropología. Argentina, e-mail: jimenamassa@gmail.com

¹⁵⁷ Santiago Javier Rodríguez, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Córdoba. Lic. en Comunicación Social. Argentina, e-mail: sajaro27@gmail.com

¹⁵⁸ Giuliana de Lourdes Mercol, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Córdoba. Prof. en Letras Modernas. Argentina, e-mail: giulimercol@gmail.com

que tienen seis medios digitales de Córdoba (Argentina) para evitar la difusión de desinformación.

Se reflexiona sobre el impacto que la diferencia de recursos técnicos, tecnológicos y humanos tienen sobre las rutinas periodísticas y se plantea si, finalmente, esto no afecta al proceso productivo de una nota, principalmente, en la verificación de los datos y en el tratamiento de las redes como fuentes de información.

Palabras Clave: Noticias falsas, Desinformación, Redes sociales.

Abstract: The work goes through theoretical discussions around the use of fake news terminology and rescues its nuances: misinformation, disinformation and mal-information, to analyze the tools that digital media have to prevent the spread of these information disorders.

Key words: Fake news, Disinformation, Social Networks.

La falta de tiempo y de un número suficiente de periodistas frente a la urgencia de la inmediatez informativa que impone la convergencia digital aparecen como condicionantes de la calidad periodística, tanto a nivel local como global. Esta situación se agrava en el caso de los medios de comunicación chicos, gestionados por sus propios trabajadores o con menor antigüedad. Los seis medios

digitales de la provincia de Córdoba (Argentina) considerados para este estudio exploratorio, restringidos por la idéntica exigencia de captar y fidelizar lectores en pocos segundos y afectados por similares condiciones de precarización laboral, enfrentan el desafío ético de chequear los datos que publican, diversificar sus fuentes y contextualizar responsablemente sus noticias apelando a distintas estrategias de

verificación.

Aunque se trata de medios de distinto tamaño y perfil, el objetivo común es, tal como declaran los y las periodistas y editores consultados, evitar la desinformación y, en lo posible, tomar distancia de un fenómeno que si bien no es nuevo -informaciones falsas o erróneas existieron siempre- recrudece con el auge de las redes sociales como fuentes de información y la participación activa de los usuarios constituidos en comunidades de afinidad y viralidad. Eventos más o menos recientes de impacto global y otros a nivel nacional, pero todos con consecuencias en la vida cotidiana de los ciudadanos, demuestran que la circulación de contenidos falsos o erróneos constituye un problema multifactorial que perjudica la calidad del debate público de las sociedades, estimula los sesgos y afecta la credibilidad de los medios de comunicación, entre otras consecuencias. Si bien existen numerosos documentos y manuales que ofrecen protocolos para evitar la desinformación, el relevamiento que presentamos en este trabajo buscó indagar en las estrategias específicas implementadas por los medios locales, sus potencialidades y limitaciones. El objetivo

concreto es contribuir a un mapeo de las prácticas periodísticas desarrolladas para evitar la difusión de contenidos falsos o erróneos y, en el caso de haberlos difundido, cuáles fueron las medidas asumidas para evitar su propagación. Además, nos preguntamos cuál es la relación que los medios objeto de este estudio tienen con las redes y qué usos hacen de los contenidos que en ellas se publican. Cómo se manejan, entonces, los medios digitales en este doble frente de alimentarse de las redes y alimentar las redes para tener visibilidad sin caer en la desinformación.

Enfoque y metodología de abordaje

El estudio, de carácter exploratorio y de tipo cualitativo, consistió en relevar y sistematizar material teórico sobre desinformación con el objetivo de identificar categorías útiles para el análisis situado de la problemática en los medios locales. Por otro lado, se realizaron entrevistas en profundidad a informantes claves: periodistas y editores de medios digitales de Córdoba, seleccionados en

función de su tipo, tamaño y localización geográfica.

En concreto, se indagó sobre las rutinas de producción y los criterios de ética profesional de tres medios nativos digitales –uno de la ciudad capital y dos del interior provincial- y tres medios tradicionales que cuentan también con sus respectivas versiones digitales. En el anexo se presenta una ficha técnica de cada medio, en la cual se exponen algunas de las características centrales que permitirán reflexionar sobre las respectivas rutinas periodísticas.

Para poder contextualizar las prácticas y rutinas relevadas en cada medio, se tomaron en cuenta distintas categorías y aspectos que permiten interpretar las estrategias desplegadas. Estas son las condiciones de producción de los medios en la actualidad, la prevalencia de las métricas y los *clickbaits*, la utilización de las redes sociales como fuentes y, por último, las prácticas contra la desinformación.

De las *fake news* a la desinformación

Si bien *fake news* es el término que popularmente se emplea para designar a las noticias falsas en general, incluso en el ámbito hispanohablante, corresponde distinguir variantes según la intencionalidad, los contenidos y los efectos.

Claire Wardle y Hossein Derakhshan (2017) designan a todo este grupo de contenidos no verdaderos como trastornos o desórdenes de información y distinguen, entre ellos, tres tipos: *misinformation*, *disinformation* y *malinformation*¹⁵⁹. En el primer caso se trata de información errónea. Si bien el dato incorrecto la convierte en falsa, por oposición a cierto o verdadero, se tiene en cuenta que no hay intencionalidad de mentir o provocar daño. La *disinformation* hace referencia a la publicación o difusión de contenidos a

¹⁵⁹ Mis-information is when false information is shared, but no harm is meant. Dis-information is when false information is knowingly shared to cause harm. Mal-information is when genuine information is shared to cause harm, often by moving private information into the public sphere. <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-de%CC%81sinformation-1.pdf?x65316>

sabiendas de que son falsos. Finalmente, la información maliciosa o *malinformation* no necesariamente es falsa o totalmente falsa (puede tratarse de una media verdad o de una información incompleta) pero tanto la manipulación como la difusión son *ex profeso* para causar daño, por ejemplo, cuando se difunden datos sobre la orientación sexual de una persona.

La diferencia principal entre las tres categorías es, en definitiva, de índole ética. La primera tiene que ver “con deficiencias en los controles de calidad del medio, con la impericia”, mientras que las otras dos están asociadas a una “operación deliberada para obtener un beneficio propio o un daño ajeno” (Viada, 2018, p.18).

Reverso, proyecto colaborativo que nació con el objetivo de luchar contra la desinformación en el proceso electoral de Argentina en 2019, distingue noticias falsas de desinformación y aconseja no utilizar el primer concepto.

Para esta agrupación, la desinformación es “un contenido fabricado, sacado de contexto o con hechos tergiversados para cambiarle el sentido que circula en distintos medios, pero sobre todo en redes sociales. Dice cosas que no sucedieron, saca de contexto hechos o los tergiversa

para cambiarle el sentido. Llamamos desinformación tanto a la información falsa diseñada intencionalmente para generar daño o para obtener algún beneficio como a la que se comparte por ignorancia” (Reverso, 2019, s/p). ¿Por qué no usar “noticias falsas”? Porque también circulan -principalmente en las redes sociales- contenidos falsos o engañosos que no son necesariamente noticias. Pero además, están quienes consideran que hablar de noticias falsas es un contrasentido: una noticia no puede ser falsa; y si es falsa, no es noticia.

¿Por qué no *fake news*? Los especialistas argumentan que el término quedó asociado al uso por parte de políticos de todo el arco ideológico para referirse a los medios de comunicación con los que no concuerdan. “Se ha convertido en un mecanismo por el cual los poderosos reprimen, restringen, socavan y eluden a la prensa libre”, afirman Wardle y Derakhshan (2017, p.19). En síntesis, el concepto se ha ido depurando con el tiempo. Se comenzó hablando de *fake news* o noticias falsas, pero en la actualidad va ganando consenso entre las organizaciones periodísticas abocadas a la verificación de información

(First Draft¹⁶⁰, Reverso¹⁶¹, Chequeado¹⁶²) y otras de gobernanza (Unesco) en que el término más apropiado en castellano es el de desinformación. Es más, instan a periodistas, académicos, académicas y responsables políticos a abstenerse de usar el término “*fake news*” (o, en nuestro caso, noticias falsas). A pesar de que tanto *fake news* como “noticias falsas” siguen siendo los términos más usados por la población en general¹⁶³, por político, políticas y dirigentes, e incluso por periodistas, en este trabajo adherimos a la posición de First Draft en el convencimiento de que es necesario distinguir las intencionalidades de los enunciadores y los efectos en las audiencias y, de esta forma, contribuir a un periodismo de calidad y a una ciudadanía mejor preparada.

Las condiciones desiguales de producción

La exigencia constante de velocidad y la necesidad de captar a lectores seducidos por múltiples medios y plataformas -lo que implica un ritmo de producción marcado por el control de las métricas- transformaron hace rato las rutinas y prácticas periodísticas condicionando la calidad de los contenidos en lo que respecta a la cantidad y variedad de fuentes consultadas y a la precisión de los datos publicados.

Estos condicionantes se tornan más complejos, a su vez, en los casos de medios impresos que conviven con sus portales web y que afrontan la simultaneidad de distintos ritmos productivos y la necesidad

¹⁶⁰ First Draft es un proyecto surgido en 2015 para combatir la desinformación online. Está compuesto por nueve organizaciones, en las que se incluyen Facebook, Twitter y Open Society Foundations. Es impulsada por el Google News Lab firstdraftnews.org.

¹⁶¹ Reverso es un proyecto periodístico colaborativo, formado por medios y empresas de tecnología y enfocado a combatir la desinformación electoral de la elección presidencial de Argentina en 2019. reversoar.com.

¹⁶² Pionero del fact-checking en Argentina, Chequeado el principal proyecto de la Fundación La Voz Pública. Se presenta como Esun medio digital no partidario y sin fines de lucro que se dedica a la verificación del discurso público, la lucha contra la desinformación, la promoción del acceso a la información y la apertura de datos. chequeado.com.

¹⁶³ Una sencilla búsqueda en Google arroja que para el concepto de desinformación aparecen 6.400.000 resultados; para noticias falsas, 48.900.000 y para fake news 957.000.000, lo que da una idea de lo extendido de su uso. Por supuesto, los resultados varían según el perfil de quien busca y su ubicación. Más allá de esta consideración, las diferencias hablan por sí solas.

de hacer confluír las rutinas propias de los distintos soportes.

Otro enemigo de la calidad de la información es el volumen de notas procesadas por los sitios digitales en relación con la cantidad de periodistas que trabajan en cada medio. Un diario como *La Voz*, por ejemplo, produce unas 250 notas de lunes a viernes, lo que torna inviable la lectura exhaustiva de todo el material. Trabajos como el de Mariana Magallanes Udovicich (2014), realizado sobre el diario *Diagonales* de La Plata (Argentina), muestran cómo la digitalización de la redacción impacta en la calidad del trabajo periodístico. La autora describe el pasaje de una producción periodística de pocas noticias con alta extensión e investigación a una que implica mayor cantidad de noticias, con constantes actualizaciones y con la introducción de elementos multimedia. Estos cambios, lógicamente, repercuten en el chequeo de la información: "Los entrevistados admiten que las notas comenzaron a ser de menor calidad debido al menor tiempo de chequeo de la información y la multiplicidad de

tareas que encaraban cada uno de los y las periodistas al incorporar la recopilación y edición del material multimedial que acompañaba sus escrituras" (p.619).

La desproporción entre el volumen de trabajo y la cantidad de trabajadores y trabajadoras¹⁶⁴, más la diversidad de formatos y lenguajes involucrados en los sitios de noticias, provocan que cada redactor tenga a su cargo una multiplicidad de tareas. La secretaria de redacción de un medio que tiene versión papel y web reconoce que sus periodistas son "multifacéticos". En su caso, por ejemplo, coordina los contenidos de las plataformas digitales y escribe el panorama internacional de la edición impresa.

Lo mismo sucede, en general, con quienes desarrollan la profesión en medios autogestionados: arman la agenda del día, producen, escriben y titulan, editan, toman fotos, incorporan elementos multimedia, cargan al portal, publican en redes y hasta moderan comentarios. Incluso, al ser propietarios o socios de medios cooperativos, tienen la responsabilidad de sostener el emprendimiento económica y

¹⁶⁴ De los seis medios analizados, tres cuentan con seis o menos periodistas. De los tres restantes, dos poseen 10 y 13 trabajadores, respectivamente, pero para los dos soportes (papel y web). En tanto, solo uno -el mayor de la provincia- cuenta con 12 profesionales solo para la sección *Tiempo Real*.

financieramente. En otros casos, hay quienes, además, trabajan para otros medios, como sucede con el director de un portal digital del interior que, a la vez, es corresponsal de un diario provincial. También, dentro de los casos analizados, uno de los medios cuenta con una radio, por lo que una vez que los y las periodistas terminan el programa, desgraban las entrevistas y escriben la nota para la web.

La tentación de las métricas y los *clickbaits*

¿Cómo se conjuga la calidad periodística con la necesidad de visitas al sitio? ¿Se titula para ganar clics? ¿Las y los periodistas están pendientes de las métricas a la hora de elegir sobre qué temas publicar? ¿Cómo inciden estas presiones al momento de evitar la desinformación?

Los cada vez más sofisticados mecanismos de control de las métricas, que permiten medir preferencias, hábitos y recorridos de los lectores, instalan a su vez la pregunta por la calidad del periodismo de tendencias, según el cual los medios deciden qué publicar en función de las

mediciones propias (notas más leídas) y de las tendencias que se manifiestan en buscadores y en redes (una herramienta como *CrowdTangle*¹⁶⁵, por ejemplo, permite detectar temáticas tanto a nivel nacional como mundial). Las herramientas para medir el interés y hasta la sensibilidad de las audiencias arrojan datos cada vez más refinados, que constituyen insumos valiosos para la conformación de las agendas y la definición de los formatos. Actualmente es posible identificar temas preferidos, tiempos de lectura, horarios de mayor tráfico y procedencia de los lectores (si accedieron al contenido del sitio a través de una red social o de un buscador).

En general, las y los profesionales consultadas/os para este relevamiento coinciden en que están atentas/os a las métricas pero que éstas no fijan la agenda de temas a cubrir. “No anteponeamos la estrategia de recolectar clics por sobre la cuestión periodística”, sintetiza una de las periodistas. Sin embargo, el consenso no es absoluto. En otros medios se admite que juegan papel central: “Hay un momento en

¹⁶⁵ Crowdtangle es una extensión para Google Chrome que permite rastrear enlaces compartidos en las redes sociales. www.crowdtangle.com

que los usuarios quieren hamburguesa con fritas y otros momentos, a la noche por ejemplo, en los que prefieren comida *gourmet*-admite el editor web de un medio importante- Eso también va provocando cambios en las rutinas de las redacciones, que están marcadas por las tendencias que van fijando los usuarios". Otro profesional reconoce que las métricas constituyen una nueva herramienta para saber lo que la gente está leyendo, pero, a la vez, afirma que algunos temas deben prevalecer por sobre las mediciones. "Se sabe que no se van a leer mucho, pero hay que hacerlas igual", y ejemplifica con los temas políticos fuera de las campañas electorales: "Si no las hiciéramos, nadie conocería a los concejales de su pueblo". Respecto de los títulos, en general los consultados critican el uso y abuso del *clickbait*, esto es, plantear títulos para provocar la curiosidad del lector e incentivarlo a entrar al contenido. La calidad de la información, entonces, está condicionada por los imperativos de los motores de búsqueda, en el sentido de que, al menos en las redacciones de mayor tamaño, con frecuencia se producen notas para posicionar el medio, más allá de su valor periodístico. "Tratamos de no

sumarnos" (a la política del *clickbait*)", afirma una periodista. "Me rehusó a que una plataforma me mande cómo tengo que titular una nota (...). El periodismo siempre va a ser el mismo, salvo que uno termine laburando para un formulario", enfatiza otro profesional. Esta "carrera por el clic" también es marcada por la redactora de un tercer medio, quien reconoce la titulación como clave y rescata la importancia de que exista un criterio periodístico, porque si solo genera *clickbait*, no fideliza al lector que quiere consumir contenido de calidad.

Las redes sociales como fuentes Las y los entrevistados reconocen que reciben información por las diferentes redes sociales de cada medio y que diariamente revisan los *inbox* de sus redes. Propician estos canales permitiendo los mensajes privados –podrían cerrarlos–, generando botones que desde la web del medio redirigen al lector a WhatsApp, e incluso uno de ellos propone semanalmente un tema para que los usuarios comenten y sobre esos dichos armar una publicación "colaborativa". En consecuencia, la información que circula en redes y servicios de mensajería es, con frecuencia, disparadora de notas

periodísticas. Las y los periodistas indican que gran parte de la información que reciben de fuentes institucionales es a través de WhatsApp. ¿Qué sucede con estos materiales? ¿También están sujetos a control? ¿Y cómo es el tratamiento de información que llega a través de las redes de ciudadanos comunes o fuentes no institucionales?

La responsable de uno de los medios consultados reconoce que no dan curso a información que les llega por WhatsApp a través de cuentas o números que no conocen. No aplican igual criterio con Facebook o Twitter. El sistema de verificación de cuenta que tienen las redes sociales más populares permite que los medios levanten directamente una publicación sin necesidad de contactar a la persona o institución en cuestión. El periodista de uno de los medios tradicionales reconoce que si alguna personalidad pública tuitea desde su cuenta verificada, es suficiente para que el medio lo publique. Por otra parte, dos profesionales coinciden en que buena cantidad de información que les llega por las redes está vinculada a policiales. Uno de ellos explica que la Policía "solo da cuenta de los hechos

positivos"; entonces, los casos no resueltos llegan a los medios a través de los usuarios de las redes. Esta "punta" que ofrecen los ciudadanos comunes les sirve a los medios para corroborar con las fuentes oficiales datos que quizás de otra forma no se hubieran dado a conocer.

Prácticas y herramientas contra la desinformación

Al momento de ser consultados sobre si habían publicado desinformaciones, los medios reconocieron haber difundido alguna vez noticias que resultaron no ser ciertas, todas provenientes de fuentes confiables.

Sobre este punto, varios de las y los consultados aceptaron que existe un tratamiento diferente de el contenido si proviene de fuentes institucionales con un historial de informaciones certeras. Este criterio, aunque no se justifica -todos los datos deberían chequearse, con independencia de su origen- sí se explica si se tienen en cuenta las condiciones de producción.

Ante este escenario, indagamos sobre las estrategias que cada medio desarrolla para evitar ser parte de una cadena de desinformación y, en caso de producir contenidos falsos o erróneos, qué acciones

ponen en marcha en cada caso. Lo primero que se evidencia es que los medios pequeños, por falta de tiempo y recursos materiales y humanos, descartan información que les llega de fuentes no identificadas al no poder chequear los datos. "Tampoco tenemos la estructura para hacer una indagación a ver si determinado mensaje que llegó es cierto o no. Cuando vemos algo raro y no lo vamos a poder abarcar, directamente lo dejamos de lado. Lo que no es seguro o no está comprobado, por más que pueda llegar a sonar atractivo, no se publica", reconoció una periodista. Otra práctica para evitar la desinformación es la triangulación y verificación de los datos. Aunque todos los medios reconocen esta acción como la esencia del periodismo, la capacidad que cada uno tiene para ejecutarla es notoriamente dispar. En el caso de *El Resaltador*, para abarcar un acontecimiento desde todas las aristas posibles, siempre consultan al menos a dos fuentes que no compartan intereses o pertenezcan a un mismo espacio. Es decir que no solo es valiosa la cantidad de fuentes, sino también su pluralidad. En el caso de *Diario Tortuga*, al ser un medio pequeño en una ciudad de

mediano tamaño, trabajadores y extrabajadores también forman parte de organizaciones sociales y políticas, lo que les permite estar mucho más cerca de los hechos noticiosos y verificar *de primera mano* las informaciones que reciben. Una herramienta muy utilizada para evitar la publicación de información falsa es el uso de los filtros de la web, como la "búsqueda avanzada" de *Google*, de consulta obligatoria cuando se trata de chequear el origen de imágenes y videos. En el caso de medios grandes como *La Voz.com*, cuando se trata de chequeos más complejos o que requieren mucho tiempo, recurren a organizaciones como *Chequeado*.

Ahora bien, cuando todas estas estrategias fallan y un error o una desinformación se cuela en los portales de noticias, ¿qué posturas toman los medios? Ante estas situaciones, las decisiones han sido diferentes y, en buena medida, eso ha dependido de la gravedad o trascendencia del error. En algunos casos, bajaron las notas que estaban *on line*, haciéndolas desaparecer; en otros, publicaron una entrada en la *home* y en las redes redes asumiendo el error; y en otros, se corrigió sin aclarar nada o se hicieron fe de erratas

al pie. En relación a las acciones asumidas luego de un error publicado, cabe señalar que un aspecto positivo de la misma digitalización que exige lo instantáneo, el clic y la primicia, es la posibilidad que el medio tiene de volver sobre sus pasos para enmendar una equivocación.

Reflexiones finales

El presente trabajo se propuso indagar en las estrategias implementadas por los medios digitales seleccionados para evitar la difusión de contenidos falsos o erróneos. Para ello, se partió de la hipótesis de que las condiciones de producción pueden incidir en la calidad de los contenidos producidos. Una vez analizadas las entrevistas en profundidad a informantes claves de los medios seleccionados y teniendo en cuenta las categorías teóricas expuestas, se realizan las siguientes reflexiones, las que no deben ser tomadas como conclusiones cerradas sino como puntos de partida para continuar profundizando en estos escenarios cambiantes.

Tres aspectos que atentan contra la calidad de la información son la caza por el

clic, la búsqueda de la primicia y la multitarea que se deriva tanto de las precarias condiciones laborales como de la multiplicidad de lenguajes y formatos que demanda la convergencia digital.

Lo anterior, sin embargo, no implica que los medios de menor escala -menor capacidad técnica o menor cantidad de periodistas- estén necesariamente más expuestos a producir desinformación. Las desiguales condiciones de producción entre medios de mayor tamaño y medios *chicos* es sin duda un factor a considerar. Pero los datos demuestran que las diferencias de tamaños y recursos no se traducen, de manera lineal, en mayores o menores posibilidades de desarrollar un periodismo libre de desinformación. De hecho, ninguno de los medios considerados en este estudio estuvo exento de cometer errores y de publicar información errónea, inexacta o falsa.

De acuerdo a la información recogida en las entrevistas, en todos los casos la desinformación publicada provino de una fuente considerada legítima (agencia de noticias, colegas de profesión o fuentes frecuentes e identificadas), por lo que no se realizó la debida verificación. Ello lleva a colegir que es necesario desarrollar y/o

reforzar las estrategias de concientización y capacitación, destinadas a mantener una actitud de constante alerta y permanente duda aun frente a fuentes supuestamente *confiables*. La velocidad de circulación y el volumen de datos disponibles no dejan margen para la pereza ni para la confianza ciega.

En relación a las estrategias para evitar la desinformación, éstas pueden ser tan artesanales o sofisticadas como la propia secuencia de prácticas y rutinas de la producción periodística. Abarcan desde el contacto directo con un vecino del pueblo - protagonista de un hecho noticioso que aportará la confirmación de un dato puntual- hasta la intervención de una empresa de *fact-checking* que brinda el servicio de verificación. Como se indicó antes, los medios *chicos* no necesariamente están en desventaja; su condición de locales y su área de cobertura geográfica más acotada suele facilitar el chequeo de lo que se quiere publicar. Los medios más grandes, por su parte, pueden disponer del respaldo de las redacciones de la versión impresa -que producen con otros tiempos y, por esto mismo, permiten el contacto con mayor diversidad de fuentes- y también del manejo de herramientas

digitales que, en algunos casos, contribuyen a identificar el origen de una imagen o la veracidad de un video.

En cualquier caso, todos los medios consultados trabajan con conciencia del peligro que implica procesar un gran volumen de datos a alta velocidad y, según surge del relevamiento, desarrollan constantes y diversas formas de verificación, más o menos eficientes. Más allá de la variedad de recursos disponibles y del rigor en la aplicación de las premisas profesionales, una práctica es valorar el comportamiento de los otros medios: si publicaron tal dato o tal fotografía, cuántos más difundieron esa información y qué credibilidad o capital simbólico tienen tales medios. Esa modalidad de medir la reacción de los colegas explica, también, la reproducción en cadena que se observa en algunos casos de desinformación. No es novedad que la automatización de los procesos y las prácticas -selección de temas por buscadores, elección de títulos y palabras claves por algoritmos, moderación de comentarios- está transformando los criterios canónicos de noticiabilidad y el propio concepto de periodismo. Aunque los y las editores y redactores consultados reafirman que el

criterio de interés público es el que debe primar por sobre las tendencias -por ejemplo, a titular según la lógica del *clickbait*- lo cierto es que ninguno permanece indiferente a las métricas. Lo cierto es que no hay periodismo sin audiencias y tampoco lo hay sin recursos para sostener prácticas y rutinas de

calidad. No obstante, cabe preguntarse en qué medida la hipertecnologización del circuito periodístico, diseñado en función de la eficiencia productiva de los emprendimientos, atenta contra el criterio más "humano" del periodismo entendido como servicio público.

Medio	La Voz del Interior (medio tradicional)	Hoy Día Córdoba (medio tradicional)	La Nueva Mañana (medio tradicional)	El Resaltador (nativo digital)	Carlos Paz Vivo (nativo digital)	Diario Tortuga (nativo digital)
Ámbito geográfico	Córdoba capital	Córdoba capital	Córdoba capital	Córdoba capital	Interior provincial: Carlos Paz	Interior provincial: Alta Gracia
¿Posee editor/a?	Sí	Sí	Sí, dos para la edición impresa y uno para la web	No	Sí, tres (uno por turno)	No

¿Posee community manager?	Sí, pero las y los periodistas también comparten contenido en redes.	Sí	Sí	No	No	No
Cantidad de periodistas	Doce (en la sección Tiempo Real)	Cinco	Trece	Diez	Seis	Cuatro
Redes	Facebook, Instagram, Twitter y YouTube	Facebook, Instagram y Twitter	Facebook, Instagram, Twitter y YouTube	Facebook, Instagram, Twitter y YouTube	Facebook, Instagram, Twitter y YouTube	Facebook, Instagram y Twitter

Anexo. Ficha técnica de los medios analizados

Referencias

Amorós García, M., (2018). Fake News. La verdad de las noticias falsas. Barcelona, España: Plataforma Editorial.

Bastos, M. y Mercea, D., (2019). The Brexit botnet and user-generated hyperpartisan news. Social science computer review. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/089443931773415>

García-Galera, M. C., Del-Hoyo-Hurtado, M. y Blanco-Alfonso, I. (2020). Desinformación e intención comunicativa: una propuesta de clasificación de fake news producidas en entornos periodísticos profesionales. Revista Mediterránea de Comunicación/Mediterranean Journal of Communication. Recuperado de <https://www.doi.org/10.14198/MEDCOM2020.11.2.16>

Magallanes Udovicich, M., (2014).
Ciberperiodismo: Digitalización de
redacciones, neorutinas y estrés laboral.
Revista Teknokultura, 11(3), 607-636.

Re-verso (2019). No creas todo lo que
dicen. n/a Recuperado de
<https://bit.ly/3l31ckc>

Salaverría, R., Buslón, N., López-Pan, F.,
León, B., López-Goñi, I. y Erviti, M., (2020).
“Desinformación en tiempos de pandemia:
tipología de los bulos sobre la Covid-19”. El
profesional de la información, recuperado
de
<https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.15>

Unesco (2020). Periodismo, “noticias
falsas” & desinformación. Manual de
Educación y Capacitación en Periodismo.
Recuperado de

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373349>

Viada, Mónica (2018). ¿Una ética
periodística para la web? en “Comunicación
digital, perspectivas académicas y
profesionales” . Pereyra Marta y Viada
Mónica (comps.). Córdoba, Argentina:
Hermanamientos Literarios editora.

Wardle, C.,; Derakhshan, H., (2017).
Information disorder: Toward an
interdisciplinary framework for research
and policymaking. Council of Europe.
Strasbourg Cedex. Recuperado de
<https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-de%CC%81sinformation-1.pdf?x65316>

Um “Nexo” entre o leitor e a literacia midiática: o jornalismo explicativo como uma nova forma de competência para o público

Un "Nexo" entre el lector y la alfabetización mediática: el periodismo explicativo como una nueva forma de competencia para el público

A "Nexo" between the digital reader and media literacy: the explanatory journalism as a new form of competence for the public

Carlos Eduardo de Almeida Nunes¹⁶⁶

Resumo: Este artigo visa analisar o jornal Nexo e como o jornalismo explicativo pode ser entendido como uma ferramenta de literacia midiática para que o leitor tenha um contexto sobre o ambiente em que está situado.

Palavras-chave: Literacia midiática; Jornalismo; Nexo.

Abstract: This article to analyze the newspaper Nexo and how explanatory journalism can be understood as a media literacy tool so that the reader has a context about the environment in which he is situated.

Key words: Media literacy; Journalism; Nexo.

¹⁶⁶ Carlos Eduardo de Almeida Nunes, mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; *E-mail*: carloseduardoanunes@gmail.com

Introdução

Os meios digitais nos últimos tempos instigaram uma reconfiguração dos modos de ação e produção na hora de nos comunicarmos, bem como diretrizes que vão sendo estabelecidas no decorrer dos avanços tecnológicos e comunicacionais. Dentro deste pensamento de mudança na estrutura de relação entre seres humanos e mídia, Henry Jenkins (2014) estabeleceu o conceito de que hoje vivemos em mundo de convergência, onde o cenário midiático vive uma fase de entrelaçamento entre produtor e consumidor, em uma tênue fronteira do papel que era exercido anteriormente. Desse modo, o que seria um consumidor dito passivo, hoje já não se conforma de apenas assistir e consumir um determinado produto midiático. Ele demonstra interesse em se engajar, participar e interagir com o veículo ou conteúdo.

A partir deste pleito do usuário digital por maior participação, surgem perguntas e questionamentos sobre o quanto uma pessoa está habilitada e pronta para utilizar de forma crítica todos os recursos

disponibilizados pelo avanço tecnológico para se engajar. É nesse cenário desafiador, a partir de indagações sobre o engajamento e a cidadania digital, que se desenvolvem os estudos sobre a literacia midiática. A compreensão dessa área está ligada ao uso de novas tecnologias, bem como a participação dentro deste novo ecossistema, estando relacionada com o desenvolvimento de um conjunto de competências, como audiovisual e informacional, entre outras.

Os estudos sobre Literacia Midiática discutem sobre as capacidades que o indivíduo precisa adquirir com a finalidade de tornar-se um cidadão ativo e crítico durante o processo de consumo de um determinado produto midiático, uma avaliação que se torna tão importante quanto o ato de se expressar e receber uma mensagem. Sonia Livingstone define-a como a "capacidade de aceder, analisar e avaliar o poder de imagens, sons e mensagens que confrontam o sujeito contemporâneo assim como comunicar de forma competente" (LIVINGSTONE *apud* BORGES, 2014, p. 181).

A Unesco, agência da Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura, em seus estudos sobre o tema, define-a como uma capacidade do cidadão em dominar ferramentas de tecnologia da informação, seja na forma de interpretação, comunicação, criação e/ou utilização, desenvolvendo uma aprendizagem contínua de conhecimento.

Como descreve Borges (2014), os estudos sobre Literacia Midiática tiveram início nos anos 1980, por intermédio da Unesco em prol de desenvolver a educação para as mídias. A primeira iniciativa resultou na *Declaração de Grünwald*, em 1982, que estabeleceu o campo da mídia-educação e a importância das próprias mídias em questões educacionais e de formação do indivíduo. Outras atividades foram sendo promovidas com a finalidade de aprofundar esses estudos e estabelecer conceitos e diretrizes, conforme relata Borges:

Uma definição maior de atuação desta nova área foi feita durante a Conferência de Toulouse, em 1990 e ao longo dos anos 1990, outras conferências foram sendo realizadas, como a Conferência Educating for the Media and the Digital Age em Viena em 1999, que apresentou um novo olhar

sobre a educação para as mídias no contexto do desenvolvimento tecnológico e da nova era da comunicação. Em 2002 o Seminário Youth Media Education em Sevilha ressaltou a necessidade de agir por meio de políticas ativas de promoção nas seguintes áreas: 1) Investigação; 2) Formação; 3) Cooperação entre escolas, mídia, ONGs, setor privado e instituições públicas; 4) Consolidação e promoção da esfera pública da sociedade e do seu relacionamento com as mídias. (BORGES, 2014, p.181-182)

Nos anos 2000, a União Europeia começa a contribuir com o tema por meio de financiamentos de projetos e pesquisas. Como discorre Borges,

A literacia midiática se apresentava como um objetivo estratégico e integrador para a Europa, sendo entendida como uma chave para o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como para entender um novo ambiente de comunicação que começava a se desenhar com as potencialidades da internet. (BORGES, 2014. p.182)

Entre essas iniciativas, destacam-se o estudo Mediapro, que buscou identificar os modos como os jovens se apropriam das novas plataformas midiáticas e o Media

Literacy Expert Group, financiado pela Comissão Europeia, que promove práticas e ações de Literacia midiática por meio da análise e definições de metas para este campo de estudo.

A literacia é uma competência crucial para a vida, habilitando cada cidadão a desenvolver capacidades de reflexão, expressão oral, espírito crítico e empatia, e impulsionando a evolução pessoal, a autoconfiança, um sentido de identidade e a plena participação numa economia e sociedade digital e do conhecimento. (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2012, p.1)

Ainda dentro dos estudos sobre a temática, a Unesco estabeleceu o termo *Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)*, uma peça-chave para levar cidadania digital à população em geral por meio do acesso à informação e ao conhecimento, melhorando e intensificando a liberdade de se informar e expressar, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Segundo a instituição,

A AMI descreve as habilidades e as atitudes necessárias para valorizar nas sociedades as funções das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, bem como para

encontrar, avaliar e produzir informações e conteúdos midiáticos; em outras palavras, apresenta as competências fundamentais para que as pessoas participem de maneira eficaz de todos os aspectos do desenvolvimento. (UNESCO, 2016, p.5)

Livingstone (2004) argumenta que uma das metas principais da literacia midiática junto às pessoas é aumentar o conhecimento delas sobre as diversas formas de se consumir uma mensagem midiática, levando-as a compreender o cada vez mais desafiador mundo que habitamos, de modo a auxiliá-las em suas escolhas.

Explicando e contextualizando o mundo

Neste contexto de um mundo cada vez mais conectado e abundante de informações disponíveis, saber interpretar e explicar o contexto em que estamos inseridos torna-se uma das principais tarefas do jornalismo. Com múltiplas fontes de informação, cabe ao jornalismo, mais do que noticiar um acontecimento, propiciar o entendimento do cenário no qual esse fato está inserido, ajudando o

indivíduo a compreender como aquilo afeta a vida das pessoas.

O jornalismo explicativo tem suas origens na década de 1930, nos Estados Unidos, em um momento de expressivo crescimento de duas novas formas de comunicação: o rádio e as revistas especializadas em notícias, o que permite fazer um paralelo com a atualidade. Quase cem anos depois, vemos novos veículos surgirem e darem uma nova forma ao jornalismo impresso que, sem poder concorrer com o imediatismo do rádio no início do século XX e a internet do século XXI, se reformulou para oferecer algo a mais ao leitor, uma visão de mundo que veículos concorrentes não ofereciam ao noticiar apenas *hard News* – conforme definimos dentro do jornalismo.

Hoewell (2018) enfatiza que o jornalismo explicativo provê uma contextualização histórica, sociológica e econômica aos fatos de hoje e está à procura de um leitor disposto a ir além das premissas de uma matéria, ampliando *o quem, o quê, quando e onde*, partindo do acontecimento factual e buscando os antecedentes que permitam a construção do cenário onde se desenvolve a notícia e os dados que permitam contextualizá-lo.

No Brasil, um dos expoentes desse tipo de construção jornalística é o jornal *Nexo*, fundado em novembro de 2015, a partir do empreendimento de três profissionais de perfis distintos: Paula Miragaia, cientista social; Renata Rizzi, economista; e Conrado Corsalette, jornalista. O site tem como princípios editoriais o equilíbrio, a clareza, a transparência e a atribuição “de trazer contexto às notícias e ampliar o acesso a dados e estatísticas. Sempre de forma inovadora e a partir de conteúdos amplos e instigantes, sua produção editorial privilegia o rigor e a qualidade da informação” (NEXO, 2019, online).

O *Nexo*, conforme sua definição institucional, trabalha para que sua produção seja uma junção de bom jornalismo, tecnologia de primeira, com um design bonito e entendível ao grande público. “Todas as possibilidades da plataforma digital são exploradas com uma abordagem única, usando uma diversidade de formatos como infográficos, materiais interativos, vídeos e *podcasts*, colocando a experiência do usuário no centro da produção.” (NEXO, 2019). Sendo assim, uma das principais motivações do *Nexo* é contextualizar os grandes assuntos da atualidade em forma de gráficos ou vídeos.

O jornal opera no sistema de *paywall*, no qual o usuário tem acesso gratuito a um número de reportagens gratuitas por mês, nesse caso, cinco e, depois disso, seu acesso deve ser feito por meio de uma assinatura. Além do conteúdo irrestrito do site, os assinantes também têm acesso a outros produtos exclusivos, como newsletters, eventos, entre outros.

Outra forma de financiamento utilizada é a de aportes feitos por fundos de investimentos, tendo recebido cerca de US\$ 900 mil da instituição Luminare, pertencente ao fundador do site *Ebay*. Esses aportes ligados à área de tecnologia evidenciam uma das características do jornal: se encaixar dentro dos conceitos de uma *startup* ou nativa digital, que tem como uma de suas metas a busca pela inovação tecnológica, neste cenário, sendo aplicada ao jornalismo.

Em um mundo pautado pelo desenvolvimento de tecnologias em uma velocidade maior e constante, as *startups* têm demonstrado serem vetores importantes de uma criação disruptiva e o segmento da informação tem sido objeto dessas transformações. O mercado midiático adentrou o século XXI buscando se moldar às novas formas de construção

de conteúdo, enfrentando as diversas barreiras já conhecidas por veículos que operam uma forma tradicional de comunicação, como televisão e jornal impresso, e que estão relacionadas à necessidade de passar por um processo de assimilação do novo ambiente enquanto os nativos digitais já embarcam nesta nova cultura desde a sua gênese. Além disso, o fator digital proporciona maior escalabilidade do negócio sem ter que arcar com os enormes custos de uma produção tradicional, que grandes veículos de informação precisam enfrentar.

Pesam também as novas formas de distribuição de conteúdo ligadas à área digital, cada vez mais presentes nesse mercado, como a presença de Google, Facebook, Twitter e Apple, que exercem importante controle sobre o que vai chegar aos usuários. Essa seria a terceira mudança nesse ecossistema, conforme aponta Hoewell (2018), com as outras duas sendo a convergência do analógico para o digital e a segunda o crescimento da web participativa e redes sociais.

Todos esses fatores constituem um cenário em que no qual o jornalismo apresenta a necessidade de se renovar, de trazer técnicas de produção bem como o

desafio
de
fazer-se
sempre
útil para
um
público
envolto
por

múltiplas fontes de informação. É diante
desse quadro que Hoewell afirma:

É hora do jornalista se renovar, dominando as tecnologias e as colocando a serviço do jornalismo, explorando as linguagens compatíveis com cada meio, através do hipertexto, da interatividade e do multimídia, adaptando-se a uma estrutura organizacional multiplataforma, com novos fluxos e rotinas de trabalho, e sabendo atuar como intérprete da informação. (HOEWELL, 2018, p. 38)



Análise e Resultados

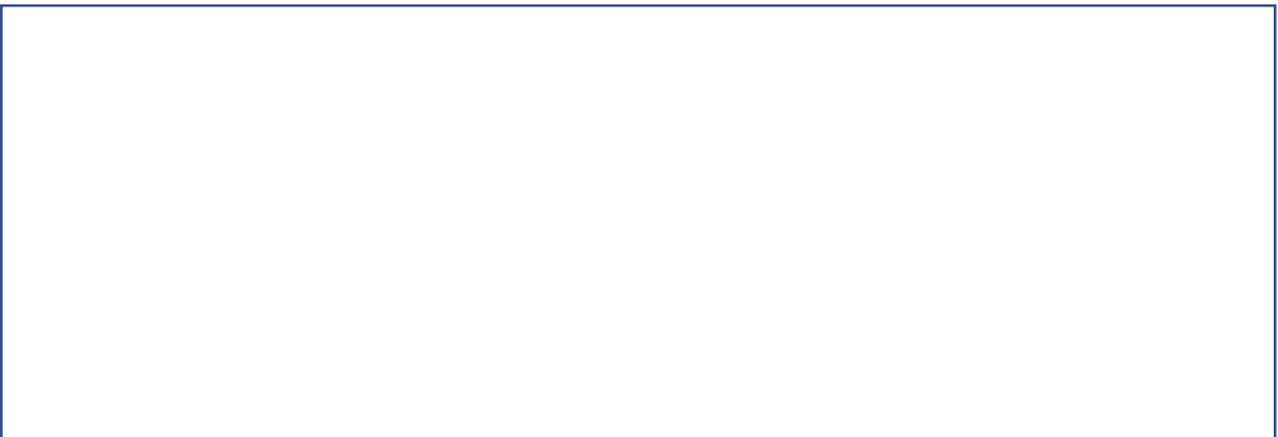
O objetivo da pesquisa é investigar de que forma o jornalismo explicativo praticado pelo jornal *Nexo* pode ser entendido com uma ferramenta de literacia midiática, permitindo o acesso pleno do público à informação, e tendo como competência habilitar o usuário para o entendimento da realidade na qual está inserido.

Figura 1: Home principal do site. Fonte: site Nexo

Para tal investigação, analisou-se a publicação a partir da perspectiva de identificar no jornal os elementos que poderiam caracterizá-lo como uma ferramenta capaz de capacitar o seu leitor ao pensamento crítico. Para isso, dividiu-se a análise de conteúdo em quatro parâmetros principais: conteúdo textual, imagético, interativo e transmídia.

Conteúdo Textual: a principal característica da publicação em relação a outros veículos de informação é o estilo de reportagem analítico, sem a presença de matérias factuais com foco no *breaking news*. Essa característica é explorada, à medida do possível, nas diversas seções em que o site está construído e

principalmente dentro das seções *Expresso* e *Explicado*. Enquanto sites concorrentes apresentam notícias de modo factual, por exemplo, o *Nexo* procura, seguindo sua linha editorial, explicar os fatos que levaram a tal acontecimento e oferecer um contexto para o entendimento geral do público. “Informações contextualizadas, com uma abordagem original. Para o *Nexo*, apresentar temas relevantes de forma clara, plural e independente é essencial para qualificar o debate público” (NEXO, 2019). A Figura 2 (abaixo) evidencia a abordagem do jornal em relação a outros veículos de comunicação.



Índia propõe revogar status especial dado à Caxemira

Artigo 370 da Constituição indiana dá certa autonomia à região, palco de conflitos com o Paquistão. A oposição prevê uma tempestade política e social na área.

EXPRESSO

Por que a Índia cassou a autonomia da Caxemira

João Paulo Charleaux 05 Ago 2019 (atualizado 05/Ago 18h44)

Governo nacionalista hindu retoma controle total sobre região de maioria islâmica disputada com o Paquistão desde 1947. Trinta e cinco mil soldados foram enviados para o local, que faz fronteira com três potências nucleares

Figura 2: Comparação entre manchetes do site Nexo e G1. Fonte: sites Nexo e G1

Sobre o modo de produção do *Nexo*, Souza e Silveira (2017) explicam que as notícias em voga na imprensa são selecionadas pela redação e, a partir desse ponto, trabalham assuntos atuais do cotidiano ampliando as questões e abordagens, situando o leitor sobre um

assunto em voga e assim contribuindo para o debate na sociedade. Esse estilo pode ser evidenciado com o amplo uso de termos interrogativos e explicativos seja nos títulos ou no corpo do texto, conforme o exemplo acima.



The screenshot shows the Nexo website interface. On the left is a navigation menu with categories like 'EXPRESSO', 'EXPLICADO', 'GRÁFICO', 'vídeo', 'INTERATIVO', 'ENTREVISTA', 'SERVIÇO', 'ENSAIO', 'PODCAST', 'ESTANTE', 'ESPECIAL', 'EXTERNO', 'ACADÊMICO', 'PROFISSÕES', 'LÉXICO', and 'COLUMNISTAS'. The main content area features three news articles, each with a title, author, and date. The first article is 'Como Judiciário, Legislativo e até Executivo freiam Sergio Moro' by Estêvão Bertoni. The second is 'Qual a condição financeira dos clubes de futebol brasileiros' by Marcelo Roubicek. The third is 'O mercado de roteiristas no Brasil. E seus desafios' by Cesar Gaglioni. There are also smaller headlines for '3 boatos verificados nesta semana para você ficar de olho' and 'As propostas econômicas dos candidatos argentinos à presidência'.

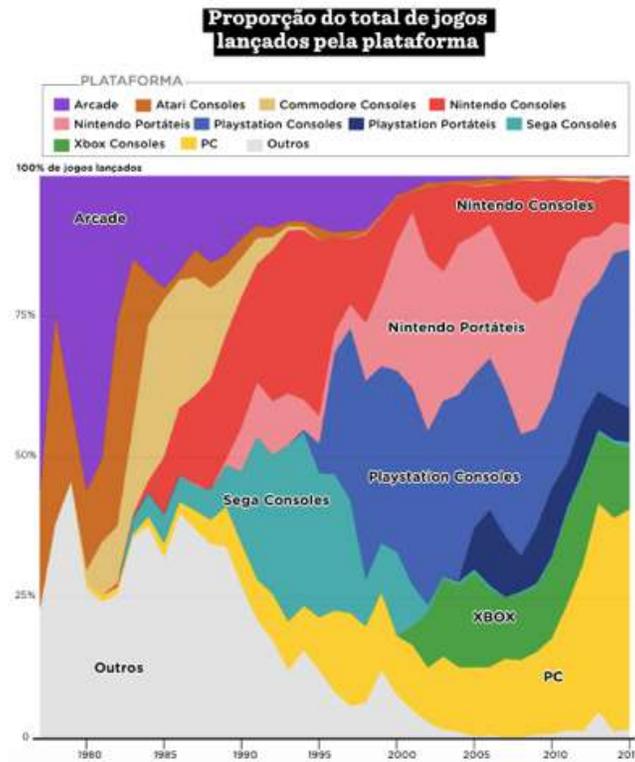
Figura 3: Editorias do jornal. Fonte: site Nexo

A seção *Expresso* congrega o que seria o mais próximo de um factual dentro da estrutura do *Nexo*, explicando fatos que estão acontecendo no momento. Já as editorias *Explicado* e *Ensaio* congregam assuntos importantes ou em alta na imprensa, mas que são explicadas ao público de forma mais aprofundada, com amplo de uso de gráficos e imagens.

Outro parâmetro importante que caracteriza o jornalismo praticado pelo *Nexo* é o amplo uso de dados em suas reportagens, incluindo também a presença de estatísticos e matemáticos entre os membros da redação, o que

contribui para a construção dos complexos gráficos que ilustram as reportagens.

Conteúdo Imagético: um dos conteúdos que se mostram mais relevantes entre os conteúdos produzidos pelo jornal são os infográficos, introduzidos em reportagens e, em muitas das vezes, conforme observado durante o estudo, o tema da própria matéria. Os gráficos produzidos pelo site ficam agrupados dentro da seção *Gráfico* e são formulados a partir de inúmeros dados, são expostos de forma mais simplificada e visual.



INTERATIVO

Decisões sobre Lula, ataques nos EUA: entendeu a semana?

Fernanda Giacomassi 09 Ago 2019 (atualizado 09/Ago 20h31)

Neste quiz, o 'Nexo' desafia seus conhecimentos sobre os fatos que marcaram esta semana



A reforma da Previdência passou pela Câmara dos Deputados, 31 pessoas foram mortas em ataques a tiros nos Estados Unidos e novas decisões sobre a prisão do ex-presidente Lula foram tomadas. Você conseguiu acompanhar tudo?

Neste interativo, coloque à prova seu conhecimento do noticiário. Todas as respostas apresentam um conteúdo do **Nexo** que pode ajudar a entender melhor o tema, caso você tenha perdido alguma coisa.

- 1 Nesta quarta (7), a Câmara dos Deputados aprovou a reforma da Previdência, que agora segue ao Senado. Em qual destes governos **não** houve reformas previdenciárias de grande porte?

Luiz Inácio Lula da Silva

EM ALTA

- 1 TRIBUNA O custo Bolsonaro: um obstáculo ao Brasil
Tiago Mitraud
- 2 INTERATIVO Como o Brasil se compara ao resto do mundo em 10 indicadores
Gabriel Zanlorenesi, Rodolfo Almeida e Jessica Oliveira
- 3 EXPRESSO O que é um relacionamento abusivo. E como identificá-lo
Juliana Domingos de Lima
- 4 INTERATIVO O seu salário diante da realidade brasileira
Gabriel Zanlorenesi e Lucas Ferreira
- 5 ENTREVISTA Como lidar com um presidente que mente, segundo este professor
João Paulo Charleaux

Figura 4: Infográficos elaborados pelo jornal. Fonte: site Nexa

Figura 5: Quiz interativo Você Entendeu a Semana? Fonte: site Nexa

Conforme conceitua Lima (2015), a infografia, cada vez mais utilizada em conteúdos jornalísticos, caracteriza-se por ser uma matéria jornalística que se vale de diversas linguagens, como textual, imagética, esquemática (tabelas, gráficos, fluxogramas etc.). Sua forma de leitura pode ser desenvolvida de forma linear, ou não, bem como ser entendida como fonte autônoma da informação. Podemos aplicar

isso à forma como o *Nexo* desenvolve seus gráficos, que podem ser compreendidos de modo independente ou transformados em infográfico no coração da reportagem. Em um contexto de expansão do jornalismo baseado em dados e em múltiplas e complexas informações, o infográfico torna o consumo das matérias mais palatável ao público, que pode não ter todas as

competências necessárias para a sua



compreensão.

Conteúdo Interativo: como um nativo digital, o *Nexo* vale-se dos recursos propiciados pela web para proporcionar interação constante entre o jornal e os seus leitores. Além da presença nas redes sociais, feita por perfis disponíveis no

Facebook, Twitter, YouTube e Instagram,

dentro do site existem algumas iniciativas

visando estimular o leitor. A seção *Você Entendeu a Semana?* é um quiz publicado às sextas-feiras sobre os principais acontecimentos da semana, e fazendo uma relação com a retrospectiva semanal publicada em vídeo.

A editoria *Acadêmico* é outro campo destinado ao leitor do site, focado na publicação de pesquisas acadêmicas, como dissertações de mestrado ou teses de doutorado, em forma de reportagens. A submissão para publicação é feita pelo próprio interessado em divulgar sua

pesquisa e a finalidade é permitir que estudos realizados dentro das universidades, geralmente sem publicidade em outros veículos jornalísticos, ganhem espaço na mídia, além de ser uma oportunidade para quem queira

acompanhar o que se está produzindo dentro do ambiente acadêmico.

Conteúdo Transmídia: durante este trabalho, percebeu-se que o *Nexo* se utiliza das diversas formas de produção dentro do ecossistema digital, produzindo também outros tipos de conteúdo para o seu leitor, como vídeos e *podcasts*. É possível acessá-los diretamente na plataforma do site ou nas redes sociais onde estão hospedados, como YouTube e serviços de *streaming* de áudio. Os principais conteúdos audiovisuais são as séries especiais sobre variados assuntos, como a biografia de cientistas brasileiros desconhecidos e o *Extrato da Semana em Três Minutos*, publicado sempre às sextas-feiras, como uma espécie de resumo dos acontecimentos semanais em formato de retrospectiva, complementando o quiz da seção *Interativo*. Esse é um exemplo que evidencia a característica transmídia do jornal, com um mesmo conteúdo sendo bordado de diferentes formas e plataformas.

Os *podcasts*, disponíveis em plataformas de *streaming*, YouTube e no próprio site, são quatro programas de periodicidade distintas: *Durma com Essa*, veiculado diariamente à noite, sobre o assunto mais comentado do momento; *Polítiquês*, de transmissão semanal, sobre conceitos e assuntos relacionados à política e ao poder; *Escuta*, mensal, sobre as relações entre a música e acontecimentos históricos; e *Como Começar*, com dicas sobre autores ou movimentos artísticos.

Tendência hoje entre os grandes veículos, o envio de *newsletters* para o leitor também faz parte da política de conteúdo do jornal, por meio de diferentes canais e todas de forma gratuita: *a_nexo*, com veiculação diária pela manhã que fornece ao leitor os principais acontecimentos do dia anterior; *Seleção da Semana*, com os principais conteúdos da semana, enviada aos sábados; e *Nos Eixos*, de periodicidade mensal, que reúne os infográficos produzidos pelo jornal no mês anterior.

Figura 7: Podcasts veiculados pelo jornal. Fonte: site Nexo

Figura 8: Newsletter Nos Eixos e a_nexo. Fonte: site Nexo

Todo esse conteúdo evidenciado nessa descrição da página, trata-se de uma

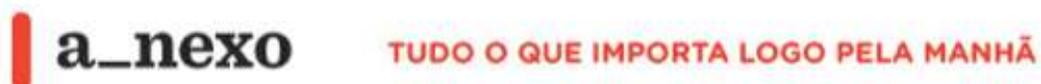


Agosto 2019

ver na [web](#)

pesquisa, está disponível em outra iniciativa, nomeada de Nexo Edu, uma plataforma que congrega conteúdo para

seleção de conteúdos publicados pelo Nexo, em formatos variados e inovadores, como infográficos, vídeos curtos, mapas,



Quinta-feira, 08 de agosto de 2019

resumo de hoje —

A reforma da Previdência agora no Senado. O vaivém da transferência de Lula. O debate sobre o impeachment no Paraguai. E outras coisas mais.

alunos e professores. Segundo a própria

textos explicativos, podcasts, testes de

conhecimento e outros interativos. Esses materiais são uma fonte privilegiada de acesso a informações sobre atualidades - cada vez mais cobradas no Enem e nos vestibulares - e também sobre temas mais diretamente relacionados ao currículo escolar em geral (NEXO, 2019, online).

O Nexo disponibiliza por meio dessa plataforma seus principais conteúdos, não inéditos em relação ao site principal, mas focados em matérias que tendem a ser aproveitadas em sala de aula ou auxiliam

estudantes em preparações para provas. Para esses, a plataforma foca na editoria O que está em jogo agora, sobre atualidades; para docentes; e a seção Para a sala de aula, curadoria de conteúdos para levar para a sala de aula. De iniciativas inéditas em relação ao jornal principal, apenas duas novas newsletters: Seleção Edu e Atualidades para o Enem, ambas, porém, disponíveis apenas para assinantes, que caso sejam alunos ou professores, obtêm descontos na assinatura.



Figura 9: Home principal do

Nexo Edu. Fonte: site Nexo

Considerações sobre o estudo

O estudo até aqui investigou como a construção do jornalismo explicativo desenvolvido pelo site brasileiro *Nexo* pode ser entendido como uma ferramenta para capacitar o cidadão a ter conhecimento do que acontece em sua volta, permitindo-o ter capacidade de analisar e pensar a informação. Além disso, pôde-se constatar que se trata de um nativo digital cuja estratégia é entregar um novo tipo de conteúdo aos usuários, por meio de um jornalismo explicativo enriquecido por recursos como a transmidia e a infografia, associadas ao amplo uso de dados como fonte primária e ponto de partida para suas reportagens.

Com o desenvolvimento dessas questões, percebemos que o principal diferencial do jornal é a procura por fundamentar todo o seu conteúdo na contextualização dos fatos, dando subsídios para que seus leitores tenham a compreensão da realidade do mundo nos dias atuais, configurando assim uma aproximação com diretrizes estabelecidas por estudos de competências midiáticas da Unesco ou União Europeia. Essa característica faz-se presente na maioria dos conteúdos produzidos, seja textual,

infográfico, nos *podcasts*, ou nos vídeos, e na iniciativa *Nexo Edu*.

Referências

BORGES, Gabriela. Qualidade na TV Pública Portuguesa: Análise dos programas do Canal 2. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

HOEWELL, Gabriel Rizzo. A configuração da informação no contexto da convergência jornalística: uma análise do *Nexo*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação – UFRGS. Porto Alegre, 2018.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. Conclusões do Conselho, de 26 de novembro de 2012, sobre a literacia. Disponível em <https://bit.ly/2OPKeKH>. Acesso em 29 jun. 2019.

LIMA, Ricardo Cunha. O que é infografia jornalística? In: Revista Brasileira de

Design da Informação. São Paulo, v. 12, n. 1, 2015, p. 111.

LIVINGSTONE, Sonia. What is media literacy? *Intermedia*, 32, 3, p. 18.20, 2004. Disponível em <https://bit.ly/2rzwkO2>. Acesso em 29 jun. 2019.

NEXO JORNAL. Sobre o Nexo. 2019. Disponível em <https://bit.ly/2ZRjsCG>. Acesso em 28 jun. 2019.

SOUZA, Pedro Carlos; SILVEIRA, Letícia. Experiências de Inovação no Jornalismo Digital: um estudo de caso do Jornal Nexo. In: *Revista Parágrafo*, v.5, n.1. Jul/dez 2017.

UNESCO. Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Rio de Janeiro: Cetic.br/Nic.br, 2016. Disponível em <https://bit.ly/2MUUkY4>. Acesso em 27 jun. 2019.

Who do Latin American journalists rely on? Evolution of source perception on Social Media

¿En quién confían los periodistas latinoamericanos? La evolución de la percepción de la fuente en las redes sociales

Vanessa de M. Higgins Joyce

Ryan Wallace

Summer Harlow

Rosental C. Alves

Latin Americans use social media networks at higher rates than the world average, and that is accentuated in countries with high rates of smartphone use, such as Argentina and Chile (Poushter, Bishop, & Chwe, 2018). Journalists in Latin America have also adopted social media as part of their work routine and practice (Cozma & Chen, 2012; Hermida, Lewis, & Zamith, 2014). A study of Latin American journalists has found that they use social media for journalistic practices and that Twitter was particularly relevant for locating sources (Saldaña, et al., 2017).

According to that study, Latin American journalists are more likely to use sources that they trust (Saldaña et al., 2017).

Source selection is central to news production as it provides voices, experiences, and perspectives to the subject covered. Source selection also reveals information about institutional power. Paulussen and Harder (2017) suggested that journalists hierarchize sources deemed more credible based on status, with official elite sources trusted more than ordinary citizens. In Latin America, given the traditional ties between

journalism and powerful elites, the “hierarchy of credibility” of news sources has, in the past, reflected this quid-pro-quo relationship. However, much has changed in the media and social landscape of the region in recent years: the advent of social media and active audiences, digital-native news proliferation, changes in funding, and increased social polarization, all might be factors potentially contributing to shifts in the hierarchy of credibility of sources.

This study provides a longitudinal analysis of the evolution of the hierarchy of credibility of news sources on social media in 20 Latin American countries and a discussion of what that means overall for trust in political institutions and democracy in an age of increased polarization.

Literature Review

Journalistic sources

Gans (1979) stated that news practice is determined by a combination of efficiency, obtained with the most appropriate allocation of space and time to a story or aspects of a story, and the perceived authority of sources. Within journalistic practice, the selection of sources is important, revealing information about

social stratification and authority of sources and perspectives mentioned (Anderson, 2017). Paulussen and Harder (2017), applying Becker’s hierarchy of credibility (1967) concept to journalism, stated that “journalists are inclined to respect a certain source hierarchy in which they ascribe more credibility to official elite sources, such as known experts and representatives of political and business institutions, than to unofficial sources, such as ordinary citizens” (p. 543). Sources deemed more credible are those who, for some reason or another, were able to gain journalists’ trust. A study analyzing source selection of Belgian journalists on Twitter found that traditional, elite sources are overrepresented even in a social media environment (Deprez & Van Leuven, 2018). They found that elite sources have credibility due to their institutional power, status as representatives, or knowledge and expertise, and are preferred in terms of authority and for needing less time for fact-checking than ordinary citizen sources would require (Deprez & Van Leuven, 2018).

In Latin America, where elite-owned media organizations have traditionally demonstrated close ties with government

and other powerful institutions, the diversification of news sources would point to some level of independence and a deepening of democracy (Hughes & Lawson, 2005). Hallin and Papathanassopoulos (2002) analyzed the levels of political parallelism in three Latin American countries and found “instrumentalization of the news media by oligarchs, industrialists, parties or the state” (p. 182). In this context, broadening the scope of news sources to include a diverse perspective would be paramount for the strengthening of democracy of the region.

While changes in the news media ecosystem brought about by digital and social media and a networked society (Castells, 2011) enable a diversity of sources to be included in the discourse, recent social and political shifts may be impacting what sources journalists and news organizations deem more credible. In most of Latin America, levels of partisan polarization remained modest throughout the 90s and 2000s, but have recently deepened in countries such as Brazil, with the impeachment of President Rousseff; Colombia, with the 2016 peace accord; and other countries such as Chile, El Salvador,

Mexico, and Peru (Levitsky, 2018). While it is possible that polarization leads to a reinforcement of the process of hierarchy of credibility, it is also possible that it provokes shifts in the hierarchy of who journalists trust, as alliances fragmentize into polarized poles.

Trust and social media

Trust in public institutions is “widely believed to be good for democracy, but for journalists, too much trust may actually work against traditional professional norms in journalism” (Hanitzsch & Berganza 2012, p. 807). The relationship between journalists and their sources wavers between trust and suspicion (Mancini, 1993). Mishler and Rose (2001) offered institutional theories of political trust, which suggest that trust is inherently tied to political performance, such as the strength of the economy, or levels of democracy and press freedom. Journalistic culture and type of media ownership also have been identified as factors influencing journalists’ trust in public institutions (Hanitzsch & Berganza 2012). In post-authoritarian countries (including Argentina and Brazil), Tejkalová et al. (2017) found that journalists trust other

news media more than they do political institutions. However, Márquez Ramírez et al.'s (2017) analysis of survey data from the Worlds of Journalism Study showed Latin American journalists generally have low levels of trust in public institutions and political parties, and only moderate trust in news media. Importantly, news media can influence public trust in democracy and political institutions, as can social media (Echeverría & Mani, 2020).

The relationship between journalists and trust in political institutions is necessary to understand when journalists choose to trust sources found on social media. Journalists' use of social media for reporting depends on how much they trust, and are able to verify, sources and information found online (Diakopoulos, Choudhury & Naaman, 2012; Schifferes et al., 2014). Social media have become central to journalistic practices (Lewis, 2012; Mitchell & Page, 2014), used for personal branding, information gathering, and interacting with audiences (Ferrer-Conill & Tandoc 2018; Hanusch & Bruns 2017). In Latin America, which boasts some of the world's highest social media use, research is only starting to examine journalists' adoption of social media. For

example, journalists in Brazil, Mexico, and Argentina have been found to use social media for news gathering, research, and fact-checking (Schmitz Weiss, 2015). A survey of Brazilian journalists identified three dimensions of social media use for journalism: awareness, reporting, and branding (Mourão & Harlow, forthcoming). Reporters throughout the region use different social platforms for different purposes, with Twitter more important than Facebook for keeping up with the news, publicizing their own work, and finding story ideas and sources (Saldaña et al., 2017). Journalists working at online-only outlets also use social media differently than those working at traditional media outlets (Mourão & Harlow, forthcoming). Presence—or absence—of social media policies in newsrooms also influences how journalists use social media for reporting (Harlow, 2020).

Even as scholarship increasingly demonstrates the use of social media in Latin American newsrooms for finding sources (Herscovitz, 2012; Saldaña et al., 2017; Mourão & Harlow, forthcoming), fewer studies consider the extent to which journalists trust online sources and information. A 2013 survey of journalists in

Latin America showed the online sources they trusted most were other journalists, opinion leaders, and people they knew personally, while those they trusted the least were people they did not know (Saldaña et al., 2017). Interestingly, journalists' social media use was positively correlated with their trust in online information sources (Saldaña et al., 2017). In a more recent study, journalists in Ecuador suggested social media could be used to build trust between journalists and readers, but they expressed concern over "fake news," misinformation, and the lack of verification of online information (Goyanes et al., 2020). Similarly, González de Bustamante and Relly's (2014) interviews with journalists on the Mexico-U.S. border, while not focused on trust per se, noted journalists' over-dependency on social media for sources and information, and the resulting frustration over difficulties being able to verify, and therefore trust, that information.

This current research builds on scholarship regarding journalists' trust and social media by exploring how trust might have changed in the ensuing years since Saldaña et al.'s (2017) 2013 survey, providing much-needed longitudinal data

to help us better understand the rapidly evolving digital mediascape and social landscape in Latin America. Given the institutionalization of social media in newsrooms in the past five years, and the way Latin American journalists attribute the most important changes in journalism to the influence of social media (Márquez Ramírez, 2017), updating that 2013 survey is all the more crucial for showing the evolution of the relationship between journalists' use of social media and trust throughout Latin America, and what that means overall for trust in political institutions and democracy in an age of increased polarization. This leads us to the following research questions:

RQ1: How did the journalism community in Latin America hierarchize the credibility of sources on social media in a) 2013 and b) in 2017?

RQ2: Has there been a shift in the hierarchy of credibility of social media news sources from 2013 to 2017?

RQ3: Does the hierarchy of credibility of social media sources differ by Latin American country?

Methods

To answer these research questions and better understand this evolving process, this study surveyed the journalism community in 20 Latin American countries in October 2013 ($n=1,317$) and December 2017 ($n=1,543$). The questionnaire was designed in English, translated into Portuguese and Spanish, and distributed online to subscribers of a nonprofit outreach program of the authors' research unit, a universe of approximately 9,900 in 2013 and 15,500 in 2017. Respondents included journalists, journalism students, and journalism educators living and working in Bolivia, Colombia, Ecuador, Peru, Venezuela, Brazil, Costa Rica, Cuba, Dominican Republic, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panama, Puerto Rico, Mexico, Argentina, Chile, Paraguay, and Uruguay.

The hierarchy of source credibility was measured through a question which asked in 2013 and 2017, on a scale of 1 to 7 where 1 is not trustworthy and 7 is highly trustworthy, how the journalism community rated its trust in a series of social media sources. Sources deemed more credible are those who are able to gain journalists' trust. Respondents were asked to rate their trust in information

published on social media by journalists, politicians, opinion leaders, people they know (like family members or friends), and people they don't know. In 2013, the average trust in social media sources was 3.63 ($\sigma=0.26$), with a slight increase in 2017, with the average trust of 3.64 ($\sigma=0.20$).

Results

To answer RQ1, which asked who the Latin American journalism community relies on as sources in a) 2013 and b) 2017, survey participants were asked about their perceptions of credibility regarding a variety of sources of information found on social media. These questions were asked across both survey years, and as RQ1 sought to develop a better understanding of the hierarchy of credibility, two separate series of analyses were conducted in order to ascertain whether or not hierarchies of credibility were perceived. Two ANOVA tests of these varying perceptions of credibility for each year indicated a statistically significant difference ($p<0.001$) in the mean levels of perceptions for both samples from 2013 and 2017. Among the most highly trusted sources for

both 2013 ($\mu=5.07$) and 2017 ($\mu=5.25$) were other journalists, and all other means were significantly lower than these. The sources with the least perceived credibility were politicians and unknown social media users. To better understand differences between perceptions of credibility amongst each source type and how they compared

to others, several 2-Sample T-Tests of paired source types were conducted and statistically significant differences ($p<0.05$) were found among these means. Thus, a statistically significant perceived hierarchy of credibility emerged from this dataset for both 2013 and 2017 (see Figure 1).

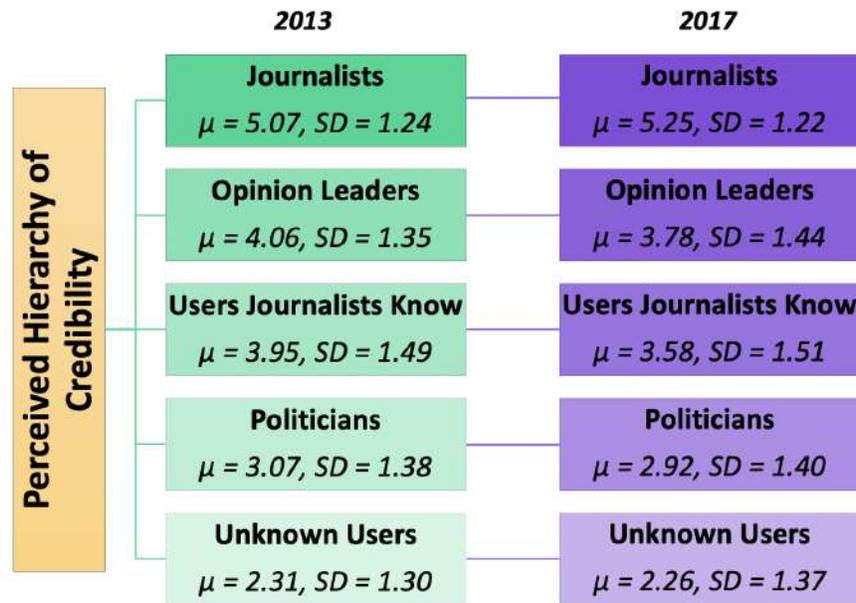


Figure 1: Hierarchy of Perceived Credibility of Source Types in 2013 and 2017

To better understand changes in these perceptions over time in answer to RQ2 (Have recent polarization and political tensions changed the hierarchy of credibility of social media sources in Latin

America?), the dataset was segmented by source type such that differences between perceptions in 2013 and 2017 could be tested. Five 2-Sample T-Tests were conducted to evaluate differences in the

mean perceived credibility of each source type by year. When compared between 2013 and 2017, four of the five tests indicated statistically significant differences ($p < 0.05$) between mean values from these two surveys. As seen in Table 1, among these statistically significant differences were an increase in perceived

credibility of other journalists and decreased perceived credibility of politicians, opinion leaders, and users the journalists know. No statistically significant difference was found between the mean perceived credibility of unknown social media users.

Perceptions of Credibility by Source Type	2013 Survey	2017 Survey	
Journalists	$\mu = 5.07$ $SD = 1.24$	$\mu = 5.25$ $SD = 1.22$	**
Opinion Leaders	$\mu = 4.06$ $SD = 1.35$	$\mu = 3.78$ $SD = 1.44$	***
Users Journalists Know	$\mu = 3.95$ $SD = 1.49$	$\mu = 3.58$ $SD = 1.51$	***
Politicians	$\mu = 3.07$ $SD = 1.38$	$\mu = 2.92$ $SD = 1.40$	*
Unknown Users	$\mu = 2.31$ $SD = 1.30$	$\mu = 2.26$ $SD = 1.37$	

Table 1: T-Tests Comparing Perceptions of Credibility by Year.
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Given these changing trends over the four years between these surveys, regional differences in perceptions were then tested to answer RQ3 (Are there particular differences in how different countries rely on social media sources?). The dataset was segmented yet again, this time by the nation where the survey respondents primarily lived and worked. Five ANOVA tests were conducted to evaluate differences in the mean perceived credibility of each source type by nation

(see Table 2). Statistically significant differences ($p < 0.05$) for all five ANOVA tests were found, indicating that perceptions of credible source types vary by nation, not just by year. Of perceived credibility of other journalists, a statistically significant difference was found (p -value = 0.036) with the greatest mean from Puerto Rico ($\mu = 6.00$) and the least from Nicaragua ($\mu = 4.67$).

Perceptions of Credibility by Nation	<i>n</i>	<i>Journalists</i>	<i>Opinion Leaders</i>	<i>Users Know</i>	<i>Politicians</i>	<i>Unknown Users</i>
<i>Argentina</i>	215	$\mu = 4.87$ $SD = 1.20$	$\mu = 3.90$ $SD = 1.39$	$\mu = 3.87$ $SD = 1.63$	$\mu = 3.10$ $SD = 1.17$	$\mu = 2.24$ $SD = 1.31$
<i>Bolivia</i>	30	$\mu = 5.30$ $SD = 1.12$	$\mu = 3.40$ $SD = 1.10$	$\mu = 3.70$ $SD = 1.37$	$\mu = 2.93$ $SD = 1.13$	$\mu = 2.57$ $SD = 1.52$
<i>Brazil</i>	161	$\mu = 5.09$ $SD = 1.15$	$\mu = 3.72$ $SD = 1.23$	$\mu = 3.57$ $SD = 1.49$	$\mu = 2.73$ $SD = 1.23$	$\mu = 2.01$ $SD = 1.15$
<i>Chile</i>	85	$\mu = 5.24$ $SD = 1.08$	$\mu = 3.80$ $SD = 1.35$	$\mu = 3.79$ $SD = 1.42$	$\mu = 3.16$ $SD = 1.32$	$\mu = 2.37$ $SD = 1.28$

Colombia	179	$\mu = 5.06$ $SD = 1.15$	$\mu = 4.15$ $SD = 1.32$	$\mu = 3.69$ $SD = 1.37$	$\mu = 2.69$ $SD = 1.25$	$\mu = 2.29$ $SD = 1.20$
Costa Rica	27	$\mu = 5.11$ $SD = 1.09$	$\mu = 4.19$ $SD = 1.47$	$\mu = 3.89$ $SD = 1.34$	$\mu = 3.11$ $SD = 1.25$	$\mu = 2.07$ $SD = 1.21$
Cuba	5	$\mu = 5.00$ $SD = 1.58$	$\mu = 2.80$ $SD = 0.45$	$\mu = 4.20$ $SD = 1.92$	$\mu = 2.60$ $SD = 0.89$	$\mu = 2.20$ $SD = 1.64$
Ecuador	71	$\mu = 5.22$ $SD = 1.38$	$\mu = 3.99$ $SD = 1.54$	$\mu = 3.75$ $SD = 1.60$	$\mu = 3.33$ $SD = 1.62$	$\mu = 2.42$ $SD = 1.46$
El Salvador	24	$\mu = 5.21$ $SD = 1.38$	$\mu = 3.75$ $SD = 1.45$	$\mu = 3.92$ $SD = 1.38$	$\mu = 2.79$ $SD = 1.72$	$\mu = 1.92$ $SD = 1.02$
Guatemala	51	$\mu = 5.35$ $SD = 1.34$	$\mu = 4.19$ $SD = 1.43$	$\mu = 4.06$ $SD = 1.59$	$\mu = 3.21$ $SD = 1.51$	$\mu = 2.67$ $SD = 1.66$
Honduras	25	$\mu = 5.08$ $SD = 1.60$	$\mu = 4.39$ $SD = 1.77$	$\mu = 4.32$ $SD = 1.84$	$\mu = 2.76$ $SD = 1.51$	$\mu = 3.12$ $SD = 1.94$
Mexico	212	$\mu = 5.16$ $SD = 1.40$	$\mu = 4.32$ $SD = 1.45$	$\mu = 4.24$ $SD = 1.57$	$\mu = 3.22$ $SD = 1.55$	$\mu = 2.44$ $SD = 1.44$
Nicaragua	24	$\mu = 4.67$ $SD = 1.49$	$\mu = 4.13$ $SD = 1.23$	$\mu = 3.88$ $SD = 1.30$	$\mu = 2.29$ $SD = 1.27$	$\mu = 2.13$ $SD = 1.15$
Panama	23	$\mu = 5.13$ $SD = 1.25$	$\mu = 3.61$ $SD = 1.44$	$\mu = 4.09$ $SD = 1.65$	$\mu = 2.96$ $SD = 1.61$	$\mu = 2.44$ $SD = 1.47$
Paraguay	15	$\mu = 5.40$ $SD = 1.30$	$\mu = 3.93$	$\mu = 3.53$ $SD = 1.13$	$\mu = 2.47$ $SD = 1.13$	$\mu = 2.07$ $SD = 1.39$

			<i>SD</i> = 1.28			
<i>Peru</i>	128	$\mu = 4.95$ <i>SD</i> = 1.27	$\mu = 4.27$ <i>SD</i> = 1.37	$\mu = 4.18$ <i>SD</i> = 1.51	$\mu = 3.31$ <i>SD</i> = 1.53	$\mu = 2.56$ <i>SD</i> = 1.40
<i>Puerto Rico</i>	4	$\mu = 6.00$ <i>SD</i> = 1.16	$\mu = 3.25$ <i>SD</i> = 1.50	$\mu = 3.50$ <i>SD</i> = 1.29	$\mu = 3.00$ <i>SD</i> = 1.41	$\mu = 1.25$ <i>SD</i> = 0.50
<i>Dominican Republic</i>	35	$\mu = 5.14$ <i>SD</i> = 1.31	$\mu = 3.46$ <i>SD</i> = 1.69	$\mu = 3.47$ <i>SD</i> = 1.64	$\mu = 3.11$ <i>SD</i> = 1.71	$\mu = 2.26$ <i>SD</i> = 1.38
<i>Uruguay</i>	25	$\mu = 4.88$ <i>SD</i> = 1.33	$\mu = 4.04$ <i>SD</i> = 1.43	$\mu = 3.68$ <i>SD</i> = 1.38	$\mu = 3.48$ <i>SD</i> = 1.33	$\mu = 2.08$ <i>SD</i> = 1.26
<i>Venezuela</i>	166	$\mu = 5.41$ <i>SD</i> = 1.17	$\mu = 3.78$ <i>SD</i> = 1.35	$\mu = 3.72$ <i>SD</i> = 1.33	$\mu = 3.29$ <i>SD</i> = 1.35	$\mu = 2.36$ <i>SD</i> = 1.27
		*	***	**	***	**

Table 2: ANOVA Tests Comparing Perceptions of Credibility by Nation.
*p < 0.05, **p < 0.01, ***p < 0.001

As seen in Table 2, the overall mean perceived credibility of other journalists was greater than any other individual perceived credibility by source type or nation. Statistically significant differences were also found in the mean perceived credibility by nation of all other source types, including politicians (p<0.001), opinion leaders (p<0.001), users the journalists know (p<0.01), and unknown

social media users (p<0.01). Trends by nation can be seen in Figure 2.

In general, countries seem to have maintained trust in opinion leaders and users journalists know. In Brazil, El Salvador, and Puerto Rico, trust in sources they don't know was consistently lower than the regional average, having decreased in Brazil ($\mu = 2.01$, *SD*=1.15 in 2013; $\mu = 1.81$, *SD*=1.03 in 2017); increased

in El Salvador ($\mu = 1.71$ $SD=1.11$ in 2013; $\mu = 2.00$ $SD=1.00$ in 2017), and decreased in Puerto Rico ($\mu = 2.00$ $SD=N/A$ in 2013; $\mu = 1.00$ $SD=0.00$ in 2017). In Nicaragua and Paraguay, trust in government was consistently lower than the regional average, having slightly increased in Nicaragua ($\mu = 2.22$ $SD=1.20$ in 2013; $\mu = 2.33$ $SD=1.35$ in 2017) and slightly

decreased in Paraguay ($\mu = 2.57$ $SD=1.40$ in 2013; $\mu = 2.38$ $SD=0.92$ in 2017). Colombia and Costa Rica consistently showed higher than average trust in opinion leaders as sources for news on social media, with Colombia decreasing ($\mu = 4.47$ $SD=1.35$ in 2013; $\mu = 4.02$ $SD=1.29$ in 2017), and Costa Rica increasing ($\mu = 4.11$ $SD=1.50$ in 2013; $\mu = 4.30$ $SD=1.49$ in 2017).

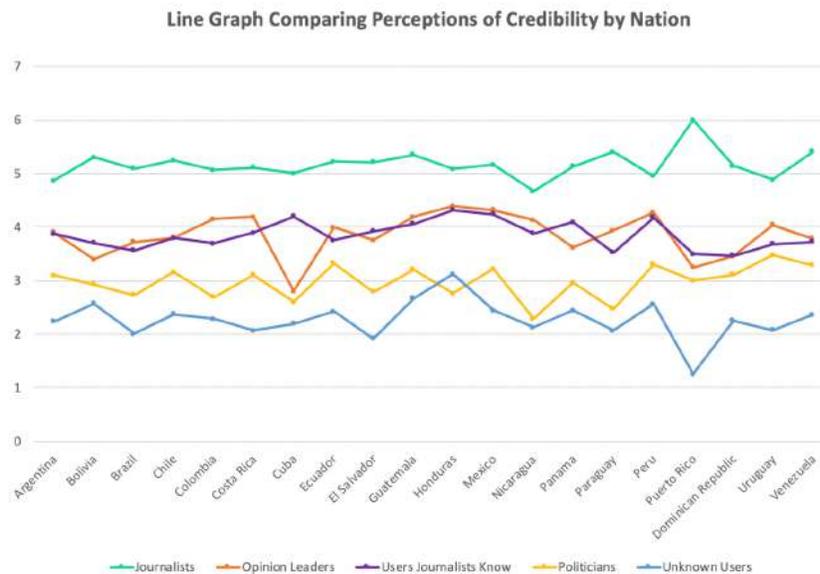


Figure 2: Line Graph Comparing Perceptions of Credibility by Nation.

Discussion & Conclusions

Evaluating the findings of this study, it is clear that the hierarchy of credibility of sources (Paulussen & Harder 2017) found in Latin American newsrooms is maintained and replicated in a social media setting. Journalists tend to trust other

journalists most as sources of information in Latin America, and this increasingly is the case. But in these times of shifting political and socio-cultural landscapes, traditional institutional credibility and reliance on particular sources are changing. As seen in Table 1, the hierarchy

of credibility that was determined by these surveys in 2013 and 2017 undermines the perceptions of politicians and government officials as credible sources of information, while at the same time bolsters that of other journalists, and those in their inner-circle, such as people they know and opinion leaders. In part, this finding may be seen as an institutional bias in favor of similar ideological points-of-view, but when interpreted through the other findings, serves to represent significant changes throughout the region over time.

Over the four-year period between the surveys, as seen in Table 2, statistically significant decreases in perceived credibility of opinion leaders, politicians, and users that journalists know emerged, while only perceptions of journalists' credibility increased during this time period. This may be attributed to an overall decline in institutional trust and the highly polarized climate seen on social media, but it can also be a sign that the use of social media for sources in Latin America is maturing. With politicians, governments, and other state representatives inciting distrust in journalists and questioning the core values of journalism as an institution, journalists may be turning to their inner-

groups for safe and credible information sharing. Further, the increasing trust in other journalists can be seen as a reaction against the proliferation of fake news and disinformation on social media (Goyanes et al., 2020): with verification difficult (González de Bustamante & Relly, 2014), especially on a deadline, journalists seem to believe they can at least trust content from their colleagues. This is consistent with Gans' (1979) assumption that efficiency, especially in a current environment with tighter deadlines, is central to source selection.

Increasing trust in other journalists also could be a show of solidarity against politicians' attacks on journalists and accusations of fake news. However, this increased trust in fellow journalists, and decreasing trust in other sources for information on social media, may present a detrimental effect in young democracies, potentially leading to decreased diversity of sources and perspectives. Considering that plurality of voices is important for democracy (Gans, 1979), this finding is worth further exploration.

Our study also found statistical significance between countries, demonstrating that, while the overall

hierarchy of credibility is maintained throughout the region, some countries trust certain types of sources more than others. For example, Brazil, El Salvador, and Puerto Rico showed trust in sources they don't know that was consistently lower than the regional average, while Nicaragua and Paraguay had lower-than-average trust in politicians. Colombia and Costa Rica had greater-than-average trust in opinion leaders. These differences by country require further exploration, and suggest contextual specificities factor into the hierarchy of source credibility. Interestingly, trust in users journalists know tended to be consistent with levels of trust in opinion leaders, showing that, in Latin America, there could be overlaps between these two groups, or at least similar levels of social proximity with journalists. In other words, journalists perhaps see themselves and the circles in which they run as being opinion leaders. This finding is important as it could contribute to less diversity in sourcing patterns, which long has been a critique of Latin American media. Future research should examine exactly which sources journalists deem to be "opinion leaders," and how this might relate to maintenance

of clientelism and the quid-pro-quo relationships between media and political and economic elites (Hallin & Papathanassopoulos, 2002).

This study is limited in that it relied on a non-representative sample and therefore is not generalizable. Further, some countries, such as Puerto Rico and Cuba, had few respondents; as such, any country differences should be interpreted critically. Still, this study is important for offering much-needed longitudinal data explaining how, as social media becomes institutionalized in Latin American newsrooms, the hierarchy of credibility of sources shifts over time, responding to increased polarization and decreased trust in the media, throughout the region.

References

- Anderson, A. (2017). Source Influence on Journalistic Decisions and News Coverage of Climate Change. In Oxford Research Encyclopedia of Climate Science. Retrieved at <http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190228620.013.356>
- Becker, H. S. (1967). Whose Side Are We On? *Social Problems*, 14 (3): 239-247.

Castells, M. (2011). *The rise of the network society* (Vol. 12). John Wiley & Sons.

Cozma, R., & Chen, K. J. (2013). What's in a tweet? Foreign correspondents' use of social

media. *Journalism Practice*, 7(1), 33-46

Deprez, A., & Van Leuven, S. (2018). About pseudo quarrels and trustworthiness: A multi-method study of health journalism, sourcing practices and Twitter. *Journalism studies*, 19(9), 1257-1274.

Diakopoulos, N., De Choudhury, M., & Naaman, M. (2012, May). Finding and assessing social media information sources in the context of journalism. In *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems* (pp. 2451-2460). ACM.

Echeverría, M., & Mani, E. (2020). Effects of Traditional and Social Media on Political Trust. *Communication & Society*, 33(2), 119-135.

Ferrer-Conill, R., and E. C. Tandoc, Jr. 2018. "The Audience-Oriented Editor: Making Sense of the Audience in the

Newsroom." *Digital Journalism* 6 (4): 436-453.

Gans, H. J. (1979). *Deciding what's news: A study of CBS evening news. NBC nightly.*

González de Bustamante, C., & E. Relly, J. (2014). Journalism in times of violence: Social media use by US and Mexican journalists working in northern Mexico. *Digital Journalism*, 2(4), 507-523.

Goyanes, M., López-López, P. C., & Demeter, M. (2020). Social Media in Ecuador: Impact on Journalism Practice and Citizens' Understanding of Public Politics. *Journalism Practice*, 1-17.

Hallin, D. C., & Papathanassopoulos, S. (2002). Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective. *Media, Culture & Society*, 24(2), 175-195.

Hanitzsch, Thomas, and Rosa Berganza. 2012. "Explaining Journalists' Trust in Public Institutions Across 20 Countries: Media Freedom, Corruption, and Ownership Matter Most." *Journal of Communication* 62 (5): 794-814.

Hanusch, F., and A. Bruns. 2017. "Journalistic Branding on Twitter: A Representative Study of Australian

Journalists' Profile Descriptions." *Digital Journalism* 5 (1): 26–43.

Harlow, S. (2020). Protecting News Companies and Their Readers: Exploring Social Media Policies in Latin American Newsrooms. *Digital Journalism*, 1-20.

Herscovitz, H. (2012). Brazilian journalists in the 21st century. In: Weaver D and Wilnat L (eds) *The Global Journalist in the 21st Century*. New York, NY: Routledge, pp. 365–381.

Hermida, A., Lewis, S. C., & Zamith, R. (2014). Sourcing the Arab Spring: A case study of

Andy Carvin's sources on Twitter during the Tunisian and Egyptian revolutions.

Journal of Computer-Mediated Communication, 19(3), 479-499.

Hughes, S., & Lawson, C. (2005). The barriers to media opening in Latin America. *Political communication*, 22(1), 9-25.

Levitsky, S. (2018). Latin America's shifting politics: Democratic survival and weakness. *Journal of Democracy*, 29(4), 102-113.

Lewis, S. C. (2012). The tension between professional control and open participation: Journalism and its boundaries. *Information, Communication & Society*, 15(6), 836-866.

Mancini, P. (1993). Between Trust and Suspicion: How Political Journalists Solve the Dilemma. *European Journal of Communication* 8 (1): 33–51.

Márquez Ramírez, M., Oller, M., Hughes, S., Amado, A., Arroyave, J., Benítez, J. L., ... & Moreira, S. V. (2017). An overview of Latin American journalistic culture (s). The profile, professional situation and perception of journalists in Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador and Mexico. *La diversidad de un periodismo propio*, 21-60.

Masduki. (2017). In *Media We Trust: Journalists and institutional trust perceptions in post-authoritarian and post-totalitarian countries*. *Journalism Studies*, 18(5), 629-644.

Mishler, William, and Richard Rose. 2001. "What Are the Origins of Political Trust? Testing Institutional and Cultural Theories in Post-Communist Societies." *Comparative Political Studies* 34 (1): 30–62.

Mitchell, A., & Page, D. (2014). *State of the news media 2014*. Pew Research Journalism Project.

Paulussen, S., & Harder, R. A. (2014). Social media references in newspapers: Facebook,

Twitter and YouTube as sources in newspaper journalism. *Journalism practice*, 8(5), 542-551.

Saldaña, M., Higgins Joyce, V. D. M., Schmitz Weiss, A., & Alves, R. C. (2017). Sharing the Stage: Analysis of social media adoption by Latin American journalists. *Journalism Practice*, 11, 396-416. doi: 10.1080/17512786.2016.1151818

Schiffes, S., Newman, N., Thurman, N., Corney, D., Göker, A., & Martin, C. (2014). Identifying and verifying news through social media: Developing a user-centred tool for professional journalists. *Digital Journalism*, 2(3), 406-418.

Schmitz Weiss, A. (2015). The digital and social media journalist: A comparative analysis of journalists in Argentina, Brazil, Colombia, Mexico, and Peru. *International Communication Gazette*, 77, 74-101. doi:10.1177/1748048514556985

Tejkalová, A.N., de Beer, A. S., Berganza, R., Kalyango Jr, Y., Amado, A., Ozolina, L., ... & Poushter, J., Bishop, C., & Chwe, H. (2018). Social media use continues to rise in developing countries but plateaus across developed ones. *Pew Research Center*, 22

O Uso da Expressão Curadoria no Jornalismo e sua eficácia para a compreensão do campo jornalístico na Contemporaneidade

El uso de la expresión curada en el periodismo y su eficacia para comprender el campo periodístico en la época

The use of the expression Curator in Journalism and its effectiveness for understanding the journalistic field in Contemporary Time

Lívia Rossa Ribeiro ¹⁶⁷

Resumen: A presente pesquisa visa compreender não só a relação entre Curadoria e Jornalismo, como também as consequências desta união para o Jornalismo Contemporâneo. Além disso, buscou-se entender como Pesquisadores de Jornalismo (PJ) e Editores de Jornalismo (EdJor) veem a Curadoria e o Jornalismo, e o segundo, cruzando as opiniões dos profissionais. Através deste trabalho, percebe-se que a incipiência na relação entre Curadoria e Jornalismo diz respeito à falta de unanimidade sobre o conceito de Curadoria, tanto em PB quanto na fala de profissionais. Entende-se também que, embora vinda do contexto digital, a ideia de Curadoria está relacionada às transformações do Jornalismo de forma geral, sofrendo influência das condições de trabalho de cada jornalista, e trazendo questionamentos como a

¹⁶⁷ Lívia Rossa Ribeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), graduação em 2019/2, Brasil, liviarossarib@gmail.com.

importância do jornalista para a Curadoria, a apropriação mercadológica do termo e o sentimento de crise ligado à auto-afirmação dos profissionais da área.

Palabras Clave: Jornalismo, Curadoria, Jornalismo Contemporâneo.

Abstract: This research aims to understand not only the relationship between Curatorship and Journalism, but also the consequences of this union for Contemporary Journalism. In addition, we sought to understand how Researchers in Journalism (PJ) and Editors of Journalism (EdJor) see Curatorship and Journalism, and the second, crossing the opinions of professionals. Through this work, it is clear that the incipience in the relationship between Curatorship and Journalism is related to the lack of unanimity about the concept of Curatorship, both in BP and in the speech of professionals. It is also understood that, although coming from the digital context, the idea of Curatorship is related to the transformations of Journalism in general, being influenced by the working conditions of each journalist, and raising questions such as the importance of the journalist for Curatorship, the appropriation marketing of the term and the feeling of crisis linked to the self-affirmation of professionals in the area.

Key words: Journalism, Curated, Contemporary Journalism.

O presente trabalho aborda os temas do Jornalismo e da Curadoria e busca investigar as consequências da relação entre ambos no mundo contemporâneo. Após a consolidação da atividade impressa, a partir da tipografia de Johannes von

Gutenberg, os periódicos são reproduzidos e mudam a maneira como a sociedade enxerga o Jornalismo (LAGE, 2010; MOREL; 2008). Entre os aspectos de sua relevância, o Jornalismo assume o compromisso com o público a partir da

reconfiguração dos espaços público e privado (HABERMAS, 1984).

A atividade próxima ao que conhecemos hoje, contudo, sofre influência das transformações tecnológicas de meados dos anos 1970, com os primeiros protótipos da internet (FERRARI, 2010). Assim, a mudança para o ambiente online promove transformações no Jornalismo, tanto tecnológicas como de mercado e de cultura, influenciando o comportamento da sociedade (JENKINS, 2009). A Curadoria tem suas origens tanto no âmbito das Artes, relacionada à seleção de obras a serem expostas (AMARAL, 2012), quanto no Direito Romano, quando é designado um profissional para resguardar os bens materiais de pessoas que devessem ao Estado (HOUAISS; VILLAR, 2009).

O surgimento da Curadoria na internet antecipa a passagem do termo para o Jornalismo, e a primeira demonstração curatorial se dá a partir da plataforma Yahoo! (RAMOS, 2012, apud MELLO, 2015). Em seguida, grande quantidade de dados em circulação é identificada (MELLO, 2015), de onde provém necessidade de apontar o contexto para as pessoas (RAMOS, 2012). Assim, a Curadoria aplicada ao Jornalismo ganha a noção de

tudo o que é selecionado, filtrado, destacado e revertido para a comunidade (CASTILHO, 2015).

Num primeiro momento, a união entre Jornalismo e Curadoria é centrada apenas na decodificação de dados de computador em informações mais acessíveis à leitura, relação que, com o desenvolvimento das tecnologias, passa a ser vista também como possibilidade de transmissão de informações jornalísticas. De acordo com os Estudos de Jornalismo (EJ), quem realiza esse trabalho é um jornalista, a quem se atribui o papel de curador. Assim, apesar de fazer muito sentido para o ambiente online, a discussão também se volta não só para as relações tecnológicas de Jornalismo e Curadoria, mas para as modificações das relações de trabalho do Jornalismo e a convergência presente no campo jornalístico de uma forma geral. A fim de comparar, portanto, as relações de Jornalismo e Curadoria desde a época do seu surgimento até o presente momento, foram entrevistados Pesquisadores de Jornalismo (PJs) – profissionais com afinidade no tema – e Editores de Jornalismo (EdJors) – que presumidamente exerçam funções semelhantes ou análogas às de Curadoria

em seu cotidiano profissional como jornalistas – para compreender o que pensam do assunto e como percebem a relação entre Jornalismo e Curadoria.

Embora o Jornalismo tenha acompanhado essa mudança do analógico para o digital, seus dilemas do Jornalismo persistem e transferem-se de um ambiente a outro, sendo comum a dúvida sobre para onde caminha a atividade. Ao mesmo tempo, também existe a ideia da transformação do Jornalismo e as mudanças da profissão geram muitas consequências para o mercado de trabalho, como novas exigências no domínio das técnicas jornalísticas. A questão é que, junto do desenvolvimento das tecnologias, outra demanda ganha destaque: o uso apropriado das informações. Com base nos parâmetros acima citados, a observação, a seleção e o direcionamento parecem coincidir com uma ideia curatorial. Parece pertinente, então, o uso do termo Curadoria para refletir sobre o que é feito no Jornalismo.

Dois problemas principais norteiam a presente pesquisa: a) como é a relação entre Jornalismo e Curadoria; b) quais as consequências dessa relação para o Jornalismo Contemporâneo. Diante dos

apontamentos, o estudo buscará compreender de forma ampla o funcionamento da Curadoria no geral e aplicada ao Jornalismo (se representa uma transformação no Jornalismo ou se sempre existiu), qual o posicionamento do jornalista perante a função de curador (se nota diferença entre o trabalho jornalístico convencional, realizado desde sempre na atividade profissional, ou se nota uma configuração nova) e quais as perspectivas da Curadoria no Jornalismo Contemporâneo. O corpus de pesquisa deste estudo é constituído de bibliografia relacionada a Jornalismo e Curadoria e entrevistas com Pesquisadores de Jornalismo (PJ) e Editores de Jornalismo (EdJor). A fim de definir a bibliografia a ser analisada, recorreu-se ao método da Pesquisa Bibliográfica (PB) e, na realização das entrevistas, ao método de Entrevista Qualitativa Não-padronizada. Com bibliografias e entrevistas reunidas, utilizou-se o método da Análise de Conteúdo (AC) a fim de compreender como se relacionam, para autores e entrevistados, os termos Jornalismo e Curadoria. Em razão de Curadoria ser um tema pouco estudado, a Pesquisa Bibliográfica (PB) em Estudos de

Jornalismo foi o primeiro passo deste trabalho e operou como um condutor para a etapa seguinte, a Análise de Conteúdo (AC), a qual tem como base as entrevistas realizadas.

Objetivos

O principal objetivo desta pesquisa é compreender qual é a relação entre Jornalismo e Curadoria. Entretanto, é interessante observar a Curadoria como consequência das modificações no Jornalismo como um todo. A partir das entrevistas realizadas com Editores de Jornalismo (EdJor) e Pesquisadores de Jornalismo (PJ), os objetivos centrais desdobraram-se em outros dois propósitos. O primeiro deles é compreender a forma como Pesquisadores de Jornalismo (PJ) e Editores de Jornalismo (EdJor) veem a Curadoria e o Jornalismo; e o segundo é comparar as duas ideias existentes no imaginário desses profissionais e ressaltar os aspectos mais recorrentes nas falas.

A Curadoria relacionada ao Jornalismo surge no imaginário popular com o objetivo de dar sentido às transformações percebidas na internet, por meio de uma

técnica de seleção, em meio a um ambiente caracterizado por grande circulação de informações. Ramos (2013 apud MELLO, 2015, p. 27) afirma que a primeira demonstração de Curadoria na web é o caso da plataforma Yahoo!, portal de notícias lançado em 1994 e criado pelos estudantes de Engenharia de Stanford, Jerry Yang e David Filo. Ou seja, nos primórdios da internet, prevalecia a curadoria humana (MELLO, 2015), mesmo com ampla disponibilidade de dados. Quando se fala em curadoria de Informação, automaticamente se relaciona o termo ao campo da comunicação, causa associada ao surgimento desse campo de estudo e também da pesquisa. A ideia é consequência do aumento da quantidade de dados disponibilizados na Web (CASTILHO, 2015) e já que eles sozinhos não são capazes de gerar informação, o curador surge como o contextualizador, que vai oferecer caminhos para situar as pessoas (RAMOS, 2012).

Castilho (2015) afirma que a Curadoria de Informações pode ser realizada por uma ou mais pessoas que tenham familiaridade com os processos de informação exercendo seleção, filtragem, agregação de valor e difusão de informações voltadas

para os interesses e necessidades de comunidades sociais (CASTILHO, 2015) e que "[...] o fato de alguém nos dizer 'preste atenção nisso e não naquilo' dá a este alguém o status do que está se chamando atualmente no campo da comunicação como 'curador.'" (RAMOS, 2012, p. 13). Castilho (2015) aponta uma das limitações da curadoria quando afirma que, "Por ser uma área nova na pesquisa acadêmica, a curadoria de informações enfrenta o desafio da diversidade conceitual [...]" (CASTILHO, 2015, p. 17).

Osório (2018) se refere à curadoria como um "[...] paradigma da atuação jornalística [...]" (OSÓRIO, 2018, p. 76), afirmando que a tentativa de conceituar a prática de curadoria para além dos sentidos mercadológico ou sinônimo de coleta de informações é uma discussão recorrente no campo da comunicação e do Jornalismo (OSÓRIO, 2018). O uso recorrente da expressão, sem o devido conhecimento dos Estudos de Jornalismo, torna a Curadoria uma expressão de senso comum, o que reforça a falta de consenso "[...] conceitual e empírico [...]" (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 9) sobre o tema e pode reforçar a desinformação sobre seu real significado.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta

Por se tratar de tema ainda incipiente no campo de Estudos de Jornalismo, inicialmente, foi realizada Pesquisa Bibliográfica (PB). Em seguida, foram realizadas Entrevistas Qualitativas Não-padronizadas com pesquisadores de Jornalismo e profissionais de Jornalismo. Finalmente, procedeu-se à análise do material obtido por meio desses dois procedimentos, de acordo com a metodologia da Análise de Conteúdo (AC). Na primeira parte do trabalho, elegeu-se um conjunto de textos de referência sobre o tema deste estudo com base na busca pelas palavras-chave "Curadoria" e "Jornalismo".

Em seguida, buscou-se examinar a inserção da Curadoria nos distintos contextos tecnológicos até chegar ao uso da expressão no Jornalismo contemporâneo. É importante ressaltar que, embora as obras citadas estejam voltadas essencialmente para a Curadoria no ambiente online, esta pesquisa a não tem como objetivo dissecar as questões tecnológicas que envolvam Curadoria e

Jornalismo, mas analisar a relação entre ambos, tendo em vista suas implicações para o Jornalismo de uma forma geral.

Nesse momento, ainda sem conhecimento aprofundado sobre o assunto, foi instintiva a tentativa de identificar os termos “Jornalismo Curatorial” e “Jornalismo de Curadoria” como uma ideia unânime, construída e utilizada por pesquisadores de Jornalismo. A partir do conteúdo já existente, reunido na PB, percebeu-se que o caráter recente do tema divide opiniões nos Estudos de Jornalismo e apresenta quase sempre as mesmas temáticas. A fim de esclarecer melhor os aspectos teóricos e práticos da relação entre Curadoria e Jornalismo, decidiu-se realizar entrevistas com pesquisadores de Jornalismo.

Enfoque y/o metodología de abordaje

Um dos aspectos identificados durante a PB foi o de que, em boa parte dos casos, a Curadoria estava associada à função de edição. Os entrevistados foram, assim, divididos em dois grupos: Pesquisadores de Jornalismo (PJ) e Editores de Jornalismo (EdJor). No total, foram entrevistados sete

jornalistas entre 19 de setembro de 2019 e 4 de outubro de 2019, sendo seis deles residentes em Porto Alegre. Dos sete, três eram Editores de Jornalismo (dois homens e uma mulher) e quatro Pesquisadores de Jornalismo (três mulheres e um homem).

Na realização das entrevistas, o importante era compreender como os entrevistados enxergavam o Jornalismo Contemporâneo, o que entendiam como Curadoria e a percepção na relação com o Jornalismo; como viam as diferenças entre o trabalho jornalístico habitual e o trabalho jornalístico feito com Curadoria; como percebiam a utilização do termo e como anteviam o futuro do Jornalismo realizado com Curadoria. Nas sete entrevistas realizadas para o presente estudo não houve unanimidade em relação às classificações estabelecidas.

Resultados, reflexiones y conclusiones

A maneira como os jornalistas veem o Jornalismo é bem parecida, mas o mesmo não acontece com a palavra Curadoria. Enquanto que em relação ao Jornalismo as opiniões se complementam, no que tange à Curadoria dissociam-se. A partir da

Pesquisa Bibliográfica (PB) em Estudos de Jornalismo (EJ) e da realização das entrevistas com profissionais jornalistas, percebeu-se que os aspectos obscuros a respeito da Curadoria provêm da ausência de definição de Jornalismo Curatorial ou Jornalismo de Curadoria. Não era a pretensão deste trabalho encontrar uma definição para este termo.

Também se considerou emblemática a ideia de que a Curadoria é importante no contexto atual do Jornalismo, mas que, na verdade, ela sempre existiu na profissão. Tal opinião é bastante refletida não só por Editores de Jornalismo (EdJor), mas também por Pesquisadores de Jornalismo (PJ), o que demonstra o apego com o passado do Jornalismo para tentar explicar as modificações do futuro do Jornalismo. Falando sobre a atuação do jornalista como curador, não se pode desconsiderar as condições das empresas de Jornalismo e a maneira como se desenvolve cada tipo de trabalho jornalístico. Dito isso, considerou-se que a realidade atual do Jornalismo, planejamento e tempo são determinantes no tipo de atividade curatorial realizada. Entretanto, a prática curatorial básica (de filtro, apuração e distribuição) não sustenta tudo o que o mercado pretende abranger

com o uso da nova expressão, que é criar do zero uma espécie de produto a ser comercializado, a própria Curadoria.

Intencionalmente ou não, os jornalistas acabam fazendo parte deste discurso mercadológico e, por isso, afirmam que a Curadoria é um novo segmento diferenciado e necessário. Dentro do que foi visto até o presente momento, a Curadoria não aparece como uma atividade a parte do Jornalismo, pelo contrário, ela é um reflexo das transformações da profissão.

Essas modificações, muitas vezes, são baseadas em conceitos já existentes e, nesse caso, talvez a respeito da expressão Jornalismo de Curadoria poderia, ao longo do tempo, ir sucedendo o Jornalismo de Informação, a ponto de se tornar uma referência ou um segmento. Portanto, dadas às expectativas, acredita-se que este trabalho tenha cumprido a sua missão de abordar o Jornalismo de outras perspectivas para além dos atributos tecnológicos.

Bibliografía

ALSINA, Miguel Rodrigo. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMARAL, Adriana et al. Curadoria de informação e conteúdo na web: Uma abordagem cultural. In: CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad et al (org.). Curadoria

Digital e o campo da comunicação. São Paulo: Eca - Usp, 2012. p. 40-50. E-book.

BREED, Warren. Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis. Social Forces, v. 33, n. 4, p. 326-335, May 1955.

CASTILHO, Carlos Albano Volkmer de. O papel da curadoria na promoção do fluxo de notícias em espaços informativos voltados para a produção de conhecimento. 2015. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158799>. Acesso em: 14 out. 2019.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. Natureza e transformação do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2016.

CORREA, Elizabeth Nicolau Saad (Org.). Curadoria digital e o campo da comunicação. São Paulo: Eca - Usp, 2012. 79 p. E-book.

FERRARI, Pollyana. Jornalismo Digital. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. E-book. Acesso através da coleção de e-books Pearson mediante assinatura.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012. Acesso através da coleção de e-books Minha Biblioteca mediante assinatura.

GROFF, Fábio de Carvalho. Contribuição ao estudo da curadoria de bens de execução: O Curator Bonorum da Bonorum Venditio. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito Largo São Francisco, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-13122010-160122/pt-br.php>. Acesso em: 15 out. 2019.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto

a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

NILSON, Lage. Estrutura da Notícia. 6. ed. São Paulo: Ática, 2010. E-book. Acesso através da coleção de e-books Pearson mediante assinatura.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho

científico: projetos de pesquisa / pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas,

2017. E-book. Acesso através da coleção de e-books Minha Biblioteca mediante assinatura.

MEDINA, Cremilda. Notícia, um Produto à Venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELLO, Aline Ferreira de. A curadoria de informação aplicada ao jornalismo: : uma análise comparativa de aplicativos móveis. 2015. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6176>. Acesso em: 14 nov. 2019.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza (org.). História da Imprensa no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 25-45.

E-book. Acesso através da coleção de e-books Pearson mediante assinatura.

NOBLAT, Ricardo. A arte de fazer um jornal diário. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2010. E-book. Acesso através da coleção de e-books Pearson mediante assinatura.

OSÓRIO, Moreno Cruz. O cibercontecimento breaking news: Uma proposta

teórico-metodológica para a compreensão de notícias urgentes. 2018.

Tese

(Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-graduação,

Universidade do Vale dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em:

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7173/Moreno%20Cr>

[uz%20Os%c3%b3rio_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7173/Moreno%20Cr/uz%20Os%c3%b3rio_.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 26 jun. 2019.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempos de

mudanças estruturais. In *Texto*, Porto Alegre, v. 1, n. 24, jan./jun. 2011. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>. Acesso em: 06 nov. 2019.

RAMOS, Daniela et al. Anotações para a compreensão da atividade do “Curador de Informação Digital”. In: CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad et al. (org.). Curadoria

Digital e o campo da comunicação. São Paulo: Eca - Usp, 2012. p. 11-21. E-book.

SILVA, Tarcízio et al. Curadoria, mídias sociais e redes profissionais: reflexões sobre

a prática. In: CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad et al. (org.). Curadoria Digital e o campo da comunicação. São Paulo: Eca - Usp, 2012. p. 73-84. E-book.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press, 1978.

WHITE, D.M. The ‘Gatekeeper’: A Case Study in the Selection of News. *Journalism Quaterly*, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 382-394.

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. 3. ed. São Paulo: Martins

Fontes, 2008.

Periodismo, verdad y posverdad. Un estudio sobre los valores epistémicos y no epistémicos del periodismo¹⁶⁸

Journalism, truth and post-truth. A study on the epistemic and non-epistemic values of journalism

Jornalismo, verdade e pós-verdade. Um estudo sobre os valores epistêmicos e não epistêmicos do jornalismo

Juan David Londoño Isaza¹⁶⁹

Resumen: El periodismo ha apelado a valores epistémicos tales como verdad, objetividad, equidad y equilibrio con el propósito de legitimar su trabajo de cara a la ciudadanía. Grosso modo, los valores epistémicos son herramientas que se ocupan de proteger la condición verídica de la ciencia como de conseguir el conocimiento, es decir, del deber ser de cómo se obtiene a este. Que el periodismo busque con estos valores epistémicos legitimar su trabajo significa que aspira a que las narrativas que produzca sean consumidas por la ciudadanía, toda vez que sean creíbles por cuanto promueven el carácter verídico del periodismo y ayudan a

¹⁶⁸ Esta ponencia es resultado del proyecto "Fundamentos teóricos y epistemológicos de la comprensión como método". Acta 2018-23528. CODI-778, realizado con el respaldo del Centro de Investigaciones de la Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antioquia.

¹⁶⁹ Juan David Londoño Isaza. Docente investigador y coordinador del pregrado en Periodismo de la Universidad de Antioquia, Magíster en Filosofía, Colombia, david.londono@udea.edu.co

conseguir un conocimiento de la realidad. No obstante, con fenómenos como el de las fake news y la estrategia de relaciones públicas de la Philip Morris, los valores epistémicos del periodismo fueron puestos en entredicho, ya que ni promueven ahora la veracidad del ejercicio periodístico, ni producen conocimiento de la realidad. Con esta reflexión deseo poner en común la crisis de los valores epistémicos que hoy el periodismo vive y que continúa siendo un reto importante para la teoría del periodismo. Para esto, en primer lugar expondré los orígenes de los valores que han orientado la producción periodística. Seguidamente explicaré las críticas que han recibido tales valores, y finalmente mencionaré algunos efectos de tales orígenes.

Palabras Clave: Periodismo, valores y posverdad

Abstract: Journalism has appealed to epistemic values such as truth, objectivity, equity and balance in order to legitimize its work in the eyes of the citizenry. In general terms, epistemic values are tools that are concerned with protecting the truthful condition of science as well as obtaining knowledge, that is, the ought to be of how it is obtained. The fact that journalism seeks to legitimize its work with these epistemic values means that it aspires that the narratives it produces are consumed by citizens, since they are credible in that they promote the truthfulness of journalism and help to gain an understanding of reality. However, with phenomena such as fake news and the Philip Morris public relations strategy, the epistemic values of journalism were called into question, since they now neither promote the veracity of the journalistic exercise, nor do they produce knowledge of reality. With this reflection I want to share the crisis of epistemic values that journalism lives today and that continues to be an important challenge for journalism theory. For this, in the first place I will expose the origins of the values that have guided journalistic production. Then I will explain the criticism that such values have received, and finally I will mention some effects of such origins.

Key words: Journalism, values, post-truth

Orígenes

Desde el nacimiento del periodismo con los avisos manuscritos del siglo XV, que se ocuparon de la actualidad política internacional europea, y las producciones como la Gazette de 1631, la Gazeta Nueva de 1661 y The London Gazette de 1665 que pretendieron informar, desde la oficialidad, las gestiones que los príncipes realizaban desde sus cargos como gobernantes (Espejo 2012, 105, 108), la realidad ha sido el primer insumo con base en el cual el periodismo ha elaborado sus productos. De acuerdo con la historiadora del periodismo, Carmen Espejo, los avisos fueron la primera producción periodística que pretendió contar aquello que las publicaciones oficiales no informaban:

Los avisos manuscritos transmiten, a través de rutas públicas o privadas, y por todo el continente, noticias sobre la actualidad política internacional, ansiosamente demandadas por círculos minoritarios de profesionales de la política, el comercio, la Iglesia o la cultura. [...] [L]os avisos recopilan

noticias breves, de uno o dos párrafos de extensión, y emplean salvo excepciones una nueva modalidad de discurso, despojado de recursos literarios, al que podríamos probablemente denominar ya discurso periodístico. [...] Los avisos manuscritos se benefician de su difusión selectiva y sortean con mayor eficacia la censura. (2012, 108, 109).

Los avisos se han tenido en alta estima porque, en contraste con las empresas periodísticas estatales que vieron la luz por vez primera en el siglo XVII, con aquellos se tuvo la voluntad de ampliar el espectro de la realidad que la oficialidad omitió deliberadamente informar.

Dos siglos después se impuso un nuevo reto: los periódicos de centavo norteamericanos decidieron desapegarse de los partidos políticos, lo que dio lugar al ya conocido "no partidismo", que buscó presentarse como un equilibrio entre las antípodas bipartidistas:

Mindich escribe que "los centavos fueron los primeros periódicos que se separaron formalmente de los partidos

políticos, y esta ruptura causó el primer paso hacia la 'objetividad' periodística: el desapego". Este desapego de la política de los partidos condujo a una valoración explícita del "no partidismo", que generalmente estaba situada en el centro, equilibrada entre los polos de la política bipartidista. (Christensen 2008, 271).

El periodismo quería presentar una verdad equilibrada: si hay distintas versiones de un mismo hecho o tema, estos deben ser expuestos en igualdad de condiciones por cuanto se contaba con la idea de que los receptores tenían el derecho de acceder a los puntos de vista existentes para luego adoptar una postura u opinión al respecto.

La academia no fue indiferente y quiso orientar de otra manera la producción periodística: para finales del siglo XIX y comienzos del XX, el periodismo comenzó a profesionalizarse, y para esto fueron las ciencias duras el referente para ubicar en los hechos el ingrediente por excelencia que alimentó la actividad periodística (Chillón 2007, 104).

Así lo demuestra, por ejemplo, el seguimiento hecho a las epidemias de cólera en el siglo XIX, en el que el periodismo investigativo, habiendo

trabajado conjuntamente con la epidemiología y la estadística consiguieron, orientados por el método científico y el privilegio de los hechos, detener esta amenaza para la salud pública (Christensen 2008, 272). La academia, entonces, encontró en los hechos (factum) y en un método inspirado en la ciencia la mejor forma de orientar la producción periodística para conseguir la verdad que, básicamente, estaba dada por la deposición de la subjetividad y haciendo protagonista a la realidad, lo que sirvió igualmente para trazar una frontera entre aquello que es periodismo y aquello que no lo es. La teorización no se hizo esperar pues, uno de los clásicos de la teoría del periodismo, Walter Lippman, afirmó lo siguiente en 1920:

No importa que la información no sea susceptible de análisis matemático. De hecho, precisamente porque las noticias son un material complejo y resbaladizo, el buen periodismo exige el ejercicio de las virtudes científicas más destacadas (Kovach, Rosenstiel citando a Lippmann 2004, 104)

Una vez el periodismo comenzó a poner en práctica tales virtudes para llevarlo a

cabo, los valores epistémicos, que se ocupan del deber ser de cómo se obtiene el conocimiento (Kuhn 1996, 354), no demoraron en aparecer en los teóricos del periodismo: verdad, objetividad, equidad y equilibrio comenzaron a construir y orientar la narrativa periodística. De acuerdo con McMullin (1982), un valor cuenta como epistémico si y solo si ayuda a "promover el carácter verídico de la ciencia", y agrega que "[un] valor epistémico es uno que tenemos razones para creer que, si se persigue, ayudará a alcanzar el [...] conocimiento" (18). Para el caso del periodismo, si la información se presenta desprovista de toda subjetividad, privilegiando la descripción de los hechos tal y como suceden, como por ejemplo, a través del método de la pirámide invertida y presentando los puntos de vista existentes sobre ellos, el "buen periodismo" estará servido sobre la mesa, pues los contenidos que produce serán consumidos por la ciudadanía por cuanto tales valores promueven el carácter verídico del periodismo, además de que con ellos se busca alcanzar el conocimiento de la realidad noticiosa.

Las críticas

No obstante, las críticas a la idea de acogerse a tales valores epistémicos no se hicieron esperar: teóricos del periodismo como periodistas en ejercicio adujeron haberlos llevado demasiado lejos porque se estaban sacrificando no solamente los análisis que pudieran aducir los periodistas de los hechos, sino también la riqueza que estos guardan y que solo a través de la investigación se la puede descubrir:

[...] el periodismo objetivista [...] [h]a reducido al profesional a mero técnico transmisor y ha enarbolado y mitificado valores imposibles de alcanzar y, en el extremo, indeseables para el periodismo desde el momento en que el periodista comprende que su percepción de lo real depende de la estructura conceptual que utiliza para su análisis. Las teorías positivistas han sido incapaces de distinguir los acontecimientos (cuya existencia es independiente de la actitud que asuma el periodista ante ellos) de la elaboración periodística de los mismos: selección, redacción, contexto, ubicación... que inevitablemente están marcados por elementos valorativos. En ese sentido, una actividad periodística que se limitara exclusivamente a los hechos abandonaría inmediatamente la profesionalidad de su tarea, la especificidad de su mediación (Chillón 2007, 108).

Tal vez no fue del todo negativa la circunstancia de que a los valores epistémicos se los hubiera privilegiado en la práctica periodística, pues haberlos puesto a prueba permitió identificar sus limitaciones y se comprendió que a los hechos el periodista debe darles sentido no solo en una relación y orden entre ellos, sino también en virtud del contexto en que se presentan. Esto puso de presente, entonces, que si bien la materia prima continuarían siendo los hechos, se reconocía que la realidad era mucho más compleja de lo que se había creído entre los siglos XV y XIX, y que el periodista, en efecto, debía investigarla y problematizarla para brindarle a la opinión pública un sentido de la realidad. Aun con estas consideraciones, se suma que en la configuración de las teorías del periodismo, la verdad periodística —y el camino para conseguirla— se ha convertido en objeto de estudio desde múltiples enfoques. Se le ha concebido como un proceso (Kovach & Rosenstiel 2004); se ha planteado como ideal (Burgueño 2010); se ha determinado que se debe abandonar como fin, para cultivar el disenso (Miralles 2011); se ha sugerido que debe asumirse como

adecuación (Parra 2003); o comprenderse como una construcción (Chillón 2007); y, también, se ha señalado que no existe (de Oliveira 2006), lo que dificulta adicionalmente su consecución.

Mirado de cerca el papel histórico que ha desempeñado la verdad como objetivo principal del periodismo, se comprende que se la ha disputado: si se la ha querido ocultar, el periodismo la ha querido sacar a la luz; cuando dependió de una u otra ideología, se desapegó y encontró en el equilibrio la salida; si la subjetividad del periodista contaminó la verdad, los hechos junto con el método fueron la solución para encontrarla, lo que hizo de la objetividad el norte para orientar la producción periodística. Siempre ha sido la verdad la preocupación más importante del periodismo, tanto, que su deontología orbita alrededor de ella y de sus posibilidades de conseguirla: la objetividad, como el equilibrio y la imparcialidad son producto de las circunstancias arriba mencionadas, y con ellas se ha pretendido dar con la verdad. No obstante, nuevas circunstancias han surgido para demostrar que tales valores epistémicos parecen insuficientes para tratar fenómenos contemporáneos por cuanto pueden ser, o

dejados a un lado en virtud de la mentira y el engaño, o utilizados para imponer ideas o creencias, que si bien pueden no ser ciertas, consiguen su propósito de imponerse, lo que pone al periodismo en jaque porque sus valores han sido minados en el sentido en que han sido utilizados en contra de su propósito de conseguir la verdad.

De los orígenes a algunos efectos

Los últimos treinta años han sido realmente difíciles para la prensa en términos económicos. En 1990, con el influjo de la internet, las pautas publicitarias, que inicialmente se habían instalado en la televisión y la prensa, migraron a aquella, lo que le significó un golpe importante a las finanzas de los medios tradicionales. Posteriormente, en el año 2008, la crisis financiera los afectó nuevamente de manera importante, y en el año 2015 se agudizó la situación porque la circulación semanal como la dominical disminuyeron, los ingresos publicitarios también se redujeron, lo que derivó en un despido masivo de periodistas. Por su

parte, la televisión también experimentó importantes reducciones a sus ingresos, lo que condujo a las cadenas a reducir sus informes de investigación y apostarle tanto a los cubrimientos orientados por expertos como a los cubrimientos nacionales, pues debieron cerrar centros de noticias extranjeras. De esta manera consiguieron mantenerse a flote. Sin embargo, para el año 2016, extrañamente consiguieron sobreponerse de manera exponencial las cadenas de transmisión y televisión. ¿La causa? El cubrimiento sensacionalista de las elecciones presidenciales:

Decir que las elecciones presidenciales de 2016 fueron una bendición para las cadenas de televisión sería una gran subestimación. Su audiencia explotó y las ganancias comenzaron a aumentar. CNN reportó \$ 1 billón en ganancias brutas para 2016, el mejor año de su historia (McIntyre 2018, 91)

Estas elecciones le impusieron a la producción periodística un reto del cual, hay que decirlo, no salió nada airoso. Cada que se informaba sobre Donald Trump, solo las noticias positivas respecto de su figura y campaña eran consumidas por las

audiencias; pero aquellas que se ocupaban de Hillary Clinton o de aspectos cuestionables de Donald Trump, rápidamente pasaban al spam. La comprensión no tardó en llegar: las audiencias consumieron principalmente las noticias sensacionalistas, especialmente respecto de Trump, y al saberlo, las cadenas de transmisión y televisión cedieron generosamente, ya que decidieron darle al público lo que deseaba. Valores epistémicos como verdad, objetividad, equidad y equilibrio se fueron al traste en virtud de las ganancias económicas que representó cubrir a Trump, pues FOX, CNN y MSNBC experimentaron un incremento significativo en sus audiencias. A esto se sumó el hecho de que Trump, cuanto pudo, calificó de fake news a todas aquellas noticias que no coincidieron ni con su campaña ni con sus criterios, aun cuando fueron verificadas (McIntyre 2018).

Las redes sociales sirvieron de plataforma para difundir las fake news, los ciudadanos norteamericanos decidieron consumir aquellas que confirmaron sus ideologías, y esto sucedió con mayor facilidad e intensidad gracias al algoritmo de Facebook, que orienta la información de

sus suscriptores de acuerdo con sus patrones de consumo, generando un sesgo de adquisición. Las recuperaciones del rating y de la situación financiera de las cadenas, como la elección de Trump, demostraron que los medios, la ciudadanía y el periodismo cedieron ante el engaño, pero aún más preocupante, que la mentira se impuso sobre la verdad: pareciera que esta dejó de importar a la ciudadanía y al periodismo, como si la emocionalidad y los sentimientos la hubieran reemplazado.

De acuerdo con Derrida, la causa de esto se ubica en el posmodernismo, esto es, en que no puede confiarse completamente en las afirmaciones de los autores por cuanto sus ideas obedecen a las dinámicas políticas, culturales y sociales que dieron lugar a sus ideas. Esto derivó en que

[...] la noción de verdad en sí estaba ahora bajo escrutinio, ya que uno tenía que reconocer que en el acto de deconstrucción, el crítico también estaba trayendo sus propios valores, historia y suposiciones a la interpretación. [...] El enfoque posmodernista es uno en el que todo se cuestiona y se toma muy poco al pie de la letra. No hay una respuesta correcta, solo narrativa. (McIntyre 2018, 125)

En este orden de ideas, si la verdad objetiva no existe, cualquier discurso con pretensión de verdad, a juicio de Foucault, se trata de una manifestación de autoridad con la que se busca oprimir y someter. De esta manera, el pensamiento basado en la evidencia quedó seriamente cuestionado, y no solo por el posmodernismo que inicialmente se ocupó de la historia y la literatura, sino también por la sociología del conocimiento que sostuvo que las teorías científicas eran producto de ideologías y no de un estudio riguroso de los hechos, pues si bien a estos se los investiga, quienes lo hacen están atravesados por las condiciones políticas, sociales y culturales que viven, lo que determina a sus teorías. Si se sigue el argumento de Foucault, la ciencia, entonces, no estaba descubriendo la naturaleza objetiva de la realidad, como sí llevando a cabo una agenda de poder.

El desafío a la verdad es un hecho. Ya tiene una trayectoria importante: así como algunos centros de pensamiento, también conocidos como Think Tanks, han trabajado para sustentar la idea de que el cambio climático no existe, algo similar ocurrió frente a las investigaciones científicas que se ocuparon de los efectos

para la salud pública el consumo de tabaco: los han controvertido, y con criterios de científicidad. Y los valores epistémicos del periodismo como son la verdad, la objetividad, la equidad y el equilibrio, curiosa e irónicamente, sirvieron a este propósito.

En 1953 se puso de presente la información científica que demostraba que el humo de tabaco era el principal causante de cáncer de pulmón. Las empresas tabacaleras respondieron: el 15 de diciembre de ese año sus presidentes decidieron contratar al padre de las relaciones públicas, John H. Will, para hacer posible que las empresas sobrevivieran ante la evidencia abrumadora de los efectos nocivos que traía fumar para la salud humana (Christensen 2008, 273). Hill se planteó cómo detener el pánico público y cómo crear confianza de cara al consumo de tabaco. Para esto, la Philip Morris contrató a científicos con una reputación significativa en el estudio del cáncer para controvertir la evidencia científica, y este anzuelo lo mordió el periodismo, pues no cuestionó la aparente imparcialidad de los científicos contratados por la industria tabacalera en virtud de la reputación que

ostentaban los científicos. Sin embargo, cuando esta estrategia se agotó, la Philip Morris reclamó al periodismo un espacio en sus informes cada vez que se informara sobre los efectos nocivos del consumo de tabaco en la salud humana, apelando al derecho de la contraparte de expresar su punto de vista. La Philip Morris aleccionó al periodismo con base en su valor epistémico del equilibrio, "recordándole" cómo debía obtenerse "la verdad" para informarla. A esto se sumó lo siguiente: los relacionistas públicos tenían claro que el periodismo se debe a la actualidad, y que las noticias sobre el consumo de tabaco, al vincularlas con problemas de salud, llamaban la atención de las audiencias, entonces, con el agotamiento de las dos primeras estrategias, la siguiente sería mantener latente la controversia en los medios cuestionando abiertamente a la ciencia, con la ciencia misma (Christensen 2008, 278). Esta estrategia condujo a que la noticia del asocio del consumo de tabaco con los problemas de salud pública se desvaneciera, logrando materializar el slogan si no hay noticias, son buenas noticias, circunstancia que favoreció económicamente a la industria tabacalera.

Tanto el caso de Trump como el de la Philip Morris ponen de presente que ante la verdad, las emociones y las creencias se impusieron, lo que hizo que aquella fuera eclipsada. La academia ha llamado a este problema posverdad: "Post-truth es un adjetivo que denota o que se refiere a unas circunstancias en que las apelaciones a las emociones y a las creencias personales influyen más en la formación de una opinión pública que los hechos objetivos" (Ibañez 2017, 13).

Ante la posverdad, el periodismo se encuentra como los marineros de La Odisea, entre Escila y Caribdis, pues, si continúa apelando a sus valores epistémicos, incurriría en el riesgo (de hecho continúa haciéndolo) no solo de desinformar, sino también de producir ignorancia entre sus audiencias, lo que pondría en serios aprietos a la democracia, y con esta a la ciudadanía. Como los valores epistémicos del periodismo están seriamente cuestionados dado que se han utilizado precisamente para desinformar, tal vez no debiera continuar haciéndolo, lo que implicaría que perdiera su sentido de existencia como el hecho de negarle a la audiencia su derecho de acceder a la información.

Así las cosas, los valores epistémicos parecen insuficientes para continuar construyendo y orientando la narrativa periodística. Adicionalmente, la teoría del periodismo tampoco parece ponerse de acuerdo sobre valores como el de la verdad y la objetividad.

Con este panorama, es oportuno que la teoría del periodismo continúe investigando y debatiendo sobre los derroteros que ha orientado la producción periodística, tal vez reformulando sus concepciones sobre de verdad periodística y la objetividad, y reflexionando, por supuesto, sobre la naturaleza de su objeto de estudio, esta es, la realidad, que tanto la práctica como la teoría enseñan que se caracteriza por ser, en vez de homogénea, profunda y significativamente heterogénea.

Referencias

Burgueño, José Manuel, 2010, Cuestión de confianza. La credibilidad, el último reducto del periodismo del siglo XXI. Editorial UOC: Barcelona.

Chartier, Roger, Espejo, Carmen. 2012. La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el barroco. Marcial Pons: Madrid.

Christensen, Jon. 2008. Smoking Out Objectivity: Journalistic Gears in the Agnotology Machine p. 266-283. En: Agnotology. The Making and unmaking of ignorance. Stanford University Press: California. p. 266-283.

Chillón, José M. 2007. Periodismo y objetividad. Entre la ingenuidad y el rechazo [Esbozo de una propuesta]. Biblioteca Nueva: Madrid.

Kovach, Bill, Rosenstiel, Tom. 2004. Los elementos del periodismo. Madrid: Santillana.

Kuhn, Thomas. 1996. La tensión esencial. Fondo de Cultura Económica: México, D. F.

McMullin, E. 1982. Values in science. In P. K. Machamer & G. Wolters (Eds.), PSA: Proceedings of the biennial meeting of the philosophy of science association, Vol. 2: Symposia and invited papers (pp. 3-28). Chicago: The University of Chicago Press.

McIntyre, Lee. 2018. Posverdad. Madrid: Cátedra.

Miralles, Ana María. 2011. El miedo al disenso. El disenso periodístico como expresión democrática de las diferencias y no como provocación violenta. Gedisa: Medellín.

Ibáñez F. Jordi. 2017. Una introducción. En: En la era de la posverdad. 14 ensayos. Barcelona: Calambur.

Parra, Pujante, Antonio. 2003. Periodismo y Verdad. Filosofía de la información periodística. Madrid: Biblioteca Nueva.

Pena. Felipe. 2006. Teoría del periodismo. Sevilla: Comunicaciones Ediciones.



UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA – UPB
2020